

V.
37n.3

ISSN 2236-4242

jul-set 2024

LINHA D'ÁGUA

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo



Revista Linha D'Água

Instituição

Universidade de São Paulo

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Adrian Pablo Fanjul
Vice-diretora: Silvana de Souza Nascimento

Revista

Editor-chefe

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Universidade de São Paulo, Brasil

Editor Associado

Gabriel Isola-Lanzoni

Universidade de São Paulo, Brasil

Editoras convidadas

v. 37, n. 3 - jul.-set. 2024

Maria Inês Batista Campos Noel Ribeiro

Universidade de São Paulo, Brasil

Maria das Graças Soares Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Sueli Cristina Marquesi

Pontifícia Universidade Católica São Paulo, Brasil

Revista Linha D'Água

Equipe técnica

Revisão e normalização de
Língua Portuguesa

André de Oliveira Matumoto

Universidade de São Paulo, Brasil

Lucas Pereira da Silva

Universidade de São Paulo, Brasil

Lucas Pivetta Maciel

Universidade de São Paulo, Brasil

Nathalia Akemi Sato Mitsunari

Universidade de São Paulo, Brasil

Theodoro Casalotti Farhat

Universidade de São Paulo, Brasil

Verônica dos Santos Modolo

Universidade de São Paulo, Brasil

Yuri Andrei Batista Santos

Université Grenoble Alpes, França

Revisão da Língua Inglesa

André de Oliveira Matumoto

Universidade de São Paulo, Brasil

Theodoro Casalotti Farhat

Universidade de São Paulo, Brasil

Verônica dos Santos Modolo

Universidade de São Paulo, Brasil

Revisão da Língua Francesa

Nathalia Akemi Sato Mitsunari

Universidade de São Paulo, Brasil

Yuri Andrei Batista Santos

Université Grenoble Alpes, França

Revisão da Língua Espanhola

Lucas Pivetta Maciel

Universidade de São Paulo, Brasil

Assistência editorial

Theodoro Casalotti Farhat

Universidade de São Paulo, Brasil

Editoração

Gabriel Isola-Lanzoni

Universidade de São Paulo, Brasil

Revista Linha D'Água

Indexadores



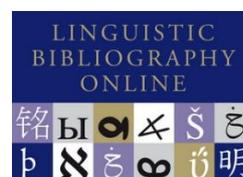
Web of Science - ESCI
Emerging Sources Citation Index
Presente no JCR desde 2020



Latindex
Sistema Regional de Información en Línea para
Revistas Científicas de América Latina, el Caribe,
España y Portugal



MLA
Modern Language Association Database



Linguistic Bibliography



DOAJ
Directory of Open Access Journals



REDIB
Red Iberoamericana de Innovación y
Conocimiento Científico



Diadorim
Diretório de Políticas Editoriais das Revistas
Científicas Brasileiras



EZB
Elektronische Zeitschriftenbibliothek
(Biblioteca de Periódicos Eletrônicos)



OAJI
Open Academic Journals Index



Google
Google Scholar

Revista Linha D'Água

v. 37, n. 3 – jul.-set. 2024

Editor-chefe

Editor associado

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Universidade de São Paulo, Brasil

Gabriel Isola-Lanzoni

Universidade de São Paulo, Brasil

Editoras convidadas - v. 37, n. 3 – jul.-set. 2024

Maria Inês Batista Campos Noel Ribeiro

Universidade de São Paulo, Brasil

Maria das Graças Soares Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Sueli Cristina Marquesi

Pontifícia Universidade Católica São Paulo, Brasil

Comissão científica - v. 37, n. 3 – jul.-set. 2024

"Linguagem/linguagens em estudos textuais, enunciativos e discursivos"

Alessandra Castilho Ferreira da Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Alexandro Teixeira Gomes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ana Elvira Luciano Gebara
Universidade de São Paulo

Ana Lúcia Tinoco Cabral
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ana Rosa Ferreira Dias
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

André de Oliveira Matumoto
Universidade de São Paulo

Andrea Pisan
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Argus Romero Abreu de Moraes
Universidad de Buenos Aires

Bárbara Falcão
Universidade de São Paulo

Beatriz Feres
Universidade Federal Fluminense

Beth Brait
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Célia Maria Medeiros Barbosa da Silva
Universidade Potiguar

Célia Regina Araes
Universidade de São Paulo

Luiz Antonio Ferreira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Luiz Carlos Travaglia
Universidade Federal de Uberlândia

Madson Bruno Soares Estevam
Secretaria da Educação da Paraíba

Manoel Luiz Gonçalves Correa
Universidade de São Paulo

Maria Aparecida Junqueira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Maria Aparecida Lino Pauliukonis
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Bernadete Fernandes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passeggi
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria de Graça Lisboa Castro Pinto
Universidade do Porto

Maria Eduarda Giering
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Marise Mamede Galvão
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mariza Angélica Paiva Brito
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Miriam Puzzo
Universidade de Taubaté

Revista Linha D'Água

Cellina Rodrigues Muniz
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Cláudia Cynara Costa de Souza Pinheiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Claudio Primo Delanoy
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Cleide Emília Faye Pedrosa
Universidade Federal de Sergipe

Daniela Nienkötter Sardá
Universidade de São Paulo

Diana Navas
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Elis Betânia Guedes da Costa
Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Elisandra Benedita Szubris
Universidade do Estado de Mato Grosso

Emerson de Pietri
Universidade de São Paulo

Emily Caroline da Silva
Universidade de São Paulo

Evandro de Melo Catelão
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Fernanda Isabela Oliveira Freitas
Universidade Estadual da Paraíba

Fernanda Silva e Sousa
Universidade de São Paulo

Francisco Osvanilson Dourado Veloso
Universidade Federal do Acre

Geraldo Tadeu Souza
Universidade Federal de São Carlos

Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia
Universidade Federal do Paraná

Helcira Lima
Universidade Federal de Minas Gerais

Helton Rubiano
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Isabel Maria Loureiro de Roboredo Seara
Universidade Aberta

João Hilton Sayeg-Siqueira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

José Iranilson da Silva
Secretaria da Educação do Rio Grande do Norte

Larissa Vieira de Cerqueira
Universidade de São Paulo

Letícia Moraes Lima
Universidade Federal da Paraíba

Lolyane Guerreiro de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina

Lucas Nascimento
Universidade Estadual de Feira de Santana

Lucas Pereira da Silva
Universidade de São Paulo

Luciana Borges
Universidade Federal de Catalão

Naira de Almeida Velozo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Nancy dos Santos Casagrande
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Universidade Mackenzie

Nathalia Akemi Sato Mitsunari
Universidade de São Paulo

Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Universidade Mackenzie

Norma Golstein
Universidade de São Paulo

Patrícia Sousa Almeida de Macedo
Universidade Federal do Pará

Paulo Nunes da Silva
Universidade Aberta

Rafael Lima de Oliveira
Universidade Federal do Ceará

Regina Sellan
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Renata Archanjo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rivaldo Capistrano Junior
Universidade Federal do Espírito Santo

Rosane Santos Mauro Monnerat
Universidade Federal Fluminense

Rubens Damasceno-Morais
Universidade Federal de Goiás

Sandra Gomes Rasquel
Universidade de São Paulo

Sandro Luis da Silva
Universidade Federal de São Paulo

Simone Dália de Gusmão Aranha
Universidade Estadual da Paraíba

Sueli Pinheiro da Silva
Universidade Federal do Pará

Theodoro Casalotti Farhat
Universidade de São Paulo

Thiago Jorge Ferreira Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

Tiago Ramos e Mattos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Urbano Cavalcante Filho
Instituto Federal da Bahia / Universidade Estadual de Santa Cruz

Valdir do Nascimento Flores
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Vanessa Anachoreta
Universidade do Porto

Vanessa Fonseca Barbosa
Universidade de São Paulo

Verônica dos Santos Modolo
Universidade de São Paulo

Viviane Mendes Leite
Universidade de São Paulo

Sumário

Editorial

Linguagem/linguagens em estudos textuais, enunciativos e discursivos	1-9
Maria Inês Batista Campos	
Maria das Gracas Soares Rodrigues	
Sueli Cristina Marquesi	

Artigos originais

Análise do álbum "Meus caros amigos" como um hipergênero	10-27
Camila Farias Fraga	
Laíse Maciel Barros	

Uma análise da organização retórica do gênero resenha literária em blogs pessoais	28-49
Maria Eduarda Diógenes de Araújo	
Wellington Vieira Mendes	
Assidia Maria Soares Alves Parnaíba	

"Tem um mentiroso aqui!": configurações erísticas do debate televisionado entre candidatos à presidência do Brasil em 2022	50-68
Isabelle Fonseca Bezerra	
Renan Mazzola	

O político da linguagem em Special, de Lizzo: uma análise semântico-enunciativa	69-91
Wendone Pereira de Souza	
Eliuse Sousa Silva	

Desinformação nos meios digitais: formação semiótica e conscientização	92-108
Andrey Istvan Mendes Carvalho	

LINHA D'ÁGUA

- Alteridade e exclusão: o olhar para o outro no poema e na narrativa** 109-131
Luciana Taraborelli
Viviane Mendes Leite
- Uma fusão discursivo-espetacular entre política, mídia e religião na campanha presidencial de 2018 no Brasil** 132-150
Antonio Carlos Soares
Fátima Cristina da Costa Pessoa
Lucas Martins Gama Khalil
- Tendências e tensões no discurso acadêmico: uma análise de trabalhos comparativos de pós-graduação sobre literaturas francófonas** 151-173
Antonio Andrade
Eduarda Hoffling Murat do Pillar
- Metáfora conceptual y discurso judicial: un estudio de caso** 174-192
Mariana Cucatto
Toribio Enrique Sosa
Edgardo Gustavo Rojas
- A importância do aprofundamento teórico-metodológico na formação docente e nas produções de materiais didáticos dialógicos no curso de Letras** 193-229
Rosana Silvestre de Lima
Larissa Vieira de Cerqueira
- O desenvolvimento das capacidades de linguagem no processo de escrita dos estudantes universitários: o Projeto de Pesquisa para Iniciação Científica em foc** 230-253
Andressa Letícia Villagra Silva
Eliane Gouvêa Lousada
- Do discurso à ação política: análise de acontecimentos extremistas que violam uma ética discursiva** 254-273
Paulo Henrique Aguiar Mendes

- Entre a dêixis e a debreagem: contribuições da Linguística Textual e da Semiótica Discursiva na abordagem didática de pronomes em textos** 274-290
Antonio Lemes Guerra Junior
Lolyane Cristina Guerreiro de Oliveira
Ana Paula Pinheiro da Silveira
- Linguagem e Memória: a construção discursiva da imagem de Prestes e Vargas nas biografias escritas por suas filhas** 291-312
Raquel Abreu-Aoki
Marcia Elisia Matos Aguiar
- Gêneros textuais mobilizados para o repertório sociocultural produtivo em redações do Enem 2022** 313-328
Ademir Juvêncio da Silva
- Transitividade e nominalização: um estudo sistêmico-funcional em redação do Enem** 329-351
Ana Catarina Gomes Farias Santiago
Maria do Rosário Albuquerque Barbosa
José Maria de Aguiar Sarinho Júnior
- A recategorização e os efeitos de humor na piada de surdo em libras: uma análise da construção de sentidos do referente "surdo" no texto sinalizado** 352-372
Amanda Beatriz de Araújo Sousa
José Ribamar Lopes Batista Júnior
- Impactos da pandemia de covid-19: compreendendo as percepções dos estudantes de graduação da Unicamp** 373-396
Anna Christina Bentes
Flora Hauschild Armani
Kennedy Cabral Nobre
- Sequências textuais em uma tira on-line: critérios analíticos e construção de sentidos** 397-415
Sueli Cristina Marquesi
Rivaldo Capistrano Júnior

Tradução

Uma abordagem linguageira e interacional da argumentação

416-441

Marianne Doury - autora
Christian Plantin - autor
Camille Guichard-Libersac - *tradutora*
Nathalia Akemi Sato Mitsunari - *tradutora*
Gabriel Isola-Lanzoni - *tradutor*

Entrevista

Entrevista com Joaquim Dolz: um percurso pela historicidade dos gêneros, a engenharia didática, a sociodidática e o ensino do oral

442-457

Joaquim Dolz - entrevistado
Eliane Gouvêa Lousada - *entrevistadora*
Bruno Alves Pereira - *transcritor e redator*
Aline Hitomi Sumiya - *transcritora e redatora*

Editorial

Linguagem/linguagens em estudos textuais, enunciativos e discursivos

Language(s) in textual, enunciative, and discursive studies

Maria Inês Batista Campos Noel Ribeiro 

Universidade de São Paulo, Brasil
maricamp@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-0004-9923>

Maria das Graças Soares Rodrigues 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
gracasrodrigues@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8295-358X>

Sueli Cristina Marquesi 

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
suelimarquesi.sm@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8792-0699>

A língua vive e se forma historicamente justo aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes.

V. Volóchinov (2017, p. 220).

Neste número de *Linha D'Água*, intitulado **Linguagem/linguagens em estudos textuais, enunciativos e discursivos**, o objetivo é destacar a importância do tema da linguagem/linguagens na interação discursiva em diferentes esferas sociais como política, jurídica, religiosa, educacional, acadêmica, midiática, artístico-literária e digital.

Sob distintas perspectivas teóricas o leitor encontra artigos com análises de textos políticos, textos literários, texto jurídico, formação de professores, análise de discursos das redes sociais, reflexões sobre a argumentação, trabalho com surdos, além da tradução do artigo de Marianne Doury (Université Paris Cité/Campus Saint Germain) e de Christian Plantin (Université Lyon 2) e uma entrevista com Joaquim Dolz, professor honorário da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra, na Suíça. Esse importante conjunto de textos se constitui a partir da noção de linguagem/linguagens em diferentes

interações discursivas, marcando o quanto o processo do discurso compreende as marcas linguísticas no processo da vida enunciativo-discursiva.

A produção deste número envolve 47 docentes de Programas de Pós-Graduação, egressos, graduandos, mestrandos, doutorandos, de diferentes universidades brasileiras e do exterior: Universidades Federais do Espírito Santo, de Minas Gerais, de Ouro Preto, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Santa Catarina, Universidade de São Paulo, Universidade Tecnológica do Paraná; estaduais de Londrina, de Pernambuco; do Rio Grande do Norte, de Santa Cruz; da Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo; das Universidades Nacionais de La Plata e da La Pampa, na Argentina e Universidade de Bordeaux Montaigne, na França.

Na proposta de cada um dos dezenove artigos, seus autores escolhem temas que podem ser reunidos em discurso político, discurso digital, discurso acadêmico, discurso literário, discurso jurídico, formação de professores, estudo de Libras.

Em *Análise do álbum “Meus caros amigos” como um hipergênero*, Camila Farias Fraga, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, e Laíse Maciel Barros, da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentam uma análise do álbum *Meus caros amigos* de Chico Buarque, lançado em 1976, compreendendo-o como um *hipergênero*, uma vez que consideram que o projeto de dizer realizado no álbum está imbricado na sua relação com cada um dos gêneros que o compõem. Para tanto, as autoras ancoram-se teoricamente no dialogismo bakhtiniano para os conceitos de gênero do discurso e de autoria, e estabelecem relações com a noção de *hipergênero*. Para a análise das canções, Fraga e Maciel adotam, como recurso metodológico, o *Tetragrama de análise multissemiótica da canção*, proposto pelo Grupo de Estudos da Canção (GECAN) e, com base nos resultados da análise, destacam que o projeto de dizer expressa uma unidade de sentido ligada ao conjunto de gêneros que compõem o álbum (hipergênero). As pesquisadoras destacam, por fim, que muitas das canções de *Meus caros amigos* fizeram parte da trilha sonora de filmes e peças teatrais, e que, embora reflitam o Brasil da década de 1970, suas temáticas ainda estão bastante presentes na atualidade.

Já, em *Uma análise da organização retórica do gênero resenha literária em blogs pessoais*, Maria Eduarda Diógenes de Araújo, Wellington Vieira Mendes e Assidia Maria Soares Alves Parnaíba, todos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, discutem o avanço tecnológico e o surgimento de novas linguagens e novos gêneros dele decorrentes, enfatizando que, em âmbito digital, o *blog* é considerado um hipergênero que permite a publicação de outros gêneros, como é o caso da resenha literária. Os autores estabelecem como objetivos do estudo: (i) analisar a organização retórica de resenhas literárias publicadas em blogs, com base no modelo *Create a Research Space (CARS)*, de Swales (1990), e na adaptação desse modelo realizada por Bezerra (2017); e (ii) evidenciar como a categoria APRECIACÃO, do subsistema ATITUDE – sistema de AVALIATIVIDADE, com base na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), tal como tratada por Martin e White (2005), evidencia a apreciação do

resenhista no momento de avaliar a obra. Para a discussão dos gêneros textuais/discursivos, Araújo, Mendes e Parnaíba adotam a perspectiva de gênero como ação social, desenvolvida por Miller (2008), considerando, também, pesquisadores como Bakhtin (2016), Bonini (2011) e Motta-Roth (1995). O estudo é descritivo e interpretativista, com caráter qualitativo, e o *corpus* é constituído por dez resenhas literárias escritas em inglês e consultadas em *blogs* pessoais. Nos resultados, os estudiosos ressaltam que as resenhas literárias são instanciadas por textos nos quais a escrita permite tanto a norma padrão quanto a forma coloquial e evidenciam a constatação de uma nova subunidade retórica “informar sobre/descrever personagens”, no que se refere ao desenvolvimento do gênero pesquisado.

Por sua vez, no artigo “*Tem um mentiroso aqui!*”: *configurações erísticas do debate televisionado entre candidatos à presidência do Brasil em 2022*, Isabelle Fonseca Bezerra e Renan Mazzola, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais, abordam a corrida presidencial de 2022 no Brasil, marcada por uma forte polarização. Para tanto, identificam e descrevem as estratégias erísticas mobilizadas nas interações do debate televisionado da Band no segundo turno das eleições de 2022, mais especificamente a utilização dos argumentos dos tipos *ad hominem* e *ad personam*. O estudo insere-se nos campos de retórica e argumentação, com enfoque em Aristóteles (2005), Schopenhauer (2009), Mateus (2018) e Amossy (2020). A metodologia adotada é de caráter bibliográfico-documental, de natureza descritiva e explicativa. Considerando os resultados das análises, os autores destacam o emprego frequente, no debate, dos ataques *ad hominem* e *ad personam*, com o objetivo de descredibilizar o adversário por meio de estratégias diversas, como o recurso aos dados, a aproximação a atos condenáveis, o manejo estratégico do discurso relatado, entre outros procedimentos, revelando uma variedade de diferentes maneiras de realizar o ataque pessoal para além do que foi postulado por Schopenhauer em seu Tratado sobre a Erística (2009). Diante da discussão dos resultados da análise, os pesquisadores ressaltam a interação fortemente adversarial e polarizada em torno de convicções pré-estabelecidas, sendo esses os elementos erísticos que configuraram, de um modo geral, os debates de 2022.

Na sequência, em *O político da linguagem em Special, de Lizzo: uma análise semântico-enunciativa*, Wendone Pereira de Souza e Eliuse Sousa Silva, da Universidade Estadual de Santa Cruz, com um estudo de natureza descritivo-interpretativista, analisam o funcionamento do aspecto político da linguagem na tradução da composição *Special*, interpretada por Lizzo, fundamentando-se na Semântica Histórica da Enunciação (Guimarães, 2002, 2006, 2007b, 2018). Mediante a descrição do espaço de enunciação e da orientação argumentativa, os autores destacam que o referido aspecto político é manifestado no decorrer de toda a enunciação, pela instauração de memórias discursivas relativas ao racismo, à gordofobia, à mídia, à exclusão social, à autoaceitação e à própria história/trajetória de Lizzo. Em enunciados que dialogam entre si, retomando e ressignificando transversalmente as possibilidades de sentidos construídos, Souza e Silva concluem que o político se evidencia na luta e constante esforço da locutora em marcar o seu espaço no mundo, bem como dos grupos minorizados (pessoas gordas,

negras e mulheres), que ela representa, por meio de autoafirmações que contestam a hierarquização estabelecida e demais representações excludentes.

Por seu turno, em *Desinformação nos meios digitais: formação semiótica e conscientização*, Andrey Istvan Mendes Carvalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, compara a construção do corpo do ator da enunciação em dois *sites* desinformativos: as capas do Jornal da Cidade *Online*, promotor de desinformação, e do Jornal Tribuna Nacional, propagador de teorias conspiratórias, ambos veiculados no dia 20/08/2022, às 18h10. Com tal comparação, o autor visa verificar e reforçar a noção de que recursos da ordem do sensível podem direcionar a crença no dizer-verdadeiro do discurso, pondo em funcionamento um dispositivo ético (Patte, 1986), que solicita o engajamento dos sujeitos. A análise do *corpus* considera as páginas como totalidades discursivas (Discini, 2009, p. 28), e enfoca as recorrências formais compartilhadas pelos discursos conspiratórios e de desinformação. Refletindo sobre os resultados discutidos, Carvalho conclui que, dada a importância do conhecimento das estratégias para a instituição de um letramento crítico quanto aos discursos de desinformação (Gomes, 2019), é possível, a partir do estudo realizado, delimitar estratégias para o ensino de leitura.

No artigo *Alteridade e exclusão: o olhar para o outro no poema e na narrativa*, Luciana Taraborelli e Viviane Mendes Leite, da Universidade de São Paulo, demonstram dois exercícios de análise de textos da esfera artístico-literária. Os dados analisados se constituem de dois gêneros discursivos, são eles: o poema “Exército (chusma) de rosas negras” (2017), de Cristiane Sobral, e a narrativa *Dois meninos de Kakuma* (2018), de Marie Ange Bordas. Os dados veiculam a temática da mulher negra e do refugiado. As pesquisadoras explicitam que se trata de uma análise dialógica, retomada como análise linguístico-discursiva, a qual se ancora teoricamente na relação eu-outro postulada por Bakhtin, ([1920/24] 2020), ou seja, o foco central é a alteridade, também estudada por vários outros autores, entre eles, Amorim (2004) e Brait (2008). Por fim, elas buscam dar visibilidade à mulher negra e ao refugiado, através da circulação de textos literários em sala de aula, levando o aluno a discutir temas contemporâneos.

O artigo *Uma fusão discursivo-espetacular entre política, mídia e religião na campanha presidencial de 2018 no Brasil*, produzido por Antonio Carlos Soares, Fátima Cristina da Costa Pessoa, ambos da Universidade Federal do Pará, e Lucas Martins Gama Khalil, da Universidade Federal de Rondônia, promove uma discussão, a partir da junção das esferas política, midiática e religiosa, por ocasião da campanha eleitoral presidencial de 2018, no contexto da coligação partidária “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” – constituída pelo Partido Social Liberal (PSL) e pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Para tanto, os autores propõem uma fusão discursivo-espetacular entre discursos que circulam nas três esferas política, midiática e religiosa. Ademais, articulam o espetáculo social e a cena de enunciação, fazendo, assim, circular o processo de representação da própria situação de tomada da palavra das instâncias enunciativas consideradas, o par enunciador/co-enunciador e as coordenadas de tempo e espaço da enunciação. Os autores concluem que “a fusão discursivo-espetacular atua

para que ‘o político-escolhido de Deus’ torne-se um produto sob medida cuja função é suprir as necessidades de um consumidor ameaçado”.

No artigo *Tendências e tensões no discurso acadêmico: uma análise de trabalhos comparativos de pós-graduação sobre literaturas francófonas*, os autores Antonio Andrade e Eduarda Hoffling Murat do Pillar, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estabelecem como objetivo compreender os processos de construção discursiva de teses e dissertações de pós-graduação de universidades do estado do Rio de Janeiro no que diz respeito ao comparativismo entre obras de literaturas de língua francesa e alguma questão cultural, política ou social do Brasil. Para tanto, os autores realizaram uma pesquisa documental, cujo *corpus* analisado se constitui de duas teses. Nessa direção, o trabalho buscou focalizar “as transgressões e manutenções dos elementos pertencentes aos gêneros acadêmicos (Richard, 1998; Lillis, 2021), assim como a presença, amenização ou supressão da polêmica na construção argumentativa dos textos (Negroni e Gelbes, 2005)”. Os autores chegam à conclusão, conforme transcrição *ad litteram* que “os trabalhos de pós-graduação atenuam ou ignoram tensionamentos que poderiam subverter o padrão amenizador do discurso da crítica tradicional e mantêm um comparativismo centrado no debate da influência mútua entre os países, sem evidenciar as dominações culturais que incidem sobre o campo literário”.

O artigo *Metáfora conceptual y discurso judicial: un estudio de caso*, produzido por Mariana Cucatto, da Universidad Nacional de La Plata, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Toribio Enrique Sosa, da Universidad Nacional de La Pampa, e Edgardo Gustavo Rojas, da Universidad Nacional de La Plata, oferece ao leitor uma análise interdisciplinar, que reúne três campos epistemológicos: direito, linguagem e cognição, acerca de uma decisão de grande significado social, político e jurídico na história recente da Argentina. Para tanto, os autores se ancoram nas metáforas conceituais de maior relevância na fundamentação da decisão resultante. Eles postulam que a metáfora não se restringe à literatura, apesar da tradição jurídica não ter mostrado interesse em considerá-la em seus estudos. Em suma, o trabalho revela a ocorrência de duas imagens esquemáticas que, de acordo com os pesquisadores, elas “se entrelaçam de forma tão complexa quanto recorrente e eficiente no texto, de forma a facilitar não só a argumentação dos magistrados intervenientes, mas também a compreensão do que foi resolvido por todos seus destinatários.”

Em *A importância do aprofundamento teórico-metodológico na formação docente e nas produções de materiais didáticos dialógicos no curso de Letras*, artigo produzido por Rosana Silvestre de Lima e Larissa Vieira de Cerqueira, da Universidade de São Paulo. As autoras elaboraram uma proposta para o trabalho com a leitura e a produção de texto, circunscrita à esfera jornalístico-midiática, intitulada “Gênero do discurso e produção de texto: editorial”. O quadro teórico que subsidia a proposta se constitui de Bakhtin, 2016 [1952-1953]) no que diz respeito aos gêneros do discurso, e de Volóchinov, (2018 [1929]) no que concerne ao tema. Além de fontes teóricas, as autoras levam em consideração a orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) (UNESCO, 2017). À guisa de conclusão, as autoras explicam que realizar “articulações criativas para trazer coesão teórico-metodológica entre tema, diretrizes curriculares e enunciados localizados na realidade” imprimem originalidade às atividades.

No artigo, *O desenvolvimento das capacidades de linguagem no processo de escrita dos estudantes universitários: o Projeto de Pesquisa para Iniciação Científica em foco*, Andressa Leticia Villagra Silva e Eliane Gouvêa Lousada, da Universidade de São Paulo, estabelecem por objetivo demonstrar o papel dos atendimentos do Laboratório de Letramento Acadêmico da USP (LLAC), no que concerne ao aperfeiçoamento da produção textual dos alunos referente ao gênero textual Projeto de Pesquisa para Iniciação Científica. A abordagem teórica acompanha o desenvolvimento das capacidades de linguagem: capacidades de ação, capacidades discursivas e capacidades linguístico-discursivas de estudantes universitários, em consonância com os postulados de Dolz, Pasquier e Bronckart (1993). As autoras concluem socializando que “foi possível observar que as intervenções durante o atendimento cumpriram o papel de instrumento mediador da ação linguageira dos alunos, já que as análises permitiram vermos a importância da ação do monitor-tutor para a reformulação dos textos”.

Em *Do discurso à ação política: análise de acontecimentos extremistas que violam uma ética discursiva*, Paulo Henrique Aguiar Mendes, da Universidade Federal de Ouro Preto, empreende uma reflexão sobre aspectos das relações entre discurso, ação e ética no campo político brasileiro. O autor toma como base teórica os estudos discursivos, fenomenológicos e cognitivos. Partindo da filosofia de Ricoeur (1988) e dos estudos de Paveau (2015), analisa dois acontecimentos sociais decorrente dos protestos contra o resultado das eleições presidenciais brasileiras de 2022: “Patriota do caminhão” e “Saudação nazista”. O autor selecionou diferentes textos que tematizam e problematizam esses acontecimentos, configurando formas de metadiscursos de caráter axiológico moral e foram analisados tendo como base as noções mencionadas acima.

Em *Entre a dêixis e a debreagem: contribuições da Linguística Textual e da Semiótica Discursiva na abordagem didática de pronomes em textos*, Antonio Lemes Guerra Junior, Lolyane Cristina Guerreiro de Oliveira, ambos do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, e Ana Paula Pinheiro da Silveira, docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, retomam o conceito de texto no ensino de língua portuguesa, prescrito nas orientações federais da Base Nacional Comum Curricular. A partir desse escopo, os autores propõem como trabalho docente uma abordagem de pronomes, com ênfase nos efeitos de sentido deles decorrentes. Partindo da canção sertaneja “Troca de calçada”, de Marília Mendonça, promovem a leitura do texto, tendo como fundamentação teórica conceitos advindos da Linguística Textual e da Semiótica Discursiva.

Já em *Linguagem e Memória: a construção discursiva da imagem de Prestes e Vargas nas biografias escritas por suas filhas*, Raquel Abreu-Aoki e Marcia Elisia Matos Aguiar, da Universidade Federal de Minas Gerais, apresentam o gênero biográfico, como um espaço singular para a construção discursiva de uma trajetória de vida. Para tanto, analisam, de modo

comparativo, as obras Luiz Carlos Prestes e Getúlio Vargas, com enfoque na infância de duas personalidades públicas. À luz das teorias de Charaudeau (2009), a análise comparativa realizada aponta para um lugar em comum entre tais biografias, de modo que as imagens discursivamente construídas dos biografados engajam o público leitor a conceber a fase da infância como um período importante para a formação desses sujeitos e para a expressão de suas identidades. Nesse sentido, os resultados indicam que as representações de Vargas e Prestes sugerem aptidão para suas atuações no cenário político e na História do Brasil.

Em seguida, o artigo *Gêneros textuais mobilizados para o repertório sociocultural produtivo em redações do Enem 2022*, de Ademir Juvêncio da Silva, da Universidade Federal de Santa Catarina, tem como objetivo de analisar redações nota mil no Enem (2022). A fundamentação teórico-metodológica apoia-se na teoria de gêneros textuais (Bronckart, 1999, 2000, 2003, 2006), Baltar (2007), Bertucci (2021), Bunzen (2004), Rojo (2008), entre outros autores. Para tanto, o pesquisador analisa 27 redações nota mil do Enem (2022), publicadas na Cartilha Redação a Mil 5.0. Na discussão dos resultados, o pesquisador destaca a recorrência do gênero “texto normativo” (Constituição Federal/1988) em nove redações, em 15 textos os participantes focam no repertório sociocultural, destacando o esforço na formação acadêmica dos alunos voltado para o ensino e a aprendizagem da diversidade de gêneros textuais. A ênfase dos alunos indica que essa pluralidade os auxilia na escrita autônoma, e possibilita práticas de interações sociais significativas.

No artigo *Transitividade e nominalização: um estudo sistêmico-funcional em redação do Enem*, Ana Catarina Gomes Farias Santiago, Maria do Rosário Albuquerque Barbosa e José Maria de Aguiar Sarinho Júnior, todos da Universidade de Pernambuco, têm como objetivo identificar, descrever e analisar o papel da Metáfora Gramatical na expressão do posicionamento crítico-argumentativo do indivíduo frente a temáticas sociais. Baseando-se nos estudos da Linguística Sistêmico-Funcional – que tem como maiores representantes Michael Halliday e Christian Matthiessen –, e tomando como princípio o sistema de “transitividade”, vinculado à Metafunção ideacional, os autores guiam-se pela seguinte pergunta de pesquisa: como a utilização da nominalização, vista a partir da metáfora gramatical, pode contribuir para o aprimoramento da escrita de alunos? Ao voltarem-se a produções do Enem, os autores propõem que o a nominalização, enquanto fenômeno associado à Metáfora Gramatical, possa auxiliar vestibulandos no processo de defesa de tese e de progressão temática por sinalizar maior apreensão de ferramentas linguísticas na produção textual.

Em *A recategorização e os efeitos de humor na piada de surdo em libras: uma análise da construção de sentidos do referente “surdo” no texto sinalizado*, de Amanda Beatriz de Araújo Sousa e José Ribamar Lopes Batista Júnior, da Universidade Federal do Piauí, apresentam como objetivo de investigar os casos de recategorização e seus efeitos na construção de sentidos do referente surdo motivando o humor nas piadas de surdo sinalizadas em Libras. Assumem como metodologia a pesquisa qualitativa com análise descritiva dos dados na perspectiva cognitivo-discursiva da recategorização. E trazem como *corpus* de análise 1 (um)

vídeo de piada. Os autores destacam como resultados dois aspectos: a recategorização como ponto que colabora na construção de sentidos do referente surdo nos textos sinalizados em Libras e na contribuição para engatilhar o texto humorístico surdo.

No penúltimo artigo intitulado *Impactos da pandemia de Covid-19: compreendendo as percepções dos estudantes de graduação da UNICAMP*, de Anna Christina Bentes, Flora Hauschild Armani da Universidade Estadual de Campinas e de Kennedy Cabral Nobre da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, o objetivo é investigar a percepção dos estudantes dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) acerca do período de ensino remoto emergencial (2020 e 2021). Os autores adotaram a análise dos tópicos discursivos (Jubran, 2006; Rezende, 2006; Pinheiro, 2006), articulados nas respostas de um formulário da pesquisa intitulado “Compreendendo os desempenhos, os contextos e as perspectivas dos estudantes da UNICAMP durante os anos de 2020 e 2021 da pandemia de Covid-19”. Eles apresentam a metodologia de pesquisa, realizada em 2022 com a participação de 554 estudantes da Universidade, por meio de um questionário organizado com 41 perguntas. Os resultados apontam os impactos profundos ocorridos com os alunos de graduação, entre eles os impactos emocionais e sociocognitivos, presente em muitas respostas. Outro aspecto indicado pelos alunos é o pouco aprendizado de modo que sentem terem aprendido pouco em todas as disciplinas.

Fechando a seção de artigos, *Sequências textuais em uma tira on-line: critérios analíticos e construção de sentidos*, de Sueli Cristina Marquesi, Pontifícia Universidade Católica e São Paulo e Rivaldo Capistrano Júnior, da Universidade Federal do Espírito Santo, tomam como objeto de análise de uma tira cômica on-line, de Maurício de Sousa, veiculada na página Gibinostalgia, do Instagram. O objetivo é discutir em torno das sequências textuais, tendo como fundamentação teórica a Análise Textual dos Discursos (ATD) (Adam, 2011; 2019), os estudos sobre o descritivo (Marquesi, 2004; 2007; 2017; 2018), sobre o signo visual (GRUPO μ , 1993) e sobre os quadrinhos (Acevedo, 1990; Cagnin, 2014; Ramos, 2007; 2009). Os autores apresentam duas questões: De que maneira as imagens icônicas (objetos descritos) textualizam operações do descritivo e contribuem para a construção da narrativa visual? Que funções textual-discursivas o descritivo assume na construção de sentido(s)? E escolhem aprofundar a estrutura composicional, focalizando as sequências textuais e suas funções na organização textual da tira cômica selecionada. Os resultados mostram que as noções de sequências textuais também são válidas para textos verbo-visuais, em particular na tira cômica analisada, apresentando relevantes orientações para a construção de sentido(s).

Finalizando este número, contamos com uma entrevista e uma tradução. A entrevista com o professor Joaquim Dolz, da Universidade de Genebra (UNIGE). É Eliane Gouvêa Lousada, da Universidade de São Paulo, quem vai apresentá-lo, e a pesquisadora norteia a conversa com perguntas que retomam o percurso científico de Dolz. Participam da tradução da entrevista Bruno Alves Pereira, da Universidade Estadual da Paraíba e Aline Hitomi Sumiya, da Universidade Federal do Paraná. Lousada sinaliza já no título da entrevista a trajetória do

diálogo: *Um percurso pela historicidade dos gêneros, a engenharia didática, a sociodidática e o ensino do oral*. Os temas em torno do trabalho do professor Joaquim Dolz fazem sentido, uma vez que ele é muito estudado no Brasil, tendo marcado a fundamentação teórica dos documentos oficiais para o ensino de língua materna.

Quanto à tradução, refere-se ao artigo “Une approche langagière et interactionnelle de l’argumentation” (“Uma abordagem linguageira e interacional da argumentação”), de Marianne Doury e de Christian Plantin, publicado, originalmente, no periódico francês *Argumentation et Analyse du Discours* (2015). Esse trabalho de tradução foi realizado por Nathalia Akemi Sato Mitsunari e Gabriel Isola-Lanzoni, da Universidade de São Paulo, e Camille Guichard-Libersac, da Universidade Bordeaux Montaigne (França). O artigo dos professores franceses proporciona o acesso à proposição de uma abordagem compreensiva da argumentação, congregando estudos interacionais e linguageiros. A análise dos resultados das eleições presidencial francesa (2012) e parlamentar europeia (2014) demonstra a produtividade da abordagem, que evidencia como dados numéricos são orientados discursivamente para uma conclusão avaliativa específica.

Este dossiê teve a contribuição de uma grande quantidade de submissões e com uma competente equipe de pareceristas, o que possibilitou oferecermos aos leitores de *Linha D'Água* um trabalho de qualidade. Agradecemos a todos os colaboradores envolvidos neste número, assim como aos editores de *Linha D'Água*, que foram imprescindíveis em todas as etapas do trabalho editorial junto à Plataforma OJS, apoiando o trabalho das editoras.

Fazemos votos de que desfrutem de boas leituras!

Artigo / Article

Análise do álbum “Meus caros amigos” como um hipergênero

Analysis of the album “Meus caros amigos” as a hypergenre

Camila Farias Fraga 

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

milafraga@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-3557-419X>

Laise Maciel Barros 

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

barros.laise@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0005-7535-2347>

Recebido em: 30/11/2023 | Aprovado em: 21/05/2024

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise do álbum *Meus caros amigos* de Chico Buarque, lançado em 1976, compreendendo-o como um *hipergênero*, ou seja, o projeto de dizer realizado no álbum está imbricado na sua relação com cada um dos gêneros que o compõem. Para tanto, buscou-se ancoragem teórica no dialogismo bakhtiniano para o conceito de gênero do discurso e de autoria, procurando dialogar com a noção de *hipergênero*. Para análise das canções, adotou-se como recurso metodológico o *Tetragrama de análise multissemiótica da canção* proposto pelo Grupo de Estudos da Canção (GECAN). Observou-se que o projeto de dizer expressa uma unidade de sentido ligada ao conjunto de gêneros que compõem o álbum (hipergênero). Muitas das canções de *Meus caros amigos* fizeram parte da trilha sonora de filmes e peças teatrais, e refletem o Brasil da década de 1970, entretanto, suas temáticas ainda estão bastante presentes na atualidade.

Palavras-chave: Hipergênero • Gênero canção • Meus caros amigos • Tetragrama • Análise multissemiótica

Abstract

This article's objective is to present an analysis of Chico Buarque's album *Meus caros amigos*, released in 1976, understanding it as a hypergenre, that is, the project of saying carried out in the album is imbricated in its relationship with each of the genres that comprise it. To this end, we sought theoretical grounding in Bakhtinian dialogism for the concept of discourse genre and authorship,

seeking to dialog with the notion of hypergenre. To analyze the songs, we used the Tetragram of multisemiotic song analysis proposed by the Grupo de Estudos da Canção (GECAN) as a methodological resource. It was observed that the project of saying expresses a unity of meaning linked to the set of genres featured in the album (hypergenre). Many of the songs from *Meus caros amigos* were part of the soundtrack of films and plays, and reflect 1970s Brazil; however, their themes are still very much present today.

Keywords: Hypergenre • Song genre • Meus caros amigos • Tetragram • Multisemiotic analysis

Introdução

Considerando que as interações sociais são determinadas pelo momento histórico, social e cultural, em uma sociedade como a atual, cujas atividades são profundamente influenciadas pelas tecnologias, a forma como interagimos com objetos artísticos-culturais não passa ilesa por essas transformações. Hoje, podemos ter acesso a livros, filmes e músicas através do celular, por exemplo, que, quando conectado à internet, pode nos “levar” a um museu ou a um *show* em qualquer lugar do mundo.

O nosso objeto de análise neste artigo é o álbum *Meus caros amigos* de Chico Buarque. Quando lançado em 1976, o acesso às canções do álbum dependia do disco de vinil¹ e de uma vitrola, hoje, é possível ouvir essas canções nos serviços de *streaming* de música pelo celular em qualquer lugar, e mais, o consumidor pode criar sua própria *playlist*. Mesmo com as novas práticas de acesso à canção, as coletâneas em disco de vinil são ainda produzidas e o mercado se encontra em uma crescente de vendas nos últimos anos².

Os álbuns, como o que ora analisamos, são compostos, basicamente, por uma capa, um encarte e pelo próprio vinil, através dos quais se tem acesso às informações técnicas³, às letras das canções⁴ com respectivas autorias, e aos fonogramas.

Cabe ressaltar, como veremos na seção dedicada à análise, que algumas das canções de *Meus caros amigos* fizeram parte da trilha sonora de filmes e peças teatrais. É igualmente importante sinalizar que o Brasil dos anos 1970 vivia os tempos obscuros da ditadura militar que levou Chico Buarque a “mascarar” algumas de suas canções a fim de burlar a censura, como veremos em canções desse álbum.

¹ Também conhecido como LP, do inglês, *Long Play*.

² Nos Estados Unidos, as receitas de vinil cresceram 61% para US\$1,04 bilhão em 2021, o 15º ano consecutivo de crescimento do formato. Disponível em: <https://www.musicbusinessworldwide.com/with-15bn-revenue-2021-was-the-us-record-industrys-biggest-ever-year-kind-of/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

³ Algumas dessas informações também podem ser encontradas nas plataformas de *streaming*.

⁴ Existem plataformas de *streaming* que disponibilizam as letras das canções.

Meus caros amigos possui dez canções, sendo algumas compostas por Chico Buarque em co-autoria com outros artistas. O que propomos neste artigo não é realizar uma análise exaustiva de cada canção, mas, a partir da compreensão do álbum como um *hipergênero* (Bonini, 2011), explorar os gêneros que o compõem, como ficha técnica, letras das canções e fonogramas.

A análise empreendida neste artigo tem como ancoragem teórica o conceito de gênero do discurso e de autoria na perspectiva do dialogismo bakhtiniano e a noção de *hipergênero* discutida por Bonini (2011). Para análise das canções, adotamos como recurso metodológico o *Tetragrama de análise multissemiótica da canção* proposto pelo Grupo de Estudos da Canção⁵ (GECAN).

1 Conceitos agenciados na análise do álbum *Meus caros amigos*

À luz de Bakhtin (2011 [1979]), sabemos que as interações sociais são mediadas pela linguagem e ocorrem dentro das esferas da atividade humana que determinam o *conteúdo temático*, o *estilo* e a *construção composicional* dos enunciados estabelecendo, assim, tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais são denominados *gêneros do discurso*. Nas palavras do autor:

Em cada campo [esfera] existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de cada campo [esfera] [...]. Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo [esfera], geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis (Bakhtin, 2011, p. 266).

Cada esfera possui rica diversidade de gêneros do discurso que podem se caracterizar como primários ou secundários. Para o autor, os gêneros primários estão presentes nas situações de comunicação discursiva mais imediatas, como as conversas do cotidiano, por exemplo. Já os gêneros secundários (romance, notícia, artigo científico, lei, etc.) fazem parte das situações de interação discursiva mais complexas e organizadas, que no geral envolvem a escrita, e ocorrem em determinadas esferas da atividade humana, tais como, jornalística, jurídica, acadêmica e artístico-cultural. É importante destacar a relação entre os gêneros primários e secundários, sendo que estes são formados a partir da incorporação e reelaboração dos primários.

De acordo com Bonini (2011), um conjunto de gêneros pode estar organizado de forma a constituir uma unidade de sentido maior, o que ele denomina *hipergênero*. Segundo o autor,

⁵ O GECAN faz parte do Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada (NELA) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e ao Programa de Mestrado Profissional em Letras, ambos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

no *hipergênero*, há relações genéricas⁶, uma vez que um gênero não existe no vácuo, mas na relação com outros gêneros.

Como exemplos de *hipergêneros*, o autor apresenta: jornal, revista, telejornal, programa de entrevistas. Usando o exemplo do jornal, considerando-o um *hipergênero*, o autor retoma características, peculiaridades, propostas por Bakhtin (2011 [1979]) para definição de um enunciado, a *alternância dos sujeitos do discurso* e a *conclusibilidade*, que se desdobra em: a. exauribilidade do objeto e do sentido; b. projeto de discurso ou vontade de discurso do falante; c. formas típicas composicionais e de gênero do acabamento. Em seu texto, Bonini (2011) não explora a *expressividade*, terceira peculiaridade do enunciado.

A *alternância dos sujeitos do discurso* é o que delimita as fronteiras do enunciado, em outros termos, é o que marca os limites entre “[...] os *já-ditos* aos quais o enunciado responde. [...] essa peculiaridade pode se realizar de várias formas, frente aos diversos campos da atividade humana e às distintas formas de interação social das quais participamos” (Pereira; Brait, 2020, p. 133). Embora essa alternância de turnos fique mais evidente em interações face a face, ela se faz presente em todas as interações, inclusive nas mediadas pela escrita.

A segunda peculiaridade, *conclusibilidade* do enunciado, pode ser compreendida como “[...] uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições” (Bakhtin, 2011 [1979], p. 280, grifos do autor). Essa característica tem relação com a possibilidade que tem o enunciado de suscitar resposta e é determinada por três fatores: exauribilidade do objeto e do sentido; projeto de discurso ou vontade de discurso do falante; e formas típicas composicionais e de gênero do acabamento. Pereira e Brait (2020, p. 133) sintetizam esses três elementos da seguinte forma:

Sobre o primeiro elemento, o pensador esclarece que o objeto do discurso é, a *priori*, inexaurível, mas ao se tornar tema do enunciado, ganha uma relativa conclusibilidade nos diferentes campos da vida, bem como em distintas condições de interação. O projeto de discurso, segundo elemento, está diretamente ligado ao primeiro e dá conta da intencionalidade discursiva do falante, delimitando as fronteiras do enunciado. Por fim, as formas típicas composicionais e de acabamento envolvem a escolha de gêneros do discurso, posto que a intencionalidade discursiva, o projeto discursivo, só se realiza a partir da seleção de um determinado gênero, ou seja, a partir de uma forma relativamente estável de construção do todo, que irá mediar a realização desse projeto discursivo.

Por fim, a *expressividade*, terceira peculiaridade do enunciado, relaciona-se à impossibilidade de neutralidade do enunciado, tendo em vista o horizonte social e valorativo da autoria que se posiciona, cuja marca expressiva pode atravessar de forma mais ou menos intensa os enunciados. Ademais, “[...] é essa relação emocionalmente valorativa do falante com o objeto do discurso e com o sentido do enunciado que irá determinar o estilo da enunciação, que irá

⁶ Segundo Bonini (2011), as relações genéricas correspondem a interfaces estruturais no nível da própria interação, já que incidem sobre o gênero e, portanto, sobre a dinâmica dialógica.

orientar as escolhas léxico-gramaticais e composicionais, assim como a disposição desses elementos na constituição do enunciado” (Pereira; Brait, 2020, p. 134). Conforme Bakhtin (2011 [1979], p. 298, grifos do autor), “A expressão do enunciado, em maior ou menor grau, *responde*, isto é, exprime a relação do falante com os enunciados do outro, e não só a relação com os objetos do seu enunciado”.

A exemplo de Bonini (2011), no quadro a seguir, apresentamos essas peculiaridades do enunciado aplicadas ao álbum, que em nossa compreensão funciona como um grande enunciado, ou *hipergênero*. Vale ressaltar que contemplamos a *expressividade*, terceira característica do enunciado, em nossa análise.

Quadro 1. Peculiaridades do enunciado aplicadas ao *álbum*

Peculiaridades do enunciado		Aplicação das peculiaridades ao <i>álbum</i>
Alternância dos sujeitos do discurso		O álbum apresenta um modo <i>dixi</i> (sua própria constituição: capa/contracapa e primeira e última canções), assinalando a alternância de enunciados (a cada álbum publicado) e permitindo que o interlocutor (leitor/ouvinte) se manifeste.
Conclusibilidade	<i>Exauribilidade do objeto e do sentido</i>	A produtora/gravadora e o artista expressam todo o conteúdo temático possível para determinado álbum, cujo acabamento é relativo e mínimo para que ocorra uma posição responsiva/apreciativa do interlocutor.
	<i>Projeto de discurso ou vontade de discurso do falante</i>	A produção de um álbum é coletiva, portanto expressa o querer dizer de um grupo: gravadora, produtor/diretor e artista. Essa vontade discursiva coletiva define os limites do enunciado.
	<i>Formas típicas composicionais e de gênero do acabamento</i>	O álbum é composto, basicamente, pelos seguintes gêneros: capa, contracapa, ficha técnica, lista das canções, letras das canções e fonogramas, apresentando uma organização genérica que permite, portanto, a circulação de outros gêneros.
Expressividade		O álbum, como enunciado, não existe no vazio, pois relaciona-se com os já-ditos, direciona-se a interlocutores reais, realiza-se dentro de determinada esfera e possui uma autoria que realiza um projeto de dizer a partir de um determinado horizonte social e axiológico.

Fonte: elaboração própria com base no quadro apresentado por Bonini (2011, p. 692).

Outro conceito importante para compreender o álbum como um *hipergênero* é a ideia de *autoria*. Todos os textos⁷ são produzidos por alguém, em outras palavras, “Todo texto tem um sujeito, um autor (o falante, ou quem escreve)” (Bakhtin, 2011 [1979], p. 308). Ao produzir um texto, o autor leva em conta a esfera na qual vai circular seu texto, as feições típicas do gênero escolhido, o(s) interlocutor(es) a que se enuncia, as suas intenções quanto à realização do seu projeto de dizer. É ele quem empreende, quem se responsabiliza pelo acabamento estilístico e composicional do seu objeto discursivo.

⁷ Texto na concepção de enunciado na perspectiva interacionista.

De acordo com Bakhtin (Volochínov)⁸, “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação.” (2014 [1929], p. 117). Nesse sentido, o(s) interlocutor(es) são peças fundamentais na construção do enunciado, que está ligado a enunciados precedentes, “[...] mas também aos subseqüentes da comunicação discursiva” (Bakhtin, 2011 [1979], p. 301).

No caso do álbum, nosso objeto de estudo, observamos uma complexa relação de autoria, de um lado temos o(s) artista(s) que produziram as canções, letras e músicas, e de outro o produtor/diretor que está representando a empresa fonográfica que foi responsável pelo acabamento do álbum. Apesar de ser o artista quem se destaca, o álbum "entregue" aos interlocutores/ouvintes representa um projeto discursivo que passa pelo crivo das intenções e condições da indústria fonográfica. Assim, o álbum imprime uma relação de co-autoria entre artista e produtor, ao mesmo tempo que é organizado para ser consumido por um público previsto.

Na próxima seção do artigo, apresentamos os resultados da análise do álbum compreendido como um *hipergênero*. Em seguida, desenvolvemos uma análise das canções a partir do *Tetragrama de análise multissemiótica da canção* proposto pelo GECAN. Por fim, assinalamos algumas considerações finais decorrentes do nosso estudo.

2 O álbum *Meus caros amigos* e os gêneros que o constituem como um *hipergênero*

O álbum *Meus caros amigos*, lançado em 1976, é composto pelos seguintes gêneros: capa, contracapa, ficha técnica, lista das canções, letras das canções e fonogramas. O álbum, portanto, apresenta uma organização genérica que permite a circulação de outros gêneros (Bonini, 2011).

Na capa e contracapa do álbum (Fig. 1), visualizamos fotos em que Chico Buarque apresenta-se de maneira descontraída, realizando atividade de lazer, como jogar sinuca. A própria escrita do título do álbum, à mão livre e com uso de giz, passa uma certa leveza e intimidade. E talvez essa seja a mensagem de Chico Buarque aos amigos, que lhe são tão “caros”, de imenso valor e queridos, pois como veremos na próxima seção, o álbum foi lançado no final do período mais cruel da ditadura militar brasileira e Chico Buarque sempre esteve sob o olhar dos censores. Dado o contexto sócio-histórico, essas imagens retratam um convite à retomada da vida com os amigos, simbolizando, assim, esperança e liberdade para o povo brasileiro.

⁸ Apesar de, atualmente, a autoria de Marxismo e Filosofia da Linguagem ser atribuída unicamente a Volochínov, faremos referência também a Bakhtin em função da edição consultada neste trabalho.

Ainda sobre o título do álbum e a referência às amizades importantes, cabe destacar a última faixa denominada *Meu caro amigo*. Essa foi uma carta-canção, escrita por Chico e composta pelo amigo Francis Hime, destinada ao amigo em comum, o teatrólogo Augusto Boal que estava exilado em Lisboa e carecia de notícias do Brasil. Severiano e Mello (2015, p. 248) citam comentário de Augusto Boal sobre essa bela surpresa:

Estava almoçando com amigos exilados, quando na sobremesa minha mãe visitante disse que tinha trazido uma carta do Chico. Pusemos a carta-cassete na vitrola e, pela primeira vez, ouvimos ‘Meu caro amigo’. Falávamos de tristezas e ouvimos um canto de esperança. [...]. Chico resistia aqui no Brasil escrevendo ‘Apesar de Você’ e ‘Vai Passar’, e nos ajudava a resistir lá fora, cantando a sua amizade.

Figura 1. Capa e contracapa do álbum *Meus caros amigos*



Fonte: site do IMMUB⁹.

A capa e a contracapa do álbum (Figura 1) são, ainda, uma menção ao projeto maior desse disco, apresentando fotos de Chico Buarque emolduradas por um “negativo” de filme, tendo em vista que a maioria das canções do álbum foi produzida “sob encomenda” - de amigos - para compor a trilha sonora de filmes e peças teatrais, conforme segue:

- *O que será (À flor da terra)*: composta para o filme *Dona flor e seus dois maridos* (1976), dirigido por Bruno Barreto. Essa canção faz parte da trilogia musical do filme ao lado de *O que será (Abertura)* e *O que será (À flor da pele)*, todas de Chico Buarque;
- *Mulheres de Atenas*: composta para a peça teatral *Lisa, a mulher libertadora* (1976), de Augusto Boal;
- *Vai trabalhar, vagabundo*: composta para o filme homônimo de 1973, com atuação e direção de Hugo Carvana;

⁹ Disponível em: <https://immub.org/album/meus-caros-amigos>. Acesso em: 03 mai. 2023.

- *A noiva da cidade e Passaredo*: foram produzidas para o filme *A noiva da cidade* (1978), dirigido por Alex Viany;
- *Basta um dia*: produzida para a peça teatral *Gota d'Água* (1975), do próprio artista com Paulo Pontes.

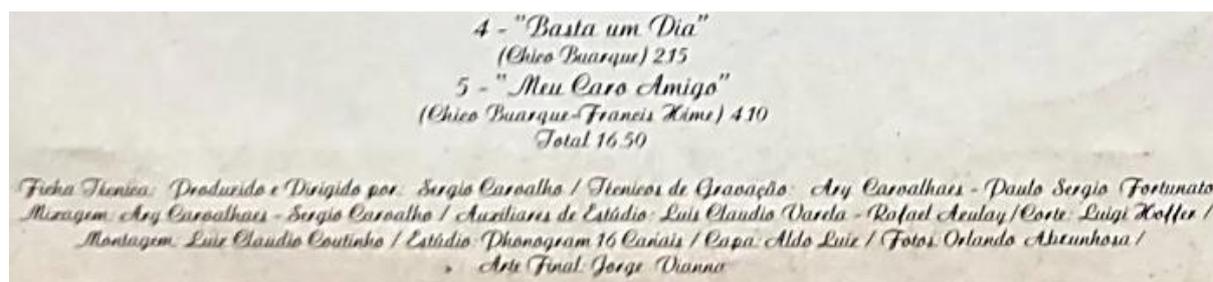
Sobre o álbum, em entrevista para o *Jornal do Brasil* publicado em 4 de dezembro de 1976, o artista contou que:

O disco não tem uma unidade temática. Procurei incluir músicas que estavam com gravação proibida que foram liberadas. Músicas de várias épocas, feitas para filmes, e isso pode dar a impressão de que as músicas estão meio soltas. Mas disco é isso. Uma música, depois outra. A unidade está na visão do compositor ou dos compositores. Sempre que acabo de fazer um disco, acho que aquele é o melhor. Agora me sinto assim. Apesar da ideia superficial de dispersão, *Meus caros amigos* é uma coisa só (Buarque, 1976, p. 5).

No caso de um álbum, a unidade comentada por Chico no trecho acima, considerando as peculiaridades do enunciado (ver Quadro 1 na seção anterior), também está associada a sua produção que é coletiva, portanto expressa o querer dizer da gravadora representada pelo produtor/diretor. E é essa vontade discursiva coletiva que define os limites do enunciado. Portanto, a autoria do álbum contempla também a gravadora Philips evidenciada no produtor e diretor Sérgio Carvalho¹⁰.

Na contracapa, abaixo da lista das canções, é apresentada a ficha técnica do álbum, indicando todos os envolvidos na produção e respectivas funções. Essas são as outras “vozes” que também elaboram e realizam esse projeto de dizer maior que é o álbum.

Figura 2. Ficha técnica¹¹ do álbum *Meus caros amigos*



Fonte: site do IMMUB¹².

¹⁰ Pelo sucesso de vendas desse álbum, Sérgio de Carvalho foi considerado o melhor produtor do ano, de acordo com a edição de 23 de janeiro de 1977 do *Jornal do Brasil*. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22meus%20caros%20amigos%2&pagfis=89203. Acesso em: 03 mai. 2023.

¹¹ Como na ampliação da imagem houve perda de qualidade, reproduzimos aqui as informações da ficha técnica para o leitor: Produzido e Dirigido por: Sergio Carvalho / Técnicas de Gravação: Ary Carvalhaes - Paulo Sergio Fortunato / Mixagem: Ary Carvalhaes - Sergio Carvalho / Auxiliares de Estúdio: Luis Claudio Varela - Rafael Azulay / Corte: Luigi Hoffer / Montagem: Luiz Claudio Coutinho / Estúdio: Phonogram 16 Canais / Capa: Aldo Luiz / Fotos: Orlando Abrunhosa / Arte Final: Jorge Vianna.

¹² Disponível em: <https://culturaretro.com.br/produto/lp-meus-caros-amigos-chico-buarque-1976-phillips/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

Acerca da lista das canções, outro gênero que compõe o álbum, ela é apresentada na ordem dos fonogramas. *Meus caros amigos* possui dez faixas cujas canções são produções do Chico Buarque, sendo algumas em co-autoria, seja como letrista ou compositor. No quadro a seguir, apresentamos a organização das canções como aparecem no álbum, bem como informações sobre as respectivas autorias e tempo de cada fonograma.

Quadro 2. Informações sobre o álbum *Meus caros amigos*

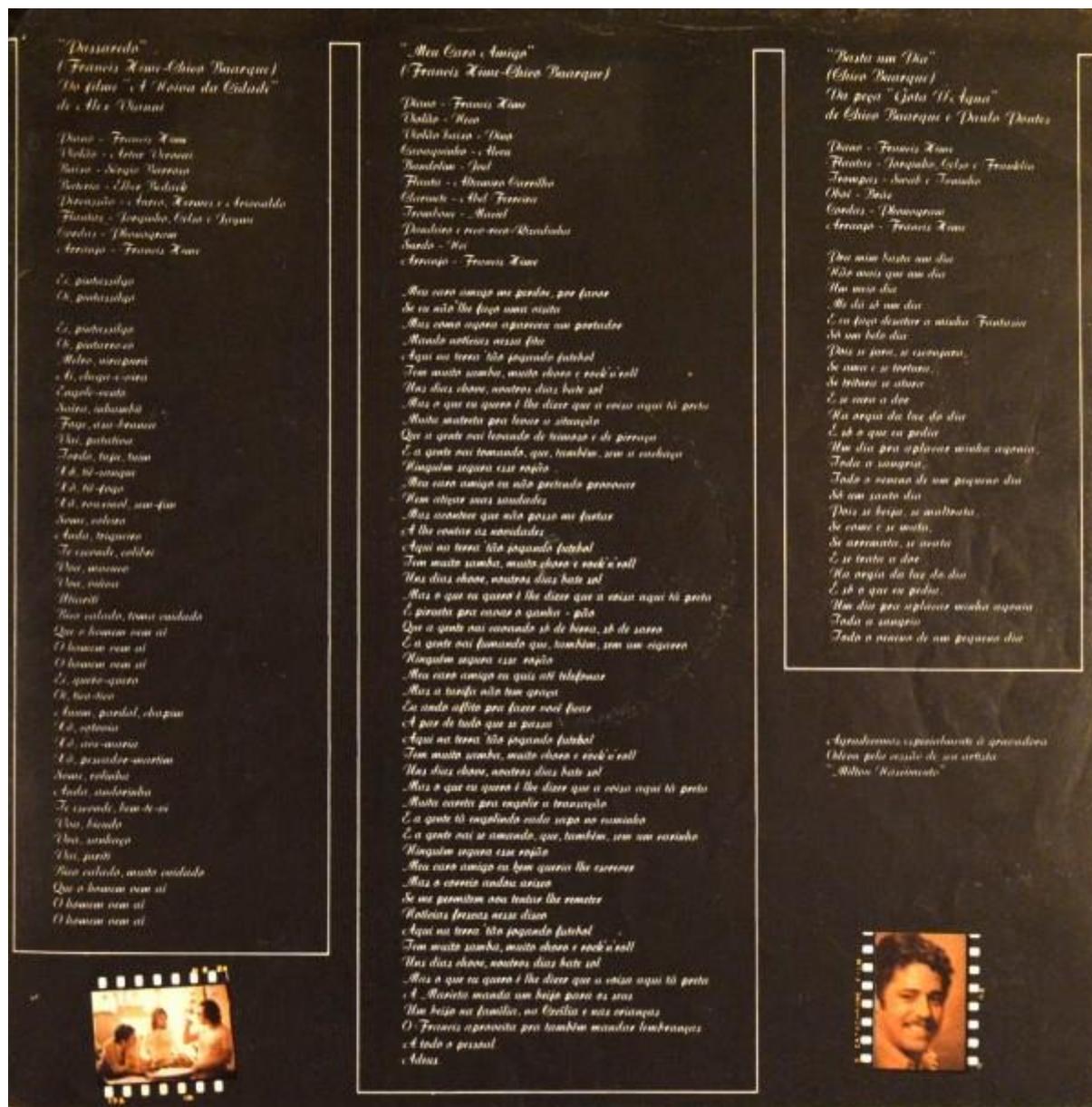
Lado ¹³	Canção	Autoria	Interpretação	Tempo do fonograma
1	<i>O que será (À flor da terra)</i>	Chico Buarque	Milton Nascimento Chico Buarque	2'45''
	<i>Mulheres de Atenas</i>	Chico Buarque Augusto Boal	Chico Buarque	4'15''
	<i>Olhos nos olhos</i>	Chico Buarque	Chico Buarque	4'30''
	<i>Você vai me seguir</i>	Chico Buarque Ruy Guerra	Chico Buarque	3'10''
	<i>Vai trabalhar, vagabundo</i>	Chico Buarque	Chico Buarque	2'15'
2	<i>Corrente</i>	Chico Buarque	Chico Buarque	4'25''
	<i>A noiva da cidade</i>	Francis Hime Chico Buarque	Chico Buarque	3'50''
	<i>Passaredo</i>	Francis Hime Chico Buarque	Chico Buarque	2'10''
	<i>Basta um dia</i>	Chico Buarque	Chico Buarque	2'15''
	<i>Meu caro amigo</i>	Francis Hime Chico Buarque	Chico Buarque	4'10''

Fonte: elaboração própria.

As letras das canções são apresentadas na ordem dos fonogramas, com exceção das duas últimas faixas que se organizam de forma diferente - *Meu caro amigo* seguida de *Basta um dia*. As letras são apresentadas em fundo preto e escritas em branco, com fotos de Chico Buarque emolduradas por negativos em situações descontraídas - com amigos no bar, jogando sinuca, sorrindo, fumando. Toda a parte escrita do álbum é apresentada em fonte que lembra a letra cursiva, concedendo, novamente, uma sensação intimista como se tivesse sido escrito à mão.

¹³ Nos discos de vinil, em geral, as faixas musicais do álbum são divididas em dois grupos que compõem cada um dos seus lados. Os lados podem ser marcados, também, como A e B.

Figura 3. Letras das canções do álbum *Meus caros amigos*



Fonte: site do IMMUB¹⁴.

Após cada título, são apresentadas informações sobre a canção: compositor e letrista; informações sobre o filme ou peça teatral para qual a canção foi composta; instrumentos e respectivos músicos que fizeram parte da produção dos fonogramas. Podemos inferir que essas informações compõem uma ficha técnica de cada canção.

Para a canção *Corrente*, consta, além das informações listadas acima, a seguinte observação ao leitor/ouvinte da canção: *nesta corrente, os versos são elos que podem ser dispostos livremente, conforme as preferências do usuário; observe-se, por exemplo, que uma*

¹⁴ Disponível em: <https://immub.org/album/meus-caros-amigos>. Acesso em: 03 mai. 2023.

mesma corrente tanto pode ser lida para frente quanto para trás. Sobre entender essa mensagem, cabe destacar o comentário de Napolitano (2003, p. 126-127) acerca da canção *Corrente*:

[...] samba alegre e ritmado, pode ser visto como um dos melhores exercícios de mensagem cifrada contra a ditadura. Chico faz o compositor confundir-se com o “eu poético” que, a princípio, parece assumir o seu lugar no “coro dos contentes” da ditadura militar. [...] [esse] samba já apresentava algumas ousadias lúdicas que caracterizariam as canções da ‘abertura’. [...]. A própria estrutura e a disposição dos versos realizam a desconstrução do sentido. A chave da decodificação está no próprio título. [...]. É no segundo verso de cada par que o compositor diz o que ele “realmente acha” da realidade (configurada no verso anterior); mas o primeiro verso seguinte repõe o jogo de esconde-esconde com a ditadura e a censura, sendo negado pelo verso seguinte e assim sucessivamente. Então, como numa corrente, o encadeamento alternado dos elos traduz o verdadeiro sentido da canção.

Por fim, cabe um último registro acerca das informações “adicionais” presentes no encarte das letras das canções. Ao final consta o seguinte agradecimento: *Agradecemos especialmente à gravadora Odeon pela sessão de seu artista ‘Milton Nascimento’.* Essa menção refere-se à canção *O que será (À flor da pele)* que conta com a participação vocal de Milton Nascimento.

Nesta seção, buscamos analisar o álbum *Meus caros amigos* à luz do conceito de *hipergênero*, discorrendo sobre dimensões importantes de cada *gênero discursivo* que compõe esse enunciado maior que é o álbum. Assinalamos, também, a complexa relação de autoria empreendida na realização desse grande projeto de dizer - o álbum. Na próxima seção, apresentamos uma análise do conjunto de canções do álbum.

3 Breve análise do conjunto de canções de *Meus caros amigos*

Nesta seção do artigo, dedicamo-nos à análise das canções do álbum *Meus caros amigos*, para tanto, tomamos o *Tetragrama de análise multissemiótica da canção* como suporte metodológico, conforme mencionamos na introdução. O uso desse recurso permite contemplar as diferentes dimensões semióticas que constituem a canção: *componente sociossituacional*, *componente autoral*, *componente verbal* e *componente musical*. Para cada componente, são apresentadas categorias analíticas que visam orientar a análise sem o propósito de exauri-las.

Ressaltamos que os componentes do tetragrama não devem ser apreendidos como elementos fragmentados, independentes, sob o risco de reduzir a canção a partes desconectadas. A divisão que adotamos para apresentação da análise serve apenas para organização e sistematização dos dados. De acordo com Baltar *et al* (2022, p. 16-17, grifos dos autores):

A divisão nos quatro componentes: *verbal*, *musical*, *situacional* e *autoral* é uma decisão metodológica, com o objetivo de sistematizar a análise. Não há necessidade de seguir nenhuma ordem pré-estabelecida entre eles e também não é preciso exaurir as categorias de análise de cada componente. Por se tratar de um gênero híbrido – composto por mais de uma matriz signíca, situado no tempo e no espaço – o professor e os estudantes, os analistas em sala de aula, podem entender os quatro componentes sempre entrelaçados e escolher as categorias de cada componente, de acordo com cada canção analisada. A apresentação do tetrágono na figura de um disco (LP) em movimento reforça a ideia de que a análise pode iniciar por qualquer componente e de que todos os componentes estão interligados.

Neste trabalho optamos por iniciar a análise pelo *componente socio-situacional*, seguido do *autoral* e do *verbal*, finalizando com o *musical*. As categorias escolhidas para análise das canções foram definidas a partir do que identificamos ser “unificador”, assim, consideramos o conjunto das canções como parte constituinte desse grande enunciado, *hipergênero*, que é o álbum.

Na imagem a seguir, apresentamos o tetrágono com as categorias de análise previstas em cada componente.

Figura 4. Tetrágono de análise multissemiótica da canção



Fonte: Grupo de Estudos da Canção (GECAN)/NELA/UFSC

Em relação ao *componente socio-situacional*, nosso foco recai sobre o Brasil da década de 1970, tendo em vista que as canções foram criadas nesse período e o lançamento do álbum ocorreu em 1976. A primeira metade dessa década é conhecida como os “anos de chumbo” da ditadura militar brasileira, pois no Brasil vivia-se sob a égide do Ato Institucional n. 5 (AI-5)

promulgado no final de 1968. Esse foi um período de muita tensão para artistas, políticos e educadores mais progressistas, que por vezes foram presos ou recorreram ao exílio para se defenderem da repressão e da censura.

Chico Buarque por vezes foi intimado a se explicar aos censores, o que resultava, entre outros recursos, na alteração/troca de palavras e expressões das letras das canções para que pudessem ser gravadas. Para driblar a censura das suas canções, o artista desenvolveu um jeito muito singular de “esconder” em suas letras contundentes críticas ao regime militar. Conforme Napolitano (2003, p. 118),

Contra a repressão e a censura, um dos recursos, não apenas de Chico, mas de vários compositores, era trabalhar a poética do ser e do tempo e suas antíteses, produzidas pela experiência da repressão, a saber: não-ser (silêncio-censura) e não-tempo (ditadura-exílio-imobilismo político). Neste sentido, mais do que um compositor contrário à ditadura, Chico foi um cronista da dramática modernização brasileira, potencializada pela própria ditadura. O progresso técnico que, mesmo benéfico, atropela todos os sonhos e fantasias, tornava-se mais cruel quando imposto a partir de um modelo político autoritário e excludente.

Chico tornou-se alvo número um da censura, por suas canções e outros trabalhos artístico-culturais, sendo que seu último disco a ter dificuldades com os censores foi, justamente, *Meus caros amigos* (Werneck, 2006). Em entrevista para o Jornal do Brasil publicado em 4/12/1976, o artista contou que:

O disco que está saindo agora é o resultado de vários trabalhos em cinema e teatro. Muita coisa que não podia ser gravada e foi, finalmente, liberada. Houve época em que era impossível gravar. Tudo que era enviado para a Censura voltava com lápis vermelho. Resolvi fazer um disco simples, mas isso não é sinônimo de desleixado. Os arranjos de Francis Hime são ricos, ele tem um incrível talento. O que quero dizer é que não é um disco pretensioso nem ostensivamente caro. É um disco aberto e bem-humorado. Bem-humorado no mesmo sentido que *Xica da Silva*, do Cacá Diegues, é (Buarque, 1976, p. 5).

O artista praticamente dispensa apresentações, bastante (re)conhecido por seus trabalhos na esfera artístico-cultural, sobretudo na música brasileira, Francisco Buarque de Hollanda, nascido em 19 de junho de 1944, no Rio de Janeiro, é o quarto filho de Maria Amélia e do historiador Sérgio Buarque de Holanda. O casal e os sete filhos formavam “[...] uma família marcada pela paixão da música [...]” (Werneck, 2006, p. 12).

Acerca do *componente autoral*, em todas as canções Chico Buarque participou do processo criativo, seja como letrista, como compositor ou em ambas as funções. Das canções do álbum, apenas duas letras não são de sua autoria, *Mulheres de Atenas* e *Você vai me seguir*, escritas por Augusto Boal e Ruy Guerra, respectivamente. Sobre a composição das músicas, três são de Francis Hime: *A noiva da cidade*, *Passaredo* e *Meu caro amigo*.

Em relação à *audiência*, ou seja, à receptividade do álbum pelo público, em notícias de jornais da época observa-se grande repercussão. A edição do Jornal do Brasil de 14 de

novembro de 1976¹⁵ publica o convite para o lançamento do álbum *Meus caros amigos* que ocorreria no dia 18 de novembro de 1976 junto à comemoração das 300 apresentações da peça *Gota d'água*, e informa que a tiragem inicial foi de 100 mil exemplares. Na edição de 4 de dezembro de 1976¹⁶, o jornal informa que em uma semana o público esgotou os 100 mil exemplares e que uma nova tiragem de mais 100 mil exemplares estava sendo produzida.

Em março de 1977, a TV Bandeirantes exibiu o musical *Meus caros amigos*, no qual Chico Buarque interpretou canções do álbum em análise e outras importantes da sua carreira, e contou com a participação de Francis Hime e Milton Nascimento. Foi tão grande o sucesso do especial que a inauguração da TV Guanabara, em setembro de 1977, teve como "marco" a reprise do musical.

Ainda em 1977, o álbum recebeu disco de ouro (pela venda de 150 mil exemplares em um ano) da Associação Brasileira dos Produtores de Discos, e o troféu *Villa-Lobos* na categoria *melhor produto*.

No Uruguai do início dos anos 1980, Chico Buarque era o segundo artista brasileiro mais ouvido, perdia apenas para Roberto Carlos, isso resultava da grande repercussão do álbum *Meus caros amigos* lançado 5 anos antes, como informou a edição do Jornal do Brasil de 9 de agosto de 1981¹⁷.

Sobre outros intérpretes das canções do álbum, destaca-se *Olhos nos olhos*, gravada por Maria Bethânia, também em 1976, no álbum *Pássaro proibido*. Comentando sobre a maestria de Chico para escrever canções que expressam um eu lírico feminino, Severiano e Mello (2015, p. 250-251) assinalam que:

Numa entrevista à Rádio Jornal do Brasil, em 16 de maio de 1990, ele afirmou: "Fiz muitas músicas de encomenda para teatro. Nesses casos, mais do que os personagens, eu procuro saber quem é o ator ou a atriz que vai interpretá-las. Então, em minha cabeça, eu misturo a figura da atriz com a da cantora que gostaria que cantasse aquela música. [...] Mas às vezes a canção nem é para teatro, como 'Olhos nos olhos', que fiz para Bethânia. Quando terminei 'Olhos nos olhos' eu disse: 'Olha, esta música está a cara da Maria Bethânia'". Realmente uma composição melodramática como "Olhos nos olhos" [...] teria mesmo que ser cantada por Maria Bethânia [...], pois até versos banais - como "Olhos nos olhos, quero ver o que você faz/ao sentir que sem você eu passo bem demais" - ganham especial dramaticidade em sua voz rouca.

¹⁵ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%22meus%20carios%20amigos%22&pagfis=84161. Acesso em: 03 mai. 2023.

¹⁶ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%22meus%20carios%20amigos%22&pagfis=85686. Acesso em: 03 mai. 2023.

¹⁷ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pagfis=37354. Acesso em: 03 mai. 2023.

Da proibição ao reconhecimento, em outras palavras, do trancafiamento imposto pela censura ao deleite do público, o álbum *Meus caros amigos* hoje, 46 anos após o seu lançamento, pode ser apreciado através dos serviços de *streaming* de música, assim, continua reverberando no “grande tempo” provocando reações-resposta.

No que diz respeito ao *componente verbal*, optamos por analisar a forma, o conteúdo temático e as figuras de linguagem recorrentes nas canções.

A composição das letras das canções presentes em *Meus caros amigos* compartilham a expressão emotiva da linguagem e a estrutura de versos, rimas e ritmos, configurando, deste modo, a poesia como a forma recorrente, com exceção das canções *Olhos nos olhos* e *Meu caro amigo* que, apesar de apresentar a estrutura de poesia, ambas possuem um teor narrativo, a primeira, assemelhando-se a uma carta de reconciliação, já a segunda, corresponde a uma carta de Chico Buarque e Francis Hime ao amigo Augusto Boal que se encontrava exilado em Portugal e aspirava por notícias do Brasil.

Como já mencionado antes, o álbum é formado, em sua maioria, por canções feitas para o cinema e teatro, desta forma, o álbum não possui um único conteúdo temático evidente, mas um leque de temas abordados nas canções como amor, paixão e crítica ao regime ditatorial brasileiro como podem ser observados em *O que será (À flor da terra)*, *Corrente* e *Meu caro amigo*, há também presente nas canções a temática da crítica ao patriarcado, a emancipação da mulher e a sexualidade feminina, evidenciadas em *Olhos nos olhos*, *Mulheres de Atenas* e *Você vai me seguir*.

No que diz respeito às figuras de linguagem, as canções apresentam, sobretudo, *antíteses* e *hipérboles* e a presença marcante da *construção metafórica*. É importante mencionar que elencamos apenas as figuras de linguagem mais recorrentes nas canções do álbum e seus respectivos exemplos para a ilustração, conforme quadro a seguir:

Quadro 3. Figuras de linguagem mais recorrentes no álbum *Meus caros amigos*

Figuras de linguagem	Exemplificação	Canções
Antítese	“Não têm sonhos, só têm presságios” “Uns dias chove, noutros bate sol”	<i>Mulheres de Atenas</i> <i>Meu caro amigo</i>
Hipérbole	“mil quarentenas” “quase enlouqueci”	<i>Mulheres de Atenas</i> <i>Olhos nos olhos</i>
Metáfora	“Que brota à flor da pele” / “Que me salta os olhos” “não fazem cenas” / “carícias plenas” “águas rolaram” “Você vai me cegar” “Carimba o teu coração” “Acho que meu samba é uma corrente” “A coisa aqui tá preta” / “É pirueta pra cavar o ganha-pão”	<i>O que será (À flor da terra)</i> <i>Mulheres de Atenas</i> <i>Olhos nos olhos</i> <i>Você vai me seguir</i> <i>Vai trabalhar vagabundo</i> <i>Corrente</i> <i>Meu caro amigo</i>

Fonte: elaboração própria.

Acerca do componente *musical*, optamos por discorrer brevemente pela tonalidade e gênero. O álbum possui canções compostas nas tonalidades de A, B, Bm, C, D, Dm, F#m e G¹⁸, como podemos observar na tabela abaixo. MPB (Música Popular Brasileira) é o gênero musical ao qual o álbum foi classificado e corresponde à maioria das canções do álbum, no entanto, *Meus caros amigos*, também possui Samba e Choro, que apesar das semelhanças, são gêneros musicais distintos.

Quadro 4. Tonalidade e gênero das canções do álbum *Meus caros amigos*

Canção	Tonalidade	Gênero
1. <i>O que será (À flor da terra)</i>	Dm	MPB
2. <i>Mulheres de Atenas</i>	D	MPB
3. <i>Olhos nos olhos</i>	F#m	MPB
4. <i>Você vai me seguir</i>	D	MPB
5. <i>Vai trabalhar vagabundo</i>	D	Samba
6. <i>Corrente</i>	A	Samba
7. <i>A noiva da cidade</i>	C	MPB

Fonte: elaboração própria.

As composições possuem uma riqueza sonora de construção harmônica e melódica, algumas canções, como é o caso de *O que será (À flor da terra)*, faz modulação entre as tonalidades Dm (Ré menor), Gm (Sol menor) e Am (Lá menor), o mesmo ocorre com *A noiva da cidade* (entre os tons Cm (Dó menor) e F (Fá maior) e *Basta um dia* (entre os tons Bm (Si menor) e Dm (Ré menor)).

É importante destacar que na canção *Vai trabalhar vagabundo* é utilizado o modo Mixolídio na composição, ou seja, apesar da armadura de clave indicar na partitura o tom G (Sol maior), os acordes que constituem a harmonia e melodia estão em D (Ré maior), desta maneira, a escala utilizada inicia com a quinta nota da tonalidade – Dó, Ré, Mi, Fá, Sol, Lá, Si, Dó – ou seja - Sol, Lá, Si, Dó, Ré, Mi, Fá, Sol – assim, a escala de Sol possui as notas da escala de Dó, configurando o modo Mixolídio.

Nesta seção, buscamos analisar as canções do álbum *Meus caros amigos* à luz do *Tetragrama de análise multissemiótica da canção*. O uso desse recurso metodológico permitiu contemplar as diferentes dimensões semióticas e discursivas que constituem a canção. A partir das categorias contempladas na análise das canções, identificamos um fio condutor que perpassa as canções, seja nos componentes verbal e musical, como nos componentes autoral e

¹⁸ As análises das tonalidades foram realizadas a partir das partituras presentes nos *Songbooks* das obras de Chico Buarque, presentes nas referências ao final do artigo e com a colaboração do professor de música Rosinei Monteiro.

sociossituacional, portanto, consideramos o conjunto das canções como parte constituinte desse grande enunciado, *hipergênero*, que é o álbum.

Conclusão

Partindo do entendimento de que os gêneros estão agrupados em uma unidade maior, o *hipergênero* (Bonini, 2011), este artigo teve como finalidade apresentar uma análise do álbum *Meus caros amigos* de Chico Buarque, lançado em 1976, como um *hipergênero*, lançando um olhar sobre os gêneros que o constituem: *capa*, *contracapa*, *ficha técnica*, *lista das canções*, *letras das canções* e *fonogramas*. A ideia foi mostrar que o projeto de dizer realizado no álbum está imbricado na sua relação com cada um desses gêneros que o compõem.

A análise contou com o entendimento do conceito de gênero do discurso e de autoria na perspectiva do dialogismo bakhtiniano e a noção de *hipergênero* discutida por Bonini (2011). Na análise das canções, usamos o recurso metodológico *Tetragrama de análise multissemiótica da canção* proposto pelo Grupo de Estudos da Canção (GECAN).

Ressaltamos que a análise empreendida no artigo não se pretende exaustiva, tanto nas categorias de análise do gênero canção, quanto na abordagem dos gêneros componentes do *hipergênero* álbum musical, uma vez que, este objeto de análise contém infinitas possibilidades de compreensão.

O estudo do álbum *Meus caros amigos* também nos permite refletir sobre o contexto musicado em 1976 que se torna contemporâneo, no que diz respeito às lutas de classe, de gênero, a opressão política, entre outros. Ademais, esse estudo nos permite afirmar que é possível estudar a língua portuguesa e a história do Brasil por meio da canção brasileira, mostrando-se um rico potencial para o processo de ensino e aprendizagem dessas áreas na Educação Básica - mas esse será um tema para estudos futuros.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC por meio de bolsa de doutorado, nº do processo 3003/2021, destinada à estudante Laíse Maciel Barros.

Referências

- BALTAR, M.; FRAGA, C. F.; ESPÍNDOLA, M. R.; ANDRADE, T. M. de. (Orgs.). *Práticas educativas com o gênero canção na Educação Básica*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da Criação Verbal*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1979].

LINHA D'ÁGUA

BAKHTIN, M. M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014 [1929].

BONINI, A. Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 679-704, 2011.

BUARQUE, C. Aos amigos, Chico. Entrevistadora: Emília Silveira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 dez. 1976. Caderno B, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22meus%20caros%20amigos%22&pagfis=85688. Acesso em: 03 mai. 2023.

CHEDIAK, A. *Chico Buarque Songbook*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumiar, 1999. 1 v.

CHEDIAK, A. *Chico Buarque Songbook*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumiar, 1999. 2 v.

CHEDIAK, A. *Chico Buarque Songbook*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumiar, 1999. 3 v.

CHEDIAK, A. *Chico Buarque Songbook*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumiar, 1999. 4 v.

NAPOLITANO, M. "Hoje preciso refletir um pouco": ser social e tempo histórico na obra de Chico Buarque de Holanda – 1971/1978. *História*, São Paulo: v. 22, n. 1, p. 115-134, 2003.

PEREIRA, R. A.; BRAIT, B. Revisitando o estudo/estatuto dialógico da palavra-enunciado. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 20, n. 1, p. 125-141, jan./abr. 2020.

SEVERIANO, J.; MELLO, Z. H. de. *A canção no tempo: 85 anos de música brasileira (1958-1985)*. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2015. 2 v.

WERNECK, H. Reportagem biográfica. In: BUARQUE, C. *Tantas palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Artigo / Article

Uma análise da organização retórica do gênero resenha literária em blogs pessoais

A rhetorical analysis of the literary review genre in personal blogs

Maria Eduarda Diógenes de Araújo 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil
mariaeduardadiogenesdearaujo@gmail.com
<http://orcid.org/0009-0000-9726-2637>

Wellington Vieira Mendes 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil
wvmendes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2614-8842>

Assidia Maria Soares Alves Parnaíba 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil
assidiasoares55@gmail.com
<http://orcid.org/0009-0002-1719-5812>

Recebido em: 11/12/2023 | Aprovado em: 21/05/2024

Resumo

O avanço tecnológico permitiu o surgimento de novas linguagens e novos gêneros. No âmbito digital, o blog é considerado um hipergênero que permite a publicação de outros gêneros, como é o caso da resenha literária. Este trabalho tem como objetivo analisar a organização retórica de resenhas literárias publicadas em blogs, com base no modelo *Create a Research Space* (CARS) do pesquisador Swales (1990), e na adaptação desse modelo realizada por Bezerra (2017). Além disso, também é objetivo desta pesquisa perceber como a categoria APRECIÇÃO, do subsistema ATITUDE - sistema de AVALIATIVIDADE - evidencia a apreciação do resenhista no momento de avaliar a obra, fundamentando-se na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), a partir de Martin e White (2005). Esta pesquisa se embasa na perspectiva de gênero como ação social, desenvolvida por Miller (2008), considerando, também, pesquisadores como Bakhtin (2016), Bonini (2011) e Motta-Roth (1995), para discussão dos gêneros textuais/discursivos. A pesquisa é descritiva e interpretativista, com caráter qualitativo, e o *corpus* é constituído por 10 resenhas literárias escritas em inglês e consultadas em blogs pessoais. Os

resultados apontam que as resenhas literárias são instanciadas por textos nos quais a escrita permite tanto a norma padrão quanto a forma coloquial. Constatou-se, também, uma nova subunidade retórica "informar sobre/descrever personagens" quanto ao desenvolvimento do gênero pesquisado.

Palavras-chave: Resenhas literárias • Gêneros textuais • Blogs • Apreciação

Abstract

Technological advancements have enabled the emergence of new languages and new genres. In the digital realm, the blog is considered a hypergenre that facilitates the publication of other genres, such as the literary review. This study aims to analyze the rhetorical organization of literary reviews published in blogs, based on the Create a Research Space (CARS) model proposed by Swales (1990) and its adaptation by Bezerra (2017). Additionally, this research seeks to examine how the APPRECIATION category, part of the ATTITUDE subsystem - within the APPRAISAL system - reflects the reviewer's evaluation of the work, grounded in Systemic Functional Linguistics (SFL) as established by Martin and White (2005). This study is based on the perspective of genre as social action, developed by Miller (2008), and also draws upon the works of scholars such as Bakhtin (2016), Bonini (2011), and Motta-Roth (1995) for discussions on textual/discursive genres. The research is descriptive and interpretative in nature, with a qualitative approach, and the corpus comprises 10 literary reviews written in English and published in personal blogs. The results indicate that literary reviews are instantiated by texts in which both formal and colloquial writing styles are employed. A new rhetorical subunit, "informing about/describing characters," was also identified in the development of the analyzed genre.

Keywords: Literary reviews • Textual genres • Blogs • Appreciation

Introdução

O avanço tecnológico tem proporcionado espaços digitais aptos para interação entre os sujeitos, incluindo o surgimento de novas linguagens que se propagam por meio da construção de significados evidenciados nos textos. No processo de fazer sentido, o texto é parte inerente à comunicação, uma vez que concretiza a troca de significados entre os participantes de uma situação comunicativa. Esse progresso tecnológico afeta o modo como nos comunicamos e a forma como produzimos e consumimos os textos.

A circulação de textos no meio digital nos permite o contato com diversos gêneros que precisam ser considerados em sua complexidade. Nesse contexto, as noções de gêneros passam a ser discutidas por estudiosos da linguagem, do discurso e do texto que buscam compreender a influência das práticas sociais no surgimento de novos gêneros. Bonini (2011) é um dos pesquisadores que discute o gênero, o hipergênero, a mídia e o suporte, buscando estabelecer

uma distinção entre esses conceitos, considerando, ainda, o enunciado (Bakhtin, 2016) e o discurso (Fairclough, 2003).

Um outro exemplo de discussão teórica a respeito do assunto em questão é a noção de gênero como ação social, desenvolvida por Miller (2008). Para a autora, os gêneros são construídos socialmente por meio de ações retóricas tipificadas que acontecem a partir da interação entre locutor e interlocutor. Bezerra (2017) corrobora a ideia desenvolvida por Miller (2008) e afirma que a situação retórica evidencia características do contexto, das demandas situacionais e da motivação dos participantes do discurso, que são essenciais no processo comunicativo.

Neste trabalho, compartilhamos do entendimento de gênero como ação social (Miller, 2008), uma vez que consideramos os gêneros vinculados às práticas sociais institucionalizadas. Também concordamos com Bonini (2011) a respeito do conceito de hipergênero, definido como uma unidade maior que permite o agrupamento de gêneros. Para tanto, resenhas literárias (gênero) publicadas em *blogs* (hipergênero) são foco desta pesquisa.

Além disso, é necessário enfatizar que essas concepções de gênero possuem influência de Bakhtin (2016); esse teórico da linguagem acredita que os gêneros discursivos passam por um processo na história da sociedade e na história da linguagem para se concretizarem como gêneros, evidenciando um caráter social e cultural. No presente estudo, consideramos os postulados de Bakhtin (2016), entretanto, optamos pela nomenclatura “gêneros textuais”, uma vez que a análise do *corpus* é voltada à materialidade textual, contudo, consideramos os fatores externos ao texto que influenciam a comunicação e a produção textual.

Para tanto, também são considerados os estudos sobre gênero e registro na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional, com base em Halliday e Mathiessen (2004) e Martin e White (2005), posto que as definições sobre gênero e registro nos permitem compreender os fatores externos ao texto que influenciam a comunicação.

Nesse âmbito de estudos e pesquisas, um dos gêneros frequentemente estudado é a resenha acadêmica. Podemos citar como exemplo a pesquisa de Carvalho (2005) que analisa 20 textos desse gênero em português, e 20 em inglês, em busca de semelhanças e diferenças na organização retórica dos textos produzidos em idiomas diferentes. Um outro exemplo é o estudo de Paiva e Duarte (2018) que analisa resenhas acadêmicas e a prática de letramentos acadêmicos, considerando a estrutura retórica desses textos. A organização retórica diz respeito à estrutura do texto e é constituída por movimentos e passos retóricos (Alves Filho, 2018).

Em pesquisa prévia, pudemos perceber que as resenhas acadêmicas são mais exploradas que as resenhas literárias, no que diz respeito à organização retórica desses textos. O único estudo encontrado sobre resenhas literárias nessa perspectiva foi a pesquisa de Oliveira *et al.* (2021), intitulada “A organização retórica e ação social em resenhas literárias do Instagram”. Nesse trabalho, os autores analisam a organização retórica de resenhas literárias com foco no propósito comunicativo do gênero.

Assim como a pesquisa de Oliveira *et al.* (2021), este trabalho também busca analisar a organização retórica de resenhas literárias, com base no estudo de Bezerra (2017) e no modelo *Create a Research Space (CARS)* de Swales (1990) – modelo utilizado para análise de gêneros por pesquisadores como Motta-Roth (1995) e Biasi-Rodrigues (1998). Entretanto, priorizamos resenhas literárias publicadas em blogs pessoais, visto que esse espaço digital é mais propício para a publicação de textos nos quais o modo verbal predomina, diferentemente do Instagram, onde há um limite menor de caracteres por postagens, quando comparado aos blogs. Além disso, também objetivamos perceber como a categoria apreciação do subsistema ATITUDE – sistema de AVALIATIVIDADE (Martin e White, 2005) – evidencia o posicionamento e apreciação do resenhista no momento de avaliar a obra.

Dessa maneira, o presente artigo contribui para os estudos das resenhas literárias, que são pouco exploradas nesse âmbito de pesquisas, tendo em vista que o número de trabalhos sobre esse gênero é pouco expressivo (Oliveira *et al.*, 2021). Cabe evidenciar que o gênero em questão é de extrema relevância, uma vez que é comumente utilizado pela comunidade leitora, mas também por outros grupos, para busca de informações sobre livros diversos, e, assim, necessita ser investigado para melhor compreensão das práticas sociais que se evidenciam por meio dos textos.

Nesse sentido, o *corpus* que compõe o presente trabalho inclui 10 resenhas na língua inglesa publicada em blogs pessoais. Priorizamos esse idioma por perceber que são poucas as pesquisas sobre a organização retórica em textos de resenhas literárias que contemplem o inglês. Além disso, acreditamos ser primordial pesquisar e compreender as diferenças entre o gênero resenha literária em diferentes idiomas. Nesse caso, como já abordado, diversas pesquisas abordam esse gênero na língua portuguesa, portanto, analisar textos na língua inglesa que instanciam a resenha literária nos possibilita conhecer as singularidades do idioma no que diz respeito ao estudo em questão.

Dessa forma, considerando que as resenhas literárias possuem como propósito comunicativo a apresentação de um livro, também se espera que os resenhistas avaliem a obra indicando ou não a leitura. O trabalho de Sousa e Soares (2012) investiga esse aspecto de avaliação em resenhas literárias no âmbito jornalístico, a partir do sistema de AVALIATIVIDADE, postulado por Martin e White (2005) com base na Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday e Mathiessen, 2004). Esse sistema é dividido em três subsistemas: ATITUDE, ENGAJAMENTO e GRADAÇÃO. O sistema de AVALIATIVIDADE diz respeito aos significados que instanciam a função de avaliação em textos orais e escritos (Cechin *et al.*, 2023).

À vista disso, esta pesquisa objetiva, também, perceber como a categoria APRECIÇÃO, do subsistema ATITUDE do sistema de AVALIATIVIDADE, evidencia a apreciação do resenhista no momento de avaliar a obra. Para tanto, consideramos os constructos teóricos postulados por Martin e White (2005), com base em Halliday (1994) e Halliday e Mathiessen (2004), sobre o sistema de AVALIATIVIDADE – especificamente a categoria APRECIÇÃO do subsistema

ATITUDE. Priorizamos o subsistema em questão devido ao objetivo em perceber o posicionamento e a apreciação do resenhista no momento de avaliar as resenhas literárias.

Na próxima seção, são apresentados constructos teóricos pertinentes a este trabalho, com base em estudiosos como Swales (1990), Miller (2008), Bonini (2011), Bezerra (2017), entre outros, para tratar de gêneros textuais; Halliday e Mathiessen (2004) e Martin e White (2005) para se referir ao sistema de AVALIATIVIDADE da Linguística Sistêmico-Funcional. Na sequência, são apresentados os caminhos metodológicos traçados para alcance dos objetivos. Posteriormente, os resultados são evidenciados por meio das discussões dos dados. Por fim, são apresentadas as considerações finais deste artigo, seguidas das referências e dos apêndices (que trazem os trechos traduzidos das resenhas citados em recuo).

1 Gênero, ação e sociedade

De acordo com Bakhtin (2016), os gêneros estão relacionados com a atividade humana; logo, a sua complexidade pode ser explicada observando o dinamismo da interação social presente na comunicação. Para que possamos compreender um determinado gênero, é necessário observar o campo da comunicação humana em que se insere. Nessa perspectiva, Bakhtin (2016, p. 11) afirma que:

Esses enunciados refletem as condições específicas e a finalidade de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, construção composicional – estão indissolúvelmente ligados no conjunto de enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação.

Desse modo, para identificar o campo de atuação social no qual um gênero está inserido é preciso considerar sua construção composicional. Diante dessa perspectiva, é possível compreender um determinado gênero e o contexto social em que ele está inserido, atentando para os seus aspectos composicionais.

A observação de gênero como ação social também é abordada por Carolyn R. Miller. Ela destaca o gênero como um “artefato cultural” (Miller, 2008) pertencente a um grupo, que assume determinadas funções recorrentes em um campo com outros “artefatos culturais”, podendo ser reconhecidos e entendidos como um aspecto habitual em um determinado âmbito social.

Diante da observação de gênero como pertencente a um grupo social ligado à comunicação, é preciso atentar para a intencionalidade discursiva que um escritor assume quando produz um determinado gênero. Miller (2008) aponta que o gênero pode ser compreendido como uma ligação entre mente e sociedade, ou seja, a ação comunicativa, a intenção de fala e a exteriorização do pensamento somente são possíveis na materialização do

gênero, que será o responsável por ligar o pensamento e a intenção comunicativa do falante à sociedade. A autora (2008, p. 53) destaca ainda que:

Não podemos compreender completamente os gêneros sem uma compreensão mais profunda do sistema comunal do qual são constituintes, sem explorar mais detidamente a natureza da coletividade. Como Swales (1990:9) insiste, “os gêneros pertencem às comunidades discursivas, não a indivíduos”.

Nesse sentido, percebemos que Miller (2008) destaca a importância de analisar o gênero considerando o seu sistema e a sua coletividade, trazendo a contribuição de Swales para essa perceptiva, na qual o gênero não é individual, mas fruto de uma coletividade. Outro autor que defende a análise de gênero considerando o contexto social é Bhatia (2009), uma vez que ele pondera aspectos para além do texto em seus estudos.

Diante das colocações, a análise de gênero deve considerar a relação do gênero textual com a comunidade em que ele está inserido. No presente trabalho, o foco recai sobre o gênero resenha literária publicado em blogs pessoais, considerando, ainda, a influência que a comunidade leitora e outros possíveis leitores dos textos podem exercer sobre a produção textual do resenhista. Dentre as características da resenha literária, é imprescindível ressaltar a descrição da obra resenhada, resumo das informações principais, apresentação da opinião do resenhista indicando ou não o livro.

Com relação ao blog, Bonini (2011, p. 691) conceitua esse espaço virtual como um hipergênero, definindo esse termo como gêneros que são produzidos “em agrupamento, compondo uma unidade de interação maior (um grande enunciado)”, adotando constructos teóricos expressos por Bakhtin (2016) no que diz respeito ao enunciado. Nesta pesquisa, concordamos com Bonini quanto à visão de blog como hipergênero, visto que outros gêneros são notados nesse contexto digital, como informações sobre os autores, informações para contato, espaço para comentário dos leitores, imagens etc.

2 A aplicação do modelo CARS para análise de resenhas acadêmicas

Entendendo o gênero como ação social, vinculado a práticas institucionalizadas na sociedade, e considerando, também, o seu caráter dinâmico, adotamos para o estudo desta pesquisa o modelo de análise *Creat a Research Purpose (CARS)*, desenvolvido por Swales (1990). O CARS foi criado, inicialmente, com um corpus de análise de 48 introduções de pesquisas, depois, esse número chegou a 110 introduções de áreas distintas, como destaca Bezerra (2002). Esse modelo busca evidenciar os movimentos retóricos típicos de cada gênero pertencente a uma comunidade discursiva, sendo utilizado por muitos pesquisadores que se dedicam à análise de gêneros textuais.

No Brasil, Motta-Roth (1995) usou o modelo proposto por Swales para analisar diversos gêneros, como a resenha acadêmica. De acordo com a pesquisadora brasileira (1995), espera-se que uma resenha contenha a apreciação crítica da obra que está sendo resenhada, bem como a exposição do ponto de vista do resenhista para indicar ou não a obra. Bezerra (2017) também utilizou o modelo para analisar o mesmo gênero. Do mesmo modo, outros autores utilizaram o modelo *CARS*, fazendo reformulações, mas, seguindo a proposta metodológica posta por Swales (1990). Para fundamentar a análise feita neste artigo, acerca de resenhas literárias, utilizamos o modelo *CARS* adaptado por Bezerra (2017), uma vez que contempla os traços típicos do gênero resenha, mesmo que o foco recaia sobre as acadêmicas.

Cabe evidenciar, ainda, que Carvalho (2005) analisou resenhas em duas línguas diferentes (português e inglês) e sua pesquisa resultou em dois quadros de organização retórica, um para cada idioma (Quadro 1 e Quadro 2). Entretanto, mesmo que o *corpus* deste trabalho englobe resenhas literárias escritas em inglês, o quadro de organização retórica utilizado como parâmetro para análise é relacionado às resenhas acadêmicas na língua portuguesa (especificamente o Quadro 3, por ser o mais completo, como veremos a seguir), pois, além de conter os mesmos movimentos retóricos que o quadro das resenhas em inglês, contempla outras subunidades retóricas.

Ademais, diferentemente das resenhas acadêmicas, as literárias não desaconselham um livro totalmente. Abaixo, podemos observar os dois quadros visualizados na pesquisa de Carvalho (2005) com base no modelo *CARS* de Swales (1990):

Quadro 1. Padrão retórico das resenhas do *corpus* em português em Carvalho (2005)

Movimento retórico 1: apresentação e avaliação inicial do livro	
Subfunção 1: definindo o assunto ou tema do livro	e/ou
Subfunção 2: inserindo o livro em uma área de estudo	e/ou
Subfunção 3: explicitando abordagem utilizada	e/ou
Subfunção 4: delimitando leitores potenciais da publicação	e/ou
Subfunção 5: fornecendo informações sobre o autor	e/ou
Subfunção 6: fornecendo avaliação inicial	
Movimento retórico 2: descrição e avaliação de partes do livro	
Subfunção 7: descrevendo a organização geral do livro	e/ou
Subfunção 8: especificando o assunto de cada parte	e/ou
Subfunção 9: avaliando partes específicas do livro	
Movimento retórico 3: recomendação final sobre o livro	
Subfunção 10: recomendando o livro	ou
Subfunção 11: recomendando o livro com restrições	

Fonte: Carvalho (2005, p. 143).

Quadro 2. Padrão retórico das resenhas do *corpus* em inglês em Carvalho (2005)

Movimento retórico 1: apresentação e avaliação inicial do livro	
Subfunção 1: definindo o assunto ou tema do livro	e/ou
Subfunção 2: explicitando abordagem utilizada	e/ou
Subfunção 3: fornecendo avaliação inicial	
Movimento retórico 2: descrição e avaliação de partes do livro	
Subfunção 4: descrevendo a organização geral do livro	e/ou
Subfunção 5: especificando o assunto de cada parte	e/ou
Subfunção 6: avaliando partes específicas do livro	
Movimento retórico 3: recomendação final sobre o livro	
Subfunção 7: recomendando o livro	ou
Subfunção 8: recomendando o livro com restrições	ou
Subfunção 9: desaconselhando o livro	

Fonte: Carvalho (2005, p. 143).

A partir desses dois quadros, Bezerra elabora um modelo mais completo, priorizando os termos “unidade retórica” e “subunidade” (Oliveira *et al.*, 2021), como explicitado abaixo:

Quadro 3. Padrão retórico das resenhas em Bezerra (2017)

Unidade retórica 1: Introduzir a obra
Subunidade 1: definindo o tópico geral e/ou
Subunidade 2: argumentando sobre a relevância da obra e/ou
Subunidade 3: informando sobre o autor e/ou
Subunidade 4: fazendo generalizações sobre e/ou
Subunidade 5: informando sobre a origem da obra e/ou
Subunidade 6: referindo-se a publicações anteriores
Unidade retórica 2: resumir a obra
Subunidade 7: descrevendo a organização da obra e/ou
Subunidade 8: apresentando /discutindo o conteúdo e/ou
Subunidade 9: citando material extratextual
Unidade retórica 3: criticar a obra
Subunidade 10: avaliando positivo/negativamente e/ou
Subunidade 11: apontando questões editoriais
Unidade retórica 4: concluir a análise da obra
Subunidade 12A: recomendando a obra completamente ou
Subunidade 12B: recomendando a obra apesar de indicar limitações e/ou
Subunidade 13: indicando leitores em potencial

Fonte: Bezerra (2017, p. 47).

Bezerra (2017) pesquisa o gênero resenha inserido no campo acadêmico. O autor também investiga a atitude dos resenhistas explicitada no *corpus* do seu trabalho, com base no

sistema semântico-discursivo de AVALIATIVIDADE, idealizado por Martin (2000) e aprimorado por Martin e White (2005), evidenciando, assim, uma análise que é, também, de caráter sistêmico-funcional.

De outro modo, a presente pesquisa prioriza resenhas no âmbito digital, considerando o hipergênero blog, buscando entender a organização retórica dos textos publicados. Este trabalho também se embasa nos pressupostos teóricos do sistema de AVALIATIVIDADE postulado por Martin e White (2005), uma vez que busca perceber como a avaliação do resenhista é concretizada no decorrer do texto.

2.1 O sistema discursivo de AVALIATIVIDADE

De acordo com Cecchin *et al.* (2023, p. 103), o sistema de AVALIATIVIDADE está relacionado aos “significados que materializam a função de avaliação na linguagem em textos orais e escritos”, indicando, assim, o posicionamento do escritor nos textos e as relações entre locutor e interlocutor, que podem ser estabelecidas no decorrer do evento comunicativo.

Martin e White (2005) dividem o sistema de AVALIATIVIDADE em três subsistemas: ATITUDE, ENGAJAMENTO e GRADAÇÃO. Para a análise das resenhas nesta pesquisa, utilizamos a categoria APRECIÇÃO, inserida no subsistema ATITUDE, que “diz respeito aos recursos linguísticos e semântico-discursivos que realizam avaliações de sentimentos, emoções e reações de pessoas, além de comportamento e a valoração das coisas no discurso” (Cecchin *et al.*, 2023, p. 104), fornecendo base para a análise com relação à posição valorativa do resenhista no momento de avaliar a obra resenhada.

O subsistema de ATITUDE é representado por três regiões semânticas, conforme afirmam Martin e White (2005): AFETO, JULGAMENTO e APRECIÇÃO. A categoria AFETO representa as emoções e os sentimentos (bons ou ruins) dos participantes de uma situação comunicativa. A categoria JULGAMENTO diz respeito à ética e ao julgamento de comportamento dos indivíduos na sociedade. Já a categoria APRECIÇÃO – utilizada como categoria de análise para o presente estudo – está relacionada à avaliação das coisas. Dessas três regiões semânticas, priorizamos a APRECIÇÃO, uma vez que o foco deste trabalho recai sobre a avaliação das resenhas por parte dos resenhistas.

Nessa perspectiva, a categoria APRECIÇÃO se divide em três subtipos: REAÇÃO, COMPOSIÇÃO e VALORAÇÃO. De acordo com Cecchin *et al.* (2023, p. 111), o subtipo REAÇÃO refere-se “aos significados emotivos de afeição e corresponde à reação que as coisas provocam”, podendo se concretizar como REAÇÃO IMPACTO (revela o quanto as coisas surpreende) ou REAÇÃO QUALIDADE (revela o quanto as coisas impressionam). Ainda de acordo com as mesmas autoras (2023, p.111), o subtipo COMPOSIÇÃO “diz respeito às percepções que as pessoas têm das coisas, da forma de organização e construção dessas coisas”, e se concretiza em dois tipos: COMPOSIÇÃO PROPORÇÃO (avalia o equilíbrio e a forma como as coisas são

elaboradas) e COMPOSIÇÃO COMPLEXIDADE (avalia o nível de complexidade e dificuldade das coisas). Já o subtipo VALORAÇÃO tange à apreciação que as pessoas atribuem a coisas.

Na próxima seção, discutiremos os passos metodológicos, explicitando os caminhos traçados para a análise do *corpus*, como os critérios estabelecidos para a seleção das resenhas e as etapas analíticas realizadas.

3 Procedimentos metodológicos

O *corpus* deste trabalho é formado por dez resenhas literárias escritas na língua inglesa e publicadas em blogs pessoais, ou seja, blogs em que os autores compartilham diferentes assuntos, desde suas próprias vivências até gostos pela leitura etc. Nesse sentido, tendo em vista que intencionamos analisar a organização retórica das resenhas, bem como perceber a APRECIÇÃO do subsistema de ATITUDE nos textos, este trabalho é de natureza qualitativa e tem por base a proposta do modelo CARS de Swales (1990) e o quadro de movimentos retóricos para resenhas, postulado por Bezerra (2017) com base no CARS. Além disso, o sistema de AVALIATIVIDADE com ênfase na APRECIÇÃO, de Martin e White (2005), também é alicerce desta produção, como já explicitado. O foco recai na compreensão dos resultados obtidos, assim como na interpretação e descrição, sendo, desse modo, uma pesquisa descritiva e interpretativista.

Moita Lopes (1994, p. 3) afirma que nos trabalhos interpretativistas “o acesso ao fato deve ser feito de forma indireta através da interpretação dos vários significados que o constituem”. Assim, as análises consideraram a interpretação de resenhas literárias a partir dos recursos que compõem os textos. Quanto ao caráter qualitativo da pesquisa, evidencia-se a discussão dos resultados obtidos a partir do entendimento do gênero como ação social, que contribui para a compreensão do *corpus* em questão.

Para seleção das resenhas, estabelecemos os seguintes critérios de escolha: (1) resenhas literárias de livros que já tivessem sido lidos pelos autores do presente trabalho e (2) publicadas em blogs destinados somente a resenhar livros¹, como também (3) escritas na língua inglesa. Os blogs selecionados foram: *bookish wayfarer*; *alphabet soup*; *the bookish elf*; *books geeks*; *the reviewer blog*; *what's hot? A book & travel blog*; *books and readers*; *easy to read: books reviews*; *kirkus*; *books love me*. Abaixo, podemos visualizar um quadro das resenhas selecionadas, organizadas em ordem alfabética, de acordo com os critérios mencionados.

¹ Encontramos as resenhas em blogs pessoais diversos, entretanto, optamos por selecionar as resenhas de blogs que mais se destacaram quanto ao *layout* e organização dos textos, de modo que esses aspectos foram avaliados pelos autores desta pesquisa.

Tabela 1. Livros selecionados e blogs pessoais nos quais as resenhas foram consultadas

Livros em Inglês	Blogs pessoais
01. A Court of Thorns and Roses	<i>Bookish wayfarer</i>
02. Alice's Adventures in Wonderland	<i>Alphabet soup</i>
03. Animal Farm	<i>The bookish elf</i>
04. It Ends With Us	<i>BooksGeeks</i>
05. Pride and Prejudice	<i>The reviewer blog</i>
06. Red Queen	<i>What's hot? A book & travel blog</i>
07. Sophie's World	<i>Books and readers</i>
08. The Little Prince	<i>Easy to read: books reviews</i>
09. The Girl in the Lake	<i>Kirkus</i>
10. Wuthering Heights	<i>BooksLoveMe</i>

Fonte: Elaborado pelos autores

As etapas analíticas para investigação do *corpus* se definem em: (a) consulta das resenhas literárias em blogs pessoais; (b) leitura das resenhas; (c) identificação dos movimentos retóricos; (d) análise da APRECIÇÃO do subsistema de ATITUDE dentro do movimento retórico 10 – avaliando positivo/negativamente a obra. Além disso, para organização do *corpus*, nomeamos os textos coletados da seguinte forma: **R01I** (**R** = resenha), (**01** = ordem alfabética), (**I** = inglês).

4 Análise dos movimentos retóricos nas resenhas literárias e a apreciação do resenhista no momento de avaliar a obra

De acordo com Martin e Rose (2008, p. 90, tradução nossa) as “resenhas normalmente resumem características selecionadas de uma história, como seus principais incidentes, personagens e relacionamentos, e as avaliam²”. Nesse sentido, o enredo das resenhas apresentam uma organização retórica que pode contemplar ou não os aspectos mencionados, a depender da obrigatoriedade das informações que devem ser explicitadas no texto para conceber o gênero resenha.

Na análise dos dados, percebemos que nem todas as subunidades ocorrem. Em contraste, algumas subunidades se repetem, e podem se manifestar mais de uma vez em um mesmo texto. No quadro abaixo, visualizamos a frequência, em porcentagem que as subunidades – modelo de Bezerra (2017) – aparecem.

² No original: “Reviews typically summarise selected features of a story, such as its key incident, characters and relationships, and evaluate these”

Tabela 2. Subunidades do modelo de Bezerra (2002) e a recorrência no *corpus* da pesquisa

Subunidade	Recorrência
Subunidade 1 – definindo o tópico geral	9,62%
Subunidade 2 – argumentando sobre a relevância da obra	1,92%
Subunidade 3 – informando sobre o autor	0%
Subunidade 4 – fazendo generalizações sobre a obra	3,84%
Subunidade 5 – informando sobre a origem da obra	5,77%
Subunidade 6 – referindo-se a publicações anteriores	1,92%
Subunidade 7 – descrevendo a organização da obra	0%
Subunidade 8 – apresentando/discutindo o conteúdo	26,92%
Subunidade 9 – citando material extratextual	5,77%
Subunidade 10 – avaliando positivo/negativamente	25%
Subunidade 11 – apontando questões editoriais	0%
Subunidade 12A – recomendando a obra completamente	5,77%
Subunidade 12B – recomendando a obra apesar de indicar limitações	5,77%
Subunidade 13 – indicando leitores em potencial	7,69%

Fonte: Elaborado pelos autores

Embora as unidades retóricas não estejam presentes no quadro visualizado acima, cabe evidenciá-las: **unidade retórica 1 – introduzindo a obra** (comporta as subunidades 1, 2, 3, 4, 5, 6); **unidade retórica 2 – sumarizar a obra** (comporta as unidades 7, 8 e 9); **unidade retórica 3 – criticar a obra** (comporta as unidades 10 e 11); **unidade retórica 4 – concluir a análise da obra** (comporta as unidades 12A, 12B e 13).

Observando a tabela acima, podemos notar que as subunidades 8 e 10 são mais recorrentes. Isso ocorre porque, nas resenhas publicadas em blogs, os produtores desses textos preocupam-se mais em apresentar o conteúdo do livro, descrevendo o enredo, do que apontar questões editoriais, por exemplo. Nessa descrição, os autores das resenhas também indicam a experiência que obtiveram a partir da leitura do livro, avaliando a obra positivo ou negativamente.

A subunidade 8 – apresentando/discutindo o conteúdo – aparece nas resenhas analisadas em um total de 26,92% de ocorrências. Abaixo, podemos observar alguns trechos de resenhas (traduzidos nos apêndices) que evidenciam a descrição de acontecimentos.

R01I – (...) Then the Little Prince flies to planet Earth. Unlike tiny asteroids, the Earth surprised him with its size and variety in everything. He hopes to learn a lot here. But, as it turned out later, people on Earth are not much different from those whom he met earlier;

R02I – (...) Alice follows a white rabbit down a rabbit hole and that is where her weird and wonderful journey begins. Along her journey she meets some interesting characters like the Cheshire cat, Caterpillar, Tweedle-dee and Tweedle-dum, the Mad Hatter and many more.

Nesses dois exemplos, podemos perceber que os autores realizam a descrição de eventos presentes nos livros resenhados. A apresentação de eventos que impulsionam a história para outros acontecimentos significantes no livro é indispensável em resenhas literárias, já que um dos objetivos desse gênero é apresentar uma determinada obra, e, nesse sentido, não se pode apresentá-la sem introduzir sumariamente aspectos relevantes do conteúdo resenhado, devendo ocorrer, ainda, a avaliação e a indicação (ou não) da leitura.

Acreditamos, assim, que a ocorrência elevada da subunidade 8 se justifica pelo propósito comunicativo que as resenhas literárias possuem, cabendo a apresentação e discussão do conteúdo do livro em vários momentos do texto, a fim de atingir as intenções pretendidas durante a produção textual desse gênero.

Nesse viés, a subunidade 10 – avaliando positivo/negativamente, apareceu em um total de 25% de ocorrências. É imprescindível enfatizar que de 10 resenhas na língua inglesa, apenas 1 avaliou negativamente algumas partes específicas do livro, como podemos observar no trecho abaixo:

R07I – (...) Then they suddenly end up at Hilde's place. **I didn't really understand the world building and it could have been done better.**

Nesse exemplo, é possível perceber que as orações “*I didn't really understand³” e “it could have been done better⁴” demarcam uma avaliação com efeito retórico de expressar negativamente o modo como os acontecimentos são construídos no livro resenhado. No excerto acima, o autor materializa significados de APRECIÇÃO COMPLEXIDADE, considerando que as expressões destacadas envolvem a complexidade em entender alguns aspectos da obra resenhada.*

De modo contrastante, as demais avaliações correspondentes à subunidade 10 são todas positivas, como podemos observar em alguns trechos a seguir:

R01I – A Court of Thorns and Roses **is an extremely entertaining book** (even for a book snob⁵ like me);

R02I – **I would rate this book 5/5** because it is very interesting;

R03I – (...) **Orwell's narrative remained accessible**, since it can not only be coined to the Russian Revolution but to revolutions and change in leadership in general;

R04I – (...) **it was such a good read** that it even **made it to my top 10** books of this year;

R05I – (...) **I adored the joyous exploration** of family dynamics;

R06I – There are elements of romance in this book but it is nowhere near as prominent as I thought it would be. **I really liked this** as it meant that characters were motivated by their own beliefs and passions, rather than just love.

³ Eu realmente não entendi (tradução nossa)

⁴ Poderia ter sido feito de forma melhor (tradução nossa)

⁵ *Book snob* é uma expressão utilizada para se referir a leitores que menosprezam títulos de livros populares

Por meio dos recursos léxico-gramaticais destacados em negrito, podemos observar a posição enunciativa dos produtores dos textos, demarcando VALORAÇÃO POSITIVA a partir da variável APRECIÇÃO do sistema de AVALIATIVIDADE. Na resenha **R01I**, a expressão “*extremely entertaining*”⁶ indica a avaliação positiva da obra, sugerindo uma alta apreciação partir do vocábulo “*entertaining*”, o que materializa significados de APRECIÇÃO REAÇÃO QUALIDADE, posto que o autor evidencia a qualidade da obra. Em **R02I**, o autor do texto atribui nota máxima (5/5) à obra que está sendo resenhada, pois a considera envolvente, instanciando significados de APRECIÇÃO REAÇÃO QUALIDADE no que diz respeito ao vocábulo “*interesting*”. Já em **R03I**, a avaliação do autor fica evidente na oração “*Orwell’s narrative remained accessible*”⁷, uma vez que julga a obra como acessível, podendo ser apreciada por diferentes leitores, mesmo aqueles que não estão familiarizados com eventos históricos (temática abordada pelo livro).

Nessa direção, em **R04I**, é evidenciada uma avaliação altamente positiva da obra resenhada, uma vez que, na expressão “*such a good read*”⁸, significados de APRECIÇÃO DE VALORAÇÃO POSITIVA são instanciados para enfatizar a excelente leitura atribuída pelo resenhista. Já na oração “*I adored the joyous exploration of family dynamics*”⁹, em **R05I**, é enfatizado o apreço pessoal do escritor pela exploração dinâmica da temática família, materializando significados de APRECIÇÃO DE VALORAÇÃO. Na **R06I** o escritor também apresenta APRECIÇÃO DE VALORAÇÃO POSITIVA pela leitura da obra, quando diz “*I really liked this*”¹⁰.

De modo geral, podemos constatar que as resenhas literárias publicadas em blogs são textos que apresentam características mais pessoais dos escritores, uma vez que pontos de vista sobre eventos reais, que vão além do conteúdo do livro, também podem ser evidenciados, como na **R06I**, quando o produtor diz ter gostado da obra porque os personagens eram motivados pelas suas próprias crenças e paixões, e não apenas pelo amor. A mesma constatação acontece na pesquisa de Oliveira *et al.* (2021, p. 149), quando afirmam que “a relação pessoal e subjetiva perante os livros lidos” é evidenciada na sua pesquisa sobre resenhas literárias em Instagram.

Além disso, a subunidade 1 – definindo tópico geral – se apresenta nas resenhas analisadas em um total de 9,62% de ocorrências. Embora não tenha sido umas das subunidades que mais aparecem nos textos, a definição do tópico geral contribui para situar o leitor sobre acontecimentos que estão por vir ao longo da produção textual, como em:

R01I – The story is based on a gripping story about a boy – the Little Prince, who decided to leave his home to see how other people live;

R09I – While spending a week with their grandparents, cousins are haunted by a ghost.

⁶ Extremamente divertido (tradução nossa)

⁷ A narrativa de Orwell permanece acessível (tradução nossa)

⁸ Uma leitura tão boa (tradução nossa)

⁹ Eu adorei a alegre exploração da dinâmica familiar (tradução nossa)

¹⁰ Eu realmente gostei disso (tradução nossa)

Nos exemplos acima, os escritores das resenhas optaram por definir o tópico central logo no início do texto (como já esperado), uma vez que tal definição contribui para a compreensão de acontecimentos posteriores que estarão ligados ao tópico central. A partir dessa definição, o leitor também pode criar as suas expectativas sobre o livro, e, ainda, sobre a própria resenha.

As subunidades 2 – argumentando sobre a relevância da obra – e 6 – referindo-se a publicações anteriores –, totalizam 1,92% de ocorrências, sendo as subunidades que menos aparecem nas resenhas analisadas na língua inglesa.

R04I – (...) it also has several strong life lessons embedded in its plot structure that will certainly teach you a thing or two.

Na **R04I**, o autor se posiciona sobre a importância da obra ao dizer que o enredo da história pode trazer ensinamentos sobre lições de vida, o que instância significados de APRECIÇÃO DE POLARIDADE POSITIVA EXPLÍCITA. Nesse sentido, notamos que as obras consideradas por possuírem mais impacto social, como o caso da **R04I**, sobre o livro *It ends with us*¹¹, são as que têm a relevância social apontada no decorrer do texto.

Já as subunidades 5 – informando sobre a origem da obra –, 9 – citando material extratextual, – 12A – recomendando a obra completamente – e 12B – recomendando a obra apesar de indicar limitações –, aparecem em um total de 5,77% de ocorrências.

R05I – **Austen takes the reader into the** 1800s and the fact it is written at the time gives the novel a definite edge over historical novels written many decades after the (fictitious) era;

R03I – (...) Another theme of *Animal Farm* by George Orwell that also strikes a satiric note is the idea of religion being the “opium of the people” (as **Karl Marx famously wrote**);

R03I – In conclusion, *Animal Farm* by George Orwell is a novel that completely shook me. A novel that will haunt and accompany for the rest of my life, and that **I will continue to dread and look forward to picking up again and again and again**;

R07I – I find that the use of dialogue, delivered in the voice of Alberto, **made the philosophical ideas so much easier to understand** than it normally would have been. The actual fictional plot line, **on the other hand**, was not very interesting or even exciting.

Os exemplos postos indicam as subunidades 5, 9, 12A e 12B respectivamente. Na **R05I**, o produtor do texto informa sobre a origem da obra resenhada, quando afirma que Jane Austen escreveu o romance no ano de 1800, repercutindo até os dias atuais, o que leva o leitor a vivenciar romances históricos. Além disso, o escritor afirma que o livro foi escrito décadas atrás, buscando refletir a sociedade daquela época, evidenciando a subunidade 5. Já no primeiro exemplo da **R03I**, o autor do texto cita um material extratextual – subunidade 9 – ao se referir a Karl Marx, fazendo relação de suas ideologias ao assunto do livro. No outro exemplo da mesma resenha (**R03IN**), através da oração “*I will continue to dread and look forward to*

¹¹ É assim que acaba

*picking up again and again and again*¹², o escritor faz uma espécie de recomendação completa ainda que de modo implícito – subunidade 12A – afirmando ser um livro que capta a atenção e contribui para o conhecimento de acontecimentos históricos, despertando no leitor o desejo de ler novamente. Desse modo, significados de VALORAÇÃO POSITIVA são evidenciados, considerando que o escritor atribui valor positivo à obra resenhada.

Na sequência de exemplos, a **R07I** realiza uma indicação implícita, ao afirmar que as ideias filosóficas se tornam fáceis de entender em determinado momento, indicando o livro como obra válida para entendimento da filosofia. Entretanto, por meio da conjunção adverbial “*on the other hand*”¹³, o autor apresenta a limitação – subunidade 12B – da obra, ao afirmar que a trama ficcional em si não foi muito interessante. Nesse sentido, o autor atribui valor negativo à trama ficcional, materializando significados de VALORAÇÃO NEGATIVA.

Nessa perspectiva, a subunidade 13 – indicando leitores em potencial – foi evidenciada nas resenhas analisadas em um total de 7,69% de ocorrências, como podemos observar abaixo:

R01I – Don't be put off by its YA fiction label: **it's just as entertaining for us not- quite-young adults.**

R02I – **If you love adventures** this book is definitely the book **for you.**

R05I – For those who **adore exploration the depths of the character's** convictions this is for you (...)
If you **like well defined characters** that are well written this is certainly one for you!

Nos exemplos supracitados, podemos identificar a indicação dos autores para um determinado público-alvo. Na **R01I**, o escritor menciona que, embora o livro seja destinado para leitores jovens adultos, é indicada a leitura por parte de um público que já não é tão jovem, ao introduzir a oração afirmativa “*it's just as entertaining for us not-quite-young adults*”¹⁴. Já na **R02I**, o autor da resenha destina o livro a um público-alvo que aprecie leituras de histórias que trazem aventuras no enredo, ao introduzir a oração condicional “*if you love adventures*”¹⁵. Por fim, na **R05IN**, o resenhista afirma, em um primeiro momento, que o livro se adequa a um público apreciador de histórias nas quais os personagens são bem explorados; mais à frente, o autor continua a reafirmar que a leitura do livro resenhado é indicada para as pessoas que gostam de personagens bem definidos e bem escritos, quando diz “*if you like well defined characters that are well written this is certainly one for you*”¹⁶.

Nessa discussão, é válido mencionar que a subunidade 2 – informando sobre o autor – não foi identificada nas resenhas que compõe o *corpus* deste trabalho. Contudo, alguns textos mencionam o autor do livro, mas sem necessariamente trazer informações sobre ele (a), como é o caso da **R03I**, que inicia o texto da seguinte forma: *Animal Farm by George Orwell captures*

¹² Continuarei a temer e a aguardar ansiosamente por pegá-lo de novo, e de novo e de novo (tradução nossa)

¹³ Por outro lado (tradução nossa)

¹⁴ É igualmente divertido para nós, adultos não tão jovens (tradução nossa)

¹⁵ Se você ama aventuras (tradução nossa)

¹⁶ Se você gosta de personagens bem definidos e bem escritos, este é certamente para você (tradução nossa)

*the themes of oppression, rebellion and history repeating itself*¹⁷. Percebemos que isso acontece porque, diferentemente de resenhas acadêmicas, nas quais a informação sobre experiências acadêmicas dos autores é relevante para o meio universitário (Bezerra, 2002), nas resenhas literárias as informações sobre o autor do livro são opcionais, tendo em vista que o foco recai sobre o compartilhamento do conteúdo do livro, justificando, assim, o total de ocorrências (26,92%) da subunidade 8 – apresentando/discutindo o conteúdo – no *corpus* analisado.

Em contrapartida, identificamos que as resenhas literárias admitem uma escrita coloquial, principalmente se são publicadas em blogs pessoais, pois acredita-se que os leitores já estejam familiarizados com esses tipos de textos no âmbito digital dos blogs. É relevante ressaltar que das resenhas analisadas, muitas seguiram a norma padrão da língua inglesa, enquanto outras evidenciavam aspectos informais, objetivando um contato mais descontraído com o leitor.

Nesse sentido, com relação à subunidade 11 – apontando questões editoriais – também não foi detectada ocorrência nas resenhas analisadas, visto que os escritores de resenhas literárias priorizam aspectos descritivos da obra.

De modo geral, as resenhas analisadas preocupam-se com a descrição do livro para que o leitor possa conhecer alguns acontecimentos das histórias desenvolvidas, como já esperado do gênero resenha. Através da escrita, foi possível notar que os autores buscaram estabelecer um contato mais próximo com o interlocutor ao utilizar termos coloquiais, como em uma conversa. Com relação ao subsistema ATITUDE com foco na categoria APRECIACÃO, constatamos que os autores evidenciam mais pontos positivos do que negativos em relação às obras resenhadas. Identificamos, ainda, que uma nova subunidade poderia ser evidenciada, quando se trata de resenhas literárias, visto que os resenhistas buscam “informar sobre/descrever personagens”, em todas as resenhas. Entendemos, ainda, que nas resenhas acadêmicas essa subunidade não seria possível, uma vez que os livros circulados no meio universitário abordam assuntos teóricos, geralmente.

Considerações finais

O presente trabalho analisou a organização retórica do gênero resenha literária em blogs pessoais, considerando, também, o modo como a categoria APRECIACÃO do subsistema ATITUDE do sistema de AVALIATIVIDADE postulado por Martin e White (2005) é evidenciada no momento de avaliar a obra, por meio da apreciação do resenhista quanto ao livro resenhado. A análise pretendeu contribuir com os estudos sobre o gênero em questão, considerando o contexto digital, visto que é baixo o número de pesquisas sobre resenhas literárias nesse âmbito.

¹⁷ A revolução dos bichos de George Orwell captura os temas de opressão, rebelião e a repetição da história (tradução nossa)

Observou-se que as resenhas literárias publicadas em blogs pessoais possuem maleabilidade quanto à organização retórica, ou seja, as subunidades retóricas nem sempre seguem a mesma ordem, ficando a critério do resenhista quando e como abordar informações do contexto situacional dos livros resenhados, características dos personagens, entre outras aspectos. Verificou-se, ainda, que no momento de avaliar a obra, os pontos positivos são mais evidenciados em comparação aos pontos negativos. Além disso, significados de APRECIÇÃO DE REAÇÃO IMPACTO E QUALIDADE foram evidenciados para tratar sobre a reação que as resenhas provocam nos resenhistas; ademais, significados de APRECIÇÃO POR COMPOSIÇÃO também foram materializados para evidenciar a complexidade de como os acontecimentos foram construídos ao longo do enredo dos livros.

Um outro aspecto constatado é que as resenhas literárias em língua inglesa admitem uma escrita coloquial, em função de estabelecer um contato mais próximo com o leitor, utilizando termos rotineiros como em uma conversa. Por fim, constatou-se que uma nova subunidade retórica pode ser considerada no que diz respeito à descrição e à informação dos personagens, tendo em vista que nas resenhas analisadas durante esta pesquisa os resenhistas explicitaram características e informações sobre os personagens de cada livro. Consideramos, portanto, que a subunidade retórica “informar sobre/descrever personagens” deve ser desenvolvida durante a produção do gênero textual resenha literária, visto que as informações sobre os personagens são imprescindíveis para apresentar de modo eficiente o enredo e o desenvolvimento da obra resenhada.

Com esses resultados, nota-se que é primordial enfatizar a ação social do gênero pesquisado, considerando que o incentivo à leitura literária também pode ocorrer através de resenhas, podendo fomentar, ainda, a prática do letramento literário.

Financiamento

Maria Eduarda Diógenes de Araújo agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa de mestrado (nº do processo: 88887.843688/2023-00).

Assidia Maria Soares Alves Parnaíba agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa de mestrado (nº do processo: 88887.843983/2023-00).

Referências

ALVES FILHO, F. Como mestrandos agem retoricamente quando precisam justificar suas pesquisas. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 18, n. 1, p. 131-158, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6398201812071>

LINHA D'ÁGUA

BHATIA, V. K. A análise de gêneros hoje. In: BEZERRA, B. G.; BIASIRODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Org.). *Gêneros e sequências textuais*. Recife: EDUPE, 2009, p. 159-195.

BAKTHIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra, notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

BIASI-RODRIGUES, B. *Estratégia de condução de informações em resumos de dissertações*. Tese de Doutorado em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BEZERRA, B. G. A organização retórica das resenhas acadêmicas. In: *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v. 3, n. 1, p. 37-68, 2002.

BEZERRA, B. G. *Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta]fóricas e conceituais*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017. 136 p.

BONINI, A. Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. *Revista Brasileira De Linguística Aplicada*. vol.11, n.3, 2011, p.679-704. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982011000300005>.

CARVALHO, G. de. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, J.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Ed.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 130-149.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres e Nova York: Routledge: 2003.

CECCHIN, A. S.; GERHARDT, C. C.; KHUN, M. I. B. Sistema discursivo de avaliatividade. In: FUZER, C; CABRAL, S. R. S. (Org). *Introdução aos sistemas discursivos em linguística sistêmico-funcional*. Santa Maria, RS: UFSM, CAL, PPGL, 2023.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. MATHIESSEN, M. I. M. C. *An Introduction to Functional Grammar*. 3. ed., London: Arnold, 2004.

MARTIN, J. R. Close Reading: Functional Linguistics as a Tool for Critical Discourse Analysis. In L. UNSWORTH (Ed.), *Researching Language in Schools and Communities* (p. 275-302). London: Cassell, 2000.

MARTIN, J.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. London: Palgrave, 2005.

MARTIN, J.; ROSE, D. *Genre Relations: Mapping Culture*. London: Equinox, 2008.

MILLER, C. R. *Gênero Textual, Agência e Tecnologia*. Universidade Federal de Pernambuco. Parábola Editora. Recife, 2008.

MOITA LOPES, L. P. 1994. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. *D.E.L.T.A*, v. 10, n. 2, p. 329-338.

MOTTA-ROTH, D. *Rhetorical features and disciplinary cultures: a genre based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics*. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

OLIVEIRA, J. R.; OLIVEIRA, F. C. G.; ALVES FILHO, F. A organização retórica e ação social em resenhas literárias do Instagram. *Revista Intercâmbio*, v. XLVII. p. 137-155, 2021. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X. DOI: <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/49132>.

PAIVA, F. J. O.; DUARTE, A. L. M. Uma análise crítica do gênero resenha em curso de formação de professores. *Claraboia*, Jacarezinho. v. 10. p. 207-233, 2018. DOI: https://www.researchgate.net/publication/325604430_UMA_ANALISE_CRITICA_DO_GENERO_RESE_NHA_EM_CURSOS_DE_FORMACAO_DE_PROFESSORES.

SOUSA, S. C.; SOARES, M. E. O potencial da avaliatividade em resenhas não acadêmicas. *Veredas Aemática*, v. 16, n° 2, 2012. p. 133-149. Juiz de Fora. DOI: https://www.academia.edu/89403702/O_potencial_ret%C3%B3rico_da_avaliatividade%20de_em_resenhas_n%C3%A3o_acad%C3%AAmicas.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and researching settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Apêndice

Apêndice A - tradução dos trechos das resenhas na ordem em que aparecem neste trabalho

Trecho em inglês	Tradução nossa
R01I – (...) Then the Little Prince flies to planet Earth. Unlike tiny asteroids, the Earth surprised him with its size and variety in everything. He hopes to learn a lot here. But, as it turned out later, people on Earth are not much different from those whom he met earlier;	(...) Então o Pequeno Príncipe voa para o planeta terra. Diferente dos pequenos asteroides, a terra surpreende ele com o seu tamanho e variedade em tudo. Ele espera aprender muito aqui. Mas, como mais tarde se descobriu, as pessoas na terra não são muito diferentes daqueles que ele conheceu anteriormente.
R02I – (...) Alice follows a white rabbit down a rabbit hole and that is where her weird and wonderful journey begins. Along her journey she meets some interesting characters like the Cheshire cat, Caterpillar, Tweedle-dee and Tweedle-dum, the Mad Hatter and many more.	(...) Alice segue o coelho branco por um buraco de coelho e é aí que sua jornada estranha e maravilhosa começa. Ao longo da sua jornada, ela conhece alguns personagens interessantes, como o gato Cheshire, a lagarta Tweedle-dee e Tweedle-dum, o Chapeleiro Maluco e muitos outros.
R07I – (...) Then they suddenly end up at Hilde's place. I didn't really understand the world building and it could have been done better.	(...) Então, de repente, eles acabam na casa de Hilde. Eu realmente não entendi a construção de mundo e poderia ter sido feita de forma melhor.
R01I - A Court of Thorns and Roses is an extremely entertaining book (even for a book snob like me);	Corte de Espinhos e Rosas é um livro extremamente cativante (até para um <i>book snob</i> como eu).
R02I – I would rate this book 5/5 because it is very interesting;	Eu avaliaria este livro em 5/5 porque ele é muito interessante.
R03I – (...) Orwell's narrative remained accessible , since it can not only be coined to the Russian Revolution but to revolutions and change in leadership in general;	(...) A narrativa do Orwell permaneceu acessível, uma vez que não se limita apenas à Revolução Russa, mas também se aplica a revoluções e mudanças em geral.
R04I – (...) it was such a good read that it even made it to my top 10 books of this year;	(...) foi uma leitura tão boa que até chegou ao meu top 10 de livros deste ano.
R05I – (...) I adored the joyous exploration of family dynamics;	(...) Eu adorei a alegre exploração das dinâmicas familiares.
R06I – There are elements of romance in this book but it is nowhere near as prominent as I thought it would be. I really liked this as it meant that characters were motivated by their own beliefs and passions, rather than just love.	Há elementos de romance neste livro, mas não são tão proeminentes como eu pensava que seriam. Eu realmente gostei disso, pois significava que os personagens eram motivados por suas próprias crenças e paixões, em vez de apenas pelo amor.
R01I – The story is based on a gripping story about a boy – the Little Prince, who decided to leave his home to see how other people live;	A história é baseada em uma envolvente narrativa sobre um garoto – o Pequeno Príncipe, que decidiu deixar a sua casa para ver como outras pessoas vivem.
R09I – While spending a week with their grandparents, cousins are haunted by a ghost.	Enquanto passa uma semana com os seus avós, primos são assustados por um fantasma.
R04I – (...) it also has several strong life lessons embedded in its plot structure that will certainly teach you a thing or two.	(...) também possui várias fortes lições de vida incorporadas em sua estrutura de enredo, que certamente ensinarão uma ou duas coisas a você.

R05I – Austen takes the reader into the 1800s and the fact it is written at the time gives the novel a definite edge over historical novels written many decades after the (fictitious) era;	Austen leva o leitor aos anos de 1800, e o fato de ter sido escrito naquela época confere ao romance uma vantagem definitiva sobre os romances históricos escritos muitas décadas após a era fictícia.
R03I – (...) Another theme of <i>Animal Farm</i> by George Orwell that also strikes a satiric note is the idea of religion being the “opium of the people” (as Karl Marx famously wrote);	(...) Outro tema de “A Revolução dos Bichos” que também adota um tom satírico é a ideia de religião como o “ópio do povo” (como Karl Max escreveu famosamente).
R03I – In conclusion, <i>Animal Farm</i> by George Orwell is a novel that completely shook me. A novel that will haunt and accompany for the rest of my life, and that I will continue to dread and look forward to picking up again and again and again;	Em conclusão, <i>A Revolução dos Bichos</i> é um romance que me abalou completamente. Um romance que vai me assustar e me acompanhar para o resto da minha vida, e que continuarei a temer e a aguardar ansiosamente por pegá-lo de novo, e de novo e de novo.
R07I – I find that the use of dialogue, delivered in the voice of Alberto, made the philosophical ideas so much easier to understand than it normally would have been. The actual fictional plot line, on the other hand, was not very interesting or even exciting.	Eu achei que o uso do diálogo, entregue na voz de Alberto, fez as ideias filosóficas se tornarem muito mais fáceis de entender do que realmente seria. Por outro lado, a trama fictícia em si não foi muito interessante e empolgante.
R01I – Don’t be put off by its YA fiction label: it’s just as entertaining for us not-quite-young adults.	Não se deixe enganar pelo título de “literatura jovem adulta”: é igualmente divertido para nós, adultos que já não são tão jovens.
R02I – If you love adventures this book is definitely the book for you.	Se você ama aventuras, este livro definitivamente é para você.
R05I – For those who adore exploration the depths of the character’s convictions this is for you (...) If you like well defined characters that are well written this is certainly one for you!	Para aqueles que adoram explorar as profundezas das convicções dos personagens, este é para você (...) Se você gosta de personagens bem definidos e bem escritos, certamente este é para você!

Artigo / Article

"Tem um mentiroso aqui!": configurações erísticas do debate televisionado entre candidatos à presidência do Brasil em 2022

*'There's a liar here!': eristic configurations of the televised debate
between candidates for Brazil's 2022 presidential election*

Isabelle Fonseca Bezerra 

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
isabellebezerra1234@outlook.com
<https://orcid.org/0000-0001-7977-9157>

Renan Mazzola 

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
mazzola.renan@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4124-3522>

Recebido em: 12/12/2023 | Aprovado em: 03/05/2024

Resumo

A corrida presidencial de 2022 no Brasil foi marcada por uma forte polarização. Partindo disso, o presente artigo busca identificar e descrever as estratégias erísticas mobilizadas nas interações do debate televisionado da Band no segundo turno das eleições de 2022, mais especificamente a utilização dos argumentos do tipo *ad hominem* e *ad personam*. Esta pesquisa insere-se nos campos de retórica e argumentação, com enfoque nos autores Aristóteles (2005), Schopenhauer (2009), Mateus (2018) e Amossy (2020). Como metodologia, o artigo possui caráter bibliográfico-documental, de natureza descritiva e explicativa. Por fim, os resultados das análises apontam para o emprego frequente, nesse debate, dos ataques *ad hominem* e *ad personam*, com o objetivo de desacreditar o adversário por meio de estratégias diversas, como o recurso aos dados, a aproximação a atos condenáveis, o manejo estratégico do discurso relatado, entre outros procedimentos, revelando uma variedade de diferentes maneiras de realizar o ataque pessoal para além do que foi postulado por Schopenhauer em seu *Tratado sobre a Erística* (2009). Dessa forma, foi exposta uma interação fortemente adversarial e polarizada em torno de convicções pré-estabelecidas, sendo esses os elementos erísticos que configuraram, de um modo geral, os debates de 2022.

Palavras-chave: Retórica • Argumentação • Lula • Bolsonaro • Eleições

LINHA D'ÁGUA

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

Abstract

The 2022 presidential race in Brazil was marked by intense polarization. Based on this, this paper seeks to identify and describe the eristic strategies mobilized in the interactions of the Band's televised debate in the second round of the 2022 elections, more specifically *ad hominem* and *ad personam* arguments. This research falls within the fields of rhetoric and argumentation, focusing on authors Aristotle (2005), Schopenhauer (2009), Mateus (2018), and Amossy (2020). As a methodology, the paper is a bibliographic-documentary research of descriptive and explanatory nature. Finally, the results of the analysis indicate the frequent use, in this debate, of *ad hominem* and *ad personam* attacks, intending to discredit the opponent through different strategies, such as the use of data, the approach to reprehensible acts, the strategic management of reported speech, among other procedures, revealing a variety of different ways of carrying out the personal attack beyond what was postulated by Schopenhauer in his *Treatise on Eristics* (2009). In this way, a strongly adversarial and polarized interaction was exposed around pre-established convictions, these being the eristic elements that shaped the 2022 debates in general.

Keywords: Rhetoric • Argumentation • Lula • Bolsonaro • Elections

Introdução

De acordo com o teórico Samuel Mateus (2018, p. 52), “A Erística é a arte da controvérsia, uma actividade polémica onde se procura vencer um litígio destruindo os argumentos do adversário em vez de buscar a verdade ou o entendimento acerca de um assunto”. Considerando então a eleição presidencial e os debates verbais que permearam essa disputa altamente polarizada, os exercícios discursivos de natureza erística se intensificaram em 2022. O segundo turno das eleições de 2022 foi protagonizado por Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), e Luiz Inácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT), dois candidatos que se posicionam como a antítese um do outro e que efetivamente representam dois lados do espectro político a partir dos quais a população do Brasil se encontra fortemente dividida.

Enquanto o presidenciável do Partido Liberal defendia uma agenda conservadora e neoliberal, o seu oponente petista se situava como uma opção de viés mais progressista quanto aos costumes e de inclinação maior à intervenção estatal na economia. Ademais, para além dessas diferenças de bandeira política, os dois candidatos não esconderam nutrir pouca admiração pessoal pelo oponente, trocando continuamente insultos que, partindo dos temas da corrupção e do combate à pandemia de Covid-19, questionavam continuamente a índole um do outro.

Considerando assim a natureza inerentemente acalorada das interações entre esses dois candidatos políticos nos debates de 2022, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: quais estratégias erísticas foram mobilizadas nas interações argumentativas do debate presidencial da Band do segundo turno das eleições de 2022?

LINHA D'ÁGUA

A escolha pelo gênero debate se justifica pela visibilidade que ele adquire nas candidaturas, sendo transmitido pelas principais emissoras de televisão e apresentando altos índices de audiência. Esses tipos de alteração são capazes de interferir nos rumos políticos de um país, pois esses espetáculos políticos (Debord, 1997; Courtine, 2004) geram *trends* em redes sociais que comentarão os acontecimentos, fornecem materiais para memes que circularão entre apoiadores e críticos de ambas as partes, etc. Portanto, ser o candidato que “venceu o debate”¹ pode aproximá-lo de uma vitória efetiva nos pleitos eleitorais. Além disso, os debates televisionados são gêneros discursivos que manifestam estratégias argumentativas próprias dos recortes históricos pré-eleições, isto é, apontam para o “argumentável” em uma dada época, na perspectiva da política espetacularizada.

A opção pelo estudo da erística, neste cenário, é pertinente, porque debates presidenciais podem penetrar facilmente no campo erístico, uma vez que esse gênero apresenta um forte natureza competitiva e pressupõe o embate entre ideias contrastantes, como pontua Kerbrat-Orecchioni: “O debate é uma discussão mais organizada [...]: trata-se ainda de um confronto de opiniões a propósito de um assunto particular (Nota: que implique portanto um mínimo de desacordo entre os participantes)”² (1990, p. 118 *apud* Braga, 2006, p. 51). Assim, muitas vezes os debates presidenciais se baseiam não na busca pelo consenso, mas sim na construção do orador, diante de uma plateia, de uma aparência de superioridade com relação ao oponente:

A natureza do discurso político conduz muitas vezes à polémica, devido aos naturais dissensos entre ideologias partidárias. O carácter polémico deste discurso intensifica-se quando o discurso político surge associado ao debate, cuja natureza implica desde logo confronto de ideias antagônicas (Braga, 2006, p. 51).

Nas interações televisionadas protagonizadas por Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, os aspectos de agressividade, dicotomização e polarização (Amossy, 2017) se encontram acentuados nessas alterações. De fato, as interações entre os dois presidentiáveis apresentam um alto teor de embate, com ambos muitas vezes trocando insultos pessoais no púlpito.

Dessa maneira, considerando que a interação erística está mais preocupada com a destruição dos argumentos do adversário do que com o debate racional (acerca do que é benéfico para o país, por exemplo), tentaremos identificar as estratégias de teor erístico utilizadas no debate do segundo turno das eleições presidenciais brasileiras de 2022.

A partir desse cenário, este artigo objetiva então identificar e descrever as estratégias erísticas mobilizadas no debate televisionado da Band no segundo turno das eleições de 2022,

¹ O vocabulário de guerra, voltado ao combate, é comum nessas ocasiões. Confira essa matéria do portal O Globo, que tem como título “Quem ganhou e quem perdeu o primeiro debate do 2o turno? Colunistas do GLOBO analisam” (<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/quem-ganhou-e-quem-perdeu-o-primeiro-debate-do-2o-turno-colunistas-do-globo-analisam.ghtml>). Ou esta matéria do portal Uol, que tem como título “Quem venceu o debate entre Lula e Bolsonaro na Globo? Colunistas opinam” (<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/29/quem-venceu-o-debate-colunistas-avaliam.htm>).

² No original: “Le débat est une discussion plus organisée [...]: il s’agit encore d’une confrontation d’opinions a propos d’un objet particulier (Note: qui implique donc un minimum de désaccord entre participants”.

destacando de que maneira os candidatos Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva fizeram o uso dos estratagemas 16 — *argumentum ad hominem* — e 38 — o último estratagema — catalogados por Schopenhauer (2009).

Este artigo possui três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira, “Argumentar e atacar”, apresenta um panorama dos estudos sobre a erística, partindo da diferenciação entre dialética, retórica e erística tal como compreendida por Samuel Mateus, passando por autores como Aristóteles e Schopenhauer e compreendendo a relação entre a erística e o conceito de polêmica de Ruth Amossy. A segunda, “Metodologia de pesquisa”, apresenta os procedimentos para a realização da pesquisa e explica as características do gênero debate, discorrendo sobre a estrutura específica do debate da Band selecionado para o artigo. A terceira, “Estudo de caso: procedimentos de ataque ao adversário no debate entre candidatas à presidência do Brasil na Band em 2022”, empreende o estudo dos trechos selecionados do *corpus* a partir dos conceitos do campo de estudo da erística.

1 Argumentar e atacar

1.1 A Dialética, a retórica e a erística

Este estudo insere-se nos campos da retórica e da argumentação. Por isso, seu referencial teórico e seus procedimentos de análise são articulados a esses campos do saber. Especificamente, as discussões presentes nesta pesquisa partem da diferenciação entre retórica, dialética e erística conforme defendida pelo teórico Samuel Mateus. De acordo com o autor (2018, p. 48), é central compreender primeiramente a semelhança incontornável entre a retórica e a dialética, ambas atividades que lidam com a defesa e a refutação de ideias referentes a assuntos controversos para os quais não é possível estabelecer verdades absolutas, mas apenas conclusões apoiadas nos *topoi* (lugares-comuns) e nas chamadas endoxas. Com efeito, em contraposição às doxas, isto é, as opiniões pessoais, as endoxas se configuram como crenças admitidas coletivamente. Assim, as endoxas, por constituírem a convicção da maioria e terem estado presentes, em geral, no paradigma do pensamento há um tempo considerável, são estáveis o suficiente para representarem a sustentação da dialética e da retórica.

Nessa lógica, é clara a relação profunda entre a retórica e a dialética, ratificada pela seguinte afirmação de Aristóteles de que “a retórica é a outra face da dialética; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular.” (Arist., *Rh*, I, 1354a).

A distinção entre as duas noções ocorre então sobretudo quando se compreende a inclinação da retórica para os debates de utilidade pública. De fato, enquanto a dialética se estabelece como uma atividade realizada em um ambiente privado e acadêmico, apresentando estrutura dialógica e teor filosófico e lógico, a partir do par perguntas e respostas, envolvendo geralmente apenas dois interlocutores, a retórica se configura como o discurso cujo objetivo é

convencer um auditório mais amplo sobre as soluções mais adequadas para questões polêmicas que dizem respeito à vida pública (Mateus, 2018, p. 50).

Assim, as deliberações da dialética alcançam a hipótese mais provável e razoável para os dois participantes do debate em questão e, portanto, chegam a uma conclusão segundo os procedimentos da dedução, indução, *topoi* e as endoxas. A retórica se preocupa, dessa forma, em divulgar essas hipóteses a um público maior, aplicando a dialética na prática. Nas próprias palavras de Mateus (2018):

À Retórica podemos, assim, atribuir um papel auxiliar como uma espécie de utensílio prático da Dialética, quer em Aristóteles, quer em Cícero. Mas encontramos já esta hierarquia no Fedro: Platão entende a Dialética como um processo esotérico e sistemático de definição da realidade e descobrimento da verdade, enquanto a Retórica é tida como o processo exotérico de espalhar essas conclusões dando aos homens a crença virtuosa (Mateus, 2018, p. 51).

Ainda segundo a explicação fornecida por Mateus (2018, p. 52), a erística, então, se configura como o exercício argumentativo que apresenta como objetivo principal não a procura pela verossimilhança e pelo consenso — como a dialética e a retórica —, mas a destruição das proposições do adversário. Com efeito, nessa atividade polêmica desenvolvida por alguns Sofistas, o propósito de maior importância é direcionar a conversa de forma que os seus argumentos pareçam superiores no final da altercação. De fato, não há preocupação com o alcance de uma conclusão plausível e útil segundo as crenças coletivas, mas sim com o triunfo sobre o adversário. Nesse sentido:

Os estudantes da Erística recebiam o método dos Sofistas e aprendiam a refutar o seu oponente, independentemente de concordarem ou discordarem. Trata-se de uma pura luta verbal. À semelhança da luta livre greco-romana procura-se derrubar o inimigo mas em vez de se usar a força física usa-se o engenho e a invenção para fazer tombar os argumentos do rival (Mateus, 2018, p. 52).

Assim, uma vez que, na erística, o que importa é a ilusão de verdade e não a verossimilhança em si, constantemente lança-se mão de sofismas e falácias durante as altercações. Ademais, outra característica que se destaca é o registro agressivo, presente justamente porque tal arte se assemelha a uma luta verbal.

1.2 A erística e a polêmica

Dadas as relações entre a erística e a polêmica, é relevante apontar as considerações que Ruth Amossy fez acerca das modalidades do discurso. Conforme a teórica (2020), alguns discursos que visam à persuasão se encaixam no que ela cunhou como “modalidade polêmica”, termo que abarca as interações marcadas por teses opostas que se chocam de maneira violenta. Com efeito, para Amossy, essas interações específicas se caracterizam principalmente pela forte polaridade dos pontos de vista e pelo empenho em desclassificar o adversário (Amossy, 2020).

O agravamento desse tipo de discurso levaria então à interação erística, compreendida por Walton (1998) como as interações em que os debatedores estão orientados unicamente para a vitória, que será conquistada mediante a comprovação diante de um auditório de que se é superior ao adversário. Com efeito, nesse diálogo, destacam-se a grande incidência de ataques pessoais, a disposição dos participantes para triunfar a qualquer custo, a recusa absoluta em dar razão ao adversário, a deturpação deliberada das ideias opostas, a tendência a desviar o debate para assuntos marginais e a forte preocupação dos debatedores em parecer razoável diante da plateia. Enfim, as falácias e os estratagemas são elementos centrais desse tipo de interação.

O conteúdo específico desse tipo de alteração acaba sendo muitas vezes negligenciado, uma vez que o mais importante para os debatedores é produzir a imagem de que se é mais hábil do que o oponente, independentemente das conclusões a que se pode chegar acerca do assunto em si. A partir do emprego desses estratagemas, espera-se obter a aprovação do auditório.

Quando observamos os debates realizados no segundo turno das eleições para a presidência da república em 2022 a partir do conceito de erística, deparamo-nos com um terreno fértil para o estudo dos recursos erísticos. De fato, nessa etapa da disputa, as interações protagonizadas pelos candidatos Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) constantemente deslizavam para o campo da erística, assumindo um teor agressivo e deixando de lado as discussões sobre os assuntos de interesse nacional comum para adentrar em ofensas pessoais ligadas ao passado de cada um dos presidentiáveis.

Nesse contexto, cabe apontar o conceito de impolidez tal como cunhado por Culpeper (2011):

Nesse sentido, a impolidez, que, conforme Culpeper (2011), se manifesta em atos de fala orientados a agredir e atacar a imagem do outro, bem como a buscar a discórdia torna-se uma ferramenta efetiva que cimenta a coesão endogrupal (nós) pelo rechaço daquilo que é *lhe é alheio* – a posição do exogrupo (eles), que passa a ser visto como merecedor de violência verbal (Piris, 2021, p. 8).

Tentaremos demonstrar, em nossas análises, que a impolidez se encontra marcadamente presente nas interações dos presidentiáveis, funcionando para reafirmar as posições opostas a partir das quais eles se apresentam para a população. De fato, cada um deles procura se estabelecer dentro de um certo grupo com compreensões políticas e morais próprias e que se localiza como radicalmente antagônico ao do oponente, sendo remota a possibilidade de diálogo entre esses dois polos.

1.3 Os estratagemas da erística

Tendo em vista, assim, o ataque à imagem do adversário como ferramenta central por meio da qual esses debatedores procuram triunfar na interação e se mostrar intelectualmente e moralmente superiores ao oponente, é importante entender as considerações realizadas por Schopenhauer (2009) acerca da erística. Tal filósofo, que, em seu tratado de 1831, descreveu a

erística como “a arte de disputar, mais precisamente a arte de disputar de tal maneira que se fique com a razão, portanto, *per fas et nefas* [com meios lícitos e ilícitos]” (Schopenhauer, 2009, p. 3), listou os 38 estratagemas dos quais os indivíduos podem lançar mão para vencer uma disputa. De acordo com o filósofo, essas estratégias não estão direcionadas à busca pela verdade objetiva — alvo, segundo o alemão, da lógica — mas à procura pela validação do auditório, dois fins que muitas vezes divergem entre si. A descrição desses 38 estratagemas pode ser vista no Quadro 1:

Quadro 1. Estratagemas de Schopenhauer

Nome do estratagema	Definição
Ampliação indevida	Interpretar a afirmação do oponente da forma mais ampla possível. Inversamente, concentrar a sua própria argumentação no sentido mais limitado possível.
Homonímia sutil	Utilizar a homonímia: Valer-se de um possível outro sentido das palavras do oponente para refutar as suas afirmações.
Mudança de modo	Compreender a afirmação do oponente de forma genérica e refutá-la nesse sentido.
Pré-silogismos	Não permitir que os resultados da sua dedução sejam antevistos, fazer com que o adversário confirme as suas premissas de modo esparso e progressivo, sem compreender as conclusões às quais se deseja chegar. Ou então fazer com que o adversário concorde com as premissas das premissas, a partir de pré-silogismos, valendo-se de uma ordem caótica para gerar confusão até que tudo de que se precisa esteja admitido.
Uso intencional de premissas falsas	Utilizar premissas falsas que estão de acordo com o modo de pensar do adversário para comprovar uma certa proposição.
Petição de princípio oculta	Fazer uma petição de princípio oculta a partir de 1. outro nome; 2. fazendo com que seja concedido no geral o que é controverso no particular; 3. quando dois fatores resultam mutuamente um do outro, comprova-se o primeiro por meio da comprovação do segundo; ou 4. comprovar o universal com a confirmação de cada fator individual.
Perguntas em desordem	Fazer muitas perguntas simultaneamente e de forma pormenorizada e, depois, expor rapidamente a argumentação a partir do que foi admitido.
Encolerizar o adversário	Causar raiva no adversário, de modo que ele não seja capaz de raciocinar com lucidez.
Perguntas em ordem alterada	Fazer perguntas em ordem diferente da exigida pela conclusão, de forma que o adversário não perceba de antemão onde se deseja chegar.
Pista falsa	Quando se percebe que o adversário responde negativamente a perguntas que confirmariam a sua proposição, perguntar o contrário do que se deseja postular. Dessa maneira, o adversário poderá se confundir com relação às suas intenções e acabar assentindo diante do que você precisa.
Salto indutivo	Quando os casos particulares pelos quais o resultado de uma indução pode ser colocado já foram confirmados pelo adversário, não pedir o assentimento com relação a essa conclusão, mas apresentá-la em tom afirmativo.
Manipulação semântica	Quando a discussão for sobre um tema sem nome específico, mas que é designado por meio de um termo semelhante, escolher de imediato a semelhança mais oportuna com relação ao seu argumento.
Alternativa forçada	Para confirmar uma tese, fornecer ao adversário uma alternativa oposta e pedir, de forma enfática, que ele escolha entre as duas opções. A alternativa contrária deve parecer menos razoável do que a que se deseja comprovar, de maneira que o oponente sinta que não pode deixar de assentir à nossa tese sem cair em contradição.
Falsa proclamação de vitória	Afirmar de modo enfático e triunfante que a sua proposição foi comprovada, ainda que as perguntas que a favorecem não tenham sido confirmadas pelo adversário (pertence à falácia do engano mediante o reconhecimento da não-causa como causa).

Anulação do paradoxo	Quando a proposição apresentada é paradoxal, apresentar ao adversário uma outra tese que seja correta, como se, por meio desta, se pudesse extrair a confirmação de que se necessita. Se o adversário a rejeita por desconfiança, triunfa-se ao levá-la <i>ad absurdum</i> . Se ele a confirmar, ao menos se terá dito algo razoável, causando uma boa impressão momentânea que pode ser útil. Ou então, a partir disso, lançamos mão do estratagema 14.
<i>Argumentum ad hominem</i>	A partir de uma afirmação do adversário, verificar se ela não está em contradição com alguma de suas falas ou comportamentos anteriores ou com alguma seita ou dogma aos quais ele seja adepto. Caso exista a contradição, confrontá-lo nesse sentido. Ex: A: "Berlim é um local desagradável" / R: "Por que você não parte com a primeira diligência?"
Distinção de emergência	Quando confrontado com uma contraprova, tentar se salvar com uma diferenciação sutil — na qual ainda não se tinha pensado — se o assunto permitir algum tipo de duplo caso ou sentido.
Uso intencional da <i>mutatio controversiae</i>	Interromper a discussão e tentar mudar de assunto ao perceber que a argumentação do adversário te derrotará.
Fuga do específico para o geral	Quando o adversário exigir uma resposta expressa a um ponto específico da sua argumentação e você não possui a contra-argumentação necessária, tratar a questão com generalidade e a rebater nesse sentido.
Uso da premissa falsa previamente aceita pelo adversário	Após conseguir que o adversário consinta com algumas das premissas necessárias, não lhe perguntar acerca da conclusão da discussão, mas deduzir as premissas restantes como confirmadas e proclamar o resultado pretendido como dado.
Preferir o argumento sofisticado	Enfrentar o argumento sofisticado do adversário com um contra-argumento igualmente aparente, ao invés de analisar a natureza enganosa do discurso (em geral, é mais rápido responder a um estratagema <i>ad hominem</i> com outro <i>ad hominem</i> do que fazer uma longa análise que desmascare o caráter ilusório dessa argumentação).
Falsa alegação de <i>petitio principii</i>	Quando perceber que o adversário deseja que se confirme uma premissa da qual imediatamente resultaria a conclusão do problema, deve-se recusá-la, fazendo-a passar por uma <i>petitio principii</i> . Os ouvintes facilmente considerarão idêntica ao problema uma proposição que apenas se parece com ele.
Impelir o adversário ao exagero	Incitar o adversário, por meio de objeções, a exagerar uma afirmação que, dentro de certos limites, poderia estar correta. A partir disso, refutar essa extrapolação, de forma que pareça que se está refutando a afirmação original.
Falsa <i>reductio ad absurdum</i>	A partir de falsas deduções e deturpações de conceitos, inferir inequivocamente consequências contraditórias das proposições do adversário.
Falsa instância	Apresentar uma instância (instância = caso ao qual um princípio universal não se aplica) que apenas aparentemente pode ser compreendida pela verdade universal que se propõe derrubar.
Retorsio argumenti	Perceber quando o argumento mobilizado pelo adversário na verdade funciona melhor contra ele e lançar mão dessa estratégia.
Provocar a raiva	Se o adversário se zanga diante de um argumento, insistir nele, tanto para levar o oponente ao descontrole, quanto porque naquele ponto provavelmente reside algum ponto fraco do raciocínio.
Argumento <i>ad auditores</i>	Fazer uma objeção inválida, mas cuja inconsistência pode ser percebida apenas por especialistas de determinada área do saber. Funciona particularmente quando o orador é um indivíduo culto em meio a uma plateia inculta em determinado assunto.
Desvio	Ao perceber que será derrotado, fazer uma digressão — que pode continuar dentro do assunto de alguma forma ou se referir ao adversário (nesse caso se configurando como um nível intermediário entre o <i>argumentum ad personam</i> e o <i>argumentum ad hominem</i>) — e preferi-la como se fosse um argumento válido contra a proposição do adversário.
<i>Argumentum ad verecundiam</i>	Utilizar alguma autoridade respeitada pelo adversário, preferencialmente se este conhecer pouco da ciência tratada por ela. Pode-se lançar mão de uma autoridade que apenas superficialmente pareça adequada ao assunto ou citar o que alguma figura notável afirmou distorcendo o sentido da frase, de modo que ela beneficie a sua proposição. É possível ainda inventar autoridades e as ideias postuladas por elas caso se esteja diante de uma plateia inculta.

Incompetência irônica	Quando é assegurado que se tem maior prestígio que o adversário diante de uma plateia, afirmar ironicamente que as proposições do adversário são incompreensíveis, de modo a insinuar que elas são absurdas.
Rótulo odioso	Associar as ideias do adversário a alguma categoria desprezada (como misticismo, maniqueísmo etc.) ainda que a relação entre os conceitos seja mínima.
Negação da teoria na prática	Afirmar: Isso é correto na teoria, mas falso na prática. Tal frase se constitui como uma impossibilidade, uma vez que, se algo é válido na teoria, precisa se estabelecer também na prática (se esse não é o caso, há uma falha na teoria).
Resposta ao meneio de esquivia	Quando o adversário não responde diretamente a uma questão ou argumento, insistir nesse ponto, haja vista que essa esquivia é sinal de que alguma fragilidade foi atingida, ainda que não se saiba exatamente que vulnerabilidade é essa.
Persuasão pela vontade	Fazer com que a plateia ou o adversário entendam que a sua argumentação está mais de acordo com os interesses deles. Em geral, as pessoas tendem a aderir facilmente à argumentação que as beneficiam, ainda que essas ideias se configurem como absurdas.
Discurso incompreensível	Falar seriamente um palavreado sem sentido de modo que ele pareça erudito e complexo. Dependendo da plateia ou do oponente com o qual se está lidando, pode ser efetivo.
Tomar a prova pela tese	Refutar um argumento frágil do adversário como se estivesse refutando toda a sua proposição. Caso o adversário não encontre outra ideia mais correta para a defesa do seu ponto de vista, essa estratégia será funcional.
Último estratagema	Quando é perceptível que a ideia do adversário é mais forte, tornar-se agressivo, atacando a pessoa do adversário. Pode ser entendido como o <i>argumentum ad hominem</i> levado às últimas consequências, uma vez que o assunto principal da discussão é deixado completamente de lado.

Fonte: elaboração própria.

Conforme Schopenhauer (2009), a identificação e a utilização hábil dessas estratégias erísticas é capaz de construir a impressão de razão, que acarretará o triunfo sobre o adversário. De fato, é possível identificar vários desses estratagemas sendo utilizados no debate da Band pelos candidatos ao segundo turno das eleições presidenciais de 2022. Para este artigo, será analisado mais especificamente o uso, nesse debate, do estratagema 16, conhecido como *argumentum ad hominem*, e do último estratagema, o 38.

Segundo Schopenhauer (2009), então, o *argumentum ad hominem* pode ser entendido como a argumentação voltada à desclassificação de uma certa proposição a partir da busca pelas contradições entre falas e comportamentos do seu defensor. Já o último estratagema se configura como a acentuação do *argumentum ad hominem*, se distanciando deste por entrar no âmbito do insulto, pois se caracteriza pela ofensa frontal ao oponente com vistas a derrubar a sua argumentação.

Essas estratégias erísticas específicas atentam mais diretamente contra a imagem do adversário, procurando apontar contradições no seu discurso e aspectos condenáveis no seu comportamento. Com efeito, esses tipos de argumento são efetivos para minar a credibilidade do oponente, fazendo com que os eleitores o enxerguem como uma figura incoerente e dissimulada e, portanto, inapta a receber o voto de confiança que é a atribuição de um cargo público. Tais estratagemas são assim usados continuamente tanto por Luiz Inácio Lula da Silva quanto por Jair Bolsonaro, que, como mencionado, já deixaram claro em diversas ocasiões que não nutrem qualquer tipo de respeito um pelo outro.

LINHA D'ÁGUA

Amossy (2020), ao se debruçar sobre o fenômeno do discurso polêmico, conceitua o *argumentum ad hominem* de maneira similar a Schopenhauer, compreendendo essa estratégia como um argumento de autoridade às avessas, já que corresponde ao ato de atacar ideias com base no caráter e nas circunstâncias do quem as defende:

Além disso, muitas vezes o ataque não visa somente ao discurso do adversário, mas também à sua pessoa. Recorre-se então ao argumento ad hominem, que é considerado um paralogismo, um argumento falacioso. Este tem a ver com a violência verbal na medida em que põe em causa o locutor individual ao mesmo tempo que suas declarações (por vezes, põe em causa o locutor mais do que suas declarações) (Amossy, 2020, p. 231).

Nessa lógica, Gilles Gauthier (1995) propõe que o *ad hominem* pode ser classificado a partir de três tipos diferentes: o lógico, o circunstancial e o pessoal. O *argumentum ad hominem* lógico ocorre “quando se ataca um interlocutor a respeito de uma contradição formal entre duas posições de sua proposição” (Amossy, 2020, p. 166), o *argumentum ad hominem* circunstancial diz respeito a “quando se ataca alguém em função de uma inconsistência suposta entre uma posição que ele apresenta e algum traço de sua personalidade ou de seu comportamento” (Amossy, 2020, p. 166), e o de tipo pessoal se dá “quando há ataque frontal do adversário (o ataque pessoal, sobretudo quando beira o insulto, é às vezes chamado ad personam)” (Amossy, 2020, p. 166).

Nesse sentido, de acordo com essa organização proposta por Gauthier, o que é classificado como *ad hominem* pessoal — ou *argumentum ad personam* — se encontra próximo aos casos abrangidos pelo Último estratagema, ou estratagema 38, do Tratado da Erística. De fato, ambas as nomenclaturas indicam a argumentação que se pauta não pela busca por incoerências, mas pelo ataque violento e direto ao interlocutor. Já o estratagema 16 de Schopenhauer corresponderia então, nos termos de Gauthier, tanto ao *ad hominem* lógico, quanto ao circunstancial.

O *argumentum ad hominem* e o *ad personam*, como mencionado, são estratégias argumentativas consideradas, para Schopenhauer, como carentes de teor lógico e desonestas, já que inviabilizam teses a partir de sua ligação com personagens de caráter duvidoso. De fato, Schopenhauer (2009, p. 13) afirma se propor, em seu tratado, “a estabelecer e analisar aqueles estratagemas da desonestidade na disputa, para que nos debates reais eles possam ser identificados e aniquilados”.

Amossy (2020), contudo, propõe, em suas análises, uma outra perspectiva sobre o *ad hominem*, apresentando essa argumentação como uma estratégia que, atendendo a alguns critérios, pode ser válida. Segundo a autora,

O argumento *ad hominem* é um argumento que incide sobre o *ethos* do adversário, mais do que sobre o conteúdo de suas proposições. Ora, o *ethos*, como se viu, é um elemento de prova. É nesse sentido que o *argumentum ad hominem* pode ser estudado como um argumento perfeitamente válido (Amossy, 2020, p. 165).

Dessa forma, como complementa Brinton (1985), para esse tipo de argumentação ser legítima, é necessário apenas que ela consiga ser convincente no sentido de retratar o oponente como carente do discernimento necessário ou das características morais requeridas para debater sobre determinadas questões, “ou seja deficiente em termos de *ethos* de outra qualquer forma” (Brinton, 1985, p. 56). Assim, a utilização do *ad hominem* deve ser apropriado com relação a cada caso específico, como coloca Amossy (2020, p. 165): “Contrariamente à pertinência lógica, a pertinência ethoica (o termo é de Brinton) só pode ser estabelecida em relação a um caso particular”.

Esses argumentos devem ser submetidos ao critério de verificação, estipulando que o seu conteúdo deve ser verdadeiro. [...] Eles devem sobretudo atender ao critério de pertinência: o questionamento da pessoa do adversário deve ser motivado. Segundo Gauthier, este último critério permite distinguir, na política, o aceitável do inadmissível (Amossy, 2020, p. 166).

Dessa forma, os critérios que devem ser seguidos para a utilização válida dessa argumentação são o da verificação e o da pertinência. Tal perspectiva contrasta então com o pensamento de Schopenhauer, que, como visto, considera o *ad hominem* como inerentemente desonesto.

Assim, passemos à apresentação dos procedimentos metodológicos realizados na pesquisa e à análise do *corpus* formado pelas interações argumentativas com traços erísticos no debate da Band do segundo turno das eleições presidenciais de 2022.

2 Metodologia de pesquisa

A pesquisa possui caráter bibliográfico-documental, de natureza descritiva e explicativa, uma vez que objetiva selecionar, recortar, descrever e analisar os dados, com base em referenciais teórico-metodológicos dos campos da retórica e da argumentação. Trata-se de um estudo de caso, que intenciona explicar a configuração erística em um debate particular veiculado por uma emissora brasileira de televisão e sua postagem na plataforma Youtube. Dessa forma, o presente artigo trabalha com fontes diretas — o *corpus* propriamente dito — do qual foram extraídos trechos de interações entre dois candidatos presentes nos debates. No que se refere aos resultados, o artigo trabalha com a perspectiva qualitativa, intencionando realizar análises de estruturas retórico-argumentativas.

O *corpus* mais amplo do artigo é constituído da transcrição do debate do segundo turno das eleições presidenciais transmitido ao vivo pela emissora de televisão *Rede Bandeirantes* (conhecida como Band) em 16 de outubro de 2022, que apresentou a duração completa de 1 hora 51 minutos e 09 segundos. Os trechos dessa interação destacados neste estudo foram escolhidos com base na presença do *argumentum ad hominem* e do *ad personam* e na sua relevância para a compreensão do fenômeno erístico presente no debate.

Esse debate político teve como protagonistas os candidatos do segundo turno das eleições presidenciais brasileiras de 2022 Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), e Luiz Inácio Lula da Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Os moderadores da interação foram os jornalistas Adriana Araújo, Eduardo Oinegue, Leão Serva e Fabíola Cidral. O debate foi dividido em 2 blocos, que apresentaram, cada, duas estruturas básicas que se intercalaram: a primeira delas se constituiu a partir de perguntas de jornalistas convidados aos candidatos, que tiveram, cada, 1 minuto e 30 segundos para responder. Já a segunda configuração foi o que se denominou como rodada direta, em que os dois presidentiáveis se confrontaram livremente, tendo cada um 15 minutos de fala cronometrada. A alternância entre as tomadas de palavra nesse momento foi realizada de modo pouco controlado pelos moderadores, que intervinham apenas no caso de interrupções. No final do segundo bloco, 1 minuto e meio foi concedido a cada um dos debatedores para as considerações finais.

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1990), o gênero debate é uma interação verbal oral, que, ao contrário de outros gêneros orais mais espontâneos, como a discussão, apresenta regras fixas, como tema definido, duração predeterminada, turnos de fala bem estabelecidos e a presença de moderadores e público:

o debate é uma discussão mais organizada e menos informal: é ainda um confronto de opiniões sobre um determinado assunto, mas que se realiza dentro de um quadro “prefixado” [...] — são assim parcialmente determinados a duração total do debate, a duração e a ordem das intervenções, o número de participantes e o tema da interação. Além disso, um debate geralmente inclui um público e um “moderador”, responsável por garantir o seu bom desenvolvimento (e mesmo na sua ausência, podemos dizer que esse moderador e esse público são de alguma forma internalizados pelos participantes). O debate é, portanto, ao mesmo tempo, uma discussão (pelo seu caráter argumentativo) e uma entrevista (pelo seu caráter midiático) (Kerbrat-Orecchioni, 1990, p. 118 apud Braga, 2006, p. 29)³.

Quando localizado na esfera política, esse gênero parte das necessidades de divulgação das propostas políticas e do contexto sociocultural das eleições e apresenta, portanto, caráter argumentativo e informacional, sendo caracterizado pelo embate de pontos de vista e pela mobilização de elementos persuasivos (Silva; Santos; Santos, 2020).

Outra característica importante do debate é o seu teor de competição, pois é pressuposto que, ao final do debate, haverá vencedores e perdedores. O vencedor, no caso, se constitui como o debatedor que conseguir causar uma melhor impressão no público, que se configura como o verdadeiro receptor desse tipo de interação, já que, embora os participantes se dirijam diretamente ao oponente, é o público que eles desejam persuadir (Kerbrat-Orecchioni, 2006).

³ No original: “le débat est une discussion plus organisée, moins informelle: il s'agit encore d'une confrontation d'opinions à propos d'un objet particulier, mais qui se déroule dans un cadre « préfixé » [...] — sont ainsi en partie déterminés la longueur du débat, la durée et l'ordre des interventions, le nombre de participants, et le thème de l'échange. En outre, un débat comporte généralement un public, et un « modérateur » chargé de veiller à son bon déroulement (et même en leur absence, on peut dire que ce modérateur et ce public sont en quelque sorte intériorisés par les participants). Le débat tient donc à la fois de la discussion (par son caractère argumentatif), et de l'interview (par son caractère médiatique.”

Além disso, é importante compreender que tal gênero, em geral, lida com temas controversos que dizem respeito à vida pública, principalmente quando se trata de debates presidenciais:

Assim, o aspecto político endossa a abordagem de gênero argumentativo e público, afinal fazer política é lidar com as dinâmicas de uma sociedade democrática, que justamente é a única que possibilita e promove debates. Além disso, pelo fato de ser presidencial – sabe-se que a relevância social e midiática é notória, já que a escolha via eleições do representante do Poder Executivo de um país tem caráter primordial nas tarefas de todo cidadão (Silva; Santos; Santos, 2020, p. 4).

Assim, esse gênero argumentativo, por prever o confronto de ideias e por se relacionar ao discurso político — que contém naturalmente o atrito de ideologias diversas — é um ambiente suscetível ao surgimento da polêmica (Braga, 2006). Dessa maneira, no contexto extremamente polarizado das eleições de 2022 no Brasil, esse deslizamento em direção ao discurso polêmico e, por consequência, ao erístico, se torna ainda mais provável. Isso pode ser atestado pelo próprio debate do segundo turno das eleições de 2022, em que é clara a presença da erística.

3 Estudo de caso: procedimentos de ataque ao adversário no debate entre candidatos à presidência do Brasil na Band em 2022

Visamos aqui analisar 07 sequências em que se manifestam os estratagemas do ataque ao outro, a partir das categorias de i) *argumentum ad hominem* lógico, ii) *ad hominem* circunstancial e iii) *ad hominem* pessoal. Além disso, apontamos também alguns procedimentos diversos que integram essa categoria mais ampla do estratagema *ad hominem*, pois um mesmo procedimento de ataque pode ser composto por uma variedade de estratégias que o sustenta.

As sequências a seguir foram extraídas das interações encontradas no vídeo do debate pré-eleitoral do segundo turno do pleito de 2022, realizado pela emissora Band e transmitido em seu próprio canal no Youtube (Band Jornalismo, 2022)⁴. Vejamos, então, algumas sequências, numeradas a partir de agora, nesta ordem: S1, S2, S3, Sn.

S1 Bolsonaro 01:07:30: Por exemplo, a questão do Auxílio Brasil. A origem desse dinheiro virá de uma proposta que já passou na Câmara visando a reforma tributária e está no Senado Federal. Vamos manter essa despesa extra de forma permanente e vitalícia. Deixo claro, quando nós criamos o Auxílio Brasil final do ano passado, nós renegociamos o parcelamento dos precatórios e criamos então o Auxílio Emergencial de R\$ 400,00. *Nesse momento, toda a bancada do PT votou contra na Câmara dos Deputados, porque eles não têm qualquer preocupação com os mais pobres.* Voltando à questão de recursos [...]. (***Ad hominem destacado em itálico***).

Na sequência 1, por volta da 1 hora e sete minutos do debate, os candidatos são questionados pelos mediadores com relação a como conseguirão o dinheiro para cumprir os

⁴ O debate encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iYVklCeIs60>.

projetos que prometeram em suas campanhas, e se alguma mudança constitucional será realizada nesse sentido. Assim, Bolsonaro, como o primeiro a tomar a palavra, esclareceu que o Auxílio Brasil, programa social criado no final de 2021, seria mantido por meio do dinheiro que viria de uma proposta que já passou na Câmara visando a reforma tributária. A partir disso, o candidato do Partido Liberal afirma que, quando esse projeto foi criado, toda a bancada do Partido dos Trabalhadores votou contra a sua realização na Câmara dos Deputados, concluindo que isso demonstra a falta de preocupação desse partido com as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. O trecho destacado “Nesse momento, toda a bancada do PT votou contra na Câmara dos Deputados, porque eles não têm qualquer preocupação com os mais pobres” exemplifica a utilização do *estratagema 16* na sua modalidade circunstancial, pois procura atacar a imagem do oponente por meio da contradição entre a atitude do partido do oponente (votação contrária na Câmara) e o *ethos* que Lula pretende construir, de candidato mais alinhado com as causas sociais do país. Assim, é possível dizer que Bolsonaro marginaliza, de certa maneira, a questão principal a ser tratada, o que é admitido pelo próprio presidencialista quando, ao final dessa declaração, afirma: “voltando à questão de recursos...”. Com efeito, o candidato aproveitou a oportunidade da pergunta para demonstrar uma atitude combativa — e, dessa forma, alinhada com a *erística* — com relação ao adversário.

S2 Lula 01:17:17: Eu não faço acusações mentirosas, são dados científicos. O senhor atrasou a vacina, depois teve processo inclusive de corrupção definido e denunciado pela CPI e o fato concreto é que *a sua negligência fez com que 680 mil pessoas morressem quando mais da metade poderia ter sido salva. A verdade é que o senhor não cuidou, debochou, riu, dizia para não tomar vacina, quem tomar vacina virava jacaré, que virava homossexual, que não podia tomar vacina. O senhor gozou das pessoas, imitou as pessoas morrendo afogadas por falta de oxigênio em Manaus.* Ou seja, não tem na história de nenhum governo do mundo alguém que brincou com uma pandemia e com a morte como você brincou. Brincou. Foi mostrado na televisão. Não vale dizer que foi *Fake News*, não. *Porque você aparece na televisão rindo, imitando pessoas sem ar. Você virou vendedor de um remédio que não servia para nada. Você divulgou um remédio que a ciência negou o tempo inteiro.* (***Ad personam em itálico***).

Durante a chamada “rodada direta”, em que os candidatos são convidados a debater diretamente um contra o outro, tendo cada um 15 minutos cronometrados de fala, Lula se vale de diversos argumentos *ad hominem* pessoal (ou *ad personam*) que circulam em torno de um tema bastante delicado: a pandemia de Covid-19. De fato, ao iniciar a sua fala, Lula acusa o oponente de negligência com relação à doença. Para sustentar esse insulto, o candidato petista então recorre ao dado conhecido e chocante de 680 mil mortes de brasileiros por Covid-19 sob o governo Bolsonaro. Nesse sentido, a estratégia contida nesse ataque consiste em utilizar informações amplamente conhecidas para derrubar a imagem do oponente. O recurso aos dados numéricos, às porcentagens e aos resultados objetivos de uma pandemia ancoram sua estratégia em uma aparente realidade objetiva. Para Fiorin (2015, p. 159), “os números dão uma aparência de objetividade à argumentação. No entanto, as cifras podem ser utilizadas segundo as necessidades da estratégia argumentativa empregada pelo enunciador.” Esses dados numéricos, porcentagens e cifras podem ser contestados pelos oponentes ou pelo auditório, relativizando-se o contexto em que eles se inscrevem, as bases sobre as quais foram realizados os seus cálculos ou mesmo as origens desses dados. De toda forma, o oponente é levado a reagir de

algum modo, pois o número de pessoas que morreram na pandemia gera muita comoção entre os brasileiros e, dessa forma, a utilização desse dado é muito efetivo para rebaixar o *ethos* do adversário.

Já em um segundo momento, para manter o ataque à imagem de seu oponente, Lula aproxima Bolsonaro de atos condenáveis, como atrasar a vacina da Covid-19, ridicularizar as vítimas da doença e se engajar na venda de remédios sem eficácia comprovada: “A verdade é que o senhor não cuidou, debochou, riu, dizia para não tomar vacina, quem tomar vacina virava jacaré, que virava homossexual, que não podia tomar vacina”. Para fortalecer essa aproximação, o petista recorre às falas do próprio oponente, registradas em diversos meios de comunicação⁵ e em suas *lives* pessoais⁶. Trata-se do recurso clássico à alusão (ou polifonia). Para Abreu (2009, p. 136) “Alusão é uma referência a um fato, a uma pessoa real ou fictícia, conhecida do interlocutor. A moderna análise do discurso chama esse fenômeno de polifonia ou intertextualidade”. A enunciação desses fatos conhecidos parece compor um ataque “sustentado” em dados e fatos conhecidos, construindo a imagem do oponente como incompetente, insensível diante do sofrimento experimentado durante a pandemia e mentiroso.

S3 Lula 01:18:29: Você não respeitou o Butantan, você não respeitou a Fiocruz que são laboratórios de excelência nesse país que poderia ter lhe ajudado. *Se tivesse humildade, você poderia ter resolvido parte do problema. Mas certamente você não quis resolver porque você não quis entender o sofrimento do povo. (Ad personam em itálico).*

Em S3, Lula utiliza o argumento *ad personam* ao acusar Bolsonaro de não ser uma pessoa humilde, o que pode ser atestado, segundo o petista, pelo fato de o opositor não ter respeitado instituições como o Butantan e a Fiocruz. Por meio da condicional “*Se tivesse humildade, você poderia ter resolvido parte do problema*”, há o fortalecimento do ataque a partir de uma relação de causalidade entre a falta de humildade de Bolsonaro e o problema da pandemia de Covid-19. Assim, se aprofunda a falha moral da falta de humildade atribuindo a ela parte das consequências trágicas da pandemia no Brasil.

Em seguida, Lula manifesta novamente a estratégia *ad personam* quando afirma “*Mas certamente você não quis resolver porque você não quis entender o sofrimento do povo*”. Nesse caso, o petista denuncia mais uma causa para a ausência de resolução do problema da Covid-19: a pouca preocupação do oponente com o sofrimento do povo brasileiro. Dessa maneira, mais uma vez, há o estabelecimento do *ethos* de Bolsonaro como um indivíduo extremamente insensível com relação às questões que acometem a população de seu país.

S4 Bolsonaro 01:18:49: *Seu Lula, tem um vídeo do senhor, o senhor dando graças a Deus que a natureza criou o covid. (Ad hominem circunstancial em itálico).*

⁵ Como registro dessa informação, apontamos esta matéria do portal IstoÉ sobre o caso: <https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce- virar-um-jacare-e-problema-de-voce/>.

⁶ Como registro dessas imitações, há esta matéria do portal G1: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/08/22/bolsonaro-imitou-paciente-com-falta-de-ar-durante-transmissoes-ao-vivo-na-internet-em-2021.ghtml>.

Ao ser acusado de não ter respeitado os laboratórios Butantan e Fiocruz e, por extensão, não ter lidado com a pandemia de Covid-19 com seriedade suficiente, Bolsonaro rebateu a crítica com um *argumentum ad hominem* circunstancial. O candidato, nesse caso, apontou a contradição existente entre essa afirmação indignada de Lula e a sua postura passada de ter agradecido pelo surgimento da pandemia, expondo provas — a existência de um vídeo⁷ — para legitimar essa afirmação. Visualizamos aqui o recurso da alusão que sustenta o *ad hominem* circunstancial, pois essa alusão ganha contornos de prova e fortalece a crítica ao adversário. A partir do apontamento dessa contradição clara, Bolsonaro buscou descredibilizar a argumentação do oponente, demonstrando que ele não é uma figura na qual se devesse confiar, já que sua fala atual e sua fala anterior estariam em clara discordância entre si.

S5 Bolsonaro 01: 19: 49: Quando se fala em corrupção, corrupção fez o seu partido na Covid. Quando chegou na CPI a notícia de 50 milhões de reais desviado pelo senhor Carlos Gabas, ex-Ministro de Dilma Rousseff, que passeava de bicicleta com ela, a *CPI do seu amigo Renan Calheiros e do seu Omar Aziz* não quis investigar. 50 milhões torrado numa casa de maconha, não chegou nenhum respirador e daí sim irmãos nordestinos morreram por falta de ar, por corrupção do seu Carlos Gabas, deixar bem claro, em especial *o seu governador de Minas Gerais, da Bahia, Rui Costa*. Então, consórcio do Nordeste, do qual você tinha amplo conhecimento e domínio, praticou corrupção e matou sim irmãos nordestinos sufocados em hospitais. (*Ad personam em itálico*).

Em S5, após receber as acusações do oponente com relação à postura durante a pandemia de Covid-19, Jair Bolsonaro buscou — em seu ataque *ad personam* — aproximar Lula a figuras condenáveis, acentuando sua amizade com Renan Calheiros, e ao governador Rui Costa. De fato, Calheiros já foi denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro e, dessa forma, a amizade com ele conduziria a uma “contaminação”, como se Lula também estivesse implicado em esquemas dessa natureza. O mecanismo por trás desse ataque parece ser o recurso ao antimodelo. Para Fiorin (2015, p. 189), “os casos particulares podem ser apresentados como modelos a seguir ou antimodelos a evitar.” O antimodelo é uma referência a personagem ou grupo humano com quem se procura criar uma desidentificação, e a aproximação com essas figuras seria condenável. Para Perelman e Tyteca (2014, p. 419), “ao propor a outrem um modelo ou um antimodelo, o orador subentende [...] que ele próprio também se esforça para aproximar-se ou distinguir-se deles.” Ao aproximar Lula de Renan Calheiros e de Rui Costa, Bolsonaro está induzindo duas atitudes: a) a condenação de Lula pela proximidade com ambos; b) sua própria superioridade moral (de Bolsonaro), pois são “de grupos diferentes”.

S6 Bolsonaro 01:25:04: Então, Sr. Lula, não continue mentindo, pega mal até para a sua idade; pelo seu passado não vou dizer, porque seu passado é lamentável. (*Ad personam em itálico*).

Na sequência 6, Bolsonaro chama o oponente de mentiroso, lançando mão da argumentação *ad personam*. Para sustentar esse insulto, ele faz menção à trajetória de Lula, dizendo “*pelo seu passado não vou dizer, porque seu passado é lamentável*”. Essa referência apresenta, nesse caso, um forte caráter persuasivo, pois remete a críticas recorrentes de Bolsonaro ao período de Lula na presidência do país. Esse tipo de argumentação, assim, faz um

⁷ Esta matéria resgata essa declaração: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/19/ainda-bem-que-monstro-do-coronavirus-veio-para-demonstrar-necessidade-do-estado-diz-lula.ghtml>.

grande apelo ao grupo o qual Bolsonaro representa, pois tal agrupamento se caracteriza por um forte antipetismo que costuma atribuir à figura de Lula as características de “corrupto” e “mentiroso”.

S7 Luiz Inácio Lula da Silva 01:25:13: Ah, mentindo é você! Mentindo é você [...] *E mais ainda o senhor não se dignou a visitar uma família que teve alguém que morreu de covid, e depois, para mostrar que é bonzinho, tentou ir no enterro da rainha da Inglaterra, quando poderia ter visitado centenas de pessoas que morreram do covid aqui...* (***Ad personam em itálico***).

Na sequência 7 da rodada direta, Lula utilizou o argumento *ad personam*. O insulto é centrado na atitude de Bolsonaro de não ter visitado os familiares das vítimas da Covid-19, atitude reveladora de falta de empatia e compaixão com relação ao sofrimento dessas pessoas. Esse insulto se baseou na memória de uma certa tradição dos presidentes em prestar condolências às vítimas de grandes tragédias, e se solidarizar com essas situações.

Apesar de tal premissa estar mais alinhada com o pensamento das pessoas que já apoiavam Lula de antemão — indivíduos em geral mais consternados com as negligências cometidas durante a pandemia — a indiferença com relação ao falecimento dos brasileiros é uma questão capaz de tocar a maior parte dos eleitores, já que lida com o valor básico da valorização da vida. Dessa maneira, por ser pautada nesse valor (Perelman; Tyteca, 2014), essa argumentação apresenta grande força, mesmo diante de um auditório tão polarizado de eleitores.

Para intensificar esse ataque, Lula contrastou a ausência de visitas a famílias brasileiras que perderam entes para a Covid com a tentativa do oponente de ir ao enterro da Rainha da Inglaterra. O recurso mobilizado nesse trecho é o do contraste, ou, mais amplamente, o da comparação entre fatos. Para Perelman e Tyteca (2014, p. 274), “a argumentação não poderia ir muito longe sem recorrer a comparações, nas quais se cotejam vários objetos [ou fatos] para avaliá-los um em relação ao outro”. Essa comparação de situações mobiliza a doxa de que um presidente da república deveria prestar mais apoio a seu próprio povo que a um povo estrangeiro. Esse cotejamento de atos díspares do oponente insinua então que Bolsonaro estaria mais preocupado com a morte da Rainha do que com as milhares de mortes do povo brasileiro sob sua tutela, ação então considerada por Lula como uma tentativa de promoção de sua própria imagem (do oponente). A partir disso, o ataque de Lula acentuaria o *éthos* de insensível e oportunista apregoado a Bolsonaro.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos analisar os elementos erísticos presentes na corrida presidencial de 2022 no Brasil. Para isso, nos centramos no recorte da interação entre os candidatos Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva no debate da rede televisiva Band ocorrido no segundo turno dessa disputa.

Partindo então das discussões de Mateus (2018), realizamos primeiramente uma retomada do papel da erística nos estudos da retórica e argumentação. Dessa forma, expusemos que essa forma de argumentar pode ser comparada a uma luta verbal, apresentando como aspecto principal não a procura pelo consenso, como a dialética e a retórica, mas a derrubada das teses do oponente. A partir disso, enfocamos sobretudo os estratagemas erísticos classificados por Arthur Schopenhauer (2009) em seu Tratado da Erística. Desses, selecionamos os tipos de argumentos que contribuem com a destruição do *ethos* do adversário, isto é, o *argumentum ad hominem* e o *ad personam*, com vistas à análise do *corpus*.

Investigamos também a relação entre a erística e a noção de “polêmica”, tal como cunhada pela autora Ruth Amossy (2020), compreendendo que ambos os conceitos se encontram muito associados, denotando as interações persuasivas caracterizadas por teses opostas que se chocam violentamente. Dessa forma, partimos então para a análise do *corpus* em si, que foi selecionado em virtude da sua pertinência e atualidade para compreensão das diversas expressões dos argumentos *ad hominem* e *ad personam* presentes no debate da Band em 2022.

De fato, a partir do exame da interação dos presidencializáveis, percebemos que os estratagemas selecionados são vastamente utilizados e apresentam, em cada aparição, meios diferentes de embasamento. As estratégias encontradas no recorte da interação selecionado para este estudo foram o recurso aos dados, a alusão/dialogismo, o antimodelo e a comparação. Em muitas ocasiões, esses recursos apareceram mais de uma vez nas falas, funcionando eficientemente para fortalecer o ataque à figura do opositor. Percebemos assim que, para além da conceituação realizada por Schopenhauer (2009) em seu Tratado, esses estratagemas erísticos podem apresentar uma variedade de meios de sustentação.

Dessa maneira, podemos concluir que a corrida presidencial de 2022 foi marcada por forte caráter erístico, apresentando, no confronto entre Lula e Bolsonaro no segundo turno das eleições, alta recorrência do *argumentum ad hominem* e do *ad personam*. As diferentes expressões desses argumentos, nesse sentido, são capazes de torná-los mais persuasivos e de fazer principalmente com que a coesão endogrupal ocorra de forma bastante efetiva.

Financiamento

Isabelle Fonseca Bezerra agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa de Iniciação Científica por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

Referências

- ABREU, A. S. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 13 ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. Trad. Eduardo Lopes Piris, Moisés Olímpio Ferreira et al. São Paulo: Contexto, 2020.
- AMOSSY, R. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. *EID&A, Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 13, n. 1, p. 227-244, 2017. <https://doi.org/10.17648/eidea-13-1526>.
- AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Junior et al. Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 2005.
- BAND JORNALISMO. DEBATE NA BAND: PRESIDENCIAL 2022 — SEGUNDO TURNO. 16 out. 2022. *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iYVkiCeIs60>. Acessado em: 31 aug. 2024.
- BRAGA, D. *Prós e Contras: o debate político televisivo como sub-gênero/sub-tipo de interação verbal*, *Revista Galega de Filoloxía*, Universidade da Coruña, n. 7, p. 29-65, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2183/2627>. Acesso em: 31 aug. 2024.
- BRINTON, A. A rhetorical view of the ad hominem. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 63, n. 1, p. 50-63, 1985.
- COURTINE, J.-J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M.R. (Org). *Discurso e mídia. A cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 21-34.
- CULPEPER, J. *Impoliteness: using language to cause offense*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales 1: Approche interactionnelle et structure des conversations*. Paris: Armand Colin, 1990.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Análise da conversação: princípios e métodos*. Trad. Carlos P. Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- MATEUS, S. *Introdução à retórica no séc. XXI*. Covilhã: LabCom.IFP, 2018.
- PERELMAN, C.; TYTECA, L. O. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 3 ed. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- PIRIS, Eduardo Lopes. Argumentação erística nas interações digitais: uma polêmica médica sobre a cloroquina no Debate 360 da CNN Brasil. *Rev. Estud. Ling.*, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 2289-2333, 2021.
- SCHOPENHAUER, A. *A arte de ter razão exposta em 38 estratagemas*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- SILVA, R. B.; SANTOS, M. F. O.; SANTOS, J. M. A persuasão textual nas tentativas de persuadir do debate político presidencial brasileiro. *Cadernos de Linguística*, v. 1, n. 2, p. 01-17, 2020.
- WALTON, D. *The New Dialectic: Conversational Contexts of Argument*. Toronto: University of Toronto Press, 1998.

Artigo / Article

O político da linguagem em *Special*, de Lizzo: uma análise semântico-enunciativa

The politics of language in Lizzo's Special: a semantic-enunciative analysis

Wendone Pereira de Souza 

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil
wendonesouza@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0002-8438-1981>

Eliuse Sousa Silva 

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil
eliusesilva@uesc.br
<https://orcid.org/0000-0002-9816-0285>

Recebido em: 22/01/2024 | Aprovado em: 21/05/2024

Resumo

De natureza descritivo-interpretativista, este estudo analisa o funcionamento do aspecto político da linguagem na tradução da composição *Special*, interpretada por Lizzo. Para isso, fundamentou-se na Semântica Histórica da Enunciação (Guimarães, 2002, 2006, 2007b, 2018). Mediante descrição do espaço de enunciação e da orientação argumentativa, constatou-se que tal aspecto político é manifestado no decorrer de toda a enunciação, pela instauração de memórias discursivas relativas ao racismo, à gordofobia, à mídia, à exclusão social, à autoaceitação e à própria história/trajetória de Lizzo. Em enunciados que dialogam entre si, retomando e ressignificando transversalmente as possibilidades de sentidos construídos, o político se evidencia na luta e no constante esforço da Locutora em marcar o seu espaço no mundo, bem como dos grupos minorizados (pessoas gordas, negras e mulheres) que ela representa, por meio de autoafirmações que contestam a hierarquização estabelecida e demais representações excludentes.

Palavras-chave: Espaço de enunciação • Orientação argumentativa • Memorável

Abstract

This descriptive-interpretative study analyzes the functioning of the political aspect of language in the translation of the composition *Special*, interpreted by Lizzo. It is based on the framework of the Historical Semantics of Enunciation (Guimarães, 2002, 2006, 2007b, 2018). Through the description of the enunciative space and the argumentative orientation, it was found that the political aspect is manifested throughout the enunciation, by the establishment of discursive memories related to racism, fatphobia, media, social exclusion, self-acceptance and Lizzo's own history/path. These statements intertwine, retracing and re-signifying, transversely, the possibilities of constructed meanings. The political meaning is evidenced by the struggle and constant effort of the Speaker to define her space in the world, as well as the space of the minoritized groups (fat people, black people, and women) that she represents through self-affirmations, which challenge the established hierarchy and other exclusionary representations.

Keywords: Enunciation space • Argumentative orientation • Memorable

Introdução

No decorrer dos anos, a composição musical demonstrou ser um gênero textual de grande alcance mundial. Uma de suas principais características é a plena licença poética concedida ao artista para expressar-se livremente no que queira abordar nas letras. No caso dos gêneros musicais com influências da cultura afro, é comum haver a presença de afirmações identitárias, denúncias e críticas à hierarquização e marginalização social. Uma interpretação superficial de uma composição pode facilmente apontar isso, porém, caso se queira alcançar um maior aprofundamento nas possibilidades de sentidos e particularidades textuais, uma análise que considere o texto como um acontecimento enunciativo pode ser ainda mais profícua.

É na tentativa de fazer esse aprofundamento de sentidos que propomos um estudo acerca de uma composição musical de Lizzo, uma mulher negra, gorda e estadunidense que está em alta na indústria musical contemporânea. Conhecida por seu ativismo na luta pelas minorias sociais e discursos de inclusão, a artista é mundialmente aclamada¹ por sua relevância, representatividade e faixas cativantes e problematizadoras, como é o caso de *Special*, a

¹ Além de possuir 4 *Grammys* e 1 *Emmy*, ambos prêmios das maiores premiações da indústria musical e televisiva respectivamente, Lizzo já vendeu mais de 1,4 milhão de álbuns em todo o mundo. Até o momento de escrita deste artigo, ela é seguida por mais de 11 milhões de usuários na rede social *Instagram* e encerrou sua mais recente turnê *The Special Tour* em julho de 2023, a qual passou pela América do Norte, Europa, Oceania e Ásia, com ingressos esgotados na maioria dos shows.

Para mais detalhes, ver:

<https://www.grammy.com/artists/lizzo/251879>

<https://www.emmys.com/bios/lizzo-0>

<https://bestsellingalbums.org/artist/7823>

<https://touringdata.wordpress.com/2022/10/14/lizzo-the-special-tour/>

<https://www.instagram.com/lizzobeating>

composição escolhida para esse estudo. Considerando a presença de temas sociais e políticos na letra da música em questão, buscamos explorar em uma abordagem enunciativa o processo de construção de seus possíveis sentidos.

Diante disso, esta pesquisa configurada como descritivo-interpretativista tem o objetivo principal de analisar como o aspecto político da linguagem na tradução da composição *Special* é evidenciado. Especificamente, visamos também discutir acerca do espaço de enunciação e descrever a orientação argumentativa do texto *corpus*, no intuito de destacar o embate, a desigualdade, o preconceito, a exclusão social e seus impactos evidenciados na letra, assim como o posicionamento e a autoafirmação identitária de Lizzo em defesa dos grupos sociais marginalizados. Com este propósito, recorreremos a aspectos da Semântica Histórica da Enunciação, teoria postulada por Eduardo Guimarães (2002, 2006, 2007b, 2018).

Essa investigação se justifica por dois âmbitos, um pessoal e outro acadêmico. Quanto ao primeiro, justificamos pelo interesse do pesquisador principal em composições musicais que oportunizam debates acerca de questões socioculturais, como é o caso do trabalho da cantora Lizzo. Esse interesse decorre da contribuição da artista na luta contra a discriminação das minorias, como também da sua representatividade e influência no mundo em relação a esses grupos vulneráveis. A composição *Special* é um dos melhores exemplos de música de sua interpretação, que exprimem de forma vasta esses aspectos, os quais oportunizam reflexões embasadas no respeito aos direitos humanos e diferenças culturais.

A justificativa de interesse pessoal ganha força em âmbito acadêmico por se constatar a escassez de estudos brasileiros relacionados a essa artista. Dentre as poucas publicações que envolvem Lizzo no Brasil, algumas são voltadas para discussões acerca de representações corporais e femininas, nas quais ela é mencionada em momentos breves, a exemplo de Codinotti (2020) e Isaias (2021). Por outro lado, nesse estudo Lizzo é o destaque de toda a análise e discussão, a partir de uma linha teórica de origem nacional. Amplia a justificativa a possibilidade de testificar a eficácia e relevância dessa teoria no que tange à interpretação mais acurada para diferentes tipos de textos.

Em execução ao estudo proposto, dividimos o artigo em quatro posteriores seções. A princípio, apresentamos resumidamente a Semântica Histórica da Enunciação, elucidando os elementos essenciais e constitutivos da enunciação, segundo essa teoria. Na sequência, de posse do *corpus*, analisamos em um primeiro momento o espaço de enunciação, para posteriormente nos determos à descrição dos demais elementos. Em ambos os momentos de análise, o olhar para o político é contemplado. Por fim, apresentamos as considerações finais deste estudo.

1 O espaço de enunciação e o político da linguagem segundo a Semântica Histórica da Enunciação

Este estudo segue uma perspectiva enunciativa, por pensar a relação entre a língua e o sujeito, relação essa que nos permite refletir sobre o entrelaçamento entre linguagem, sociedade e grupos linguísticos minorizados. Mais especificamente, nos fundamentamos, como dito, na Semântica Histórica da Enunciação, teoria de Eduardo Guimarães (2002, 2006, 2007b, 2018), em busca de traçar os embates de vozes do e no texto analisado – ou como veremos, o político da linguagem –, considerando a enunciação como um acontecimento de linguagem.

Também conhecida como Semântica do Acontecimento, uma das finalidades dessa abordagem é resgatar o que era considerado, para Saussure, o ‘externo à língua’, trazendo-o para o interior dos estudos linguísticos. A palavra ‘histórica’, que integra um dos termos dessa semântica, não leva este nome por um aspecto temporal ou historiográfico, mas sim por simbolizar a significação como estabelecida “pelas condições sociais de sua existência” (Guimarães, 1995, p. 66). Em outras palavras, entende-se que o processo de significação considera diferentes aspectos linguísticos, históricos e discursivos, que participam da enunciação e que a caracterizam como um “acontecimento” de linguagem, o que já esclarece a terceira terminologia teórica, ‘enunciação’.

A respeito dessa noção, nas palavras de Guimarães (2007b, p. 12), corresponde ao “evento histórico do aparecimento do enunciado”. Para ele, é a própria enunciação que estabelece os desdobramentos e as condições para a construção de sentidos. Ao defender a sua concepção, diverge da de Benveniste (1995) – um dos precursores da perspectiva enunciativa –, a qual descreve a enunciação como o ato em que o sujeito, percebido como empírico, se apropria da língua para dizer o que pretende; em síntese, o ato de o locutor utilizar a língua para produzir um enunciado.

A partir da crítica ao foco exacerbado e à superioridade dada por Benveniste ao sujeito em relação à língua, Guimarães argumenta que não é o sujeito, assumindo um papel central, que faz a língua funcionar e significar, mas sim a sua relação com a língua e com outros elementos que compõem a enunciação. Esses outros elementos em questão, além de língua e sujeito, equivalem à temporalidade do acontecimento e à materialidade histórica do real. Assim, esses quatro elementos são responsáveis por constituir o evento enunciativo e seu caráter histórico, político e discursivo (Guimarães, 2002, 2007b).

O sujeito da enunciação é percebido como uma pessoa determinada pela língua que fala, e não a pessoa falante considerada em sua atividade físico-fisiológica ou psíquica do ato de falar – como defende Benveniste. Ao ser tomado pela língua no acontecimento enunciativo, o falante é constituído simbolicamente por um espaço de línguas e falantes – melhor discutido mais à frente –, ao passo que a língua funciona através de suas regras e regularidades e possibilita sentidos mediante uma específica temporalidade (Guimarães, 2007b).

Tal temporalidade envolve simultaneamente passado, presente e futuro e se difere do tempo cronológico, que tendencialmente pensaríamos como referência neste campo (um antes, um agora e um depois). Este terceiro elemento é configurado pela própria enunciação, a saber:

por um presente, uma latência de futuro (uma futuridade), e um passado (um memorável). O acontecimento constitui o seu presente do dizer, a sua interpretabilidade (seu futuro) e as condições de sua significação (seu passado). Ou seja, a latência de futuro, que, no acontecimento projeta sentido, significa porque o acontecimento, no seu presente, recorta um passado como memorável (Guimarães, 2007b, p. 204).

Isso posto, a enunciação revela uma temporalidade particular que acontece, como dito, simultaneamente e não cronologicamente. O acontecimento, então, instaura seu presente e uma futuridade que constitui os sentidos interpretáveis. Entretanto, para efetividade da significação, é indispensável o passado, ou seja, as memórias recortadas pelo próprio acontecimento. É importante destacar que essas memórias não se referem às recordações ou lembranças pessoais de quem assume a fala do texto ou de quem o lê, mas sim às condições que possibilitam a construção do sentido de determinado dizer. Trata-se de enunciações memoradas que fazem o enunciado significar, projetando o futuro interpretativo.

Finalmente, acerca do quarto elemento da enunciação e seus desdobramentos, Guimarães (2002) menciona o real, ou melhor, a materialidade histórica do real. Por meio dele, compreendemos que quem enuncia não deve ser considerado como um ser físico – como descrito acima –, assim como o mundo referencial não deve ser entendido como um contexto – como em uma perspectiva pragmática. Para a Semântica do Acontecimento, ambos são afetados/atravesados pelo simbólico, porque o sentido é constituído historicamente.

Ao exercermos o olhar analítico para a enunciação, não devemos considerar o falante enquanto uma pessoa física e empírica que fala, mas sim enquanto sujeito tomado de modo simbólico, histórico e político por um espaço de línguas e falantes, o qual Guimarães (2007b, 2018) dá o nome de espaço de enunciação. Este espaço é responsável por oferecer possibilidades enunciativas e permitir/autorizar o dizer. Ao assumir a palavra, o falante situa-se em um campo político de divisão de línguas, o qual o possibilita dizer certas coisas e não outras, ocupar determinados lugares sociais e não outros, bem como ser ouvido por certos interlocutores e não por outros. Ao se dar dessa forma, o espaço de enunciação determina um agenciamento político e linguístico da enunciação – como se verá na análise da tradução da composição em estudo.

Para melhor clareza, cabe distinguirmos a noção política de linguagem com a política relativa a governos, à ordenação de papéis sociais ou com intuito de pacificação da sociedade, resolução e neutralidade de conflitos. O político da linguagem diz respeito a

um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. [...] deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (Guimarães, 2002. p. 16).

Em outros termos, o real supracitado se refere às línguas existentes em um determinado espaço de enunciação e suas relações históricas de funcionamento. A divisão normativa e desigual mencionada é percebida pela distribuição desproporcional de línguas em um espaço de enunciação específico e pela influência disso na relação falante-língua. No Brasil, como apontado por Guimarães (2003), há uma hierarquização entre o português e as línguas indígenas, por exemplo. Há uma dualidade naturalizada por escolas, dicionários, gramáticas e mídias entre correto e errado, língua formal e língua coloquial, língua prestigiada e língua estigmatizada.

Essa realidade hierarquizada envolvendo posições sociais atribuídas desigualmente é consequência do agenciamento político da língua. Mais um exemplo, proposto por Guimarães (2002), pode ser resumido da seguinte forma: numa situação de reunião em que um colegiado universitário discute a demissão de um aluno estagiário, há, de um ponto de vista, a administração, que sob posse das regras institucionais autoriza um funcionário a demitir o aluno devido a questões de assiduidade – aqui já se estabelece uma divisão do real que categoriza uma pessoa como aluno e outra como funcionário. Em contrapartida, entra em cena um outro aluno que defende por horas, a partir de inúmeros argumentos, o seu parceiro estagiário, alegando que, independentemente de ter sido demitido, não houve asseguração do direito mínimo de apresentar a sua defesa, prevista pela lei que rege os direitos humanos.

Neste exemplo, Guimarães nos mostra como ocorre a distribuição desigual de posições sociais. De um lado, tem-se a administração, que é naturalizada como superior, e de outro, o estagiário-aluno que ‘deve obedecer’ às regras administrativas do colegiado, mesmo que o segundo aluno argumente incessantemente em sua defesa, com fundamentos plausíveis e legais, afirmando o seu pertencimento na posição social de humano. O esforço enunciativo do argumentador é negado pela administração, a qual ocupa o lugar da normatividade.

Em suma, para a Semântica do Acontecimento, o aspecto político que se dá no espaço de enunciação é observado nos embates de vozes pelo direito ao dizer, na luta entre a normatividade que distribui a língua de maneira desigual e a redivisão linguística que permite a afirmação de pertencimento dos não incluídos.

1.1 As figuras do dizer e a orientação argumentativa

Essa discussão relacionada ao político do espaço de enunciação é necessária para alcançarmos o propósito do estudo, haja vista que “línguas são elementos fortes no processo de identificação social dos grupos humanos” (Guimarães, 2003, p. 48). Em nosso estudo, fazemos o que vamos chamar de “atravessamento enunciativo”, isto é, lançamos o olhar para a composição *Special* traduzida², para analisar o político da linguagem desta enunciação, não

² O intuito de se analisar a tradução é com vistas a dar maior acesso à análise, aos falantes (aqui ocupando o lugar de leitores) de língua de circulação deste artigo.

relativo ao tradutor e sim relativo à intérprete e uma das autoras, Lizzo – que é a origem do dizer, conforme discutido mais adiante.

Entendemos que o atravessamento dito seja possível, porque estamos considerando a tradução como um acontecimento de linguagem gerado pela *reescrituração*, que, consoante Guimarães (2007a, p. 84), “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. Porém, a tradução teria a sua peculiaridade, porque seria a instauração de um novo acontecimento, quer dizer, seria uma reescrituração da enunciação, mas não na própria enunciação. Assim, ao lançarmos o olhar para a Falante autora Lizzo, devemos ter em mente que a língua que a agencia também a caracteriza de modo histórico-social enquanto falante tomada politicamente pela distribuição linguística.

Feito este esclarecimento quanto ao propósito de pesquisa e análise da tradução, avancemos na compreensão dos elementos integrantes da enunciação. Como consequência das diversas possibilidades oferecidas pelo espaço de enunciação em suas divisões de línguas e falantes, quando ocorre um recorte específico deste espaço, isto é, a concretização de uma das possibilidades do acontecimento, há o que se chama de cena enunciativa. A cena é encarregada de instituir as condições de enunciação e, portanto, a materialidade histórica do real. As figuras primordiais que a compõem são o locutor (quem diz) e o alocutário (para quem se diz).

A figura do locutor é subdividida em três representações: o Locutor autor; o locutor-x e o Enunciador. O Locutor (com L maiúsculo) é quem profere e origina o dizer, é quem assume o lugar de autoria. O locutor-x (com “l” minúsculo e “x”) é indicado pelas posições sociais ocupadas por ele em determinado enunciado, é o lugar social, por exemplo, locutor-artista, locutor-fã, locutor-blogueiro etc. Este locutor-x pode assumir uma ou mais posições sociais num mesmo enunciado. É principalmente nele, inclusive, que nos deteremos em nossa análise, porque nos permitirá identificar quais papéis estão sendo assumidos por Lizzo, enquanto Locutora³ autora, em cada recorte enunciativo (Guimarães, 2007b).

Por fim, a última representação do locutor, o Enunciador (E), remete ao lugar do dizer, o qual pode apresentar quatro perspectivas enunciativas: individual, coletiva, universal e/ou genérica (Guimarães, 2002). Uma perspectiva individual pode trazer o enunciador como independente da história, como falando por si mesmo, sem interferências da materialidade; um enunciador coletivo é aquele que ocupa um lugar de fala que inclui e acolhe determinado(s) grupo(s) social(is), fala em nome de uma coletividade; o universal “passeia pelo terreno” do verdadeiro ou falso no mundo; enquanto o genérico sustenta uma enunciação baseada no senso comum, a exemplo dos ditos populares.

³ Apesar de Guimarães sempre utilizar a forma morfológica do masculino (locutor), optamos por utilizar o feminino, especialmente na análise propriamente dita, em referência à Lizzo.

Em contrapartida à figura do locutor, como vimos, há a figura do alocutário, aquele para quem a fala é destinada. Assim, para cada divisão representativa do locutor, há uma equivalente ao alocutário, porém, em razão do que será analisado, nos interessa destacar apenas o alocutário-x. Equivalente ao locutor-x, o alocutário-x diz respeito ao lugar social ocupado por aquele para quem o dizer é dirigido.

Além dos elementos da enunciação elucidados até aqui, é também essencial tecer considerações referentes à noção de orientação argumentativa. Na concepção semântico-enunciativa de Guimarães (1995, 2007b), argumentar consiste em apontar uma direção de sentido para o dizer, logo, a orientação argumentativa apresenta o caminho interpretativo de um enunciado, a partir de suas relações com os demais elementos enunciativos, e consequentemente, o caminho interpretativo do futuro textual. Nesse âmbito, a argumentação é tratada como uma relação de significação, na medida em que os enunciados de um texto estabelecem relações entre si e simultaneamente com os elementos da enunciação (as posições de sujeito, a temporalidade e o real).

Desse modo, para se fazer a descrição da orientação argumentativa, é necessário olhar para o *enunciado* como unidade textual, entendendo como essa noção se diferencia da noção de sentença. Nas palavras de Guimarães (2006, p. 121), “a sentença é a frase na língua, independente de sua relação com a situação na qual é dita por alguém. O enunciado é a frase quando considerada nas condições do dizer”, ou seja, enquanto a sentença nos faz observar uma frase considerando as expressões linguísticas, palavras e sentidos constituídos, o enunciado vai além e nos permite considerar a especificidade de quem fala (o locutor), bem como as condições únicas pelas quais determinada frase foi dita.

Com essa diferenciação em vista, compreendemos a composição *Special* como um texto formado por diferentes enunciados, cada um com suas particularidades, mas cujos sentidos se cruzam, interferindo um no outro. Isso porque entendemos que um texto, em sua totalidade, é considerado como uma unidade empírica, a qual é atravessada por “um conjunto de recortes discursivos” (Guimarães, 2007b, p. 13), os quais podem apontar posições de sujeito e discursos distintos em um mesmo texto.

Nessa direção, o discurso é construído mediante a forma que os elementos enunciativos se configuram e se relacionam na enunciação (Guimarães, 2007b). Sendo assim, os lugares sociais ocupados por um Locutor autor marcados nos enunciados, sua perspectiva enunciativa, bem como a temporalidade instaurada pela enunciação orientam a argumentação na construção discursiva.

2 *Special* como acontecimento enunciativo

Como já sinalizado, o *corpus* selecionado foi a composição musical *Special*, interpretada pela norte-americana Melissa Vivianne Jefferson, mais conhecida como Lizzo. Tal

escolha se deu mediante dois critérios: a música deveria ser solo (cantada apenas por Lizzo) e ter participação autoral da intérprete. Assim sendo, a autoria é assinada por ela, em parceria com Theron Thomas, Max Martin, Andrew Wansel, Ian Kirkpatrick e Daoud Anthony. A faixa, lançada mundialmente em 15 de julho de 2022 e disponibilizada em formatos físicos e digitais através das gravadoras *Nice Life* e *Atlantic Records*, é parte do quarto álbum de estúdio da artista que leva o mesmo nome (*Special*). O texto é escrito originalmente em língua inglesa estadunidense, porém optamos por trabalhar com a tradução para o português do Brasil – feita pelo pesquisador principal –, como forma de dar sequência ao mesmo idioma que compõe a escrita do artigo. De todo modo, o *corpus* original em inglês se encontra em anexo.

No intuito de analisar a manifestação do político da linguagem, como caminho discursivo, recorreremos, no primeiro momento, à descrição do espaço de enunciação de *Special* e posteriormente de sua orientação argumentativa.

2.1 O espaço de enunciação de *Special*

O espaço que gera as possibilidades e permissão para o dizer da composição *Special* é referente a uma música originalmente escrita em inglês padrão, com ocorrências do *Black English* – noção discutida mais adiante.

O inglês, como se sabe, tem as suas divisões geográficas (o inglês americano; o inglês britânico; o inglês australiano), mas, além disso, é a atual língua universal, falada internacionalmente ao redor do globo. Para alguns falantes, este idioma pode se configurar como língua materna, a primeira aprendida na vida. Para outros, possuidores de uma língua mãe diferente, o inglês pode funcionar como língua franca, isto é, uma língua de comunicação entre pessoas que falam diferentes idiomas, desconsiderando qualquer ‘modelo de falante nativo’ (Rajagopalan, 2008).

Nos Estados Unidos, país de origem da composição *Special*, o inglês americano opera como língua oficial, adotada como obrigatória no âmbito formal do Estado; e por ser oficial, também se caracteriza de modo nacional, representando assim a nação de falantes. Essa língua aí é naturalizada como correta e prestigiada, sendo a escrita e pronúncia padrão a ser seguida. Por outro lado, concorrem com a língua oficial outros ingleses, como é o caso do *Black English*, que frequentemente é classificado, na linha de estudos sociolinguísticos, como variante coloquial estigmatizada⁴. Isso, porque é um inglês afroamericano, surgido no período de escravização, sendo falado em sua maioria por negros dos EUA. Caracteriza-se pela influência de línguas maternas africanas no inglês padrão, em rompimento com algumas normas estruturais (Hooks, 2013).

⁴ Em seus estudos, Guimarães não estabelece vínculo com a perspectiva sociolinguística. O autor não assume a ideia de “variação” e sim de línguas diferentes que disputam o espaço de fala. Ele, desse modo, se detém nas contradições e embates políticos que envolvem a distribuição de línguas.

A realidade descrita acima aponta uma relação histórica de funcionamento de línguas nos Estados Unidos, refletindo a divisão política que aí ocorre, pois há uma relação de desigualdade e hierarquização entre essas divisões. Se o inglês padrão americano é tratado com prestígio, conseqüentemente, está influenciando no desprestígio de outros, como o *Black English*. Se um inglês é apagado ou extinto, um outro em predominância ocupará o seu lugar ou ficarão em contínuo embate, como reflexo da distribuição desproporcional entre as línguas. O falante, ao ser tomado pelo inglês americano e pelo *Black English*, como ocorre na enunciação *Special*, está sendo constituído/atravessado por essas implicações que o caracterizam enquanto sujeito na enunciação.

A título de ilustração, no quadro 1, expomos as ocorrências do inglês afroamericano na composição em estudo, colocando à sua direita o equivalente em inglês padrão, para se ter uma melhor compreensão das distinções entre essas línguas:

Quadro 1. Distinção entre *Black English* e inglês padrão americano em trechos de *Special*

<i>BLACK ENGLISH</i>	INGLÊS PADRÃO
Woke up this morning to somebody in a video	I woke up this morning to somebody in a video
Y'all don't hear me, though	You all don't hear me, though
And you could cancel a girl 'cause she just wanted to change?	And you could cancel a girl because she just wanted to change?
How could you throw fucking stones if you ain't been through her pain?	How could you throw fucking stones if you haven't been through her pain?

Fonte: elaboração própria

Ressaltamos que não é o intuito adentrar na análise de aspectos morfossintáticos do *Black English*, mas entendemos ser importante destacá-lo, visto que parte da enunciação é construída nele, logo, faz parte do agenciamento político. Enunciar no *Black English* tem as suas especificidades, portanto, difere de enunciar no inglês padrão dos EUA e, indubitavelmente, configura a disputa pelo dizer e o modo como dizer, ao passo que simboliza a afirmação identitária do falante, ou melhor, da falante, no caso aqui Lizzo, constituída também por essa língua desprestigiada.

No processo de tradução da composição *Special* para o português, especialmente com o *Black English*, houve um cuidado na seleção de palavras/expressões para que os sentidos se aproximassem ao máximo do texto original em inglês. É bem verdade que esse processo dificilmente permite uma tradução perfeita e idêntica, haja vista as singularidades de cada idioma; em alguns casos, nem é possível efetuar⁵. Diante disso, reforçamos estar atentos a

⁵ A omissão do sujeito em 'Woke up' foi traduzida para 'Acordei assim'. Embora não haja o 'eu', a língua portuguesa denuncia o sujeito pela conjugação verbal, o que não acontece no inglês no tocante ao tempo passado; A expressão 'Y'all' foi traduzida para 'Cês'. A abreviação 'cause' (traduzida para 'porque') e a negativa 'ain't' (traduzida para 'não'), diferente das anteriores, não sofreram mudanças significativas, pois há equivalência natural de sentidos; algo diferente disso poderia se tornar uma tradução forçada ou equivocada.

essa questão⁶ e à relevância de buscar sentidos equivalentes para preservar a afirmação identitária na enunciação a partir do uso do *Black English*.

Além da presença dos dois ingleses, o espaço de enunciação também abarca uma música de gênero *R&B* com influências do gênero *Hip Hop*, dois gêneros musicais com elementos em comum: seus ritmos se aproximam e ambos são advindos da cultura africana, tendo início com os *spirituals*⁷ na época da escravidão. O *R&B* originou-se no final da década de 1940, enquanto o *Hip Hop* surgiu algumas décadas depois, mais aproximadamente em meados de 1970, comandado por um movimento organizado, que envolvia, além dos afroamericanos, os latinos e jamaicanos, nos subúrbios de Nova York. Assim como em outros gêneros antecessores ou sucessores derivados (*jazz*, *blues*, *rock*, *reggae*), as composições de *R&B* e *Hip Hop* costumam apresentar discussões étnico-raciais, críticas sociais, denúncias a desigualdades sociais e preconceitos, bem como afirmações identitárias, na busca da propagação de ideias, a partir de um ideal libertário (De Almeida, 2012).

Em adição, para configuração do espaço de enunciação, há o fato de o texto ser composto e lançado oficialmente em 2022, um período atual do século XXI, o qual mobiliza com mais frequência (e possibilidade mínima de censura) a presença de discussões como as que serão evidenciadas. Diante disso, o espaço de enunciação em foco é concebido como internacionalizado e permite explorar uma linguagem mais livre, sem exigências formais, onde a Locutora assume um lugar de fala que traz à tona questões, reflexões e críticas sociais, opiniões, autoafirmações e posicionamentos discursivos.

São discussões que, de algum modo, sinalizam a disputa pelo dizer, que revelam o embate na busca do direito a falar ‘o que’ se fala e o ‘como’ se fala e assim se demarcar no mundo.

2.2 A orientação argumentativa de *Special*

Diante da análise do espaço de enunciação, seguimos para a descrição da orientação argumentativa. Para isso, como procedimento analítico, dividimos a composição em enunciados, buscando descrever os demais elementos enunciativos discutidos anteriormente: a cena enunciativa composta por Locutora (L), locutora no tocante à sua posição social (l-x),

⁶ Enquanto tradutores, reconhecemos o fato de sermos agenciados pela língua ao fazer a seleção de palavras/expressões linguísticas disponíveis no repertório do português e, naturalmente, essa tradução enuncia algo dito em uma língua diferente. Buscamos redizer em português o que já havia sido dito em inglês, com base no processo de reescrituração, o qual pode incluir a paráfrase no intuito de assegurar identificação ou correspondência textual (Guimarães, 1999). Contudo, estamos cientes de possíveis interferências de sentido nesse processo.

⁷ As canções *spirituals* eram interpretadas por escravizados, que dançavam e cantavam suas histórias. No contexto da imposição do cristianismo, grande parte dessas canções possuíam o intuito de adoração religiosa. Contudo, algumas delas incluíam uma segunda finalidade: a comunicação implícita de sinais/códigos sobre possibilidades de fuga, lugares seguros e pessoas de confiança. A música *spiritual* influenciou muitos dos gêneros posteriores da cultura afro, como o *blues*, o *jazz*, o *gospel* e o *soul* (Pershey, 2020).

Alocutário (A), o lugar social do alocutário (al-x), a perspectiva enunciativa (E), assim como a temporalidade, que inclui as memórias discursivas e a projeção de possíveis sentidos. Nos casos em que há observações semelhantes entre enunciados, os descrevemos em conjunto. Além disso, alguns elementos são destacados com maior predominância do que outros, a fim de realçar o essencial para o caminho argumentativo e a sua influência na forma como o político se manifesta.

Antes de adentrarmos na análise propriamente dita, vejamos o conjunto de enunciados da composição, os quais estão separados por barra (/):

Acordei hoje de manhã e tinha alguém em um vídeo falando de alguma coisa que eu postei em um vídeo / Se não fosse eu, vocês ainda ficariam ofendidos ou é só porque eu sou negra e pesada? / Cês nem me escutam / Eu tenho sido a mesma desde que dirigia devagar pela rua Bissonnet / Pergunte a qualquer um que eu conheça e eles te dirão isso / A fama é novidade, mas eu estou acostumada a ter gente me julgando / É por isso que eu me movo como me movo e por que sou tão apaixonada por mim mesma / Estou acostumada a me sentir sozinha, então pensei em te dizer / Caso ninguém tenha te dito hoje, você é especial / Caso ninguém tenha te feito acreditar, você é especial / Bem, eu sempre vou te amar da mesma forma, você é especial / Estou tão feliz que você continua com a gente / Quebrado(a), mas, caramba, continua perfeito(a) / Você consegue imaginar um mundo onde todo mundo é igual e você cancelaria uma garota porque ela só queria mudar? / Como você pode jogar porras de pedras se não tem passado pela dor dela? / É por isso que nos sentimos tão sozinhas, por isso que sentimos tanta vergonha / Eu sei que não estou sozinha, ah, então pensei em te dizer

Como análise preliminar, destacamos que quem se constitui como responsável por essa enunciação é Lizzo; é ela que assume a posição de Locutora autora. E ela assume esse lugar, a partir de um passado, a partir de um histórico de memoráveis que funcionam como orientação argumentativa e base de sustentação para os sentidos (futuridade) de *Special*. Lizzo ocupa o lugar de artista estadunidense, nascida em Detroit; mais ainda, ocupa o lugar de *rapper*, compositora, atriz e de quem, atualmente, vive o auge de sua carreira, com reconhecimento ao redor do mundo. Sua posição enunciativa é a de uma mulher negra, gorda, com mais de 30 anos, vinda dos subúrbios, que alcançou sucesso mundial e aclamação. Tendo em vista o espaço de enunciação do meio artístico que configura certos padrões estéticos e comportamentais considerados ideais para uma cantora possuir sucesso na música contemporânea, a Locutora Lizzo ocupa o lócus de quem contrapõe os estereótipos criados e endossados pela sociedade e indústria musical.

Ademais, há um histórico de enunciações, sejam em suas redes sociais ou outras músicas interpretadas por Lizzo, que a apontam também como Locutora, caracterizando-a por transmitir e incentivar a prática do empoderamento e autoaceitação. São postagens midiáticas e enunciações musicais (essas últimas, exemplificadas a seguir entre parênteses) que trazem à tona temáticas como o machismo (“*Truth Hurts*”), a gordofobia (“*Rumors*”), a positividade corporal (“*Juice*”), o empoderamento negro (“*My Skin*”) e feminino (“*Like a Girl*”) e o orgulho LGBTQIA+ (“*Everybody’s Gay*”). Como pontuamos, essas memórias são cruciais para que a organização argumentativa sinalize a luta da autora em conquistar o seu espaço de fala.

É diante dessa configuração de memórias, que a composição *Special* projeta sentidos, tendo, de um lado, Lizzo como ocupando o lugar (social) de autoria, isto é, como Locutora

autora. Do outro lado, está o seu público ouvinte como alocutário, como sendo aquele lugar social para quem se dirige o dizer.

Entendamos melhor o funcionamento de *Special*, observando cada enunciado, na sequência. Iniciemos pelo primeiro:

(A) Acordei hoje de manhã e tinha alguém em um vídeo falando de alguma coisa que eu postei em um vídeo

A locutora, indicada pelo verbo ‘acordei’, é identificada como uma pessoa alvo de comentários. Ela ocupa o lugar de uma pessoa que experiencia o cotidiano das mídias sociais; obtém atenção e recebe comentários de outras pessoas sobre uma postagem feita. Por este motivo, enuncia de uma perspectiva individual. Um segundo locutor também surge (‘tinha alguém... falando’), ocupando a posição de crítico/comentarista; um alguém que emite opiniões sobre o *vídeo-post* da primeira locutora utilizando outro vídeo como suporte. Este locutor crítico tem sua voz introduzida pela Locutora autora.

Dentre as memórias subjacentes estão a publicidade, o funcionamento das redes sociais e a questão do engajamento na vida das pessoas. O surgimento das redes sociais como parte dos avanços tecnológicos do século XXI trouxe consigo o hábito de as pessoas estarem presentes nas redes, como forma de se manterem informadas, se entreterem ou até mesmo engajarem a atenção de outros usuários para determinados fins de interesse com auxílio da publicidade. Além de atenção, a pessoa também pode se tornar alvo de críticas por outros usuários, com comentários negativos (na maioria das vezes de contas anônimas) ou, como no caso do enunciado, um outro vídeo criado, que busca criticar o primeiro e ganhar o desejado engajamento para si. Este caso exemplifica uma presença do embate político da linguagem, pois o locutor crítico luta para ocupar o lugar de fala (anteriormente pertencido à locutora alvo de críticas) e, assim, ser autorizado a falar, defender o seu posicionamento, ser ouvido e engajar o público com os argumentos que apresenta no seu próprio vídeo.

Deste modo, o enunciado A direciona o sentido para como Lizzo descreve a crítica recebida em suas redes sociais, algo comum na vida artística. A argumentação permite entender que uma pessoa em específico grava um vídeo falando sobre a sua postagem, sendo que esse segundo vídeo alcança atenção e considerável engajamento nas redes, já que é notado pela própria Lizzo, ao acordar.

Sigamos para o próximo enunciado:

(B) Se não fosse eu, vocês ainda ficariam ofendidos ou é só porque eu sou negra e pesada?

A locutora alvo de críticas de A assume em B também o lugar social de mulher negra e gorda, enunciando de uma perspectiva individual. Ao direcionar o seu dizer para um alocutário crítico e conivente com a discriminação racial e corporal, o enunciado recorta como primeira memória discursiva o contexto de segregação racial e posterior racismo na sociedade americana. A prática de separar os indivíduos pelo critério de raça/etnia ainda é frequente, assim

como o discurso de ódio e preconceito que acompanha os racistas. O lugar permitido ao negro ainda é limitado e inferior em comparação ao branco.

Como segunda memória há o lugar social do gordo e da mulher, dois grupos também marginalizados socialmente. Tendo em vista o espaço de enunciação, há como memorável o imaginário social sob o qual o gordo é representado negativamente em relação à saúde, enquanto a mulher é vista, muitas vezes, como o gênero inferior e submisso ao patriarcado. Neste mesmo imaginário, para o âmbito artístico, a mulher negra e gorda foge do padrão estabelecido pela indústria; as oportunidades e o reconhecimento profissional costumam ser inferiores em comparação a artistas brancas e magras.

Essas enunciações rememoradas exemplificam, mais uma vez, o aspecto político da linguagem. A ocupação dos lugares sociais de mulher, negra e gorda, a memória relativa ao discurso do racismo, o discurso de ódio, preconceito e, em contrapartida, o discurso contrário aos anteriores, tornam evidente o embate do direito ao dizer, enunciar e aparecer. Esse embate é protagonizado pelo imaginário social, que naturaliza o padrão feminino estabelecido (mulher branca e magra) como correto/adequado e pela mulher negra e gorda marginalizada. Mesmo que Lizzo possua o mesmo talento e capacidade que uma artista padrão, o imaginário social não aceita o seu reconhecimento e sucesso. Assim, ela sustenta a luta por ocupar o lugar de artista famosa e desse lugar, poder enunciar e afirmar o seu pertencimento.

Portanto, o enunciado B aponta como interpretação que um questionamento é feito aos desaprovadores do conteúdo em vídeo de Lizzo, se a reação deles seria diferente caso fosse outra pessoa. Essa “outra pessoa” sugerida atenderia aos padrões estabelecidos pela sociedade e indústria, por isso, não sofreria críticas ou ódio. O enunciado nos permite afirmar que Lizzo aparece no vídeo referido, só não deixa claro de qual maneira. Há, ainda, um direcionamento argumentativo de um sentimento de ofensa em pessoas específicas gerado pela artista. Há também o sentido de que ela ofende porque estaria ocupando um lugar que não seria seu por direito, porque está “burlando” as regras do jogo, porque luta pelo direito de igualdade.

As mesmas posições sociais de Locutora e alocutários de B são constituídas em C, como vemos a seguir:

(C) Cês nem me escutam

A princípio, a perspectiva enunciativa se mantém individual, ao passo que o enunciado veicula memórias referentes ao discurso racista e gordofóbico, ambos responsáveis por promover segregações, discriminações e práticas de ódio a grupos de pessoas que não fazem parte do padrão valorizado pela sociedade. Por outro lado, há também enunciações memoradas do discurso antirracista e antigordofóbico, os quais visam combater as práticas supracitadas na busca por igualdade, respeito e inclusão. Esses discursos são proferidos em shows da Lizzo e

estão presentes em outras músicas de seu repertório⁸. Após o questionamento em B, a locutora afirma em C que os locutários críticos não a escutam. Mediante memórias discursivas verificadas a partir de outras composições musicais, em shows, entrevistas e aparições públicas de Lizzo, o sentido apontado pelo enunciado é de que a artista segue falando, denunciando, embora saiba que os críticos continuam sem dar atenção. O aspecto político é manifestado na mesma divisão do real citada anteriormente, entre o imaginário social e a mulher marginalizada que foge dos padrões. Essa mulher aqui segue incessantemente afirmando a sua identidade, denunciando o tratamento social desigual e exigindo a sua inclusão.

Em D e E, a Locutora assume novas posições sociais:

(D) Eu tenho sido a mesma desde que dirigia devagar pela rua Bissonnet

(E) Pergunte a qualquer um que eu conheça e eles te dirão isso

Considerando a expressão 'tenho sido', vemos a locutora assumir dois lugares sociais diferentes: o de uma pessoa famosa e o de uma pessoa comum, humilde e fiel a si mesma, que continua enunciando de uma ótica individual. Em 'pergunte', ela se dirige aos locutários que duvidam de sua personalidade. O passado memorável diz respeito à prevalência da humildade e ideais identitários frente à fama. De um ângulo, há a vida de uma pessoa famosa: a movimentada agenda de shows, turnês, fotos, autógrafos, entrevistas, *paparazzis*; a influência da indústria sobre como se comportar, agir e posicionar-se. De outro ângulo, há a possibilidade de vida tranquila e longe dos holofotes para uma pessoa não famosa (referenciada em 'dirigia devagar'). São também memórias desse enunciado, a história e origem de Lizzo (já ressaltadas na descrição do espaço de enunciação), assim como os seus traços de personalidade/identidade deixadas nas pessoas que conviveram/convivem com ela.

Por influência disso, os enunciados D e E projetam a interpretação de que Lizzo se mantém fiel a si mesma, ao seu jeito de ser e de agir, o qual mesmo após tornar-se famosa, continua igual e é testemunhado por pessoas próximas de seu círculo social.

Na sequência, os recortes (entendidos aqui como sinônimo para enunciados) F e G compartilham de uma memória discursiva semelhante à presente em enunciados anteriores: os preconceitos vividos por Lizzo enquanto mulher, negra, gorda desde antes da fama:

(F) A fama é novidade, mas eu estou acostumada a ter gente me julgando

(G) É por isso que eu me movo como me movo e por que sou tão apaixonada por mim mesma

Em F, a Locutora assume todos os lugares sociais dos enunciados precedentes: uma pessoa famosa, mulher, negra, gorda e alvo de críticas. A perspectiva enunciativa evidenciada permanece como individual e o futuro interpretativo projetado pelo enunciado é de que essa pessoa só conheceu a fama recentemente, mas as críticas, ataques e julgamentos recebidos já são frequentes muito antes de conquistar a atenção pública. O aspecto político se mostra em

⁸ *Coconut Oil, Juice, Naked, Scuze Me, Tempo (feat. Missy Elliott e The Sign)* são outros exemplos de faixas da artista que abraçam a temática antirracista e antigordofóbica.

como Lizzo põe em destaque, novamente, a segregação e negação destinada à mulher, à/ao negra/o, à/ao gordo e por isso torna-se alvo de ataques, pelo esforço de exprimir a sua existência em paralelo aos julgadores.

Em G, a locutora assume a posição social de pessoa segura de si, que se entende, se ama e se aceita como é, sustentando-se como enunciadora individual. Em diálogo com F, o enunciado estabelece a interpretação de que apesar de receber tantas críticas e julgamentos, Lizzo continuará exibindo o seu corpo gordo e a sua feminilidade negra por onde passar, e fará isso com amor, confiança e segurança em si mesma. Outro sentido validado pelo recorte é de que ela não se importará com os dizeres alheios, em um exercício de resistência frente aos ataques diários. Em acréscimo, além de possibilitar um sentido de mobilidade, o verbo “mover” empregado em G também pode equivaler ao ativismo social de Lizzo. Em suma, a futuridade do enunciado G aponta o discurso para a autoaceitação, a autoafirmação e o amor-próprio em meio às críticas e preconceitos. A resistência mencionada faz jus à necessidade de autoafirmação no confronto político, pois, ao assumir a posição social de pessoa famosa, não padrão e segura de si, Lizzo está se apropriando da autoridade que lhe é permitida para afirmar o seu ideal libertário, a sua identidade. Por ser uma artista, isso é ainda mais crucial, pois representa e influencia outras pessoas marginalizadas.

Em H, a posição social de pessoa alvo de críticas é novamente assumida pela Locutora, enquanto é recortada uma memória relativa à solidão e exclusão social.

(H) Estou acostumada a me sentir sozinha, então pensei em te dizer

O enunciado pode ser interpretado como direcionado a pessoas com sentimentos similares ao dela. Nessa direção, o dizer em questão mobiliza uma enunciadora coletiva, pela primeira vez na análise. Essa possibilidade relaciona-se com a memória alusiva à exclusão social vivenciada por grupos marginalizados como os negros, gordos e as mulheres, exemplificada anteriormente. De início, o enunciado aponta como futuridade o desabafo de Lizzo frente às exclusões sofridas na vida por ser quem é; a solidão advinda disso faz parte de sua vida há mais tempo, como registrado em ‘estou acostumada’. Posteriormente, a locutora diz ter pensado em dizer algo a alguém não especificado. O caminho interpretativo sinalizado pelo enunciado é de que esse alguém (referido pelo pronome ‘te’) pode ser essa pessoa que entende e se identifica com o seu percurso de vida, podendo também ser ela mesma.

Seguidamente, os recortes I, J e K compartilham de uma mesma locutora:

(I) Caso ninguém tenha te dito hoje, você é especial

(J) Caso ninguém tenha te feito acreditar, você é especial

(K) Bem, eu sempre vou te amar da mesma forma, você é especial

Nesses enunciados, a perspectiva enunciativa da coletividade é mantida e o lugar social ocupado pela locutora é de uma pessoa motivadora, que acolhe e destaca o valor/importância de alguém. Essa locutora direciona a sua fala para um alocutário desmotivado, que já sofreu por simplesmente existir na sociedade, em conexão com o alocutário de H. A memória recortada

pelo enunciado também é equivalente entre I, J e K: engloba os preconceitos já citados, que permeiam enunciados prévios, bem como a dor e exclusão social vivenciadas pelos grupos marginalizados.

No tocante à futuridade, o recorte enunciativo sinaliza como possibilidade interpretativa as afirmações motivadoras trazidas por Lizzo e destinadas a pessoas que experienciam ou experienciaram situações parecidas, sentiram-se solitárias e excluídas socialmente; que por um tempo desacreditaram da significância da vida. Há, mais uma vez, uma possível ambiguidade na qual Lizzo, por também ocupar esse lugar do desmotivado, que vivenciou experiências parecidas, pode ser a alocutária de seu próprio dizer. O enunciado também direciona como caminho interpretativo que afirmar esse dizer, para o próximo ou para si mesma, pode servir como um exercício de (auto)acolhimento e amparo para seguir em frente.

Os conflitos políticos são novamente demonstrados em I e J. Uma dualidade é instaurada entre o grupo majoritário que exclui/segrega e nega existências e a pessoa excluída que recebe a defesa e afirmação de pertencimento e valor de Lizzo. Ao afirmar repetidamente o valor da pessoa desmotivada, Lizzo contraria o grupo excludor (representado pelo 'ninguém') e propõe a redivisão do social desigual.

Por fim, o enunciado K conduz o sentido de que o amor da locutora motivadora perdurará mesmo se o ouvinte mudar em algum momento da vida; mesmo que a sociedade julgue a forma de ser ou agir, o ouvinte terá alguém para continuar se sentindo acolhido e amado. O grande valor atribuído ao ouvinte é direcionado argumentativamente pela repetição tripla do trecho 'você é especial' no conjunto I, J e K.

No recorte L, a locutora assume, mais uma vez, a posição de pessoa motivadora:

(L) Estou tão feliz que você continua com a gente

O alocutário pessoa desmotivada de outrora é mais especificado aqui como pessoa que já pensou em pôr fim à própria vida, considerando o trecho 'você continua com a gente'. A sustentação desse sentido está no memorando dos frequentes casos de suicídio no mundo, ligados principalmente à repressão social, ao racismo, ao *bullying*, à insatisfação com o próprio corpo, dentre outras razões.

O futuro interpretativo de L é apontado pelo enunciado como o apoio social e emocional em prevenção ao suicídio, quando Lizzo demonstra a sua felicidade pelo ouvinte continuar vivo mesmo tendo vivenciado experiências dolorosas. Assim como os anteriores, o argumento L direciona o dizer de Lizzo como demonstração à pessoa ouvinte do seu valor e importância para driblar as intenções suicidas influenciadas pela sociedade. A perspectiva enunciativa da coletividade, dessa vez revelada no pronome 'a gente', conduz o sentido de um grupo social ao qual a pessoa desmotivada pode contar, que a compreende e a apoia.

O enunciado M constitui a mesma locutora e o mesmo alocutário, trazendo apenas uma memória adicional:

(M) Quebrado(a), mas, caramba, continua perfeito(a)

O passado memorável do enunciado é referente às dores, tribulações e cicatrizes que fizeram/fazem parte da trajetória de vida de uma pessoa, relacionando-se com pontos que já foram ditos antes, com um atravessamento, uma transversalidade do sentido. Em paralelo a isso, há uma memória de resistência identitária, na qual uma pessoa ferida segue sendo ela mesma apesar dos ataques sociais. No âmbito da futuridade, o enunciado aponta a reafirmação de Lizzo sobre a referida ‘pessoa especial’ possuir um histórico de dores e sofrimento em sua trajetória, capaz de deixá-la despedaçada. Em ‘quebrado’ há um direcionamento argumentativo de que o despedaçamento levou a pessoa às ruínas, à sua destruição definitiva. Contudo, um segundo e contraditório argumento é introduzido pela presença da conjunção adversativa ‘mas’, significando que o que era esperado não aconteceu: a pessoa continua perfeita, mesmo despedaçada; algo impressionante para a própria Lizzo (‘caramba’). Em síntese, apesar da ambiguidade existente (devido a instauração de dois locutores diferentes), o enunciado M direciona como argumento principal a resistência frente às adversidades.

Essa resistência já foi trazida à tona pela Locutora nos enunciados F e G, quando se instaura a memória do histórico antigo de Lizzo em ser alvo de críticas e independente disso, exercer o amor-próprio e acolhimento à sua própria identidade. Em M, a memória é ajustada para direcionar-se ao alocutário pessoa desmotivada; de qualquer maneira, serve para enfatizar o diálogo existente entre esses enunciados e a perspectiva enunciativa da coletividade, percebida na voz que representa a si mesma e a esse grupo social que resiste.

No enunciado N avistamos uma locutora questionadora:

(N) Você consegue imaginar um mundo onde todo mundo é igual e você cancelaria uma garota porque ela só queria mudar?

Ao direcionar a sua fala para um alocutário crítico, cancelador, ou até mesmo, a sociedade preconceituosa, o enunciado estabelece uma memória enunciativa referente aos padrões femininos estabelecidos na indústria da arte, os quais privilegiam apenas brancas, loiras, magras e sexualizadas, que não ousam abordar questões sociopolíticas em seus trabalhos. Esta é uma memória já abordada antes com base no enunciado B, o que reforça mais um diálogo enunciativo. Uma segunda memória instituída no enunciado é a da cultura do cancelamento/negação, a qual ganha ainda mais força com a capacidade massiva das redes sociais. Trata-se da prática de criticar negativamente e coletivamente determinado comportamento ou ação realizada pelo artista, que não condiga com o “politicamente correto” ou padrões estabelecidos como aceitáveis. O intuito disso é prejudicar a carreira do artista, fazendo-o ser malvisto perante toda a sociedade, algo muito dialógico com as memórias relativas à publicidade, redes sociais e engajamento do enunciado A.

Sendo assim, como futuro interpretativo, o enunciado aponta o questionamento de Lizzo frente aos padrões estabelecidos no mundo, mais especificamente, no contexto da indústria da música e cinema, algumas das áreas onde exerce sua profissão. O enunciado também direciona

a interpretação de que, nesses espaços, uma mulher como ela alcançando sucesso é raro e inapropriado para muitas pessoas. Por esse motivo, o argumento projeta a significação de que ela está passível de ser 'cancelada' pelo público, com comentários negativos sobre sua aparência ou determinado comportamento, assim como ela mesma exemplificou no recorte A, sobre a repercussão obtida pela postagem que fez, a qual, possivelmente, atraiu diversas críticas e julgamentos. Finalmente, o dizer (configurado na perspectiva enunciativa da coletividade) também é direcionado para outras garotas/mulheres que experienciam a mesma discriminação e são consideradas como defeituosas.

À vista disso, o embate político da linguagem é percebido aqui pela afirmação de pertencimento da Locutora representante de um grupo não incluído, não padrão, o qual, comumente, têm o direito à palavra negado. A Locutora assume a língua atravessada pelo político quando afirma o seu pertencimento e busca pela igualdade daquele que é diferente de 'todo mundo', porque 'só queria mudar'.

Na sequência, temos o enunciado O:

(O) Como você pode jogar porras de pedras se não tem passado pela dor dela?

Nele, a locutora questionadora e enunciadora coletiva permanece, direcionando o dizer para os alocutários críticos, julgadores do que/de quem é diferente. Como memória instituída, há a prática do julgamento e do pré-conceito, relativos a julgar/conceber algo sobre alguém sem antes mesmo de conhecer efetivamente. Junto a isso, há também a memória de negligência para com a vivência alheia. As duas memórias supracitadas surgem de uma terceira memória: a passagem bíblica sobre a prática do julgamento social presente no livro de João, capítulo 8, quando os fariseus julgavam e esperavam a punição de uma mulher, supostamente identificada como Maria Madalena, pelo ato de adultério cometido, no qual Jesus diz, conforme o versículo 7: 'Quem dentre vós não tiver pecado, que atire a primeira pedra'.

Face a isto, o enunciado fornece como viés interpretativo o questionamento de Lizzo (mais direto e com certo aborrecimento em 'porras') sobre a posição confortável, comum e por vezes hipócrita de julgar e criticar uma pessoa, sua identidade e vivências sem ao menos conhecê-la ou 'estar em sua pele'. Há também aí o contínuo embate pelo direito de existir expresso por quem questiona e reitera as injustiças e hipocrisias, ao passo que lança luz sobre uma identidade que é diferente da normalizada, e por isso, sofre com a marginalização. Trata-se de uma luta por se expressar no mundo, manifestar a existência de seu lugar no mundo, que é negado pela conjuntura social.

Nos dois últimos enunciados, P e Q, a perspectiva enunciativa da coletividade é novamente frisada:

(P) É por isso que nos sentimos tão sozinhas, por isso que sentimos tanta vergonha

(Q) Eu sei que não estou sozinha, ah, então pensei em te dizer

Em ambos os recortes, a Locutora fala do lugar social de uma pessoa solitária e excluída. A memória discursiva desses recortes também é a mesma para os dois: a exclusão, o sentimento de vergonha e o isolamento social, possíveis de serem motivados pelas práticas discriminatórias enfatizadas previamente. Diante disso, o enunciado P aponta como futuridade a inclusão de Lizzo na narrativa das pessoas julgadas socialmente e confirma a possibilidade de as autoafirmações na composição serem destinadas tanto às pessoas que passam por situações similares e vivenciam o isolamento e sentimento de vergonha, quanto à própria Lizzo.

Em Q, há uma reescrituração⁹ na letra, anteriormente “Estou acostumada a me sentir sozinha” de H, para “Eu sei que não estou sozinha”. Dessa maneira, o enunciado Q projeta o sentido de que Lizzo, juntamente com outras pessoas, formam um grupo social com algo em comum: o não enquadramento no padrão estabelecido como “normal”, “apropriado”, “digno de reconhecimento” para a sociedade. Outro sentido projetado por Q é o acolhimento social e a prática da resistência, visto que o argumento direciona para o entendimento de que esse grupo precisa se acolher e, mais precisamente, resistir juntos aos padrões e julgamentos sociais. Mais uma vez, o esforço para conquistar espaço no mundo é expresso politicamente mediante a posição social ocupada por Lizzo e o grupo excluído que ela representa.

Neste enunciado, assim como em outros pré-analisados (revelando, mais uma vez, o diálogo de sentidos que permeia toda a composição), reitera-se aqui o embate político da linguagem entre pessoas marcadas pela diferença e modos particulares de ser que buscam afirmar a sua existência por meio do dizer, reivindicando o seu direito de pertencer ao mundo, em meio à desigualdade, exclusão e segregação racial/corporal instaurada pelas padronizações naturalizadas da sociedade.

Considerações finais

Com esta investigação, propusemos analisar de que maneira o aspecto político da linguagem é manifestado na composição musical *Special*. Para isso, nos embasamos na Semântica Histórica da Enunciação. Através dessa teoria, consideramos o *corpus* de estudo como um acontecimento enunciativo que configura possibilidades de sentido, mediante o funcionamento de aspectos linguísticos, históricos e discursivos, os quais exploramos. Face aos enunciados investigados individualmente e em suas relações, visamos traçar a orientação argumentativa do texto e a sequência de caminhos significativos apontados por ela.

Em linhas gerais, observamos uma predominância da Locutora Lizzo assumindo e retomando em vários momentos o papel social de pessoa famosa (artista), negra, mulher e gorda, que difere dos padrões normalizados pela sociedade, assim como pessoa motivadora que

⁹ O termo reescrituração é adotado por Guimarães para se referir à funcionalidade da enunciação de retomar um argumento sob uma nova perspectiva, dando novas possibilidades de significação. É quando algo se rediz, em referência a um dizer anterior, atribuindo novos valores de sentido (Guimarães, 2007a).

se auto aceita. Ela, enquanto Locutora tomada pela língua em um ato simbólico e político, assume a palavra e manifesta o seu pertencimento (e do grupo marginalizado que representa) a partir de críticas, julgamentos, autoaceitação e autoafirmações. A enunciação instaura sobretudo memórias discursivas referentes ao racismo, gordofobia, assim como a origem e trajetória de vida de Lizzo, impactada pela discriminação social e autoaceitação.

Nesse sentido, ora enuncia de uma perspectiva individual, marcando-se no dizer, ora enuncia coletivamente, afirmando a existência do grupo que representa, que se identifica com a sua trajetória. Em outros momentos, também direciona a fala para os preconceituosos. O caminho interpretativo tende a concebê-la como uma artista que busca, de um lado, trazer identificação, acolhimento e motivação ao grupo marginalizado, ao qual ela mesma está incluída, e, de outro, denunciar práticas discriminatórias.

A enunciação também nos permitiu constatar a existência de um jogo de linguagem entre argumentos e memórias que instauram uma ambiguidade quanto ao alocutário de certos enunciados. Por vezes, o dizer aparenta ser direcionado tanto para um alocutário pessoa excluída, desmotivada, quanto para a própria Lizzo, ao se inserir nesse grupo de pessoas.

No que tange à manifestação do político da linguagem, esses desdobramentos argumentativos delineiam um constante esforço da Locutora Lizzo em afirmar a identidade e defender o pertencimento dos excluídos/marginalizados (incluindo ela mesma) pela hierarquização social no mundo. Os enunciados dialogam em muitos momentos, de forma transversal, retomando ou ressignificando esse embate, que também é exercido pelas representações do lado oposto excludente (imaginário social, racistas, gordofóbicos, críticos, julgadores).

Referências

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 4 ed. Campinas: Pontes, 1995.

CODINOTTI, F. P. *Tamanho único: o corpo da mulher gorda na arte contemporânea*. 2020. 90 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de pós-graduação em Artes Visuais, Santa Maria, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/25657/DIS_PPGAV_2020_CODINOTTI_FERNANDA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 set. 2024.

DE ALMEIDA, L. Hip-Hop e a formação da identidade cultural no ensino de língua inglesa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 3. 2012, Campinas. *Artigos [...]* Campinas: Unicamp, 2012. p. 1-10. Disponível em: http://web.archive.org/web/20220320225800/https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/ALMEIDA_LAU_RA_DE.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 1 ed. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, E. Textualidade e enunciação *In Escritos nº 2: Ver e Dizer*. Campinas, SP: UNICAMP, 1999, p. 03-12.

LINHA D'ÁGUA

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. 4 ed. v1. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. Enunciação e política de línguas no Brasil. *Letras*, Santa Maria. n. 27, p. 47–53. dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897>. Acesso em: 03 set. 2024.

GUIMARÃES, E. Semântica e pragmática. In: GUIMARÃES, E; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem - A palavra e a frase*. 1 ed. Campinas: Pontes, 2006.

GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E; MOLLICA, M.C. (Orgs.). *A Palavra - Forma e Sentido*. 1ed. Campinas: Pontes, 2007a.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação*: um estudo de conjunções do português. 4 ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 2007b.

GUIMARÃES, E. *Semântica*: enunciação e sentido. Pontes, 2018.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 1 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

ISAIAS, G. O Comprimento do Desejo: entre negritudes e feminilidades, as performances do cabelo longo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, Recife. *Artigos[...]*. Recife: Intercom, 2021. p. 1-15. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt7-ep/gabriela-isaias.pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.

JEFFERSON, M. V. *et al.* Special. In: LIZZO. *Special*, Nova Iorque: Nice Life and Atlantic Records, 2022. 1 CD. Faixa 6.

PERSHEY, M. G. African American spiritual music: A historical perspective. *The Dragon Lode*, Cleveland. v. 18, n. 2, p. 24-29, 2000. Disponível em: <https://silo.tips/download/african-american-spiritual-music-a-historical-perspective>. Acesso em: 03 set. 2024.

RAJAGOPALAN, K. English as a lingua franca: Attitude and identity. *ELT journal*, Oxônia. v. 62, n. 2, p. 209-211, 2008. Disponível em: <https://academic.oup.com/eltj/article-abstract/62/2/209/598144?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 03 set. 2024.

Anexo

Corpus original em inglês

/Woke up this mornin' to somebody in a video/ Talkin' about somethin' I posted in a video/ If it wasn't me, then would you even get offended or/ Is it just because I'm black and heavy?/ Y'all don't hear me though/ I've been the same since I've been drivin' slow on Bissonnet/ Call up anybody I knew and they would tell you that/ Fame is pretty new, but I've been used to people judgin' me/ That's why I move the way I move and why I'm so in love with me/ I'm used to feelin' alone/ So I thought that I'd let you know/ In case nobody told you today, you're special/ In case nobody made you believe, you're special/ Well, I will always love you the same, you're special/ I'm so glad that you're still with us/ Broken, but damn, you're still perfect/ Could you imagine a world where everybody's the same/ And you could cancel a girl 'cause she just wanted to change?/ How could you throw fuckin' stones if you ain't been through her pain?/ That's why we feel so alone, that's why we feel so much shame/ I know that I'm not alone, so/ I thought that I'd let you know/

Artigo / Article

Desinformação nos meios digitais: formação semiótica e conscientização

Misinformation in digital media: semiotic teaching and awareness

Andrey Istvan Mendes Carvalho 

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

andrey_carvalho@letras.ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0001-8270-0534>

Recebido em: 22/01/2024 | Aprovado em: 21/05/2024

Resumo

O presente trabalho compara a construção do corpo do ator da enunciação em dois *sites* desinformativos: a capa do site Jornal da Cidade Online, promotor de desinformação, e do site Jornal Tribuna Nacional, propagador de teorias conspiratórias, no dia 20/08/2022, às 18h10. Tal comparação visou verificar e reforçar a noção de que recursos da ordem do sensível podem direcionar a crença no dizer-verdadeiro do discurso, pondo em funcionamento um dispositivo ético (Patte, 1986) que solicita o engajamento dos sujeitos. A análise do *corpus* considerou as páginas como totalidades discursivas (Discini, 2009), buscando observar recorrências formais compartilhadas pelos discursos conspiratórios e de desinformação. Nesse sentido, dada a importância do conhecimento dessas estratégias para a instituição de um letramento crítico quanto aos discursos de desinformação (Gomes, 2019), tornou-se possível delimitar estratégias de ensino de leitura.

Palavras-chave: Desinformação • Fake News • Teorias da conspiração • Semiótica discursiva • Ensino de leitura

Abstract

This article compares the construction of the enunciation's actor in two disinformation websites: Jornal da Cidade Online, spreader of disinformation and fake news, and Jornal Tribuna Nacional, propagator of conspiracy theories; on 08/20/2022, at 6:10 pm. This comparison aimed to verify and reinforce the notion that sensitive resources of discourse construction can directly imply the belief in the truthiness of the speech, activating an ethical device (Patte, 1986)

that requests the engagement of the subjects. The corpus analysis considered the pages as discursive totalities (Discini, 2009), seeking to observe formal recurrences shared by conspiratorial and disinformation discourses. In this sense, given the importance of knowing these strategies for the institution of critical literacy regarding disinformation discourses (Gomes, 2019), it became possible to delimit reading teaching strategies.

Keywords: Misinformation • Fake news • Conspiracy theories • Discursive semiotics • Reading teaching

Introdução

Se há, hoje, algo que ocupa posição premente nos estudos da linguagem em perspectivas discursivo-interacionais é toda uma classe de discursos e práticas chamadas de desinformação. Esse termo, tradução para o português da expressão inglesa *misinformation*, abarca diferentes fenômenos, ainda a serem completamente compreendidos, em especial dos meios digitais e das *medias*, caracterizados por uma distorção, reconstrução ou negação de conhecimentos e informações produzidos por instâncias socialmente legitimadas do saber (universidades, imprensa séria, órgãos governamentais etc.). Tal premência deve-se, acima de tudo, pelo impacto que tais práticas discursivas apresentam para além do “mundo da linguagem”, com reflexos cada vez mais nefastos em fazeres sociais e políticos, baseando atitudes de preconceito, intolerância e ódio.

Esse impacto, no entanto, não se faz possível em um vazio, ou seja: os discursos não operam em um vácuo e não surgem no mundo por portais. Sua eficiência depende, fundamentalmente, de disposições dos sujeitos que operam a troca comunicativa, enunciadore e enunciatários, em posturas de engajamento frente aos diferentes valores e fazeres a que tais práticas discursivas podem direcioná-los. O que veremos no presente trabalho é como, por sua construção discursiva, a desinformação consegue dirigir os sujeitos, usando do estabelecimento de relações de crença e de confiança, a diferentes fazeres pragmáticos odiosos e como, igualmente, consegue dissuadi-lo de outros fazeres, como a compreensão e a empatia.

O presente artigo, nesse sentido, pautado pela teoria semiótica de linha francesa, busca pensar os discursos de desinformação nos meios digitais, nomeadamente os de fake news e teorias da conspiração representados, nesse trabalho, por páginas dos portais Jornal Tribuna Nacional e Jornal da Cidade Online. Partimos, assim, da hipótese de que a instauração de uma relação de confiança entre os parceiros da enunciação que fundamenta a aceitação desses discursos como verdades e, no limite, direcionam o leitor a fazeres intolerantes e preconceituosos, partilhando desses valores. Esboçamos, por fim, algumas questões que devam ser consideradas pelo formador de leitores para enfrentar ou, no mínimo, minorar os prejuízos que esses discursos podem causar para o corpo social.

1 Alguns pressupostos da semiótica de linha francesa

Sendo uma teoria do discurso pautada numa perspectiva enunciativo-interacional, a semiótica preocupa-se com os processos de significação (Bertrand, 2003). Em outras palavras, tal área caracteriza-se como o estudo que busca compreender os mecanismos pelos quais os diferentes objetos e práticas semióticas constroem-se enquanto portadoras de sentidos. Preocupados, assim, com a problemática do fazer sentido, os estudos na semiótica de linha francesa desenvolveram um aparato teórico-analítico centrado no Percorso Gerativo da Significação, doravante PGS.

O PGS baseia-se na hipótese de que a significação não é um dado, mas construída através de diferentes operações de construção de significados, sendo, portanto, gerada em diferentes níveis que, atuando em conjunto, dão existência aos objetos semióticos (Greimas e Courtés, 1989). Em um primeiro nível do percurso, o nível das estruturas elementares, são construídas as oposições de valores que servem de base para o discurso e as apreensões do sujeito produtor do discurso frente a esses valores. Assim, uma oposição elementar, como liberdade vs. opressão, é configurada pelo sujeito com base nas categorias típicas de euforia (desejável, agradável) e disforia (indesejável, desagradável), e/ou com base em valorações axiológicas de valor positivo (aceitável, moral) e negativo (inaceitável, imoral).

Vale ressaltar, nesse sentido, que ao falarmos de oposições, não entendemos uma exclusão mútua, mas sim uma continuidade que vai da liberdade à opressão, ou da opressão à liberdade, em que o sujeito, na produção do sentido, condensa de forma mais visível um ou outro elemento em cada etapa da narrativa. Desse modo, os percursos do sujeito no nível elementares são entendidos como os maiores afastamentos ou aproximações de um ou outro polo (Fontanille e Zilberberg, 2001; Zilberberg, 2011).

O segundo nível do PGS, o das estruturas semionarrativas, constrói as mudanças de estado apresentadas no discurso. Essas mudanças de estado são caracterizadas pelas maiores ou menores aproximações dos sujeitos para com os valores intuídos no nível elementar. Em outras palavras, no nível semionarrativo, os sujeitos são caracterizados por suas relações com as modalidades, que se dividem em quatro tipos (Fontanille e Zilberberg, 2001). As modalidades potencializantes, /assumir/ e /aderir/, dizem respeito aos estados e competências latentes no sujeito, em que diferentes objetos-discursos se tornam “parte” do universo que o constitui, enquanto as virtualizantes, /dever/ e /querer/, tratam da relação do sujeito com os objetos e valores que não estão presentes a ele. O /saber/ e o /poder/, atualizantes, dizem respeito às mudanças que permitem com que o sujeito se torne realizado, ou seja, conjunto aos objetos e valores, modalizando-se pelo /ser/ ou pelo /fazer/, ou mesmo por ambos.

O terceiro nível do PGS, o discursivo, se constrói pelo revestimento dos percursos construídos no nível semionarrativo por temas, figuras e atores (Fiorin, 1998). Por exemplo, pensando nos valores que apontamos para o nível elementar, opressão vs. liberdade, num discurso que defenda um posicionamento típico da esquerda, a oposição pode ser tematizada

pelo par capitalismo vs. comunismo, figurativizada pelo par agronegócio latifundiário vs. pequenos produtores, actorializada em burgueses vs. proletários. Pelo outro lado, um discurso que apresente posicionamentos de direita, uma tematização seria trabalho assalariado vs. empreendedorismo, uma figurativização possível seria o par progresso vs. tradição e uma actorialização seria militantes vs. maioria silenciosa.

Realizadas as operações presentes no PGS, constitui-se o que se entende como o plano de conteúdo dos objetos semióticos. Esse plano, em linhas gerais, é apreendido pelo analista quando na análise dos objetos. A análise, nesse sentido, parte do que chamamos de plano da expressão, ou seja, da materialidade sensorialmente perceptível dos textos/objetos. Assim, quando pensamos em discursos como textos verbais, pensamos num plano de expressão linguístico; se não-verbal, podemos pensar em planos de expressão imagéticos; ou mesmo um plano de expressão sincrético, que reúne diferentes linguagens para a materialização de um discurso. Essa reunião de um plano de expressão e de um plano de conteúdo, por meio dos processos de textualização, dá origem ao objeto semiótico, ou texto, de modo que todas as operações apresentadas, do nível elementar do PGS, pelo plano de conteúdo, até as da dimensão cromática do plano de expressão das pinturas, por exemplo, quando operadas em conjunto, constituem o que chamamos semiose (Bertrand, 2003; Fontanille, 2019).

Construído enquanto objeto semiótico, o discurso passa a fazer parte das trocas comunicativas que se estabelecem entre os diferentes sujeitos. Essa economia comunicativa, no entanto, funciona como uma espécie de baliza para a semiose. As trocas comunicativas funcionam levando os objetos semióticos aos níveis das estratégias, práticas, formas de vida, e mesmo da cultura, expandindo as considerações que podem ser feitas sobre os diferentes níveis do PGS e sobre a significação enquanto fenômeno humano. Nesse sentido, a programação discursiva é constituída pela série de escolhas realizadas pelo sujeito na construção do objeto: quais signos servirão de temas, figuras, atores, qual linguagem servirá à textualização, quais elementos do plano da expressão estarão homólogos aos do plano do conteúdo etc. (Fiorin, 2000). Essas escolhas, assim, visam tornar efetivo o fazer-persuasivo desse sujeito, ou seja, tornar o discurso mais eficiente no sentido de convencer o outro quanto a sua validade. Em outras palavras, as operações do PGS garantem que o objeto semiótico, em especial os valores e representações que veicula, sejam aceitos enquanto legítimos. Nesse sentido, por serem frutos de escolhas de um sujeito, elas passam a delimitar a silhueta de um ator da enunciação e constroem um corpo para esse ator, uma imagem identificável e recorrente nessas estratégias (Discini, 2009; 2015).

Essa aceitação dá-se pela predominância de determinadas estratégias na construção do discurso. De um lado, as estratégias sensíveis visam afetar o outro, de modo que o convencimento se dê pela interação sensível, ou seja, o sujeito manipula os afetos do outro para que, afetado, passe a aceitar os valores e representações veiculadas pelos objetos (Landowski, 1992). Por outro lado, pode ser necessário o uso de estratégias inteligíveis, que construam uma

racionalidade discursiva aceitável para os padrões estabelecidos pelo outro que, por essa racionalidade, assume os valores (Landowski, 2014).

2 Teorias da conspiração, fake news e desinformação: definindo conceitos

Sejam as conspirações mais tradicionalmente definidas, sejam as mais *avant-guarde*, sempre se faz presente em tais discursos a noção de que os arranjos que garantem a sua existência não são evidentes; em outras palavras, conspirar é um fazer secreto e a conspiração é o conjunto de estratégias que garante a realização desse fazer. As Teorias da Conspiração (TdC) aparecem, entendendo o termo como um conceito operacional, perfazendo um desafio a essa ordem secreta, tentando mostrar o que deve ser escondido e, no extremo, impedir a conspiração. Existem, portanto, na construção das TdC, duas narrativas em jogo: aquela do teórico da conspiração - a narrativa que constroem para si como sujeitos conhecedores de uma verdade secreta contra a qual atuam - e a narrativa dos nefastos e ameaçadores conspiradores – os antissujeitos.

Nesse sentido, entendendo-as como construções discursivas, John Byford (2011, p. 23-24) argumenta que as TdC se aproximam, em alguma medida, de formas racionais e legitimadas de produção de conhecimento, visto a existência já constatada de diversas conspirações ao longo da história e da presença, de fato, de causas inicialmente ocultas para diversos fenômenos, principalmente sociais. Assim, de acordo com o autor, qualificar determinada construção discursiva enquanto TdC pode ser muito mais um artifício argumentativo do que, efetivamente, um julgamento sobre a validade do conhecimento ali proposto, visto que as TdC mobilizam saberes contra saberes: saberes dos supostos conspiradores e saberes dos teóricos da conspiração. Além disso, como aponta Knight (2001), as TdC têm atuado, há décadas, como base para a construção de diferentes produtos culturais, desde séries de televisão a livros e mesmo discursos demagógicos. Por esse caminho, o conspiracionismo tornou-se um fenômeno cultural normalizado e visto, por muito tempo, como inofensivo.

De modo não tão inofensivo, circulando junto a outros modos de construção discursiva, como o sensacionalismo, as fake news aparecem e são entendidas, originalmente, como “artigos da imprensa que são intencionalmente, e que podem ser provados como, falsos, podendo levar os leitores a má-interpretações [da realidade]”¹ (Allcott e Gentzkow, 2017, p. 213). Tal fenômeno, no entanto, já se expandiu para muito além dessa abordagem original. Assim, o alcance de tais práticas discursivas dificulta a sua definição, motivo pelo qual tal nomenclatura

¹ No original: “We define “fake news” to be news articles that are intentionally and verifiably false, and could mislead readers.”

tem sido rechaçada por teóricos da área da comunicação². Nesse sentido, assim como no caso das teorias das conspirações, qualificar um discurso enquanto fake news atua, em muitos casos, muito mais como ferramenta retórica do que, efetivamente, um entendimento sobre sua construção e sua validade.

Esse valor intrinsecamente argumentativo de tais conceitos que permite, no entanto, a proliferação desses discursos na esfera política: não sendo possível defini-los precisamente, torna-se quase impossível combatê-los de forma efetiva, cabendo mesmo se referir ao discurso que refuta fake news como sendo uma fake news, a depender do leitor. Kalil Filho (2019), encarando esse desafio, apresenta uma definição ampla do que pode ser considerado como fake news:

todo texto por meio do qual as instâncias tradicionais de mediação de informação e construção ética da verdade são questionadas paralelamente ao uso de estratégias enunciativas de apagamento ou melindre da instância de autoria — o ator da enunciação para a semiótica discursiva (Kalil Filho, 2019, p. 207).

Essa definição, ainda que bastante coerente, apresenta um desafio no que se refere ao apagamento ou melindre da autoria, visto que, hoje, as fake news são assumidas por sujeitos muitas vezes identificados como porta-vozes de grupos políticos-ideológicos, em redes sociais e sites. Por esse motivo, reteremos desta definição apenas sua primeira parte e a levamos além das fake news, considerando o fenômeno mais amplo da desinformação como *todo texto ou prática discursiva que põe em tensionamento as formas de conhecimento e informação propostas pelas instâncias socialmente legitimadas do saber*. Isso é o que nos permite integrar, em nossas considerações, tanto as fake news quanto as TdC, mesmo que essas duas construções sejam, de maneira geral, tratadas como fenômenos distintos.

3 Nosso corpus: Jornal da Cidade Online e Jornal Tribuna Nacional

O tensionamento entre os discursos de desinformação e as instâncias legitimadas do saber, muitas vezes, se dá por meio da emulação. É interessante, nesse sentido, que nossas duas fontes principais de análise tenham o nome de ‘jornal’. A primeira, Jornal da Cidade Online (JCO), é alvo recorrente de campanhas e investigações pela propagação de notícias falsas e ré em mais de 100 processos cíveis, criminais e eleitorais, de acordo com consulta ao site JusBrasil; a segunda, Jornal Tribuna Nacional (JTN), compromissada com uma “linha editorial conservadora e crítica, em que a pluralidade e o apreço aos fatos que a grande mídia não mostra

² Em um artigo de revisão de literatura, Tandoc, Lim e Ling (2018) encontraram ao menos seis práticas distintas tratadas sob o nome “fake news”: sátiras jornalísticas, paródias, fabricação de notícias, fotomanipulações, jornalismo patrocinado e publicidade jornalística.

são as bases de toda a nossa essência”³, tem forte presença virtual, em especial na rede social *Telegram*, onde seu canal apresenta mais de 2 mil inscritos. Essa presença em plataformas de mensagens foi reforçada, especialmente, após a retirada do portal do ar, em 19/12/2023, após decisão do Juiz Federal André Bonfadini, do TJ-RJ. (Menezes, 2023) Tomamos por base, para nossas considerações, o salvamento das páginas iniciais dos sites no dia 20/08/2022, primeiro domingo de campanha do primeiro turno das eleições gerais de 2022.

4 Uma aproximação panorâmica aos discursos desinformativos

A primeira grande constatação a ser feita quanto a esses portais difusores de desinformação é a sua semelhança com páginas de veículos da imprensa séria. A página inicial do JCO, nesse sentido, apresenta um link para seus editoriais, divulgação de uma revista ligada ao mesmo grupo empresarial, links para redes sociais, além do oferecimento de assinaturas e aplicativos oficiais (ver Figura 1).

Figura 1. Página inicial do site “Jornal da Cidade Online”, no dia 20/08/2022.



Fonte: Jornal da Cidade Online (2022).

A configuração cromática da página, em cores frias sobre um fundo branco, aproxima-se daquela encontrada em portais já tradicionais do jornalismo brasileiro, como *O Estado de São Paulo* e *O Globo*. A configuração topológica, relativa à disposição espacial dos elementos visuais, direciona percursos de leitura semelhantes aos jornais impressos, com as principais

³ Informação extraída da sessão “Quem somos”, outrora disponível em: <https://tribunanacional.com.br/2/quem-somos>.

manchetes do lado esquerdo e no topo e a leitura prosseguindo à direita e abaixo, construindo uma hierarquia visual já conhecida dos leitores. O uso farto de imagens, acompanhando cada uma das manchetes, estabelece quase sempre relações de redimensionamento, em que “o verbal, tanto quanto o visual, pode preencher silêncios, omissões, reticências, de modo que uma linguagem concretize aquilo que está pressuposto, sugerido ou imaginado na outra” (Gomes, 2008, p. 77): o dedo em riste na fotografia que acompanha a manchete sobre o presidente Lula amplia os sentidos do suposto ataque realizado a padres e pastores, direcionando o entendimento de uma postura de combate, sugerindo que, para além do ataque retórico, o ator retratado tem disposição para transpor suas falas em atos; o sorriso dos atores, aliados de Lula, que cercam o deputado André Janones, responsabilizado pela “afirmação gravíssima”, constrói um efeito de cumplicidade entre eles que, pelo expresso no verbal, passa a incluir também o ministro Alexandre de Moraes. A extrapolação de conteúdos, nesse sentido, mira fortalecer os “fatos”, denúncias e posturas construídos nas manchetes.

A página do JTN (ver Figura 2), por outro lado, oferece logo de início uma espécie de *menu* com as principais notícias, negando a ordem de leitura tradicional presente no JCO (manchetes principais, manchetes secundárias, colunas), privilegiando modos de leitura próprios do meio virtual. Assim, a hierarquia das informações é amenizada em nome da construção de uma espécie de painel, numa leitura panorâmica que transpõe topologicamente o efeito de amplitude das informações disponíveis. A página inicial, por meio do recurso de rolagem infinita, prossegue indefinidamente exibindo links para páginas cada vez mais antigas. Desse modo, a imersão do leitor se caracteriza por uma espécie de assomo diante da quantidade de “conhecimento” disponível. Assim, passado o painel de destaque apresentado (ver Figura 2), a página prossegue em painéis semelhantes, propondo percursos de leitura instáveis, não hierarquizados, igualando as mais diversas temáticas em importância e destaque.

As fotografias e ilustrações que acompanham as manchetes, nesse sentido, apresentam relações mais diversas, como a resignificação, transformando o dizer de uma linguagem pelo da outra (Gomes, 2008, p. 78), como na manchete sobre as vacinações de mRNA em que o globo terrestre nas mãos do cientista pronto para ser vacinado, em vez de servir de expressão ao esforço de vacinação global, é recolocado como um uso de todo o mundo para experimentos científicos. Cabe, também, ressaltar o redimensionamento, em que a figura tranquila do presidente Joe Biden é responsabilizada pelo cenário de aumento da imigração ilegal citado na manchete: “ILUSÃO DE SEGURANÇA: Biden constrói muro de US\$ 500.000 ao redor de sua casa de praia, enquanto imigração ilegal atinge recorde”.

Figura 2. Página inicial do site “Jornal Tribuna Nacional”, em 20/08/2022.



Fonte: Jornal Tribuna Nacional (2022).

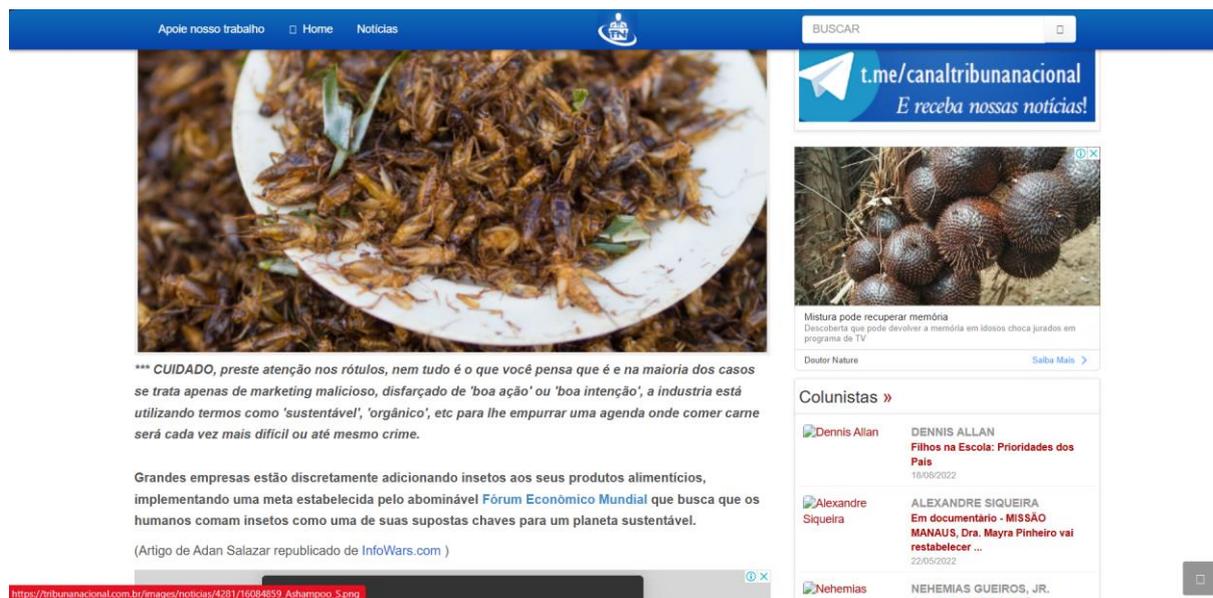
Os recursos da ordem do sensível, nessas práticas, se centram no estabelecimento de uma representação catastrófica da realidade. Esse cenário se dá pela exposição das oposições como uma luta entre o bem e o mal, elevando o nível das relações expostas como uma questão de sensibilidade extrema, sob a qual seja inviável não se posicionar. Assim, no plano da expressão, são notáveis os contrastes de cores, os usos de caixa alta, sinais de pontuação que quebram a ordem natural de leitura, o uso onipresente de imagens hiperbólicas etc.

Figura 3. Trecho de reportagem do site Jornal Tribuna Nacional.



Fonte: Jornal Tribuna Nacional (2022).

Figura 4. Outro trecho de reportagem do portal Jornal Tribuna Nacional.



Fonte: Jornal Tribuna Nacional (2022).

A figura 3 e a figura 4 apresentam marcante contraste cromático, com tarjas em cores opostas encimando a página, e uma grande imagem de um prato cheio de gafanhotos. O uso de caixas altas, assim, em determinados itens lexicais, como a forma verbal “VAI”, cria certa instabilidade interpretativa para o enunciado, já que a forma do presente do indicativo e do imperativo do verbo “ir”, nesse sentido, são iguais: a leitura do enunciado apresenta, assim, um tom desafiador, em que o enunciador indaga enfaticamente o enunciatário como se emulando uma ordem. No mesmo sentido, na legenda da imagem, podemos ver o uso de asteriscos para dar ainda mais destaque à palavra “CUIDADO”, já escrita em caixa alta. Assim, toda a superfície visual da página busca criar um efeito de exacerbação que impressione o enunciatário, levando a apreensão e ao desespero característico da paranoia conspiracionista de que trata Hofstadter (1996), que trataremos em detalhes adiante.

5 Delimitando enunciadores e enunciatários: os perfis de desinformados e desinformadores

O que vemos na página inicial de ambos os sites é um apelo às estratégias de construção da crença e da confiança apontadas por Barros (2020) como caracterizante dos discursos mentirosos na internet. Assim, a gradação da verdade à falsidade, em que a aceitação de notícias verdadeiras leva a construção de notícias falsas, parece presente de modo indiscriminado na página inicial do JCO: a derrota judicial de Lula, referida na manchete, refere-se a um processo em que solicitava a retirada de redes sociais de postagem que ligavam o Partido dos Trabalhadores à facção criminosa PCC. Assim, ainda que derrota judicial tenha de fato sido noticiada, a reportagem linkada traz apenas uma reprodução das postagens que propõem tal relação, além

LINHA D'ÁGUA

de apresentar, logo de início, um juízo depreciativo do estado da campanha eleitoral do líder petista: “A situação de Lula e do PT está se complicando nesse início de campanha eleitoral. Tudo começou a dar errado. Eventos esvaziados, desânimo e derrotas judiciais”.

A página do JTN, no mesmo sentido, utiliza-se de diferentes empregos das pessoas do discurso em suas reportagens, intercalando formas em primeira, segunda e terceira pessoa, com efeitos de “aproximação emocional e sensorial entre o destinador, que viu, viveu e sentiu o que está contando, e o destinatário”, além de uma “ilusão de isenção do destinador” (Barros, 2020, p. 19). É praxe, nesse site, que todas as notícias se encerrem com o dizer “Compartilhe esta notícia, muitos precisam despertar para a realidade”, interpelando diretamente o enunciatário. Com esse dizer, o enunciador se mostra como aquele que desvela um segredo, qualificando seu enunciatário como um sujeito desperto para a realidade, ciente de uma verdade mais verdadeira, de certa forma, que aquela veiculada pelas instâncias legitimadas do saber e sendo, por isso, digno de confiança. A verdade instituída, desse modo, é negada por ser parte de complôs globalistas, como na manchete “VENDIDOS: mais de 100.000 ‘primeiros socorristas digitais’ recrutados pela ONU para impulsionar a narrativa do establishment”, e são afirmadas falsidades, como a de que essa iniciativa de combate à desinformação promovida pela ONU se trata de uma censura ideológica da internet, numa estratégia já apontada por Barros (2022) em relação aos discursos de TdC.

As duas práticas discursivas analisadas anteriormente têm mais um elemento em comum: o esforço em serem aceitas, apesar de tudo, como verdade. Esse esforço visa reconfigurar os conhecimentos e as crenças dos enunciatários, inculcando valores e certezas ligadas àquilo que o destinador tem por objetivo. Assim, por meio de uma série de atos epistêmicos, tratados pela semiótica como juízos de reconhecimento da verdade de um enunciado e de transformação do estatuto epistêmico de outros enunciados correlacionados (Greimas, 2014), discursos entendidos inicialmente como inverídicos, improváveis de serem verdadeiros, são pouco a pouco tomados por certezas pelo enunciatário. A certeza, nesse sentido, é caracterizada por uma posição tônica, em que o sujeito adere a esses conhecimentos de maneira intensa⁴, fechando-se para conhecimentos que possam estabelecer o contraditório. O estabelecimento, portanto, seja da crença ou da confiança visa, em última análise, tornar o sujeito impermeável a outros discursos, assumindo como verdades apenas aqueles condizentes com o esquema de valores proposto pelo destinador-enunciador.

O que vemos na página do site JCO é um esforço de inculcar no enunciatário saberes e crenças que são, caracteristicamente, por seus temas, figuras e atores, do campo ideológico da direita. Assim, a religiosidade é exaltada, pela construção de padres e religiosos como vítimas de ataques “absurdos e covardes” por parte de atores “insanos e desesperados”. Carregam-se,

⁴ A semiótica, em especial os estudos tensivos, consideram a intensidade como ligada aos afetos e estados de alma do sujeito. Assim, uma grandeza intensa apresenta-se para o sujeito como possuidora de uma carga sensível mais elevada, enquanto seu posicionamento inteligível-racional é mais débil. (cf. Zilberberg, 2011; em especial o capítulo “Das valências tensivas aos valores semióticos”).

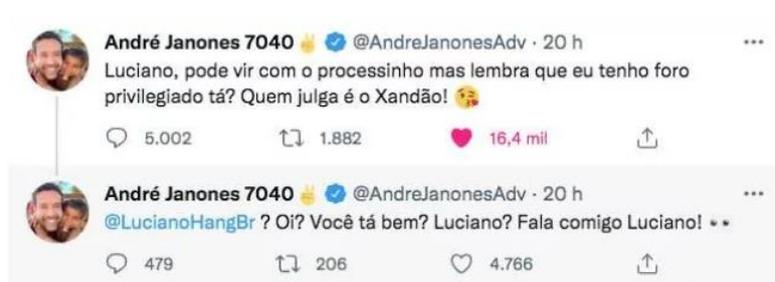
nesse sentido, as tintas quanto à caracterização dos atores apresentados no enunciado, em especial a figura do presidente Lula, referido como “meliante” e “ex-presidiário”. Do mesmo modo, a figura de um ator da enunciação que desvela um segredo reaparece, mesmo sendo esse um elemento marcante não das fake news, mas das teorias da conspiração.

Na reportagem linkada na manchete “Em afirmação gravíssima, aliado de Lula expõe ativismo judicial e envolve ‘Xandão’” (Ver figura 5), surge aquilo que Hofstadter (1996) caracteriza como o “estilo paranoide” característico das TdC: oferece-se uma interpretação de um tweet do deputado André Janones como sendo a prova cabal de uma conspiração judiciária que envolve atores de esquerda e ministros do Supremo Tribunal Federal, uma superinterpretação no sentido que a dá Umberto Eco (2005). Assim, conteúdos corriqueiros, insignificantes, e com uma semântica que, no contexto amplo, seria inofensiva, é lido por meio de uma paranoia que enxerga, nos menores indícios, provas cabais das teorias construídas.⁵

Figura 5. Trecho da reportagem “Em afirmação gravíssima, aliado de Lula expõe ativismo judicial e envolve ‘Xandão’”

Uma publicação do deputado federal André Janones (Avante-MG) voltou a trazer à tona um assunto delicadíssimo na esfera política e jurídica brasileira.

"Luciano, pode vir com o processinho mas lembra que eu tenho foro privilegiado tá? Quem julga é o Xandão!" , escreveu o político que declarou apoio a Lula e tem assumido uma posição de destaque na campanha do petista à presidência da República.



A fala, em que deixa escancarado que sente-se protegido ‘pelo ativismo judicial’ e, ainda mais grave, dá a entender que sairia vitorioso em processos julgados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, é uma grande provocação a todo o sistema.

Fonte: Jornal da Cidade Online (2022).

⁵ Não se deve confundir, com isso, o estilo paranoide dos teóricos da conspiração com a identificação dos chamados “apitos de cachorros”. Essas práticas que se dão por meio do direcionamento de mensagens cifradas a grupos específicos, em geral intolerantes, dizem respeito a simbologias próprias desses grupos veiculadas em contextos mais amplos, em que indivíduos não pertencentes a esses grupos seriam incapazes de identificá-las. A relação entre ambos, no entanto, é clara: é a paranoia dos teóricos da conspiração, que identificamos com grupos intolerantes, que faz com que eles sejam capazes de identificar estes “apitos”, de modo que os sujeitos que buscam exercer poder sobre esses grupos passam a usá-los com a certeza de sua efetividade.

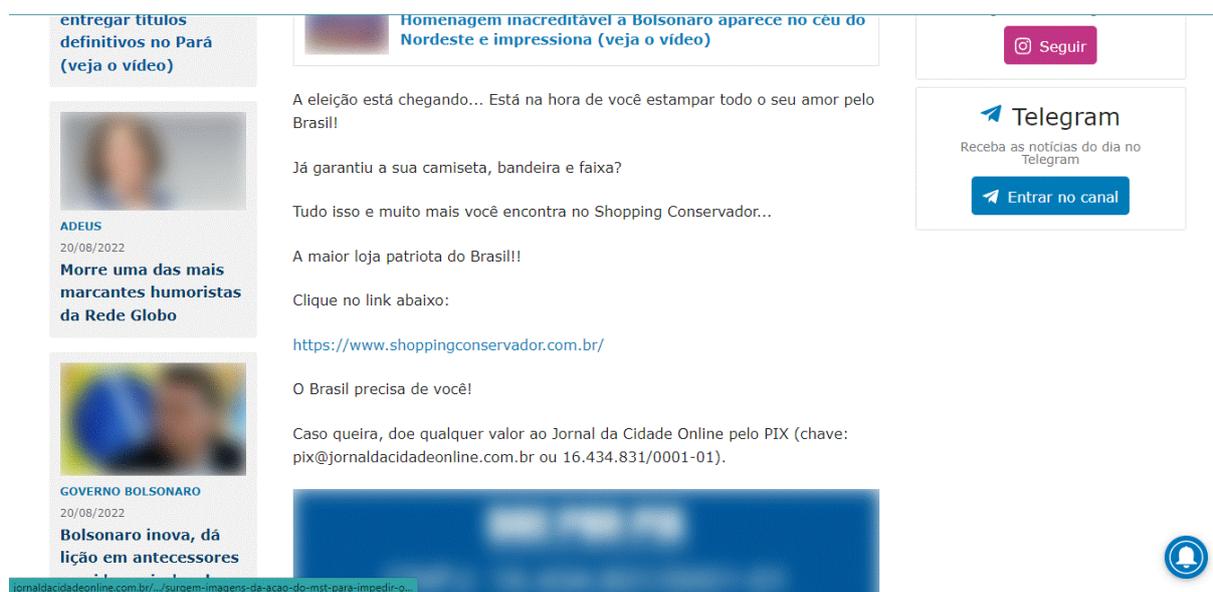
Por meio de um uso intrincado de *debreagens*⁶ de 1º e 2º grau, feitas com uso intercalado de discursos diretos e indiretos, a voz que denuncia a conspiração confunde-se com a voz dos supostos conspiradores, de modo que a interpretação das falas se confunde com as próprias falas: a acusação torna-se confissão. O enunciatório, portanto, é levado a crer que aquilo que o enunciador apresenta como verdade está baseado em fatos e falas fidedignas, de modo que não é o enunciador que denuncia a conspiração, mas os próprios conspiradores que a deixam tornar-se evidente.

O estabelecimento de uma relação de crença e de confiança, na semiótica, além de direcionar a aceitação dos valores e da *visão de mundo* inculcada pelo discurso, funciona igualmente para caracterizar a relação do sujeito para com seus destinadores. Assim, para julgar-se obrigado a realizar movimentos narrativos, o sujeito deve ter um mínimo de crença e de confiança na instância que dirige seus fazeres. Exemplo: para respeitar ao próximo e entender esse ato como uma necessidade/obrigação, o sujeito precisa crer nas instâncias sociais, religiosas, jurídicas, enfim, que direcionam esse fazer. Nesse sentido, os trabalhos de Daniel Patte (1985; 1986) apontam possibilidades de passagem da esfera cognitiva para a esfera da ação por meio daquilo que o autor compreende como “modalidades éticas”. Assim, assumindo determinadas certezas que estabelecem a relação fiduciária com o destinador-enunciador, o sujeito passa a crer na necessidade de realizar os fazeres que esse dirige.

Uma constante nas páginas veiculadoras de desinformação é, nesse sentido, a tentativa de transpor o limite entre atos cognitivos (instauração de certezas) e fazeres pragmáticos (ações no mundo). Se na página JTN percebemos o pedido para o compartilhamento das notícias apoiado nessa confiança, a situação apresenta-se ainda mais desenvolvida no site JCO (ver Figura 3). Em primeiro lugar, delimita-se de modo mais explícito perfis para o enunciador e para o enunciatório, caracterizados como patriotas e conservadores. Solicita-se desses enunciatórios, em seguida, a ostentação de símbolos patrióticos e conservadores e, no fim, faz-se um pedido mascarado de doações financeiras (ver figura 6).

⁶ “Mecanismo em que se projeta no enunciado quer a pessoa (eu/tu), o tempo (agora) e o espaço (aqui) da enunciação, quer a pessoa (ele), o tempo (então) e o espaço (lá) do enunciado” (Fiorin, 2000, p. 41).

Figura 6. Encerramento das páginas do site “Jornal da Cidade Online”, em 20/08/2022.



Fonte: Jornal da Cidade Online (2022).

O que se mostra mais curioso, no entanto, é a frase “O Brasil precisa de você!”, na qual o enunciador esconde-se por trás da figura da nação em sua tentativa de manipulação. Assim, dois direcionamentos interpretativos se mostram possíveis: o enunciador é quem precisa da fidelidade do enunciatário-leitor e usa da sensibilidade patriótica para causar essa fidelização, num resultado semelhante ao observado por Discini (2009) sobre os usos de estratégias sensíveis pela imprensa sensacionalista; ou o enunciador espera do enunciatário uma adesão incondicional aos fazeres direcionados, seja implícita ou explicitamente, já que a instância destinadora aparece como incontestável, sincretizada à própria Pátria.

6 Questões do ensino: desmascarando as mentiras e impedindo os fazeres

Diante dessa identificação de elementos fundamentais desses discursos, é possível notar, como aponta Barros, que os discursos desinformativos, de maneira geral, são “discursos do ódio e desencadeadores de ações discriminatórias. Daí esse mundo de mentira e de ódio, em que estamos vivendo hoje, e que precisa ser desmascarado pelo ensino-aprendizagem na escola” (Barros, 2019, p. 13). Vamos adiante nas considerações e entendemos que, para além do ambiente escolar, devem ser pensadas estratégias amplas de conscientização quanto ao papel dos discursos desinformativos como motivadores de atitudes e posturas extremistas. Nesse sentido, como vimos, a aceitação dos discursos mentirosos enquanto verdade visa estabelecer uma relação de confiança em que o sujeito possa ser dirigido a determinados fazeres, qualificando um engajamento. O que esses discursos almejam, em última análise, é movimentar o sujeito de uma posição em que não creia na necessidade de determinados fazeres, uma postura

LINHA D'ÁGUA

alienada, para uma posição em que esses fazeres apresentem-se como obrigatórios e, pela aceleração e tonicidade que marca esses discursos, mostrem-se como urgentes aos olhos desse enunciatório manipulado. Assim, diversos são os desafios que se apresentam para o docente, num entendimento ampliado do que seja educação, para o combate a tais práticas.

O primeiro deles é a desconstrução de parte desse mundo de simulacros em que vivemos. Assim, seja no JCO ou no JTN, é uma imitação visual das próprias instâncias legitimadas do saber a que se deve dirigir a atenção. Desse modo, ainda que uma quantidade considerável de semelhanças com veículos legítimos de imprensa, certos rasgos na normalidade de sua construção nos permitem perceber diferenças: a disposição dos parágrafos, a presença excessiva de anúncios *pop-up*, usos exagerados de letras maiúsculas e recursos tipográficos não padronizados, como já apontados por Barros (2020). Assim, direcionar a atenção a esses elementos dissonantes é um caminho para a prevenção e desconstrução desses discursos.

O desafio principal mostra-se, no entanto, quanto a evitar a passagem da aceitação de um discurso desinformativo para a aceitação indiscriminada de outros, essa sim que dirige os sujeitos ao extremismo e fazeres de ódio. O estabelecimento da confiança, nesse sentido, é que deve ser alvo de combate tanto nos ambientes formais de ensino, quanto nas políticas de conscientização. Assim, mapeando os diferentes recursos de construção da imagem do enunciatório, alguns dos quais aqui demonstrados, mas também mapeados em trabalhos como Gomes (2018; 2019) e Silva (2019), é importante explicitar os esquemas valorativos que propõem os enunciadores, em especial aqueles que, quando aceitam, direcionam posicionamentos extremistas, construindo noções como uma luta do bem contra o mal, sem qualquer permeabilidade a um meio termo e à compreensão e empatia para com o outro.

Considerações finais

O desmascaramento dos discursos desinformativos, de teorias da conspiração, de fake news que entendemos como parte dessa única categoria ampla, como buscamos ter demonstrado, é apenas parte de um grande desafio na formação dos leitores. Por diversos fatores, a desinformação mostra-se como prática já normalizada no meio social. Assim, seja pela semelhança que essas práticas discursivas apresentam entre si, a sua relação com diversos produtos culturais, o uso de estratégias de construção comuns ao do sensacionalismo; todos esses fatores tornam esses tipos discursivos ainda mais difíceis de serem combatidos e mitigados. O trabalho de agências de checagem de notícias, nesse sentido, ainda que fundamental, mostra-se pouco efetivo, visto a desconfiança dos enunciatórios desses discursos justamente em sua legitimidade: o discurso ser desmentido reforça os argumentos dos enunciadores pela paranoia já instaurada. É preciso, portanto, formar e conscientizar leitores das mídias digitais sobre modos de produzir leituras não paranoicas. Pela identificação dos esquemas de valores e dos fazeres direcionados pelo enunciatório, é possível mostrar tanto os aspectos que caracterizariam uma má-fé em suas motivações (pela demanda financeira

implícita), e mesmo a sua postura de exclusão em relação aos saberes legitimados (pela necessidade de compartilhamento em prol de uma verdade mais verdadeira).

Compreender, assim, os modos de sensibilização e de estabelecimento da confiança que permitem, em última análise, a passagem da certeza ao ato, é fundamental para o trabalho docente. Discursos, nesse sentido, ainda que restritos ao mundo da linguagem, e ainda que nossas análises a isso se restrinjam, não estão deslocados de sujeitos “de carne e osso” que agem por crenças discursivamente instauradas. Atentar-se a isso é imprescindível para um trabalho de conscientização eficiente, mesmo porque é isso que permite agir em grupos específicos, que por condições prévias, mostram-se mais suscetíveis a aceitação desses discursos e desses valores. Mostrar aos sujeitos, seja em ambientes formais de ensino ou não, a relação entre o que é dito nos textos e o que isso pode se tornar no mundo extralinguístico se faz urgente para um trabalho de conscientização efetivo. Mentiras e desinformações podem ser feitas de palavras, mas jamais serão apenas isso: serão golpes, serão o ódio, serão a morte.

Financiamento

Andrey Istvan Mendes Carvalho agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa de Iniciação Científica por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) (nº do processo: 164362/2022-3). O autor também agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa de mestrado (nº do processo: 88887.964079/2024-00).

Referências

- ALLCOTT, H; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. DOI: <https://dx.doi.org/10.1257/jep.31.2.211/>.
- BARROS, D. L. P. de. Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino-aprendizagem na escola. *Estudos Semióticos*, v. 15, n. 2, p. 1-14, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.165195>.
- BARROS, D. L. P. de. Fake news e as anomalias. *VERBUM*, v. 9, n. 2, p. 26-41, set. 2020.
- BARROS, D. L. P. de. Contrato de veridicção: operações e percursos. *Estudos Semióticos*, v. 18, n. 2, p. 23-45, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.198279>.
- BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Tradução do Grupo CASA – Cadernos de Semiótica Aplicada. Bauru/SP: EDUSC, 2003.
- BYFORD, J. Towards a definition of conspiracy theories. In: BYFORD, J. *Conspiracy theories: a critical introduction*. New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 20-37.
- DISCINI, N. *Corpo e estilo*. São Paulo: Contexto, 2015.
- DISCINI, N. *O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia e literatura*. São Paulo: Contexto, 2009.

LINHA D'ÁGUA

- ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2000.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1998.
- FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Waldir Bevidas e Luiz Tatit. São Paulo: Humanitas, 2001.
- FONTANILLE, J. *Semiótica do discurso*. Tradução de Jean Christtus Portela. São Paulo: Contexto, 2019.
- GOMES, R. S. Crise de veridicção e interpretação: contribuições da Semiótica. *Estudos Semióticos*, v. 15, n. 2, p. 15-30, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.165198>.
- GOMES, R. S. *Relações entre linguagens no jornal: fotografia e narrativa verbal*. Niterói: EdUFF, 2008.
- GOMES, R. S. Um olhar semiótico da atualidade: a aspectualização a partir de Greimas. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 14, n. 1., mar. 2018, p. 108-116. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2018.144314>.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: EdUSP, 2014.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1989.
- HOFSTADTER, R. The paranoid style in american politics. In: HOFSTADTER, R. *The paranoid style in american politics and other essays*. Cambridge/MA: Harvard University Press, 1996.
- KALIL FILHO, M. da V. Fake news e democracia: contribuições da semiótica discursiva acerca da verdade e da informação na internet. *Caderno de Letras da UFF*, v. 30, n. 59, p. 205-219, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22409/cadletrasuff.2019n59a688>.
- KNIGHT, P. *Conspiracy culture: from the Kennedy assassination to The X-Files*. New York: Routledge, 2001.
- LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: EDUC/PONTES, 1992.
- LANDOWSKI, E. *Interações arriscadas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.
- MENEZES, L. F. Site desinformador sai do ar após Justiça mandar apagar mentiras sobre vacinas e Aids. *Terra, online*, s.p., 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/checamos/site-desinformador-sai-do-ar-apos-justica-mandar-apagar-mentiras-sobre-vacinas-e-aids,4a772038f92bc9105f2a1e77fb918f1brjkqe059.html>. Acesso em: 03/09/2024.
- PATTE, D. Modalité. In: GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, v. 2, 1986. p. 141-144.
- PATTE, D. Modalités éthiques: une nouvelle catégorie modale. In: PARRET, H.; RUPRECHT, H.-G. *Exigences et perspectives de la sémiotique: recueil d'hommages pour Algirdas Julien Greimas*. Amesterdã: John Benjamins Publishing Company, 1985. p. 265-272.
- SILVA, L. H. O. da. Interações, leituras e sentidos em tempos de fake news: desafios para a formação de leitores no contexto escolar. *Estudos Semióticos*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 31-45, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.161838>.
- TANDOC JR., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “fake news”: a typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, p. 137-145, 2018. DOI: <https://dx.doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>.
- ZILBERBERG, C. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

Artigo / Article

Alteridade e exclusão: o olhar para o outro no poema e na narrativa

Otherness and exclusion: the gaze at the other in poetry and narrative

Luciana Taraborelli 

Universidade de São Paulo, Brasil

ltaraborelli@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-0688-2740>

Viviane Mendes Leite 

Universidade de São Paulo, Brasil

mendesviviane82@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-5073-6743>

Recebido em: 25/01/2024 | Aprovado em: 21/05/2024

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar dois exercícios de análise de textos da esfera artístico-literária que abordam temáticas cada vez mais necessárias e urgentes para se discutir em sala de aula: o refugiado e a mulher negra, minorias que ainda estão ausentes de muitos currículos. Os exercícios de análise do poema "Exército (chusma) de rosas negras" (2017), de autoria de Cristiane Sobral, e da narrativa *Dois meninos de Kakuma* (2018), de autoria de Marie Ange Bordas configuram-se como uma proposta para o trabalho de leitura com estudantes do Ensino Fundamental (anos finais), uma vez que tratam de relações de alteridade. Esses exercícios estão fundamentados na perspectiva da Análise Dialógica do Discurso (Brait, 2008), oriunda do extenso trabalho sobre Mikhail Bakhtin e o Círculo, na qual o outro é constitutivo do eu. A fundamentação teórica baseia-se na relação eu-outro postulada por Bakhtin, ([1920/24] 2020) e no conceito de alteridade (Amorim, 2004). Como resultados, em nossas análises, apontamos os centros de valores presentes nos textos literários a partir da relação eu *versus* outro e, mediante análise linguístico-discursiva, levamos os leitores a refletirem sobre si e sobre o seu outro.

Palavras-chave: Refugiado • Poesia de autoria feminina negra • Centros de valor • Análise dialógica do discurso

Abstract

This article aims to present two text analytical exercises from the artistic-literary sphere that address increasingly necessary and urgent themes to discuss in the classroom: refugees and black women, minorities that are still absent from many

curricula. The analytical exercises of the poem “Army (chusma) of black roses” (2017), written by Cristiane Sobral, and the narrative *Two boys of Kakuma* (2018), written by Marie Ange Bordas, serve as a proposal for reading activities with students in the final years of elementary education, as they deal with relationships of otherness. These exercises are based on the perspective of Dialogical Discourse Analysis (Brait, 2008), originating from the extensive work on Mikhail Bakhtin and the Circle, in which the other is constitutive of the self. The theoretical foundation is based on the self-other relationship posited by Bakhtin, ([1920/24] 2020) and the concept of otherness (Amorim, 2004). As a result, in our analyses, we point out the centers of values present in literary texts based on the relationship between self and other and, through linguistic-discursive analysis, we lead readers to reflect on themselves and their other.

Keywords: Refugees • Poetry by black women • Value centers • Dialogical discourse analysis

Introdução

A literatura, assim como outras artes, tem a capacidade de aproximar o leitor dos dramas humanos, mas, segundo Medviédev (2012), ela apresenta uma especificidade em relação às outras ideologias, pois reflete e refrata a realidade (inclusive outras ideologias que não artísticas), ou seja, trata de realidades e temas que outras esferas da atividade humana já refletiram e refrataram. Sendo assim, os textos literários por nós selecionados também refletem e refratam uma determinada realidade: a de minorias sociais como o refugiado e a mulher negra.

A maioria dos estudantes entram em contato com a realidade, seja a partir de experiências próprias, seja por meio de notícias que veiculam nos canais de comunicação e mídias em geral. Assim sendo, nossa proposta é apresentar a leitura de textos literários que refletem e refratam realidades que estão longínquas das salas de aulas, ou não se quer ver, de forma a chamar a atenção dos estudantes para o outro, para suas dores e suas singularidades e, deste modo, formar leitores mais críticos à sua própria realidade e mais sensíveis ao seu entorno, ao seu outro.

Para isso, propomos a leitura de dois textos da esfera artístico-literária, a saber, o poema “Exército (chusma) de rosas negras” (2017), de autoria de Cristiane Sobral (Rio de Janeiro, 1974), e a narrativa juvenil *Dois meninos de Kakuma* (2018), de autoria de Marie Ange Bordas (Porto Alegre, 1970), que abordam temáticas cada vez mais urgentes da nossa atenção por retratar minorias como a mulher negra e o refugiado. Sabe-se que essas temáticas, quando chegam às salas de aulas, chegam via outras áreas do conhecimento como História, Geografia e Sociologia, por exemplo.

Devido ao urgente debate, envolvendo esses dois grupos minoritários, entendemos que a literatura ajuda o leitor na compreensão desse outro-refugiado e outro-mulher negra. Dados fornecidos no relatório de 2016 na Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) apontam para números surpreendentes em relação à escolarização de crianças refugiadas: trata-se de 1,75

LINHA D'ÁGUA

milhão de crianças refugiadas que não estão na escola e 1,95 milhão de adolescentes sem acesso ao ensino. Tais números refletem a dura realidade de marginalização, preconceito e a necessidade de debates e pesquisas que alterem essa realidade.

Já em relação ao trabalho com a cultura negra, os estabelecimentos de ensino deveriam nortear seus currículos de acordo com a lei número 11.645/2008, que versa sobre a obrigatoriedade de se incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, mas, muitas vezes, esse trabalho fica aquém do desejado. Da mesma forma, acontece com a temática dos refugiados, que não recebe a devida atenção no momento de os estabelecimentos de ensino escolherem as obras literárias a serem trabalhadas. Assim sendo, com os exercícios de análise propostos, além de trabalharmos a questão da alteridade nos estudantes, promovemos o debate e a reflexão acerca dessas temáticas, com intuito de favorecer a inclusão no âmbito escolar.

Nas análises, apontamos indícios linguístico-discursivos de alteridade no poema e na narrativa juvenil para compreendermos de que maneira esse outro, geralmente silenciado no mundo real, protagoniza sua própria identidade nos textos literários. Esse objetivo está fundamentado na Análise Dialógica do Discurso (ADD), postulada por Brait (2008) advinda de seu extenso estudo acerca da teoria e metodologia propostas pelos integrantes do Círculo de Bakhtin¹, que considera a linguagem dialógica, construída na interação eu-outro, portanto social, e que leva em consideração o contexto externo, extrapolando a análise puramente linguística. Nesse sentido, o outro é constitutivo do eu no processo de interação.

Sendo assim, considerar o outro é um movimento exotópico no qual o eu coloca-se no lugar do outro, conhece sua realidade e retorna ao seu lugar único e singular. Nessa relação alteritária e exotópica, propomos a análise da prosa e do poema, trazendo esse outro que, muitas vezes, é marginalizado e invisibilizado na sociedade. A proposta é promover uma leitura que desperte o olhar alteritário e empático para o refugiado e a mulher negra em diferentes gêneros discursivos.

São três as seções que organizam este artigo. Na primeira, apresentamos o eixo teórico norteador da nossa análise, fundamentados na teoria bakhtiniana: alteridade; na segunda, o contexto dos textos literários analisados; e, na terceira seção, apresentamos dois exercícios de análise, um sobre o poema “Exército (chusma) de rosas negras” e o outro, com dois trechos da obra *Dois meninos de Kakuma*, nos quais investigamos o modo como narrativa e poema auxiliam na construção da imagem desse outro-refugiado e outro-mulher negra. Para tanto, sinalizamos os indícios linguístico-discursivos de alteridade que mostram a voz daqueles que são, muitas vezes, silenciados. As considerações finais arrematam o texto.

¹ O Círculo de Bakhtin não formava em nenhum sentido uma organização fixa. Constituíam simplesmente um grupo de intelectuais que se reuniam na Rússia, principalmente entre 1919 e 1929 e gostava de debater ideias e que tinham interesses filosóficos em comum. Seus principais integrantes foram Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável Medviédev.

1 Alteridade na perspectiva dialógica

Conceber a linguagem na perspectiva de Bakhtin e do Círculo é afastar-se da abstração linguística que considerava o signo, a palavra, na imanência da língua. Não se trata de negar essa perspectiva, mas de entender como o funcionamento da linguagem acontece no mundo material e concreto, a partir das relações sociais e das situações de produção nas quais são geradas. Um dos eixos centrais nas formulações teóricas de Bakhtin e do Círculo é incluir as relações humanas na constituição da linguagem, uma vez que foram essas relações que reivindicaram a necessidade de uma forma material na qual pudessem estabelecer contato. Essas relações só são possíveis se considerarmos no mínimo duas consciências, ou seja, dois sujeitos que constituem o princípio da alteridade.

Em um dos seus primeiros ensaios, escrito entre 1920-1924, traduzido para o português como *Para uma filosofia do ato responsável*, Bakhtin apresenta a relação eu-outro como parte do mundo concreto-individual e irrepetível e de consciências individuais que realmente agem. Nos escritos bakhtinianos, o termo “alteridade” é indicado nas expressões: “eu-para-mim” / “outro-para-mim” e o “eu para o outro”. Para o filósofo russo, o momento do ato unitário e singular de cada sujeito deve considerar três momentos fundamentais que são eu-para-mim, o outro-para-mim e eu-para-o-outro. Segundo Bakhtin (2016, p. 62):

Desde início, porém, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos outros, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. Já dissemos que esses outros, para os quais o meu pensamento se torna um pensamento real pela primeira vez (e deste modo também para mim mesmo), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação discursiva, desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. e como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta.

Nessa relação alteritária entre o “eu” e o “outro”, temos a singularidade que nos torna únicos, ou seja, cada ser possui uma vivência, valores e ideologias que certificam sua singularidade. Na interação, esses dois seres únicos, com suas singularidades podem, numa perspectiva dialógica, ter um diálogo consoante ou discordante, posto que seus valores e seu entorno extraverbal podem não ser coincidentes, conforme esclarece Amorim (2004, p. 122):

A resposta presumida do outro atua no meu enunciado. Essa resposta, eu a presumo como uma espécie de fundo perceptivo sobre o qual minha palavra seria recebida: o grau de informação que o destinatário possui acerca do assunto tratado, suas opiniões, seus preconceitos, suas simpatias etc. [...].

Nesse horizonte, não é possível elaborar um enunciado sem considerar o outro, pois é nessa relação com esse outro que “arquitetamos” o nosso dizer, presumindo o modo como nossas palavras serão recebidas. Ressaltamos que a percepção do outro está envolvida por seus valores, o modo como respondemos é inerentemente axiológico, não há neutralidade.

Volóchinov (2017) destaca como a relação eu *versus* outro constitui-se sempre como relações dialógicas, pois, sem o outro, não é possível se expressar enquanto sujeito situado.

A importância da orientação da palavra para o interlocutor é extremamente grande. Em sua essência, palavra é um ato bilateral. Ela é determinada tanto por aquele de quem ela procede quanto por aquele para quem ela dirige. Enquanto palavra, ela é justamente o produto das inter-relações do falante com o ouvinte. Toda palavra serve de expressão ao “um” em relação ao “outro”. Na palavra eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva de minha coletividade. A palavra é uma ponte que liga o eu ao outro. Ela apoia uma das extremidades em mim e a outra no interlocutor. A palavra é o território comum entre o falante e o interlocutor (Volóchinov, 2017, p. 205).

A teoria de Bakhtin e do Círculo nos impulsiona a pensar a voz desse outro no poema e na narrativa juvenil. A escolha pela esfera literária assenta-se na concepção de que a literatura pode ter um caráter humanizador e, nesse sentido, promover a compreensão real desse “outro refugiado” e “outro mulher negra”, pois esses textos dão vazão a essas vozes que, muitas vezes, são marginalizadas em outras esferas ideológicas.

Nos escritos “Fragmentos dos anos 1970-1971” que corporificam anotações feitas por Bakhtin entre os anos 1970-1971, a presença do outro é marcante. Mesmo com a escrita fragmentada, os fortes indícios de alteridade estão postos. Esses fragmentos apontam para a questão de que a relação eu-outro está posta desde o momento do nosso nascimento:

Tudo o que me diz respeito, a começar por meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe, etc.) com sua tonalidade valorativo-emocional. A princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonicidade para a formação da noção de mim mesmo (Bakhtin, 2017, p. 29-30).

O filósofo russo faz uma analogia da relação materna com a consciência humana e ressalta: “[...] a consciência do homem desperta envolvida pela consciência do outro” (Bakhtin, 2017, p. 30), ou seja, estamos envolvidos e somos despertados pelo outro.

Nesse mesmo texto, há a indicação de três relações em que o outro é imperativo:

- 1) Relações entre os objetos: entre coisas, fenômenos físicos, fenômenos químicos; relações causais, relações matemáticas, lógicas, relações linguísticas etc.
- 2) Relações entre o sujeito e o objeto;
- 3) Relações entre sujeitos — as relações pessoais, as relações personalistas: relações dialógicas entre enunciados, relações éticas etc. Aí se situam quaisquer vínculos semânticos personificados. As relações entre consciências, verdades, influências mútuas, a aprendizagem, o amor, o ódio, a mentira, a amizade, o respeito, a reverência, a confiança, a desconfiança, etc. (Bakhtin, 2017, p. 30).

As duas primeiras relações objeto/objeto e sujeito/objeto são de ordem material, pois pressupõem um objeto, já a terceira relação apontada por Bakhtin coloca-nos diante de uma relação intersubjetiva, pressupõe um “eu” e um “outro”. Dentre as possibilidades dessa relação, há as relações dialógicas entre enunciados. A palavra é dirigida sempre a alguém e pressupõe a resposta de outrem. Essa relação que ultrapassa a lógica, tornando-se dialógica, são as duas

consciências, sem essa relação, sem o outro, a relação seria material, conforme apontado em 1 e 2. Sendo assim:

Toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão em relação ao outro (Bakhtin, 2017, p. 113).

Amorim (2004, p. 97) reforça o postulado bakhtiniano ao afirmar que a relação de alteridade é um traço fundamental da linguagem:

A alteridade sob a forma de diálogo e da citação é, pois, o traço fundamental da linguagem. Não há linguagem sem que haja um outro a quem eu falo e que é ele próprio falante respondente; também não há linguagem sem a possibilidade de falar do que um outro disse [...].

Completando a tríade bakhtiniana, Medviédev (2012) também considera a essencialidade do outro na constituição do enunciado. O autor destaca como premissa para comunicação a avaliação social, sem ela “A ligação entre o sentido e o signo em uma palavra, tomada separadamente, independente de um enunciado concreto, por assim dizer, em “palavra dicionário”, é totalmente arbitrária e técnica” (Medviédev, 2012, p. 183). Assim como Bakhtin e Volóchinov, Medviédev comunga com seus colegas ao reconhecer e destacar a necessidade de um “outro” como eixo estruturante do sentido, afastando-se da abstração linguística.

Seu projeto epistemológico e axiológico merece destaque ainda pela formulação da dupla orientação do gênero. Nessa perspectiva, o enunciado não é concebido separado da realidade, na vida concreta que pressupõe o outro. Medviédev (2012, p. 195) afirma:

Na primeira orientação, a obra entra em um espaço e tempo real: para ser lida em voz alta ou em silêncio, ligada à igreja, ao palco, ou ao teatro de variedades. Ela é uma parte das festividades ou simplesmente do lazer. Ela pressupõe um ou outro auditório de receptores ou leitores, esta ou aquela reação deles, esta ou aquela relação entre eles e o autor. A obra ocupa certo lugar na existência, está ligada ou próxima a alguma esfera ideológica

Muito embora os filósofos russos não mencionem o termo “alteridade”, ele se faz presente como eixo estruturante do projeto dialógico, ou nas palavras de Faraco (2011, p. 24), uma “filosofia da alteridade”. O direcionamento a alguém, a um auditório, à responsividade, e o próprio reconhecimento como ser humano estão diretamente ligados à existência de um outro, sem o qual não haveria interação.

Para visualizar melhor o conceito de alteridade postulado pelo Círculo, apresentamos o quadro 1, que sintetiza o conceito concebido por cada um dos integrantes, tendo como recorte as obras citadas neste artigo:

Quadro 1. “Alteridade” no Círculo

Bakhtin ([1920-24] 2020)	Centros valorativos; Arquitetônica: “eu-para-mim” / “outro-para-mim”
Volóchinov ([1929] 2017)	Palavra como ato bilateral: direcionada a alguém
Medviédev ([1928] 2012)	Avaliação social; Dupla realidade do gênero

Fonte: elaborado pelas autoras

Desta forma, sujeito e linguagem (aqui concebida como dialógica) são constituídos pela alteridade: o sujeito, desde o seu nascimento, e a linguagem, em uma cadeia ininterrupta de enunciados. Portanto, não há como organizar o enunciado sem considerar o outro, ou seja, a forma como nos posicionarmos a partir do nosso centro de valor responde a uma cadeia de enunciados de outrem, da mesma forma ocorre na leitura dos textos literários que analisamos/lemos. Como nos posicionamos e nos situamos como sujeitos responsáveis a partir do contato com uma obra que nos apresenta o outro excluído? Como se dá a alteridade da exclusão? A dor do refugiado e da mulher negra manifesta-se de que forma na relação eu *versus* o outro? São muitas as respostas assim como são muitos os sujeitos e seus centros de valor.

A perspectiva dialógica considera o outro como constitutivo na interação, mas e quando esse outro é marginalizado, invisibilizado pela sociedade? Essa questão sinaliza para uma alteridade da exclusão, ou seja, esse outro a quem todo enunciado é dirigido pode simultaneamente ser um excluído, desconsiderado nas relações sociais. Nesse sentido, nossa proposta contempla essas pessoas - mulheres negras e refugiados - cuja condição determina sua exclusão na sociedade.

Mesmo quando há a exclusão do outro, estamos diante de um ser que possui voz e sua singularidade e, portanto, elaboram seus enunciados responsiva e responsabilmente. Dessa forma, é diante dos enunciados que os índices de alteridade estão linguisticamente marcados, mostrando-nos a voz daqueles que estão, socialmente, excluídos.

1.1 O encontro com o “outro-mulher negra”

Ao lermos uma obra que trata da realidade da mulher negra na sociedade contemporânea, logo entramos em diálogo com o discurso do outro na voz da longa tradição racista fruto da política de escravidão aplicada por séculos em colônias europeias como foi o Brasil e refletimos a respeito de nós mesmos como sujeitos ao colocarmos-nos no lugar dessa mulher. Para esse exercício exotópico de nos colocarmos no lugar do outro, devemos considerar os momentos fundamentais do ato unitário e singular descritos por Bakhtin ([1920-1924] 2020): o “eu-para mim” e o “eu-para-o-outro”.

Nesse exercício, nos questionamos: quantos olhares indiferentes, daqueles que não reconhecem na mulher negra o seu outro são direcionados a ela diariamente? Nesse sentido, o

texto literário apresenta-se como um caminho para conhecermos a nós mesmos ao conhecermos esse outro, trata-se da alteridade da exclusão. O texto, assim como o Janus bifronte, faz com que olhemos em duas direções: para o outro excluído e para nós frente a esse outro, em um movimento alteritário.

Embora a mulher negra venha ganhando cada vez mais voz na sociedade brasileira contemporânea, assim como na literatura, ainda tem muito a lutar para desconstruir os lugares sociais que lhe foram atribuídos a partir do final da escravidão.

Muitas mulheres negras são invisibilizadas em diversas situações cotidianas. Historicamente, sujeitos não negros acostumaram-se a olhar esse "outro mulher negra" sempre como a empregada doméstica, a faxineira, aquela que não pode assumir cargos de chefia. Gonzalez (2020) afirma que a sociedade espera que a mulher negra ocupe determinados lugares: “De um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata” (Gonzalez, [1979] 2020, p. 59). Como doméstica, “[...] sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhes seriam peculiares (Gonzalez, [1979] 2020, p. 58). Como mulata que leva o nome do Brasil internacionalmente, tem uma falsa perspectiva de ascensão social:

A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional (Gonzalez, [1979] 2020, p. 59).

Bento (2022) também chama a atenção para as condições de remuneração salarial envolvendo a mulher negra. A autora aponta, segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)² divulgada em novembro de 2019, que a população negra trabalha mais e ganha cerca de 30% menos que a população não negra e dentre a população negra, as mulheres são as mais afetadas tendo que trabalhar 55 minutos a mais para atingir o salário de um branco.

Os lugares sociais impostos à mulher negra ainda são mais cruéis quando pensamos na maternidade, na mulher negra genitora. A mãe negra como matriarca é simplesmente ignorada. Evaristo (2005) destaca que a imagem da mulher negra nunca foi pensada na sua subjetividade e menos ainda quando se trata de ser uma força geradora de vida: a mãe, a matriz, a continuadora de uma origem. A ausência da imagem da mãe negra é uma forma simbólica de extinguir sua linhagem, sua descendência, sua história. Somente à mulher branca coube o papel de genitora, de guardiã da vida, como se o sagrado, como gerar uma vida, não pudesse ser atribuído à mulher negra e a ela coubesse o profano, o corpo como objeto que dá prazer ao outro. A autora faz esses apontamentos, principalmente em relação à imagem da mulher negra presente na literatura brasileira:

² Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) contínua/IBGE.

Uma leitura mais profunda da literatura brasileira, em suas diversas épocas e gêneros, nos revela uma imagem deturpada da mulher negra. Um aspecto a observar é a ausência de representação da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, perfil delineado para as mulheres brancas em geral (Evaristo, 2005, 53).

1.2 O encontro com “outro refugiado”

Da mesma forma, ao entrarmos em contato com obras que retratam a realidade dos refugiados compreendemos a dor desse outro que, sem opção, para sobreviver é obrigado a deixar sua pátria. Segundo dados fornecidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no relatório semestral de 2021, houve um aumento acentuado dos números, foram 172.000 a mais que em 2020. À medida que os números crescem o tema ganha espaço no cenário nacional e, paradoxalmente, há um apagamento velado, sobretudo no âmbito educacional, como se essa crise fosse tão distante de nossa realidade.

Nesse movimento que contempla o “eu” e o “outro”, a narrativa é crucial para entendermos problemas inseridos no nosso tempo. Entrelaçar o mundo real à ficção pode abrir frestas em direção ao outro, num movimento exotópico para compreender como se constroem os sentidos diante desse outro que habita a fronteira. É o que encontramos na obra de Maria Anges Borda, *Dois meninos de Kakuma*.

A condição transitória do refugiado num mundo onde arames, campos e muros ignoram a condição do outro desestabiliza a identidade, estar e não-estar em algum lugar, pertencer e não-pertencer a um lugar. Para Tonus, “[...] migrantes e refugiados habitam os interstícios dos espaços antropológicos fomentadores de identidades e aqueles marcados pelas perdas dos marcos identitários: centros de retenção, zonas de transição, campos de refúgio e de trabalho” (Tonus, 2018, p. 481). O autor destaca a importância do acolhimento e do debate sobre os refugiados, pois na clandestinidade a alteridade é nula, já que o não-reconhecimento legal lhe nega a possibilidade de se tornar “outro”.

Nesse limiar de estar e não-estar, para pessoas que, muitas vezes, são representadas por números, o lugar transitório pode ser permanente e a fronteira vertical, conforme destaca Tonus: “Na zona de transitoriedade que o campo incarna, a fronteira deixa de ter sua lógica horizontal para adquirir uma dinâmica vertical” (Tonus, 2018, p. 482). Não-lugares tornam-se lugares de afetividade que, ao mesmo tempo, libertam e aprisionam o refugiado.

Os dados estatísticos correspondem à triste realidade da crise humanitária do século XXI e contrastam com a ideia neoliberal de intervenção mínima do Estado e do crescimento por meritocracia, criando uma realidade distópica em que as pessoas são invisíveis e apagadas ou, como nomeia Bauman, “estranhos”:

Refugiados da bestialidade das guerras, dos despotismos e da brutalidade de uma existência vazia e sem perspectivas têm batido à porta de outras pessoas desde o início dos tempos modernos. Para quem está por trás dessas portas, eles sempre foram – como são agora – estranhos. Estranhos tendem a causar ansiedade por serem “diferentes” – e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar (Bauman, 2017, p. 13).

Entre os números flagrantes e as pessoas “desconhecidas” o limiar de nossa humanidade. Existe a possibilidade de enxergar o outro em sua singularidade, sem deixar que a ansiedade pelo desconhecido nos torne indiferentes? Se há essa possibilidade, com certeza é na clareza de quem são essas pessoas e o debate aberto na sociedade. A espinha dorsal desse discernimento recai nos discursos que o atravessam, quais vozes são ouvidas e apagadas? A quem interessa ouvi-las?

Borges dos Anjos focaliza a questão subjetiva do outro. A partir do projeto do qual fazia parte “Projeto Acolhida ao Migrante – Inserção Social e Diversidade Cultural”, desenvolvido pela Universidade do Sul de Santa Catarina, a autora traz imagens, dados e depoimentos de migrantes naquela região. Para além do ensino da Língua Portuguesa, a pesquisadora revela sua inquietação acerca da identidade dessas pessoas em um país estrangeiro. Com olhar que se volta para o outro, ela esclarece:

Partir, retirar-se significam mais que simplesmente deixar ou abandonar um determinado lugar, pois implicam pensar em tudo que se encontra envolvido nesse processo: casa, família, amigos, momentos, e um passado de memórias, boas e ruins, que pode não ser mais materializado fisicamente, mas simbolicamente ressoará nesse sujeito que está em trânsito (Borges, 2021, p. 22).

Coadunamos com a pesquisadora que, além da teoria considerou os sujeitos em trânsito, em entender o processo de migração para além do mero deslocamento, essas pessoas levam consigo sua cultura, vivência e memória que, em muitos casos, são desconsideradas e massificadas em números.

Para compreendermos esse “outro refugiado” na narrativa juvenil é fundamental a clareza teórica sobre o conceito abordado, pois investigar as construções linguísticas, a escolha lexical e a esfera de produção da obra, nos fornece subsídios para uma leitura exotópica, levando a mim — leitor — a esse outro — “refugiado”. Do meu lugar único, leio a perspectiva do outro, “aproximo-me” dele, “vejo” sua humanidade. Desloco-me e volto ao meu lugar.

2 Do poema à narrativa: contextualização das obras

O poema “Exército (chusma) de rosas negras” pertence à obra *Terra Negra*, de autoria da escritora Cristiane Sobral. O livro foi publicado em 2017, pela editora Malê e é o terceiro livro de poemas da escritora, que também publicou contos e crônicas.

Terra Negra é composto de 74 poemas, e tem como epígrafe um trecho do texto “Vivendo de amor” da escritora bell hooks; o prefácio intitulado “A carta da terra” é assinado pela também escritora e atriz Elisa Lucinda. Chamamos a atenção para o conjunto de vozes que compõem a obra considerando os elementos pré-textuais. São vozes de mulheres negras como bell hooks, Elisa Lucinda e Cristiane Sobral que marcam um lugar de fala: o da vivência da mulher negra na vida cotidiana. Do lugar de onde partem essas vozes, que pode ser físico, ou não, surgem os poemas; surge uma literatura que apresenta o ponto de vista a partir do lugar social da mulher negra socialmente apagada e ainda pouco contemplada no cânone da literatura brasileira.

O título do livro é formado por dois signos ideológicos: “terra” e “negra”. O signo “terra” carrega uma força muito importante no contexto da obra, pois “terra” permite uma pluralidade discursiva. Primeiramente, podemos pensar “terra” como o lugar onde as sementes germinam, o lugar de onde brota a vida, de onde nasce o broto verde de esperança. Nesse sentido, a palavra “terra” no título traz a imagem da vida nova, da vida negra que não mais é dominada e escravizada. É a vida negra que se faz presente na terra com toda sua força e beleza.

Terra é também o pedaço de chão que nos confere pertença quando nos referimos à terra como país ou como terra natal. A terra das nossas origens, dos nossos ancestrais. Nesse sentido, “terra”, no título, remete à terra africana, ao vínculo com a África negra de onde veio toda a herança cultural que contribuiu para a formação do Brasil. É na terra que ficam as raízes, e o livro retorna às raízes valorizando a cultura africana. Assim como a raiz busca os nutrientes na terra, os poemas buscam os nutrientes na cultura africana.

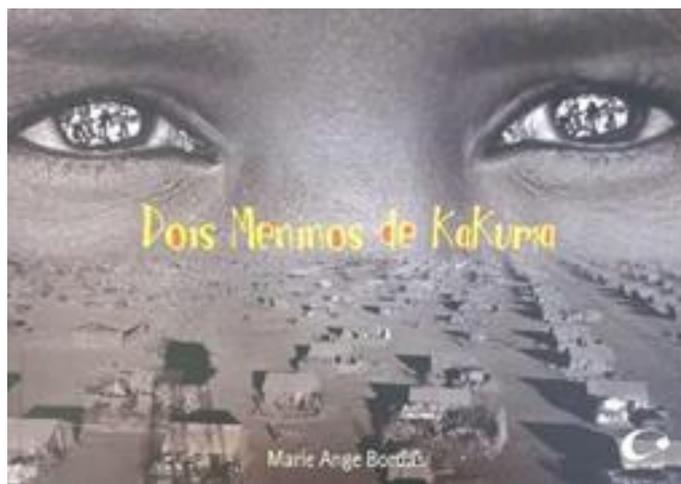
Já no livro *Dois meninos de Kakuma*, a autora Marie Ange Bordas parte de sua vivência em 2003, quando teve a experiência de ficar por dois anos no campo de refugiados em Kakuma, localizado no noroeste do Quênia. A partir dessa vivência, Bordas assume seu ato responsável e materializa em sua obra (mundo da cultura) o mundo concreto e real. Esses mundos são recriados por meio do texto verbo-visual, formando um “todo indissociável” (Brait, 2015, p. 194) cuja imbricação acontece em 69 páginas por meio da escrita e de 30 fotoilustrações³, conta ainda com três textos moldura: “Deslocados no mundo”; “O campo de refugiados de Kakuma”; “Marie Ange Bordas”.

O enredo é dividido em duas partes: na primeira, a perspectiva de Geedi, garoto somali, nascido em Kakuma e, na segunda, Deng, nascido no Sudão. Duas vidas, dois garotos, dois pontos de vista sobre o tema em comum: a difícil vida no campo de Kakuma. As vivências desses dois amigos são apresentadas ao leitor de maneira comovente. Geedi não conhece outra vida fora do campo e Deng lembra e enaltece as belezas de seu país. Os dois garotos falam, com carinho, sobre a amiga em comum, Noela, também nascida no Sudão.

³ A autora esclarece que as fotos, ainda analógicas, foram feitas por ela e os desenhos e esculturas que compõem as fotografias são de crianças de Kakuma, frutos do projeto MysArt (Bordas, 2018, p.63-65).

Entre os sonhos de crianças e as mazelas da vida no campo, os meninos encarnam a dor, a perda, o sofrimento de milhares de crianças que, como eles, estão em um campo de refugiados, mas com sua singularidade marcada pela vivência e pela voz de cada um deles. A capa do livro (Figura 1) ganha a atenção com as fotografias que destacam os olhos de um garoto. Na parte superior da capa, esses olhos encaram o leitor e refletem em sua íris, como num espelho, silhuetas humanas.

Figura 1. Capa: Dois meninos de Kakuma



Fonte: Bordas (2018)

A face do menino é completada pela vastidão do campo. O título divide as duas fotografias. Dois meninos, duas vidas, no mesmo espaço. A quantidade de abrigos, nessa dimensão horizontal, reflete milhares de outras vidas, de outros olhares, de outras faces completadas por Kakuma.

3 Encontro com o “outro excluído”: um exercício dialógico

Os exercícios de análise apresentados nesta seção têm como eixo norteador a alteridade, sendo assim, apontam para as tensões valorativas, que emanam da relação entre o eu e o outro e dos centros valorativos que cada um ocupa. Para melhor compreensão das análises e por se tratar de gêneros distintos, optamos por dividir a seção em duas partes, a saber: a) Exercício de análise do poema “Exército (chusma) de rosas negras, b) Exercício de análise de dois trechos da narrativa juvenil, *Dois meninos de Kakuma*. Dessa forma, explicitamos que o olhar para o outro excluído pode sensibilizar o leitor tanto no poema quanto na narrativa.

3.1 Exercícios de análise do poema “Exército (chusma) de rosas negras”, de Cristiane Sobral.

O exercício de análise a seguir tem como foco buscar os indícios linguístico-discursivos de alteridade, mostrando o ponto de vista da mulher negra na constatação da sua solidão por mostrar-se quem é, fato que se constitui como resposta ao preconceito e ao racismo estrutural. Frente ao outro, a mulher posiciona-se a partir do seu centro de valor, que nega o lugar que os não negros esperam que ela ocupe. Ao mesmo tempo em que o poema leva o leitor a conhecer esse outro socialmente excluído, provoca seu próprio autoconhecimento e espera dele uma resposta mais sensível e mais humana.

Exército (chusma) de rosas negras

Há uma solidão destinada à mulher negra
Aquele que não aceita ser a mais gostosa do pedaço
nem interpreta o estereótipo do palhaço
Aquele cujo corpo a mulata não encena

Há uma solidão profunda destinada à mulher negra
Um desdém absurdo, mudo cheio de rótulos
reservado a aquela que não sorri por qualquer motivo
sempre recusando o convite do executivo comprometido
para um inocente jantar

Há uma solidão homicida destinada às mulheres negras
àquelas altivas, com orgulho de sua cor
que não alisam seus cabelos em busca de aceitação
Deixando sempre a porta aberta
para o sinhô e a sinhá

Há uma solidão destinada às mulheres negras
nos leitos dos hospitais públicos
Campos de concentração
dos grupos de extermínio a serviço do capital
em benefício do genocídio étnico
de um Estado na ativa com sua política
De embranquecimento
Há uma solidão inexplicável
no coração das mulheres negras

Mas ainda assim
em nossa solidude
realizaremos nossos sonhos continuaremos a partir de nossos filhos
aumentaremos nossas forças
formaremos o nosso próprio exército de salvação.
(Sobral, 2017, p. 86)

O poema é formado por cinco estrofes de versos livres que expressam a libertação formal. Nelas, há dois discursos em tensão: o primeiro é a voz da mulher negra, o segundo, com quem ela dialoga, é a tradição de uma sociedade que espera que ela ocupe determinados lugares sociais e mantenha determinados comportamentos.

De um lado, temos uma voz que reivindica e ocupa seu verdadeiro lugar social e, nesse processo, reconhece um sentimento de solidão, de outro, temos uma voz não personificada, não materializada linguisticamente, mas que se faz presente na forma de manutenção de um sistema que coloca mulheres negras de origem humilde em lugares sociais de subserviência e que não admite que essas mulheres ocupem lugares de privilégio. Não há duas vozes marcadas como que em um diálogo no sentido estrito, no qual temos a troca de turno. A presença da segunda voz é percebida, quando a primeira, a voz da mulher negra, em um tom afirmação e certeza assume uma posição valorativa contra o que, historicamente, vem sendo imposto à mulher negra, mesmo que, para isso, precise assumir que esse processo de afirmação tem como consequência a solidão.

O poema é construído do começo ao fim tensionado por esses dois discursos. A cada estrofe, vemos a tensão se intensificar, devido à construção sintática que faz uso da anáfora presente no verso “Há uma solidão destinada à mulher negra” (Sobral, 2017, p. 86) que inicia quatro das cinco estrofes, reforçando a tensão. A repetição desse verso sofre pequenas alterações com a inclusão de adjetivos que, ao longo do poema, reiteram a solidão vivida pelas mulheres negras.

A voz poética expõe um sentimento íntimo: a solidão. Esse sentimento não é particular, não pertence a uma mulher específica. A voz, ao assumir a solidão, tem a sensibilidade de mostrar a dor humana comum a todas as mulheres negras que se veem na solidão por assumirem quem são, por não satisfazerem a vontade de um sistema que historicamente favorece um perfil de pessoas, as brancas, inviabilizando a participação e ascensão de pessoas negras a determinados lugares sociais e por não terem apoio para as suas causas. Segundo Bento (2022), essa situação permanece, pois há uma transmissão de hierarquia entre os brancos que estão em posições de dominação que é passada de geração em geração e “[...] sua perpetuação no tempo deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios” (Bento, 2022, p. 18).

Assim sendo, entendemos a solidão como falta de apoio da sociedade às mulheres negras. A voz afirma, durante todo o poema, que a mulher negra está sozinha na sua luta diária porque a sociedade não está interessada em vê-la ocupando lugares sociais de destaque como uma mulher não negra. E aqui vemos como o texto literário mostra-nos esse outro excluído. No contato do eu (leitor) com a mulher e a solidão que lhe é imposta, percebemos a relação de alteridade, posta por Bakhtin como a relação eu-para-outro. A solidão é revelada ao leitor pela própria mulher negra; o leitor, ao ouvir a revelação entra em contato com o outro excluído e talvez, pela primeira vez, passe a enxergá-lo. Essa ação, que muitas vezes não é realizada no cotidiano, realiza-se via texto literário em um momento que chamamos de alteridade da exclusão.

Ao longo do poema, a voz poética vai desvendando a imagem da mulher negra por trás dos estereótipos presentes no imaginário branco. Vemos a imagem humana que se sente solitária quando olhada além dos estereótipos, mas também a imagem forte de quem não aceita

ser subjugada, daquela “que não aceita ser a mais gostosa do pedaço”, “que não sorri por qualquer motivo”, “que não alisa seus cabelos em busca de aceitação” (Sobral, 2017, p. 86).

Na primeira estrofe, a solidão é um sentimento que está no destino, como um legado que a mulher negra recebe ao nascer, mas, consciente do seu valor, não aceita esse destino, “[...] não aceita ser a mais gostosa do pedaço/ nem interpreta o estereótipo do palhaço”, não aceita ser “Aquele cujo corpo a mulata não encena” (Sobral, 2017, p. 86). Temos, portanto, o primeiro embate entre as vozes, ao dizer que não aceita o lugar social de mulata, que lhe é atribuído pela sua beleza exótica, está dizendo ao outro, à sociedade, que não quer ser respeitada e admirada apenas por ter um belo corpo, por ser a mulata que representa internacionalmente o carnaval.

A solidão destinada a mulheres negras, apresentada na primeira estrofe, é potencializada no verso que inicia a segunda estrofe: “Há uma solidão profunda destinada à mulher negra” (Sobral, 2017, p. 86). O acréscimo do epíteto “profunda” amplia a dimensão da solidão quando diz não ao desejo masculino nos versos: “sempre recusando o convite do executivo comprometido/para um inocente jantar” (2017, p. 86). A solidão é profunda, pois não há amor, somente a procura do seu corpo para satisfazer prazeres momentâneos.

Na terceira estrofe, nota-se um tom mais grave e preocupante, revelado pela palavra “homicida” no verso “Há uma solidão homicida destinada às mulheres negras” (Sobral, 2017, p.86). As negras “(...) altivas, com orgulho de sua cor/ que não alisam seus cabelos em busca de aceitação/ Deixando sempre a porta aberta para o sinhô e a sinhá” (2017, p. 86) parecem receber, pela entonação expressiva da voz poética, toda hostilidade e até mesmo raiva por parte de alguns brancos que não aceitam que a mulher assuma tal postura. Quanto mais resistência a um padrão de beleza imposto e a um comportamento esperado, mais solidão a mulher negra sofre, a ponto de ser exterminada pela solidão homicida. Quanto mais ela ocupa lugar na sociedade, afirmando sua beleza e sua cultura, mais morre com os olhares de estranhamento e discriminação.

Na quarta estrofe, a mais extensa do poema, a voz denuncia as injustiças sociais sofridas pelas mulheres negras. Muitas vezes, estão sozinhas nos leitos dos hospitais, sem apoio de algum companheiro; sozinhas, pois foram abandonadas por eles, sozinhas para criar os filhos. Sem apoio, a voz denuncia a exploração das vidas negras em um sistema capitalista que funciona como um grande “Campo de Concentração/ dos grupos de extermínio a serviço do capital” (Sobral, 2017, p. 86).

Os campos de concentração, usados para segregar inimigos políticos e pessoas com deficiência mental, tiveram seu auge durante a Segunda Guerra Mundial quando foram usados pelos nazistas para exterminar judeus. No poema, aparecem ressignificados, agora governos e detentores do capital exterminam vidas negras pela exploração do trabalho, pela má remuneração dos serviços prestados, por destinar aos negros os piores trabalhos. A população negra é exterminada quando não consegue acessar saúde de qualidade e educação, morrendo

em filas à espera por atendimento e por medicação. O campo de concentração não é mais físico, mas ideológico.

Quando a voz denuncia que os grupos de extermínio estão à serviço do capital, posiciona-se valorativamente contra a exploração da mão de obra da mulher negra, visto que o capitalismo se alimenta da mão de obra da mulher negra até exauri-la.

Os signos “campo de concentração” e “extermínio” marcam o tom de revolta e denúncia em relação ao número de negros e negras que morrem no Brasil, vítimas da má distribuição de renda, da exploração da mão de obra, da violência muitas vezes praticada pelo próprio Estado que deveria zelar pela sua vida, mas vê na figura do negro um potencial criminoso. Desde o fim da escravização dos negros, devido ao fato de muitos não conseguirem trabalho e ficarem na ociosidade, criou-se a relação entre população negra e criminalidade, como se a cor da pele fosse um pré-requisito para a pessoa tornar-se criminosa.

A tensão intensifica-se ainda mais quando a voz da mulher cita o genocídio étnico pregado pelo Estado brasileiro ao defender a política de branqueamento. Genocídio étnico demonstra um tom de raiva contra o Estado, pois extermina toda a cultura e contribuição dos negros na formação do Brasil, incutindo no imaginário popular que tudo que vem do negro não é bom, construindo, dessa forma, um valor negativo a respeito das pessoas negras.

Ao dizer “um Estado na ativa com sua política/ De embranquecimento”, traz ao discurso a política do branqueamento que estava baseada na ideologia do racismo científico que pregava a inferioridade das raças em relação à raça branca. Defendida durante a Primeira República (1889-1930) e financiada pelo presidente Hermes da Fonseca, essa política buscava embranquecer a população brasileira em até quatro décadas, por meio da miscigenação da população negra com imigrantes europeus. Embora comprovada sua ineficácia, haja vista os avanços da ciência, mais especificamente, os estudos sobre o genoma humano que confirmaram não haver diferenças biológicas que justifiquem a superioridade de uma raça sobre a outra, o que a voz afirma é que ainda há racismo, ainda o branco é o preferido e sua raça é usada para dominação, conforme explica Almeida: “(...) o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de *grupos sociologicamente considerados minoritários*” (2021, p. 31, Grifos do autor).

No verso que encerra a quarta estrofe: “Há uma solidão inexplicável / no coração das mulheres negras” (Sobral, 2017, p. 86), a solidão é inexplicável porque quanto mais as vozes femininas se levantam para denunciar e clamar por justiça, mais ameaçada a supremacia branca se sente, o que resulta em um não apoiar as causas negras. A falta de apoio funciona como um acordo que não é verbalizado, mas que é sentido no coração das mulheres negras. Não há apoio, pois pessoas brancas se sentem ameaçadas a perderem seus lugares sociais privilegiados, que julgam serem seus por direito. O que muitos não compreendem é que a riqueza, que garantiu os lugares de privilégios, foi gerada pelo trabalho escravo.

Mas, na última estrofe, a mulher negra não sucumbe à solidão, resiste, mesmo sofrendo, mesmo sentindo a solidão no coração, no seu íntimo. Resiste para realizar os seus sonhos e continuar gerando vida e criando seus filhos. A voz não desanima, reage, projeta o futuro e, agora, com os verbos conjugados na primeira pessoa do plural, dá o tom de coletividade, passa a ser uma voz que dá ânimo e que levanta outras mulheres. Uma mulher fortalece a outra e, assim, formam um exército de vozes, um exército de mulheres dispostas a salvar umas às outras. Só elas, que se compreendem na solidão, são capazes de se salvarem, formando o próprio exército de salvação.

Além de a voz da mulher negra manter um diálogo com a tradição racista e com a sociedade que espera dela comportamento servil, mantém um diálogo com todas as mulheres negras ao convocá-las para formarem um exército, para mostrar a humanidade da mulher negra, pois não há salvação que venha de fora, de quem desconhece a sua realidade.

A palavra entoada, ao convocar o exército de mulheres para realizar os sonhos, continuar a parir os filhos e aumentar as forças, mostra uma atitude avaliativa. A voz da mulher está carregada de uma entonação de esperança e determinação que por sua vez transmite os valores que ela defende quando convoca uma chusma de mulheres, ou seja, uma multidão de mulheres negras, o coro de apoio pressuposto, para que sua voz tenha mais força e, assim, lutar contra a solidão, a falta de apoio e o isolamento, pois a salvação não poderá ocorrer de outra forma, a não ser por elas mesmas, as rosas negras.

A cada estrofe, o leitor entra em contato com esse “outro mulher negra” que até então lhe parecia invisível, e passa a enxergar suas lutas diárias para garantir a devida participação social e a conhecer seu posicionamento frente à sociedade racista. Desse modo, o leitor conhece melhor esse outro e, por meio da alteridade, reflete sobre seu próprio eu em relação a ele.

3.2 Exercício de análise: *Dois meninos de Kakuma*

Este exercício de análise tem como foco buscar os indícios de alteridade do “outro refugiado”. Essa busca na narrativa juvenil pode proporcionar o encontro com a dor e o sofrimento do outro cuja pátria fora obrigado a deixar. Seguir, para onde? Para os protagonistas Geedi e Deng, o deslocamento levou-os ao campo de Kakuma, localizado no noroeste do Quênia. Selecionamos dois trechos da obra com a apresentação dos protagonistas, seguidos de fotoilustrações. A análise considera o enunciado verbo-visual como constructo do posicionamento daqueles que habitam a fronteira.

Figura 2. Parte 1 - Geedi



Fonte: Bordas (2018, p. 6)

Meu nome é Geedi.

Eu sou somali, mas nunca estive na Somália. Nasci em Kakuma, esta terra quente e seca, onde a poeira nunca baixa.

Quando minha mãe chegou aqui com minha irmã, fugindo da guerra, pensava que ficaríamos só de passagem. Por isso, ao nascer, ela me chamou de Geedi, que em somali quer dizer "em movimento". Faz tempo. Hoje, eu já tenho 12 anos (Bordas, 2017, p. 7).

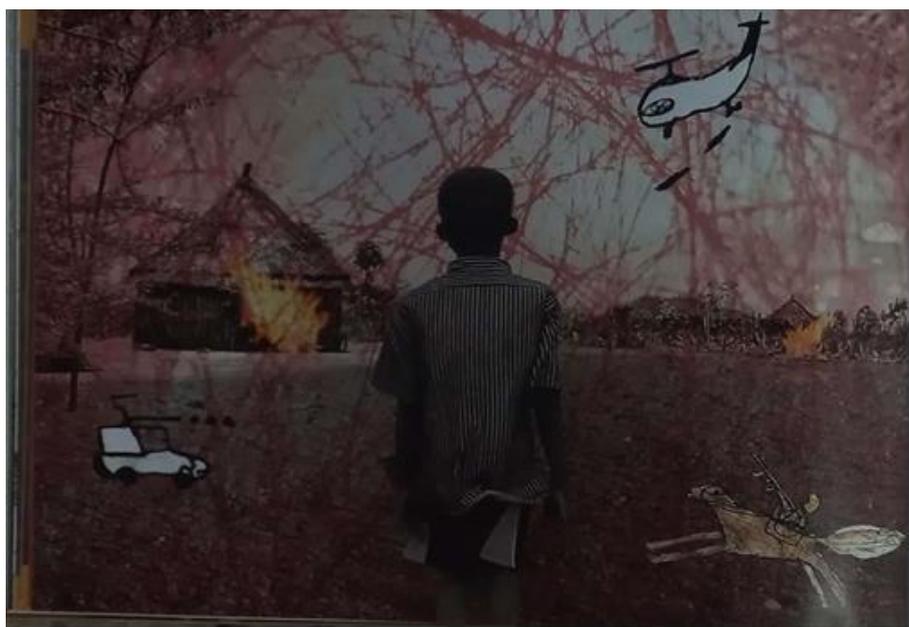
Em primeira pessoa, Geedi marca sua identidade com seu nome. Apesar de nascer no campo e não conhecer seu país de origem, o garoto assinala sua nacionalidade, seu pertencimento, “Eu sou somali”. Em seguida, relata sobre seu nascimento, em Kakuma, acrescentando a descrição do campo com os adjetivos “quente e seca”, características que acentuam a aridez do local, onde a “poeira nunca baixa”. Nesse último enunciado, duas orientações possíveis: por ser um local quente e seco há muita poeira e uma outra por ser um local tenso, de constante alerta. O enunciado concreto visual (Figura 2) – a fotografia – antecede o texto verbal e é apresentado em três planos: no primeiro plano, a silhueta de perfil do garoto, no segundo os animais e o terceiro a paisagem. A silhueta, em primeiro plano, aproxima Geedi dos leitores e se opõe aos animais que estão em conjunto. As cores com tons cinzas e terrosos materializam o ambiente austero e árido, imbricando-se à descrição do menino “terra quente e seca”.

A apresentação confere à personagem o local de protagonismo tanto no texto verbal, com sua apresentação, como no texto visual, com a silhueta em primeiro plano. O leitor entra em contato com esse outro, visualmente, em primeiro plano. A composição visual traz a figura humana do garoto sem as marcas de expressão facial, imitando a própria sombra, sem elementos que revelem movimento, apresentando uma nova contraposição ao significado do nome “em movimento”. Esse outro que se apresenta está parado, estático, estabelecendo um diálogo direto

com o tempo (que deveria ser temporário), mas persiste 12 anos após sua chegada. Cabe ressaltar as tensões, representadas visualmente, com os animais em grupo e o menino sozinho; enquanto a silhueta do menino é estática, a disposição dos animais enfileirados sugere o movimento.

A composição estética aponta para o que é do outro, contrapondo-se ao “eu” leitor que é levado a um movimento exotópico de deslocar-se para o outro e voltar para si.

Figura 3. Parte 2 - Deng



Fonte: Bordas (2018, p. 34)

Meu nome é Deng Yak Tap.

Eu nasci no Sudão, que já foi o maior país da África. Um país com muitas florestas, savanas, cidades e vilarejos, e também com uma das mais longas guerras do mundo, que terminou por dividi-lo em dois.

Eu vivia em paz com minha família até que a guerra chegou. Foi num dia de muito calor, eu me lembro. Não deu tempo de pegar nada, só fugir.

Quando fecho os olhos, ainda vejo meu vilarejo queimando, soldados violentos em cima de seus cavalos, pessoas correndo em desespero... me vejo no esconderijo entre os arbustos da floresta escura, onde fiquei por uma eternidade. Fecho os olhos e escuto tiros, bombas e gritos.

Tudo isso só não foi mais assustador que o silêncio que veio depois (Bordas, 2018, p.35).

Na parte 2, Deng apresenta-se com nome completo. Diferentemente do amigo, o garoto nasceu fora do campo. A descrição de seu país – Sudão, confere o tom valorativo do garoto em relação à pátria: as belezas naturais do país e sua grandiosidade são ressaltadas na voz do menino: “o maior país da África” e “com muitas florestas, savanas, cidades e vilarejos”. O tom emotivo-volitivo do garoto confronta-se com a guerra e os desastres naturais que geralmente

são divulgados nos canais de comunicação que privilegiam os aspectos negativos (violência, guerra, morte) em detrimento do que se tem de bom, sobretudo, nos países do continente Africano e da América Latina, conforme abordamos. A memória de Deng evoca uma dupla orientação: a paz e as belezas do país e o tempo de guerra e desespero que dividiu o Sudão. A perspectiva de Deng leva o leitor a um novo olhar sobre o país que não o geralmente veiculado pela mídia.

Note-se que para descrever seu país o tom é assertivo e revela seu amor à pátria, enquanto para falar do tempo de guerra, o garoto precisa fechar seus olhos, como se sua experiência tivesse sido um sonho ruim, guardado em sua memória. A entonação de Deng penetra na vida concreta, no limiar, conforme esclarece Volóchinov: “A entonação sempre está no limite entre o verbal e o extraverbal, entre o dito e o não dito. Na entonação, a palavra entra em contato direto com a vida [...]. Ela é especialmente sensível em relação a todas as oscilações do ambiente social que circunda o falante” (2019, p. 123).

Conforme apresentado anteriormente, a fotografia que abre a parte 2 (Figura 3) mostra um menino com os olhos fechados. Na narração de Deng, o movimento ocular ganha a materialidade linguística. O garoto afirma que “fecha os olhos para escutar”, nessa relação sinestésica, tiros, bombas e gritos ecoam em sua memória, porém o silêncio é ainda mais perturbador. Esse silêncio é repleto de significação e marca um momento cronotópico da guerra. O silêncio que assusta Deng é a ausência humana, rastro devastador da guerra que tira vidas, pátria e esperança e é tensionado pela concepção de “paz” que geralmente se tem do silêncio.

Na página que antecede a perspectiva de Deng, a fotografia traz intervenções das ilustrações com fogo, tanque de guerra, helicóptero, soldado em seu cavalo, linhas vermelhas que ilustram a memória do garoto e imbrica-se ao texto verbal. Os desenhos ressaltam o olhar e o ponto de vista de crianças que são vítimas diretas dos confrontos. Em primeiro plano, o garoto contempla essa cena, as linhas vermelhas parecem uma “barreira”, como se a cena vista pelo menino fosse realmente a evocação da memória. Para o leitor, seu outro, aparece de costas, pois a guerra faz parte de sua vivência e, portanto, é para onde olha. Cabe salientar a tensão visual entre o cenário de guerra e os desenhos infantis, pois não esperamos que crianças “desenhem” a guerra, nem que o fogo gerado pelo bombardeio ocupe o mesmo plano que as ilustrações infantis.

O olhar sensível da autora Marie Ange Bordas e seus dias de convívio no campo de Kakuma contribuíram para construir a imagem de Geedi e Deng. Sem romantizar a condição dos garotos, que representam milhares de outras crianças que vivem em situação de deslocamento forçado, Bordas, de forma responsiva e responsável, dá voz aos meninos, com suas vivências. A posição de ambos é marcar sua identidade, seu pertencimento. Seja na esperança de conhecer seu país ou na memória que se tem da pátria, essas diferentes perspectivas e vivências possuem um ponto em comum: a dor e o sofrimento de não se ter escolha, de ter a infância interrompida e brutalmente roubada.

A partir da sensibilidade tocante da autora e dos embates discursivos marcados visual e linguisticamente, o leitor é apresentado a esse outro-refugiado que não é invisível e estranho, mas tão humano e vivo quanto o outro-leitor que o lê, conhece e reconhece, por meio dos discursos verbo-visuais. Diferentemente dos discursos que circulam na grande mídia, que tendem à massificação das pessoas em deslocamento forçados, na narrativa, Geedi — somali — e Deng Yak Tap — sudanês — são únicos, singulares e, no texto em primeira pessoa, assinam sua responsabilidade ética de existir.

Considerações finais

Os exercícios de análise visaram à investigação sobre indícios linguístico-discursivos de alteridade em dois enunciados da esfera literária: o poema “Exército (chusma) de rosas negras” a narrativa juvenil *Dois meninos de Kakuma*. Trabalhar com enunciados de gêneros discursivos distintos enriquece a discussão e amplia a visão do leitor, pois mostram, por meio de diferentes perspectivas, as várias imagens do outro (refugiado e mulher negra), além de proporcionar duas possibilidades de se fazer o exercício exotópico, ou seja, de se colocar no lugar do refugiado e da mulher negra e voltar a si.

Compreender esse outro — mulher negra e refugiado — é buscar responder a inúmeros discursos que massificam, excluem e silenciam esse outro. Partindo de temas urgentes na contemporaneidade, nossa assinatura ética é assumir a existência do outro excluído, mostrando na literatura sua condição e voz.

A partir destas análises, buscamos ainda garantir mais visibilidade para o tema que pode ser trabalhado em sala de aula, mostrando para os estudantes como se dá a construção da imagem do outro no texto literário, promovendo um debate crítico e reflexivo sobre a mulher negra e o refugiado. Entendemos que os textos literários dão vazão às vozes que muitas vezes negligenciamos. Realizar a leitura tanto do poema como da narrativa, na contínua relação eu/outro, nos fornece base para um deslocamento do nosso lugar único e irrepitível para esse outro que é excluído. Nesse movimento, além do encontro com o outro, há o encontro do leitor consigo mesmo concretizando o que postulou Bakhtin ([1920-1924]2020) ao apontar para as relações alteritárias nas expressões: “eu-para-mim”, “eu-para-o outro” e “o-outro-para-mim”. Seja com a mulher negra ou com os garotos Deng, Geddi, esse encontro acontece na tessitura discursiva, nas escolhas lexicais, nas construções linguístico-discursivas e, sobretudo, na interação: “eu leitor” e o “outro”.

Espera-se que o trabalho com o texto literário na sala de aula leve em consideração as relações dialógicas e a alteridade e que os exercícios de análise apresentados neste artigo possam contribuir para que os estudantes desenvolvam um olhar mais crítico, empático e alteritário para com todos os seus “outros”, em especial, para com os “outros excluídos”.

Financiamento

Viviane Mendes Leite agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento de pesquisa de doutorado – bolsa nacional (nº do processo: 88887.928205/2023-00).

Referências

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. Coleção Feminismos Plurais, coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa Editora, 2004.
- BAKHTIN, M. M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução: Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 3 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.
- BAKHTIN, M. M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução e notas Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M. M. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2017.
- BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das letras, 2022.
- BORDAS, M. A. *Dois meninos de Kakuma*. São Paulo: Pulo do gato, 2018.
- BORGES, C. A. *Sujeitos à deriva: migração, refúgio e processos de subjetivação (2021)*. Tese de doutorado (Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021, 281p.
- BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, B (org). T. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 9-31.
- BRAIT, B. Tramas verbo-visual da linguagem. In: *Literatura e outras linguagens*. São Paulo: Contexto, 2015, p.192-227.
- EVARISTO, C. Da representação à auto-representação da mulher negra da mulher negra na literatura brasileira. *Revista Palmares Cultura Afro-brasileira*, Brasília, ano 1, n. 1, p. 52-57, ago. 2005.
- FARACO, C. A. Aspectos do pensamento estético de Bakhtin e seus pares. *Letras de Hoje*, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 21–26, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/9217>. Acesso em: 03 set. 2024.
- GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flávia, Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MEDVIÉDEV, P N. *O método formal nos estudos literários*. Introdução crítica a uma poética sociológica. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Contexto, 2012.
- SOBRAL, C. *Terra negra*. Rio de Janeiro. Malê, 2017.
- TONUS, L. J. Migrantes e refugiados: à(a) espera de uma narrativa?. *Letras de Hoje*, v. 53, n. 4, p. 476-483, 30 dez.2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/33009>. Acesso em: 03 set. 2024.

LINHA D'ÁGUA

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. Ensaio introdutório Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). *A palavra na vida e na poesia*. Ensaios, artigos, resenhas e poemas. Org., Trad., Ensaio introdutório e notas Sheila Grillo; Ekaterina Américo. São Paulo: 34, 2019.

Artigo / Article

Uma fusão discursivo-espetacular entre política, mídia e religião na campanha presidencial de 2018 no Brasil

A discursive-spectacular fusion of politics, media and religion in Brazil's 2018 presidential campaign

Antonio Carlos Soares 

Universidade Federal do Pará, Brasil
pantoni32@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-8474-8432>

Fátima Cristina da Costa Pessoa 

Universidade Federal do Pará, Brasil
fpessoa37@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9967-9708>

Lucas Martins Gama Khalil 

Universidade Federal de Rondônia, Brasil
lucas.khalil@unir.br
<https://orcid.org/0000-0002-5690-3271>

Recebido em: 26/01/2024 | Aprovado em: 21/05/2024

Resumo

O presente artigo objetiva, centralmente, articular os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de base enunciativa e a produção de Guy Debord (1997) sobre o espetáculo social, a partir da proposta de uma fusão discursivo-espetacular entre o político, o midiático e o religioso, na campanha eleitoral de 2018 protagonizada pela coligação partidária "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", composta pelo Partido Social Liberal (PSL) e pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Procura-se demonstrar, segundo a perspectiva de Debord (1997), a profunda relação entre capitalismo e espetáculo social, tido como relações mediadas por imagens. Também se busca articular espetáculo social e cena de enunciação, noção que recupera o processo de representação da própria situação de tomada da palavra, por meio da constituição discursiva das instâncias enunciativas: o par enunciador/co-enunciador e as coordenadas de tempo e espaço da enunciação. Ainda, apresenta-se uma proposta de análise do *corpus* que consiste em destacar na materialidade verbo-visual os traços que evidenciam o funcionamento discursivo que se apresenta como

hipótese desta pesquisa: uma fusão discursivo-espetacular entre discursos que circulam nos campos político, midiático e religioso, especificamente.

Palavras-chave: Fusão discursiva • Espetáculo • Cena de enunciação • Campanha eleitoral • Campos discursivos

Abstract

The main objective of this article is to correlate the theoretical assumptions of enunciative Discourse Analysis and Guy Debord's (1997) work on the social spectacle, through the proposal of a discursive-spectacular fusion between the political, the media and the religious, in the 2018 election campaign led by the party coalition "Brazil above everything, God above everyone", composed of the Social Liberal Party (PSL) and the Brazilian Renewal Labor Party (PRTB). The aim is to demonstrate, from Debord's perspective (1997), the profound relationship between capitalism and social spectacle, understood as relations mediated by images. It also seeks to associate social spectacle and the scene of enunciation, a notion that recovers the process of representation of the very situation of speaking, through the discursive constitution of the enunciative instances: the enunciator/co-enunciator pair and the coordinates of time and space of enunciation. In addition, a proposal for analyzing the corpus is presented, which consists of highlighting, in the verbal-visual materiality, the traits that show the discursive functioning that is presented as the hypothesis of this research: a discursive-spectacular fusion between discourses that circulate in the political, media and religious fields, specifically.

Keywords: Discursive fusion • Spectacle • Scene of enunciation • Election campaign • Discursive fields

Introdução

Este artigo emerge do esforço por melhor compreender as relações interdiscursivas com base na articulação entre os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, especificamente a partir da teorização de Dominique Maingueneau (2006b; 2015; 2016) e a produção de Guy Debord (1997) sobre o espetáculo social. O fio condutor é a proposta de uma fusão discursivo-espetacular entre o político, o midiático e o religioso, na campanha eleitoral da coligação partidária "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" – composta pelo Partido Social Liberal (PSL) e pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) –, que lançou Jair Messias Bolsonaro candidato à Presidência da República Federativa do Brasil, em 2018.

Na base desta fusão está a percepção de que os limites entre os discursos advindos dos campos político, midiático e religioso se mostraram ainda mais permeáveis em relação às condições de sua enunciabilidade.

Inicialmente, na primeira seção, apresenta-se, em linhas gerais, a proposição de Debord (1997) sobre o espetáculo social como constructo teórico que aponta para o predomínio das imagens como mercadorias na mediação entre atores sociais em uma sociedade capitalista. Na

LINHA D'ÁGUA

segunda seção, desenvolve-se os pontos de articulação entre os processos que fundam o espetáculo social e os processos enunciativos que a eles dão concretude, defendendo-se que esses pontos de articulação ampliam a percepção do funcionamento de práticas discursivas sustentadas por relações interdiscursivas imersas em um “bios” espetacular. Por fim, na terceira seção, argumenta-se, em uma proposta de análise de dados da campanha presidencial de 2018¹, a pertinência de se pensar as relações interdiscursivas entre os campos político, midiático e religioso em termos de uma fusão discursivo-espetacular, em razão de essa proposição dar conta das formas de enunciar espetacularmente o real em novas configurações das práticas discursivas em contextos contemporâneos das tecnologias digitais.

1 Capitalismo e espetáculo social

Capitalismo e espetáculo, em uma certa medida, se recobrem e se retroalimentam. Pensando assim, Guy Debord (1997) desenvolveu um conjunto de teses na conhecida obra *A sociedade do espetáculo*². Para este artigo, interessa, particularmente, ainda que em resumo, apontar não o feixe de teses, mas o fio condutor traçado pelo autor e comentado por pesquisadores que se debruçaram sobre a sua obra.

Conforme Frederico (2010), Debord iniciou sua carreira como crítico de artes e diretor de cinema, tempo em que a crise da comunicação artística e o predomínio da imagem serviram para preparar os fundamentos da teoria sobre a sociedade do espetáculo, desenvolvendo “uma crítica mordaz à sociedade capitalista e ao domínio da imagem” (Frederico, 2010, p. 178).

Para Debord (1997), embora o espetáculo esteja associado a imagens, o espetáculo de que fala “não é o conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (Debord, 1997, p.14), o que aponta para as representações que fundamentam as diversas relações entre atores sociais. Visto assim, o espetáculo não deve ser compreendido como o produto do desenvolvimento das técnicas de difusão maciça de imagens, antes, como uma cosmovisão objetivada no meio social:

Considerado em sua totalidade, o espetáculo é, ao mesmo tempo, o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento ao mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares - informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos - o espetáculo constitui o modelo atual de vida dominante na sociedade (Debord, 1997, p. 14).

¹ O *corpus* para este artigo constitui-se de dois programas da campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro transmitidos pela TV, rádio e outras mídias, nos dias 15 de outubro de 2018 (vídeo 1) e 25 de outubro de 2018 (vídeo 2). Esses dois programas integram um conjunto de treze programas eleitorais transmitidos no período de 12 a 26 de outubro de 2018, que correspondeu ao segundo turno da referida campanha. Na ordem de veiculação dos programas, os vídeos selecionados correspondem ao de número 03 e ao de número 12, respectivamente. A fonte da qual os vídeos foram acessados foi o canal Meu Jornal na rede social *YouTube* onde o material reunido está disponível, na data da produção deste artigo, e pode ser acessado por meio dos links que constam em anexo.

² A obra *A sociedade do espetáculo* foi publicada em 1967. No texto, a referência remete à tradução em língua portuguesa, publicada em 1997.

Essa afirmação do autor substancia a reflexão de que a vida no ambiente midiático não é a origem do espetáculo, embora o exponha em proporções antes inimagináveis. Enquanto fenômeno social, o espetáculo diz respeito a “um afastamento entre o vivido e a representação” (Zacarias, 2022, p. 19). O desenvolvimento desta tese implica compreender que:

Aquilo que era experimentado pelos indivíduos como atividade concreta – notadamente a experiência do trabalho, que ocupava a maior parte do tempo de vida ativa e que, de acordo com a tradição marxista, era uma atividade intrinsecamente alienada – era profundamente distinto de tudo que lhes era oferecido enquanto consumo de imagens e de entretenimento. Ao mesmo tempo, os meios para representar as experiências individuais eram inexistentes, dada a concentração dos meios de produção e difusão de imagens nas mãos de grandes conglomerados da indústria cultural (Zacarias, 2022, p. 19).

Zacarias (2022) defende que as imagens na sociedade do espetáculo estão para as mercadorias na sociedade capitalista. Em ambas, a dimensão abstrata – a dimensão do valor – subjugam a sua dimensão concreta. Nessa relação de equivalência, Zacarias (2022, p. 18) destaca que Debord (1997) questionou o processo por meio do qual ocorre “a subsunção da vida cotidiana à lógica do fetichismo da mercadoria”. Considerando-se o espetáculo social como uma forma fundamental de capitalismo, é ele que fornece as premissas para a efervescência das mídias e de um mundo midiaticizado e não o contrário: “O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo” (Debord, 1997, p. 32).

Portanto, embora o autor não use a expressão, trata-se de um “bios”³ espetacular, de um ambiente saturado de produção de imagens que se interpõem nas relações como representações monopolizadas pelo espetáculo. Conforme Ramos (2008, p. 45), uma vez que as relações sociais são mediadas por imagens, o espetáculo se torna uma visão de mundo e se constitui no modelo atual da vida dominante que “molda as várias instâncias da sociedade: a economia, a política, a cultura, e, naturalmente, a religião. O espetáculo, assim, se apresenta como instrumento de unificação, plasmando uma cosmovisão comum”.

Em síntese, o pensamento do autor é o de que todas as interações vividas em sociedade são mediadas pelo espetáculo, isto é, por imagens construídas e projetadas como representações do real, segundo Zacarias (2022, p. 35), “uma representação consumível, que não emana de nenhum vivido concreto”. E ainda reforça que o “conjunto dos fenômenos aparentes é oferecido diretamente aos olhos dos espectadores, cuja experiência do mundo sensível é agora especulativa” (Zacarias, 2022, p. 31).

³ A ideia de “bios” espetacular decorre da relação feita entre as afirmações de Santi e Baptaglin (2018), sobre os processos de midiaticização, para quem atualmente vivemos na sociedade da midiaticização ou da hipermediaticização, em que se cria uma “nova atmosfera social” (um novo “bios”, um novo ecossistema), fora do qual não é mais possível viver; e de Debord (1997) que interpreta as sociedades modernas como inteiramente imersas no ambiente do espetáculo.

Zacarias (2022) também nos apresenta um segundo momento das reflexões de Debord, em obra publicada originalmente em 1988, considerada complementar à obra de 1967, em que passa a ser revista “a noção de separação em uma nova configuração histórica na qual o espetáculo tem, em certa medida, integrado a realidade, refazendo-a segundo seus próprios pressupostos” (Zacarias, 2022, p. 91). A continuidade das reflexões de Debord se constitui vinte anos depois da publicação de *A sociedade do espetáculo*, em um contexto em que o autor reconhece que o espetáculo como fenômeno social expandiu-se em proporção equivalente à expansão do capital, de tal modo que se transformam as formas de compreender os processos de mediação por meio das imagens/mercadorias que se oferecem ao consumo.

Essas transformações, consistentemente discutidas em Zacarias (2022), aparecem como momentos relevantes para a articulação das proposições sobre o espetáculo social às proposições sobre os processos enunciativos que dão a ele concretude. Tal articulação não se produz a partir da mera soma de teorias, mas de um esforço por compreender a produção enunciativa de maneira não desassociada do bios espetacular delineado nesta seção.

2 Espetáculo social e enunciação

A proposição da sociedade do espetáculo em Debord (1997) se fundamenta na noção de separação entre a experiência concreta e sua representação como princípio estruturante da sociedade. Conforme já mencionado antes, esse processo conduz à alienação que, conforme Zacarias (2022, p. 19), corresponde à “perda dos meios mais elementares de experiência e de representação do vivido”. As imagens constituídas e consumidas na lógica do espetáculo são equivalentes à produção de mercadorias, assim descritas:

A mercadoria é um objeto, mas não é um objeto qualquer, e sim um tipo específico que se apresenta sob uma forma historicamente determinada – por isso Marx fala em forma-mercadoria. Trata-se de um objeto que não é mais concebido apenas por suas dimensões concretas, mas que é determinado agora por sua dimensão abstrata – em outros termos, tem seu valor de uso subjugado por seu valor de troca. (...) a imagem espetacular é um tipo específico de imagem, que também se apresenta sob uma forma historicamente determinada – e aqui, em analogia a Marx, poderíamos falar de uma forma-espetáculo da imagem. Essa imagem também aparece dotada de algo que ultrapassa suas funções representativas ou rituais – que poderíamos chamar de seu valor de uso – e se apresenta agora igualmente habitada por uma fantasmagoria, imbuída de um “caráter fetichista”, resultante da incompreensibilidade dos processos sociais. Essa imagem também está submetida à lógica da mercadoria, isto é, a lógica da equivalência. Não é mais imagem de algo ou para algo, mas uma simples imagem que pode ser trocada, substituída por qualquer outra (Zacarias, 2022, p. 32-33).

Como resultado dessa intensa (re)produção de mercadorias, estão as consequências objetivas, relacionadas, entre outras, às transformações ambientais decorrentes da ação humana nas práticas de produção e consumo, e as consequências subjetivas, relacionadas às formas de socialização decorrentes dessas mesmas práticas. Dessa tensão entre transformações objetivas e subjetivas, se cultivam as condições de enunciabilidade que fundam práticas discursivas.

LINHA D'ÁGUA

Tecendo a articulação entre as proposições acerca do espetáculo e da linguagem como fenômenos sociais, relaciona-se a discussão sobre a relação social mediada por imagens às proposições de Maingueneau (1997, p. 34) sobre a cena de enunciação, noção que recupera o processo de representação da própria situação de tomada da palavra, por meio da constituição discursiva das instâncias enunciativas: o par enunciador/co-enunciador e as coordenadas de tempo e espaço da enunciação. Trata-se, portanto, de um processo de caráter reflexivo, ao mesmo tempo uma representação requerida pela inserção dos enunciadores em um campo discursivo⁴ determinado e uma representação que legitima a tomada da palavra nesse campo:

O enunciador não é um ponto de origem estável que se “expressaria” dessa ou daquela maneira, mas é levado em conta em um quadro profundamente interativo, em uma instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado (Maingueneau, 2016, p. 75).

A constituição de uma cena enunciativa, uma encenação na tomada da palavra, não é, para Maingueneau (1997, p. 34), “uma máscara do ‘real’, mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso”. Na perspectiva do discursivista,

A “enunciabilidade” de um discurso, o fato de que tenha sido objeto de atos de enunciação por um conjunto de indivíduos não é uma propriedade que lhe é atribuída por acréscimo, mas algo de radical, que condiciona toda a sua estrutura (Maingueneau, 2008, p. 19).

A relação entre espetáculo social e enunciação se funda nos processos que garantem a possibilidade de encenar/enunciar com base em coordenadas que se pretendem universais, que se impõem em conjunturas objetivas do modelo capitalista que conduzem a consequências subjetivas, dada a instabilidade das instâncias de enunciação:

A onipresença de um mesmo discurso, que enuncia sempre uma mesma verdade e sempre com uma mesma construção formal – aquela da simultaneidade não contraditória da imagem, pois “dentro de uma imagem é possível justapor sem contradição qualquer coisa” (CSDE, §X) –, passa a obliterar a constituição de outras verdades e de outras linguagens (Zacarias, 2022, p. 121 – 122).

Com base nessa articulação, aprofunda-se a proposição de que a categoria espetáculo, mais que apontar para uma separação entre a experiência e a representação, aponta para as formas de enunciar espetacularmente o real, sustentando as possibilidades de existência desse mesmo real, “a produção concreta da realidade segundo os paradigmas da representação” (Zacarias, 2022, p. 96-97) espetacular.

Zacarias (2022) inicia a introdução de sua obra indagando se a categoria espetáculo ainda pode “auxiliar na elaboração de uma apreensão crítica da realidade social”.

⁴ Maingueneau (2008) propõe os conceitos de universo, campo e espaço discursivos para se referir às múltiplas relações interdiscursivas implicadas nos processos de produção de sentidos e define por campo discursivo um conjunto de formações discursivas delimitadas reciprocamente em uma conjuntura determinada, possibilitando múltiplas redes de trocas, como a aliança, a neutralidade aparente, a polêmica etc.

Pretende-se demonstrar que sim, defendendo a hipótese de que esse caráter espetacular se efetiva por meio da fusão entre discursos oriundos de campos distintos, especificamente nesta análise os campos político, midiático e religioso, na campanha presidencial de 2018 no Brasil.

A fim de que essa hipótese possa ser explorada, é pertinente apresentar alguns outros elementos basilares da proposição de Dominique Maingueneau acerca das cenas de enunciação, além daqueles já abordados até aqui.

Em primeiro lugar, aponta-se que o autor justifica a escolha pelo sintagma “cena de enunciação” – em vez de “situação de enunciação” ou “situação de comunicação” – por dois motivos: (i) não reduzir o conceito nem a aspectos estritamente linguísticos, nem a uma abordagem unicamente sociológica; e (ii) pelo fato de “cena” apresentar a vantagem de “[...] poder referir ao mesmo tempo um *quadro* e um *processo*” (Maingueneau, 2015, p. 117, grifos do autor). Dito de outra forma, há, para a encenação de um discurso, um quadro relativamente mais estável, mas também, e fundamentalmente, tal encenação se constitui como um processo no qual as particularidades da enunciação legitimam, de maneira dinâmica, o próprio discurso.

Maingueneau (2006a; 2015) propõe o desdobramento da cena de enunciação em três planos complementares: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. Torna-se importante uma apresentação, mesmo que breve, dessas cenas, sobretudo porque a primeira delas diz respeito justamente ao modo como cada enunciação se apoia sobre as normas de dado campo discursivo na constituição, consolidação e transformação de um discurso.

A cena englobante está associada ao que o teórico designa como “tipo de discurso”, uma localização em dada esfera social, que define um estatuto pragmático à enunciação. Ainda segundo Maingueneau (2015, p. 118), a cena englobante “resulta do recorte de um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gêneros de discurso”. As propriedades específicas de uma cena englobante são tomadas como referencial de um campo discursivo que se reconhece, da prática discursiva que o integra e do estatuto que os enunciadores assumem nas comunidades discursivas próprias a esse campo. Descrever a cena englobante é, em certa medida, mobilizar para a análise uma configuração estereotípica que sustenta as possibilidades de enunciação determinadas por uma ordem específica no campo/espço discursivo⁵ em que se insere. Essa representação estereotípica, por sua vez, será sempre confrontada com os dados de uma cenografia singular que se configura nas cenas de enunciação tomadas como objeto de análise.

A cena genérica, por sua vez, tem em seu escopo as restrições implicadas pela inscrição do texto em determinado gênero, o que define aspectos como uma finalidade, uma estrutura composicional, um determinado uso de recursos linguísticos, um modo de existência material, entre outros. Para o autor, a cena englobante e a cena genérica, em conjunto, formam o “quadro cênico”, isto é, o plano de mais “estabilidade”, por assim dizer, da enunciação.

⁵ Conforme Maingueneau (2008, p. 35), os espaços discursivos são “[...] subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação”. Trata-se, portanto, de um recorte ainda mais delimitado em comparação ao dos campos discursivos.

Por fim, conforme Maingueneau (2015, p. 122), enunciar “[...] não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma cenografia”. A terceira cena postulada pelo teórico, portanto, apresenta-se como o lugar em que o enunciador lida, ao mesmo tempo, com a relativa estabilidade de um campo discursivo e com as particularidades que legitimam (ou se propõem a legitimar) dado discurso. A variação cenográfica não se dá da mesma forma em diferentes quadros cênicos. A cena genérica do despacho, na cena englobante administrativa, por exemplo, pouco se abre a cenografias que divirjam muito entre si. Por outro lado, a enunciação que se instaura na cena englobante política, invariavelmente subordinada a um intenso processo de sedução e adesão, propicia a emergência de cenografias muito variadas.

A representação espetacular do real pode ser concebida, sob a perspectiva aqui adotada, na relação com essa complexa rede que constitui a cena enunciativa, de modo a postular um deslocamento no modo como mobilizar seus constituintes para análise. Para além de uma descrição da cena de enunciação implicada na campanha eleitoral da coligação partidária “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” – composta pelo Partido Social Liberal (PSL) e pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) –, que lançou Jair Messias Bolsonaro candidato à Presidência da República Federativa do Brasil, em 2018, destacando seu quadro cênico e a cenografia que o reveste, pretende-se compreender o modo como, em um contexto sócio-histórico caracterizado pelo uso massivo das tecnologias digitais e o *modus operandi* que tais redes adotam para a intensa circulação, no tempo e no espaço, de uma grande quantidade de textos, passam a se configurar as relações entre discursos advindos de campos distintos sob o signo da fusão discursivo-espetacular.

3 A fusão discursivo-espetacular na campanha presidencial de 2018 no Brasil

As análises a seguir são gestos de interpretação do funcionamento discursivo implicado nos e pelos vídeos da campanha presidencial de 2018 no Brasil, especificamente os vídeos da campanha eleitoral em segundo turno, protagonizada pela coligação partidária “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” – composta pelo Partido Social Liberal (PSL) e pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)⁶.

Assumindo-se a perspectiva de Maingueneau (2011, p. 85) de que “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”, os gestos de análise do *corpus* consistem em destacar na materialidade verbo-visual os traços que evidenciam o funcionamento discursivo que se apresenta como hipótese desta pesquisa: uma fusão discursivo-espetacular entre discursos que circulam nos campos político, midiático e religioso, especificamente.

⁶ Conforme anunciado na nota de rodapé número 4, para as reflexões deste artigo foram recortados apenas dois vídeos de um total de treze vídeos veiculados no Horário Gratuito Eleitoral da eleição presidencial de 2018 no Brasil em segundo turno. Embora sejam diretamente mencionados apenas os dois vídeos aqui apresentados, o escopo da pesquisa alcançou o total dos treze vídeos da campanha eleitoral.

A prática discursiva eleitoral que ensejou a produção, a circulação e o consumo dos textos audiovisuais veiculados no Horário Gratuito Eleitoral nas emissoras da TV e rádio abertas no Brasil no segundo turno das eleições reuniu comunidades discursivas divididas pelo alinhamento a duas coligações partidárias que disputavam as eleições à Presidência da República Federativa do Brasil no ano de 2018.

Entende-se, com base na literatura da área dos estudos do discurso, que os campos discursivos estão em constante relação e exercem, uns sobre os outros, uma espécie de regulação recíproca. Em se tratando do campo midiático, por exemplo, pode-se afirmar que em razão da complexidade das dinâmicas interativas transformadas pelas tecnologias analógicas e digitais que alcançam as massas em um contexto sócio-histórico marcado pelo capitalismo avançado, há tempos ele assume o protagonismo nos gestos interpretativos que pretendem compreender as demais esferas sociais. As práticas discursivas midiáticas, portanto, ocupam um espaço cada vez mais relevante, por exercerem a regulação dos processos de produção, circulação e consumo de formas simbólicas de visibilidade e invisibilidade nos diferentes campos discursivos. Por sua vez, o campo político tem sido convocado a regular as práticas discursivas midiáticas, em razão do alcance que tais práticas possuem na organização da vida em sociedade. Testemunha-se, portanto, a relevância das práticas discursivas midiáticas para o exercício do poder no campo político, religioso, científico, literário etc.

Em um dos vídeos de campanha eleitoral da coligação partidária “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, a centralidade das práticas discursivas midiáticas é destacada como estratégia valorizada para o maior e mais efetivo alcance do eleitorado:

(1)

Locutora: As redes sociais revolucionaram a forma como as pessoas se comunicam e esta é uma excelente notícia que faz nossa democracia respirar. E é das redes sociais que vem os apoios mais importantes. O apoio do nosso povo. [Vídeo 1]

No espaço discursivo recortado para esta análise, reconhecem-se os indícios da relação de um candidato com o público eleitor. Isso configuraria uma cena englobante eleitoral estereotípica do campo político atravessada pela prática discursiva do campo midiático que faz a mediação dessa relação entre candidato e eleitores. No entanto, considerando-se que o intenso consumo de mercadorias desemboca em intensas dinâmicas de produção, circulação e consumo de imagens como vínculo social, a mediação do campo midiático tende a se apagar, diluir-se em uma cena de enunciação que se representa espetacularmente como uma relação direta entre candidato e eleitores mais simplificada. Os vídeos que circulam nas redes sociais assumem uma aparência de vídeos espontâneos, uma vez que se ampliou o acesso a equipamentos que viabilizam a produção audiovisual sem a necessidade de qualquer especialidade técnica profissional e a canais por meio dos quais se dá vazão a essa produção a um grande público consumidor. A comunidade discursiva implicada pela prática discursiva no campo político é referida como parte da comunidade discursiva que produz a campanha eleitoral no campo midiático. Aproveitando as possibilidades que se abrem quando dessa fusão entre práticas que

circulam nesses campos, a campanha eleitoral em segundo turno da coligação partidária “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” explora esse duplo estatuto que a comunidade discursiva de eleitores assume: aqueles que são afetados pela campanha são também aqueles que a fazem existir.

(2)

Você vai perceber que o nosso programa de TV é muito simples comparado à campanha do PT. Eles têm muito dinheiro a gente sabe. Estão gastando milhões e milhões de reais nessa campanha. Dinheiro sabe de quem né? Sim, dinheiro, meu, seu e de todos os que trabalhamos e pagamos os nossos impostos em dia. Bolsonaro votou contra o uso de bilhões do dinheiro público para financiar campanhas. E por ter votado contra, se recusa a usar essa fonte de recurso que seria até um direito dele. A nossa campanha é feita por voluntários e doadores. E você pode colaborar acessando o nosso site jairbolsonaro17.com.br. [Vídeo 1]

A campanha eleitoral em segundo turno da coligação partidária “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” se apresenta em oposição ao modo de produção da campanha eleitoral da coligação partidária concorrente. Mesmo referindo-se à campanha televisiva/radiofônica, o que se destaca é a simplicidade na produção do material midiático de campanha, que envolve “voluntários” e “doadores”. Tem-se o reforço de um apagamento de uma comunidade discursiva técnica e especializada em produzir e fazer circular os vídeos de modo que “viralizem”, cujo compartilhamento pareça espontâneo, parte de um grande movimento popular. O apoio legítimo precisaria residir, dessa forma, no contato mais direto com a população: “E é das redes sociais que vêm os apoios mais importantes. O apoio do nosso povo” [Vídeo 1]. Após essa fala da locutora, surgem em sequência diversos vídeos (supostamente) caseiros gravados por eleitores de Bolsonaro. Chama a atenção que esse conjunto de vídeos – heterogêneos em termos de qualidade de imagem e de gravação (alguns eleitores tremem a câmera, por exemplo), foco, iluminação etc. – valida justamente o aspecto de espontaneidade do apoio popular.

Esse *modus operandi* atual das práticas midiáticas em contexto digital é compreendido como um bios espetacular, uma vez que as imagens deslocam os interlocutores para o consumo de imagens mercadorias, elaboradas para fetichizar uma relação desejada, mas não concretizada. A condição objetiva de acesso às mercadorias alimenta a ilusão subjetiva de que a relação entre candidatos e eleitores consiste em uma relação sem qualquer hierarquia/assimetria. Entende-se que passa a funcionar uma fusão entre uma cena englobante eleitoral e uma cena englobante midiática, ao borrarem-se os limites do que define cada cena em particular sem que uma anule a outra. Entende-se que na configuração da cena englobante torna-se híbrido nessa fusão o estatuto dos enunciadores no contexto de (enunci)ação em que se inserem: produtos e produtores das formas de enunciar espetacularmente o real. São diferentes os efeitos de sentido que assumem a produção, os modos de circulação e de consumo dos textos que configuram essa prática discursiva situada na fusão discursivo-espetacular entre o político e o midiático, se comparados ao *modus operandi* das campanhas eleitorais que foram realizadas antes das redes digitais.

Do mesmo modo, em relação ao candidato da coligação partidária “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, por meio de procedimentos técnicos próprios às práticas discursivas

situadas em um “bios” espetacular, a fusão entre uma cena englobante eleitoral e uma cena englobante midiática produz e faz circular uma imagem de político *outsider*, mesmo que o candidato já possua uma longa carreira política:

(3)

Locutor in off: (...) Começa agora o programa do presidente livre e independente, Bolsonaro 17.

Locutora [Surge uma mulher como Locutora tendo a imagem da bandeira do Brasil por trás de si]: Bolsonaro chegou até aqui na raça e com o apoio da grande maioria do povo brasileiro, um fenômeno que representa a força da vontade de mudança. Tentaram contra a vida dele, mas a determinação só aumentou. Foram mais de 49 milhões de votos com apenas oito segundos na TV.

Locutor in off: (...) Bolsonaro vai ter apoio político de pessoas novas com ideias novas e compromissadas com o Brasil. [Vídeo 1]

(4)

Locutor in off: No Brasil, morrem assassinados todos os anos mais de 60 mil pessoas. É um Maracanã lotado. Violência e desemprego são resultados da prática em que o PT se tornou especialista no Brasil: Corrupção. [Vídeo 2]

Por meio da fusão discursivo-espetacular, opera-se a produção de, pelo menos, duas mercadorias: um candidato e um eleitorado. Na cena de enunciação, esse candidato aparece desvinculado de todas as implicações de sua trajetória política anterior à campanha. Ele é caracterizado pelos signos da novidade, da liberdade, da independência, do amor, da coragem e principalmente da fé. Ao mesmo tempo, o eleitorado é caracterizado pelos signos do desejo por transformação e da resistência a uma ameaça.

Nessa prática discursiva fortemente marcada pelas técnicas de produção de imagens a serem consumidas, a fabricação de um candidato “livre e independente” e de um eleitorado que se sente sob ameaça passa a ter ainda maior valor simbólico por meio da construção de sua imagem como amparada e orientada por uma força cristã:

(5)

Locutora: (...) Vamos continuar via internet, e, agora, no rádio e aqui na televisão, levando esperança, combatendo notícias falsas e seguindo o lema do nosso futuro presidente: se assim Deus permitir.

Bolsonaro: Ao final de 2014 resolvi disputar as eleições em 2018. Para tanto comecei a andar pelo Brasil e adotei uma bandeira que uma passagem bíblica. João 8:32 - E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará. É uma bandeira que ninguém quase acredita porque como regra no nosso meio político a mentira está acima de tudo. [Vídeo 1]

Assim como entre os campos político e midiático constitui-se, na e pela cena de enunciação, uma intersecção fundamental para o exercício do poder simbólico sobre o outro, a intersecção com o campo religioso apresenta-se como outra fronteira reconfigurada pela cena de enunciação constituída na campanha eleitoral para a presidência do Brasil em 2018.

Da perspectiva histórica, as articulações entre os discursos advindos dos campos político e religioso podem ser recuperadas em diferentes momentos. Pode-se afirmar que, para o povo indo-europeu (gregos, romanos e vedas) e o povo hebreu, as formas de instituições sociais eram de caráter religioso, uma vez que “os primeiros códigos de direitos nas cidades antigas também decorriam das normas morais e dos deveres da crença religiosa, as primeiras autoridades políticas das cidades também guardavam em si competências de sacerdotes religiosos”

(Peccinin, 2016, p. 88). Constantino, imperador romano, e Agostinho, teólogo, importante pensador de seu tempo e grande influenciador católico e protestante, são figuras históricas que marcaram o contexto sócio-histórico de intersecção entre os campos. De acordo com Ferguson (2017), a partir de Constantino, a Igreja entrou na história imperial de tal forma que não se pode lidar com a história secular do quarto século sem se discutir sobre a Igreja. A aliança entre essas duas esferas durou cerca de 14 séculos e, embora tenha arrefecido por ocasião do Renascimento e do Iluminismo, nunca foi definitivamente rompida.

Várias são as estratégias atuais de fiéis evangélicos pentecostais e neopentecostais e de fiéis católicos carismáticos no funcionamento dessa fusão discursivo-espetacular que realiza a transferência desse poder simbólico religioso aos candidatos que apoiam e que funda o caráter de causa missionária às suas ações na política. Segundo Soares e Pessoa (2022), o discurso religioso é um elemento diferenciado na fusão discursivo-espetacular que é postulada para a interpretação da campanha presidencial de 2018 no Brasil protagonizada pela coligação partidária “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Trata-se, na perspectiva de Maingueneau (2006b), de um funcionamento discursivo tomado como constituinte. Esse caráter denota a assunção de uma autoridade absoluta, que não reconhece nenhuma outra discursividade além da sua. Os discursos, no campo religioso, autorizam-se apenas por si mesmos, pela força de uma fonte legitimadora absoluta – a ideia de Deus. A denominação da coligação partidária, que também passa a ser usado como *slogan* da campanha presidencial, torna evidente esse funcionamento discursivo de caráter constituinte.

Maingueneau (2006b, p. 35) faz menção a um paradoxo constitutivo dos discursos constituintes que assim é expresso: “esse Absoluto a partir do qual se autoriza é supostamente exterior ao discurso, para que possa lhe conferir sua autoridade, mas deve ser construído por esse mesmo discurso para poder fundá-lo”. Destaca-se desse excerto a centralidade dos processos enunciativos na configuração das relações e dinâmicas sócio-históricas nos campos discursivos em que os discursos constituintes se fundam. Dada a centralidade dos processos enunciativos, pode-se afirmar que eles estão em estreita relação com a mediação das relações sociais por meio de imagens, condição fundamental para a proposição da teoria do espetáculo social postulada por Debord (1997). Reforça-se que essa articulação entre espetáculo social e enunciação se aprofunda na direção proposta por Debord (1988, apud Zacarias, 2022) de uma integração entre as formas de narrar espetacularmente o real às condições de enunciabilidade historicamente circunscritas. A afirmação de Maingueneau (2006b, p. 36) corrobora essa proposição:

Uma análise da “constituição” dos discursos constituintes deve assim se ater a mostrar a articulação entre o intradiscursivo e o extradiscursivo, a imbricação entre uma representação do mundo e uma atividade enunciativa. Esses discursos representam o mundo, mas suas enunciações são parte integrante desse mundo que eles representam, elas são inseparáveis da maneira pela qual geram sua própria emergência, o acontecimento de fala que elas instituem. Não procuraremos, como no procedimento estruturalista, uma teoria da “articulação” entre o texto e uma realidade muda, não-textual: isso nos levaria a pressupor uma separação que

queremos superar. Na verdade, a enunciação se manifesta como dispositivo de legitimação do espaço de sua própria enunciação, a articulação de um texto e uma maneira de se inscrever no universo social. Recusamo-nos, assim, a dissociar, na constituição discursiva, as operações enunciativas pelas quais se institui o discurso, que constrói, assim, a legitimidade de seu posicionamento, e o modo da organização institucional que o discurso ao mesmo tempo pressupõe e estrutura.

É um funcionamento discursivo que não é afeito ao debate, ao contrário, tende a impor suas verdades e não a discuti-las. Em relação ao pleito presidencial de 2018, esse alinhamento produz enunciados como os que seguem:

(6)

Participante 4 - Wellington Borges do Rio de Janeiro: Deixem nossas crianças em paz.

(...)

Participante 6 - Daniela Menezes de Minas Gerais: Pela mudança, pela família, pela paz.

Participante 3 - Anderson Rocha de Goiânia: Um presidente que tenha Deus no coração. [Vídeo 1]

A adesão à candidatura da coligação partidária “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” se justifica em boa medida pela fé compartilhada e pela defesa contra uma ameaça – que coloca em risco o eleitor, sua família, seus valores, seu país. Essa ameaça é tão poderosa que precisa ser enfrentada com a intervenção divina. É com base nessa condição ameaçadora a que estariam expostos os eleitores que a intersecção entre o campo político e o campo religioso é retomada com toda a força e explicitude em um país que se define democrático e laico em sua Constituição. As imagens produzidas na lógica do espetáculo social que associam o candidato à presidência a uma figura ungida pelo divino são várias, desde a palavra bíblica que abunda nos textos da campanha eleitoral até a construção do simulacro da coligação partidária concorrente.

A forma como a trajetória do candidato é encenada e a missão de um salvador – tomando por base um imaginário cristão – reside na afirmação da pequenez do partido, no início do pleito eleitoral, e a sua ascensão meteórica, uma façanha alcançada por aqueles que teriam fé na mudança:

(7)

O PSL, nosso partido, que era o menor no Congresso, tem agora quatro senadores e a segunda maior bancada da Câmara com 52 deputados federais, entre eles os mais votados da história do Brasil. [Vídeo 1]

(8)

Locutora [Surge uma mulher como Locutora tendo a imagem da bandeira do Brasil por trás de si]: Bolsonaro chegou até aqui na raça e com o apoio da grande maioria do povo brasileiro, um fenômeno que representa a força da vontade de mudança. Tentaram contra a vida dele, mas a determinação só aumentou. Foram mais de 49 milhões de votos com apenas oito segundos na TV. [Vídeo 1]

Menciona-se o acontecimento da facada⁷, o que reforça uma imagem de martírio, que só viria a fortalecer o apoio popular. É pertinente observar que, durante essa menção ao atentado, o plano do vídeo mostra o candidato sendo carregado por eleitores em Juiz de Fora, poucos momentos antes da facada; porém, quando a locutora diz “mas a determinação...”, a sequência do vídeo começa a expor imagens de um Bolsonaro sorridente, acenando para eleitores no mesmo ato de campanha, a partir de imagens capturadas, obviamente, antes do atentado. É retratada, então, uma “ressurreição”, por assim dizer, imediata, na medida em que a continuidade da missão superaria a dor física, o sofrimento do homem de carne e osso. Novamente, o estar ao lado do povo cumpre, ainda que lateralmente, um papel na fusão entre o político, o midiático e o religioso, na medida em que o “Messias” da campanha presidencial de 2018 estaria ao lado dos simples, dos humildes, afastando-se das tramas e da corruptibilidade a que a política dos “poderosos” se submeteria.

Nesse mesmo sentido, mas agora em um movimento de rejeição do Outro, não é aleatório o recorte da fala de Antonio Palocci [Vídeo 2] sobre um suposto “pacto de sangue” que Lula teria feito com Emílio Odebrecht, o que denotaria a existência de forças ocultas agindo em prol do mal:

(9)

Participante 1 - Antonio Palocci: O Dr. Emílio Odebrecht fez uma espécie de pacto de sangue com o presidente Lula. Ele disse ao presidente Lula que tinha à disposição dele pro próximo período, para fazer as atividades políticas dele, 300 milhões de reais.

A construção do simulacro dos candidatos adversários também reforça a interdição do debate político que deveria respeitar as diferenças de posicionamentos religiosos. Um posicionamento distinto nesse campo é significado como desrespeito à totalidade do povo brasileiro, homogeneizando todos sob a mesma manifestação de fé:

(10)

Locutor *in off*: Haddad e Manuela são ateus. Na eleição desrespeitam a fé do povo brasileiro indo a missas e cultos.

Participante 5- Manuela Dávila: Brasileiros que não são cristãos como eu, né. [Vídeo 2]

Assim como em um primeiro momento da análise se defende que a prática discursiva do campo midiático se dilui em uma prática discursiva do campo político produzida pelos próprios eleitores em uma relação direta com o candidato, o que seria argumento para se postular uma fusão discursivo-espetacular que gera uma imagem mercadoria integrada à lógica do espetáculo social, nesse segundo momento da análise se defende que a prática discursiva do campo político se dilui em uma prática discursiva do campo religioso, mais uma vez operando-se a fusão discursivo-espetacular. As condições de enunciabilidade nessa campanha eleitoral que visam à adesão do eleitor em potencial integram um contexto sócio-histórico de um capitalismo avançado cuja disputa pelo controle dos espaços de poder é marcada pela violência

⁷ JAIR Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. **G1**, Juiz de Fora, 06 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>. Acesso em: 05 jan. 2024.

simbólica da manipulação das experiências mais íntimas do indivíduo, como a sua relação com o transcendente. Essa experiência passa a ser nivelada pelo acúmulo de imagens que constitui como mercadoria a ser consumida o perigo ameaçador ao mesmo tempo que constitui o caminho da salvação. Em um dos *frames* do vídeo 1, é possível observar, em primeiro plano, a focalização de um eleitor com as mãos levantadas para o céu. Esse homem não olha para as figuras políticas, que estão em um carro de som ao fundo, mas para o alto, como se o rumo das eleições estivesse lançado aos desígnios divinos. Como síntese desse processo de mediação, que se descreve neste artigo a partir da leitura dos vídeos da campanha eleitoral de 2018 no Brasil, Zacarias (2022, p. 230) afirma que se reconhece “na política apenas uma forma a mais de espetáculo, mais uma pseudocomunicação – isto é, uma recomposição artificial e subalterna de uma comunicação funcional, servindo à reprodução de conjunto de uma sociedade estruturada pela impessoalidade da produção de mercadorias”.

Considerações finais

Retomando, nesta seção conclusiva, o estatuto pragmático relacionado à cena englobante, a partir do que se tem afirmado sobre o espetáculo, é possível atribuir a Bolsonaro, como síntese do modo de funcionamento da fusão discursivo-espetacular, o papel de um suposto artífice do espetáculo político-midiático-religioso. Tanto o que e o como se diz sobre ele, o que e o como ele mesmo afirma de si, bem como sua performance mais geral percebida na campanha em sua postura e tom podem ser apreendidos como traços de alguém que, de alguma maneira e em algum nível, propõe-se a lidar com o espetáculo como quem tem certa expertise nisso.

Assim, Bolsonaro pode ser considerado, por um lado, como produto – como quem é resultado de um processo – do espetáculo capitalista, do trabalho da agência midiática, que em torno dele busca criar a necessidade de tê-lo como presidente; por outro, pode ser interpretado como agente sobre o espetáculo que o circunda.

Enquanto produto fabricado pelas mídias, está sujeito ao jogo midiático, em que a lógica econômica – a da busca de fazer o produto aceito pelo público – recorre a artificialismos e mesmo manipulação de dados/acontecimentos/pessoas etc.

Por outro lado, a mesma campanha de Bolsonaro, enquanto produto de uma construção histórica mais dilatada no tempo, denuncia, nesse mesmo jogo e ao mesmo tempo, por meio de vários discursos circulantes nessa prática discursiva, a identidade dessa fusão e sua lógica de funcionamento, permitindo perceber várias marcas de uma posição espetacular político-religioso-midiática de extrema direita e conservadora.

Nessa perspectiva, o entendimento é que a fusão discursivo-espetacular atua para que “o político-escolhido de Deus” torne-se um produto sob medida cuja função é suprir as necessidades de um consumidor ameaçado. Para isso, nessa fusão, ocorre o inegável tratamento dos dados apresentados, o manejo da imagem do candidato de modo a torná-lo luminoso, o

contrário das trevas emprestadas aos adversários, os quais são apresentados como vilões. Assim, por meio da cena englobante política-midiática-religiosa, Bolsonaro é projetado como produto-herói indispensável a uma sociedade carente desse tipo de heroísmo.

Referências

DEBORD, Guy. Commentaires sur La société du spectacle. In: Œuvres. Org. J.-L Rançon. Paris: Gallimard, 2006[1988].

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERGUSON, E. *História da Igreja volume 1: dos dias de Cristo à Pré-reforma, a ascensão e o crescimento da Igreja em seus contextos cultural, intelectual e político*. Trad. Elias Silva *et al.* Rio de Janeiro: Central Gospel Ltda, 2017.

FREDERICO, C. Debord: do espetáculo ao simulacro. *Matrizes*, v. 4, n. 1, p. 179-191, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1430/143016764011.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.

MAINGUENEAU, D. *Ethos, cenografia e incorporação*. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2.ed. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2016, p. 69-92.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília Perez de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006a.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Trad. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva *et al.* Curitiba: Criar Edições, 2006b.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3.ed. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

PECCININ, L. E. *O discurso religioso na arena política: representação e deliberação democrática no Estado laico*. 180f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42896/R%20-%20D%20-%20LUIZ%20EDUARDO%20PECCININ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 mar. 2021.

RAMOS, L. C. A sociedade do espetáculo e o discurso religioso. *Caminhando*, v. 13, n. 2, p. 141-154, 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/Caminhando/article/view/1055>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SANTI, V. J.; BAPTAGLIN, L. A. A midiatização não existe: digressões possíveis da teoria da comunicação. In: PORTO JR. *et al* (Orgs). *Media effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo*, Vol. 1: Teorias do agendamento, *priming e framing* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi /Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

SOARES, A. C.; PESSOA, F. C. C. *RE-UNIR*. v. 9, n. 2, p. 125-147. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/issue/view/521/278>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ZACARIAS, G. F. *Crítica do espetáculo: o pensamento radical de Guy Debord*. São Paulo: Elefante, 2022.

LINHA D'ÁGUA

Anexo

Transcrição do vídeo 1 - exibido em 15.10.2018

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rnjOdjR3K2c>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Locutor in off: [A narração é conjugada a imagens do candidato do PT]. O primeiro ato de Haddad no segundo turno foi consultar seu chefe, condenado e preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. É, mas ficou feio. Ficou tão feio que o próprio presidiário mandou ele não ir mais. O PT quer fazer você esquecer do Lula por um tempo. Até o vermelho eles querem esconder de você. Haddad é PT, e isso o Brasil não quer mais [esse último enunciado é proferido quando aparece escrito # PTNÃO]. [Imagens de várias pessoas nas ruas nas praças em volta de Bolsonaro. Surge ao mesmo tempo escrito e em áudio: o capitão chegou]. Começa agora o programa do presidente livre e independente, Bolsonaro 17.

Locutora [Surge uma mulher como Locutora tendo a imagem da bandeira do Brasil por trás de si]: Bolsonaro chegou até aqui na raça e com o apoio da grande maioria do povo brasileiro, um fenômeno que representa a força da vontade de mudança. Tentaram contra a vida dele, mas a determinação só aumentou. Foram mais de 49 milhões de votos com apenas oito segundos na TV.

Locutor in off: Jair Bolsonaro venceu com larga vantagem em 4 regiões do Brasil. No Nordeste um outro recorde. Nunca um adversário do petismo teve uma votação tão forte. O PSL, nosso partido, que era o menor no Congresso, tem agora quatro senadores e a segunda maior bancada da Câmara com 52 deputados federais, entre eles os mais votados da história do Brasil. Bolsonaro vai ter apoio político de pessoas novas com ideias novas e compromissadas com o Brasil.

Locutora: As redes sociais revolucionaram a forma como as pessoas se comunicam e esta é uma excelente notícia que faz nossa democracia respirar. E é das redes sociais que vem os apoios mais importantes. O apoio do nosso povo. [seguem alguns vídeos curtos de pessoas que afirmam ter votado no candidato]

Participante 1 – Luana e Micael Barbosa de São Paulo: Votamos em Bolsonaro porque pela primeira vez na história a causa do Brasil é mais importante do que a causa de um partido político.

Participante 2 - Jussara Rios de Portugal: Chega de bandido mandando em nosso país.

Participante 3 -Anderson Rocha de Goiânia. Queremos um país seguro e decente para os nossos filhos.

Participante 4 - Wellington Borges do Rio de Janeiro: Deixem nossas crianças em paz.

Participante 5 – Murilo Lacerda de Minas Gerais: Ele vai acabar com o “toma lá dá cá” e compor e compor uma equipe de ministros pelo critério da competência.

Participante 6 – Daniela Menezes de Minas Gerais: Pela mudança, pela família, pela paz.

Participante 3 -Anderson Rocha de Goiânia: Um presidente que tenha Deus no coração.

Participante 2 - Jussara Rios de Portugal: Pela ordem e pelo progresso meu voto é Bolsonaro.

Participante 6 – Daniela Menezes de Minas Gerais: Meu voto é Bolsonaro.

Participante 2 - Jussara Rios de Portugal: Eu voto Bolsonaro presidente.

Participante 4 - Wellington Borges do Rio de Janeiro: Estamos juntos capitão.

Participante 2 - Jussara Rios de Portugal: 17.

Participante 1 – Luana e Micael Barbosa de São Paulo: É 17

Participante 4 - Wellington Borges do Rio de Janeiro: 17.

Participante 6 – Daniela Menezes de Minas Gerais: 17.

LINHA D'ÁGUA

Locutora: Você vai perceber que o nosso programa de TV é muito simples comparado à campanha do PT. Eles têm muito dinheiro a gente sabe. Estão gastando milhões e milhões de reais nessa campanha. Dinheiro sabe de quem né? Sim, dinheiro, meu, seu e de todos os que trabalhamos e pagamos os nossos impostos em dia. Bolsonaro votou contra o uso de bilhões do dinheiro público para financiar campanhas. E por ter votado contra, se recusa a usar essa fonte de recurso que seria até um direito dele. A nossa campanha é feita por voluntários e doadores. E você pode colaborar acessando o nosso site jaibolsonaro17.com.br. Não temos recursos para grandes produções, mas temos o mais importante: uma bandeira que é verde e amarela e o apoio da grande maioria do povo brasileiro que não quer andar para trás. [Imagens de várias pessoas em passeata enquanto surge o áudio e a escrita: Quatro, cinco mil, queremos Bolsonaro Presidente do Brasil]. Vamos continuar via internet, e, agora, no rádio e aqui na televisão, levando esperança, combatendo notícias falsas e seguindo o lema do nosso futuro presidente: se assim Deus permitir.

Bolsonaro: Ao final de 2014 resolvi disputar as eleições em 2018. Para tanto comecei a andar pelo Brasil e adotei uma bandeira que uma passagem bíblica. João 8:32 - E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará. É uma bandeira que ninguém quase acredita porque como regra no nosso meio político a mentira está acima de tudo. A receptividade que tive em todos os locais que fui de todo o Brasil foi excepcional com essa bandeira. [Imagens de várias pessoas nas ruas nas praças em volta de Bolsonaro. Surge ao mesmo tempo escrito e em áudio: o capitão chegou]. E, obviamente, a nossa responsabilidade aumenta, mas também a certeza da esperança que o Brasil pode mudar pelas suas potencialidades e pelo seu povo maravilhoso que tem e quer cada vez mais colocar alguém que seja honesto no poder. Dessa forma nós podemos, sim, dar esperança ao nosso povo. [Música: Bolsonaro. Muda Brasil. Muda Brasil. Muda de verdade. Bolsonaro com amor e com coragem] Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. Muito obrigado. [Imagens de Bolsonaro em campanha/comício enquanto surge o áudio e a escrita: um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos Bolsonaro Presidente do Brasil]

Transcrição do vídeo 2 - exibido dia 25 de outubro de 2018

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YrLHb1z-5To>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Locutor in off: No Brasil, morrem assassinados todos os anos mais de 60 mil pessoas. É um Maracanã lotado. Violência e desemprego são resultados da prática em que o PT se tornou especialista no Brasil: Corrupção.

Participante 1 - Antonio Palocci: O Dr. Emílio Odebrecht fez uma espécie de pacto de sangue com o presidente Lula. Ele disse ao presidente Lula que tinha à disposição dele pro próximo período, para fazer as atividades políticas dele, 300 milhões de reais.

Participante 2 - Mônica Moura, apresentada como Marqueteira do PT: Nós fomos convidados, o João foi convidado para fazer a campanha à Prefeitura de São Paulo do Fernando Haddad... Dos 50 milhões totais da campanha, foi 30 em contrato e 20 milhões de reais não oficial, por fora em dinheiro.

Locutor in off: Corrupção é uma praga que tira a comida da mesa dos brasileiros, deixa pessoas nas filas da saúde e tira crianças da escola. O PT foi o responsável pelos dois maiores escândalos de corrupção da história: o Mensalão e o Petrolão. Até agora já foi comprovado o desvio de 47 bilhões de reais dos cofres públicos. O PT também inventou o Temer e juntos fizeram um estrago sem precedentes na nossa história. E, em sua propaganda, mentem, caluniam, inventam. O segundo poste de Lula age como um fantoche. Durante toda a sua campanha Haddad foi a Curitiba pedir a bênção do presidiário. Haddad foi o pior prefeito do Brasil e não conseguiu se reeleger. Responde a mais de 30 processos na Justiça. Haddad criou o kit gay e por mais que ele tente esconder, a gente mostra a verdade. Ouça seu secretário de alfabetização, quando ele foi Ministro da Educação.

Participante 3 - secretário de alfabetização de Haddad: Um dos materiais didáticos, um dos filmes, tinha um beijo na boca. E a gente ficou...

LINHA D'ÁGUA

Participante 4 - uma voz não identificada do auditório: Um beijo lésbico.

Participante 3 - secretário de alfabetização de Haddad: Um beijo lésbico na boca. E a gente ficou uns três meses discutindo até onde entrava a língua né. (Repetição da expressão: até onde entrava a língua né- com efeito de lentidão na fala)

Locutor in off: Haddad e Manuela são ateus. Na eleição desrespeitam a fé do povo brasileiro indo a missas e cultos.

Participante 5- Manuela Dávila: Brasileiros que não são cristãos como eu, né.

Locutor in off: Agora, Haddad propõe mudar a constituição assim como Maduro fez na Venezuela. O judiciário brasileiro foi duramente ameaçado por líderes petistas. Veja:

Participante 6 - Waldih Damous, deputado do PT: Tem que fechar o Supremo Federal.

Participante 7 - José Dirceu: No primeiro dia, tirar todos os poderes do Supremo e ser só Corte Constitucional.

Participante 8 - Roberto Requião, ex-governador do Paraná: Ou o Supremo manda soltar Lula ou o Supremo não existe mais.

Locutor in off: O PT deixou obras inacabadas por todo o Brasil, principalmente na região que mais precisa: o Nordeste. Com o dinheiro público que o PT usou para financiar ditaduras de esquerda em outros países, a região hoje viveria uma outra realidade.

Participante 9 - Laís Carine Lima: Eu acho que a gente já viveu tempo demais escravo do PT.

Locutor in off: As nuvens sobre o PT pairam não é de hoje. Quem matou o ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel?

Participante 10 - Mara Gabrile, Deputada. Federal: Que este mesmo ex-presidente Lula que eles disseram que tanto lutou pelo povo, é o mesmo ex-presidente que mandou extorquir empresários na cidade de Santo André. E desse esquema todo o que surtiu foi o brutal assassinato do prefeito Celso Daniel.

Locutor in off: O objetivo deles é tomar o poder, soltar o presidiário, mudar a constituição e nunca mais sair. O povo acordou. PT não. Começa agora o programa do presidente livre e independente. Bolsonaro 17.

Bolsonaro: Há quatro anos eu decidi disputar a Presidência da República. No primeiro momento, eu confesso, era difícil até para mim aquela situação. Como vencer um sistema? Como vencer uma máquina tão aferrada no terreno como é essa máquina que existe em Brasília? Políticos poderosos. Sabia que não teria um grande ou médio partido ao meu lado, não teria tempo de televisão, não teria fundo partidário, não teria nada. Hoje nós temos uma possibilidade concreta, real de ganharmos as eleições no próximo domingo. O que precisamos para tal? É nos mantermos unidos. Combater as mentiras, as fake News. Eu sou o contrário do que eles são. Eu sou uma ameaça aos corruptos. Meus irmãos, meus amigos, o momento é de união. Se essa for a vontade de Deus, estarei pronto para cumprir essa missão. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.

Locutor in off: As reais intenções do PT ficam claras. Ouça.

Participante 11 (Voz de Lula): É o seguinte, meu filho, eu tô com a seguinte tese: é guerra viu. E... e quem tiver a artilharia mais forte ganha.

Artigo / Article

Tendências e tensões no discurso acadêmico: uma análise de trabalhos comparativos de pós-graduação sobre literaturas francófonas

Trends and tensions in academic discourse: an analysis of comparative graduate works on Francophone Literatures

Antonio Andrade 

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
antonioandrade.ufrj@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1126-9630>

Eduarda Hoffling Murat do Pillar 

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
pillar.eduarda@letras.ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0002-2461-6382>

Recebido em: 26/01/2024 | Aprovado em: 30/05/2024

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender os processos de construção discursiva de teses e dissertações de pós-graduação de universidades do estado do Rio de Janeiro que estabelecem um comparativismo entre obras de literaturas de língua francesa e alguma questão cultural, política ou social do Brasil. Por meio de uma pesquisa documental centrada na análise enunciativa do discurso, busca-se refletir sobre as estruturas de dominação na esfera do discurso acadêmico, destacando duas questões: as transgressões e manutenções dos elementos pertencentes aos gêneros acadêmicos assim como a presença, amenização ou supressão da polêmica na construção argumentativa dos textos (Negroni; Gelbes, 2005). Na segunda parte, duas teses são analisadas de maneira detalhada em busca de evidenciar diferentes formas de desenvolvimento da perspectiva comparada no contexto dos domínios globais no campo literário (Casanova, 2002), pensando se tais relações abordam criticamente o impacto da hegemonia cultural francesa sobre o Brasil ou se seguem uma tendência atenuadora ou neutralizadora, característica da crítica literária tradicional. Identificamos que os trabalhos atenuam ou ignoram tensionamentos que poderiam subverter o padrão amenizador do discurso da crítica tradicional e mantêm um comparativismo centrado no debate da influência mútua entre os países, sem evidenciar as dominações culturais no campo literário.

Palavras-chave: Literatura • Comparativismo • Pós-graduação • Discurso acadêmico • Argumentação

Abstract

This article aims to understand the discursive construction of graduate theses and dissertations from universities from the State of Rio de Janeiro that establish a comparison between French-language literature and some cultural, political or social issue in Brazil. From a documental research, centered in the enunciative discourse analysis, the study discusses structures of domination in the sphere of academic discourse and highlight two points: the transgressions and maintenance of elements pertaining to academic genres, as well as the presence, suppression or mitigation of controversy in the argumentative construction of the texts (Negroni; Gelbes, 2005). In the second part, two theses are analyzed in detail, in an attempt to highlight different types of development of the comparative perspective in the context of the world domains of the literary field (Casanova, 2002), and to discuss whether such relations focus critically on the impact of French cultural hegemony on Brazil, or follow a neutralizing or mitigating tendency, characteristic of traditional literary criticism. We identified that the works mitigate or ignore important tensions that could subvert the assuaging pattern of the traditional academic discourse and maintain a comparativist approach centered on the debate of mutual influences between countries, without evidencing the cultural dominations in course on the literary field.

Keywords: Literature • Comparativism • Graduate course • Academic discourse • Argumentation

Introdução

A construção dos conhecimentos e a sua difusão na sociedade se dão a partir de uma cadeia na qual a pesquisa acadêmica tem um importante papel. Estudar as tendências que se formam nos estudos de pós-graduação em Letras permite-nos pensar em como se delineiam as práticas discursivas nesta área, observando assim os processos de mudança e manutenção de estruturas tradicionais de conhecimento. Nessa perspectiva, os trabalhos coletados para a análise, de viés discursivo-enunciativa, são um recorte de nosso banco de dados, constituído por dissertações de mestrado e teses de doutorado que têm como objeto de estudo uma obra, um autor ou uma questão literária de língua francesa. Foram observados todos os trabalhos finais de pós-graduação *stricto sensu* relacionados à área de Letras (Literatura) de quatro das principais IES do estado do Rio de Janeiro (UFRJ, UERJ, PUC-Rio e UFF), produzidos durante o período de 2013 a 2018. Ao todo, foram selecionados 67 trabalhos, que foram investigados a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e dos sites dos programas de pós-graduação focalizados. A partir da leitura preliminar desses trabalhos, estabelecemos um novo recorte a ser analisado mais minuciosamente: pesquisas que realizavam alguma forma de comparativismo entre a literatura francesa e alguma questão cultural, política ou social

LINHA D'ÁGUA

brasileira. Foram contabilizados oito trabalhos, os quais foram estudados a partir de uma análise enunciativa do discurso. Desses oito, duas teses foram colocadas em foco, na terceira parte deste artigo, para uma maior exploração analítica.

Compreendemos que teses e dissertações são gêneros de trabalhos finais de pós-graduação que demonstram o processo de formação dos pesquisadores, ou seja, de constituição de uma identidade acadêmica¹. Por conseguinte, a escolha de analisar esses textos vincula-se à perspectiva de que os estudos literários no Brasil se desenvolvem, historicamente, permeados por uma dominação cultural, teórica e metodológica francesa. Sendo assim, defende-se que o recorte de trabalhos comparativos permitirá observar, de forma mais evidente, as questões que buscamos trazer à tona: como essa relação cultural entre Brasil e França está sendo trabalhada atualmente no campo acadêmico? Para isso, decidiu-se estabelecer uma delimitação temática, em que os dois países estivessem, de forma clara, presentes no objeto de estudo, pois se espera que forneçam materiais mais ricos para a análise proposta. Também foram selecionadas duas teses para serem analisadas de maneira mais detalhada – dadas as limitações de tamanho para o desenvolvimento de um artigo –, escolhidas a partir do que poderiam fornecer como discussão produtora para o debate proposto, levando em consideração os diferentes caminhos metodológicos, formais e temáticos identificados em cada uma.

A interpretação inicial do *corpus* foi realizada por meio de reflexões acerca do discurso acadêmico, principalmente no que se refere à organização argumentativa e à evidenciação de tensões teórico-críticas na construção enunciativa, a partir das autoras Richard (1998), Lillis (2021) e García Negroni e Gelbes (2005). Em seguida, parte-se para a tessitura textual das duas teses: *Sob o sol de Hilda Hilst e Georges Batailles* (2017), da PUC-Rio, e *Bulletin des oeuvres et missions bénédictines au Brésil (1909-1914); cenas genéricas e padrões retóricas literários* (2017), da UFRJ. A partir do desdobramento desses dois trabalhos, observou-se se os estudos comparativos entre obras, autores e/ou aspectos culturais brasileiros e francófonos ocorrem a partir da abordagem das tensões que se formam na relação entre ambos os campos literários ou se tais análises mantêm uma tendência discursiva tradicional, que trata de naturalizar metodologias historicamente arraigadas. Busca-se compreender como a pesquisa de obras francófonas nos últimos anos contribui para pensar a literatura numa perspectiva político-histórica, na qual relações de poder e domínio vêm à tona (Casanova, 2002), a partir do emaranhamento teórico no âmbito da esfera literária global.

Por meio da análise desenvolvida, observamos a permanência dos sentidos de influência na escrita acadêmica sobre literatura, particularmente em trabalhos comparativos com a

¹ Segundo Maria Aldina Marques, no artigo *Discurso Acadêmico e Discurso Científico: Aproximações, diferenças e ensino* (2023), as teses e dissertações são gêneros híbridos por excelência, pois incorporam elementos do discurso acadêmico e científico. Assim, “o locutor se caracteriza por uma conjunção de papéis sociocomunicativos, sendo simultaneamente aluno e iniciante à investigação” (p. 231). Não fazemos uma diferenciação entre esses dois discursos, que, como Marques apresenta, são vistos como sinônimos, ainda que possuam especificidades. Cabe, no entanto, destacar que trabalhos de pós-graduação são possivelmente os materiais que melhor representem a identidade discursiva no contexto universitário.

Literatura Francesa, que durante muito tempo foi paradigma de universalidade e alta cultura. Este trabalho argumenta que, apesar do consolidado movimento, na área da Literatura Comparada, de evitar um estudo de fontes influenciadoras de obras e autores, característica de uma visão positivista de estudos literários, percebe-se ainda dificuldades de superação de certos padrões discursivos consolidados nesta esfera. Identifica-se ainda em larga escala, por exemplo, a manutenção de uma universalidade teórico-crítica, constituída pela ausência de sujeitos enunciadore e pelo predomínio de estudos literários autotélicos, em que se promove um discurso neutralizante e não se leva em consideração embates, tanto no campo artístico quanto acadêmico. Evidência deste último caso se mostra no enfraquecimento argumentativo e esvaziamento de polêmicas nas teses e dissertações, algo que contribui para o apagamento de tensões e enfrentamentos teóricos importantes para a superação de uma metodologia acadêmica tradicionalista.

1 O discurso acadêmico

As pesquisas relacionadas ao letramento acadêmico no Reino Unido, segundo Lillis (2021), estão em consonância com mudanças histórico-sociais no âmbito do acesso ao ensino superior neste contexto. A entrada tanto de estudantes internacionais quanto de locais, que representam outros grupos socioeconômicos da sociedade inglesa e não ocupavam os espaços do ensino superior, proporcionou um olhar mais atento ao discurso acadêmico até então consolidado e restrito a uma parcela pequena e elitizada da população. No Brasil, pode-se dizer que as políticas afirmativas, que possibilitaram maior — ainda que restrita — diversidade de estudantes nas universidades, contribuíram positivamente para a reflexão sobre esse campo discursivo. A partir desse novo enfoque, é possível levantar tendências discursivas de caráter retórico, formal e temático, que antes estavam dentro do campo do universalismo, muitas vezes apresentadas como puramente informativas, diretas e imparciais.

Lillis argumenta que a escrita é, de modo geral, demonstração de certa identidade e, nesse sentido, a tradição acadêmica está vinculada aos elementos de escrita de uma cultura dominante, que predomina nos espaços de ensino superior. A busca por novas formas de linguagem nos artigos e ensaios científicos está, por isso, relacionada a uma tentativa de manifestação de identidades que foram historicamente marginalizadas e não pertencem a esses espaços. Assim, uma possível transformação nas estruturas de dominação da academia ocorre não somente pelas diferentes abordagens temáticas, mas também por meio da investigação da escrita acadêmica:

Uma posição transformadora implica nos perguntarmos a respeito do valor intelectual das convenções e orientações em relação à linguagem e ao letramento que predominam na escrita acadêmica, bem como a respeito das formas como estas estruturam as oportunidades de participação na academia, e não só de acesso a ela (Lillis, 2021, p. 60).²

² Tradução nossa do original em língua espanhola: “Una posición transformadora implica preguntarnos por el

O que o pesquisador procura dizer e a forma estabelecida fazem parte de um conjunto semântico, ainda que essa forma, vinculada a um *ethos* discursivo³, possa ressoar de maneira contraditória em relação ao conteúdo temático. A escrita é, assim, algo que constrói um sentido mais ou menos consciente com aquilo que se apresenta como conteúdo.

É nesse sentido que se desenvolve a crítica de Richard aos estudos culturais. Apesar do surgimento de múltiplas temáticas que até então não eram abordadas nem estudadas nos campos acadêmicos, tal movimento de ruptura com as normatividades teóricas e textuais acontecem de forma ainda menos desenvolvida:

[...] a maior pluralidade de objetos de estudo que os estudos culturais buscam conquistar nem sempre implica uma reflexão sobre como pluralizar os modos de configuração discursiva do saber, a fim de não reter as palavras do novo em seus velhos moldes de exposição (Richard, 1998, p. 121).⁴

Dentre os trabalhos de pós-graduação analisados, é evidente a predominância de estruturas discursivas tradicionais do âmbito acadêmico. Mesmo aqueles que embarcaram em temáticas e autores que estão dentro do campo de estudos denominado por Richard de “transcultural” seguem a estrutura normativa dos textos universitários. As teses e dissertações coletadas da PUC-Rio⁵ apresentam, como exceções – no *corpus* reunido para esta pesquisa –, um caráter evidentemente mais ensaístico no tratamento dos temas escolhidos, como se pode observar nos títulos *A potência e o fracasso na escrita literária* (PUC-Rio, 2016) e *Sob o sol de Hilda Hilst e Georges Bataille* (PUC-Rio, 2017), que delimitam subjetivamente os assuntos tratados nas pesquisas. Na introdução do primeiro trabalho, é possível identificar elementos, como a presença de frases curtas e afirmativas, perguntas retóricas e figurativismo de linguagem, que corroboram com a subjetividade característica de textos ensaísticos. Também se observa o uso da primeira pessoa do plural, que incorpora o leitor na escrita, assim como da primeira pessoa do singular, a partir de noções pessoais sobre o objeto, como “medo”, “angústia” e “desejo”:

valor intelectual de las convenciones y orientaciones hacia el lenguaje y la literacidad que predominan en la escritura académica, así como por las formas en que estas estructuran las oportunidades de participación en la academia, y no solo de acceso a ella”.

³ A partir do que Maingueneau (2006, p. 270) desenvolve sobre o *ethos* discursivo de uma obra literária, compreendemos que aquilo que está presente na corporeidade do texto acadêmico pode ser tanto o *ethos dito*, ou seja, aquele evocado na própria enunciação, quanto o *ethos mostrado*, que se apresenta de forma menos direta por meio do texto. Pode-se pensar ainda nas possíveis incompatibilidades entre esses dois elementos discursivos, ou seja, entre a proposição enunciativa e o ato de enunciação. Por isso, a questão discursiva que envolve o *ethos* não pode estar exclusivamente centrada naquilo que está dito, mas também no que se mostra ao ser dito ou naquilo que é transmitido antes da enunciação. Partindo-se de uma análise de teses e dissertações de obras literárias, tal distinção pode ser feita por meio da observação das diferentes relações teóricas contidas nos textos, tendo em vista as normas que regem o discurso acadêmico. Sobre *ethos* discursivo e argumentação também é relevante mencionar as obras *A Argumentação do Discurso* (2000), de Ruth Amossy, e *Dicionário de Análise do Discurso* (2002), de Patrick Charaudeau e Maingueneau.

⁴ Tradução nossa do original em língua espanhola: “[...] la mayor pluralidad de objetos a estudiar que los estudios culturales buscan conquistar no siempre implica una reflexión sobre cómo pluralizar los modos de configuración discursiva del saber para no retener las palabras de lo nuevo en sus viejos moldes de exposición”.

⁵ A habilitação de formação de escritores, que não existe nas outras universidades do estado do Rio de Janeiro, pode talvez impactar na construção de textos mais ensaísticos nesta IES.

Há uma atração forte pelo sol. Imantados, nossos olhos giram em direção a ele. Surpreende que, tão iluminado e tão vital, o sol também nos queime e nos destrua. Que a claridade do meio-dia equivalha à noite absoluta, o impedimento do olhar. Excessivo astro, transbordante esplendor: dele tenho medo, dele me aproximo, desejo e angústia. A maldição de Ícaro: tomado pelo desejo de voar perto do sol, derreteu-se, desfigurou-se, desapareceu. Qual será o limite do ilimitado, seu interdito mais feroz, a medida do nosso enfrentamento? (PUC-Rio, 2017, p. 11).⁶

Richard observa esse movimento formal acadêmico com reticências, pois a apreciação estética dos trabalhos pode contribuir para a relativização do rigor teórico e dos estudos humanísticos. Em suma, não basta mudar as formas de apresentação dos novos estudos e teorias, mas também pensar em mecanismos textuais que contribuam para a criação do novo:

A substituição da espessura do verbal pela planeza do visual marcaria o triunfo irreflexivo de superfícies sem fendas nem rasgos simbólicos, feitas apenas para consagrar “a desilusão da metáfora”, ao eliminar todas as marcas de profundidade (o enigma da dobra, as dobraduras da multivocidade) que associavam o literário a sutis protocolos de decifração estética (Richard, 1998, p. 121).⁷

A aproximação do discurso acadêmico à linguagem artística é desenvolvida, na introdução da tese, abdicando de estruturas relevantes para a inserção do texto dentro de um estudo acadêmico, como a delimitação do objeto, metodologias e retórica argumentativa.

Dentro dessa mesma problemática, a relativa variedade de objetos de pesquisa, que podem sinalizar uma alternativa nova aos tradicionais *corpora* de investigação, é pouco refletida nos teóricos utilizados e nas estruturas linguísticas para a construção dos trabalhos⁸. Na maioria das teses e dissertações, ainda que o objeto de estudo estivesse dentro do campo da literatura pós-colonial, os nomes dos teóricos que contribuem para o argumento desenvolvido são predominantemente de origem francesa e consagrados pela academia. Provavelmente o uso desses autores torna-se necessário, visto que as instituições buscam teóricos amplamente conhecidos e reverenciados para haver aceitação e pertencimento nesse campo discursivo. Estruturas de construção do pensamento dentro da universidade criam certos impedimentos para uma maior desconstrução da hegemonia europeia consolidada na própria formação desses espaços⁹.

⁶ Optamos por citar, no corpo do artigo, as teses e dissertações que fazem parte do *corpus* da pesquisa por meio da sigla da IES responsável pela produção.

⁷ Tradução nossa do original em língua espanhola: “La sustitución del espesor de lo verbal por la planitud de lo visual marcaría el triunfo irreflexivo de superficies sin hendiduras ni rasgaduras simbólicas, sólo hechas para consagrar ‘la desilusión de la metáfora’, al eliminar todas las marcas de profundidad (el enigma del pliegue, los dobleces de la multivocidad) que asociaban lo literario a sutiles protocolos de desciframiento estético”.

⁸ Além da França e do Canadá, mais sete outras nacionalidades francófonas estão presentes no *corpus* desta pesquisa: um marfinense, dois suíços, dois haitianos, dois marroquinos, dois guadalupenses, um belga e um antilhano. Apesar da aparente variedade, isso representa somente cerca de 20% dos países que têm a língua francesa como oficial.

⁹ Richard (1998), a respeito disso, menciona o difícil equilíbrio entre a necessidade de se inserir em um discurso acadêmico e a busca por subvertê-lo, dentro de uma lógica apresentada por Derrida (2019) de “participação sem pertencimento”.

2 Argumentação e esvaziamento da polêmica

A noção de polêmica no contexto dos trabalhos acadêmicos, desenvolvida por García Negroni e Gelbes (2005), está ligada à discordância, crítica explícita a proposições e teorias de outros autores para a construção argumentativa dos trabalhos científicos. Os tensionamentos próprios no enfrentamento de certas linhas teóricas hegemônicas e a proposição de novas formas de encaminhamento configuram uma instabilidade de eixos consolidados dentro da academia, fomentando assim polêmicas. García Negroni e Gelbes observam que, no contexto das produções acadêmicas argentinas, tais embates se dão de forma amenizada ou tangenciada, algo que faz parte do campo discursivo acadêmico do país:

[...] defenderemos aqui que a polêmica não está completamente ausente no discurso acadêmico que circula em nosso meio. Entretanto, demonstraremos que essa crítica tende a se apresentar de maneira atenuada, ou, pelo menos, com pouca coocorrência de marcas que sinalizam a atitude opositora (García Negroni; Gelbes, 2005, p. 114).¹⁰

São posturas que, segundo as autoras, estão de acordo com o decoro e a moderação esperados de uma argumentação acadêmica e, por isso, constituem um enfraquecimento do teor argumentativo para evitar “quebrar o requisito de moderação que impõe a tradição discursiva” (García Negroni; Gelbes, 2005, p. 115).¹¹ O *ethos* discursivo dos textos acadêmicos são, nesse sentido, preservados apesar de (e, na perspectiva de García Negroni e Gelbes, também por) apresentar enfrentamentos menos acentuados. Sendo assim, uma pesquisa mais polêmica entraria em choque com a tradição acadêmica do país. Percebe-se que não há, portanto, uma problematização por parte das autoras em relação ao cenário discursivo analisado em seu artigo:

Portanto, quando o autor do discurso acadêmico polemiza com um trabalho prévio, é necessário que se mostre como não impositivo, que ofereça uma imagem discursiva de si de mesura, a fim de resultar convincente. Neste sentido, sustentamos a hipótese de que, apesar da dupla exigência requerida por este tipo de discursividade (pensamento crítico e originalidade), em uma gradação de recursos que colaboram na construção da força polêmica e do debate opositivo, o extremo mais alto –a polêmica ostensiva e impositiva– não tem correlato efetivo no discurso acadêmico, porque isto implicaria, entre outras coisas, quebrar o requisito de moderação imposto pela tradição discursiva (García Negroni; Gelbes, 2005, p.115).¹²

¹⁰ Tradução nossa do original em língua espanhola: “[...] sostendremos aquí que la polémica no resulta completamente ausente en el discurso académico que circula en nuestro medio. Pero demostraremos que esa crítica tiende a presentarse de manera atenuada o, cuanto menos, con poca coocurrencia de marcas que señalan la actitud opositora”.

¹¹ Tradução nossa do original em língua espanhola: “quebrar el requisito de moderación que impone la tradición discursiva”.

¹² Tradução nossa do original em língua espanhola: “Por lo tanto, cuando el autor del discurso académico polemiza con un trabajo previo, es necesario que se muestre como no impositivo, que brinde de sí una imagen discursiva mesurada para resultar convincente. En este sentido, nuestra hipótesis sostiene que, a pesar de la doble exigencia requerida por este tipo de discursividad (pensamiento crítico y originalidad), en una gradación de recursos que colaboran en la construcción de la fuerza polémica y del debate opositivo, el extremo más alto

Apesar de esta pesquisa se aproximar das observações de García Negroni e Gelbes no que diz respeito às tendências discursivas apresentadas nos trabalhos acadêmicos, nosso argumento em relação ao cenário que se apresenta vai de encontro com o das pesquisadoras. Muitas vezes ocorre um deslizamento sutil nesse processo e marcas de suavização de embates teóricos acabam tomando o lugar de uma argumentação bem delimitada, construída a partir da formação de novas perspectivas de pensamento no campo de conhecimento proposto (da teoria literária, dos estudos comparativos, da crítica cultural etc.). Assim como argumenta Richard (1998), as formas dos textos acadêmicos estão ligadas a identidades dominantes; e as escolhas retóricas e linguísticas implicadas nesse decoro discursivo estão diretamente relacionadas à atenuação de tensões por meio de um discurso universalizante. Quando se evita o enfrentamento de teorias consolidadas e se propõe a compilação de pensamentos para evidenciar determinado aspecto ou dissertar sobre um objeto, a distinção de uma autoria, ou seja, da presença do sujeito por meio da criação de novas ideias e posicionamentos, torna-se muito pequena.

O enfrentamento do recato acadêmico é uma forma de subversão de certos domínios discursivos que dificultam a superação de teorias consolidadas e, por isso, impedem a construção de novas formas de pensamento. Apesar de a suavização de polêmicas ser também uma parte constitutiva do discurso acadêmico brasileiro, ele pode ser subvertido sem que o texto deixe de fazer parte desse campo, haja vista a presença de outros elementos de identificação que estarão presentes. A produção ensaística, que, dentro do discurso acadêmico, baseia-se na subversão das formas de relação com as teorias, tem contribuído, em última instância, a nosso ver, para a manutenção de uma retórica domesticada. Nessa perspectiva, torna-se importante retomar Richard para pensar como os relativismos teóricos e argumentativos podem estagnar os estudos literários e culturais em uma forma de solipsismo acadêmico:

Contudo, tampouco basta a ideia de um saber que se contorce nos arabescos da dúvida e do eterno perguntar(-se), sem correr o risco de uma afirmação ou de uma negação que, por mais provisórias que sejam, se atrevam a decidir, a exercer a responsabilidade prática de um ato de sentido. Perder-se no infinito deslizamento das significações, frustrando todo possível encontro do significante com o significado, conspira obviamente contra a possibilidade de que o saber possa exercer uma ação transformadora sobre as estruturas materiais da instituição (Richard, 1998, p.7).¹³

No que diz respeito à análise realizada por García Negroni e Gelbes (2005), a polêmica pode ser evidenciada por meio de marcas textuais, como palavras que indicam contra-argumentação ou negação, mas também a partir da presença mais ou menos explícita de um

–la polémica ostensible e impositiva– no tiene correlato efectivo en el discurso académico porque ello implicaría, entre otras cosas, quebrar el requisito de moderación que impone la tradición discursiva”.

¹³ Tradução nossa do original em língua espanhola: “Pero, tampoco basta la idea de un saber que se contorsiona en los arabescos de la duda y del eterno preguntar(se), sin correr el riesgo de una afirmación o de una negación que, por provisionarias que sean, se atrevan a decidir, a ejercer la responsabilidad práctica de un acto de sentido. Perderse en el infinito deslizarse de las significaciones frustrando todo posible encuentro del significante con el significado, conspira obviamente contra la posibilidad de que el saber pueda ejercer una acción transformadora sobre las estructuras materiales de la institución”.

“alvo”, que evidenciaria sujeitos discursivos. No entanto, a ausência de marcas argumentativas, ou seja, a falta de defesa de determinada ideia, de antemão, impede a possibilidade de ocorrência desses enfrentamentos. Tais características retóricas amenizadoras podem ser igualmente identificadas nos trabalhos coletados para este *corpus*.

De modo geral, a tese argumentativa, nas introduções dos textos, é apresentada de forma muito sub-reptícia, a partir da investigação de determinado elemento que se apresenta - como, por exemplo, o tédio, a obscenidade, a retórica, a circulação, o gênero etc. - em dois ou mais objetos. Não há, na argumentação principal da maioria dos trabalhos, algum nível de polêmica que se forme por meio da contraposição a alguma ideia, teoria ou pensamento. A partir do respectivo recorte, as pesquisas abarcam teorias que estão em consonância com suas abordagens, por meio de um texto predominantemente dissertativo-argumentativo, cujos argumentos muitas das vezes apresentam consenso já bem estabelecido dentro do campo literário e as marcas de argumentação aparecem sem enfrentamentos diretos com proposições contrárias ou alternativas. Leva-se em consideração o contexto em que se aplica esse tipo de discurso: defesas de mestrado e doutorado estão sujeitas a avaliações de especialistas da área, que precisarão aprovar o trabalho para que o doutorando ou mestrando possa receber seu título. Além disso, o orientador pode direcionar essa forma de mitigação da polêmica por meio de mudanças textuais ou pelo encaminhamento dado ao processo investigativo. Tais elementos próprios do discurso acadêmico, mais especificamente dos trabalhos finais de pós-graduação, indicam que esse movimento não é individual, ou seja, dos autores exclusivamente, mas também dos pesquisadores constituintes desse campo discursivo e que, de alguma forma, contribuem para a constituição e manutenção das delimitações do gênero.

Percebe-se o tom predominantemente dissertativo, por exemplo, na tese *Viagens modernistas: Europa e Brasil sob a ótica de Antônio de Alcântara Machado, Blaise Cendrars e Oswald de Andrade* (PUC-Rio, 2018), que desenvolve a relação dos gêneros crônicas de viagem e poesia na consolidação do projeto modernista dos autores, as influências europeias na constituição das vanguardas e o panorama literário que se forma a partir dessas leituras. Tanto na apresentação da tese quanto em seus objetivos gerais e conclusões, tais proposições são evidentes:

Tendo em vista, portanto, **tal influência dos movimentos de vanguarda presentes em nosso corpus literário**, busco, como já foi dito, [...] analisar as novas relações que estes estabelecem com a crônica e a literatura de viagem, colocando-as num patamar distinto daquele do século XIX [...] (PUC-Rio, 2018, p. 22, negritos nossos).

O objetivo geral desta pesquisa é estudar a literatura de viagem escrita **sob a influência das vanguardas modernistas brasileira e europeia**, a partir do estudo comparado das obras *Pathé-Baby* (1925), de Antônio de Alcântara Machado, *Pau-Brasil* (1925), de Oswald de Andrade, e *Feuilles de route* (1924), de Blaise Cendrars [...] (PUC-Rio, 2018, p. 23, negritos nossos)

Quanto a *Pau Brasil* e *Feuilles de route*, ao fazermos com que dialoguem a partir da leitura conjunta de seus poemas, percebemos tanto a **troca de influências** entre seus autores – a qual constitui um “**traçado recíproco**” que configura “o caso concreto do binômio importação/exportação no roteiro poético oswaldiano” [...] (PUC-Rio, 2018, p. 87, negritos nossos)

Já a dissertação da UERJ, *Atmosfera morna: um estudo comparativo sobre o tédio e a angústia na literatura* (2017), apresenta a motivação da escolha do objeto de estudo, mencionando diferenças, ainda que sem nominá-las: “apesar das diferenças que separam esses intelectuais, quis colocá-los juntos a fim de tentar compreender um pouco do que nos torna humanos” (UERJ, 2017, p. 9). Essa aproximação, então, é feita a partir de uma perspectiva universalista humanista, visto que os dois objetos são estudados à parte seus respectivos contextos discursivos. Em adição, percebe-se aí uma argumentação com teor subjetivo, que, por falta de esclarecimentos relevantes para o desenvolvimento de uma metodologia acadêmica, são apresentados de forma excessivamente abrangente e imprecisa¹⁴.

No mesmo trabalho, também é mencionada uma possível brecha de pesquisa no campo acadêmico brasileiro que, na visão do autor da dissertação, deveria ser explorada: “Notei com tristeza que o assunto é amplamente debatido na Europa e nas universidades norte-americanas, porém, não ocupa o mesmo espaço nas universidades brasileiras” (UERJ, 2017, p. 10). No entanto, a menção à Literatura Brasileira é feita somente uma vez no corpo do texto da dissertação e a palavra “brasileira” e outras do mesmo campo semântico (Brasil, brasileiro(s), brasileiras, nacional) são mencionadas, no total, somente três vezes. Isso revela, por exemplo, a linha eurocêntrica que se estrutura no capítulo *O tédio nos séculos XVIII, XIX, e início do século XX*, de retomada histórica do tema central. Nessa parte há, além da temporalidade, uma territorialidade pouco demarcada, ou seja, ignora-se a possibilidade de uma história nacional sobre o tema, no contexto de formação da obra de Augusto dos Anjos, autor aí enfocado.

A presença da noção de influência na tese da PUC-Rio e o apagamento da literatura brasileira na dissertação da UERJ evidenciam a opção por uma perspectiva metodológica neutralizadora ao comparar as obras dos autores, algo que está ligado sobretudo à ausência de embates teóricos característicos da polêmica. *Soeur Philomène dos irmãos Goncourt; circulação e recepção* (UFRJ, 2015a), inclusive, menciona o teor analítico de sua tese, referenciando-se como “Pesquisa de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva” (UFRJ, 2015a, p. 6). Argumentações polêmicas também não são encontradas de forma explícita no restante dos trabalhos comparatistas, com exceção de dois: *Bulletin des oeuvres et missions bénédictines au Brésil (1909- 1914); cenas genéricas e padrões retóricos literários* (UFRJ, 2017) e *De Rerum Natura: a experiência do real na poesia contemporânea brasileira e*

¹⁴ Tal reflexão também é feita por Maria Aldina Marques (2023), no que diz respeito a qual tipo de subjetividade é produtiva para o desenvolvimento do discurso científico e qual se mostra como interdiscursividades que enfraquecem a proposição e o desenvolvimento de novas teorias: “A subjetividade está presente no discurso científico, mas não é qualquer subjetividade, nem se constrói discursivamente de qualquer maneira” (p. 234).

francesa (UFRJ, 2013). O primeiro constrói um texto mais argumentativo e menos expositivo¹⁵, ainda que mantenha certo movimento de atenuação da polêmica. Essas características são identificadas não só pela evidência de recursos argumentativos, como o parágrafo iniciado por “A tese defende que...” (UFRJ, 2017, p. 8), mas também pelo fato de a pesquisa apresentar um grau polêmico ao aproximar o discurso religioso à análise dos modos de organização textual e ao campo literário, algo que vai de encontro às delimitações comuns dos gêneros discursivos:

A **Tese defende** a ideia de que as cenas genéricas narrativas dos mitos indígenas trazem o interdiscurso literário do conto folclórico e das lendas populares valorizadas a partir do romantismo, enquanto que as cenas genéricas descritivas projetam quadros de paisagens pitorescas e exóticas; e que as cenas genéricas do *Bulletin des oeuvres et missions bénédictines au Brésil* são construídas com um **padrão literário**, para servir de fiador a um **ethos missionário** e, portanto, **são inseridas em um modo de organização argumentativo, vinculado ao discurso religioso** (UFRJ, 2017, p. 8, negritos nossos).

Ainda que não seja realizado um enfrentamento teórico direto a teorias e autores específicos, a tese subverte certas delimitações dadas pela crítica literária, algo que pode ser interpretado como um tensionamento de ideias. Também observamos no segundo trabalho (UFRJ, 2013) um movimento similar em sua temática, visto que é iniciada da seguinte forma: “Antes de **problematizarmos** a questão do real em relação à poesia contemporânea brasileira e francesa, que será tema desta tese, pretendemos situar melhor o conceito de real na psicanálise e também na poética contemporânea” (UFRJ, 2013, p. 9, negrito nosso). O termo “problematizar” compreende o questionamento de noções dadas a respeito de algum assunto.

É possível que embates teóricos ocorram de forma menos evidente no desenvolvimento dos argumentos, a partir da contraposição de parte ou da totalidade de alguma teoria. Por meio do uso de conectivos que indicam contraposição¹⁶, podemos identificar certos momentos de enfrentamento teórico mais ou menos explícitos. Na mesma tese da UFRJ (2013), observou-se um confronto explícito em relação a um aporte teórico de Agamben, ancorando-se em outros teóricos para consolidar sua argumentação contrária e trazendo à tona seu posicionamento no discurso a partir da primeira pessoa do plural:

O “julgamento desesperante” de Agamben sobre a história da poesia moderna após Baudelaire – chamado por ele de poeta de uma “crise da experiência” – **parece-nos insustentável**. [...] **Didi-Huberman, por outro lado**, constata que essa proposta é realmente insustentável, pois, basta estarmos diante “do menor texto de Rilke, de Michaux, de René Char, de Bertold Brecht, de Paul Celan”, ou mesmo do próprio Pasolini para conferirmos que houve experiência literária. **É o que**

¹⁵ É importante ressaltar que, em muitos dos trabalhos analisados, existe frequentemente uma redução da tipologia argumentativa em prol da ampliação do tipo textual expositivo, tipo este que justamente tem como característica a ocultação das diferentes vozes que constituem dialogicamente o discurso, trazendo para o texto um efeito de sentido de objetividade e neutralidade, o que suprime o espaço discursivo da divergência e do embate epistemológico (cf. Deusdará; Rocha, 2011, p. 124).

¹⁶ Referimo-nos aqui a conjunções e locuções conjuntivas adversativas e concessivas, tais como: embora, em contraponto, todavia, de outro lado, porém, no entanto, apesar de, contudo, em contrapartida, apesar disso, não obstante.

nosso texto de tese, trabalhando com os poetas Prigent, Gleize, Uchoa Leite e Bonvicino, também confirma: a total inconsistência do postulado de Agamben, ou seja, uma **divergência com seus argumentos** (UFRJ, 2013, p. 176, negritos nossos).

Já na dissertação da UERJ (2017), por exemplo, os conectivos “Embora” e “No entanto” são empregados para contrapor um dado da bibliografia principal do trabalho: “Embora a base deste trabalho seja o livro *Filosofia do tédio* (2006), percebemos que seu autor se prende a analisar o tédio como fenômeno relacionado diretamente com a modernidade [...] No entanto, o sentimento foi descrito já na Antiguidade Clássica, como se pode observar em *Sobre a tranquilidade da alma de Sêneca* (2012)” (UERJ, 2017, p. 14). No trabalho somente essa forma de negação é realizada a partir dos operadores contra-argumentativos analisados.

Também é comum a presença de um caráter mais argumentativo na introdução de uma pesquisa, parte em que se espera a defesa da relevância do respectivo trabalho:

Embora os estudos sobre literatura de viagem sejam abundantes [...], os estudos são um pouco menos abundantes e voltam-se, sobretudo, a obras memorialísticas do século XIX, quando o objetivo das viagens era, principalmente, o acesso a universidades ou a ocupação de cargos diplomáticos (PUC-Rio, 2018, p. 23).

Na mesma dissertação, é feita uma contraposição à forma de análise textual centralizada na biografia do autor, método muito presente na crítica literária anterior ao estruturalismo, principalmente no século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, vinculado à hegemonia do romantismo:

Convém expor que uma leitura de Eu centrada apenas na biografia de seu criador configuraria uma abordagem pouco abrangente. Por isso, o estudo aqui desenvolvido busca promover uma nova forma de olhar para a escrita de Augusto dos Anjos ao estabelecer um diálogo entre seus poemas e o tédio existencial (PUC-Rio, 2018, p. 43).

Ainda que se faça uma breve negação de uma forma de análise literária, não é feita qualquer delimitação temporal, teórica ou autoral. Os sujeitos do discurso criticado são apagados, suavizando assim a polêmica, mesmo que essa, dentro do contexto atual da crítica literária, não se apresente propriamente como uma controvérsia, já que as análises centradas na biografia do autor são há décadas fruto de críticas e superadas por novas formas de correlações teóricas.

É importante ressaltar que, embora os gêneros acadêmicos tese e dissertação sejam vinculados predominantemente ao tipo textual dissertativo, percebe-se, nos trabalhos do *corpus* coletado, que essa abordagem teórico-metodológica de suavização da polêmica se tornou majoritária, parte constituinte quase imprescindível ao campo discursivo. Dos oito trabalhos comparativos, somente dois apresentam em sua temática um movimento de defesa central de determinada ideia ou combate a alguma proposição dominante. Como argumentam García Negrón e Gelbes (2005), tais tendências estão de acordo com as expectativas ligadas a essa

esfera discursiva, mas discordamos da posição ao demonstrarmos que isso retrai a fomentação de discussões acadêmicas. O caráter predominantemente ensaístico, ligado ao desdobramento de discussões e pautado na supressão ou atenuação da polêmica, escasseia embates imprescindíveis para a superação de hegemonias de pensamento. Na perspectiva de teses/dissertações comparativas, como é o caso do *corpus* deste trabalho, tal movimento contribui para a permanência de procedimentos teórico-metodológicos como o da perscrutação de influências, uma noção hierárquica e naturalizante em relação aos impactos culturais e artísticos da França sobre o Brasil.

3 Tensões e apagamentos em duas teses comparativas

Dentre os 67 trabalhos do nosso *corpus*, chama atenção a total ausência de escritores da periferia cultural francófona¹⁷ nos estudos comparativistas que realizam alguma forma de aproximação com a cultura ou literatura brasileira. Dos oito trabalhos que se enquadram dentro desse recorte, sete são sobre obras de autores franceses, com exceção da que trata de relatos beneditinos belgas. Apesar disso, a própria aproximação com alguma questão nacional já enquadra uma exceção, se observarmos que somente cerca de 12% dos trabalhos de pós-graduação do *corpus* desta pesquisa realizam tal movimento. Ressalte-se, ainda, que as pesquisas que integram a porcentagem se categorizam dentro da subárea Literatura Comparada, ainda que nem todas se referenciem à subárea na metodologia¹⁸.

Nesse sentido, a tese *Sob o sol de Hilda Hilst e Georges Bataille* (PUC-Rio, 2017) opta por colocar em paralelo dois autores e suas respectivas obras a partir da temática da obscenidade. A introdução apresenta uma justificativa que busca abarcar a relevância da pesquisa no âmbito dos estudos comparatistas preexistentes:

[...] em ensaios e artigos acadêmicos, dissertações e teses sobre a escritora Hilda Hilst é quase certa a presença de Georges Bataille como referência bibliográfica. O tema da transgressão, do erotismo, do sagrado e da morte é central na filosofia de Bataille, fazendo dele uma bibliografia quase incontornável para se pensar a obra hilstiana, também essencialmente debruçada sobre essas questões. Tal fato pode gerar por vezes um desconforto ao pesquisador de doutorado com um projeto sobre os dois autores, preocupado em contemplar a tal da originalidade pretendida por um trabalho defendido neste âmbito. Mas este trabalho não é sobre a obra de Hilda Hilst que tem em Georges Bataille uma forte referência bibliográfica. A ideia foi colocar as duas obras em fricção, contato, realizando um percurso por vezes errático, baseado em afinidades e cruzamentos, e fazendo deste encontro escorrer algum resíduo (PUC-Rio, 2017, p. 20, negritos nossos).

¹⁷ Casanova utiliza o termo “periferia literária” para indicar obras que não fazem parte do “centro” cultural europeu. Neste trabalho, “periferia cultural francófona” apresenta essa mesma noção: referirmo-nos a países de língua francesa que não fazem parte dessa mesma centralidade mundial, ou seja, literaturas fora do ciclo da Europa ocidental.

¹⁸ Partindo da definição ampla de Henry H. H. Remak, pode-se pensar o campo dos estudos comparatistas como uma “comparação da literatura com outra ou outras e a comparação da literatura com outras esferas da expressão humana” (Remak, 1994, p. 176).

Há, assim, uma diferenciação entre dois tipos de comparativismos abarcados pela Literatura Comparada: aquele que busca destacar influências de determinado autor em uma ou mais obras e o que levanta eixos temáticos comuns na literatura dos respectivos artistas. O primeiro é menos frequente nos trabalhos acadêmicos contemporâneos, visto o movimento de afastamento dos estudos literários em relação a uma visão eurocêntrica, na qual as obras brasileiras seriam examinadas a partir de características *a priori* presentes nos movimentos europeus.

No caso do mesmo trabalho da PUC-Rio, apesar de procurar afastar-se de uma forma de comparativismo dentro de um movimento de catalogação de fontes, a tese realiza um levantamento de relações bibliográficas, algo que ocorre somente quando se trata das obras de Hilda Hilst. Isso pode ser interpretado como uma necessidade de situar a autora em um espaço de relevância dentro do campo literário, semelhante ao que o autor francês já ocupa na Literatura e na Filosofia:

Nos dois últimos livros da trilogia erótica são fartas as citações à “alta cultura”. Em *Contos de Escárnio*, *Textos Grotescos*: Vladimir Horowitz, Lucrécio, Ezra Pound, Shakespeare, Grieg, Tchaikovsky, Bach, Spinoza, Kierkegaard, Keats, Yeats, Dante, D.H. Lawrence, Catulo, Freud, Polanski, Fernando Pessoa, Dostoievsky, Bertrand Russel, Byron, Shelley, Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, entre outros. Em *Cartas de um sedutor*: Emil Michel Cioran, Liev Tolstói, Soren Kierkegaard, Michel Foucault, Paul Verlaine, Arthur Rimbaud, Jean Genet, George Bataille, Roberto Piva, João Silvério Trevisan, Otto Rank, Daniel Schreber, Arthur Koestler, Nietzsche, D. H. Lawrence, Yukio Mishima, Marcel Proust, James Joyce, Richard Francis Burton, Albert Camus, Freud, Jung, Ovídio, entre outros. [...] Nos seus cadernos e anotações, também a **referência a Georges Bataille** aparece, indicando sua presença entre os seus principais interlocutores (PUC-Rio, 2017, p. 18-19, negrito nossos).

A identificação de referências nos estudos comparativos, ainda que importante para a compreensão do processo criativo e das redes intelectuais tecidas pela escrita, é vista por Remak como um resquício do positivismo nos estudos literários, considerando o pragmatismo das taxonomias que não abarcam os aspectos interpretativos da obra de arte. Segundo o teórico:

Na medida em que a preocupação em localizar e provar uma influência pode encobrir questões mais fundamentais de avaliação e interpretação artística, os estudos de influência podem contribuir menos para a elucidação da essência da obra de arte literária do que estudos comparando autores, obras, estilos, tendências e literaturas nos quais nenhuma influência consegue ou pretende revelar se temas puramente comparativos constituem um reservatório inesgotável longe de ser esvaziado pelos estudiosos contemporâneos, que parecem ter esquecido que o nome de nossa disciplina é “literatura comparada”, e não “literatura influente” (Remak, 1994, p. 176).

Ainda assim, ao sair do estudo das influências e entrar no campo da investigação de certo tema ou questão comum entre dois objetos, é possível limitar-se, como se observa no trecho de Remak, a uma percepção essencialista da literatura, que não leva em consideração as formas constitutivas da naturalização desses elementos “originários”. De fato, a interpretação literária é construída em conexão com uma ideologia, mesmo que esta não necessariamente

esteja evidente, mas mesclada pela naturalização do discurso ideológico. A partir da noção de interpretação desenvolvida por Eni Orlandi, por exemplo, todo discurso remete a outros que também apresentam esse sentido naturalizado. Constrói-se, assim, uma rede simbólica aparentemente universal, mas é “a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados” (Orlandi, 2007, p. 31).

Assim, dois equívocos podem suceder a partir dessa naturalização: a percepção de que a interpretação tem como origem o sujeito, ou seja, é individualizada; e aquilo que se apresenta como sentido faz parte de um reflexo do real, este não historicamente construído, mas essência de tudo que há. É possível compreender, a partir da noção de construção linguística e ideológica, que a interpretação se afasta de um caráter voltado para si e se aproxima da história como fundamento da constituição de seus sistemas simbólicos: “para que nossas palavras façam um sentido é preciso que (já) signifiquem” (Orlandi, 2007, p. 39).

Dentro dessa perspectiva, é notório que as relações entre Bataille e Hilst se dão por meio de naturalizações que se afastam do aspecto político da literatura. Ao realizar um estudo literário universalizante, não se colocam em debate os campos literários aos quais os respectivos autores são pertencentes: a Literatura Francesa e a Literatura Brasileira. Assim, argumentamos que, apesar de a tese se colocar como um desvio em relação a métodos comparativos hierarquizantes e tradicionalistas, superados pelo campo da Literatura Comparada, a ausência de uma metodologia clara e definida contribui para a manutenção de formações discursivas, naturalizadas na escrita acadêmica, que apresentam resquícios dos estudos das influências. Observa-se, por exemplo, que a subversão da linguagem acadêmica não se dá, nesse caso, a partir do desenvolvimento de novas vias teóricas. Ao invés do uso do termo influência, apresentam-se vocábulos e construções metafóricas que possuem um peso semântico mais brando (ou menos problematizável) sob a ótica dos leitores que integram a comunidade acadêmica, tais como “aproximação”, “associação”, “magnetizações”, “caminhos” etc., assim como o verbo “puxar”, que poderia ser substituído por “influenciar/ser influenciado”, caso a interdição desse significante não estivesse vigente na ordem do discurso acadêmico contemporâneo na área de Literatura:

Se fosse o caso de criarmos subcategorias, talvez pudéssemos dizer que esta é uma tese **aproximativa**, produzindo **associações**, realizando gestos de **magnetização**, abrindo **caminhos**, searas, criando campos especulativos, deslocando proposições. Assim, Hilda Hilst **puxou** Georges Bataille, Georges Bataille **puxou** Hilda Hilst, os olhos fixaram o sol e, desviando-se, divisaram a lama, os corpos reivindicaram presença em desmembrar-se e fundir-se (PUC-Rio, 2017, p. 129).

A literatura vista como um objeto de individualidade, essência humana apartada de toda e qualquer contextualização político-histórica e cultural, mantém uma forma de dominação, na qual, de acordo com Casanova (2002), literaturas metropolitanas se desprendem de sua função nacionalista e formadoras de Estado para desenvolver leis e funcionamentos próprios, em um processo que ela chama de “despolítica da literatura”. Trata-se de uma noção que se constrói para mascarar a inevitabilidade política da literatura, algo que pode estar associado às noções

românticas do século XIX, que individualizam autores e obras por meio de concepções de “dom”, “autoria” e “inspiração”, algo que, de forma mais ou menos intensa, permanece até hoje em um imaginário artístico das sociedades neoliberais. Segundo Casanova, formou-se

[...] a ideia de uma literatura universal, não nacional, não particularista e independente dos recortes políticos ou linguísticos. Pouquíssimos escritores centrais tiveram uma ideia da estrutura da literatura mundial: só se confrontaram com as coerções e com as normas centrais que jamais reconhecem como tais, pois as incorporaram como "naturais". São cegos por definição: seu próprio ponto de vista sobre o mundo esconde-lhes o mundo que acreditam reduzido ao que neles veem (Casanova, 2002, p. 63).

O que ocorre, assim, é um novo momento da chamada “literatura mundial”, em que as bases de dominância cultural, francesa sobretudo, já são suficientemente consolidadas e naturalizadas e, por isso, não precisam mais se reafirmar dentro de um ponto de vista protecionista.

Sobre esse cenário, Silviano Santiago argumenta que a reação da cultura latino-americana, subvertendo a cultura dominante, era antes forjada pela busca de uma pureza, um afastamento do outro, algo que pôde colocar tais expressões historicamente subjugadas em posições suplementares. No entanto, na atualidade, o autor questiona o papel do intelectual, a partir da inegável dominância histórica da cultura de outros países. Não se pode ignorar o passado, mas é preciso encontrar novas vias que não reafirmem esse sistema de poder sobre a cultura latino-americana. É preciso que elas se movimentem marcando diferenças e presenças, e não mais a partir de uma eterna dívida com o outro. Nesse sentido, “falar, escrever, significa: falar contra, escrever contra” (Santiago, 2000, p. 17). Atenta-se, sobretudo, à dificuldade dessa tarefa. No campo da pesquisa acadêmica, o autor faz os seguintes questionamentos:

Qual seria pois o papel do intelectual hoje em face das relações entre duas nações que participam de uma mesma cultura, a ocidental, mas na situação em que uma mantém o poder econômico sobre a outra? Se os etnólogos ressuscitaram por seus escritos a riqueza e a beleza do objeto artístico da cultura desmantelada pelo colonizador - **como o crítico deve apresentar hoje o complexo sistema de obras explicado até o presente por um método tradicional e reacionário cuja única originalidade é o estudo das fontes e das influências?** Qual seria a atitude do artista de um país em evidente inferioridade econômica com relação à cultura ocidental, à cultura da metrópole, e finalmente à cultura de seu próprio país? Poder-se-ia surpreender a originalidade de uma obra de arte se se institui como única medida as dívidas contraídas pelo artista junto ao modelo que teve necessidade de importar da metrópole? Ou seria mais interessante assinalar os elementos da obra que marcam sua diferença? (Santiago, 2000, p. 17, negritos nossos).

Santiago critica a busca incessante de fontes e influências nos autores latino-americanos, algo que reafirma a posição de superioridade dos influenciadores, vistos como parte integrante da magnitude da obra. A fonte é considerada uma “estrela intangível e pura” (Santiago, 2000, p. 17) seguida pelos pesquisadores como uma espécie de dívida que os autores latino-americanos possuiriam em vista de seu apagamento cultural. Tal argumentação explícita,

polêmica, constitui ainda uma forma de se vislumbrar possibilidades teóricas de pesquisas no Brasil voltadas para a superação da subserviência latino-americana à literatura europeia.

A partir dessas discussões, a Literatura Comparada, mais evidentemente dentro do parâmetro das influências, tende a evitar um tipo de análise baseado no movimento de busca por fontes externas na Literatura Brasileira, como uma forma de validação da cultura nacional a partir do capital cultural europeu. Porém, compreendemos que, apesar de se colocar em posição de afastamento em relação a esse tipo de metodologia, a tese em questão, pela falta de problematização de uma visão universalizante das literaturas, recai em um sistema de influências – muitas vezes traduzido como “aproximações” – apolítico, que, longe de não ser ideológico, se organiza a partir de eixos dados pela cultura dominante¹⁹.

Assim como ocorre nos estudos das influências, pode-se pensar nos aspectos linguísticos que também deixam de ser estudados a partir de um movimento ativo para marcar as diferenças mencionadas por Santiago. A tese utiliza traduções de Bataille e não justifica o uso dessas ou a escolha de um tradutor específico. Tais constatações evidenciam uma ausência de acuidade em relação à perspectiva das línguas das obras e as tensões que se destacam a partir das traduções, tendo em vista os desafios das diferenças culturais implicadas no movimento de transpor um texto a um outro idioma²⁰. Essas ausências dão lugar a uma perspectiva um tanto ou quanto plácida da universalidade, pois não se leva em conta escolhas e parcialidades da tradução ou imbricações do encontro entre duas línguas que, mesmo abrangendo temas em comum, sugerem aspectos culturais envolvidos na constituição de cada uma delas.

Por outro lado, quando se trata da evidenciação de tensões nos estudos comparativos, é comum que os objetos estejam implicados em um contexto de dominação fortemente definido. É o que ocorre em *Bulletin des oeuvres et missions bénédictines au Brésil (1909- 1914); cenas genéricas e padrões retóricos literários* (UFRJ, 2017), que estuda textos muito bem demarcados pelo projeto de colonização das missões beneditinas no território brasileiro. Além disso, por se tratar de um *corpus* que não pertence originalmente ao cânone literário, pois se trabalhou com relatos de viagens escritos por padres, há a possibilidade de que o movimento de politização desses recursos seja muito menos retardado pelas tendências universalizantes da Literatura.

¹⁹ Novamente, percebe-se uma incongruência entre o “ethos dito” e o “ethos mostrado” (Maingueneau, 2006): a prerrogativa realizada no início da tese não se sustenta no desenvolvimento do texto.

²⁰ Um exemplo bastante esclarecedor sobre a questão da língua e como ela pode se reafirmar a partir das suas diferenças é o apresentado por Santiago sobre o livro de Julio Cortázar “62 Modelo Para Amar”. O personagem principal, um argentino sitiado em Paris, olha no espelho de um restaurante a frase “Je voudrais un château saignant”, a qual traduz para o espanhol como “Quisiera un castillo sangriento”. A mudança do idioma criou novos significados para a frase, visto que “chateau” refere-se a uma forma específica de preparo da carne, mas a sua tradução literal, “castillo” (‘castelo’), remete ao lugar onde o senhor morava no período feudal. Sendo assim, “quero um castelo sangrando” apresenta-se como “marca evidente de um ataque, de uma rebelião, o desejo de ver o chateau, o castillo, sacrificado, de derrubá-lo, a fogo e sangue” (Santiago, 2000, p. 22).

Para aproximar os relatos a uma literatura de viagem, a pesquisadora faz relações com diversos autores clássicos da Literatura Francesa e com os romances de folhetins, utilizando assim a autoridade do cânone para justificar a aproximação desses textos ao campo discursivo:

No século XIX, grandes escritores como Alphonse de Lamartine (1790-1869), Gérard de Nerval (1808-1855), Théophile Gautier (1811-1872), Gustave Flaubert (1821-1880), viajaram para outros países com a finalidade de escrever sobre essas regiões, inclusive, financiados por jornais e revistas. [...] A Ordem Beneditina, através do *Bulletin des oeuvres et missions bénédictines au Brésil*, aproximava seus missionários desse status de escritor viajante quando os enviava a terras distantes, com o objetivo de evangelizar, porém, conscientes de que teriam que transmitir, através de cartas e textos de viagem, suas impressões, bem como histórias e descrições de terras desconhecidas (UFRJ, 2017, p. 50).

Tendo em vista o objeto, a tese apresenta referências fora do campo artístico e se afasta dos cânones; concomitantemente, o trabalho busca delimitações existentes *a priori* para consolidar esse movimento. Segundo Maingueneau (2006, p. 166), “a relação com o ‘não-literário’ é redefinida sem parar, e a delimitação daquilo que pode ou não alimentar a literatura, mas também advir da literatura, se confunde com cada posicionamento e cada gênero no interior de um certo regime de produção discursiva”.

A relação com o literário está justamente ligada, no caso da tese, à defesa da presença de argumentos nos textos que tentam justificar as ações religiosas no território, visto que são apresentados menos como meros relatos dos acontecimentos dessa cruzada e mais como uma narrativa que busca, por meio de “recursos retóricos argumentativos” e estéticos, atrair o leitor em benefício da causa de evangelização: “A persuasão pode ser obtida por meio de uma relação entre a maneira que o autor apresenta sua causa e o ânimo do leitor” (UFRJ, 2017, p. 73). Assim, há, na tese, a evidenciação de deslocamentos dos escritos para outros campos discursivos a fim de evidenciar os movimentos desses textos, que trabalhavam em função de um processo de dominação cultural, religiosa, econômica e política.

Não é comum, no entanto, que se realize o oposto: o deslocamento de uma obra constitutiva dos clássicos de uma literatura com o intuito de se desprender das amarras da naturalização ideológica ou da mera determinação histórico-contextual, para que seja possível pensar seus recursos discursivos, evidenciando formações dominantes dentro da própria tessitura textual da obra. Os *Bulletins* estão inseridos em um contexto claro de dominação histórica associada ao discurso, algo que é menos comum quando se trata de obras tradicionalmente definidas como literárias. A dificuldade em apresentar clássicos como discursos não neutros é inclusive uma forma de diferenciação entre os relatos de viagens dos beneditinos e outros textos literários:

Por um lado, as cartas missionárias têm que apresentar padrão textual descritivo e pedagógico, contemplando todos os objetivos referentes às funções da carta de missão. Contudo, um viés existencial também deve ser notado e pode ser aferido através da subjetividade e experiência individual. **Essas subjetividade e experiência individual, na literatura de viagem missionária, não são traduzidas em uma atitude de observador imparcial, como no caso da**

literatura de viagem comum, mas sim, como uma aventura vivida em favor da fé cristã, de caráter piedoso, em que o missionário viajante sujeita sua vida aos perigos do desconhecido (UFRJ, 2017, p. 121, negritos nossos).

Nesse trecho, a tese abarca a percepção da subjetividade da obra literária como uma posição imparcial em contraposição à retórica dos textos produzidos pelas missões beneditinas, que tinham um claro interesse em angariar adeptos à causa religiosa. A parcialidade do texto, nesse caso, é evidenciada a despeito do seu aspecto literário e está intimamente ligada à característica retórica, vinculada aos interesses religiosos e políticos da época. O discurso, ainda que o trabalho apresente elementos formais dos relatos, está à mercê da presença de um movimento político e não necessariamente parte de embates simbólicos próprios da literatura. A forma como encaminha noções de dominação e poder torna isso ainda mais evidente, quando a tese focaliza o *campo religioso* e não menciona como isso se dá dentro do campo literário:

Para Bourdieu (2000), o *campo* religioso assim como o *campo* político compartilham de uma mesma relação, no que se refere à dominação dos meios de manipulação do mundo e no que se refere à moral e conduta social. No **campo religioso**, essa autoridade enunciativa era conferida pela sociedade por meio do *habitus*, visto que a população não indígena era predominantemente católica, característica advinda da tradição portuguesa. Logo, a sociedade era quem outorgava esse poder de determinar quais eram as verdades sociais, em termos de conduta e moral. No que diz respeito ao *campo político*, a sociedade também outorgava esse poder, porém, por meio do voto (UFRJ, 2017, p. 146, negrito nosso).

Observa-se, assim, que o foco da análise aí não se dirige aos elementos estéticos dos textos; os tensionamentos são evidenciados principalmente a partir de análises contextuais. A escolha desse encaminhamento teórico, ainda que válida, demonstra a dificuldade em aproximar o discurso literário aos embates discursivos próprios desse campo.

A intelectualidade passa por processos mais sutis de mudanças e, por isso, menos perceptíveis. Enquanto alguns países configuram-se, ao longo da história, como potências econômicas e políticas, outros, não necessariamente relevantes nesses âmbitos, destacam-se internacionalmente na ordem intelectual. A dificuldade de separação, que muitos pesquisadores apresentam, entre os dois processos e a subordinação da literatura a sua contextualização histórica contribui para a disposição das obras no campo passivo das influências externas e, portanto, deixa de evidenciar determinadas tensões importantes para o entendimento das relações de poder cultural das literaturas em estudos comparativos.

Em contrapartida, há momentos em que se evidenciam estratégias discursivas, dominações retóricas para o estabelecimento de narrativa. A associação dos relatos a um gênero literário “menor”, folhetinesco, liga-se à argumentação textual, diferentemente das relações feitas em relação aos clássicos:

Outro recurso que serviu para **dar credibilidade à narrativa** e que muito se assemelha [ao] tipo narrativo do *Fait divers*, principalmente quando se queria transcrever uma entrevista ou mesmo nos próprios diálogos dos romances folhetinescos, foi a utilização de travessão ou aspas nos diálogos em discurso direto ao invés de simplesmente relatar o fato de maneira mais lacônica, sem se prender às minúcias narrativas (UFRJ, 2017, p. 86, negritos nossos).

Foi possível identificar outros momentos em que se aborda o tipo textual e sua contribuição para a leitura e veracidade dos relatos, assim como questões relacionadas à tradução:

Pesquisa também parte do ponto de vista do leitor: O texto **descritivo**, em uma ótica pragmática, expõe o leitor a uma imagem a ser lida. Em decorrência desta exposição, o leitor revive o real em uma nova perspectiva de reconstrução, reorganização e reconfiguração desta mesma realidade. A imagem se forma sobre uma estrutura lógico semântica formadora das analogias e metáforas, conforme esquema supracitado (UFRJ, 2017, p. 119, grifos nossos).

Na mesma página em que o monge descreve a “maloca”, há uma nota de rodapé com a definição do que seria o inseto cupim. Contudo, o vocábulo “maloca”, não é uma casa de índio qualquer, mas sim, uma inusitada habitação que vai muito além do conceito de casa conhecido pelo leitor europeu e mereceu uma apresentação mais delongada, **de forma que sua descrição contribuiria para o aumento do capital cultural dos leitores por meio de seu aumento do estoque lexical** (UFRJ, 2017, p. 131, negritos nossos).

Percebe-se, assim, que a tese da UFRJ trata da tessitura textual de seu objeto e traz à tona elementos pertinentes para a desnaturalização do discurso, ainda que tenda aos aspectos contextuais em muitos momentos. Apesar de apresentar uma forma discursiva muito mais tradicionalista, evitando, por exemplo, a explicitação da subjetividade no discurso e termos pouco usuais no léxico acadêmico, como se observou no trabalho da PUC-Rio, a tese realiza um movimento argumentativo em função de problematizar o próprio objeto de estudo. Compreendemos que a evidenciação de tensionamentos discursivos em obras literárias se dá ainda de forma pouco clara e incisiva nos trabalhos que se propõem a fazer esse movimento. Quando ocorre, é feito a partir de textos que não são tradicionalmente concebidos como literários, assim como a partir de produções marcadas por conflitos histórico-políticos eminentes. Os clássicos, por outro lado, normalmente ainda são estudados sob uma ótica autotélica.

Considerações finais

O panorama geral das teses e dissertações coletadas, antes mesmo da observação da tessitura textual, é capaz de nos informar sobre a atual situação dos estudos de pós-graduação nos principais centros de pesquisa do Rio de Janeiro. Dos trabalhos que se debruçam sobre a literatura francesa, trata-se de uma minoria aqueles que procuram estabelecer algum tipo de relação com a cultura do país em que escrevem. Rege ainda a objetividade científica, na qual o objeto de estudo, no caso a obra de língua francesa, pode ser analisada sem levar em conta a perspectiva a partir da qual se aborda: uma pesquisa brasileira, escrita e desenvolvida em língua portuguesa. Em adição a isso, dos trabalhos em que essa mediação é evidenciada, todos apresentam um objeto de estudo europeu, a maioria de origem francesa. Assim, as obras francófonas dos territórios não-hegemônicos, com histórias e culturas mais interrelacionadas ao Brasil, ou estão ausentes (como no caso do nosso recorte), ou são minoritários, no campo dos estudos comparativos.

Nesse sentido, apesar da presença de significativa diversidade nos objetos de pesquisa das teses e dissertações de Literatura Francesa, observa-se que a forma como são encaminhados tais trabalhos ainda é a de uma identidade discursiva conservadora. Os rompimentos linguísticos da norma acadêmica, como se observa em trabalhos ensaísticos, o uso mais extensivo de operadores argumentativos e a formação de polêmicas foram recursos pouco trabalhados pelos autores/pesquisadores de pós-graduação enfocados. Leva-se em consideração, no entanto, que tais procedimentos de subversão autoral devem ser avaliados com cautela, visto que o acadêmico, vinculado a uma instituição que estabelece/reproduz tais normas, precisa ser validado para conseguir se inserir no espaço universitário.

Além disso, defende-se aqui que a suavização ou ausência de polêmica no discurso acadêmico também representam formas de manutenção de metodologias tradicionais. Por meio da análise discursivo-enunciativa da construção argumentativa dos trabalhos selecionados, percebe-se uma forte tendência ao desvio ou à supressão do embate teórico, algo fundamental para a constituição de novos pensamentos e para o enfrentamento, superação ou desconstrução de outros, menos capazes de intervir criticamente em relação às discussões epistemológicas da área no contemporâneo. Assim, a presença de uma metodologia clara, bem como a defesa argumentativa são essenciais para estabelecer um posicionamento do pesquisador sobre o objeto estudado. Tais elementos, no entanto, não estão presentes em muitos casos, ou então se constroem de forma velada.

Dentro dessa mesma perspectiva, afirmamos que as análises comparativas desenvolvidas nas duas teses examinadas de maneira mais aprofundada na última seção deste artigo também seguem, em determinados pontos, uma estrutura atenuadora e, por vezes, neutralizadora, que parte de uma percepção apolítica – que continua sendo sempre, é claro, ideológica – das literaturas. Ao realizar um recorte temático, pensa-se ainda sob uma perspectiva universalizante, que não leva em conta as diversidades linguísticas e culturais dos países comparados, nem as formas de dominação entre esses campos simbólicos. Quando tais hierarquias se fazem evidentes, isso ocorre principalmente por meio de um afastamento do campo literário e dos elementos linguísticos, em prol da ênfase sobre contextos e agentes históricos marcados por uma percepção crítica apriorística em relação ao poder e violência que representam.

Financiamento

Antonio Andrade agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo bolsa de produtividade (PQ2) (nº do processo: 316280/2021-6). O autor agradece também à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa pelo programa Jovem Cientista do Nosso Estado (nº do processo: E-26/201.399/2022).

LINHA D'ÁGUA

Eduarda Hoffling Murat do Pillar agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa de iniciação científica por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFRRJ) (nº do processo: 23079.226301/2024-39).

Referências

BARBOSA, Aline Leal Fernandes. *Sob o Sol de Hilda Hilst e Georges Bataille*. Tese (Doutorado em Língua, Cultura e Contemporaneidade) — Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BARROS, José Eduardo Marques de. *De Rerum Natura: a experiência do real na poesia contemporânea brasileira e francesa*. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BLOOM, Harold. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. Trad. M. Santarrita. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. Trad. M. Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

DERRIDA, Jacques. A Lei do Gênero. *Revista Tel: tempo, espaço e linguagem*, v.10, 2019, p.250-281.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. Vozes em embate na mídia de informação e produção da objetividade: polêmicas em torno da precarização do trabalho na escola. *DELTA*, nº 27, v. 1. Rio de Janeiro, 2011.

GARCÍA NEGRONI, María Marta; GELBES, Silvia. Ethos discursivo y polémica sin enfrentamiento. Acerca del discurso acadêmico en humanidades. In: RÖSING, Tania et al. (org.), *Questões de escrita*. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 114-137.

GAMA, Zadig Mariano Figueira. *Soeur philomène dos irmãos goncourt; circulação e recepção*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários Neolatinos) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015a.

GONÇALVES, Manuela Niquet, *Do imperialismo europeu ao nacionalismo brasileiro: uma análise crítico-discursiva de “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil”, de Jean-Baptiste Debret*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015b.

LILLIS, Theresa. El enfoque de literacidades académicas: sostener un espacio crítico para explorar la participación en la academia. *Enunciación*. Trad. L. Eisner, v. 26, 2021, p. 55-67.

LOPES, Dayana Mendes. *Atmosfera morna: um olhar comparativo sobre tédio e a angústia na literatura*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) — Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva et al. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

MARQUES, Maria Aldina. Discurso Acadêmico e Discurso Científico: Aproximações, diferenças e ensino. In: SILVA, Paulo Nunes da; PINTO, Alexandra Guedes; MARQUES, Marques (org.). *Discurso Acadêmico: Conhecimento disciplinar e apropriação didática*. 1ª ed. Coimbra: Grácio Editor, 2023.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Trad. A. Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MONTEIRO, Marcela Marques. *Bulletin des oeuvres et missions bénédictines au Brésil (1909-1914); cenas genéricas e padrões retóricos literários*. Tese (Doutorado em Estudos Literários Neolatinos) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LINHA D'ÁGUA

ORLANDI, Eni. *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 13ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

REMAK, Henry H. H. Literatura comparada: definição e função. Trad. M. Balbuena. In: COUTINHO, Eduardo; CARVALHAL, Tania (org.). *Literatura Comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 175-190.

RICHARD, Nelly. Antidisciplina, transdisciplina y redisciplinamientos del saber. *Revista de Estudios Sociales*, nº1, 1998, p. 118-123.

ROCCA, Marcone Edson de Sousa. *Melodrama, Folhetim e Teledramaturgia: de Alexandre Dumas a Gilberto Braga, a interseção entre os gêneros*. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada) — Instituto de Letras, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos. Ensaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 9-26.

SILVA, Frederico Spada. *Viagens modernistas: Europa e Brasil sob a ótica de Antônio de Alcântara Machado, Blaise Cendrars e Oswald de Andrade*. Tese (Doutorado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade) — Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Artículo / Artigo / Article

Metáfora conceptual y discurso judicial: Un estudio de caso

Metáfora conceptual e discurso judicial: Um estudo de caso

Conceptual Metaphor and Judicial Discourse: A Case Study

Mariana Cucatto 

Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
marianacucatto@yahoo.com.ar
<https://orcid.org/0000-0003-2447-1571>

Toribio Enrique Sosa 

Universidad Nacional de La Pampa, Argentina
tesosa@live.com.ar
<https://orcid.org/0009-0000-9784-7758>

Edgardo Gustavo Rojas 

Universidad Nacional de La Plata, Argentina
egustavorojas@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0004-5183-0845>

Fecha de recepción: 03/02/2024 | Fecha de aceptación: 30/05/2024

Resumen

Dado que la metáfora es concebida generalmente como un recurso propio de campos discursivos específicos, como la literatura, la tradición jurídica no ha mostrado mayor interés en considerarla como campo de estudio. Desde un punto de vista cognitivista, en cambio, la metáfora se asume como un mecanismo mental omnipresente en las más diversas esferas del discurso. Adoptando esta perspectiva teórico-metodológica, analizamos de forma interdisciplinaria un fallo de gran trascendencia social, política y jurídica de la historia reciente en Argentina, a partir de las metáforas conceptuales de mayor relevancia en la fundamentación de la decisión resultante; así, identificamos dos imágenes esquemáticas que se entretajan de forma tan compleja como recurrente y eficiente en el texto, en aras de facilitar no solo la argumentación de los magistrados intervinientes, sino también la comprensión de lo resuelto por parte de todos sus destinatarios, es decir, la múltiple audiencia que conforman todos los ciudadanos de esta nación. En la proyección del trabajo, aspiramos a integrar nuestras reflexiones en el marco de los estudios sobre el

discurso jurídico que requiere un abordaje interdisciplinario, al menos, en torno a tres directrices epistemológicas: el derecho, el lenguaje y la cognición.

Palabras clave: Lingüística Cognitiva • Metáfora Conceptual • Imagen Esquemática • Derecho Procesal • Acción Declarativa de Certeza

Resumo

Dado que a metáfora é geralmente concebida como um recurso próprio de campos discursivos específicos, como a literatura, a tradição jurídica não tem mostrado maior interesse em considerá-la como campo de estudo. De um ponto de vista cognitivista, ao contrário, a metáfora assume-se como um mecanismo mental onipresente nas mais diversas esferas do discurso. Adotando essa perspectiva teórico-metodológica, analisamos de forma interdisciplinar uma sentença de grande importância social, política e jurídica da história recente na Argentina, a partir das metáforas conceptuais de maior relevância na fundamentação da decisão resultante do processo; assim, identificamos duas imagens esquemáticas que se entrelaçam de forma tão complexa quanto recorrente e eficiente no texto, para facilitar não só a argumentação dos magistrados envolvidos, mas também a compreensão do que foi decidido por todos os seus destinatários, ou seja, audiência múltipla composta por todos os cidadãos dessa nação. Na projeção do trabalho, aspiramos a integrar nossas reflexões no âmbito dos estudos sobre o discurso jurídico que requer uma abordagem interdisciplinar, pelo menos, em torno de três diretrizes epistemológicas: o direito, a linguagem e a cognição.

Palavras-chave: Linguística Cognitiva • Metáfora Conceptual • Imagem Esquemática • Direito Processual • Ação Declarativa de Certeza

Abstract

Given that metaphor is generally conceived as a resource inherent to specific discursive fields, such as Literature, the Legal Tradition has not demonstrated substantial interest in considering it as a field of reflection. From a cognitivist standpoint, however, metaphor is assumed as a ubiquitous mental mechanism in various spheres of discourse. Adopting this theoretical-methodological perspective, we conduct an interdisciplinary analysis of a socially, politically, and legally significant ruling in recent Argentine History. We examine the most relevant conceptual metaphors in the justification of the resulting decision, identifying two schematic images that intertwine as complex and recurrent elements in the text. These images not only facilitate the argumentation of the involved magistrates but also aid in the understanding of the resolution by all its recipients, namely, the diverse audience comprising all the citizens of this nation. In our work, we aspire to integrate these reflections into the framework of Legal Discourse, which requires an interdisciplinary approach, along at least the three epistemological guidelines of law, language, and cognition.

Keywords: Cognitive Linguistics • Conceptual Metaphor • Schematic Image • Procedural Law • Declarative Action of Certainty

Introducción

Históricamente, la metáfora ha sido considerada como una figura retórica y un recurso literario que, por su uso en tales ámbitos del discurso, ningún papel podría cumplir en el contexto del lenguaje jurídico (Mattila, 2006). Los estudios cognitivistas sobre la metáfora, sin embargo, entienden que no se trata de un simple *tropo* retórico, sino de un potente mecanismo mental que favorece la comprensión, la expresión y la interpretación de este y otros –todos los que cabría imaginarse, según la lingüística cognitiva– campos discursivos que otrora parecían resultarle ajenos (Gibbs, 2005, 2017; Ibarretxe-Antuñano; Valenzuela, 2021; Kövecses, 2010).

Nuestro trabajo de investigación se enmarca en la disrupción que representa, adoptando una mirada cognitiva sobre la metáfora, dicha perspectiva teórica y metodológica.¹ Para ilustrar nuestro posicionamiento epistemológico, hemos seleccionado como objeto de observación y análisis una sentencia de suma relevancia, emitida por el tribunal que ocupa la cúspide del Poder Judicial Argentino, en un momento clave que, por su singularidad, ha demandado la exhaustiva y pormenorizada revisión de doctrina y jurisprudencia por parte de sus miembros. Se trata de la sentencia que evaluó y resolvió la pretensión de llevar a cabo de forma virtual, es decir, a través de videoconferencia, las sesiones del Senado de la Nación Argentina –petición efectuada por su presidenta, la Dra. Cristina Fernández de Kirchner– a partir de abril del año 2020, dada la pandemia mundial por la propagación del virus SARS-CoV-2 y la situación de *Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio* decretado por la Presidencia de la Nación en el mes de marzo del mismo año.

Para encarar nuestro estudio, nos hemos fijado como objetivos de investigación: (1) explorar dicha sentencia en busca de expresiones metafóricas con base en nuestro marco teórico; (2) identificar los dominios cognitivos que intervienen en la selección léxica y en el entramado discursivo que entrañan los votos que la conforman; (3) analizar la predominancia lingüística y la pregnancia cognitiva de las metáforas conceptuales que subyacen a tales expresiones; y (4) ponderar el rol que desempeñan tales elecciones en la fundamentación de lo resuelto por los miembros de la Corte Suprema de Justicia de la Nación Argentina (en adelante, CSJN).

En términos metodológicos, encaramos nuestra investigación consumando un abordaje cualitativo, basado en el estudio de caso como metodología primaria, conjugando el análisis lingüístico con la mirada jurídica sobre el ejemplar del discurso jurídico seleccionado, buscando

¹ Se inscribe, además, en el Proyecto de Investigación y Desarrollo titulado “En torno a las metáforas conceptuales en el lenguaje jurisdiccional: una mirada desde la lingüística cognitiva” (PI+D H989) ejecutado bajo la dirección de la Dra. Mariana Cucatto y con participación de los demás autores de este trabajo en el contexto institucional del Centro de Estudios e Investigaciones Lingüísticas (CEIL), Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS), Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FAHCE), Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Argentina. Asimismo, nuestro estudio se vincula directamente con el proyecto de investigación denominado “Las metáforas en las sentencias judiciales: lenguaje, conceptualización y comunicación. Una aproximación desde la lingüística cognitiva” llevado a cabo por la Dra. Mariana Cucatto en el marco institucional del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina.

saturar las variables sugeridas en los objetivos ya enunciados. Por tales razones, apreciamos que un buen punto de partida habrá de ser una semblanza sobre el contexto que enmarcó las vicisitudes del proceso judicial derivado en la sentencia que constituye nuestra unidad de observación, y a ello nos abocaremos prontamente.

En la selección de este ejemplar del discurso jurídico no solo hemos contemplado las características previamente señaladas. También hemos tenido en cuenta que en su redacción intervino la pericia de encumbrados expertos en el campo judicial, tanto de los ministros de la CSJN como de asesores y juristas que asisten su función, y que su conocimiento público representó un altísimo impacto en el contexto precitado. Nos hallamos, por consiguiente, ante una pieza del discurso judicial altamente planificada, abierta a la mirada de una múltiple audiencia que involucra un amplísimo espectro de lectores, desde el lego en materia jurídica hasta el especialista más minucioso en la evaluación del texto y del asunto tratado.

Teniendo en cuenta las distintas aristas que involucra nuestro objeto de indagación, suscribimos una perspectiva interdisciplinaria, conjugando elementos aportados por los estudios lingüísticos, las ciencias cognitivas y el derecho procesal –en especial, el argentino–. En primer lugar, justificaremos y describiremos el caso en estudio; luego, sintetizaremos de forma sucinta la teoría jurídica que lo enmarca; seguidamente, nos enfocaremos en la teoría de la metáfora conceptual y especificaciones que atañen al caso de nuestra indagación; finalmente, presentaremos los ejemplos que guían nuestro estudio, sometiéndolos a discusión y presentando nuestras conclusiones preliminares.

1 El caso en estudio

Entendemos que la selección y el estudio del objeto de modo interdisciplinario forman parte de nuestra estrategia investigativa, en vistas de su ejemplaridad y representatividad en el campo del discurso jurídico. Al respecto, cabe destacar que se trata de un fallo producido por la CSJN, tribunal que, entre otras funciones, tiene la competencia de dirimir, en última instancia, la constitucionalidad –el ajuste a la Constitución Nacional– de todas las normas jurídicas infraconstitucionales. Además, es importante considerar que la pandemia de Covid 19 trastocó la normalidad a nivel planetario; en Argentina, por caso, luego del decreto 297/20 del Poder Ejecutivo Nacional que dispuso el aislamiento social preventivo y obligatorio (ASPO), se fueron sucediendo numerosas normativas de emergencia, a veces poco claras y con vacíos, que complicaron y dificultaron la interpretación racional cuando autoridades nacionales y provinciales en ocasiones tomaron posturas no coincidentes.

Fue así que, entonces, las diversas normativas y decisiones adoptadas provocaron incertidumbre en diferentes áreas de la vida social. Tal fue lo acontecido en el funcionamiento de órganos colegiados de gobierno y justicia: si por la cuarentena no era jurídicamente posible movilizarse, tampoco lo era reunirse en los despachos o recintos oficiales, de modo que socialmente se suscitaron interrogantes como ¿era válido reunirse, deliberar y decidir

presencialmente, contraviniendo la cuarentena? Si no, ¿era válido deliberar y decidir sin reunión presencial, de modo remoto o virtual?

Sin perder de vista que estos y otros interrogantes surgieron ante la emergencia y originalidad del contexto discursivo, jurídico, social y político a nivel global, nos interesa destacar que, en el caso particular de Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, en su carácter de presidenta del Senado de la Nación, solicitó a la CSJN la emisión de una sentencia que consideraba necesaria para “despejar” (expresión metafórica sobre la que volveremos prontamente) una duda acuciante sobre el actuar del parlamento en tal inédita coyuntura. En concreto, la cabeza de este cuerpo colegiado del Senado, con las siguientes palabras, en el contexto de la pandemia recientemente declarada, planteó a la CSJN:

una acción declarativa de certeza contra el Estado Nacional a los fines que, en el marco excepcionalísimo del actual estado de emergencia desencadenado por la pandemia originada por la enfermedad causada por el COVID, despeje el estado de incertidumbre respecto a la validez legal de sesionar mediante medios virtuales o remotos, en aplicación del artículo 30 del Reglamento de la Cámara de Senadores en cuanto establece que *'Los senadores constituyen Cámara en la sala de sus sesiones y para los objetos de su mandato, salvo en casos de gravedad institucional'* (p. 1).²

Si bien la presentación que derivó en el fallo que resulta nuestro objeto de estudio es una pieza del discurso jurídico que puede ameritar un análisis más exhaustivo y pormenorizado –de lo cual nos ocuparemos en la proyección del trabajo investigativo– a los fines de este estudio, es posible identificar el tópico central de dicho escrito concentrándonos en la “pregunta” puntual que aqueja su irrupción ante la CSJN: La accionante resumió su petición con la siguiente pregunta: “¿Es constitucionalmente posible que tal como lo establece el art. 30 del Reglamento de la Honorable Cámara de Senadores sesione mediante medios digitales debido a la situación de gravedad institucional generada objetivamente por el COVID19?” (p. 25)³.

En muy prieta síntesis,⁴ la CSJN interpretó que la cuestión atinente al procedimiento adoptado por el Poder Legislativo para la formación y sanción de las leyes no es, como regla, asunto que corresponda a su competencia, tal su jurisprudencia inveterada sobre el tema. Ya volveremos a explorar, indagar y analizar las metáforas conceptuales que vertebran la justificación de la decisión adoptada, considerando los tres votos que componen el fallo, pero vale la pena anticipar la línea argumentativa que, de forma coincidente o parcialmente disidente, en ellos se esgrime. El primero de estos votos, suscrito por todos los miembros de la corte, en efecto, textualmente sostuvo en el considerando 12° que:

² “Fernández de Kirchner, Cristina en carácter de presidenta del Honorable Senado de la Nación s/ acción declarativa de certeza”, fallo del 24/4/2020, en “Fallos” 343:195. Disponible en <https://sjconsulta.csjn.gov.ar/sjconsulta/documentos/verDocumentoByIdLinksJSP.html?idDocumento=7585321&cache=1705670150385>.

³ Así en el considerando I del voto concurrente del ministro Rosatti.

⁴ Que no incluye, por ejemplo, otras consideraciones agregadas por los ministros Rosatti en su voto concurrente y Rosenkrantz en su voto parcialmente disidente.

no constituye cuestión justiciable lo atinente al procedimiento adoptado por el Poder Legislativo para la formación y sanción de las leyes ("Barrick", Fallos: 342:917, considerandos 2° y 23)" (p. 16). De allí derivó en que constitucionalmente corresponde con exclusividad al Senado de la Nación arbitrar los mecanismos necesarios para facilitar la realización de su más alta razón de ser: la representación del pueblo de la Nación en la deliberación de sus asuntos que lo atraviesan como tal. Rechazó entonces la acción intentada pues "...el Senado de la Nación tiene todas las atribuciones constitucionales para interpretar su propio reglamento en cuanto a la manera virtual o remota de sesionar, sin recurrir a la Corte Suprema de Justicia de la Nación ... (p. 23-24).

Fue evidente para la CSJN, como da a entender esta cita del fallo, la falta de interés procesal que conjuga la petición efectuada por la demandante. Ahora bien, entre los argumentos desarrollados para arribar a tal conclusión, resulta importante señalar que dejan entrever expresiones metafóricas de distinta índole, frecuencia, relevancia y pregnancia cognitiva. Estas son, precisamente, las variables de análisis que guiaron nuestra investigación y pretendemos analizar seguidamente, pero antes debemos aclarar el marco teórico que basa nuestra observación. En particular, creemos necesario reseñar, en primer lugar, los aspectos atinentes al derecho procesal que subyacen al fallo de la CSJN y, en definitiva, al género discursivo del texto; en segundo lugar, estimamos importante volver sobre la teoría de la metáfora conceptual que guía nuestro análisis lingüístico-cognitivo del caso. De ello nos ocuparemos en los siguientes apartados del artículo, para luego abocarnos al análisis propiamente dicho de ejemplos que ilustran nuestra perspectiva teórica y metodológica, sumar aportes a la discusión sobre la temática y, finalmente, apuntar conclusiones preliminares y proyecciones del estudio que estamos emprendiendo.

2 Aspectos teóricos concernientes al derecho procesal

Como se desprende de los apartados previos, encaramos el estudio del discurso jurídico desde una perspectiva interdisciplinaria; en efecto, coincidimos con la corriente teórica y metodológica que, en el abordaje de este lenguaje con fines específicos, entiende necesario considerar la mirada de escritores expertos en esta variedad lingüística particular (Montolío, 2008; 2012). Teniendo en cuenta tal precepto metodológico, resulta imperioso repasar, de manera preliminar, cómo está regulada la acción declarativa de certeza en el Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina, para luego adunar ejemplos que puedan circunscribir el caso bajo análisis en el estudio de la metáfora conceptual. Además, este repaso sobre aspectos concernientes al derecho procesal nos permitirá aproximarnos a las particularidades que caracterizan al género discursivo donde se inscribe el fallo de la CSJN que proponemos explorar. Específicamente, debemos señalar que la acción declarativa de certeza se halla prevista en el artículo 322 del Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina⁵, en los siguientes términos:

⁵ Disponible en <https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16547/texact.htm>.

Podrá deducirse la acción que tienda a obtener una sentencia meramente declarativa, para hacer cesar un estado de incertidumbre sobre la existencia, alcance o modalidades de una relación jurídica, siempre que esa falta de certeza pudiera producir un perjuicio o lesión actual al actor y éste no dispusiera de otro medio legal para ponerle término inmediatamente.

El Juez resolverá de oficio y como primera providencia, si corresponde el trámite pretendido por el actor, teniendo en cuenta la naturaleza de la cuestión y la prueba ofrecida.

La acción meramente declarativa, tal como se halla regulada, está sujeta a los mismos requisitos que cualquier otra pretensión⁶, pero se agregan algunos más:

1. dentro de la causa de la pretensión⁷ tiene que alegarse una relación jurídica entre las partes (entre los sujetos activo y pasivo de la pretensión); una relación jurídica sin duda existente, pero con incertidumbre acerca de su alcance y modalidades; o una relación jurídica con incertidumbre sobre su mismísima existencia;
2. el interés procesal⁸ tiene que ser uno calificado: la falta de certidumbre pudiera producir un perjuicio o lesión actual al sujeto activo de la pretensión, si esa falta no cesara inmediatamente;
3. el sujeto activo de la pretensión⁹ no debe disponer de otro medio legal para poner fin a la incertidumbre inmediatamente.¹⁰

En vistas del caso bajo análisis, proponemos explicar qué lugar ocupan las metáforas conceptuales y sus réplicas o manifestaciones en expresiones metafóricas (Lakoff; Johnson, 1980; Cuenca; Hilferty, 1999; Ibarretxe-Antuñano; Valenzuela, 2021), en qué medida, en qué formas lingüísticas específicas, con qué nivel de pregnancia y bajo qué categorías analíticas aportadas por la lingüística cognitiva se subsumen los pasajes del fallo en tanto elementos que favorecen la argumentación de la decisión adoptada por la CSJN en este caso. De acuerdo con el modo en que se define la declaración “de certeza” por parte del tribunal, es de nuestro interés articular los conceptos precedentes que aporta el derecho procesal con la propuesta de la lingüística cognitiva y, fundamentalmente, con la teoría de la metáfora conceptual.

⁶ Acción y pretensión suelen ser vocablos de uso indistinto en la jerga forense. No obstante, la acción es un derecho (el de hacer valer en juicio una pretensión), mientras que la pretensión es un acto de habla complejo (es la afirmación de un derecho autoatribuido y el pedido de su protección jurisdiccional (ver CUCATTO; SOSA, 2015). Sobre la pretensión y sus requisitos de admisibilidad y fundabilidad, en su versión clásica para nosotros, ver PALACIO (1979).

⁷ La “causa de la pretensión” está configurada por los hechos que le sirven de sustento o basamento. La “causa” está en general reglada como requisito de admisibilidad de la pretensión, en el art. 330 CPCC Nación, que dice: “La demanda será deducida por escrito y contendrá: “4) Los hechos en que se funde, explicados claramente. ...”

⁸ Existe interés procesal toda vez que el derecho afirmado se halle en estado de insatisfacción, en forma tal que sin la intervención judicial se vería definitivamente frustrado y su titular perjudicado. Si lo que se pretende se puede conseguir sin la intervención de los jueces, entonces no existe interés procesal y la demanda es inadmisibile. Ver PALACIO (2015).

⁹ En el caso, el sujeto activo de la pretensión fue la vicepresidente de la Nación. Fue la accionante.

¹⁰ Para más detalles sobre la acción meramente declarativa, ver SOSA (2017a). También SOSA (2017b).

Antes de avanzar en tal sentido, destacamos que, luego de una serie de consideraciones de orden general (análisis de preceptos constitucionales, de precedentes del Tribunal, etc.), que consumió alrededor de trece páginas, recién en el considerando 11° del fallo la CSJN comenzó a analizar en concreto la acción intentada por la vicepresidenta de la Nación y, por ostentar este cargo, también presidenta del Senado de la Nación Argentina. Pero fue recién en el considerando 16° que planteó la cuestión dirimente: “¿Es necesario que el Senado de la Nación, para sesionar en forma virtual o remota, le solicite autorización a la Corte Suprema de Justicia de la Nación?” (p. 19). Volveremos sobre este asunto, cuando tendremos oportunidad de evocar la discusión que, en términos discursivos, políticos y cognitivos, ha motivado este interrogante.

Los requisitos específicos de la acción meramente declarativa tal como está regulada en el Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina, sugieren la existencia de actores/sujetos en determinados contextos/escenarios que, en suma, se representan en el discurso jurídico a modo de imágenes esquemáticas específicas que, en el fallo de nuestro interés, adquieren pregnancia. En el avance del artículo, notaremos que estos esquemas de imagen constituyen un tipo particular de metáfora conceptual (Johnson, 1987; Cuenca; Hilferty, 1999; Evans; Green, 2004; Ibarretxe-Antuñano, 2021) y que su pregnancia en el discurso viene dada por el foco atencional destacado (Langacker, 2008, 2009) que ocupan. Al entrar en el análisis de los datos, veremos que estos esquemas de imagen adoptan dos configuraciones discursivas, basadas en dos metáforas conceptuales: (1) EL PROCESO JUDICIAL ES UN CAMINO y (2) LA REPÚBLICA ES UN TERRITORIO. Nos resta profundizar sobre estas ideas y los conceptos teóricos que las sustentan, en el siguiente apartado, para luego analizar los ejemplos más representativos del texto y, finalmente, concentrarnos en las discusiones que promueven y señalar cuáles son nuestras conclusiones preliminares del estudio.

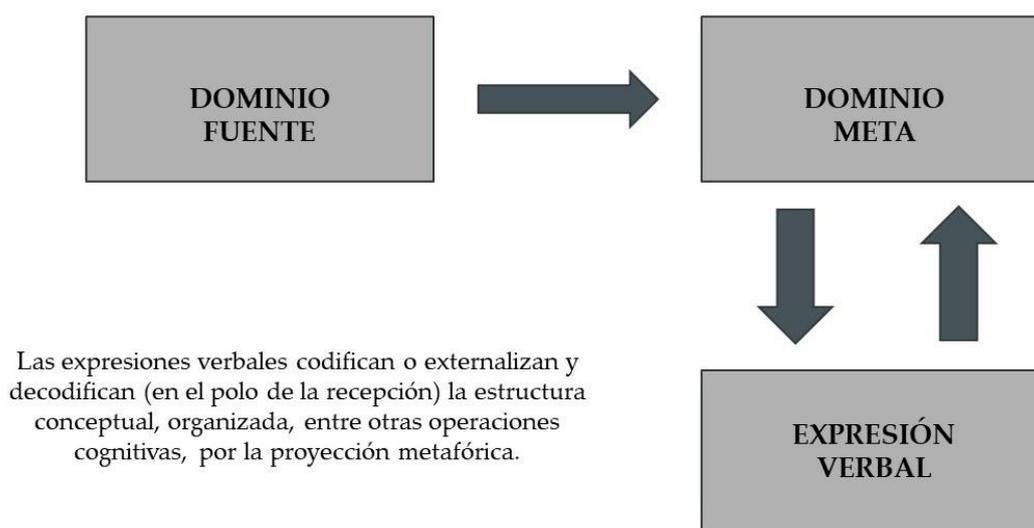
3 La metáfora desde el punto de vista cognitivo

El marco referencial sobre la metáfora conceptual (en adelante, TMC) es una de las teorías que, en conjunto, conforman el paradigma o movimiento de la lingüística cognitiva (en adelante, LC) desde sus inicios, situados por la literatura especializada a fines de la séptima década del siglo pasado (Lakoff 2004; Langacker, 2008; 2009), en oposición al llamado cognitivismo de primera generación que en el campo lingüístico representó fundamentalmente el generativismo desde la quinta década del mismo período, esta corriente entiende que el lenguaje constituye una facultad de nuestra especie que no debe dissociarse de las operaciones generales de la cognición, tales como la atención, la memoria, la percepción y la categorización, entre otras (Cuenca; Hilferty, 1999; Cucatto; Rojas, 2013; 2021; Ibarretxe-Antuñano; Valenzuela, 2012; 2021) Asimismo, el punto de vista cognitivo de segunda generación sostiene que una comprensión cabal de la producción y de la interpretación verbal no debe dissociarse de sus manifestaciones concretas en el contexto social y cultural donde tienen lugar, vale decir que la LC suscribe los postulados básicos del funcionalismo y del relativismo lingüístico (Cabré; Lorente, 2003; Butler; González García 2012; Ibarretxe-Antuñano; Valenzuela, 2021).

Tales preceptos o principios teórico-metodológicos suelen sintetizarse como el “compromiso cognitivo” (Croft; Cruse, 2008; Ibarretxe-Antuñano; Valenzuela, 2021) que asume nuestro paradigma de referencia desde su etapa fundacional y no resultan anodinos a los fines de nuestro estudio ya que el discurso judicial se produce entre bastidores de una “cultura o mentalidad jurídica” (Cucatto, 2014; 2021) que lo diferencian de otras variedades lingüísticas generalmente definidas como lenguajes de especialidad y/o con fines específicos. Cabe recordar, al respecto, que la CSJN ocupa un lugar encumbrado en el sistema judicial argentino y que sus fallos sientan bases que son observadas por todas las instancias y jurisdicciones que lo integran, de lo cual podemos colegir dos factores que caracterizan sus producciones textuales. Por una parte, se trata de textos altamente planificados, sujetos a una exhaustiva revisión y edición de escritores expertos en el campo jurídico antes de ser publicados, dejando un margen sumamente estrecho para el azar y la falta de premeditación; por otra parte, que estos fallos significan una suerte de ejemplares que moldean la mentalidad y expresabilidad de la justicia, tanto para los profesionales del campo como para los comunicadores sociales que los comentan y la ciudadanía directamente por ellos afectada.

La lingüística cognitiva asume que conceptualizamos nuestra experiencia en el mundo a partir de marcos, esquemas y dominios cognitivos previamente almacenados en nuestra memoria enciclopédica o semántica; cuando no contamos con este necesario trasfondo cognitivo –“hipocognición”, en términos de Lakoff (2004)– ello representa un problema en el momento de representar, expresar e interpretar dicha realidad. Tratándose de un proceso mental que abarca todas las áreas del discurso, el lenguaje jurídico no está exento de incurrir en este, cuyas características más relevantes trata de ilustrar la Figura 1, donde se congenian dos dominios cognitivos más la expresión verbal resultante.

Figura 1. Teoría de la metáfora conceptual



Fuente: elaboración propia.

A partir de esta representación gráfica, nos interesa destacar que la metáfora conceptual irrumpe en el discurso involucrando tres componentes fundamentales: Un *dominio fuente* que presta nociones y estructuras para conceptualizar un *dominio destino* y que las expresiones verbales resultantes de tal vínculo son las que efectivamente operan en la producción e interpretación del discurso. Para dar cuenta de estas instancias en el procesamiento cognitivo del discurso, la teoría que basa nuestra investigación denomina *metáfora conceptual* a la correlación señalada en primer término y *expresión metafórica* al uso concreto del lenguaje derivada de sus correspondencias o proyecciones (Lakoff; Johnson, 1980; Cuenca; Hilferty, 1999; Evans; Green, 2004; Croft; Cruse, 2008; Kövecses, 2010; Ibarretxe-Antuñano; Valenzuela, 2021). Nuestro análisis consiste, por lo tanto, en desentrañar cuáles son los dominios fuente o de origen implicados con mayor pregnancia cognitiva en la fundamentación del fallo sujeto a observación, poniendo foco en los pasajes del texto –las expresiones metafóricas– que lo demuestran.

4 Análisis de datos y discusión

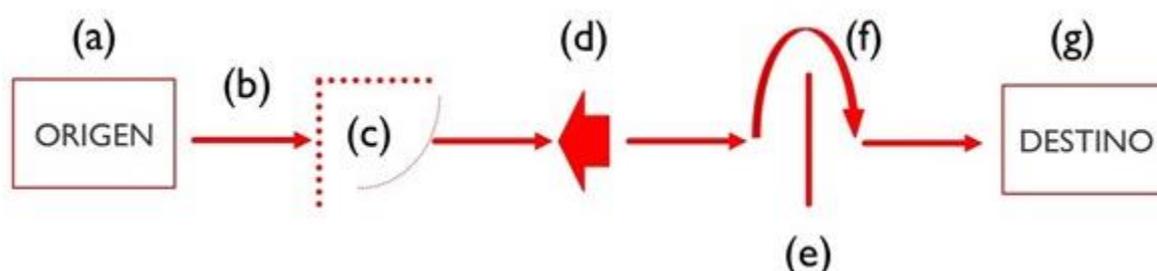
Entre los dominios cognitivos que resultan fuente de nociones básicas para interpretar el discurso, se destacan aquellos que se instauran en la cognición a partir de nuestra participación vital, corporal y espacial en el mundo real. Según la Teoría de la Metáfora Conceptual (en adelante, TMC), este proceso tiene lugar con nuestras experiencias en la exploración del mundo durante las primeras etapas de la infancia, incluso, en la etapa prelingüística. Ya que se trata de experiencias vitales, emergentes, tempranas, incipientes y sumamente relevantes dado su rol en la conservación de la especie, no es de extrañar que cobren, a lo largo de la vida, un lugar destacado en nuestra forma de experimentar, conceptualizar y verbalizar la realidad empírica (Johnson, 1987; Cuenca; Hilferty, 1999; Ibarretxe-Antuñano; Valenzuela, 2021).

Una de nuestras primeras experiencias de la etapa motora y prelingüística consiste en ubicarnos en el espacio, entablar relaciones con él y tratar de manipularlo en aras de satisfacer nuestras necesidades; verbigracia, todo niño incorpora en esta etapa inicial de su trayecto vital el esquema cognitivo que se representa en la Figura 2(en la sección siguiente), cuando aprende a transitar un camino que lo lleva en búsqueda de alimento o de sus juguetes. La literatura especializada denomina a estos patrones cognitivos de origen espacial, cinético y corporal *imágenes esquemáticas* o *esquemas de imagen*, dado que operan transversalmente en la interpretación de múltiples situaciones vitales de la vida cotidiana; por caso, interpretamos procesos como nuestra educación en términos de una carrera académica y –como deja traslucir nuestro análisis– también las vicisitudes de un proceso judicial bajo los patrones del mismo esquema.

4.1 El proceso judicial como trayectoria

Una vez seleccionado nuestro corpus y halladas las expresiones potencialmente metafóricas presentes en el fallo, procedimos a sistematizarlas, identificando dos metáforas conceptuales pregnantes que responden a dos esquemas de imagen: (1) EL PROCESO JUDICIAL ES UNA TRAYECTORIA y (2) LA REPÚBLICA ES UNA ORGANIZACIÓN TERRITORIAL. El orden en que las enunciamos es el mismo que adoptaremos para analizar las expresiones metafóricas referidas; la primera de tales imágenes esquemáticas puede representarse gráficamente del siguiente modo:

Figura 2. El proceso judicial como trayectoria



Fuente: elaboración propia.

La Figura 2 representa la metáfora conceptual EL PROCESO JUDICIAL ES UNA TRAYECTORIA, basada en un esquema de imagen constituido por un trayecto (b) entre un punto de partida (a) y un punto de llegada (g), donde aparecen fuerzas que se oponen al avance (d) y también obstáculos o barreras (e) que pueden sortearse (f) o apartarse (c) mediante diferentes maniobras y estrategias. Lo que nos ha llevado a evocar esta imagen esquemática y sus componentes es el hecho de haberla identificado como un marco o dominio cognitivo recurrente en los pasajes más relevantes del fallo de la CSJN en el análisis del texto.

Si efectivamente el esquema de imagen graficado en la Figura 2 subyace a la conceptualización del proceso judicial que derivó en el fallo dirimente del caso, deberíamos hallar pasajes del texto que respondan a los distintos elementos allí señalados. Además, estos segmentos del fallo deben tocar directamente –y no de forma tangencial– cuestiones relevantes en la consideración de los magistrados, y en tal sentido se orienta la selección del Ejemplo 1 para comenzar nuestro análisis. Recordemos, a tales efectos, que la intervención de la CSJN fue motivada por la interpelación de la presidenta del Senado de la Nación Argentina, cuya pretensión estuvo dirigida a obtener del tribunal:¹¹

¹¹ El uso de cursiva, en este ejemplo y también los subsiguientes, no corresponde al texto original; es una licencia que nos tomamos a fin de destacar cuáles son concretamente las expresiones metafóricas presentes en el fallo.

Ejemplo 1:[...] una acción declarativa de certeza contra el Estado Nacional a los fines que, en el marco excepcionalísimo del actual estado de emergencia desencadenado por la pandemia originada por la enfermedad causada por el COVID, *despeje* el estado de incertidumbre respecto a la validez legal de sesionar mediante medios virtuales o remotos, en aplicación del artículo 30 del Reglamento de la Cámara de Senadores (p. 1).

La “incertidumbre” referida en el Ejemplo 1 impresiona en el contexto institucional y jurídico durante la pandemia como una fuerza (d) o un obstáculo (e) que deben sortearse (f) o, en palabras de la peticionante, *despejarse* (c), a fines de resolver el asunto en cuestión. Tal pretensión sugiere que el trayecto hacia la certeza o destino (g) del proceso judicial, delegando en la CSJN la responsabilidad de encarar tal resolución. Vale decir que la imagen esquemática representada en la Figura 2 ocupa un lugar trascendente en el fallo y ello no se aprecia únicamente en la selección léxica encarada por la peticionante, sino también en los votos que la recuperan como disparador entre los considerandos de los tres votos integrados en la sentencia. Para graficar la pregnancia lingüística y cognitiva que adquiere esta imagen esquemática, es necesario identificar y explorar su emergencia en palabras de los magistrados, y a ello apuntan los ejemplos que seguidamente presentamos:

Ejemplo 2: En el escrito presentado se niega el carácter meramente consultivo de la petición pero dicha condición resulta inocultable dado que no se pretende otra cosa del Tribunal que obtener una respuesta a la pregunta formulada, a tal punto que en la presentación no se define quién en particular se encontraría obligado al cumplimiento del fallo, ni en qué consistiría dicha obligación. Resulta patente que la respuesta que busca la presentante, y que agota por sí el objeto de la presentación analizada, es abstracta y previa a toda situación jurídicamente contenciosa, e importa -en verdad- la pretensión de que esta Corte ejerza una suerte de control de constitucionalidad, abstracto, previo y concentrado, característico de diseños institucionales que resultan radicalmente ajenos al sistema de la Constitución Nacional [...] la petición no es una demanda, sino una consulta; pero, la misión de un Tribunal de Justicia es aplicar las leyes a los casos ocurrentes, y su facultad de explicarlas e interpretarlas se ejerce solo aplicándolas a las controversias que se susciten ante ellos para el ejercicio de los derechos y cumplimiento de las obligaciones, y no puede pedirse que el Tribunal emita su opinión sobre una ley, sino aplicándola a un hecho señalando al contradictor (pp. 67-69).

Los puntos terminales de la trayectoria esquematizada en la Figura 2 (origen y destino, punto de partida y llegada) son también instancias del proceso judicial que, a lo largo del fallo, se conceptualizan de distintas formas, en orden a la síntesis del caso que presentamos en el primer apartado del trabajo (ver apartado 1). El ejemplo 2 ilustra una de estas formas también recurriendo a expresiones metafóricas para facilitar la interpretación del proceso: el punto de partida se representa como una pregunta/consulta/petición/presentación formulada por la presidenta del Senado y el punto de llegada como una respuesta/opinión (emisión de la sentencia) por parte del tribunal; entre ambos terminales del proceso, se suceden etapas o – volviendo sobre la metáfora del camino– pasos que la CSJN también presenta en la redacción de la sentencia como instancias de la misma imagen esquemática:

Ejemplo 3: [...] en este marco excepcional debe habilitarse la posibilidad de sesionar mediante un sistema remoto o virtual que permita acreditar la conformación del quorum, garantizar el debate y posibilitar la votación de los senadores (p. 2) [...] Afirma que este cuadro de situación genera una gravedad institucional extrema, que compromete la posibilidad de funcionamiento de uno de los tres poderes que conforman el Estado Argentino (p. 3) [...] es precisamente en contextos de emergencia como el descripto, que sacuden a la sociedad de una manera inaudita en la historia reciente [...] se trataba, en definitiva, nada menos que de asegurar la posibilidad del debate legislativo en contextos

de excepción (p. 7) [...] en el marco excepcionalísimo del actual estado de emergencia desencadenado por la Pandemia originada por la enfermedad causada por el CO VID (p. 25) [...] corresponde aclarar que nada de lo dicho deberá interpretarse en desmedro de nadie [...] sino entenderse como una contribución institucional al inédito cuadro de situación que se atraviesa (p. 58).

Nuestro Ejemplo 3 reúne distintos pasajes del fallo que remiten, a través de distintas expresiones, al escenario adverso donde tiene lugar el proceso judicial que analizamos y operan como fuerzas a vencer: “marco excepcional, cuadro de situación, contexto de emergencia y de excepción”, también referido como “excepcionalísimo e inédito”. A través de estas y otras expresiones análogas se construye un trasfondo referencial o *background* cognitivo que permite enmarcar el caso, limitando las posibilidades de incurrir en la situación de hipocognición (Lakoff, 2004; Langacker, 2008; 2009), es decir, en carencia de un escenario para situar a los actores del proceso. Es precisamente dentro de este marco cognitivo donde conceptualizan, ya en la producción del discurso y en su interpretación, los actos que encarna el esquema de trayectoria o camino, incluidos sus componentes, como ejemplifican los siguientes pasajes del fallo:

Ejemplo 4: [...] esta Corte formuló en 1962 frente a la petición de un ciudadano que impugnaba el juramento recibido por el Presidente del Tribunal a José María Guido, Presidente Provisional del Senado, como Presidente de la Nación ante el estado de acefalía causado por la renuncia del Presidente Arturo Frondizi y del Vicepresidente Alejandro Gómez. La Corte desestimó entonces esos planteos afirmando su misión de "asegurar la subsistencia y continuidad del orden constitucional, única *valla* cierta contra la anarquía o el despotismo (pp. 7-8).

Ejemplo 5: Aunque la demanda ha sido deducida contra el Estado Nacional, la accionante no ha invocado ni acreditado la existencia de una omisión o acto en ciernes por parte de alguno de los órganos constitucionales que lo conforman que *obstruya, limite, restrinja o amenace* de forma seria e inminente la *viabilidad* de la sesión virtual o remota de la Cámara que preside la actora (P. 41).

A título ilustrativo, los Ejemplos 4 y 5 –entre muchos otros que hallamos en la sentencia, pero, por razones de espacio disponible, nos eximimos de sumar al trabajo– adunan elementos que sustentan nuestra hipótesis sobre la pregnancia de la imagen esquemática de marras en sostén de lo resuelto por el tribunal. Efectivamente, en ellos se aprecia que el proceso conducente a tal resolución se manifiesta a través de expresiones que evocan fuerzas contrapuestas al orden institucional –en el esquema, (c) y (e)– como “anarquía y despotismo”. Además, la dirección del proceso natural o ajustado al orden jurídico –(b) en el mismo esquema– se presenta en el discurso en términos tales como “subsistencia y continuidad”, al tiempo que “*valla*” y las formas “*obstruya, limite, restrinja o amenace*” remiten a los componentes de la imagen esquemática opuestos a la dirección del proceso.

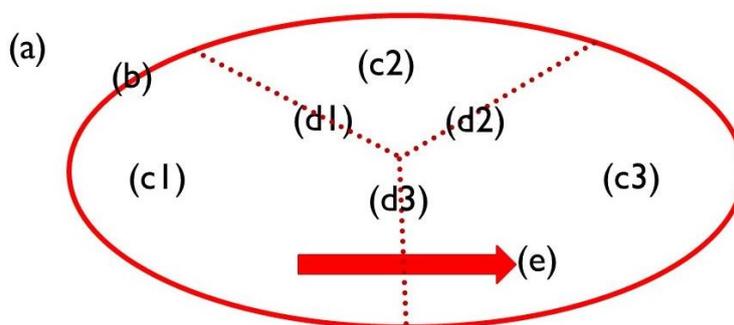
4.2 La república como organización territorial

Así como los pasajes identificados y presentados previamente para ilustrar la conceptualización del proceso judicial como un camino, notamos que dichas correspondencias conviven en el fallo de la CSJN con otras proyecciones igualmente salientes cuyo origen

responde a una imagen esquemática diferente y cuyas características representamos a través de la Figura 3. En este caso, observamos que se trata de un esquema –en contraste con el anterior– de dinamismo limitado; de hecho, solo encontramos una acción de movimiento –en el análisis del texto, referida con el verbo “invadir”. Otra diferencia por destacar en la emergencia de esta imagen esquemática en el discurrir de la argumentación es que el dominio meta implicado, en este caso, no es el proceso judicial en sí mismo, sino la relación entre los poderes del estado y sus competencias o campos de acción en términos políticos y jurídicos.

Los elementos articulados en este esquema de imagen son principalmente un conjunto, espacio, campo o territorio con límites específicos (b); en el avance del análisis, destacaremos que tal espacio representa el orden republicano, fuera del cual (a) se hallan las manifestaciones político-jurídicas correspondientes a otro tipo de regímenes. En su interior, identificamos subterritorios (c1, c2 y c3) que competen a los tres poderes republicanos –el ejecutivo, el legislativo y el judicial– separados unos de otros por fronteras (d1, d2 y d3) que en situación de equilibrio o estabilidad jurídica son claramente fijadas y permanecen inalterables. Tal estabilidad puede verse amenazada o alterada por el único movimiento posible y previamente referido, representado en el esquema por el vector (e) que supone la *invasión* –expresión recurrente en el fallo– de un subterritorio o poder del estado; en este caso, (c3).

Figura 3. La república como organización territorial



Fuente: elaboración propia.

Siguiendo la misma metodología analítica que adoptamos al abordar la imagen esquemática del camino o trayecto, habremos de señalar que, al tratar el meollo de la discusión en torno al cual giran los votos de los magistrados a lo largo del fallo, el verbo “invadir” constituye una expresión metafórica sumamente recurrente. En efecto, como ya hemos señalado, el asunto tratado por la CSJN consiste en dirimir si las competencias de los poderes republicanos involucrados resultan pertinentes, suficientes y necesarias para dar respuesta a la petición formulada al alto tribunal por la presidenta del Senado de la Nación Argentina. La carga conceptual que comporta el verbo “invasión”, por lo tanto, de acuerdo con esta segunda imagen esquemática de trascendencia en la fundamentación de la decisión adoptada, resulta una elección léxica eficiente y funcional en aras de los argumentos desarrollados, como se puede apreciar en los siguientes pasajes de la sentencia:

Ejemplo 6: Por ello no se configura un caso justiciable. Cabe considerar además que si esta Corte autorizara lo que se solicita en la demanda, también tendría el poder de no autorizar otras cuestiones internas del propio Senado, *invadiendo* así la competencia constitucional de otro Poder del Estado. Esta regla encuentra su *límite* en las restricciones constitucionales específicas que trazó este Tribunal en el considerando_ 14 de este pronunciamiento a partir del precedente "Soria de Guerrero" (pp. 22-23).

Ejemplo 7: Ello así, debido a que el principio republicano de *división* de poderes establece la existencia de tres poderes del Estado con funciones bien definidas, de manera que ningún departamento de gobierno pueda ejercer lícitamente otras facultades que las que le han sido acordadas expresamente, o que deben considerarse conferidas por necesaria implicancia de aquellas (Fallos: 137:47 y CAF 3972/2017/CA1-CS1 "Fernández, María Cristina c/ EN - M Justicia y DDHH s/ indemnizaciones - ley 24.043 - art. 3", sentencia de fecha 8 de octubre de 2019). Caso contrario, la actuación de un poder del Estado *fuera de los márgenes delimitados* por la Norma Fundamental podría alterar el equilibrio que la Constitución Nacional ha diseñado para que, por un lado, cada uno de los poderes se mantenga *dentro de su esfera* y, por el-otro, para que el poder constituido no deje sin efecto la voluntad soberana del pueblo, con el consiguiente riesgo de *interferir* en el proceso democrático (p. 37).

El primer párrafo del Ejemplo 6 ilustra la existencia de límites externos y fronteras internas en el ordenamiento republicano regido por la Constitución Nacional de la Nación Argentina, cuyo principal garante jurídico es el tribunal que rubrica la sentencia. El Ejemplo 7, además de evocar el mismo marco cognitivo o esquema de imagen, a través de expresiones como "*división*", "funciones", "facultades" y "*márgenes*", se articula con la imagen esquemática de trayectoria o camino, considerada previamente; la última frase de esta cita, de hecho, conjuga segmentos como "*dentro de su esfera*" –al referirse a los poderes del estado– con el "riesgo de *interferir* en el proceso democrático". Nos interesa hacer notar esta característica en la composición de pasajes como este y otros análogos en el fallo para resaltar que los esquemas de imagen relevados en el estudio no resultan excluyentes, sino complementarios, ya que refuerzan entre sí la pregnancia cognitiva de contenidos en el entramado del discurso. El Ejemplo 7, asimismo, incluye la expresión "equilibrio" que transfiere al campo del régimen republicano contenidos epistémicos aledaños a la estabilidad jurídica, situación que supone, de acuerdo con nuestro estudio, una organización estática del territorio político y jurídico.

Ejemplo 8: "la invocación de un supuesto de gravedad institucional no justifica el apartamiento del criterio según el cual la competencia originaria de la Corte se encuentra taxativamente *limitada* a los supuestos del art. 101 (hoy 107) de la Constitución Nacional y no puede ser extendida ni *limitada* por las leyes que la reglamentan" ("Orden y Justicia c/ Estado Nacional s/ recurso de amparo", Fallos: 312:640, dictamen del Procurador General al que remite la Corte, párrafo quinto). En similar orientación pueden citarse votos particulares de los jueces Fayt ("Boico, Roberto José s/ denuncia de hábeas corpus [...] Incluso, aun extendiendo hasta el *límite* la incidencia de la "gravedad institucional" hacia cuestiones de competencia originaria de este Tribunal, siempre se requeriría de un "caso" para analizar (p.46).

Ejemplo 9: [...] constituía "una regla elemental de nuestro derecho público, que cada uno de los tres altos poderes que forman el Gobierno de la Nación, Aplica e interpreta la Constitución por sí mismo, cuando ejercita las facultades que ella les confiere" (Fallos: 53:420); "específicamente respecto del procedimiento de formación y sanción de leyes, al considerar el caso "Soria de Guerrero" (Fallos: 256:556), esta Corte remarcó los *límites* a los que sujeta su intervención a fin de no transgredir el principio republicano de *división* de poderes, afirmando que las facultades jurisdiccionales del Tribunal no alcanzan, como principio, al examen del procedimiento adoptado en la formación y sanción de las leyes, sean ellas nacionales o provinciales' (p. 51).

El Ejemplo 8 demuestra una configuración discursiva sobre elementos que representamos en la Figura 3; en particular, el trastocamiento de límites y fronteras que significan, en el marco de una república, otros regímenes políticos por afuera de sus *límites* (b) y la vulneración de fronteras (d1, d2 y d3) en su interior. Ambas variantes y manifestaciones de tal vulneración se expresan concretamente con la noción de “gravedad institucional” y su contraparte, es decir, la situación de estabilidad y “equilibrio” entre poderes/territorios, se destaca en el Ejemplo 9 refiriendo la “regla elemental, el procedimiento de formación y sanción de leyes” y el principio republicano de *división* de poderes. Este último ejemplo, asimismo, incluye *límites* de modo autorreferencial, en relación con las fronteras (d1, d2 y d3) que circunscriben la actuación admisible del poder judicial, encabezado por la misma CSJN; entre ambos ejemplos, de hecho, encontramos cuatro expresiones del mismo campo semántico.

Ejemplo 10: El principio de colaboración entre los poderes del Estado, que se invoca frente a la inédita situación planteada por la proyección de la pandemia en la vida institucional del país, justifica que esta Corte -sin *invadir* competencias ajenas y sin prejuzgar a futuro- formule algunas consideraciones adicionales, recordando cuales han sido sus criterios jurisprudenciales (p. 55).

Ejemplo 11: Al discutirse en particular el artículo 3º, el senador Zapata declaró que “la acción de la justicia federal en el ejercicio del gran poder político que se le confiaba, había de ser tan eficaz, como *limitada* por su propia naturaleza”, y luego aclaró que era *limitada* “porque ella solamente se había de hacer sentir en los casos contenciosos, en la aplicación particular de la ley sobre un hecho dado, de modo que desaparecería todo temor de *invasión* espontánea a los otros poderes públicos, y de la declaración en abstracto sobre las leyes o disposiciones gubernativas como inconstitucionales...” (p. 68).

Estos últimos ejemplos adjuntan diversas expresiones metafóricas que atañen a la misma imagen esquemática que hemos denominado metáfora territorial; amén de ello, observamos que el Ejemplo 10 pone nombre al factor que amenaza el marco de límites externos y fronteras internas de la república: “la inédita situación planteada por la proyección de la pandemia”. Además, ambos ejemplos vuelven a mostrarnos el uso de *invasión* –en las formas de verbo finito y no finito, en uno y otro caso– como expresión que evoca el mismo esquema y dominio de origen. El último ejemplo también ilustra el modo en que se articulan y complementan distintas metáforas conceptuales en la argumentación del tribunal, como observamos en casos antes citados; esta vez, se suma una personificación o metáfora ontológica que asigna o proyecta al dominio de las instituciones estatales categorías correspondientes al ámbito de las experiencias emocionales: “todo temor de *invasión* espontánea a los otros poderes públicos”.

Al respecto, vale la pena destacar que los ítems léxicos de la selección verbal reunidos en estas expresiones metafóricas, en la medida que devienen de un dominio conceptual específico que integra la imagen esquemática representada por la Figura 3, evocan todo un marco cognitivo y no únicamente su definición particular en el lexicón mental (Cuenca; Hilferty, 1999; Cabré; Lorente, 2003; Evans; Green, 2004; Draft; Cruse, 2008; Lakoff, 2004) de quienes son responsables de la elaboración del fallo y de sus potenciales lectores. La noción de *invasión* que, como hemos visto, aparece de forma frecuente en la producción textual de los magistrados, en los tres votos que conforman el fallo y en pasajes fundamentales de la argumentación, evoca todo el marco cognitivo que dicha figura o imagen esquemática

representa. Por esta razón, es necesario destacar que tal selección termina impregnando no solo la interpretación de los pasajes citados, sino también los circundantes y, dada su recurrencia y saliencia destacada, de toda la trama argumentativa que sustenta la decisión del tribunal en el caso. En concreto, *invadir* no evoca únicamente la acción representada por el vector del gráfico (e), sino también los límites (b) del conjunto, exterior (a) y también las fronteras (d1, d2 y d3) entre los subterritorios (c1, c2 y c3) que lo componen.

Consideraciones finales

En suma, tanto el fallo que analizamos como sus análogos en el contexto nacional durante la pandemia ameritan afinar lápices, agudizar y ampliar miradas, extender el período temporal considerado y conservar el abordaje interdisciplinario con base en –al menos– las tres claves de análisis que sustentan este artículo: lenguaje, derecho y cognición. Con esta afirmación no desestimamos otras perspectivas que pueden sumar elementos valiosos al conocimiento del lenguaje jurídico, tales como las ciencias de la comunicación, la cultura y la sociedad que disponen de instrumentos para enriquecer las respuestas a los interrogantes que sucinta y apresuradamente sumamos a la discusión.

Tanto el estudio del lenguaje jurídico como la lingüística cognitiva configuran campos de la ciencia aplicada que en las últimas décadas han presentado un notable desarrollo teórico y metodológico. En esta empresa convergen diversas disciplinas que convocan no solo a especialistas del campo académico, sino también a escritores expertos del ámbito jurídico cuya experiencia no puede soslayarse cuando se trata de conocer “el lenguaje en uso”, precepto que ha guiado nuestro análisis a lo largo de este trabajo. En efecto, nos abocamos a identificar, explorar y analizar, con un doble tamiz que articula el derecho con los estudios lingüísticos, las metáforas conceptuales de mayor pregnancia cognitiva en un ejemplar del discurso jurídico cuya relevancia nos exime de volver, en estas consideraciones finales, a resaltar sus características.

De este modo, notamos que el fallo satura y consolida los elementos que componen dos imágenes esquemáticas pregnantes en la producción e interpretación del discurso jurídico: 1) EL PROCESO JUDICIAL ES UN CAMINO y (2) LA REPÚBLICA ES UN TERRITORIO. Una representa el proceso judicial como una trayectoria y la otra representa al ordenamiento republicano –esto es, entre otros aspectos, la división de poderes, su equilibrio, sus relaciones y sus competencias– como un territorio. A simple vista, la primera de estas metáforas conceptuales provoca la impresión de un objeto dinámico, mientras que la segunda supone espacios limitados y estáticos. Sin embargo, resulta de nuestro análisis que esta última representación del orden jurídico también es inestable, merced a las expresiones que emplean los magistrados para referirse a su constitución, configuración e histórico devenir.

Asimismo, deseamos señalar que, en la sentencia que hoy nos ocupa, también hemos relevado expresiones metafóricas que remiten a otras metáforas conceptuales como EL DERECHO

ES UNA HERRAMIENTA, EL DERECHO ES UN REMEDIO, EL DERECHO ES UN ACTO RELIGIOSO, que, si bien ocupan un rol secundario en este fallo, consideramos que impactan en su desarrollo argumentativo. En este sentido, aspiramos a estudiar esas expresiones en esta sentencia y en otras, producidas por el mismo tribunal y en mismo contexto –lo que supone un corpus específico a explorar– desde la misma perspectiva teórica y metodológica. Estas proyecciones de estudio que derivan de su evaluación *ex post* nos alientan a persistir en el trabajo de investigación cuyos primeros hallazgos sistematizamos precedentemente.

Referencias

CUCATTO, Mariana; SOSA, Toribio E. La pretensión es un pedido y algo más: diálogos entre la lingüística y el derecho procesal. Em: *Jurisprudencia Argentina del 9/12/2015*, t. 2015-IV.

CUCATTO, Mariana. El rol de la Suprema Corte de Justicia en la normalización lingüística: el caso de las unidades terminológicas ‘a mayor abundamiento’- ‘obiter dictum’. En: *Anais do del XVII Congresso Internacional de ALFAL*, 2486-2496. Brasil: Centro de Ciências Humanas e Letras Universidade Federal da Paraíba, 2014, pp. 2486-2496, disponible en: <http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0734-1.pdf>.

CUCATTO, Mariana. Para mayor satisfacción (de): expresión conectiva plurifuncional, fundamentación y disuasión. En: *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación* 88, 2021, pp. 107-121, Disponible en: <https://dx.doi.org/10.5209/clac.71982>.

CUCATTO, Mariana; ROJAS, Edgardo Gustavo. Desarrollos teóricos de la Lingüística Cognitiva y su impacto sobre la enseñanza del español como lengua primera, segunda y extranjera. En: NIETO, Haydée; DE MAJO, Oscar; MARTÍNEZ VÁZQUEZ, Julián (comps.) *Estudios del español como lengua segunda y extranjera*. Buenos Aires: Ediciones Universidad del Salvador, 2013, pp.154-181.

CUCATTO, Mariana; ROJAS, Edgardo Gustavo. Principales directrices metodológicas en lingüística cognitiva. Em: ROMERITO SILVA, José; SOARES RODRIGUES, Maria das Graças; DUQUE, Paulo Henrique; CAMPOS, Sulemi Fabiano (orgs). *Manual de metodologia da pesquisa em linguística teórica e descritiva*. Editora da UFRN, 2024 (en prensa).

BUTLER, Christopher; GONZÁLEZ-GARCÍA, Francisco. La lingüística Cognitiva y el Funcionalismo. En: IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide y VALENZUELA, Javier (dirs.) *Lingüística cognitiva*. Madrid: Anthropos, 2012, pp.349-374

CABRÉ, María Teresa; LORENTE, Casafont Mercè. Panorama de los paradigmas en lingüística. En: ESTANY PROFITÓS, Anna (coord.). *Enciclopedia Iberoamericana de Filosofía. Vol. Ciencias exactas, naturales y sociales*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003.

CROFT, William; CRUSE, D. Alan. *Lingüística cognitiva*. Madrid: Ediciones Akal, 2008.

CUENCA, María Joseph; HILFERTY, Joseph. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel, 1999.

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. *Cognitive Linguistics. An Introduction*. Edinburgh University Press, 2004.

GIBBS, Raymond. *Embodiment and Cognitive Science*. Cambridge-Madrid-New York-Melbourne: Cambridge University Press, 2005.

GIBBS, Raymond. *Metaphor Wars. Conceptual Metaphors in Human Life*. New York: Cambridge University Press, 2017.

LINHA D'ÁGUA

- IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; VALENZUELA, Javier. *Lingüística Cognitiva: origen, principios y tendencias*. En: IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; VALENZUELA, Javier (dirs.). *Lingüística Cognitiva*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2012, pp. 13-38.
- IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; VALENZUELA, Javier. *Lenguaje y cognición*. Madrid: Síntesis, 2021.
- JOHNSON, Mark. *The body in the mind. The bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- KÖVECSES, Zoltan. *Metaphor: A Practical introduction*. 2.^a ed. Oxford: Oxford University Press., 2010.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, George. *No pienses en un elefante*. Madrid: Editorial Complutense, 2004.
- LANGACKER, Ronald. *Cognitive Grammar. A Basic Introduction*. Oxford university press, 2008.
- LANGACKER, Ronald. *Investigations in cognitive grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009.
- MATTILA, Heikki. *Comparative Legal Linguistics*. Hampshire: Ashgate, 2006.
- MONTOLÍO, Estrella. La escritura en el quehacer judicial. Estado de la cuestión y presentación de la propuesta aplicada en la Escuela Judicial de España. En: *Signos*, 41(66), 2008, pp. 33-64.
- MONTOLÍO, Estrella. La situación del discurso jurídico escrito español: Estado de la cuestión y algunas propuestas de mejora. En: MONTOLÍO, Estrella (ed.). *Hacia la modernización del discurso jurídico*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2012, pp. 65-91.
- PALACIO, Lino E. *Derecho Procesal Civil*. Buenos Aires: Ed. Abeledo-Perrot, 1979, t.I, pág. 367 a 488.
- SOSA, Toribio E. La acción declarativa de certeza. Em: *Derecho Procesal Constitucional. Fragmentos y testimonios a 25 años de la reforma de la Carta Magna*, 2017a, disponible en <https://ar.ijeditores.com/pop.php?option=publicacion&idpublicacion=522&idedicion=3395>.
- SOSA, Toribio E. Principios, arbitrariedad, debido proceso, cosa juzgada írrita y pretensión autónoma declarativa. Em: *El Derecho* 13/3/2017b.

Artigo / Article

A importância do aprofundamento teórico-metodológico na formação docente e nas produções de materiais didáticos dialógicos no curso de Letras

The importance of theoretical-methodological deepening in teacher training and in the production of dialogical teaching materials in the Language and Literature major

Rosana Silvestre de Lima 

Universidade de São Paulo, Brasil

rosana.lima@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-7752-3430>

Larissa Vieira de Cerqueira 

Universidade de São Paulo, Brasil

larissa.cerqueira@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-0474-2602>

Recebido em: 03/02/2024 | Aprovado em: 21/05/2024

Resumo

A abordagem bakhtiniana está presente nos documentos curriculares oficiais brasileiros desde os anos 1990. No entanto, sua apropriação pedagógica tem sido orientada pela estrutura linguística em detrimento da interação social (Faraco, 2009), demandando esforços na formação do/a professor/a de língua portuguesa. Neste artigo, o objetivo é demonstrar como o aprofundamento na teoria dialógica do discurso pode contribuir para a produção de materiais didáticos, a partir de uma experiência formativa de licenciandos/as em Letras da Universidade de São Paulo em 2020. Nessa experiência, o enfoque teórico-metodológico recaiu nos conceitos de gêneros do discurso (Bakhtin, 2016 [1952-1953]) e de tema (Volóchinov, 2018 [1929]) e na produção de propostas didáticas em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Unesco, 2017). Neste trabalho, analisamos a proposta "Gênero do discurso e produção de texto: editorial", identificando a observância das autoras a respeito dos referentes bakhtinianos: i) esfera/campo de atividade humana; ii) gênero discursivo; iii) sua relativa estabilidade; iv) plurivocalidade dos enunciados; v) totalidade temática. Os resultados indicam qualidade dialógica no material, com elementos que expressam a dinâmica social, confirmando a relevância do aprofundamento teórico e de sua aplicação prática na licenciatura.

Palavras-chave: Gêneros do discurso • Tema • ODS • Formação de professores • Proposta didática

Abstract

The Bakhtinian approach has been present in Brazilian official curricular documents since the 1990s. However, its pedagogical appropriation has been guided by the linguistic structure to the detriment of social interaction (Faraco, 2009), demanding efforts in Portuguese school subject teacher training. In this article, the objective is to show how the dialogic discourse theory deepening can contribute to teaching materials production, based on Portuguese language major training experience at the University of São Paulo in 2020. In this experience, the theoretical-methodological approach includes the concepts of speech genres (Bakhtin, 2016 [1952-1953]) and theme (Volóchinov, 2018 [1929]) and on the production of didactic proposals aligned with the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) and with the Sustainable Development Goals (SDGs) (Unesco, 2017). In this work, we analyze the proposal "Gênero do discurso e produção de texto: editorial" ["Speech genres and text production: editorial"], identifying the authors' observance of Bakhtinian discursive referents: i) sphere/field of human activity; ii) speech genre; iii) its relative stability; iv) multiple voices in statements; v) thematic totality. The results indicate dialogical quality in the material with the presence of elements that express social dynamics, confirming the relevance of theoretical deepening and its practical application in undergraduate teacher training.

Keywords: Speech genres • Theme • SDGs • Teacher training • Didactic proposal

Introdução¹

Nos tempos atuais, em que a escola não é a única detentora dos conhecimentos transmitidos, ensinar pressupõe muito mais que no século XX: colocar-se diante do desafio de alcançar, por meio dos conteúdos trabalhados, um significado para a vida daquele que aprende. Esse movimento pode se realizar a depender de uma tomada de posição ou de posições espaço-temporais que se dão no curso do processo educacional, sendo esse, fundamentalmente, social.

O que se ensina? Para quem? Onde? Quando? São todas indagações norteadoras de significado dentro da esfera social ao reunirem diferentes possibilidades de que sujeitos ou objetos falem e ocupem certa marca e singularidade espaço-temporal, qualificando a aprendizagem.

¹ O artigo resulta de trabalho em equipe interdisciplinar e com colaborações em diferentes níveis formativos. À época da produção da proposta didática analisada, 2020, Rosana Silvestre de Lima colaborou como monitora no curso da licenciatura, sendo também doutoranda em Geografia Humana com coorientação em Filologia e Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). As licenciandas em Letras – Português e Inglês Caroline Parra e Larissa Vieira de Cerqueira, autoras da proposta didática, eram orientandas de Iniciação Científica, também pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da mesma Faculdade.

Podemos dizer que ir ao encontro da semântica torna possível nos aproximarmos dos sentidos presentes na vida de nossos/as estudantes e de todos/as que estão às voltas com a questão da linguagem. Essa contribuição pode advir da análise dialógica do discurso. O ensino dos gêneros discursivos possibilita que os estudantes atuem como sujeitos capazes de criar enunciados de maneira flexível, criativa, ética e cidadã, expressando suas posições ideológicas valorativas (Rojo, 2008).

A tentativa dessa aproximação vem sendo realizada por vias oficiais, com a abordagem bakhtiniana alcançando relevância no âmbito do ensino brasileiro, fazendo-se presente nos documentos norteadores dos currículos desde o final dos anos 1990. No entanto, isso não tem encaminhado o referencial dialógico para a prática que ocorre nas salas de aula. Um motivo para isso é que a apropriação pedagógica do conceito de gêneros do discurso, a partir dos documentos, tem sido influenciada pelo referencial formalista da linguística em detrimento de uma abordagem amparada na dinâmica social (Faraco, 2009). Essa realidade tem demandado reflexões e esforços teórico-metodológicos para reversão dessa tendência, sobretudo com foco na formação do/a professor/a de língua portuguesa.

Este artigo busca contribuir com esse debate, tendo por objetivo demonstrar parte dos resultados de uma experiência formativa com licenciandos/as em língua portuguesa do curso de Letras da Universidade de São Paulo. Para tanto, foi analisada a proposta didática “Gênero do discurso e produção de texto: editorial”, produzida no segundo semestre de 2020, cuja fundamentação foi dada pelos conceitos de gêneros do discurso (Bakhtin, 2016 [1952-1953]) e de tema (Volóchinov, 2018 [1929]) e por sua aplicação durante o exercício prático de produção de materiais didáticos, tendo em conta a Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC) (Brasil, 2018) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (doravante ODS) (Unesco, 2017)². Buscaram-se adequações para a realidade do/a professor/a da educação básica.

O desenvolvimento da disciplina demonstrou uma preocupação formativa direcionada, cuja intenção era a de que os materiais didáticos contemplassem os gêneros discursivos em seus diferentes campos de atuação e multiletramentos; uma forma de responder às orientações da Base Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), recentemente implementada, trazendo os referenciais teóricos bakhtinianos (2010 [1979]) para a área de ensino do português.

Os/as estudantes compunham um grupo heterogêneo, contemplando futuros/as docentes e outros/as já em atividade. Todos/as trabalharam no sentido de considerar, em suas produções, os elementos composicionais do gênero discursivo, a partir da teoria bakhtiniana, discutida por meio de aulas dialogadas mediadas pela docente responsável.

² Para a escolha do tema os/as estudantes foram subsidiados e monitorados, tendo como ponto de partida o documento *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem* (UNESCO, 2017), que se enquadra oficialmente nas diretrizes curriculares nacionais desde a publicação da BNCC (Brasil, 2018), após os ODS (ONU, 2015) tornarem-se referências junto aos objetivos de aprendizagem como parte estratégica de incentivo às metas assumidas pelo Brasil com a Agenda 2030.

Os/as estudantes foram acompanhados durante a produção dos materiais por um grupo de docentes experientes, estagiários/as e monitores/as, contemplando diferentes níveis e áreas de ensino. A equipe pautou-se por interesse interdisciplinar, o que permitiu ampla partilha de conhecimentos e de técnicas. Nesse âmbito, o conceito de tema (Volóchinov, 2018 [1929]) foi sendo tratado e incorporado pelos/as estudantes por meio de orientações direcionadas para cada projeto. Destacam-se as contribuições da monitoria para a identificação dos elementos extraverbais³ ao longo da produção dos materiais didáticos junto aos temas referenciados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (UNESCO, 2017). Acrescentou-se a essa tarefa, o desafio de orientar a produção de materiais digitais, oportunizando letramentos referentes a essa modalidade. É importante lembrar que a disciplina foi ministrada em período de isolamento social, devido à pandemia por Covid-19, e sua realização teve de adaptar-se às aulas virtuais síncronas, bibliotecas digitais e monitorias on-line - alternativas que se colocaram em relação ao ensino presencial.

O caminho teórico-metodológico percorrido junto aos/as licenciandos/as estimulou posicionamentos ideológicos diante da produção dos materiais didáticos, compondo um processo de formação diferenciada em relação a uma aprendizagem técnica. O primeiro desafio dado a eles/as foi o de selecionar o campo/esfera da atividade humana e a respectiva coletânea de enunciados/textos a serem trabalhados na proposta didática. Essa etapa exigiu a compreensão da tensão que se manifesta por meio da plurivocalidade social. Os temas dispostos no documento dos ODS (UNESCO, 2017) trazem um posicionamento oficial para o encaminhamento de práticas educativas sustentáveis, mas a possibilidade de sua realização passa também por outras instâncias sociais, o que ficou evidenciado por meio dos textos da esfera/campo escolhidos. Assim, os/as estudantes foram justificando a relevância da seleção junto aos respectivos campos de circulação e ao objetivo pedagógico desejado.

À medida em que se aprofundaram nos conceitos de conteúdo temático, estilo e construção composicional, a formação foi cumprindo o papel de ampliar as possibilidades de aplicações práticas para a produção dos materiais pedagógicos. Os resultados obtidos demonstraram níveis satisfatórios de transposição teórico-metodológica em todas as propostas didáticas, o que colocou em evidência o trabalho interdisciplinar e a equipe pedagógica atuando com contribuições em diferentes níveis de formação acadêmica.

Na proposta didática selecionada para análise, o campo/esfera “jornalístico-midiático” (Brasil, 2018) foi orientado pelo tema (Volóchinov, 2018 [1929]) do ODS de número 15: *Vida Terrestre* (UNESCO, 2017), materializado em textos de notícias e de editoriais. Podemos dizer que a escolha do editorial pelas licenciandas permitiu evidenciar as tensões político-sociais. Trata-se de um gênero discursivo em que os jornais ou revistas publicam seu posicionamento ideológico a respeito de dado tema polêmico e de grande repercussão, nesse caso, o conflito

³ Para Volóchinov (2019 [1926]), os elementos extraverbais ou subentendidos são avaliações obtidas a partir de atos socialmente lógicos.

posto entre as metas oficiais de responsabilidade ambiental e a gestão real delas, que é materializada pela atuação executiva, por meio de políticas públicas.

Considerando aspectos gerais dentro desse contexto de produção, destacam-se os enfoques na relativa estabilidade do gênero discursivo, em sua plurivocalidade e na orientação argumentativa dos enunciados, tendo em vista que o trabalho formativo junto aos/às alunos/as da graduação buscou responder a dois problemas, sendo eles: i. a cristalização do conceito de gêneros do discurso em sua apropriação pedagógica, devido à herança estrutural e à não menção à sua relativa estabilidade; e ii. a dificuldade com as estratégias argumentativas, identificada na prática dos professores (Portela, 2016).

Em relação ao primeiro ponto, visando considerar a relativa estabilidade dos gêneros do discurso, a atitude prática adotada no processo formativo dos/as licenciandos/as foi a de motivar a seleção, na elaboração da proposta didática, de mais de um texto/enunciado de determinado gênero do discurso, a fim de ressaltar que há recorrências no estilo, na forma composicional e no conteúdo temático de um dado gênero, mas que, ao se materializar em diferentes enunciados, haverá distinções. Além disso, essa seleção possibilitou que os/as estudantes tivessem contato com as diversas vozes dos diversos veículos que escrevem em torno daquele assunto relacionado ao ODS escolhido. Já sobre o segundo aspecto, a ideia foi priorizar a escolha de gêneros discursivos argumentativos, visando desenvolver a capacidade de leitura e de produção desses textos por parte dos/das alunos/as-alvo da proposta didática.

O percurso deste artigo apresenta três seções. Na primeira, trazemos dados da realidade e discussões teóricas em torno dos dois problemas supracitados, que motivaram este texto. Na segunda, apresentamos o referencial teórico-metodológico bakhtiniano e do Círculo, ao mesmo tempo em que mostramos, por meio da análise, como ele está presente na proposta didática selecionada. Na última, trazemos nossas considerações finais a respeito dos possíveis efeitos da formação dialógica para a qualidade da produção didática e suas potencialidades de superação do modelo linguístico-estruturalista.

1 Uma mudança paradigmática em curso

Ao se comunicar em dado contexto histórico-social, o ser humano sempre utilizou determinados gêneros do discurso, mesmo que de forma intuitiva, sendo uma prática natural, cotidiana e intrínseca à vida (Bakhtin, 2016 [1952-1953]).

A noção de gêneros do discurso é anterior aos estudos bakhtinianos. Segundo Pistori (2019, p. 266), “a retórica é a mais antiga disciplina do mundo ocidental que se interessou pelos estudos do discurso”. Para a autora, visitar o conceito de gêneros do discurso significa recuperar a retórica aristotélica e suas definições sobre os gêneros deliberativo, judicial e epidítico (Aristóteles, 2015 [330 a. C.], 1358b). Segundo o estagirita, no primeiro, há o conselho e a dissuasão. No segundo, a acusação e a defesa. No terceiro, o elogio e a censura.

Rojo (2008) identifica relações entre os conceitos aristotélicos e as noções bakhtinianas. Segundo ela, “as ideias da *Poética* vão fornecer material aos construtos do formalismo russo, enquanto as ideias da *Retórica* aproximam-se mais da teorização bakhtiniana” (Rojo, 2008, p. 84). Ao tecer essas relações, a autora destaca, em seu texto, possíveis influências da retórica para os conceitos bakhtinianos:

[...] o Estagirita desenvolve seu tema a partir da *situação de produção dos discursos* (em especial, as *relações entre os interlocutores*) e de seus *temas* e situa os gêneros em suas *esferas de produção/circulação*: política, jurídica, científica ou escolar. Talvez, justamente porque esteja apreciando as formas de ação discursivas éticas e eficazes na *polis*. (Rojo, 2008, p. 83, grifos da autora).

Mas, é importante frisar que o caráter dialógico em Bakhtin (2010 [1979]) difere-se do princípio persuasivo da retórica aristotélica, abrindo espaço para que um interlocutor, a quem se profere o enunciado, possa concordar, discordar, aplicar, completar ou ainda preparar-se para usar o significado linguístico do que foi lhe dito por meio de uma resposta.

O entendimento acerca da teoria bakhtiniana vem sendo ampliado à medida em que as publicações diretas do russo tem se tornando acessíveis, marcando historicamente a maneira como esses referenciais teóricos vão compondo os documentos curriculares oficiais.

Entre os anos de 1952-1953, o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin (1895-1975) escreve o ensaio *Os gêneros do discurso*. No Ocidente, a recepção de Bakhtin e de seu Círculo ocorre somente a partir de 1970, e no Brasil, se dá por meio das obras *Problemas da poética de Dostoiévski*, em sua edição traduzida do russo ao italiano em 1968, e *El signo ideológico y la filosofía del lenguaje*, de Volóchinov em 1976, considerado por Brait (2020) um dos marcos epistemológicos para o surgimento do que hoje se convencionou denominar análise dialógica do discurso (Boenavides, 2022).

Bakhtin (2016 [1952-1953]) define os gêneros do discurso como tipos relativamente estáveis de enunciados concretos. Estes, por sua vez, representam a real unidade da comunicação discursiva, afinal, “o discurso só pode existir de fato na forma de enunciados concretos de determinados falantes, sujeitos do discurso” (Bakhtin, 2016 [1952-1953], p. 28). Eles são a realização da vida, e essa entra na língua por meio deles (Bakhtin, 2016 [1952-1953]).

Nessa perspectiva, não convém separar a palavra daquele/a que a pronuncia e das condições espaço-temporais em que o faz. Vistos dessa maneira, os enunciados materializam as necessidades dos sujeitos de dado campo da atividade humana por meio de seu conteúdo temático, estilo e construção composicional, sendo esses três elementos indissociáveis. O conteúdo temático trata dos objetos que são recorrentemente abordados em determinado gênero do discurso, já o estilo é constituído pelas seleções lexicais, fraseológicas e gramaticais da língua, além de ser identificado na própria construção composicional, que diz respeito à organização/estrutura do texto (Bakhtin, 2016 [1952-1953]).

Vale ressaltar que tema (Volóchinov, 2018 [1929]) e conteúdo temático (Bakhtin, 2016 [1952-1953]) são conceitos distintos. O primeiro, tema, diz respeito ao enunciado e, dessa forma, é singular e irrepetível. Trata-se de um conjunto formado entre a estrutura linguística e a significação, interpretadas no enunciado concreto, situado em determinado espaço-tempo. O segundo, conteúdo temático, por sua vez, diz respeito ao gênero do discurso e, dessa forma, é relativamente estável. Trata-se das recorrências de determinados tipos de acontecimentos ou objetos sobre os quais determinado gênero do discurso costuma versar.

Na proposta didática a ser analisada, o conteúdo temático do gênero editorial é trabalhado quanto à relativa estabilidade encontrada em características mais abrangentes, como seu caráter argumentativo e sua natureza advinda de fatos e notícias polêmicas. Já o tema é trabalhado explorando os posicionamentos defendidos pelos sujeitos-instituições autores dos enunciados da coletânea, frente ao debate ambiental.

Convém esclarecer que os conceitos de Bakhtin e o Círculo — principalmente, o de gêneros do discurso —, depois de sua recepção, tornaram-se referência para a educação desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCNs) (Brasil, 1997, 1998) até a proposta apresentada pela Base Nacional Comum Curricular/BNCC (Brasil, 2018).

De acordo com Brait (2000), as orientações para o ensino de língua portuguesa presentes nos PCNs (1997, 1998) trazem, em várias passagens, a questão dos gêneros derivada da concepção de linguagem e língua. De tal forma, as influências da teoria bakhtiniana se mostram presentes no documento pela explicitação de conceitos, a exemplo do trecho em que se argumenta como “o discurso se organiza a partir dos conhecimentos que se acredita que o interlocutor possua sobre o assunto, do que se supõe serem suas opiniões e convicções, simpatias e antipatias, da relação de afinidade e do grau de familiaridade que se tem, da posição social e hierárquica [...]” (Brasil, 1997, p. 22). Nesse ponto, identificamos que o documento se aproxima do conceito de alteridade, no qual, o interlocutor, o outro a quem se dirige o enunciado, é uma das questões fundantes bakhtinianas.

Na mesma direção dos PCNs (1997, 1998), a BNCC (2018) busca os conceitos em torno dos gêneros do discurso como basilares. Em sua primeira parte, destinada à Língua Portuguesa, encontramos a seguinte passagem:

Na esteira do que foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos [...] (Brasil, 2018, p. 67).

Nesse excerto, podemos constatar que a BNCC procura dar continuidade à proposta dos PCNs, tomando o mesmo movimento de considerar que o ensino de língua portuguesa tem como centralidade o texto, que é a materialização de dado gênero do discurso, situado em determinada esfera. A inovação gira em torno do desenvolvimento das tecnologias digitais, que faz com que surjam novas formas de comunicação e novos gêneros discursivos.

Barbosa e Rojo (2019), que atuaram na redação do componente curricular de língua portuguesa da BNCC, indicam onde encontrar a definição do que entendem por campo/esfera: “na formulação do verbete Esferas ou campos de atividade humana do Glossário do CEALE, Rojo vai articular as esferas de atividades, as práticas sociais e os gêneros do discurso, articulação a partir da qual as habilidades definidas [pela BNCC] devem ser compreendidas” (Rojo; Barbosa, 2019, p. 275). Ao visitar o verbete, encontramos o seguinte trecho:

Max Weber vai distinguir esferas de atividade/ação/atuação humana e esferas de valores. Para Weber, a sociedade é formada por “indivíduos” e “esferas” bem nítidas; existem os indivíduos e as estruturas sociais criadas pelos indivíduos em interação social (esferas). Weber trata as esferas de atuação humana como esferas de valor (isto é, regidas por diferentes éticas). O que são essas “esferas”? São os campos das atividades humanas centrais que organizam as ações humanas em sociedade, por meio dos discursos e práticas. Mikhail Bakhtin, em “Os gêneros do discurso”, cita alguns exemplos de comunicação cultural mais complexa: comunicação artística, científica, sociopolítica. Nessa mesma obra, o autor relaciona determinadas condições e funções sociais (científica, técnica, jornalística, oficial, cotidiana), específicas de cada esfera, com a origem e o desenvolvimento de certos gêneros (Rojo, 2014, p. 108-109).

O excerto explicita o caráter social, dado por Bakhtin, às esferas de atuação humana. A partir dele, identificamos que a abordagem dos conceitos de campo/esfera presentes na BNCC tem como base as definições do filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, mas, também, as noções do sociólogo alemão Max Weber, as quais não aprofundamos aqui⁴.

Ainda que esses documentos oficiais, tratados acima, tenham inovado ao defenderem o ensino de língua portuguesa por meio do texto e dos gêneros do discurso, isso não tem sido suficiente para a compreensão e devida apropriação pedagógica da abordagem bakhtiniana. É importante considerar que a análise dialógica do discurso tem repercussão no Ocidente há cerca de 50 anos, fazendo frente a uma tradição linguística formalista/estruturalista que é secular e que integra os preceitos filosóficos baseados na disciplinaridade e na divisão do conhecimento, presentes até os dias de hoje nos modelos de formação docente.

A tradição formalista, ainda muito presente nas salas de aula de língua portuguesa, é autoritária, pois considera a linguagem e, conseqüentemente, os textos, como modelos a serem seguidos pelos/as estudantes. O ensino dos gêneros discursivos pode possibilitar, por outro lado, que os/as estudantes como sujeitos produzam enunciados de maneira flexível, criativa, ética, cidadã, se posicionando ideológica e valorativamente (Rojo, 2008).

Apesar dos esforços empreendidos na produção de documentos curriculares norteadores para o ensino dos gêneros discursivos, a apropriação desse conceito encontra grandes desafios. De acordo com Faraco (2009, p. 122), houve uma cristalização do conceito de gêneros do

⁴ Cabe ressaltar que, na análise da proposta didática presente neste artigo, não utilizamos autores para além de Bakhtin e o Círculo, uma vez que nosso objetivo foi demonstrar como o aprofundamento na teoria dialógica do discurso pode contribuir para a produção de materiais didáticos e para a formação de licenciandos/as em Letras.

discurso em sua transposição pedagógica, cujas raízes estão na tradição formalista/estruturalista.

[...] talvez a apropriação pedagógica da noção de gênero do discurso de Bakhtin tivesse sido mais enriquecedora do que cristalizadora, se suas reflexões tivessem sido entendidas pelo seu caráter inerentemente dinâmico e não tivesse se resumido a submetê-las a uma leitura apenas formal dos gêneros (Faraco, 2009, p. 133).

Para explicar sua crítica, Faraco (2009) retoma a teoria bakhtiniana a respeito do vínculo essencial entre a linguagem e a esfera de atividade humana. O conceito bakhtiniano de gêneros do discurso orienta a análise de diferentes eixos das práticas de linguagem – oralidade, leitura/escuta, produção escrita/multissemiótica e análise linguístico-semiótica – a partir das esferas de produção, circulação e recepção.

Para reforçar esses aspectos dinâmicos e singulares dos gêneros do discurso, Faraco (2009) explica:

Ao dizer que os tipos são relativamente estáveis, Bakhtin está dando relevo, de um lado, à historicidade dos gêneros; e, de outro, à necessária imprecisão de suas características e fronteiras. Dar relevo à historicidade significa chamar a atenção para o fato de os tipos não serem definidos de uma vez para sempre. Eles não são apenas agregados de propriedades sincrônicas fixas, mas comportam contínuas transformações, são maleáveis e plásticos, precisamente porque as atividades humanas são dinâmicas, e estão em contínua mutação (Faraco, 2009, p. 127).

De acordo com Bakhtin (2016 [1952-1953]), o nosso enunciado é pleno das palavras dos outros, e essas trazem consigo a expressão e o tom que assimilamos, reelaboramos, reacentuamos. A crítica de Faraco (2009) recai sobre a esfera pedagógica quando a apropriação do conceito bakhtiniano de gêneros do discurso o reelabora e o reacentua de modo a enfatizar seus aspectos formais, como se fossem eternamente estáveis, deixando escapar sua dinamicidade social, daí a importância em se considerar os campos/esfera de circulação.

Os campos têm determinadas funções (como a jornalístico-midiática) e condições de comunicação, que geram os gêneros. De acordo com Bakhtin,

Em cada campo, existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de cada campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis (Bakhtin, 2016 [1952-1953], p. 18).

A transposição pedagógica do conceito de gêneros do discurso com heranças estruturalistas, conforme exposto por Faraco (2009), junto a problemas de aprendizagem (Portela, 2016), responde a dificuldades dos/as alunos/as do ensino básico, na leitura e na produção de textos, principalmente, argumentativos.

Nossas constatações sobre a competência textual/discursiva de nossos alunos, em especial em relação ao discurso argumentativo, partem do dia-a-dia na sala de aula, que nos conduz a concluir que ações que demandam raciocínio lógico, como por exemplo, identificar as relações de causa e consequência expressas pelos argumentos; sustentar, refutar ou negociar ideias; compreender, interpretar e expressar conceitos, fatos, opiniões e valores que corroboram ou não uma tese; impõem, visivelmente, dificuldades consideráveis para os estudantes (Portela, 2016, p. 12).

Tendo em vista as dificuldades de superação do modelo estruturalista e as constatações da prática pedagógica em face das dificuldades dos estudantes, se faz necessário investir no aprofundamento teórico-metodológico de base dialógica ao longo da formação docente, bem como empenhar esforços práticos para que as apropriações didáticas possam responder às demandas voltadas ao ensino da leitura e da produção de texto, principalmente, argumentativo.

2 O editorial na esfera jornalístico-midiática: uma proposta didática em análise bakhtiniana

A proposta didática que analisamos, “Gênero do discurso e produção de texto: editorial” foi idealizada pelas autoras Caroline Parra e Larissa de Vieira Cerqueira para o trabalho com os eixos de leitura e de produção de texto a partir do campo/esfera jornalístico-midiático/a.

Ao longo da proposta, elas recuperaram as esferas de circulação e de recepção dos textos pertencentes ao gênero editorial, ao mesmo tempo em que exploraram a forma composicional, o estilo, o tema e o conteúdo temático. Esses conceitos específicos da teoria bakhtiniana e do Círculo, que trouxeram aprofundamento à proposta didática, serão apresentados ao mesmo tempo em que fazemos a análise, seguindo a ordem da organização pedagógica das autoras.

A proposta foi elaborada de forma análoga a um capítulo de livro didático e sua aplicação foi pensada para o final do 2º ano do ensino médio. O capítulo proposto contém a abertura seguida do caminho a percorrer, que organiza os conteúdos a serem didatizados em 5 seções: 1) Começo de conversa; 2) Sensibilizando o olhar; 3) O editorial; 4) Refletindo sobre o gênero; 5) Faça você mesmo. Esse encadeamento marca a organização pedagógica dada pelas autoras para propiciar ao/à aluno/a do ensino médio o aprendizado dos elementos que envolvem o gênero discursivo editorial.

2.1 Abertura: a proposta didática como enunciado concreto e seu tema

Ao tratar das formas do enunciado, Volóchinov (2018 [1929], p. 194) afirma que elas “[...] podem ser sentidas e compreendidas apenas em comparação com outros enunciados inteiros na unidade de uma esfera ideológica”. Nesse ponto, o autor reitera as diretrizes teórico-metodológicas de preservação da plurivocalidade (dialogia) e sua observação integral no meio em que se insere. Isso nos permite recorrer a uma coerência teórica do Círculo, entre

Volóchinov (2018 [1929]) e Bakhtin (2017 [1924]), que alcança as dimensões estética e ética desenvolvidas no ato discursivo por meio da singularidade e da valoração advindas de quem fala.

Volóchinov (2018 [1929]) também explora como a dimensão histórica participa da produção dos enunciados, dando-lhes uma base concreta de ordem superior. Assim, para além da fala, enquanto produção de um dado sujeito, o autor busca pelas imbricações entre os enunciados e o espaço-tempo em que esses se inserem.

Nesse ponto, a articulação teórica com o material produzido pelas licenciandas está expressa na abertura da proposta didática. Nela, as autoras utilizaram a fotografia de uma onça pintada, posicionada ao centro, tendo ao seu redor as marcas de destruição do Pantanal brasileiro, em razão das queimadas ocorridas no segundo semestre de 2020. A fotografia de Lalo de Almeida foi capa do Jornal *Folha de S. Paulo* do dia 15 de setembro de 2020. Nessa parte do material, elas trouxeram a contextualização da fotografia, sobre quem a produziu e a publicou; o bioma e a importância de sua preservação e recuperação; e a sua intencionalidade junto ao/à aprendente: a construção de um percurso argumentativo tomando como referência os elementos que marcam o texto editorial e o debate ambiental (Figura 1).

Figura 1. Abertura da Proposta Didática

UNIDADE
8

CAPÍTULO
23

Gênero do discurso e produção de texto
Editorial

INCÊNDIO NO PANTANAL AMEAÇA EXPERIÊNCIA DE CONSERVAÇÃO DE ONÇAS VIA TURISMO
Onça-pintada descansa em área queimada às margens do rio Três Irmãos, perto de Porto Jofre, em Mato Grosso; fogo já consumiu 62% de parque estadual onde felino é observado [Ambiente BS](#)

A foto mostra um dos maiores desastres ambientais que o país já viveu: as grandes queimadas do Pantanal. Elas mereceram a capa do jornal Folha de S. Paulo do dia 15/09/2020 e também um editorial, que veremos nesse capítulo.

A fotografia é tirada a partir do olhar do fotógrafo Lalo de Almeida, da Folha de S. Paulo. Ele enquadra, no centro, a onça-pintada, que representa uma vida tendo que lidar com o desastre e as tantas vidas dos animais perdidas. A onça-pintada também é um símbolo nacional assim como o Pantanal, que têm importância grandiosa para compor a nossa biodiversidade. Convidamos você a explorar essa e outras questões ambientais no universo do editorial. O foco é construir, a partir do editorial, um percurso argumentativo e te dar voz para atuar com o seu ponto de vista sobre essas causas ambientais.

160

Fonte: Parra e Cerqueira (2020, p. 160).

LINHA D'ÁGUA

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

Podemos notar que o tema da proposta didática em torno da questão ambiental no campo jornalístico-midiático fica explicitado ao/à possível estudante interlocutor/a, bem como o objetivo de estudo da proposta, que é o editorial, buscando desde esse início apresentar as várias vozes presentes no debate, a do fotógrafo, a do jornal e a das autoras, que situam o tema da vida terrestre a partir da imagem da onça-pintada, como símbolo da biodiversidade ameaçada. Ao mesmo tempo, elas convidam os/as estudantes a colocarem sua voz na trajetória de estudo do capítulo.

Para Volóchinov (2018 [1929]), uma totalidade, também entendida como tema, contempla, dentro do enunciado, marcas extraverbais, pertencentes à unidade ideológica (ou, esfera de circulação, como no caso que analisamos).

Saber identificar essas marcas em um enunciado, permite ao/à leitor/a, uma compreensão em nível superior, que ultrapassa a semântica, alcançando o sentido das relações humanas na vida social e histórica. Essa compreensão pode ser facilitada pela intercalação de vários enunciados, ampliando as condições para uma visão crítica, compondo uma proposição necessária ao trabalho pedagógico.

Quando a proposta didática foi desenvolvida em 2020, as questões ambientais urgiam quanto aos incêndios na Amazônia e no Pantanal. O aproveitamento desse debate social pode ser identificado a partir da escolha da coletânea (Quadro 1), para a qual foram selecionados textos anteriores (4 e 5 da Quadro 1) e concomitantes (1, 2, 3, 6 e 7 do Quadro 1) a esse momento político-social, como observamos sistematizados a seguir.

Quadro 1. Relação dos textos utilizados ao longo da proposta didática

	Gênero/Título	Esfera/Campo	Mês/Ano	Pontos de vista na unidade ideológica do tema	Página
1	Notícia de primeira página / “Incêndio no Pantanal ameaça experiência de conservação de onças via turismo”	Jornal impresso <i>Folha de S. Paulo</i>	09/2020	Queimadas no Pantanal com uma onça-pintada sobrevivente, representando a biodiversidade local que foi morta pelo fogo	160
2	Fotografia / “Pantanal devastado após queimadas”	Revista impressa <i>Pesquisa FAPESP</i>	11/2020	Queimadas no Pantanal com caminho aberto pelo fogo e restos de vegetação carbonizada	161
3	Editorial / “Frente de devastação”	Jornal impresso <i>Folha de S. Paulo</i>	09/2020	Questão política em torno das queimadas no Pantanal, consideradas resultado do desmonte de instituições de proteção ambiental. Estabelece diálogo com a capa do jornal Folha de S. Paulo do mesmo dia.	162
4	Editorial / “Meio ambiente não é questão secundária”	Jornal on-line <i>O Globo</i>	10/2018	Preocupações de que o futuro governo priorizasse a agropecuária em detrimento dos cuidados ambientais	164-165

5	Editorial / “A dança dos números”	Revista <i>Scientific American Brasil</i>	06/2015	Retomada histórica das queimadas e desmatamento na Amazônia	169
6	Editorial / “Lixão a céu aberto”	Telejornal <i>Norte Notícias</i> , canal <i>TV Norte Amazonas</i> , afiliado do <i>SBT</i>	06/2020	Lixões irregulares, que prejudicam o meio ambiente	170
7	Notícia / “Governo demite chefe de monitoramento do Inpe após alta no desmatamento”	Jornal on-line <i>A tarde</i> , portal <i>UOL</i>	07/2020	Demissão de Lúbia Vinhas, coordenadora-geral de Observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em relação ao recorde no desmatamento da Amazônia, que alcançou em junho de 2020 o maior valor mensal desde 2015.	171-172

Fonte: elaboração própria.

A coletânea, assim elaborada, representa uma rede de relações sociais composta por posicionamentos de diferentes setores quanto ao recuo do governo federal frente aos cuidados com o meio ambiente já em 2015 e os resultados desse processo em 2020 com as queimadas no Pantanal.

A coletânea contempla, sobretudo, posicionamentos contrários ao governo federal sob a liderança de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022), no entanto, não trouxe enunciados diretos desses presidentes. Muitas das tensões somente puderam ser identificadas a partir dos elementos extraverbais, que corresponderam às políticas públicas executadas por eles em contraposição às medidas ambientais protetivas recomendadas por órgãos científicos, como o INPE, e por organizações internacionais, como a UNESCO. Também podemos destacar que o gênero editorial contemplou diferentes expressões na esfera/campo jornalístico-midiático, cobrindo produtores e leitores em diversos vários âmbitos sociais.

Recuperando a experiência formativa dos/as licenciandos/as, essa questão foi trabalhada dando atenção à relevância e atualidade dos textos selecionados para a coletânea, de forma a serem próximos do contexto sócio-histórico em que o/a aluno/a vive. Nesse caso, a proposta didática amplia a possibilidade de diálogo com estudantes do 2º ano do ensino médio, que, provavelmente, se recordarão de ter acompanhado, seja de forma on-line ou televisiva, a repercussão dos incêndios ocorridos na Amazônia e no Pantanal em 2020 na/no esfera/campo jornalístico-midiática/o.

Podemos constatar que grande parte dos textos/enunciados selecionados permite tratar de um contexto político-social vivenciado pelos alunos-alvo. Tomando por base o conceito de gêneros do discurso, a proposta didática demonstra que buscou localizar os alunos no/na campo/esfera da atividade humana, trazendo a realidade político-social que os cerca, nesse caso, por meio da leitura dos enunciados selecionados. Recuperando a experiência formativa dos/as licenciandos/as, essa questão foi trabalhada dando atenção à relevância e à atualidade dos textos

selecionados para a coletânea, de forma a serem próximos do contexto sócio-histórico em que o/a aluno/a vive. Nesse caso, a proposta didática amplia a possibilidade de diálogo com estudantes do 2º ano do ensino médio, que, provavelmente, se recordarão de ter acompanhado, seja de forma on-line ou televisiva, a repercussão dos incêndios ocorridos na Amazônia e no Pantanal em 2020 na/no esfera/campo jornalístico-midiática/o.

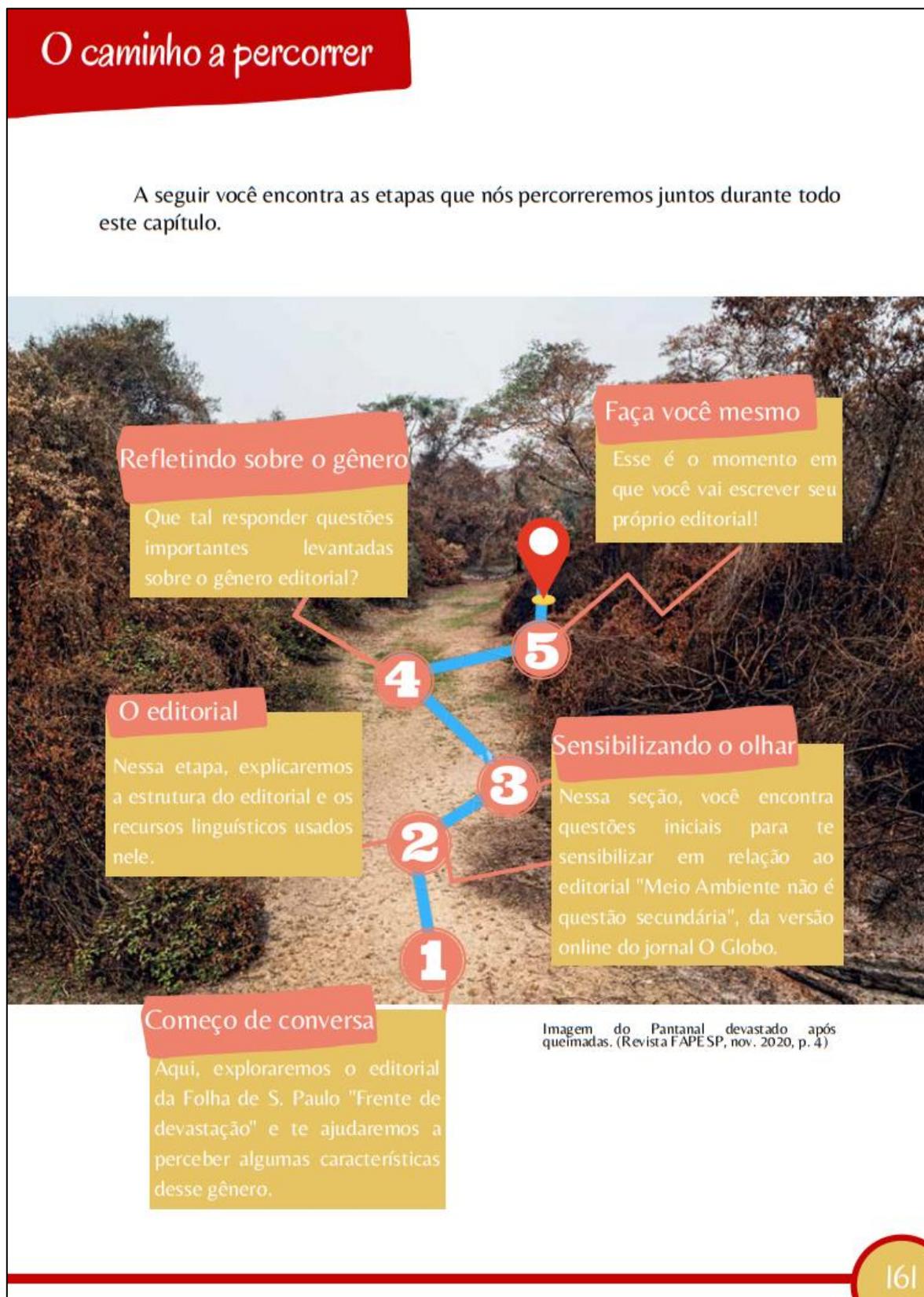
2.2 Caminho a percorrer: o posicionamento teórico, didático e pedagógico

Seguindo com nossa análise, após a abertura, a proposta didática traz o “Caminho a percorrer” (Figura 2), que apresenta ao/à estudante cinco seções pelas quais será guiado/a para o aprendizado, contextualizando-o/a na posição e na proposta didático-pedagógica das autoras. O primeiro traço de posicionamento é dado pelo tema do enunciado concreto da proposta didática, trazendo as seções do capítulo a partir de uma fotografia do Pantanal, devastado após queimadas (Figura 2), o que as situa, axiologicamente, no conjunto de discursos que buscam evidenciar essas tragédias ambientais como forma de vincular a responsabilidade política por trás delas.

O posicionamento aparece também no direcionamento pedagógico, evidenciando momentos de aprofundamento sobre o gênero, que ultrapassam sua estrutura formal. Enquanto dedicam apenas uma seção para a questão formal, utilizam outras três com atividades que buscam a reflexão e o aprofundamento do gênero em sua qualidade social. Além disso, dedicam uma seção para estimular a voz do estudante, convidando-o/a para a produção escrita.

Um ponto conflitante com a teoria bahktiniana identificado em nossa análise é que, ao separar uma seção para tratar dos elementos “estruturais” do gênero editorial, as autoras reforçaram uma separação entre forma e conteúdo, contrapondo-se a outras seções, em que tratam dos elementos relativamente estáveis do editorial, como de suas permanências composicionais e sua relação com o meio de circulação. Mais à frente, discutimos como isso apareceu nas diferentes seções analisadas.

Figura 2. Caminho a percorrer na proposta didática



Fonte: Parra e Cerqueira (2020, p. 161).

2.3 Começo de conversa: as primeiras caracterizações do gênero editorial

Na primeira seção, “Começo de conversa”, o enunciado “Frente de devastação” (Figura 3) é seguido de um glossário e de três questões (Figura 4). Essas últimas exploram características do gênero discursivo, que o diferenciam dos gêneros textuais, refletindo a abordagem bakhtiniana, tal como mostrará a análise a seguir.

Figura 3. Apresentação do editorial “Frente de devastação”

The image shows a page from the newspaper 'Folha de São Paulo' with a red header that reads 'Começo de conversa'. The main text is an editorial titled 'Frente de devastação' with the subtitle 'Diante de tragédias ambientais, desmonte de Ibama e ICMBio se agrava com cortes para 2021'. The text discusses environmental damage and the impact of budget cuts on agencies like Ibama and ICMBio. To the right, there is a smaller version of the newspaper page, showing the same editorial and other news items. A red dashed box highlights the editorial title and subtitle on the smaller page. At the bottom right of the page, there is a red circle with the number '162'.

Fonte: Parra e Cerqueira (2020, p. 162).

Figura 4. Explorando as características do gênero discursivo a partir do editorial “Frente de devastação”

Glossário

autarquia - empresa pública com autonomia administrativa, econômica e técnica.

dotação - verba, quantia em dinheiro para determinado fim.

combalido - fraco.

flanco - ponto vulnerável à derrota.

imbuído - aquele que tem certeza de algo.

manietar - amarrar, atar.

ostracismo - exclusão de cargo público ou político.

torniquete - amarração ao redor de ferimento para evitar perda de sangue.

talho - corte.

15

VIDA TERRESTRE

Para esse capítulo, escolhemos trabalhar com um dos Objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU.

Ao todo, são 17 objetivos desenvolvidos de acordo com a Agenda 2030, que pretende alcançar esses objetivos até o ano de 2030. O propósito dos 17 objetivos é garantir uma vida sustentável, pacífica, próspera e equitativa na Terra para todos, agora e no futuro. Os objetivos abrangem desafios globais que são fundamentais para a sobrevivência da humanidade. Daremos destaque ao objetivo de número 15 "Vida Terrestre", que diz respeito a, principalmente, proteger os ecossistemas e a geri-los de forma sustentável.

Fonte: UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem. Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: <<https://ods.invf.org/wp-content/uploads/2018/12/Recursos-ods-objetivos-aprendizagem.pdf>>. Acesso em: 11/05/2021.

- 1 O editorial é um gênero argumentativo e, assim, opinativo. Qual é a opinião da Folha de S. Paulo sobre o desmonte das instituições de fiscalização e conservação ambiental (IBAMA e ICMBio)? E qual é o posicionamento do governo?
- 2 Quais argumentos a Folha de S. Paulo usa para defender sua opinião? Esses argumentos são enriquecidos com palavras fortes, como é o caso de "talho" do quarto parágrafo, por exemplo, que é uma palavra intensa para "corte". Quais outras palavras e expressões enriquecem os argumentos da Folha?
- 3 No jornal impresso, os editoriais vêm na segunda página, logo em seguida da capa do jornal com as manchetes. Apenas excepcionalmente eles migram para a capa. Por que os editoriais vêm ao começo do jornal?

Sensibilizando o olhar

Você viu como o impacto das ações do homem no meio ambiente podem vir das decisões políticas. Na próxima página, nós leremos um editorial do dia 25/10/2018, em que essas decisões ainda não haviam sido tomadas, eram apenas propostas de um futuro governo. Isso porque o texto foi escrito entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais de 2018, em que Jair Bolsonaro era um dos candidatos. Esse editorial pertence ao jornal O Globo, jornal de circulação nacional fundado em 1925 e pertencente ao grupo Globo, que tem grande influência no jornalismo brasileiro. O editorial está em sua modalidade online. Note, na imagem da próxima página, que há ícones de redes sociais para compartilhamento do texto e que não há assinatura de um autor específico.

163

Fonte: Parra e Cerqueira (2020, p. 163).

Nesta seção, as autoras trazem alguns dos elementos composicionais do editorial que mostram aspectos mais estáveis do gênero, como o caráter opinativo e argumentativo, bem como a necessidade dos veículos de priorizar sua aparição logo no início e por onde ele circula.

LINHA D'ÁGUA

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

Quanto à unidade ideológica, essa é tratada pelas autoras tanto pela apresentação do ODS 15 (Unesco, 2017) quanto pelas questões propostas. Esse arranjo didático permitiu apresentar tensões entre as metas de responsabilidade ambiental trazidas pelo ODS e a gestão desse, por meio das políticas públicas do governo. Dessa forma, os conflitos, que são da vida, puderam constituir uma totalidade temática e uma plurivocalidade por meio dos enunciados.

A estratégia pedagógica utilizada trouxe, na primeira questão, as referências, tanto do enunciador do editorial, quanto das instituições federais citadas por ele, capazes de revelar indicadores a respeito da gestão ambiental por parte do governo. Neste ponto, a atividade reestabelece ao leitor parte da composição da rede social, presente no enunciado, que trata dos argumentos a respeito da gestão ambiental. O fato de a questão perguntar, ao/à estudante, o posicionamento do governo evoca questões extraverbiais, isto é, elementos que não estão materializadas linguisticamente no texto. Assim, o ponto de vista do governo é reconstituído por meio dos subentendidos, que podem ser, inclusive, evidenciados pelo trabalho docente.

Seguindo o percurso teórico-metodológico bakhtiniano, os gêneros do discurso estão materializados em textos/enunciados, cujo elemento expressivo está entre os que auxiliam na determinação de peculiaridades estilístico-composicionais. Trata-se da relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do enunciado. Bakhtin afirma que é impossível que haja um enunciado neutro e defende que o estilo é determinado pelo aspecto expressivo. Escolhemos as palavras a partir de nosso projeto de enunciado, que é sempre expressivo (valorativo) (Bakhtin, 2016 [1952-1953]).

Esse aspecto teórico foi explorado na proposta didática por meio da questão dois (Figura 4), trazendo o foco na entonação, buscando verificar a força colocada nos argumentos. Desse modo, as autoras chamaram atenção para a maneira como os argumentos podem ser construídos expressivamente, isto é, na relação subjetiva emocionalmente valorativa do autor do texto com o conteúdo do objeto e do sentido do enunciado. Esse elemento expressivo/valorativo é marcado estilisticamente pela escolha lexical trabalhada na questão proposta. A palavra “talho”, assim como “desmonte”, “flanco”, “torniquete”, “combalidos”, “desprestígio”, mostra a relação emocionalmente valorativa que expressa a *Folha de S. Paulo* pelo objeto de que trata: os problemas que atingem o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Diante desses problemas, o veículo midiático se posiciona com argumentos fortalecidos pela escolha lexical robusta, que as autoras souberam explorar em favor da atividade proposta.

As autoras buscaram apoiar o/a estudante junto ao estudo lexical para essa atividade a partir de um glossário apresentado em boxe (Figura 4), logo em seguida ao texto trabalhado e imediatamente antes da questão proposta.

Por fim, a questão três refere-se à singularidade do meio de circulação e à sua primazia pela divulgação do seu posicionamento, disponível, no veículo, logo nas primeiras páginas. Tratar o texto em sua localização de página dentro do jornal significa situá-lo em sua esfera de

circulação, característica própria ao gênero do discurso. Podemos dizer que o conceito bakhtiniano de cadeia de comunicação discursiva ajuda a entender essa abordagem.

Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 60-62) aborda a questão de que o falante nunca é o primeiro a falar sobre o objeto de seu discurso. Ele afirma que não se trata de um Adão bíblico que se relaciona com objetos virgens. O enunciado está ligado não somente aos seus antecedentes na cadeia discursiva, mas também aos que ainda estão por vir, levando em conta a atitude responsiva do outro.

Considerando esse referencial, a proposta didática discute com os/as interlocutores, a partir do segundo parágrafo que introduziu, o editorial “Frente de devastação” (Figura 3) e, na questão 3 da seção (Figura 4), a posição do editorial dentro do veículo jornalístico, demonstrando que não se trata de uma escolha casual ou contingencial.

Como tratado no segundo parágrafo do texto pedagógico, que introduz o enunciado da seção (Figura 3), a cadeia de comunicação discursiva do jornal compreende o editorial em segunda página e, excepcionalmente, na capa. Partindo do pressuposto bakhtiniano de que o enunciado está ligado aos seus antecedentes e aos seus posteriores na cadeia discursiva e que leva em conta a atitude responsiva do outro, a proposta didática chama a atenção para a localização do editorial no todo do jornal. Assim, o fato de o editorial ser lido antes do que as demais matérias do veículo leva em conta a atitude responsiva do leitor que pode passar a ler os demais enunciados influenciado pelo tom crítico transmitido pelo veículo naquela leitura primeira. A atividade proposta (Figura 4) abre espaço para que os interlocutores docentes possam conduzir esse tipo de reflexão junto aos seus estudantes.

Em contraponto ao descaso ambiental denunciado nos textos, o material pedagógico apresenta uma das metas ambientais previstas nos ODS (UNESCO, 2017), trazendo uma voz de autoridade dentro do tema, já que a proposta didática, em si, é um enunciado concreto. O destaque do canto superior direito na Figura 4 traz ao leitor uma referência legal e internacional: o ODS de número quinze (15), que trata da *Vida Terrestre*. Essa inserção permitiu ampliar a visão contextual de posição e de temporalidade da questão ambiental, escalando o limite superior de compreensão do tema para o nível global.

Os ODS (UNESCO, 2017) trazem enunciados oficiais de uma rede social que é internacional, que, por outro lado, tem implicações diretas nas diretrizes curriculares brasileiras. É importante destacar que, além de catalisar várias dimensões do debate público dentro da sociedade contemporânea, os ODS impactam a área educacional, uma vez que suas metas têm a ver com mudanças comportamentais. Daí sua força normatizadora, o que exige maior atenção para que sua inclusão nos materiais didáticos não seja apenas com função informativa, cuidado evidenciado pelas autoras.

Todos esses elementos vão sugerindo ao leitor a identificação do corpo de relações sociais, que, mesmo quase implícitas, são responsáveis pela composição da unidade ideológica.

2.4 Sensibilizando o olhar: aprofundando o tema e identificando os argumentos

Passando para a segunda seção da proposta didática, “Sensibilizando o olhar”, foram exploradas as mudanças nos gêneros discursivos que refletem as mudanças na vida social, inclusive, com relação às técnicas (Bakhtin, 2016 [1952-1953], p. 20). Nesse ponto, as autoras foram apresentando uma camada quase implícita quanto à constituição da relativa estabilidade do gênero em relação às mudanças na sociedade. Esse aspecto foi abordado por meio de questões problematizadoras (Figura 5 e 6) e por uma apresentação de dados a respeito da evolução da circulação da imprensa (Figura 6).

Figura 5. O gênero no veículo impresso e on-line

Bolsonaro, seguindo a trilha do presidente Trump, retiraria o Brasil do Acordo de Paris. Nos EUA, onde setores industriais de peso já assumiram compromissos com o corte de emissões, a atitude de Trump tem pouco efeito concreto. No caso do Brasil, um grupo de 180 entidades se pronunciou contra a denúncia do Acordo.

Ao contrário do que possam pensar bolsonaristas e aliados, há segmentos esclarecidos importantes no complexo agropecuário, incluindo o comércio, preocupados com a preservação do meio ambiente. Esta é uma bem-vinda cultura que se alastra no mundo.

Em entrevista ao GLOBO, o cientista brasileiro Carlos Afonso Nobre, climatologista de projeção internacional, alertou que a economia globalizada se move no apoio à produção responsável de alimentos. Grandes fundos de investimento que atuam no setor de matérias-primas, por exemplo, se afastam do carvão. E tende a sofrer cada vez mais restrições a produção de alimentos em áreas desmatadas.

Mais redes de varejo, por exemplo, deixarão de adquirir produtos não certificados. Assim, a carne e a soja brasileiras tendem a enfrentar barreiras elevadas, devido ao descaso ambiental. Neste sentido, gerenciar com sensatez florestas, cursos de água etc. já está sendo uma questão crucial para preservar negócios bilionários. Em contrapartida, garantem-se alimentos para as próximas gerações. A lógica é irrefutável.

- 1 No texto, o jornal O Globo afirma que os efeitos climáticos causados pelo aquecimento global têm grande impacto na produção de alimentos (agricultura) e que esse é um dos motivos porque esse setor precisa estar atento aos cuidados com o meio ambiente. De que forma você acha que o clima pode afetar a agricultura? E como a agricultura pode afetar as mudanças climáticas?
- 2 O editorial se preocupa com o futuro tratamento que o meio ambiente receberá caso o candidato fosse eleito à presidência. O texto se refere a decisões ambientais que estão na "contra mão da História". Quais são as duas decisões a que o texto se opõe? Quais são os argumentos usados para defender que essas decisões são ruins?
- 3 O editorial do jornal O Globo que acabamos de ler está online, já o primeiro editorial que lemos nesse capítulo é impresso. Você acha que as pessoas que leem o online são as mesmas que leem o impresso? Se não, quais as diferenças entre um público e o outro?
- 4 Antigamente, quando acontecia algo relevante, as pessoas só tinham acesso à informação no dia seguinte, quando os jornais impressos eram distribuídos. Atualmente, os jornais eletrônicos conseguem publicar editoriais, notícias, artigos de opinião, etc. minutos depois dos acontecimentos. Além disso, os leitores de jornais online conseguem compartilhar as informações em redes sociais. Essas mudanças na esfera jornalística também geraram uma diminuição da circulação da versão impressa dos jornais, como você pode ver no gráfico da próxima página.

165

Fonte: Parra e Cerqueira (2020, p. 165).

Figura 6. Evolução da circulação da imprensa



Fonte: Parra e Cerqueira (2020, p. 166).

Nessas questões, o foco dado pelas autoras é o das mudanças no campo/esfera de circulação. Elas chamam atenção para o fato de que com o advento tecnológico e social da internet, há possibilidade de incorporar os enunciados de gêneros jornalístico-midiáticos, como o editorial, à modalidade on-line, além de ser possível compartilhá-los nas redes sociais. Essas mudanças na esfera de circulação geraram alterações na forma como são produzidos e lidos os enunciados do gênero editorial, tanto no grupo social de interlocutores atingidos, quanto na velocidade com que os veículos se posicionam diante de notícias que repercutem e na dinamicidade com que esses enunciados podem ser compartilhados nas redes sociais.

2.5 O editorial e os elementos relativamente estáveis ao gênero

Na terceira seção, “O editorial”, o/a estudante é convidado/a a ler a respeito de características que delimitam esse gênero, ainda que de forma relativa. Elas foram organizadas em “definição”, “circulação” e “estrutura”.

Na subseção “definição” (Figura 6 e 7), as autoras apresentam características recorrentes do conteúdo temático do editorial, generalizando elementos mais globais⁵. Trata-se da questão opinativa/argumentativa do veículo de imprensa e da base em acontecimentos/notícias de que nasce o conteúdo desse gênero. É interessante notar que elas mencionam “acontecimentos importantes”, mas não chegam a tratar dos interesses políticos e econômicos por trás dessas notícias, que são consideradas relevantes o suficiente para que o veículo se posicione acerca delas.

⁵ A abrangência com que as autoras tratam das características do conteúdo temático ao mencionar questões mais gerais, como seu caráter argumentativo e sua natureza advinda das notícias relevantes, pode estar relacionada a uma lacuna no âmbito científico. Até o momento, não localizamos pesquisas que tenham identificado a recorrência de objetos, de assuntos de que versa o gênero editorial, ou seja, seu conteúdo temático em específico.

Figura 7. Exposição das características do gênero editorial

O assunto do editorial é escolhido a partir de um ou mais acontecimentos importantes do momento, que geralmente estão na capa da revista, manchete do jornal ou chamada do telejornal.

Como os editoriais expressam a opinião de uma empresa ou instituição de imprensa, eles não vêm assinados pelo editorialista no jornal impresso. Nas revistas, no entanto, geralmente, os editoriais vêm assinados na seção carta do editor logo no início da revista. Da mesma forma, nos telejornais, o editorial também vem veiculado por um porta-voz.

Circulação



Os editoriais podem circular no âmbito impresso ou digital no caso das revistas e jornais e no âmbito televisivo audiovisual no caso dos telejornais. As esferas em que esses textos circulam produzem diferentes efeitos na leitura. Vamos pensar, por exemplo, em um editorial publicado no site da instituição, como aquele do jornal O Globo que você leu na página 164. Através da plataforma digital, o leitor terá acesso também a uma grande variedade de ações e informações. Ele pode clicar em hiperlinks que levam a outros conteúdos, ler comentários de outros leitores, ver propagandas personalizadas, compartilhar o link em suas redes sociais, etc., ou seja, características que não estão presentes na versão impressa e que fazem com que a versão digital veicule as informações e opiniões com mais rapidez e que cheguem ao alcance de mais pessoas.

Os interlocutores dos editoriais são dois: os leitores (ou telespectadores) e a própria empresa midiática. Os jornais, revistas e telejornais conhecem as características de seu público e os editorialistas levam isso em conta na hora de escrever, o que determina como eles constroem a argumentação, que está voltada a como convencer seus leitores daquele ponto de vista. A empresa midiática também é interlocutora do editorialista, que escreve pontos de vista que estão alinhados àquilo que o veículo de imprensa, seus anunciantes e aliados acreditam. Dessa forma, o editorial compreende uma teia de pontos de vista ligados, muitas vezes, a questões políticas e econômicas.

Estrutura



A estrutura dos editoriais é algo que pode variar, mas, geralmente, tem-se uma breve apresentação do assunto a ser abordado, seguida de uma tese, ou seja, uma síntese da opinião defendida, que é desdobrada em argumentos. Em seguida, vem uma conclusão que costuma ser impactante com vistas a convencer o leitor sobre o ponto de vista defendido.

Além da composição das partes do texto, na estrutura também precisamos considerar as palavras, as frases e orações mais adequadas para o objetivo do texto, que é expor o ponto de vista de um veículo midiático e argumentar para convencer o leitor. Convidamos você a ver os boxes a seguir que tratarão dessa estrutura linguística.

Lingua

A norma-padrão

Os jornais, revistas e telejornais estão em um contexto formal de uso da língua. Por isso, a língua a ser usada deve estar de acordo com a norma padrão. Isso significa que é uma linguagem diferente dos contextos informais do dia-a-dia como, por exemplo, nas conversas entre amigos. Nos editoriais, as regras gramaticais precisam ser seguidas.

167

Fonte: Parra e Cerqueira (2020, p. 167).

Segundo Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 62), um dos traços constitutivos do enunciado é seu endereçamento ao seu destinatário. O destinatário pode ser um interlocutor direto do diálogo, pode ser uma coletividade, os contemporâneos, o chefe, uma pessoa íntima ou um outro totalmente indefinido. Essas modalidades são determinadas pelo campo da atividade humana ao qual o enunciado se refere. Desse modo, o estilo também passa a ser determinado pelo título, peso social, idade do destinatário e pela posição que o falante tem diante dele. Mesmo o estilo objetivo envolve a concepção do destinatário. A escolha dos recursos linguísticos é feita pelo falante, que o faz, também, influenciado por seu destinatário. Esse aspecto dos interlocutores do enunciado é tratado na proposta didática, tendo como referência o conceito de esfera de circulação, também previsto na BNCC (Brasil, 2018), conforme aparece no quarto parágrafo (Figura 7).

Ainda nesse parágrafo, vemos que há a didatização dos interlocutores do gênero editorial como duas coletividades distintas: i. o público do veículo midiático; ii. a própria empresa/veículo midiática/o. O encaminhamento é o de que o editor, ao escrever o enunciado, leva em conta esses dois interlocutores coletivos para escolher os recursos linguístico-argumentativos.

No gênero editorial, a esfera de circulação é composta por grandes veículos de imprensa, e é por meio desses canais que determinados assuntos políticos, econômicos e sociais vão alcançando penetração na opinião pública, dando condições de proteção ou de rechaço a possíveis tomadas de decisão. Porém, isso somente torna-se explícito quando as marcas extraverbais são conhecidas, o que encaminha o entendimento sobre os conflitos que se desenvolvem em determinado tema em debate dentro de dado enunciado.

Podemos dizer que essa sequência analítica, em que se identificam as marcas extraverbais para depois se compreenderem os conflitos, presta-se a um papel pedagógico, de grande importância dentro da proposta didática analisada, sendo apresentada antes de atividades comparativas entre os diferentes enunciados editoriais, de seus temas argumentativos e mesmo da escrita, para que se propicie o entendimento da unidade ideológica.

Na subseção “estrutura”, chamamos atenção para o uso desse título e conceito, que difere daquele presente na teoria bakhtiniana. Podemos considerar que existem elementos relativamente estáveis no gênero, o que as autoras trouxeram em diferentes seções, explorando-os didaticamente, mas eles não compõem uma estrutura fixa. Outro aspecto contrastante que aparece é a afirmação de que o gênero editorial teria como finalidade argumentar com o objetivo de convencer o leitor. Nesses dois aspectos conceituais, a proposta didática parece equivocarse quanto à apropriação teórico-metodológica bakhtiniana, aproximando-se de entendimentos muito presentes na linguística formalista, o que pode confundir o leitor/aprendente quanto ao entendimento dos gêneros do discurso.

Ainda de acordo com Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 18), o estilo é indissociável do/da campo/esfera da atividade humana. Essa indissolubilidade foi tratada também no box “Língua:

a norma padrão” (Figura 7). O boxe explica que o/a campo/esfera jornalístico-midiático/a é formal e, portanto, exige um estilo de acordo com a norma-padrão. Aliar a/o esfera/campo de circulação do texto com o estilo, isto é, com a linguagem adotada, é uma maneira de não impor a norma-padrão como a única variação linguística possível. Dessa maneira, o material abre possibilidade para que o/a docente trabalhe com uma formação “bilíngue na própria língua”, isto é, o/a estudante poderia mobilizar diferentes usos da linguagem, do padrão ao não-padrão, a depender da esfera de circulação de seu enunciado, além de ser capaz de entender que utilizar a linguagem coloquial não significa cometer um erro se a esfera de circulação for propícia para tal.

Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 22) afirma que há distanciamentos entre as noções de gramática e de estilística. De acordo com ele, se o elemento for analisado frente ao sistema da língua, trata-se de gramática. Já se for analisado em um enunciado concreto pertencente a dado gênero discursivo, se trata de estilística. O enunciado pode conter uma única oração ou uma única palavra, mas se essas unidades forem isoladas de seu aspecto de enunciado, elas terão características gramaticais e, nunca, discursivas. A oração só ganha sentido completo em seu contexto, isto é, dentro de um enunciado. A oração e a palavra só se tornam enunciado quando expressam a posição de um falante em uma situação concreta de comunicação. Por isso, o estudo da marca linguística é produtivo a partir do enunciado, que permite entender a língua em uso.

Na proposta examinada, o encaminhamento do ensino das marcas linguísticas se deu com base no texto e em suas reverberações discursivas e, não, na frase isolada ou no texto usado como pretexto, como costuma ser comum nos materiais didáticos. Ao invés de ensinar um quadro de conjunções a ser memorizado, a proposta didática seguiu pela via dos marcadores argumentativos, indicando exemplos de orações que compuseram os textos lidos, explorando o significado argumentativo do uso das mesmas e o ponto de vista do sujeito que produziu aquele enunciado no boxe “Língua: os marcadores argumentativos” (Figura 8).

Figura 8. Marcadores argumentativos



Lingua

Os marcadores argumentativos

A argumentação nos editoriais precisa ser cuidadosamente pensada no que diz respeito à seleção de palavras e às estruturas da oração, para que possamos encadear o raciocínio de forma clara e convincente. Para isso, podemos usar marcadores argumentativos.

Um dos tipos de marcadores argumentativos mostra como os argumentos contrários aos nossos são fracos ou incorretos, ou seja, apresenta contra-argumentos. Para isso, usamos marcadores como "mas", "embora", "ao contrário" como no editorial do O Globo em que vimos a oração:

"Ao contrário do que possam pensar bolsonaristas e aliados, há segmentos esclarecidos importantes no complexo agropecuário, incluindo o comércio, preocupados com a preservação do meio ambiente."

Nessa oração argumentativa, o autor se mostrou contrário ao discurso dos bolsonaristas e aliados e depois defendeu seu ponto de vista. Em outra frase do mesmo texto, além do uso do marcador "ao contrário", temos outros marcadores importantes. Vamos ler a frase abaixo?

"Já se discute o assunto, **porque, ao contrário** da escassez de informações sobre o que um governo Bolsonaro planejar fazer na economia, **por exemplo**, sobre a necessária administração responsável da convivência equilibrada entre produção agropecuária e os biomas há medidas concretas que poderão ser tomadas pelo novo Planalto. E preocupam."

O primeiro marcador que aparece é o "porque", ele tem a função de explicar uma parte do argumento construído nesse trecho "já se discute o assunto". O autor sentiu a necessidade de justificar o porquê esse assunto tem sido discutido, ou seja, qual a relevância dele estar escrevendo um editorial sobre isso. Essa estratégia argumentativa tem a função de fazer o leitor se interessar pelo texto e pelos argumentos. Ele quis dizer que o assunto já tem sido discutido, porque há medidas reais em relação à agropecuária e meio ambiente, que o autor considera preocupantes.

O outro marcador que aparece é o "por exemplo". Trazer exemplos para os argumentos é algo que os enriquece, porque concretiza, valida e aponta no mundo real as ideias defendidas. O autor cita a economia como exemplo de uma das áreas do governo Bolsonaro em que há escassez de informação.

Refletindo sobre o gênero

Na próxima página, temos o editorial "A dança dos números", que traz um histórico importante sobre a devastação da Amazônia. Ele foi publicado na revista Scientific American Brasil em junho de 2015. Essa é uma revista conceituada de divulgação científica, que surgiu nos Estados Unidos em 1845 e depois veio para Brasil em 2002. Convidamos você a ler o editorial e responder às questões a seguir.

168

Fonte: Parra e Cerqueira (2020, p. 168).

Na figura 8, o boxe explora a relação entre o autor do editorial do jornal *O Globo* e seus leitores em dois momentos. O primeiro é o que mostra a escolha linguístico-argumentativa “ao contrário”, pela qual constatamos seu posicionamento contra o discurso dos bolsonaristas. O segundo é o do marcador “porque”, por meio do qual o autor do enunciado mostra ao seu leitor a relevância do que está sendo discutido. Nesse momento da proposta didática, podemos ver mais uma aplicação dos conceitos bakhtinianos. Segundo Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 18), o estilo é indissociável da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva, tal como os leitores, ouvintes, entre outros.

2.6 Refletindo sobre o gênero: o editorial e sua circulação em diferentes esferas

Na quarta seção da proposta didática, “Refletindo sobre o gênero”, são apresentados editoriais de mais dois veículos da esfera jornalístico-midiática: revista e telejornal. No início, os interlocutores são convidados a lerem o editorial “A dança dos números da Amazônia”, da revista *Scientific American Brasil* de junho de 2015. Seguidas ao texto, foram propostas três questões, que analisamos a seguir. A primeira questão pode ser consultada na Figura 9.

A proposta das autoras nessa questão é a de comparar o editorial lido anteriormente, que é parte de um jornal, com o editorial parte da revista de divulgação científica, estimulando a percepção sobre o quanto os diferentes veículos que compõem as/os esferas/campos de circulação suscitam variações na estrutura composicional do gênero, que nunca é fixa, mas relativamente estável. A diferença principal é a de que os editoriais de revistas costumam vir assinados com o nome do autor, enquanto os de jornais, não. Além disso, considerando que os jornais são diários e as revistas são mensais, há mais mudanças editoriais nessas quando comparadas àqueles, o que está sinalizado no texto do editorial lido. Por último, o editorial das revistas, por vezes, é intitulado “carta do editor”, dirigindo uma interlocução mais próxima com o leitor, como podemos ver no editorial trazido pelas autoras da proposta didática.

A questão dois (Figura 10) trabalha o ponto de vista e os operadores argumentativos do texto.

Figura 9. Relativa estabilidade do gênero

CARTA DO EDITOR

Maurício Tuffani é editor da *Scientific American Brasil*.

A dança dos números da Amazônia

Em 1987, tripulantes da estação orbital soviética Mir começaram a notar focos de incêndio em meio ao verde predominante na região norte da América do Sul. Essas queimadas estavam acontecendo com grande frequência e intensidade na parte brasileira da Floresta Amazônica. Ao saberem que essa enorme cobertura vegetal nativa estava prestes a ser protegida pela nova Constituição Federal no ano seguinte, muitos proprietários de terras decidiram se antecipar e fazer da devastação um fato consumado.

Quando a Floresta Amazônica recebeu a proteção constitucional, em 1988, o desmatamento acumulado desde o início da presença dos colonizadores europeus alcançou o total de 377,6 mil quilômetros quadrados, uma área pouco maior que a do estado de Mato Grosso do Sul ou da Alemanha. Para complicar, esse dado compreendia "apenas" a supressão completa da vegetação nativa por corte raso. Ou seja, não inclui outras formas de degradação, como a extração seletiva de madeira ou incêndios em áreas parcialmente devastadas.

Apesar do aumento da conscientização sobre a importância da conservação de grandes áreas de cobertura vegetal nativa não só para prevenir ou pelo menos atenuar alterações climáticas, mas também para assegurar grande parte da preservação do rico patrimônio genético resultante de centenas de milhões de anos da evolução da vida no planeta, a exploração predatória dessa que é uma das maiores florestas tropicais do planeta prossegue, e em ritmo crescente.

A partir de 2008, estratégias de fiscalização que já existiam começaram a ser não só articuladas com maior eficiência, mas também organizadas com os primeiros programas de incentivo à exploração racional da floresta, inclusive com pagamento a proprietários de terras pela preservação e recuperação de áreas de vegetação nativa.

O resultado dessa articulação foi a redução sucessiva, pela primeira vez nas últimas décadas, das taxas anuais de desmatamentos. Com isso, o Brasil começou a ser apontado como exemplo no combate à devastação florestal.

No entanto, os quatro anos seguidos de resultados positivos não puderam impedir de em 2012 o desmatamento da Amazônia chegar ao dobro do total até 1988. No ano passado, o corte raso alcançou 764.061 km², correspondentes a 19,1% da extensão original da floresta, de cerca de 3,99 milhões de quilômetros quadrados. O estrago equivale a uma área pouco maior que a da metade do Amazonas ou o triplo de São Paulo. Ou, em comparação internacional, mais que o dobro da Alemanha ou o triplo do Reino Unido.

O problema maior é que no ano seguinte a devastação não só voltou a crescer, mas também foi acompanhada do desaquecimento da economia brasileira, que sempre havia sido um fator de redução dos desmatamentos.

Para explicar a retomada dessa tendência de aumento do desmatamento, convidamos Rafael Garcia, um dos melhores jornalistas brasileiros especializados em divulgação científica, com experiência nessa área em diversos veículos de comunicação, inclusive como editor assistente da *Scientific American Brasil*.

A presente edição traz também outra colaboração importante. A revista passa a contar com a coluna Mensageiro Sideral, do jornalista Salvador Nogueira, grande entusiasta, estudioso e divulgador da astronomia e da ciência e da tecnologia espacial, e que também passa a assinar o Céu do Mês.

E é com muita honra e respeito que, passadas algumas décadas de atuação no jornalismo voltado à cobertura da ciência e do meio ambiente, apresento-me aos leitores, assumindo a função de editor da *Scientific American Brasil*. E com o desafio de suceder o grande jornalista, historiador da ciência e amigo Ulisses Capozzoli, em seu brilhante trabalho à frente da revista em quase todos estes 33 anos desde seu lançamento.

Boa leitura!

ALGUNS COLABORADORES

Dale W. Laird , professor de biologia celular e Canada Research Chair em junções comunicantes e doenças na University of Western Ontario.	John Pivka , escritor e cineasta e se dedica a tópicos de ciência, tecnologia e projetos. Seu trabalho foi publicado em <i>Wired</i> , <i>Nature</i> , <i>MIT Technology Review</i> e outros veículos.	Rafael Garcia , colunista do jornal <i>Folha de SP</i> , foi bolsista do programa "Knight Science Journalism" do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).	Ross G. Johnson , professor emérito de genética, biologia celular e desenvolvimento na University of Minnesota.
David Poppe , ex-colunista de tecnologia pessoal do <i>The New York Times</i> , escreve agora para o <i>Yahoo</i> .	Mark Harris , jornalista freelancer que escreve sobre ciência e tecnologia e mora em Seattle.	Raju Venugopalan , chefe do grupo de teoria nuclear do Laboratório Nacional Brookhaven onde estuda as interações de quarks e glúons em altas energias.	Stephen Braxton , paleontólogo na University of Edinburgh, na Escócia, autor de mais de 70 artigos e cinco livros sobre dinossauros, atua como "paleontólogo residente" para o programa <i>Caminhão com Dinossauros</i> , da BBC.
Dina Balas Manon , editora associada da <i>Scientific American</i> .	Paul B. Lampe , colunista do Programa de Pesquisa Translacional e membro do Conselho de Ciências de Saúde Pública e de Biologia Humana no Centro de Pesquisa do Câncer Fred Hutchinson Cancer, em Seattle.	Rolf Ent , diretor associado de física nuclear experimental do Acelerador Nacional Thomas Jefferson, em Newport News, Virgínia, desde 1995.	Thomas Ullrich , pesquisador do Laboratório Nacional de Brookhaven desde 2005 e professor da Yale University. Participou de diversas experiências, incluindo o CERN, na Suíça.

www.sciam.com.br

Fonte: TUFFANI, Maurício. Carta do editor. *Scientific American Brasil*. São Paulo: Segmento. n. 157, jun.2015, p.5

1 Nós vimos que o editorial sofre algumas mudanças a depender do veículo midiático em que circula e que há diferenças entre os jornais e revistas. Em relação a isso, vamos refletir sobre as seguintes questões:

- a) Observe a imagem no topo da página da revista ao lado. A quem ela se refere? Em relação a esse ponto, qual diferença podemos notar entre a revista e o jornal?
- b) Releia os três últimos parágrafos do texto. Eles trazem informações que não são trazidas no editorial do jornal. Que informações são essas?
- c) Diferentemente do jornal, a seção de Editorial na revista é chamada Carta do Editor. Qual a relação entre o nome da seção e as informações trazidas nos três últimos parágrafos?

Fonte: Parra e Cerqueira (2020, p. 169).

Figura 10. Ponto de vista e operadores argumentativos

2 O título "A dança dos números da Amazônia" é um tanto quanto curioso e nos chama atenção. Ele está relacionado ao assunto do editorial, que é o ritmo em que a devastação da Amazônia ocorre ao longo dos anos.

a) Qual o significado da expressão "dança dos números" nesse contexto?
 b) Qual a opinião da revista Scientific American sobre esse assunto? Que tal apontar trechos, expressões ou palavras em que isso fica mais evidente?
 c) Ao longo do editorial, o autor vai abordando o assunto e argumentando para defender suas ideias e persuadir o leitor. Para isso, ele usa operadores argumentativos no início de cada parágrafo, que também contribuem com a coesão textual. Vamos voltar ao texto e observar os marcadores destacados. Qual é a relação que cada um deles estabelece com o parágrafo anterior?

3 O editorial da Scientific American, por estar em uma revista de divulgação científica, é direcionado a um público que deseja se informar sobre as novas descobertas e pesquisas científicas. Dessa forma, as explicações são claras e objetivas para facilitar a compreensão do assunto. Já os editoriais de jornais, além de terem um tom mais sarcástico, não têm o objetivo de explicar um assunto ao leitor.

a) Com base nessas informações, o que podemos inferir sobre o público desses veículos (jornal e revista de divulgação científica) em relação às informações que eles precisam ter antes da leitura?
 b) Quais conhecimentos prévios são importantes para que os leitores da Scientific American possam compreender esse editorial?
 c) Vamos reler o editorial da Folha de S. Paulo, na página 162. Quais conhecimentos prévios são importantes para que os leitores possam compreender esse editorial? Qual dos dois editoriais exigiu mais conhecimentos prévios do leitor?

Para aprender mais
O editorial no telejornal

Como vimos, o editorial pode aparecer não só em jornais e revistas, mas também em telejornais. Ao lado, temos a captura do editorial do telejornal Norte Notícias, que é televisionado no canal TV Norte Amazonas, afiliado do SBT. Ele foi ao ar no dia 16/06/2020 e hoje pode ser visto pelo Youtube.

Há algumas diferenças entre o editorial dos jornais, das revistas e do telejornal. Nos telejornais, temos elementos extralinguísticos (além da língua portuguesa) que são audiovisuais e incluem a entonação, as expressões faciais, a cor da roupa do porta-voz do editorial, a cor do cenário. Esses aspectos extralinguísticos contribuem para a argumentação juntamente com o aspecto linguístico (aquilo que é falado). A entonação e as expressões faciais mostram as emoções e a força que move o argumento. Como podemos observar na figura ao lado, as cores da roupa e do cenário têm o azul, reforçando a identidade visual do jornal que está veiculando sua opinião.

Convidamos você a assistir ao editorial ou ao telejornal completo a partir dos links ou códigos QR fornecidos acima e, em seguida, responder às duas questões:
 Qual o problema ambiental abordado?
 Qual a opinião do telejornal sobre esse problema? Como as expressões faciais do porta-voz contribuem para mostrar essa opinião?






Editorial do Telejornal

https://www.youtube.com/watch?v=LYq4_HkFo_

Telejornal completo

https://www.youtube.com/watch?v=IT1URfl_J7w

Fonte: Parra e Cerqueira (2020, p. 170).

Na terceira questão (Figura 10), as autoras abordam o interlocutor dos diferentes editoriais, permitindo aprofundar sobre como os discursos se adequam aos diversos campos da atividade humana.

Ainda na mesma seção, há um boxê intitulado “Para aprender mais: o editorial no telejornal” (Figura 10). Trata-se de mais um veículo da esfera de circulação jornalístico-midiática em que o gênero é explorado: o televisivo. Nesse caso, o foco da proposta didática recaiu sobre os aspectos composicionais do gênero relacionados à dimensão audiovisual, como tom de voz, expressão facial e gestos.

2.7 Faça você mesmo: a proposta de escrita

Na última seção da proposta didática, “Faça você mesmo”, as autoras escolheram por intercalar diferentes meios de divulgação do gênero com seus respectivos enunciados, trazendo, ao leitor, um repertório de posicionamentos ricos em dados técnicos, históricos e de informações recentes quanto aos fatos relacionados ao tema dos enunciados da coletânea, rerepresentando-o na sua forma concreta.

O/A estudante é convidado/a a usar o que aprendeu para produzir um texto com características linguísticas e discursivas do gênero editorial. Para tanto, nessa seção, é oferecida a leitura da notícia “Governo demite chefe de monitoramento do Inpe após alta no desmatamento”, de 13 de julho de 2020. O texto, além de enquadramento no ODS 15, *Vida terrestre*, desenvolvido ao longo do material didático, é uma notícia de repercussão nas mídias, qualidade que alimenta a produção de editoriais. Nesse sentido, o/a estudante é estimulado a escrever seu posicionamento sobre o evento noticiado de forma alinhada a um veículo de sua preferência. Dessa forma, as autoras aproximam o/a aluno/a de uma situação real de produção de editorial.

Nas instruções para a escrita do editorial, as autoras orientam a elaboração de um projeto de texto (Figura 11). Os tópicos destacados solicitam ao/à aluno/a que escreva seu texto com base em aspectos didatizados anteriormente, desde o repertório oferecido pelas leituras anteriores, passando pela questão da esfera de circulação (traduzida, na Figura 11 pela palavra “veículo”), pelo interlocutor (didatizado como “público-alvo”), até os aspectos estilísticos, como a construção argumentativa e a norma-padrão da língua. A/o esfera/campo da atividade humana, os interlocutores e o estilo são aspectos intrínsecos aos gêneros do discurso.

Figura 11. Proposta de produção de texto

Os dados de satélite servem de auxílio para fiscalizar onde pode estar havendo crime ambiental. A exoneração, assinada pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, foi publicada no Diário Oficial da União.

A Observação da Terra é a área do Inpe responsável, entre outras atribuições, pelo monitoramento da devastação da Amazônia, por meio do sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter).

Em conversa com a TV Globo, Lúbia afirmou que é servidora concursada do Inpe há 23 anos e, por isso, deve seguir no instituto – mesmo sem o cargo de gestão. Ela também afirmou não saber o motivo da exoneração, e disse que ficou sabendo da mudança pelo Diário Oficial da União.

Em nota divulgada pouco após a exoneração, o Greenpeace afirmou que a demissão “não surpreende” em razão de decisões anteriores tomadas pela gestão Jair Bolsonaro, mas “dá novamente a entender que o governo é inimigo da verdade”.

Na semana passada, o Inpe divulgou que junho teve o maior número de alertas de desmatamento para o mês em toda a série histórica, iniciada em 2015. No acumulado do semestre, os alertas indicam devastação em 3.069,57 km² da Amazônia, aumento de 25% em comparação ao primeiro semestre de 2019. Só em junho, a área de alerta foi de 1.034,4 km².

Para o secretário-executivo do Observatório do Clima, Marcio Astrini, a demissão de Lúbia representa intervenção do governo no Inpe.

“Não é segredo para ninguém que o governo deseja intervir no Inpe. A demissão ruidosa de Ricardo Galvão impediu isso, mas a exoneração de Lúbia Vinhas pode ser um indicativo de que o plano nunca foi abandonado. Que isso ocorra em plena aceleração do desmatamento, quando o governo precisa conter ameaças de desinvestimento, é sinal de que Jair Bolsonaro parece estar tratando as preocupações do agronegócio e dos investidores como trata as dos brasileiros aterrorizados pelo coronavírus”, afirmou Astrini, em nota.

PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE EDITORIAL



A notícia que você acabou de ler, assim como os editoriais que vimos no capítulo, faz a articulação entre questões políticas e dados ambientais. Que tal escrever um editorial apresentando a sua opinião sobre o seguinte tema:

- O que a atitude política das demissões do INPE representa para as questões ambientais da Amazônia?



PROJETO

Nessa etapa você pode:

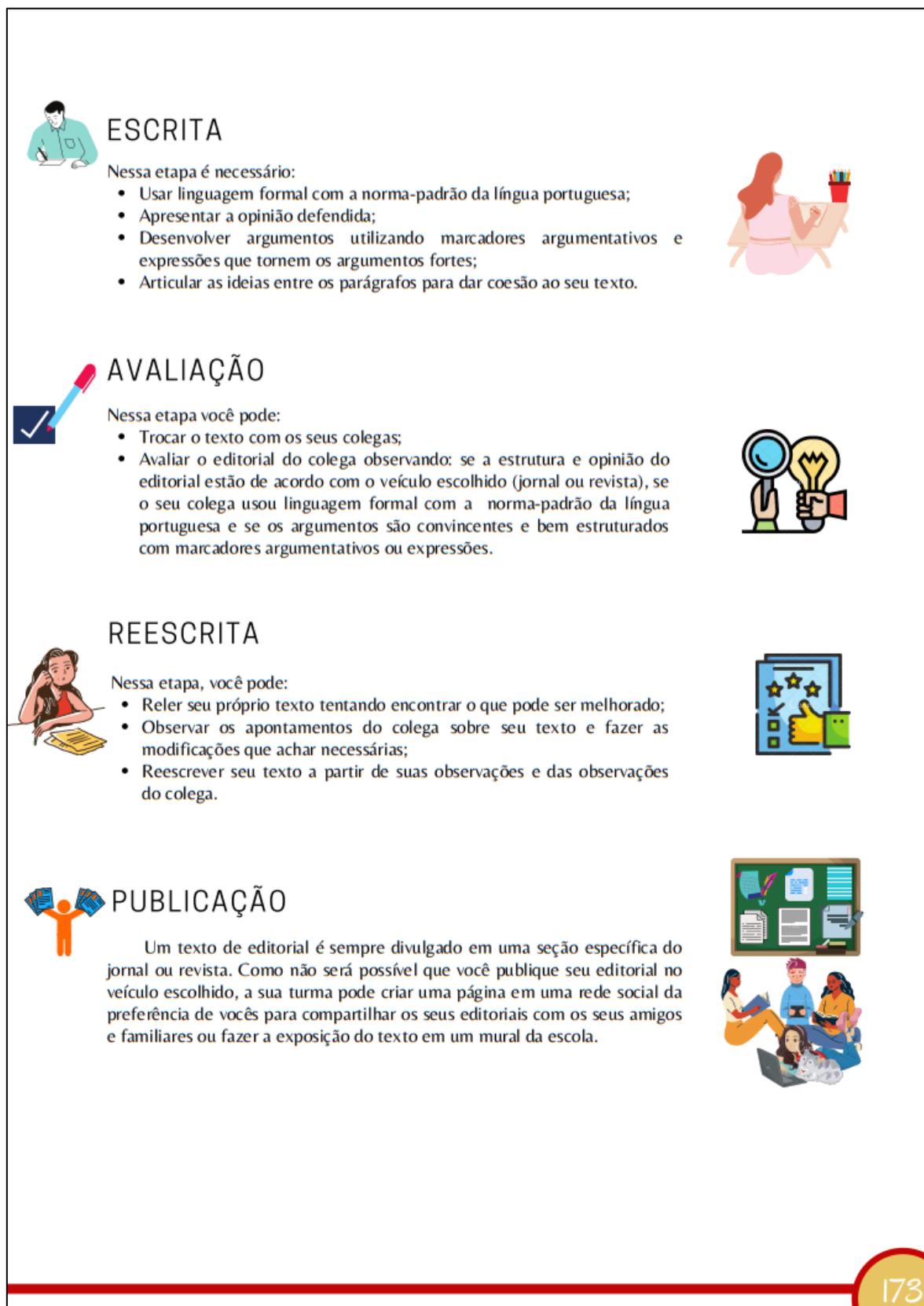
- Consultar os editoriais que estudamos ao longo do capítulo para obter informações ou dados que podem ser utilizados em seu editorial;
- Pesquisar mais informações na internet ou em uma biblioteca caso seja necessário;
- Definir o veículo em que o seu editorial seria publicado (um jornal ou revista de sua preferência, podendo ser um dos que já vimos);
- Definir quem é o seu público-alvo;
- Pensar qual é a opinião que você defenderá sobre o assunto de acordo com o veículo escolhido;
- Fazer um esboço dos argumentos que você utilizará.



172

Fonte: Parra e Cerqueira (2020, p. 172).

Figura 12. Etapas da produção de texto



 **ESCRITA**

Nessa etapa é necessário:

- Usar linguagem formal com a norma-padrão da língua portuguesa;
- Apresentar a opinião defendida;
- Desenvolver argumentos utilizando marcadores argumentativos e expressões que tornem os argumentos fortes;
- Articular as ideias entre os parágrafos para dar coesão ao seu texto.



 **AVALIAÇÃO**

Nessa etapa você pode:

- Trocar o texto com os seus colegas;
- Avaliar o editorial do colega observando: se a estrutura e opinião do editorial estão de acordo com o veículo escolhido (jornal ou revista), se o seu colega usou linguagem formal com a norma-padrão da língua portuguesa e se os argumentos são convincentes e bem estruturados com marcadores argumentativos ou expressões.



 **REESCRITA**

Nessa etapa, você pode:

- Rer ler seu próprio texto tentando encontrar o que pode ser melhorado;
- Observar os apontamentos do colega sobre seu texto e fazer as modificações que achar necessárias;
- Reescrever seu texto a partir de suas observações e das observações do colega.



 **PUBLICAÇÃO**

Um texto de editorial é sempre divulgado em uma seção específica do jornal ou revista. Como não será possível que você publique seu editorial no veículo escolhido, a sua turma pode criar uma página em uma rede social da preferência de vocês para compartilhar os seus editoriais com os seus amigos e familiares ou fazer a exposição do texto em um mural da escola.



173

Fonte: Parra e Cerqueira (2020, p. 173).

Outro aspecto a ser destacado quanto às instruções de escrita do editorial é o da publicação (Figura 12). As licenciandas propõem uma ampliação do público que irá ler os textos dos/as estudantes, que, normalmente, é reduzido ao docente. Para que o interlocutor do texto a ser escrito não seja somente o professor e para que o editorial não seja somente uma tarefa escolar, a sugestão das autoras é a de que o texto seja publicado em uma página de rede social ou, caso a conectividade seja inacessível, que seja fixado em um mural, de forma que seja lido por demais colegas da escola.

Por último, diante do encaminhamento realizado na proposta didática, é relevante abordar o conceito de conclusibilidade do enunciado, iluminado pela prática das autoras. Segundo Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 35-36), a conclusibilidade ou o acabamento do enunciado é o momento em que o falante disse tudo o que gostaria de dizer e, então, termina de dizê-lo. O primeiro critério de conclusibilidade é a possibilidade de responder ao enunciado. Bakhtin menciona que essa inteireza, esse acabamento do enunciado, é determinado por três fatores: i. exauribilidade do objeto e do sentido; ii. projeto de discurso do falante; iii. formas típicas composicionais e de acabamento do gênero.

Aqui, o foco de nossa análise recai sobre o segundo fator. Trata-se do projeto de discurso ou da vontade de discurso do falante, o projeto de dizer de um autor, que inclui sua posição social e ideológica. Segundo Souza (2002, p. 95), Bakhtin considera esse um elemento subjetivo do enunciado, o que o torna uma situação de comunicação discursiva concreta, única.

Na proposta didática, o projeto de discurso das autoras mostra sua posição ideológica, que, em 2020, diante de um governo que causou fortes impactos ambientais, posiciona-se pela escolha de enunciados que tratam essa questão por um ponto de vista político, o que mostra a intencionalidade delas em colocar o/a estudante diante da realidade política, social e ambiental ao seu redor.

Considerações finais

Ao longo da proposta didática, pudemos constatar que os gêneros do discurso são explorados em sua relativa estabilidade. Percebemos esse aspecto operando em três âmbitos: i. construção composicional, de maneira que as autoras selecionam quatro enunciados diferentes para serem exemplares do gênero editorial, permitindo o trabalho com os diversos elementos do gênero, dando ao/à estudante a oportunidade de identificar que não há uma estrutura sempre igual ou um modelo padronizado a ser seguido nesse conjunto de enunciados e que há, na verdade, formas constantes e variáveis a eles; ii. estilo, na medida em que as autoras exploram diferentes estratégias de mobilização linguística nos enunciados selecionados para a coletânea, seja pela escolha lexical, seja pelos marcadores argumentativos; iii. esfera-jornalístico midiática, em que as autoras optaram por destacar as diferentes modalidades em que o gênero se materializa: impressa, on-line e televisiva.

Já com relação ao tema, evidenciamos um tratamento importante para consolidar o entendimento dos gêneros do discurso. Os enunciados, em propostas didáticas, nem sempre se colocam unidos ao conteúdo linguístico de modo a fazer parte de seu sentido, diferentemente do que analisamos aqui. Há casos em que ele é entendido como assunto, respondendo a um papel ilustrativo ou informativo, uma vez que, as propostas didáticas do português podem utilizar textos diversos com a finalidade do ensino da língua, sem que esses, *a priori*, explorem o recorte axiológico da realidade social e histórica pertencente ao tema desses textos. De outra forma, o tema nem sempre é diferenciado do assunto e pode ser tratado como objeto de sensibilização ou de contextualização prévia a partir de filmes, vídeos e textos de apoio. Essas estratégias podem promover uma separação entre o que ocorre na vida e os conhecimentos linguísticos que se deseja ensinar.

Com uso restrito da ilustração ou da sensibilização, o assunto e o conteúdo linguístico não têm a obrigação de formarem uma unidade. Na perspectiva volochinoviana (2018 [1929]), é nesta separação que se podem produzir obras abstratas, em que o conhecimento que se ensina distancia-se da vida e pode, inclusive, afastar-se do contexto em que vive o aprendente.

Ao trazer o destaque para o ODS quinze (15), que trata da proteção dos ecossistemas e da vida terrestre, a proposta didática se manteve na busca pela totalidade do debate ambiental, do qual participaram enunciados locais e globais de diferentes áreas de estudo. Podemos dizer que, nesse ponto, tendo como base a busca pelas marcas extraverbaes nas relações sociais, junto às tensões argumentativas dos diferentes posicionamentos (plurivocalidade), o trabalho também se direcionou para uma diminuição das fronteiras que separam as disciplinas escolares, podendo oferecer inspirações para projetos interdisciplinares.

A proposta trouxe um alto nível de cuidado com o/a aprendente, o que pode ser confirmado com o fato de que nenhuma referência utilizada nos materiais foi colocada sem apresentação, ou seja, houve muita atenção aos posicionamentos espaço-temporais de cada elemento constituinte do tema, dando condições globais para o posicionamento do/a interlocutor/a. Acrescentou-se a essa tarefa, o desafio de discutir a produção de materiais digitais e de oportunizar diferentes letramentos.

Quanto à apropriação conceitual e teórico-metodológica, identificamos algumas divergências. Embora a proposta didática tenha se amparado na teoria dialógica, o conceito de “estrutura” foi utilizado no material produzido para tratar de elementos mais estáveis que se apresentam no gênero editorial, podendo induzir ao/à aprendente a respeito de uma organização fixa. Essa questão poderia ter sido mais bem trabalhada a partir da ideia de relativa estabilidade e, não, de estrutura.

Por fim, acrescentamos que a análise do material didático reflete o processo formativo das licenciandas ao realizarem articulações criativas para trazer coesão teórico-metodológica entre tema, diretrizes curriculares e enunciados localizados na realidade, atuando com originalidade. Além disso, a atividade prática de produção de material didático proposta no

curso permitiu-lhes a experiência do posicionamento enquanto estudantes-docentes-autoras mediante práticas tradicionais de ensino. O trabalho desenvolvido por elas é uma alternativa potencial em relação às apropriações didáticas do conceito bakhtiniano de gêneros do discurso que mantêm modelos padronizados para a produção de textos, aproximando-se de um ensino estruturalista e distanciando-se da linguagem como um fenômeno dinâmico, plurivocal, inerentemente axiológico e socialmente situado nos diversos âmbitos da vida humana.

Esperamos que as análises apresentadas neste artigo possam enriquecer a reflexão do trabalho docente de português e de áreas afins quanto ao direcionamento de um ensino dialógico que seja significativo para o/a aprendiz.

Agradecimentos

Larissa Vieira de Cerqueira agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento de pesquisa de mestrado (nº do processo: 88887.798978/2022-00).

Rosana Silvestre de Lima agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento de pesquisa de doutorado (nº do processo: 141685/2024-7).

Referências

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015[330 a. C].

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Paulo Bezerra (Introdução e Tradução do russo); Prefácio à edição francesa: Tzvetan Todorov. São Paulo: Editora VMW Martins Fontes, 2010 [1979], p. 261-306.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, Tradução, Posfácio e Notas Paulo Bezerra; Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016 [1952-1953].

BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017 [1924].

BARBOSA, J. P.; ROJO, R. Campos de atuação, letramentos e gêneros na BNCC. In: NASCIMENTO, E. L.; CRISTOVÃO, V. L. L.; LOUSADA, E. (Orgs.). *Gêneros de Texto/Discurso: Novas práticas e desafios*. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 271-299.

BOENAVIDES, D. L. P. Publicação e recepção das obras do Círculo de Bakhtin no Brasil: a consolidação da análise dialógica do discurso. *Bakhtiniana: revista de estudos do discurso*, v. 17, n. 4, p. 104-131, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2176-4573p56378>.

BRAIT, B. PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: ROJO, R. (Org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. 1ed. São Paulo/Campinas: EDUC/Mercado Aberto, 2000, v. 1, p. 13-23.

LINHA D'ÁGUA

BRAIT, B. Perspectiva dialógica: um percurso brasileiro. In: BAGNO, M.; VIEIRA, F. E. (Orgs.). *História das línguas, história da linguística: homenagem a Carlos Alberto Faraco*. São Paulo: Parábola, 2020, p. 41-60.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em 6 out. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 6 out. 2023.

FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 out. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

PARRA, C.; CERQUEIRA, L. V. de. *Gênero do discurso e produção de texto: editorial*. Proposta didática (Licenciatura em Letras - Português) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1g-DJauuKRwkwKtYymCeozGiQR9fOs9zk/view?usp=sharing>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PISTORI, M. H. C. Retórica, argumentação e análise dialógica do discurso. *Alfa: Revista de Linguística* (São José do Rio Preto), v. 63, p. 265-293, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1909-2>.

PORTELA, D. C. S. *A construção discursiva da argumentação em sala de aula: uma proposta de jogo digital como ferramenta de ensino-aprendizagem*. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Letramentos) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://profeletras.letras.ufmg.br/arquivos/TCFDaniela.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.

ROJO, R. Esferas ou campos de atividade humana - Verbete. In: FRADE, I. C. A. S.; COSTA-VAL, M. G.; BREGUNCI, M. G. C. (Orgs.). *Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte: CEALE/FaE, 2014, p. 108-109. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/esferas-ou-campos-de-atividade-humana>. Acesso em: 16 jun. 2024.

ROJO, R. Gêneros de discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao trivium? In: SIGNORINI, I. (Org.). *[Re]discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 73-108.

SOUZA, G. T. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem*. Paris, UNESCO, 2017. Disponível em: <https://ods.imvf.org/wp-content/uploads/2018/12/Recursos-ods-objetivos-aprendizagem.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2023.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2018 [1929].

VOLÓCHINOV, V. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica (1926). In: *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2019 [1926], p. 109-146.

LINHA D'ÁGUA

Artigo / Article

O desenvolvimento das capacidades de linguagem no processo de escrita dos estudantes universitários: o Projeto de Pesquisa para Iniciação Científica em foco

The Role of the Academic Literacy Laboratory in Developing Language Capacities in Students' Writing Process: the Research Project for Scientific Initiation on focus

Andressa Letícia Villagra Silva 

Universidade de São Paulo, Brasil
andressavillagra@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-4627-4317>

Eliane Gouvêa Lousada 

Universidade de São Paulo, Brasil
elousada@usp.br
<https://orcid.org/0000-0002-3065-2769>

Recebido em: 05/02/2024 | Aprovado em: 21/03/2024

Resumo

Este artigo tem por objetivo demonstrar o papel que os atendimentos do Laboratório de Letramento Acadêmico da USP (LLAC) exercem no aperfeiçoamento da produção textual dos alunos referente ao gênero textual Projeto de Pesquisa para Iniciação Científica. Esse artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado que pretende ir além de uma análise meramente descritiva, visando mostrar a interação entre teorias de textos e gêneros, e práticas de ensino. Baseado na análise do impacto do LLAC na produção textual de gêneros textuais no contexto universitário, o artigo acompanha o desenvolvimento das capacidades de linguagem: capacidades de ação, capacidades discursivas e capacidades linguístico-discursivas (Dolz, Pasquier, Bronckart, 1993) de estudantes universitários. Nesse sentido, o artigo traz análises do desenvolvimento da produção escrita em português, como língua materna, procurando verificar como os alunos desenvolvem suas capacidades de linguagem a partir das características ensináveis do gênero textual Projeto de Pesquisa. A partir da análise de diversos excertos, foi possível observar que as intervenções durante o atendimento cumpriram o papel de instrumento mediador da ação languageira dos alunos, já que as análises permitiram vermos a importância da ação do monitor-tutor para a reformulação dos textos.

Palavras-chave: Letramento acadêmico • Gêneros textuais • Interacionismo Sociodiscursivo • Capacidades de linguagem • Projeto de pesquisa

Abstract

This article aims to demonstrate the role that the Academic Literacy Laboratory at the University of São Paulo (LLAC) plays in improving students' textual production in the genre of Research Project for Scientific Initiation. This article is part of a master's research project that aims to go beyond a merely descriptive analysis, seeking to illustrate the interaction between theories of texts and genres and teaching practices. Based on the analysis of LLAC's impact on the textual production of genres in the university context, the article tracks the development of language capacities: action capacity, discursive capacity, and linguistic-discursive capacity (Dolz, Pasquier, Bronckart, 1993) of university students. In this sense, the article provides analyses of the development of written production in Portuguese, as a mother tongue, aiming to identify how students develop their language capacities based on the teachable characteristics of the Research Project genre. Through the analysis of various excerpts, it was observed that the interventions during the sessions played the role of a mediating tool in students' language actions, highlighting the importance of the monitor-tutor's role in the reformulation of texts.

Keywords: Academic literacy • Textual genres • Sociodiscursive Interactionism • Language capacities • Research project

Introdução

Este artigo tem por objetivo demonstrar o papel que os atendimentos do Laboratório de Letramento Acadêmico da USP (LLAC) exercem no aperfeiçoamento da produção textual dos alunos referente ao gênero textual Projeto de Pesquisa para Iniciação Científica. O artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem como principal objetivo demonstrar o impacto que os atendimentos do LLAC na produção de gêneros textuais solicitados nas disciplinas da graduação e, conseqüentemente, no desenvolvimento da escrita acadêmica. Além disso, tal pesquisa pretende ir além de uma análise meramente descritiva, visando mostrar a interação entre teorias de textos e gêneros e práticas de ensino. Baseado na análise do impacto do LLAC na produção textual de gêneros textuais no contexto universitário, o artigo acompanha o desenvolvimento das capacidades de linguagem: capacidades de ação, capacidades discursivas e capacidades linguístico-discursivas (Dolz; Pasquier; Bronckart, 1993) de estudantes universitários num gênero textual específico.

Nos últimos anos, a escrita acadêmica tem sido uma temática bastante explorada em pesquisas científicas. As práticas de escrita na universidade, em especial, têm despertado grande interesse de pesquisadores, pois apontam para a relação intrínseca entre o desempenho acadêmico dos alunos e o conhecimento de gêneros textuais específicos da graduação. Um dos fatores que interfere no desempenho dos graduandos diz respeito ao fato deles possuírem

LINHA D'ÁGUA

experiência de escrita restrita aos textos do ensino médio, desconhecerem o discurso acadêmico e o contexto de produção universitário (Ferreira; Lousada, 2016).

A partir dessa constatação, existe interesse e demanda nas pesquisas que associem o bom desempenho universitário ao letramento acadêmico e o ensino de gêneros textuais. Essa preocupação já data de várias décadas em países anglófonos o que gerou estudos como Writing Across the Curriculum (WAC), com resultados amplamente divulgados atrelando o desempenho positivo dos estudantes na universidade ao domínio dos gêneros textuais em contexto universitário (Bazerman et al, 2005, Ferreira; Lousada, 2016; Lousada; Brasil; Barioni, 2017).

Diante da necessidade e da relevância social dos letramentos acadêmicos no Ensino Superior, no Brasil começaram a surgir laboratórios de letramento acadêmico com o objetivo de suprir essa demanda. Um dos primeiros, em 2011, foi o Laboratório de Letramento Acadêmico (LLAC) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), criado por iniciativa das Profas. Dras. Marília Mendes Ferreira (inglês) e Eliane Gouvêa Lousada (francês e português)¹, com o objetivo de ser um espaço voltado ao desenvolvimento da escrita acadêmica e, de forma mais ampla, do letramento acadêmico em geral, procurando auxiliar os alunos na produção dos gêneros textuais escritos ou orais em inglês, francês e português. Ao mesmo tempo, o LLAC se propõe, diferentemente dos centros de escrita que existem em países anglófonos, a ser também um centro de pesquisa.

Apesar do crescimento recente das ações de letramentos acadêmicos no Brasil, ainda há relativamente poucas pesquisas que abordem a aprendizagem de gêneros acadêmicos em português como língua materna nesse âmbito. No contexto brasileiro, existem pesquisas sobre o trabalho dos laboratórios de letramento acadêmico, mas, muitas vezes, o foco não é voltado para o efeito dos atendimentos na produção textual dos alunos. Além disso, no LLAC, as pesquisas têm focado em análises de produções em línguas estrangeiras.

Esta pesquisa está, portanto, relacionada ao Laboratório de Letramento Acadêmico da USP que funciona atualmente na FFLCH. O LLAC tem como objetivo principal auxiliar os alunos da graduação e pós-graduação a desenvolver a escrita acadêmica baseada principalmente nos gêneros textuais específicos do contexto universitário e acadêmico. Ele oferece atendimentos, *workshops* e palestras. Trata-se de um espaço que incentiva o letramento acadêmico, mantido por estudantes voluntários que desenvolvem pesquisas na área e por alunos bolsistas do Programa Unificado de Bolsas (PUB) da USP. Sem estar atrelado fixamente a nenhuma disciplina² em nível curricular da Faculdade de Letras, o Laboratório, ao adotar o conceito de letramento acadêmico, busca investigar o letramento sob os seus vários aspectos

¹ Ambas as professoras pertencem ao Departamento de Letras Modernas da FFLCH-USP e fundaram o LLAC com o objetivo de dar suporte para a produção textual na Faculdade de Letras e na Universidade em geral.

² Por vezes, o LLAC está envolvido em algumas disciplinas do Francês, mas em sua maioria, os atendimentos são espontâneos.

(formais, sociais, ideológicos), em vez de abordá-lo somente por uma perspectiva teórica particular. Segundo as fundadoras do LLAC, a compreensão multifacetada do letramento possibilita o delineamento de ações pedagógicas e criação de políticas para a promoção de forma mais efetiva na universidade (Ferreira; Lousada. 2016, p. 129). Embora o LLAC não esteja vinculado a apenas uma linha teórica, as fundadoras compartilham noções ligadas à aprendizagem e ao desenvolvimento, de base vigotskiana. A partir dessa orientação geral, são realizadas ações de formação para acompanhar e direcionar os monitores-tutores que fazem parte do laboratório. Nos atendimentos para a língua portuguesa, na qual se insere a pesquisa cujos dados são apresentados neste artigo, a linha teórica adotada é a do Interacionismo Sociodiscursivo, como veremos mais à frente.

O presente artigo se organiza da seguinte maneira: primeiramente, apresentaremos a linha teórico-metodológica, os principais conceitos e o modelo de análise textual adotados para a construção deste artigo. Em seguida, abordaremos o contexto e a metodologia empregada para a elaboração da pesquisa. Posteriormente, analisaremos os excertos de duas versões de um Projeto de Pesquisa para demonstrar o impacto do atendimento do LLAC ao verificar se houve ou não o desenvolvimento das capacidades de linguagem. Por fim, traremos as considerações finais ao retomar as principais respostas que obtivemos.

1 Interacionismo Sociodiscursivo (ISD)

Em meio a diversas correntes teóricas no campo de filosofia de linguagem e ciências humanas, o quadro epistemológico interacionista social adere ao pressuposto de que as especificidades do comportamento humano são fruto de um processo histórico de socialização, isso ocorre por meio da necessidade e do desenvolvimento dos instrumentos semióticos (Bronckart, 2003, p. 21). Desenvolvido por vários pesquisadores no século XIX, as vertentes do Interacionismo Social que adotamos neste artigo relacionam-se a dois autores. Por um lado, com os estudos propostos por Vigotski (2007; 2009), motivado pelos conceitos relacionados ao desenvolvimento humano, a aprendizagem e o ensino; por outro lado, com os estudos de Volóchinov (2018 [1929]), pelo aporte de análise com o método descendente e pelo interesse pela linguagem.

A posição sociointeracionista se interessa pelas condições humanas que desencadearam modos específicos de organização social, construída também sob a influência de formas de interação semiótica. Segundo Bronckart, o Interacionismo Social “desenvolve uma análise aprofundada das características estruturais e funcionais dessas organizações sociais, assim como dessas formas de interação semiótica” (2003, p. 22). Dessa maneira, tal corrente teórica consegue abranger ao mesmo tempo as interações sociais da comunicação humana e as características linguísticas que ganham significados nas diferentes interações.

Diante desse quadro epistemológico abrangente, o pesquisador Jean-Paul Bronckart (2003) propõe e inaugura o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), como uma vertente do

Interacionismo Social. O ISD propõe uma teoria para analisar textos e uma perspectiva didática do ensino da produção textual. A obra vigotskiana é resgatada pela contribuição significativa que faz com as pesquisas empíricas e pelo interesse pelas relações entre pensamento e linguagem.

Um dos argumentos de Vigotski (2009), que é primordial no quadro do ISD, diz respeito à reformulação da concepção do conhecimento humano. A escola vigostkiana demonstra que

as formas iniciais de conhecimentos (as manifestações da inteligência sócio-motora) são construídas no quadro de atividades sempre inicialmente coletivas e sempre mediadas pelas interações verbais. Esses trabalhos mostram, a seguir, que a transformação dessa inteligência prática em um pensamento consciente é consecutiva à apropriação do valor arbitrário, ativo e discreto dos signos veiculados pelos textos do meio social (Bronckart, 2003, p. 106).

Sendo assim, Bronckart (2003) parte dos estudos vigotskianos para propor uma vertente de estudos que tem por objetivo estudar o funcionamento discursivo no desenvolvimento humano.

Uma das preocupações do ISD é compreender a relação entre atividade social e linguagem. Partindo do pressuposto de que o ser humano é caracterizado pela complexidade de se organizar coletivamente, ou seja, existe uma atividade social relacionada a esse processo de organização social. Da mesma forma, a linguagem está indissolivelmente envolvida no mesmo processo, pois sempre houve a necessidade de comunicação entre os sujeitos. A cooperação entre os indivíduos na atividade de linguagem se caracteriza por um “agir comunicativo”, conceito concebido por Habermas, e é regulada pelas interações verbais (Bronckart, 2003, p. 31-32).

Assim, as atividades e as produções verbais desempenham o papel primário ao reorientar “o desenvolvimento propriamente biológico dos organismos humanos da direção de um pensamento consciente, que é, no início, dependente dos contextos de ação e que depois se separa progressivamente deles” (Bronckart, 2003, p. 106). Partindo desse apontamento epistemológico, é possível pensar então que as produções de linguagem são primeiramente relacionadas à atividade humana coletiva e posteriormente com as ações de linguagem.

São as formas comunicativas em uso na ação de linguagem que determinam a realização efetiva de uma ação de linguagem, dessa maneira elas se utilizam os gêneros do discurso. A noção de gênero do discurso é conhecida pela obra de Mikhail Bakhtin. Segundo ele, os gêneros podem ser definidos como tipos relativamente estáveis de enunciado (Bahktin, 2016). Apesar do empréstimo do conceito do pesquisador russo, Bronckart muda a nomenclatura para gênero textual, para evitar a dubiedade em suas teorias já que há também o conceito de discurso, o que seria equivalente a enunciado para Bakhtin.

Assim, de acordo com Bronckart (2003), os gêneros textuais estão inseridos no intertexto comunicativo e “se adaptam permanentemente à evolução das questões sociocomunicativas e são, portanto, portadores de múltiplas indexações sociais” (Bronckart,

2003, p. 108). Assim como define Bakhtin, ao utilizar o termo relativamente estável, os gêneros são organizados em nebulosas, ou seja, eles possuem fronteiras não muito delimitadas e são movediças. Por isso abrem margem para pequenas modificações, dessa maneira não podem ser classificadas com estruturas definitivas e engessadas.

É nessas lacunas da nebulosa, que o estilo particular das múltiplas línguas naturais se acomoda, pois, “essas línguas são organizadas em paradigmas lexicais, em estruturas sintáticas que apresentam modalidades particulares de semantização das relações com o mundo elaboradas pelas formações sociais anteriores” (Bronckart, 2003, p. 108). Além das especificidades lexicais, fonológicas, fonéticas, sintáticas e semânticas, para a realização efetiva da linguagem, as línguas naturais possuem um quadro semiótico específico. Por conseguinte, o falante precisa mobilizar, para ser capaz de realizar a ação da linguagem efetivamente, o conhecimento do contexto situacional de ação sobre o gênero textual e os próprios recursos linguísticos da língua natural.

Dessa forma, o gênero se torna “não apenas o objeto e o objetivo de estudo, mas também um meio para que o aluno possa desenvolver capacidades que são necessárias em todas as outras produções textuais” (Lousada, 2007, p. 40). Dessa forma, o gênero textual pode ser entendido também como um instrumento capaz de permitir o desenvolvimento de capacidades de linguagem, ou seja, ao compreender o contexto de produção, a organização e os aspectos linguísticos do texto produzido, o aluno pode desenvolver suas capacidades de linguagem.

1.1 O modelo de análise textual

Para analisar textos diferentes gêneros, Bronckart (2003) aponta para um procedimento metodológico descendente, baseado no modelo proposto por Valentin Volóchinov, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018 [1929]), que parte da caracterização da situação de produção de linguagem no seio das atividades sociais, num plano macro, para uma análise dos mecanismos e dos recursos discursivos e linguístico-discursivos, num plano micro.

Para o autor, a primeira etapa de análise textual abrange a descrição do contexto de produção no qual o produtor do texto está inserido em dada situação de ação de linguagem constituída por três tipos de representações criadas pelo enunciador. A primeira seriam os parâmetros objetivos que compreendem o emissor e o eventual co-destinatário e o espaço/tempo de ação da linguagem. A segunda seriam parâmetros sociossubjetivos: o quadro social de interação, o objetivo, o papel do enunciador e dos destinatários. A terceira seriam as outras representações da situação e dos conhecimentos disponíveis no enunciador. Este conjunto de parâmetros contextuais, inerentes a toda produção textual, exerce influência direta na forma organizacional do enunciado.

Tal processo dá origem a um texto empírico, corpus em questão neste artigo. Dessa forma, da análise das condições de produção à análise dos textos, observamos e

compreendemos a arquitetura interna de cada texto sob a ótica de três níveis (Bronckart, 2003, p. 120-132) (Quadro 1):

Quadro 1. Níveis da arquitetura textual proposta por Bronckart (2003)

Nível 1	A infraestrutura geral do texto é o nível mais geral do modelo de análise. É composto pelo plano geral referente à organização do conteúdo temático (perceptível no processo de leitura); pela noção de tipo de discurso que denomina os segmentos comportados pelo texto; pela noção de articulações entre os tipos de discurso que podem tomar diferentes formas; pela noção de sequencialidade que caracteriza os modos de planificação de linguagem.
Nível 2	Os mecanismos de textualização formam o nível intermediário de análise e são responsáveis pelo estabelecimento da coerência temática, ao explicitarem as articulações hierárquicas, lógicas e temporais do texto. São compostos pela noção de conexão que marcam a progressão temática por meio de organizadores textuais; pela noção de coesão nominal que cumprem a função de introduzir elementos novos e de assegurar a retomada e substituição de elementos já existentes no desenvolvimento do texto; e pela noção de coesão verbal responsável pela organização temporal e hierárquica no texto por meio dos tempos verbais.
Nível 3	Os mecanismos enunciativos, que dizem respeito à coerência pragmática/ interativa e dos posicionamentos interativos do texto. São compostos pela noção de posicionamento enunciativo e vozes do enunciado; e pelas modalizações, ou seja, as avaliações formuladas sobre o conteúdo do texto, podendo ser apontadas as modalizações lógicas, deónticas, apreciativas e pragmáticas.

Fonte: elaboração própria.

Essas camadas expostas acima são constitutivas da organização de um texto e são separadas desta maneira a fim de responder à necessidade metodológica de solucionar a complexa rede organizacional do texto. A partir desses níveis propostos por Bronckart (2003), analisaremos quantitativamente e qualitativamente as propriedades linguísticas dos textos com o intuito de identificar as configurações, estruturas e mecanismos mobilizados pelo aluno na produção inicial e pós atendimento.

1.2 O conceito de capacidades de linguagem

Os gêneros textuais, ao servirem como suporte para a atividade de linguagem e estarem ancorados no conceito de gênero do discurso de Bakhtin (2016), podem ser entendidos como instrumento semiótico de comunicação em que a situação de produção comporta determinada ação de linguagem (Schneuwly; Dolz, 2004). Deste modo, um aluno é capaz de utilizar os gêneros textuais para produzir um texto, quando compreende a linguagem dentro das práticas e das atividades de linguagem necessárias para aquela ação.

Diante disso, os pesquisadores Dolz, Pasquier, Bronckart (1993) propõem o conceito de capacidades de linguagem, como aptidões necessárias que o enunciador mobiliza ao produzir um gênero textual. Assim, para dominar um gênero textual e produzi-lo de maneira eficiente, o falante deve ter essas três capacidades desenvolvidas, pois elas estão ligadas ao contexto de produção dos textos, à organização geral do texto e às características linguísticas e psicolinguísticas do texto (Schneuwly; Dolz, 2004). Nesta proposta, as capacidades de

linguagem são três: as capacidades de ação, as capacidades discursivas e as capacidades linguístico-discursivas.

As capacidades de ação são aquelas que dizem respeito ao contexto de produção. Segundo Dolz e Schneuwly (1998, p. 77), essas capacidades são responsáveis pelas especificidades da situação de interação no uso da linguagem de conhecimento comum entre os falantes, que os permite a adaptação da produção do texto ao contexto de comunicação. Deste modo, um aluno que domina as capacidades de ação, é capaz de determinar lugar e momento nos quais se realiza a ação; estabelecer as representações de papéis sociais dos participantes da interação, lugar social onde a interação ocorre e o objetivo dela; mobilizar os conhecimentos de mundo arquivado na memória para serem utilizados na produção textual.

O segundo tipo de capacidade apontada pelos autores, as capacidades discursivas, está relacionado aos tipos de discurso, isto é, a maneira como o enunciador escolhe e organiza o texto para produzir a ação da linguagem. Nessa capacidade, o enunciador é capaz de selecionar os diversos tipos de discursos e organizá-los em sequência, levando em consideração as características do gênero textual a ser produzido. Essa seleção e organização é contínua, pois os gêneros estão em constante transformação e a organização dos conteúdos deve acompanhá-la.

A terceira e última capacidade proposta por Dolz, Pasquier, Bronckart (1993) refere-se à arquitetura interna dos textos e às especificidades linguísticas que o falante precisa mobilizar para produzir um texto. As capacidades linguístico-discursivas estão relacionadas aos mecanismos enunciativos e de textualização, proposto no modelo de análise de Bronckart (2003). Assim, essas capacidades envolvem quatro tipos de operações: as de textualização (conexão, organização entres os segmentos de discurso, coesão nominal e coesão verbal); as vozes enunciativas e as modalizações. Por fim, cabe ressaltar que apesar da distinção feita por Dolz, Pasquier, Bronckart (1993) por questões didáticas, essas capacidades estão em concomitante uso na ação da linguagem e são separadas apenas com fins analíticos e didáticos.

1.3 Letramento Acadêmico

Os estudos sobre letramento e suas implicações para as práticas sociais dos sujeitos revelam que esse termo vem sofrendo ressignificações acompanhando as constantes mudanças sociais. O conceito de letramento foi usado pelas primeiras vezes no âmbito acadêmico para diferenciar os impactos sociais da escrita dos estudos sobre alfabetização (Kleiman, 2008, p. 16). O letramento acadêmico, num primeiro momento, examinou o desenvolvimento social ocasionado pela escrita e posteriormente, serviu para descrever os efeitos relacionados às “práticas sociais e culturais dos diversos grupos que usavam a escrita” (Kleiman, 2008, p. 16).

A produção de estudos no Brasil sobre letramento, a partir da década de 90, é vasta, com pesquisas de autores de referência, como Magda Soares, Roxane Rojo e Ângela Kleiman. Há diversos significados para o conceito de letramento atualmente, a depender do viés teórico

adotado. O conceito de letramento acadêmico pode ser abordado sob o aspecto da generalidade e da especificidade, sob a perspectiva do foco de investigação ou do contexto social e influenciado pela prática social afetada pela ideologia (Ferreira; Lousada. 2016, p. 128). Esses aspectos estão relacionados à visão de letramentos como prática social, proposta por Brian Street (1984; 2014).

Um dos conceitos teóricos propostos pelo autor britânico é o modelo ideológico, no qual o aprendizado da escrita ocorre considerando as práticas concretas e sociais. Sob essa perspectiva, o letramento é produto da cultura, da história e do discurso (Street, 2014). Street enfatiza a abordagem social do letramento e do caráter múltiplo das práticas letradas, ao contrapor a ênfase dominante no letramento único e ‘neutro’ com L e no singular. Ao descrever a ideia de letramentos proposta, ele reforça o conceito de práticas letradas ao se referir a “a qualquer ocasião em que um trecho de escrita é essencial à natureza das interações dos participantes e seus processos interpretativos” (Street, 2014, p. 18). Assim, tais práticas se referem ao comportamento e às conceitualizações sociais e culturais que constroem sentido nos usos da leitura e da escrita.

Street propõe o modelo de letramento ideológico, pois as práticas letradas não se trata simplesmente de adquirir conteúdo, mas aprender como um processo. Segundo ele,

as mudanças operadas por um programa de letramento nos dias de hoje podem, de igual modo, atingir fundo as raízes de crenças culturais, fato que pode passar despercebido dentro de um ideário que pressupõe leitura escrita como simples habilidades técnicas (Street, 2014, p. 31).

Ou seja, o modelo ideológico considera que o letramento em si mesmo não promove o avanço cognitivo, a mobilidade social ou progresso, mas que as práticas letradas são de ordem específicas à situação política e ideológica. Dessa forma, o letramento como prática social dentro da esfera acadêmica tem o intuito de ampliar as capacidades comunicativas dos alunos.

2 O Laboratório de Letramento Acadêmico

O contexto de pesquisa do qual faz parte esse artigo está relacionado ao Laboratório de Letramento Acadêmico que funciona atualmente na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). O laboratório tem como objetivo principal auxiliar os alunos da graduação a desenvolverem a escrita acadêmica principalmente por meio do instrumento didático de gêneros textuais específicos da academia. O laboratório não está vinculado a nenhuma disciplina da grade curricular da graduação ou da pós-graduação, funciona por meio de divulgação dos atendimentos e agendamentos espontâneos dos alunos.

Desde a criação, o Laboratório de Letramento Acadêmico desenvolve ações sob diversas frentes: atendimentos/tutorias individuais; palestras, oficinas e workshops; cursos de extensão; espaço de estudo, pesquisa e reflexão sobre letramentos; e formação de novos monitores-tutores. Desde a fundação, a maioria dos alunos de graduação atendidos pelos

monitores de português pertence à FFLCH. Geralmente, os estudantes buscam os serviços do LLAC após receberem um feedback negativo de um professor, especialmente durante a elaboração de projetos de iniciação científica, mestrado ou doutorado. O LLAC está envolvido em algumas disciplinas, mas em sua maioria, os atendimentos são espontâneos.

Os atendimentos são tutorias individuais oferecidas a alunos da graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) com o objetivo de auxiliar a comunidade acadêmica a produzirem gêneros acadêmicos (orais ou escritos) em inglês, francês e português. As sessões duram em média de 30 a 45 minutos e são conduzidas por um ou dois monitores. Nos atendimentos são abordados diversos aspectos que envolvem o letramento acadêmico: *brainstorming* de ideias ou de conhecimentos prévios, discussão sobre as propostas de textos, discussão sobre determinado gênero textual e suas características, organização do texto, revisão do texto (gramática) e referências bibliográficas. Assim, os atendimentos tratam desde aspectos mais gerais de contexto de produção até aspectos discursivos ou, mais especificamente, linguísticos.

O LLAC é um local privilegiado para o desenvolvimento de pesquisas que, até recentemente, tinha focado em produções textuais em línguas estrangeiras: francês e inglês. Assim, no grupo de pesquisa Análise de Linguagem, Trabalho Educacional e suas Relações (ALTER-CNPq³) já existem pesquisas sobre o LLAC, como a dissertação “Desenvolvimento da escrita acadêmica em francês: relações entre a produção escrita e o ensino do gênero textual artigo científico” (Tonelli, 2016) e “O desenvolvimento da produção escrita de alunos de francês a partir do trabalho com gêneros acadêmicos *résumé* e *note de lecture*” (Dias, 2017). Ambas as pesquisas abordam o francês como língua estrangeira e o foco é em determinados gêneros textuais. No LLAC, também há pesquisas sobre o inglês, como a tese de doutorado “Práticas de letramento acadêmico, em inglês e português, em disciplinas de graduação, na área de Ciências Biológicas: um estudo de caso” (Ornellas, 2019) e a dissertação de mestrado “Dificuldades de pós-graduandos da USP com a escrita acadêmica em inglês” (Lunn, 2018). Porém, no LLAC, menos frequentes são os estudos sobre o português, o que confirma a pertinência de realizar nossa pesquisa.

Após a pandemia da COVID-19, nas áreas de português e de francês, os atendimentos são previamente agendados por *e-mail* de forma espontânea, em sua maioria. Os alunos podem enviar os textos previamente para que o monitor-tutor se prepare e, assim, consiga aproveitar mais o tempo disponível durante a tutoria; ou o aluno pode apresentar o texto que quer discutir na hora do atendimento; ou, ainda, o aluno não precisa trazer nenhum texto, apenas discutir as ideias sobre determinado gênero textual. Esse procedimento busca oferecer aos alunos a visão de uma outra pessoa sobre seu texto, além de auxiliá-los a identificar as dificuldades na produção dos gêneros típicos da esfera acadêmica.

³ Grupo de pesquisa “Análise de Linguagem, Trabalho e suas Relações”, para conhecer mais sobre o grupo, acesse: <http://letra.fflch.usp.br/grupos-de-pesquisa-cnpq>.

Desse modo, a partir de sugestões e apontamentos dos monitores, o intuito é que o aluno crie independência para adequar suas capacidades de linguagem a fim de aplicá-las em outros contextos de produção acadêmica, mesmo que se trate de gêneros distintos. Mesmo assim, espera-se que os alunos agendem mais de um atendimento, principalmente quando se trata de gêneros textuais mais longos ou complexos, como um Projeto de Pesquisa, pois assim os monitores poderiam auxiliar em toda a extensão do texto, já que o atendimento dura em média entre 30 e 45 minutos e, nesse curto período, é difícil abordar todos os aspectos de um texto mais longo. No entanto, ao longo da pesquisa de Mestrado, observamos que os alunos da graduação possuem dificuldade em comparecer em mais de um atendimento para realizar esse acompanhamento de escrita.

Os nossos dados de análise foram coletados nos atendimentos do LLAC, que ocorreram por demanda espontânea de uma estudante da graduação. A partir da constante divulgação das ações do laboratório, os alunos tomam conhecimento dos atendimentos e entram em contato por e-mail para agendar um horário com os monitores-tutores.

3 Metodologia

Para desenvolver esta pesquisa, trabalhamos junto ao LLAC ao participar de um atendimento oferecido a uma estudante do curso de Letras da USP. Coletamos duas versões da produção do gênero Projeto de Pesquisa para Iniciação Científica (IC): uma versão antes do atendimento e outra após-atendimento. O atendimento foi guiado por uma das autoras desse artigo, que é monitora-tutora do Laboratório desde 2020.

Nos atendimentos, temos acesso à versão apresentada pelo aluno durante o atendimento (nem sempre os alunos trazem textos prontos, é comum os alunos apresentarem esboços ou até mesmo texto nenhum) e à versão após o atendimento, nessa não há controle total de que as alterações foram feitas exclusivamente por causa do atendimento. Nas análises realizadas, concentramo-nos, primeiramente, nas modificações observáveis nos textos entre uma versão e outra a fim de identificar como as capacidades de linguagem se desenvolveram ou não após o atendimento. Para demonstrar o impacto do atendimento, faremos uso de excertos em que houve mudanças significativas entre uma versão e outra da produção do aluno com o propósito de explorar os potenciais efeitos das mediações formativas implementadas durante os atendimentos no LLAC sobre a produção textual dos alunos.

Para realizar a análise dos textos coletados, foi utilizado o modelo de análise proposto pelo ISD (Bronckart, 2003). No primeiro atendimento, atentamo-nos na análise do contexto de produção, físico e sociossubjetivo, dos textos, ou seja, foram levantadas informações sobre o enunciador do texto e seu lugar social, os objetivos deste enunciador ao produzir o texto e, também, para quem o texto é destinado. Em seguida, analisamos os textos, ao observarmos as três camadas superpostas que o constituem: a infraestrutura geral do texto, que compreende o plano global do texto, isto é, organização do conteúdo temático e os tipos de discurso; os

mecanismos de textualização, procedimentos responsáveis pela conexão e coesão nominal. Por fim, foram analisados os mecanismos enunciativos, constituídos pelas modalizações e pelas vozes do discurso de outrem.

Como mencionado na seção anterior, adotamos a noção de capacidades de linguagem (Dolz, Pasquier, Bronckart, 1993) para nossas análises, observando os três níveis da arquitetura textual, relacionados às três capacidades, em duas produções de uma estudante de graduação para compreender o impacto potencial do atendimento do LLAC.

4 Desenvolvimento das capacidades de linguagem pelo gênero Projeto de Pesquisa

Com base na noção de capacidades de linguagem (Dolz, Pasquier, Bronckart, 1993), observamos, na planificação textual de excertos das versões inicial e pós-atendimento, qual foi o impacto dos atendimentos no gênero textual produzido. Com o intuito didático, relacionamos as capacidades de linguagem com os níveis de análise textual do modelo proposto por Bronckart (2003). O Quadro 2 sintetiza a relação entre capacidades de linguagem e níveis de análise do ISD, mas não dá conta de todas:

Quadro 2. Capacidades de linguagem e níveis de análise textual

Níveis de análise textual	Capacidades de linguagem
Contexto de produção (enunciador, destinatário, objetivo, local social etc.)	Capacidades de ação
Infraestrutura geral do texto (plano global dos conteúdos temáticos, tipos de discurso)	Capacidades discursivas
Mecanismos de textualização (coesão verbal, coesão nominal, conexão) Mecanismos enunciativos (vozes, modalizações)	Capacidades linguístico-discursivas

Fonte: elaboração própria.

Para podermos analisar o desenvolvimento das capacidades de linguagem entre a versão anterior e a versão posterior ao atendimento, foi elaborado um Modelo Didático do gênero Projeto de Pesquisa para Iniciação Científica baseado em textos de especialistas com as principais características ensináveis de tal gênero. Isso foi feito para dar uma base inicial do que esperar da produção escrita da aluna atendida e compreender quais capacidades ela já possuía antes do atendimento e, assim, compreender quais capacidades se desenvolveram posteriormente. Apesar de não trazermos o MD inteiro para este artigo, elencamos uma síntese das capacidades esperadas para esse gênero de acordo com o MD elaborado (Quadro 3).

Quadro 3. Síntese das capacidades de linguagem necessárias para a produção do Projeto de Pesquisa – segundo o MD e em comparação com o modelo de análise de textos de Bronckart (2003)

Níveis de análise textual	Capacidades de linguagem
<i>Contexto de produção (enunciador, destinatário, objetivo, local social etc.)</i>	Capacidades de ação: Posicionar-se enunciativamente nesse gênero levando em conta o destinatário e o local social onde é produzido; Refletir sobre os objetivos de um projeto de pesquisa e sobre como formulá-los.
<i>Infraestrutura geral do texto (plano global dos conteúdos temáticos, tipos de discurso)</i>	Capacidades discursivas: Ser capaz de mobilizar os conteúdos temáticos típicos de um projeto de pesquisa para IC (Identificação; Problemas, hipóteses e perguntas; Justificativa; Objetivo geral e objetivos específicos; Síntese da literatura relevante; Metodologia; Resultados/ impactos esperados; Cronograma; e Bibliografia. Processo de escrita: planificação, escolha dos conteúdos e revisão; Organizar os conteúdos da introdução (problema, hipóteses, perguntas de pesquisa); Usar de entretítulos como organizadores do projeto; Realizar a progressão dos conteúdos (objetivos, teoria, métodos) Tipo de discurso teórico.
<i>Mecanismos de textualização (coesão verbal, coesão nominal, conexão)</i> <i>Mecanismos enunciativos (vozes, modalizações)</i>	Capacidades linguístico-discursivas: Inserir conceitos teóricos e vozes de especialistas; Usar modalizações para evitar afirmações muito assertivas; Usar conectores lógicos; Efetuar escolhas lexicais: sugestões de sinônimos, referência nominal.

Fonte: elaboração própria.

4.1 Contexto de produção do projeto de pesquisa

A aluna atendida é estudante do quinto semestre da habilitação em Francês e, apesar de estar nos anos finais da graduação, estava tendo o primeiro contato com a pesquisa acadêmica, em geral. A aluna nunca havia escrito o gênero projeto de pesquisa. Ele serviria como planejamento da própria pesquisa a ser desenvolvida posteriormente, ao estabelecer o percurso que a pesquisa seguiria. Além disso, ela pretendia submeter o projeto para a FAPESP para concorrer a uma bolsa da agência.

A aluna realizou um atendimento com a monitora em julho de 2022. Ela já conhecia o laboratório, pois era o terceiro atendimento no LLAC num período de dois anos. A aluna havia consultado o Laboratório para o roteiro de um vídeo e para uma atividade da disciplina de Francês V. Ela solicitou o atendimento com o objetivo de revisão do projeto de pesquisa, isto é, ela gostaria de receber uma segunda opinião sobre a escrita do gênero como um todo.

A primeira versão do projeto de pesquisa possuía seis páginas, sendo quatro de texto corrido, uma de capa e uma de referências bibliográficas e trazia seu nome, mas não trazia o nome do orientador. A informação na capa denominava o gênero apenas como “projeto de iniciação científica” sem o termo “de pesquisa”, o nome do projeto e a data de entrega; já a versão posterior tinha 6 páginas também, contendo capa com suas informações e o título do trabalho, seguida do resumo, do artigo e da página com a bibliografia. Nesses aspectos não houve alteração para a versão posterior, na reformulação do texto, a aluna manteve quase a extensão do seu trabalho.

Com relação ao contexto de produção físico e sociossubjetivo, os destinatários do projeto de pesquisa da aluna são primeiramente a orientadora da pesquisa que lia o texto antes do envio para submissão da FAPESP e os pareceristas que aprovavam ou não o auxílio financeiro da bolsa de IC. Esses destinatários ocupam, em sua maioria, um papel social de pesquisador mais experiente e de especialista na área de pesquisa do estudante. A motivação da aluna para realizar a pesquisa de IC é oriunda do interesse particular dela despertado nas disciplinas curriculares do curso.

Ao analisarmos o contexto de produção do texto, percebemos a primeira mudança significativa: o título do projeto de pesquisa, como pode ser visto no excerto a seguir (Quadro 4):

Quadro 4. Excerto 1 - Título do projeto de pesquisa

<i>Versão inicial</i>	<i>Versão pós-atendimento</i>
<u>Entrelaçamentos entre o português brasileiro e as línguas de herança das comunidades</u> do leste europeu em São Paulo	<u>A presença de línguas e culturas de herança de comunidades eslavas</u> do leste europeu em São Paulo

Fonte: elaboração própria.

A partir dos comentários da monitora-tutora, foi possível perceber a alteração no título do projeto de pesquisa, no qual mudou "Entrelaçamentos entre o português e as línguas de herança das comunidades" para "A presença de línguas e culturas de herança de comunidades eslavas". Essa mudança aponta para uma adequação do objeto de estudo, pois a aluna acrescentou que a pesquisa vai envolver, além do estudo das línguas, o estudo da cultura.

Com relação aos objetivos de pesquisa, exposto na seção Objetivos, é possível notar alterações, de acordo com o excerto no Quadro 5:

Quadro 5. Excerto 2 - Introdução (Objetivos)

<i>Versão inicial</i>	<i>Versão pós-atendimento</i>
<p>Por isso, <u>para além de um mapeamento cultural da população imigrante do leste europeu no Brasil, pensamos em priorizar um estudo linguístico e cultural, trazendo características e comparações observadas no</u> convívio entre as línguas de três países do leste europeu - Rússia, Ucrânia e Polônia, que são as colônias eslavas mais expressivas no país - e o português brasileiro como principal língua local. O propósito, ainda, é entender não só como se dá esse convívio, mas se há reconhecimento e manutenção das línguas trazidas por esses imigrantes em meio aos ambientes onde se concentram seus descendentes.</p> <p>Para <u>entender</u> a relação <u>desses</u> descendentes com as línguas de seus ancestrais, utilizaremos as noções de língua de herança estudadas em <u>ORTALE (2016)</u>:</p> <p><i>Língua de herança é a língua com a qual uma pessoa possui identificação cultural e sentimento de pertencimento a determinada comunidade que a usa, seja por laços ancestrais, seja por convivência no mesmo ambiente sociocultural com falantes dessa língua. (ORTALE, 2016, p. 27)</i></p> <p>A partir desse conceito, <u>poderemos observar quais são os sentimentos dos imigrantes, de seus descendentes e das populações próximas com relação às línguas e culturas trazidas no contexto de imigração, bem como sua relação</u> com o português brasileiro - se há um sentimento de imposição linguística, se há luta por seus direitos linguísticos e como se dá a manutenção desses componentes no âmbito familiar.</p>	<p>Por isso, <u>o propósito é verificar não só como se dá o</u> convívio entre as línguas de três países do leste europeu - Rússia, Ucrânia e Polônia, que são as colônias eslavas mais expressivas no país - e o português brasileiro como principal língua local, mas se há reconhecimento e manutenção das línguas trazidas por esses imigrantes em meio aos ambientes onde se concentram seus descendentes. Para <u>analisar</u> a relação <u>dos</u> descendentes com as línguas de seus ancestrais, utilizaremos as noções de língua de herança estudadas em <u>Ortale (2016)</u>:</p> <p><i>Língua de herança é a língua com a qual uma pessoa possui identificação cultural e sentimento de pertencimento a determinada comunidade que a usa, seja por laços ancestrais, seja por convivência no mesmo ambiente sociocultural com falantes dessa língua. (ORTALE, 2016, p. 27)</i></p> <p>Focalizaremos, a partir desse conceito, <u>nos núcleos familiares (imigrantes, descendentes e seus cônjuges) e sua relação com as línguas e culturas trazidas no contexto de imigração, bem como suas relações</u> com o português brasileiro - se há um sentimento de imposição linguística, se há luta por seus direitos linguísticos e como se dá a manutenção desses componentes no âmbito familiar.</p>

Fonte: elaboração própria.

Ao analisarmos como a aluna expõe seus objetivos de pesquisa, vemos que, na versão posterior do projeto, a aluna incluiu um objetivo de pesquisa mais explícito, ao inserir a expressão “o propósito é”. Além disso, é possível observar que a proposta era trabalhar a língua e a cultura, por isso ela modificou esse aspecto no título do projeto de pesquisa. Ela percebeu essa adequação que deveria ser feita a partir da revisão dos objetivos do trabalho.

No excerto acima, é possível observar ainda que a aluna fez a substituição do verbo mais amplo "entender" para um verbo próprio da ação científica de pesquisa "analisar". Ela, assim, aponta quais são seus objetivos a serem alcançados marcados pelo emprego de um verbo específico do agir do pesquisador, ou seja, verbos que expressem uma ação. Houve, ainda, a delimitação do objeto de pesquisa com o objetivo de pesquisa, substituição do verbo "observar" por "focalizar" e exclusão da palavra sentimentos. Além disso, a aluna exclui o verbo “pensamos” na versão pós-atendimento, dessa forma, ao identificar um verbo empregado de forma não-adequada e substituir por “propósito” a aluna demonstra que percebeu a falta de definição dos objetivos e busca deixar mais específico o que pretende com a pesquisa.

Vejamos mais um excerto da Introdução do projeto de pesquisa (Quadro 6):

Quadro 6. Excerto 3 – Introdução

<i>Versão inicial</i>	<i>Versão pós-atendimento</i>
<p>Porém, poucos trabalhos têm esse tema como objeto de estudo e, em um primeiro momento, encontramos <u>trabalhos de</u> mapeamento dessas populações em algumas regiões específicas do Brasil (<u>principalmente Paraná e São Paulo</u>), <u>de estudo cultural dedicado ao estado desses imigrantes no país e praticamente nenhum que se comprometesse com um estudo linguístico</u>. Por conta do parentesco distante entre as línguas desses países e o português brasileiro, além da distância geográfica, é provável que a adaptação cultural e linguística destas populações seja um pouco diferente daquelas mais investigadas.</p>	<p>Porém, poucos trabalhos têm esse tema como objeto de estudo e, em um primeiro momento, encontramos <u>dissertações que propuseram</u> um mapeamento dessas populações em algumas regiões específicas do Brasil, <u>principalmente Paraná e São Paulo - Decol (2000) e Paula (2017); estudos culturais dedicado ao estado desses imigrantes no país - Bytsenko (2006), Vorobieff (2006), Ramos (2012) e Ruseishvili (2016); e com foco na educação e escolarização dessas populações - Gärtner (1998) e Costa (2019). Além disso, encontramos livros publicados a partir de teses - como Horbatiuk (1989) e Zen (2010) e a realização anual de um simpósio de estudos eslavos, evento promovido pelo Núcleo de Estudos Eslavos da Unicentro (Universidade Estadual do Centro-Oeste)</u>.</p> <p>Por conta do parentesco distante entre as línguas desses países e o português brasileiro, além da distância geográfica, é provável que a adaptação cultural e linguística destas populações seja um pouco diferente daquelas mais investigadas. Além disso, embora receba menos atenção, vemos que a imigração do leste europeu é tão numerosa e significativa quanto às da Europa românica, como afirma Decol (2000): [...]</p>

Fonte: elaboração própria.

A partir das mudanças sublinhadas, notamos que a aluna procurou especificar quais trabalhos foram utilizados para o levantamento bibliográfico prévio do projeto, demonstrando que ela sabe da importância dessa etapa dentro de um projeto de pesquisa, pois aponta para seu conhecimento na área e sua preocupação em encontrar uma lacuna para justificar a própria pesquisa. Houve ainda preocupação em demonstrar que houve um levantamento bibliográfico da literatura do objeto de pesquisa.

Ademais, as mudanças no projeto de pesquisa demonstram uma adequação da aluna com relação às referências bibliográficas exigidas no modelo de projeto da submissão para bolsa FAPESP.

4.2 Infraestrutura geral do projeto de pesquisa

No que diz respeito à infraestrutura geral do texto, analisamos principalmente o plano global dos conteúdos temáticos e os tipos de discurso. Como exposto anteriormente, a aluna pretendia submeter seu projeto à FAPESP para pleitear uma bolsa de IC. A monitora-tutora abriu o site da FAPESP e mostrou as exigências para submeter um projeto de pesquisa nessa

LINHA D'ÁGUA

agência. Segundo ela, o projeto de pesquisa deve ser apresentado de maneira clara e resumida, ocupando no máximo 20 páginas digitadas em espaço duplo. (FAPESP, 2024).

Além da definição do que esperam do gênero, a página aponta ainda o plano dos conteúdos temáticos esperados. Deve compreender: Resumo (máximo 20 linhas); Introdução e justificativa, com síntese da bibliografia fundamental; Objetivos; Plano de trabalho e cronograma de sua execução; Material e métodos; Forma de análise dos resultados. As orientações não fazem menção à referência bibliográfica.

No Quadro 7, comparamos as versões do texto da aluna com as orientações da FAPESP e as partes levantadas no MD:

Quadro 7. Comparação do plano global dos conteúdos temáticos

<i>Modelo Didático</i>	<i>FAPESP</i>	<i>Versão inicial</i>	<i>Versão pós-atendimento</i>
Identificação		Nomes da aluna e orientadora, faculdade e data	Manteve
	Resumo	Não consta	Não consta
Problemas, hipóteses e perguntas	Introdução e justificativa, com síntese da bibliografia fundamental;	Introdução com contexto de pesquisa e justificativa, além de problema e síntese da literatura relevante	Manteve, mas incluiu objetivos explicitamente
Justificativa			
Síntese da literatura relevante			
Objetivo geral e objetivo específico	Objetivos	Objetivos e perguntas de pesquisa	Manteve
Metodologia	Material e métodos	Metodologia	Manteve
Resultados/impactos esperados	Forma de análise dos resultados	Não consta	Não consta
Cronograma	Plano de trabalho e cronograma de sua execução;	Cronograma e Plano de trabalho	Manteve

Fonte: elaboração própria.

A partir do exposto acima, é possível notar que a aluna não alterou as partes do projeto e manteve: Identificação, Introdução (contexto de pesquisa, justificativa), objetivos, metodologia, cronograma e plano de trabalho e referências bibliográficas. A aluna não fez Resumo e incluiu os conceitos teóricos na seção de Introdução, junto com o Contexto de Pesquisa, conforme orientação da FAPESP. Ela não escreveu sobre Resultados/impactos esperados ou Forma de análise dos resultados.

Com relação aos tipos de discurso há predomínio do discurso teórico que pode ser observado por meio de domínio das formas do presente (“podemos”, “é”) e do futuro (“poderemos”, “focalizaremos”), ausência de nomes de pronomes e adjetivos; presença de marcadores com valor lógico-argumentativo (“além disso”, “por isso”), de modalizações lógicas (“podem”, “poderemos”) e presença de anáforas pronominais (“desse”).

Segundo Bronckart (2003), o mundo discursivo da ordem do EXPOR, em um discurso teórico, ao se aproximar dos validados pelo coletivo, apresenta geralmente um conteúdo temático como verdadeiro. Se levarmos isso em consideração, vemos que há uma mudança no raciocínio lógico criado no discurso, pois a aluna, ao retirar a palavra “sentimento” como algo a se buscar em seus objetivos, assume um mundo discursivo de um futuro pesquisador, em um projeto de pesquisa, já que se espera que um trabalho científico não seja capaz de diretamente alcançar os sentimentos dos participantes.

4.3 Mecanismos de textualização e enunciativos do projeto de pesquisa

Ao analisarmos como a aluna utiliza mecanismos de textualização e mecanismos enunciativos, observamos primordialmente a coesão nominal, conexões, inserções de vozes e modalizações. Para analisarmos as conexões, vejamos a comparação do excerto da parte final da Introdução do projeto de pesquisa (Quadro 8):

Quadro 8. Excerto 4 – Introdução (Justificativa)

<i>Versão inicial</i>	<i>Versão pós-atendimento</i>
O campo das línguas eslavas contribui com uma possibilidade interessante de comparação com o português brasileiro. À primeira vista, o alfabeto, a estrutura sintática e o vocabulário distante causam certo estranhamento aos falantes de uma língua românica como o português, no entanto, essas línguas guardam semelhanças ainda pouco exploradas, e que podem servir de abertura para uma nova perspectiva de um ambiente plurilíngue - como é o caso das famílias de imigrantes no bairro Vila Prudente, na cidade de São Paulo.	As línguas eslavas, <u>à primeira vista</u> , são distantes de línguas românicas (como o português) <u>por conta de</u> aspectos como o alfabeto, estrutura sintática origem vocabular. <u>Por isso</u> , é importante observar de que forma o contato entre essas línguas em um contexto de imigração serve de abertura para uma nova perspectiva de um ambiente plurilíngue - <u>como é o caso</u> das comunidades de imigrantes no bairro Vila Prudente, na cidade de São Paulo.

Fonte: elaboração própria.

Vemos, nessa mudança entre as duas versões, primeiramente, que ela incluiu conexões e termos como “à primeira vista”, “por conta de”, “por isso” e “como é o caso” que juntos dão maior hierarquia argumentativa para o trecho. Além disso, ela utiliza mais sinais de pontuação, como o travessão, para dinamizar a escrita e construir um texto mais articulado. Notamos, ainda, que com essa reformulação, a aluna buscou uma argumentação coerente já que na primeira versão ela aproxima as duas línguas/culturas de imediato e na segunda, ela faz uma ressalva à primeira vista.

No excerto a seguir (Quadro 9), retirado da seção de Objetivos, a aluna faz mais mudanças da primeira para a segunda versão do projeto:

Quadro 9. Excerto 5 – Introdução (Justificativa)

<i>Versão inicial</i>	<i>Versão pós-atendimento</i>
<p>Esse estudo <u>pretende entender</u> quais são os resultados práticos, <u>isto é</u>, as influências e reverberações do contato entre as línguas de herança dos imigrantes de países eslavos e seus descendentes (especificamente russos, ucranianos e poloneses) com a língua local - o português brasileiro da cidade de São Paulo.</p> <p>Buscamos, de modo geral, <u>conscientizar a população da cidade de São Paulo</u> sobre a pluralidade cultural e linguística da região e, de modo específico, promover o reconhecimento e a conservação da herança linguística e da identidade da população eslava imigrante.</p>	<p>Esse estudo <u>busca promover</u> o reconhecimento e a conservação da herança linguística e da identidade da população eslava imigrante através de uma análise dos aspectos práticos do contato entre as línguas de herança dos imigrantes de países eslavos e seus descendentes com a língua local - o português brasileiro da cidade de São Paulo. Dentre <u>esse grupo</u>, priorizamos para análise a imigração russa, ucraniana e polonesa.</p> <p>Pretendemos traçar um panorama histórico-geográfico desses três contextos de imigração (que, por muitos momentos, aparecem entrelaçados) e <u>caracterizar</u> o estado das comunidades de imigrantes atualmente quanto às suas línguas de herança - de forma ampla, destacando a situação do bairro, em seguida traçando o perfil dos imigrantes e, por fim, especificando as línguas que usam no contexto familiar.</p>

Fonte: elaboração própria.

Ela modifica mais uma vez a escolha dos verbos, ao trocar “pretende entender” por “busca promover”, optando novamente por verbos mais condizentes com o agir ativo do pesquisador diante do seu objeto de estudo, com isso ela demonstra preocupação em adequar a ação de pesquisa com o fazer científico. Houve maior especificação dos objetivos secundários também na mudança do verbo “traçar” pelo verbo “caracterizar”. Há ainda neste trecho, a retirada do “isto é”, deixando o texto mais objetivo, já que esse marcador de reformulação, além do que muitas vezes demonstra que alguma ideia ou conceito pode ter sido mais explicado.

Percebemos ainda a utilização da referenciação pronominal “desse” como mecanismo enunciativo de coesão nominal. Ao longo do projeto, a aluna evita repetições de palavras e busca soluções alternativas, principalmente com a coesão nominal, para evitar esse vício de linguagem, como por exemplo “desse conceito”, “desses ambientes plurilíngues” ou “esse histórico”. Vejamos a seguir, no Quadro 10, um excerto da Metodologia do projeto:

Quadro 10. Excerto 6 – Metodologia

<i>Versão inicial</i>	<i>Versão pós-atendimento</i>
<p>Com o propósito de obter os resultados para as perguntas elencadas anteriormente, faremos uma pesquisa de caráter documental e analítico. Para tal, buscamos <u>estudar os conceitos mais gerais</u> sobre língua de herança e investigar os dados e referências históricas sobre imigração eslava no Brasil, a fim de estabelecer uma conexão entre os dois temas.</p> <p>Em seguida, planejamos elaborar um <u>breve roteiro de entrevista</u> sobre as particularidades dos movimentos migratórios de russos, ucranianos e poloneses, além do convívio dessas famílias no Brasil, focando sobretudo na adaptação de suas línguas em território estrangeiro e no tratamento da herança no âmbito familiar.</p> <p>Pretendemos, então, selecionar uma amostra da população imigrante (não necessariamente de primeira geração) do bairro da Vila Prudente, na Zona Leste de São Paulo e realizar entrevistas com essas pessoas, estimulando os entrevistados a compartilhar suas experiências com a língua e cultura locais.</p>	<p>Com o propósito de obter os resultados para as perguntas elencadas anteriormente, faremos uma pesquisa de caráter documental e analítico. Para tal, <u>buscamos nos aprofundar no conceito</u> de língua de herança e investigar os dados e referências históricas sobre imigração eslava no Brasil, a fim de estabelecer uma conexão entre os dois temas.</p> <p>Em seguida, planejamos <u>elaborar um questionário a ser respondido anonimamente</u> sobre as particularidades dos movimentos migratórios de russos, ucranianos e poloneses, envolvendo aspectos como: o convívio dessas famílias no Brasil, uso das línguas em questão e do português brasileiro, o tratamento da herança no âmbito familiar e outros ambientes, focando sobretudo na preservação e manutenção de suas línguas em território estrangeiro.</p> <p>Pretendemos, então, solicitar à população imigrante e descendentes (não necessariamente de primeira geração) do bairro da Vila Prudente, na Zona Leste de São Paulo, a participação nesse questionário sobre o perfil da comunidade eslava no bairro e suas experiências com as línguas e culturas locais e de herança.</p>

Fonte: elaboração própria.

Neste trecho, podemos notar que a aluna adota um movimento de entrelaçamento dos objetivos secundários com as etapas de pesquisa, objetivos de ordem prática o que ajuda posteriormente no desenvolvimento da pesquisa. Opta mais uma vez por modificar o texto a fim de obter maior especificação por meio da escolha verbal, ao trocar o verbo “estudar” pelo verbo “aprofundar”, e a exclusão do adjetivo "geral" o que demonstra aprofundamento no projeto de pesquisa. Por último, a partir desse excerto, notamos que houve ainda adequação do método de pesquisa quando ela substituiu “breve roteiro de entrevista” por algo mais específico para “questionário”, sem a adjetivação de “breve” e com a especificação do método utilizado.

Para finalizar, vejamos, no Quadro 11, um excerto do Cronograma do projeto:

Quadro 11. Excerto 7 – Cronograma

<i>Versão inicial</i>	<i>Versão pós-atendimento</i>
<p>NOVEMBRO/DEZEMBRO</p> <p>Participação nas reuniões mensais do NUCLiH;</p> <p>Relação entre a literatura teórica e os dados <u>coletados nas entrevistas.</u></p>	<p>NOVEMBRO/DEZEMBRO</p> <p>Participação nas reuniões mensais do NUCLiH;</p> <p>Relação entre a literatura teórica e os dados <u>coletados nos questionários.</u></p> <p><u>Apresentação da pesquisa finalizada no SIICUSP.</u></p>

Fonte: elaboração própria.

A aluna entende que o projeto de pesquisa, como um gênero uno, precisa ter uma coerência global, assim as mudanças feitas em uma seção são acompanhadas em outras. Além disso, há a inclusão de uma etapa importante do jovem pesquisador no processo de pesquisa: a discussão do trabalho com os pares.

Com relação às modalizações houve poucas mudanças na comparação entre a produção inicial, apresentada e discutida durante o atendimento, e a produção pós-atendimento. Constatamos que, quando a aluna expõe sua própria voz no texto, aparecem as modalizações lógicas com função epistêmica, em sua maioria. Para Bronckart (2008, p. 330), as modalizações epistêmicas se referem às condições de estabelecimento da verdade das proposições. Elas apareceram quando se reproduz, geralmente, algum conceito teórico, citando o(s) especialista(os) que o definem, evidenciando uma adesão (um comprometimento) de certeza àquela explicação conceitual. Com relação à inserção de vozes, não houve alterações entre a versão inicial e a versão pós-atendimento.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo demonstrar o papel que um atendimento do Laboratório de Letramento Acadêmico da USP (LLAC) exerceu no aperfeiçoamento da produção textual de uma estudante universitária da graduação em Francês. O atendimento dado e as produções textuais (inicial e pós-atendimento) são referentes ao gênero textual Projeto de Pesquisa para Iniciação Científica.

Baseado na análise do impacto do LLAC na produção textual de gêneros textuais no contexto universitário, o artigo mostrou que houve desenvolvimento das capacidades de linguagem: capacidades de ação, capacidades discursivas e capacidades linguístico-discursivas (Dolz, Pasquier, Bronckart, 1993). Ao levar em consideração que o enunciador utiliza as capacidades de linguagem para realizar suas ações dentro de uma prática da linguagem específica, nas capacidades de ação, a aluna foi capaz de entender o contexto de produção de um projeto de pesquisa, ao se preocupar com o fazer científico, com a adequação do texto com as normas da submissão de bolsa pretendida, com a adequação do objeto de pesquisa e com a referenciação bibliográfica correta. Nas capacidades discursivas, a aluna demonstrou desenvolvimento na forma organizacional, pois ela se adequou a um modelo (o da FAPESP), e se preocupou em manter o discurso teórico com a exclusão de adjetivos e com a coerência dos objetivos no decorrer das seções. Ela também demonstrou expor os objetivos secundários como objetivos operacionais atrelados às etapas de pesquisa, o que demonstra, mais uma vez, um desenvolvimento das capacidades discursivas. Por último, nas capacidades linguístico-discursivas, houve desenvolvimento observado por meio da referenciação pronominal, da escolha verbal e da inserção de vozes de especialistas, verificadas nas citações diretas.

De qualquer forma, apesar de não termos feito, para este artigo, a análise da interação da monitora-tutora com a aluna, levantamos a hipótese de que esta serviu como instrumento de

mediação, pois os comentários ou sugestões contribuíram para a mudança do texto. Veremos, após a análise dos filmes dos atendimentos, se o agir linguageiro como instrumento de mediação poderia ter servido para a aluna regular o próprio texto por meio dos comentários para que ela controlasse a aprendizagem dela. Nesse sentido, poderíamos compreender que a escrita e o ensino de gêneros textuais em ambiente de ensino e aprendizagem poderiam funcionar como instrumentos para a escrita de outros gêneros da mesma esfera, que compartilham algumas características. Dessa forma, as intervenções durante o atendimento cumpriram, assim, o papel de instrumento mediador da ação linguageira dos alunos, já que os excertos analisados permitem que vejamos a importância da ação do monitor-tutor para a reformulação dos textos.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de produtividade (PQ2) concedida a Eliane Gouvêa Lousada (nº do processo: 315572/2023-0) e pela bolsa de mestrado concedida a Andressa Letícia Villagra Silva (nº do processo: 163037/2021-3). Além disso, agradecemos ao Grupo de Pesquisa ALTER-AGE (CNPq) do qual as autoras fazem parte e contribuíram para a discussão da pesquisa.

Referências

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução posfácio e notas Paulo de Bezerra; notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAZERMAN, C. Genre and cognitive development: Beyond writing to learn. In: BAZERMAN, C.; BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. (Org.). *Genre in a Changing World*. Colorado, Indiana: Parlor Press, WAC Clearinghouse, 2009, p. 283-298. Disponível em: <https://wac.colostate.edu/books/perspectives/genre/>. Acesso em 29 de ago. 2024.

BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, textos e discurso: Por um interacionismo sócio-discursivo*. Tradução Anna Rachel Machado. São Paulo: EDUC, 2003.

BRONCKART, J.-P. A atividade de linguagem em relação à língua: homenagem a Ferdinand de Saussure. In: GUIMARÃES, A. M. de M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (Orgs.). *O Interacionismo Sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 19-42.

BRONCKART, J.-P. *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*. Tradução Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

DIAS, A. P. S. *O desenvolvimento da produção escrita de alunos de francês a partir do trabalho com gêneros acadêmicos resumé e note de lecture*. 2017. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Francesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. <https://doi.org/10.11606/D.8.2017.tde-03042017-122349>. Acesso em: 29 de ago. 2024.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Orgs.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128.

LINHA D'ÁGUA

DOLZ, J.; PASQUIER, A.; BRONCKART, J-P. L'acquisition des discours: émergence d'une compétence ou apprentissage de capacités langagières? *Études de Linguistique Appliquée*, n. 102, p. 23-37, 1993.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de pesquisa*. FAPESP. Disponível em: <https://fapesp.br/253/projeto-de-pesquisa>. Acesso em: 13 set. 2024.

FERREIRA, M.; LOUSADA, E. G. Ações do Laboratório de Letramento Acadêmico da Universidade de São Paulo: Promovendo a escrita acadêmica na graduação e na pós-graduação. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, v. 69, n. 3, p. 125-140, 2016.

GUIMARÃES, A. M.; CARNIN, A.; LOUSADA, E. G. (org.). *O Interacionismo Sociodiscursivo em foco: reflexões sobre uma teoria em contínua construção e uma práxis em movimento*. Araraquara: Letraria, 2020.

LOUSADA, E. G. O texto como produção social: diferentes gêneros textuais e utilizações possíveis no ensino-aprendizagem de LE. In: DAMIANOVIC, M. C. *Material Didático: elaboração e avaliação*. Taubaté: Cabral Editora, 2007, pp. 33-42.

LOUSADA, E. G.; TONELLI, J.B. Letramento acadêmico: ações, pesquisa e formação em contexto universitário. In: PEREIRA, R. C. M.; PEDROSA, J. L. R. e FERRAZ, M. M. T. (Orgs.). *Letramentos em cena: teorias e vivências*. João Pessoa: Ideia, 2019, pp. 55-78.

LOUSADA, E. G.; BARIONI, M. C.; TONELLI, J. B. Letramento acadêmico em francês: uma experiência de produção de artigos científicos na área de estudos literários. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [S. l.], v. 33, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/35228>. Acesso em: 13 set. 2024.

LUNN, M. S. D. *A escrita em inglês na pós-graduação: dificuldades, convergências e divergências nas percepções de discentes e docentes*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. <https://doi.org/10.11606/D.8.2018.tde-20082018-164814>. Acesso em: 29 de ago. 2024.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E. G., ABREU-TARDELLI, L. S. *Planejar gêneros acadêmicos*. São Paulo: Parábola, 2005.

MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 237-259.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ORNELLAS, L. L. H. *Práticas de letramento acadêmico, em inglês e português, em disciplinas de graduação, na área de Ciências Biológicas: um estudo de caso*. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-13022020-182221/>. Acesso em: 29 de ago. 2024.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Os gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Pour un enseignement de l'oral: initiation aux genres formels à l'école*. Paris: ESF, 1998.

STREET, B. V. *Literacy in theory and practice*. Cambridge University Press, 1984.

STREET, B. V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Tradução: Marcos Bagno. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TONELLI, J. B. *Desenvolvimento da escrita acadêmica em francês: relações entre a produção escrita e o ensino do gênero textual artigo científico*. 2017. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Francesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2017.tde-03042017-121101>.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, L. S. *A Construção do pensamento e da linguagem*. Tradução: Paulo Bezerra. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VOLÓCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2018 [1929].

Artigo / Article

Do discurso à ação política: análise de acontecimentos extremistas que violam uma ética discursiva

From discourse to political action: analysis of extremist events violating a discursive ethics

Paulo Henrique Aguiar Mendes 

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

paulo.mendes@ufop.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-0584-0669>

Recebido em: 05/02/2024 | Aprovado em: 03/07/2024

Resumo

Neste artigo, desenvolvemos uma reflexão sobre aspectos das relações entre discurso, ação e ética no campo político brasileiro. Essas relações foram focalizadas a partir de perspectivas teóricas baseadas na integração entre os estudos discursivos, fenomenológicos e cognitivos. Destacamos as abordagens de Ricoeur (1988) e de Paveau (2015), especialmente as noções de discurso da ação, de ação eticamente qualificada e de ética/virtude discursiva. Tais noções ofereceram um escopo conceitual e metodológico para a análise de dois acontecimentos extremistas ocorridos durante os protestos realizados contra o resultado das eleições presidenciais de 2022, os quais ilustram a nossa conjuntura política, marcada pelo avanço da extrema direita e por atentados contra o Estado Democrático de Direito. Metodologicamente, selecionamos como *corpus* um conjunto de textos (a exemplo de memes, charges, fotografias, declarações, comunicados e uma petição), os quais tematizam e problematizam esses dois acontecimentos, configurando formas de metadiscursos de caráter axiológico moral. Esses enunciados metadiscursivos foram analisados de um ponto de vista qualitativo, baseado na sua descrição e interpretação à luz das noções mencionadas acima.

Palavras-chave: Discurso • Ação • Ética/virtude discursiva • Democracia • Extrema direita

Abstract

In this article, we reflect on aspects of the relationships between discourse, action, and ethics in the Brazilian political arena. These relationships were examined from theoretical perspectives based on the integration of discursive, phenomenological, and cognitive studies. We highlight the approaches of Ricoeur (1988) and Paveau (2015), particularly the notions of the discourse of action, ethically qualified action, and discursive ethics/virtue. These notions provided a conceptual and analytical framework for the analysis of two extremist events from protests against the outcome of the 2022 presidential elections, illustrating our political context characterized by the rise of the far-right and attacks against the Democratic Rule of Law. Methodologically, we selected a corpus of texts (such as memes, cartoons, photographs, statements, communications and a petition), which address and problematize these two events, shaping forms of metadiscourses with moral axiological nature. These metadiscursive statements were qualitatively analyzed based on their description and interpretation in light of the aforementioned notions.

Keywords: Discourse • Action • Discursive ethics/virtue • Democracy • Far-right

Introdução

Parece haver um consenso de que vivemos em uma atualidade bastante confusa e distópica em diversos aspectos: o advento da pandemia, que ceifou a vida de milhões de pessoas; um avanço sem precedentes da degradação do meio ambiente, ou ainda, do nosso planeta, que parece nos levar a um ponto de inflexão irreversível; uma tensão geopolítica que tende a alterar as relações de forças hegemônicas, levando às guerras a que assistimos; o recrudescimento da crise do capitalismo na sua versão neoliberal financeira, que continua produzindo desigualdades socioeconômicas abissais, fome e crises humanitárias. Junta-se a tudo isso o processo de tecnologização e algoritmização de nossas vidas, capturadas pelas *Big Techs* e suas plataformas digitais que, em vez de horizontalizarem as relações sociais, as verticalizam de um modo perverso, além de facilitarem a propagação da violência verbal e das *Fake News* em larga escala. Esse processo tem obviamente consequências na ascensão da extrema direita em sua versão contemporânea, que ameaça as democracias, o estado democrático de direito em seu cerne.

Com efeito, já existe uma vasta produção intelectual que aborda os fenômenos acima mencionados de diferentes perspectivas. Apenas para mencionar alguns exemplos, destacamos as obras de Marques (2018), Berger (2018), Levitzky e Ziblat (2018), Mounk (2019) e Cesarino (2022). Esta última autora desenvolve uma análise complexa e transversal dos problemas em questão, baseada em teorias de sistemas dinâmicos (não-lineares), com ênfase na “dimensão da materialidade técnica e sua interface com a cognição incorporada (...), reconhecendo a crise de confiança na ciência e na política como sendo a mesma crise” (Cesarino, 2022, p.145).

LINHA D'ÁGUA

Nesse sentido, buscamos operar um recorte sobre a nossa realidade política recente, mais especificamente sobre um conjunto de manifestações de apoiadores bolsonaristas que protestaram contra o resultado das últimas eleições presidenciais¹. Desejamos desenvolver aqui uma abordagem relacionando discurso, ação e ética, de modo a estabelecer interfaces entre os estudos discursivos, cognitivos e fenomenológicos. Com efeito, tais manifestações políticas são sintomáticas da instauração de uma nova versão contemporânea da extrema direita que não nos parece ser uma nuvem passageira (não só no Brasil, mas nos interessa especialmente a nossa realidade).

Na sociedade brasileira, esse processo encontra raízes históricas no patriarcalismo, no colonialismo, no escravismo e no autoritarismo, traduzindo-se, contemporaneamente, pela ascensão do bolsonarismo, como um movimento de extrema direita alicerçado em valores econômicos ultraliberais e em valores morais reacionários de ordem familiar, religiosa e militar. Em linhas gerais, o bolsonarismo (construindo uma imagem mítico-heroica de Bolsonaro para os seus seguidores, como líder ‘anti-sistema’ que luta contra a suposta ‘ameaça comunista’) fez e ainda faz uso ostensivo das redes sociais para propagar o chamado discurso de ódio e as *fake news*. O uso desses ‘expedientes discursivos’, entre outras variáveis, serviu de gatilho para a efetiva instauração de uma guerra cultural, ideológica e discursiva que vinha gradualmente se desenvolvendo na esfera política brasileira desde 2013, cujo recrudescimento se deu a partir das manifestações de 2015 e do impeachment de Dilma Rousseff. Destacamos também a existência de uma ampla bibliografia acadêmica e jornalística sobre esse movimento, a exemplo das obras de Gallego (2018), Prado (2021), Dieguez (2022), Cesarino (2022) e Rocha (2023), entre muitos outros trabalhos. Desenvolveremos comentários pontuais sobre a abordagem desses dois últimos autores mais à frente.

Mais especificamente, pretendemos fazer uma análise de dois fatos do período pós-eleitoral, o caso do Patriota do caminhão e a Saudação nazista ocorrida em Santa Catarina, destacando, especialmente, a integração entre as noções de deacontecimento discursivo e de ética discursiva. Nesse sentido, assumimos uma concepção discursiva (Paveau, 2015) segundo a qual existe uma agentividade recíproca e coemergente entre os sujeitos (como atores sociais que têm uma margem de consciência e reflexividade sobre os seus discursos e ações) e seus ambientes (de ordem sociocognitiva, histórico-cultural, ético-moral e tecnológica). É no âmbito da integração e do tensionamento entre os discursos agenciados e os seus ambientes que desenvolvemos a nossa análise, ora recuando para aspectos mais elementares, ora avançando sobre aspectos mais complexos dessa relação.

¹ O ponto mais exacerbado dessas manifestações extremistas culminou na invasão e depredação da Praça dos Três poderes em Brasília no dia 08/01/2023, configurando uma tentativa de golpe de Estado, cuja investigação e punição ainda está em andamento na Polícia Federal (Operação Lesa Pátria), no STF e no Congresso Federal. No dia 08/01/2024, o Governo Federal, com a presença de autoridades dos três poderes, fez um evento comemorativo, intitulado ‘Democracia Inabalada’, sobre a resistência democrática contra essa tentativa de golpe.

Nesse sentido, cabe ressaltar que utilizamos uma metodologia qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, baseada na coleta de amostras de práticas discursivas relacionadas aos dois acontecimentos políticos acima referidos, que tiveram grande relevância e repercussão no período pós-eleitoral, avultando como exemplos paradigmáticos de violação de uma ética acional e discursiva. Tais amostras configuram formas de metadiscorso de caráter axiológico moral e serão analisados com base nas noções de discurso da ação, de ação eticamente qualificada (Ricoeur, 1988), de acontecimento discursivo e de ética/virtude discursiva (Paveau, 2015).

1 Sobre o discurso da ação

Vale destacar inicialmente a formulação de Paul Ricoeur, segundo o qual “o jogo da linguagem inserido no jogo da transação é o tema da filosofia da linguagem aplicada à ação” (Ricoeur, 1988, 14). Nas palavras do autor:

É aqui que proponho uma investigação prévia à própria ética, a saber, uma descrição e uma análise dos discursos em que o homem diz o seu fazer, abstraindo do louvor e da censura pelos quais qualifica o seu fazer em termos de moralidade. O dizer do fazer pode também considerar-se a vários níveis: nível dos conceitos empregues na descrição da ação; nível das proposições em que a própria ação vem enunciar-se; nível dos argumentos em que se articula uma estratégia de ação (Ricoeur, 1988, p.11).

Nessa perspectiva, Ricoeur(1988) propõe uma articulação orgânica entre esses três níveis do discurso da ação: o conceitual (em que se situam noções como intenção, motivo, agente, responsabilidade, entre outros); o proposicional ou do enunciado (em que aparecem conceitos como performatividade e atos ilocucionários); e o propriamente discursivo (no qual se apresentam categorias como encadeamento e orientação argumentativa). Além disso, é interessante destacar que o autor advoga a favor de uma interface entre análise linguística e fenomenológica, dizendo que não há oposição entre duas teorias da descrição, mas entre dois níveis estratégicos, em que a análise fenomenológica se situa sob a análise linguística. Em outras palavras, a redução fenomenológica produz sentido para a experiência vivida, de modo que o sentido se torna a objetividade que faz frente à consciência, tornando-se correlativa ao que aflora nos nossos enunciados. Segundo Ricoeur (1988, p. 20):

O nível propriamente fenomenológico de uma análise é determinado por uma decisão inicial que constitui o campo fenomenológico como tal, por um ato filosófico inaugural: a redução não é uma subtração da realidade, como faz crer a metáfora do parênteses, mas uma mudança de signos que afeta toda a realidade, a qual, de coisa – absoluta em si – se torna sentido relativo e para mim. Pela redução, aparece um domínio do sentido, um parecer para, em que o sentido remete apenas para outro sentido e para a consciência afim de haver sentido.

Assim, não hápor que separar motivo de causa no discurso da ação, que deve se manter na escala humana da produção de sentidos através da percepção e da linguagem. Aqui parece

claro que o autor se posiciona a favor da racionalidade do discurso da ação, sem com isso negligenciar a relevância das emoções. E vai além, avançando sobre as relações entre um discurso da ação e um discurso da ação eticamente qualificada, que ele chama de discurso da ação significativa, no qual emergem noções como valor e norma. Nessa perspectiva, aludindo a Aristóteles e a Kant, Ricoeur postula que a descrição da ação é a base sobre a qual se pode construir a ética, de modo que a questão é definir como a linguagem da moral se aproxima da linguagem da ação. Aqui, a noção de responsabilidade torna-se o ponto de convergência dessas duas dimensões da linguagem, o qual consiste em atribuir a ação a um autor, que se responsabiliza pelas suas consequências. Nas palavras do autor:

O discurso ético é de uma natureza diferente da do discurso descritivo; em primeiro lugar, claro está, porque introduz noções como norma, valor, obrigação. O discurso ético é um discurso da ação significativa. Além disso, o discurso ético é de uma outra natureza porque não pode ser apenas analítico e descritivo. (...) é justamente prescritivo e constitutivo do próprio sentido da ação significativa. Gera o sentido. E traçando uma linha que junta a Ética a Nicômano aos Princípios da Filosofia do Direito, mostrar-se-ia que tal discurso é essencialmente dialético. Não é um discurso da distinção e da diferença, mas da mediação e da totalização (Ricoeur, 1988, p. 27).

Nesses termos, podemos dizer que os dois fatos políticos mencionados, que serão objetos de nossa análise, configuram ações eticamente (des)qualificadas/significativas, as quais se constituem como acontecimentos políticos extremistas semiotizados tanto no nível de sua realização quanto no de sua percepção e/ou representação discursiva. Isso nos leva a considerar a sua integração ao ambiente (contexto) fenomenológico-cognitivo e sócio-histórico em que são engendrados.

2 Do acontecimento à virtude discursiva

Buscando nos aproximar mais da perspectiva dos estudos discursivos com a qual pretendemos trabalhar aqui, faremos inicialmente um breve comentário sobre relevância da noção de acontecimento, que é amplamente discutida em diferentes áreas de conhecimento, a exemplo da História, da Sociologia e dos Estudos linguísticos e discursivos, nos quais pretendemos nos ancorar mais firmemente. Numa perspectiva linguística enunciativa (Ducrot, 1987, p.168), a própria enunciação “é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico”. No plano do discurso, a noção de acontecimento discursivo é definida como “um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2006, p. 17), podendo ser analisado em termos de uma correlação entre o fato e a forma como ele foi percebido e significado, como se atualiza e se mantém presente na memória coletiva e discursiva. Um aspecto fundamental é que o acontecimento enunciativo se temporaliza a partir de um presente que se abre para um futuro latente, ao mesmo tempo em que remete a um passado que o faz significar (Guimarães, 2005, p. 12).

No caso dos acontecimentos políticos em questão, interessa-nos analisá-los no âmbito do que Marie-Anne Paveau (2015) chama de acontecimentos discursivos morais, em sua obra *Linguagem e Moral*. Assim, assumimos uma posição favorável à versão da linguística simétrica da autora, para quem o contexto é concebido em termos de ambiente cognitivo, o que implica localizar a atividade linguageira em outros lugares que não apenas na competência interna de um indivíduo. Em suas palavras:

considerando que não há distinção radical entre os discursos e os ambientes sociocognitivos, mas, ao contrário, um *continuum* recíproco (os ambientes fazem os discursos tanto quanto os discursos fazem os ambientes), a dimensão ética dos discursos é plenamente da ordem de uma análise cognitiva do discurso (Paveau, 2015, p. 56).

Cabe ressaltar que a autora estabelece um diálogo com Ricoeur acerca da definição de ética que é assumida em sua abordagem e de sua relação com a noção de moral. Com efeito, Paveau (2015) não desconhece a longa tradição de conhecimento sobre essa relação e, com vistas a produzir uma síntese dessa discussão histórica, sem se debruçar exaustivamente sobre ela, a autora menciona o Dicionário de ética e filosofia moral, de Canto-Sperber (2001), e faz uma primeira aproximação sumária da questão nos seguintes termos:

Em primeiro lugar, é preciso examinar a questão terminológica e definir os empregos das palavras moral e ética. Existem longos estudos sobre as diferenças entre os dois termos: moral se aplicaria às práticas sociais e culturais enquadradas pelas noções de bem e de mal e sancionadas com recompensas e punições num contexto normativo; ética equivaleria a elementos filosóficos de análise dessas práticas (Paveau, 2015, p. 56).

Na sequência, Paveau (2015) faz referência ao verbete produzido por Ricoeur para o dicionário mencionado, segundo o qual moral seria a região das normas na qual se define o que é permitido e proibido, integrando também o sentimento de dever que constitui a dimensão subjetiva de um indivíduo em relação às normas. Quanto à ética, Ricoeur (1988) postula a existência de uma 'ética anterior', em que se dá o enraizamento das normas na vida e no desejo, e de uma 'ética posterior', que visa a integrar essas normas em situações concretas. Nesse sentido, Paveau (2015) afirma que:

para P. Ricoeur, a ética é uma metamoral, ou seja, uma reflexão de segundo grau sobre as normas e os dispositivos práticos, convidando assim usar a palavra no plural: as éticas. Para recapitular, a ética anterior é a ética fundamental; a ética posterior consiste em éticas aplicadas (Paveau, 2015, p. 30).

Tentando integrar de forma mais orgânica as categorias que fundamentam teoricamente nossa proposta até o momento, podemos dizer que Ricoeur (1988) aborda a relação entre discurso e ação (incluindo as que chama de eticamente qualificadas) a partir de um ponto de vista fenomenológico (filosófico), enquanto Paveau (2015) formula a relação entre discurso e ética/moral de uma perspectiva cognitiva (mas também linguística e filosófica). Claro está que essas duas abordagens convergem no sentido de conceber a percepção/cognição, a ação e o

discurso como atividades intrinsecamente relacionadas e situadas axiológica e pragmaticamente no 'ambiente' (contexto)².

Cabe ressaltar que Paveau advoga a favor de um paradigma da epistemologia das virtudes, que remonta Anscombe (1958), e é desenvolvida por estudiosos como Zagzebski (1996) e Greco & Turri (2012). Assim, a autora afirma:

Em minha perspectiva, a ética se coconstrói no ambiente, e não é imposta de fora. Esclareci na introdução que não adoto nem a perspectiva consequencialista nem a abordagem deontológica, mas me parece que a melhor ética para a linguística é a ética das virtudes, o que leva a me situar no âmbito de uma ética dos valores. (...) Como a perspectiva que defendo é realista, cognitiva e contextualista, exigindo levar em conta os agentes em seus ambientes, o que me interessa para elaborar uma teoria ética do discurso são os valores que eles escolhem, e não as normas às quais eles se submetem. (...) Isso não quer dizer que considero o par norma/valor como oposição binária, muito pelo contrário; minha abordagem também nesse caso é simétrica, estabelecendo um contínuo entre norma e valor, em vez de oposição ou mesmo incompatibilidade (Paveau, 2015, p. 196).

Baseada nesse paradigma e na formulação de uma ética discursiva, que estabelece um contínuo entre valor e norma, e entre virtude epistêmica e virtude moral, Paveau (2015) propõe a noção de virtude discursiva, que possibilita aos agentes perceber e avaliar um enunciado como bom ou mau, em função do ambiente em que se insere a sua enunciação e de sua disposição reflexiva. Assim, a abordagem ética das práticas de linguagem pode ser feita a partir da subjetividade dos agentes, considerando que essa subjetividade, negociada coletivamente como intersubjetividade, não constitui uma disposição individual sem controle, mas se baseia no assentimento de uma coletividade vista como ambiente. Trata-se de uma reflexão e de uma análise principalmente sobre o 'lugar' da linguagem entre mente e mundo, sobre as formas de produção dos enunciados situados nos ambientes dos agentes e sobre o lugar dos agentes em seus ambientes (sócio)cognitivos. Nesse sentido, a autora propõe uma definição de discurso virtuoso nos seguintes termos:

Definirei discurso virtuoso como discurso ajustado aos valores vigentes na realidade complexa e instável dos agentes e de seus ambientes. Esse ajuste diz respeito a três elementos: os agentes e suas relações (o que pode ser descrito por meio da noção de decência, extraída de A. Margalit), o mundo (a realidade e suas representações) e o conjunto das produções verbais que constituem a memória discursiva das sociedades (discurso, pré-discursos, linhagens discursivas). Esses elementos formam um sistema ao mesmo tempo discursivo, cognitivo e ético, no qual estão profundamente imbricados (Paveau, 2015, p. 214).

² Um dos paradigmas mais recentes sobre os estudos cognitivos, chamado Cognição 4E, concebe a atividade cognitiva humana integrada em quatro níveis: ela é (i) corporificada (*embodied*), porque é moldada pelo corpo, pelas nossas capacidades sensório-motoras-perceptivas; (ii) situada (*embedded*), porque se dá na interação entre o organismo e o ambiente; (iii) enativa (*enacted*), porque as nossas percepções são indissociáveis das nossas ações; e (iv) estendida (*extended*), porque também se apoia em ferramentas e dispositivos socio-históricos e culturais do ambiente, tratados como extensões "naturais" do nosso corpo. Ver Newen *et al.* (2018).

Reiterando os parâmetros de definição do discurso virtuoso (quais sejam, o ajuste em relação aos agentes e suas relações; o ajuste em relação ao mundo em função de nossos ambientes cognitivos; o ajuste entre as produções languageiras e a memória discursiva³ das sociedades), uma das formas em que a virtude discursiva se manifesta se traduz por aquilo que a autora chama de “acontecimentos discursivos morais” (que já mencionamos). Tais acontecimentos, de um ponto de vista analítico e metodológico, configuram um conjunto de comentários de ordem moral em torno de um discurso proferido. Trata-se, em geral, de formas de metadiscorso sobre fatos de linguagem de ordem moral.

A questão que nos colocamos aqui incide sobre aquilo de que estamos tratando quando falamos da agentividade de sujeitos conscientes com capacidade reflexiva e responsabilidade sobre as suas ações, especialmente enunciativo-discursivas. No nível do que chamamos de escala humana, a nossa alternativa no âmbito da análise de discursos tem sido estudar a experiência consciente pela via da intersubjetividade, mais especificamente, através dos processos enunciativos dialógicos. A validade dessa alternativa epistemológica e metodológica nos parece ser viabilizada, entre outras alternativas, pela análise dessas formas de metadiscorso, que explicitam uma dimensão dialógica e axiológica importante das práticas de linguagem.

Podemos, então, retomar, com vistas a uma análise discursiva, os acontecimentos políticos extremistas mencionados no início do texto, a saber, o caso do Patriota do caminhão e a Saudação nazista ocorrida em Santa Catarina, os quais configuram acontecimentos discursivos morais, a partir dos quais ilustraremos a nossa abordagem.

3 Dissonância cognitiva coletiva e 'desvirtudes' discursivas

Começamos o nosso comentário pelo acontecimento do “Patriota do caminhão”, designação que por si só instancia discursivamente esse acontecimento inusitado, conferindo-lhe um efeito de sentido irônico. Em linhas gerais, podemos resumir a conjuntura em que se deu esse acontecimento dizendo que, logo após a eleição de Lula em 30 de outubro de 2022, apoiadores de Bolsonaro bloquearam rodovias e estradas por todo o país e apoiaram um golpe de Estado. Na BR-232, no dia 02 de outubro, o comerciante bolsonarista Junior Cesar Peixoto, de Caruaru, subiu no para-brisa de um caminhão para impedir que o veículo ultrapassasse o bloqueio dos manifestantes. O motorista, no entanto, não parou e Peixoto ficou por alguns quilômetros pendurado. Trata-se de uma ação eticamente desajustada, seja por ter sido motivada pelo não reconhecimento do resultado de uma eleição democrática, seja por se caracterizar por

³ Assumimos uma concepção de memória discursiva que se insere no escopo da análise do discurso francesa de linha mais pechêutiana. O conceito de memória discursiva está intimamente relacionado à noção de interdiscurso e foi cunhado por Jean-Jacques Courtine (1994), para quem a linguagem é o tecido da memória, ou seja, a sua modalidade de existência histórica essencial. Na esteira de Courtine e de outros autores, Paveau (2015) formula a noção de memória cognitivo-discursiva, intrinsecamente relacionada ao conceito de ‘pré-discursos’ também elaborado por esta última autora.

tentar impedir o livre trânsito de um veículo através de uma atitude desprovida de qualquer razoabilidade pragmática ou moral.

É amplamente reconhecido que esse acontecimento engendrou uma série discursiva de memes e charges que viralizaram nas redes e nas mídias em geral. Mas, curiosamente, ele se constitui inicialmente como uma ação que foi filmada e amplamente divulgada, uma ação percebida como insólita na sua forma de realização e discursivização.

Figura 1. Texto 1



Fonte: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2022/11/04/conhecido-como-patriota-do-caminhao-bolsonarista-que-viajou-pendurado-fala-pela-primeira-vez-sobre-video-que-viralizou-fui-muito-exposto.ghtml>.

Fazemos aqui uma referência ao conceito de *affordance* elaborado na psicologia ecológica de Gibson (1983), o qual diz respeito à dinâmica interativa que se estabelece entre um organismo (agente) e o ambiente no qual ele está inserido. Em linhas gerais, *affordances* são predisposições e configurações específicas do ambiente que se impõem ao organismo (agente) como possibilidades de ação imediata. Qualquer pessoa é capaz de perceber a ausência de qualquer *affordance* pertinente na cena esdrúxula de um manifestante agarrado ao para-brisa de um caminhão em alta velocidade na rodovia. E mais, enquanto espectadores, somos capazes de nos projetar nessa cena e simular a sensação de estranhamento e aflição diante de um fato tão bizarro. Somos ainda capazes de nos projetar na posição de um ou de outro personagem com quem nos identificamos ideologicamente.

No plano da percepção fenomenológica a partir da qual operamos uma redução da experiência para lhe conferir um sentido, fica clara a emergência de um sentido metafórico e

metonímico de ridículo e de absurdo dessa ação e dos protestos bolsonaristas em geral. Esse sentido se traduz através de um conjunto de produções discursivas multimodais, através de memes e charges, por exemplo, que constituem formas de metadiscursos sobre o acontecimento em questão, ou seja, constituem acontecimentos discursivos morais, como ilustram os exemplos abaixo:

Figura 2. Texto 2



Fonte: Farofeiros. Disponível em: <https://www.farofeiros.com.br/patriota-do-caminhao/>.

Figura 3. Texto 3



Fonte: Farofeiros. Disponível em: <https://www.farofeiros.com.br/patriota-do-caminhao/>.

Os textos 2 e 3 acima podem ser interpretados como formas de metadiscursos multimodais, com predomínio da linguagem imagética. O primeiro é um ‘meme’⁴ que representa metaforicamente o desajuste do acontecimento em questão em relação à realidade, através de uma imagem hiperbólica que mostra o caminhão com o “Patriota” fora da terra, chegando à lua, o que gera um efeito de humor cujo valor axiológico tem um caráter moral/ético. Além disso, podemos dizer que esse acontecimento é também desajustado em termos da relação entre os agentes, na medida em que nem a relação entre o caminhoneiro e o ‘manifestante patriota’, nem entre este último e os cidadãos eleitores contempla essa atitude no horizonte de expectativa de ações eticamente razoáveis em nossa sociedade. E mais, o acontecimento do ‘Patriota do caminhão’ está em desajuste também com a memória discursiva da sociedade, o que pode ser atestado pelo efeito de ineditismo e de estranheza produzido por essa atitude política extremista.

Já o segundo texto constitui uma charge que, além do recurso imagético, apresenta o signo verbal “Democracia”, que se traduz por uma referência metafórica ao caminhão, o que estabelece um contraste com o personagem do “patriota”, representado como alguém que está desajustado em relação à realidade e à memória discursiva sobre a democracia, produzindo também um efeito irônico de teor moral/ético.

⁴ O conceito de “meme” teria sido criado pelo zoólogo e escritor Richard Dawkins, em 1976, quando escreveu no livro “*The Selfish Gene*” (O Gene Egoísta). Tal como o gene, o meme é uma unidade de informação com capacidade de se multiplicar e se propagar de indivíduo para indivíduo. Atualmente, o meme pode concebido como um gênero com ampla disseminação no ambiente virtual da *internet*, podendo ser composto por materialidades verbais, visuais ou verbo-visuais, que veiculam humor e ressignificam imagens, acontecimentos, estereótipos e frases para que essa finalidade seja atingida. Os memes constituem um vasto campo de estudo da Memética.

Figura 4. Texto 4



Fonte: Post de @dukechargista no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cki4jccMsW7/?igsh=cmQ1bzgzc2JtY3U%3D>.

Figura 5. Texto 5



Fonte: Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/bolsonarista-que-se-pendurou-no-caminhao-vira-decoracao-em-trio-de-daniela-mercury-veja-o-video/>.

LINHA D'ÁGUA

O texto 4 é uma charge que apresenta um nível mais complexo de metaforização do acontecimento, uma vez que representa o personagem ‘caminhoneiro’ como sendo Lula, e o personagem ‘patriota’ como sendo Bolsonaro. Essa estratégia de referenciação traz à cena a conjuntura política eleitoral da época, a forte polarização política entre apoiadores de Lula e de Bolsonaro, cuja identificação com o ‘patriota do caminhão’ explicita a inadequação e desvirtuação das ações e discursos de Bolsonaro e de seus apoiadores. Com efeito, a identificação do ‘patriota do caminhão’ com Bolsonaro é imediata e se dá por um processo metonímico de contiguidade, em que o apoiador representa o Líder apoiado. O mesmo não pode ser dito em relação ao ‘motorista do caminhão’, que não representa explicitamente um apoiador de Lula, mas simplesmente um trabalhador caminhoneiro. Essa identificação com Lula fica por conta da intencionalidade do chargista, que, assim, manifesta o seu posicionamento ético e ideológico a favor de Lula, ao identificá-lo com o motorista do caminhão que arrasta o personagem do patriota Bolsonaro.

O texto 5 a ser analisado sobre o acontecimento em questão refere-se ao modo como a cantora Daniela Mercury resolveu ironizar os manifestantes golpistas que questionaram o resultado democrático das urnas. Em uma apresentação da artista, um boneco representando o “patriota do caminhão” foi colocado na frente do caminhão que levava o seu trio elétrico. Essa representação alegórica ganha uma conotação e uma intensidade maior, ao transformar o acontecimento numa espécie de alegoria da bizarrice fanática dos movimentos bolsonaristas contra o resultado das eleições, de modo que essa avaliação da ausência de ética nessa ação não virtuosa se faz presente. Com efeito, a alegoria pode ser concebida como uma breve história, geralmente figurativa, que oferece algum tipo de comentário ético encoberto advertindo o leitor ou ouvinte indiretamente sobre como se comportar quando confrontado com alguma forma de questão moral. Um aspecto importante a ser destacado sobre a alegoria é que ela atinge seu propósito de advertência ao generalizar a partir de um caso específico até outras instâncias que se afirmam moralmente semelhantes⁵.

Ora, o ‘Patriota do caminhão’ tornou-se um acontecimento discursivo comentado à exaustão sob a forma de enunciados multissemióticos ou multimodais, a ponto de se transformar numa espécie de alegoria do discurso extremista de Bolsonaro e de seus apoiadores, manifesto, entre outros eventos, através dos protestos contra as urnas eletrônicas e contra o resultado das eleições. Desde as imagens do Cristo Redentor no Rio até o caminhão do Trio elétrico de Daniela Mercuri, essa avaliação ética de uma ação não virtuosa se faz presente. A propósito, é curioso que o ‘Patriota do caminhão’ figure inclusive na Wikipédia como uma cena que “imortalizou de forma viral” o absurdo das manifestações bolsonaristas. Por outro lado, é sintomático o fato de que o comerciante patriota tenha tentado produzir um discurso de vítima para justificar a sua ação. O empresário Júnior Peixoto afirma:

⁵ Sobre pesquisas acerca da dimensão ética e ideológica da figuratividade, ver Charteris Black (2004).

Texto 6

Acho um tema muito delicado para um cidadão comum, que não tem nenhum tipo de imunidade, tocar nesse assunto. Sou eleitor de Bolsonaro, se houver a oportunidade de ele pleitear uma campanha novamente, eu votarei nele, farei campanha, farei o que for possível, porque ele me representa. Mas o movimento, em si, deixou de ser pro Bolsonaro. O movimento em si é pelo Brasil. Quando o caminhão começou a desenvolver velocidade, eu estava certo que iria morrer. Fixei o olhar, por umas duas ou três vezes, e perguntei: 'você vai me matar, não é?' Aí, acho que começou a pesar na consciência dele e ele começou a parar.

Esse trecho do depoimento de Júnior Peixoto nos remete claramente a uma noção importante para a interpretação de processos que estão na base desses acontecimentos extremistas. Trata-se do conceito de dissonância cognitiva coletiva, tal como apresentada por João César Castro Rocha (UERJ), autor do livro “Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico – retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva” (2023). O autor se tornou um dos grandes especialistas no assunto e afirma categoricamente que a extrema-direita e, especificamente, o bolsonarismo quer criar as condições para instaurar um Estado totalitário e fundamentalista, do ponto de vista religioso. A estratégia para alcançar esse propósito passa pela midiosfera digital e a produção de dissonância cognitiva coletiva. Ele menciona o psicólogo social Leon Festinger (1957), para quem a dissonância cognitiva é um incômodo subjetivo decorrente da percepção de uma distância entre o que acreditamos, nosso próprio comportamento e a realidade.

Em linhas gerais, o mais relevante nesse processo coletivo de dissonância cognitiva produzido pela midiosfera digital é a recusa das pessoas de abrirem mão de suas crenças mesmo diante de evidências que as contradigam⁶. Pior, diante de tais evidências, essas pessoas tendem a dobrar as apostas nessas crenças, através de discursos e atitudes que supostamente as justifiquem, por mais despropositados que sejam. Trata-se de uma característica típica do bolsonarismo, e o depoimento do ‘patriota do caminhão’ ilustra, de certo modo, esse processo. Na tentativa de justificar a sua atitude desvirtuada, ele tenta se apresentar como uma espécie de vítima disposta a morrer como um mártir em ‘razão’ de um movimento político que supostamente seria a favor do Brasil, quando na verdade tratava-se de um ato extremista de atentado contra a democracia em favor de um candidato de extrema-direita. A certeza paranoica acrescida ao caráter coletivo da poderosa midiosfera da extrema-direita transforma o caos cognitivo em realidade alternativa. A criação deliberada da dissonância cognitiva coletiva é estrategicamente produzida para desinformar, através da ampla circulação de *fake news*⁷.

⁶ Em seu discurso no evento Democracia Inabalada, realizado em 08/01/2024, o Ministro do STF Alexandre de Moraes afirma “a urgente necessidade de neutralizar um dos grandes perigos modernos à democracia: a instrumentalização das redes sociais pelo novo populismo digital extremista” (Soares, 2024).

⁷ *Fake news* (notícias falsas) podem ser compreendidas como dispositivos de desinformação que circulam nas sociedades contemporâneas, em razão do intenso desenvolvimento da tecnologia, e podem causar sérios efeitos deletérios para o funcionamento da sociedade. O problema da desinformação não surgiu em nossa sociedade atual, mas o processo de produção e circulação dos discursos na era da comunicação digital (com a internet e a Web 2.0) e das redes sociais propiciou o surgimento do dispositivo viral das *fake news* como uma das principais ferramentas do discurso político, que se degenera sob a forma de uma guerra de (des)informação.

Vale a pena ressaltar, ainda que de forma sucinta, a abordagem já mencionada de Letícia Cesarino (2021; 2022), que aprofunda a discussão sobre a tecnopolítica populista, desenvolvendo uma análise bastante consistente sobre o bolsonarismo. Segundo Cesarino (2021, p. 79), “boa parte dos usuários das redes bolsonaristas (...) recorre cada vez mais à trajetória de vida pessoal e suas moralidades quotidianas – o que Zoonen (2012) chamou de *i-pistemology*, ou ‘eu-pistemologia’”. Ademais, a autora também apresenta a noção de *affordances* (já referida acima), afirmando que, na literatura sobre novas mídias, essa noção não se refere a propriedades fixas das plataformas, mas a potencialidades que coemergem entre a arquitetura da mídia e o comportamento dos usuários (Cesarino, 2022, p. 100).

Nesse sentido, a dissonância cognitiva coletiva se produz a partir de uma infraestrutura técnica da arquitetura das plataformas, que, segundo Cesarino (2022), oferece um viés favorável ao bolsonarismo. Essa arquitetura potencializa a configuração de padrões disruptivos, tais como uma temporalidade de crise permanente, uma segmentação social bifurcada (nós/amigos contra eles/inimigos) e uma mobilização de afetos negativos, a exemplo do medo, da repulsa e do ressentimento, padrões recorrentes do populismo digital da extrema-direita.

Em suma, voltando ao caso do ‘patriota do caminhão’, ele foi criticado sob a forma de um acontecimento discursivo moral que se apresenta através de enunciados multimodais privados ou públicos que produzem ironia/humor, numa dimensão axiológica midiática e popular.

O segundo acontecimento extremista ocorreu no mesmo contexto dos protestos de apoiadores de Bolsonaro contra o resultado das eleições presidenciais de 2022. O fato ocorreu no dia 02 de novembro, quando um grupo de bolsonaristas realizou um ato no município catarinense de São Miguel do Oeste, pedindo intervenção militar e fazendo uma saudação nazista durante a execução do Hino nacional em frente a uma base militar, que foi filmada e amplamente difundida como o vídeo da “Saudação nazista”. Este segundo acontecimento contrasta com o primeiro por não ser algo tão inusitado (quanto o ato do “patriota do caminhão”), por ter sido uma ação coletiva cujo simbolismo e semantismo já estão inscritos num conjunto de elementos pré-discursivos pertencentes à nossa memória discursiva.

Figura 7. Texto 7



Fonte: Conjur. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-nov-03/lenio-streck-ve-precipitacao-mp-santa-catarina-aciona-mpf/>.

Nesse caso, o gesto é convencionalmente codificado e sua significação está prevista em lei, como crime tipificado (Lei 7.716/1989). Alguns aspectos podem ser ressaltados nesse acontecimento discursivo. O primeiro diz respeito à percepção fenomenal direta de que se trata de gesto de apologia ao nazismo. Nesse sentido, é curioso que os manifestantes tenham tentado justificar a sua ação, afirmando tratar-se do gesto de juramento à bandeira. Contudo, internautas rebateram essa suposta justificativa, citando o artigo 217 do Decreto nº 57.654 de 20 de Janeiro de 1966, que regulamenta a lei do Serviço Militar e descreve a posição de respeito à bandeira como o braço direito estendido horizontalmente à frente do corpo, mão aberta, dedos unidos e palma para baixo. No vídeo, a grande maioria dos manifestantes aparecem com o braço em um ângulo de 45 graus. A operação de redução fenomenológica permite aos espectadores objetivarem o sentido de saudação e apologia ao nazismo.

A propósito, vale notar que o Ministério Público (MP) de Santa Catarina se manifestou inicialmente a favor do arquivamento do inquérito contra essa saudação. Essa atitude do MP teria sido motivada pelo recebimento de um áudio via WhatsApp em que uma das pessoas presentes ao ato, que se identifica como Itamar Schons, disse que pegou o microfone para tentar animar o grupo de bolsonaristas. Segundo Schons, “Era para erguer a mão em direção ao Exército como se estivesse pedindo ajuda” (Menezes, 2022). Ele ainda afirmou que a iniciativa buscava apenas passar uma “energia positiva” ao público.

Os comentários metadiscursivos não deixam dúvidas sobre o caráter ético/moral desses acontecimentos discursivos. Primeiro, através das manifestações de entidades que repudiaram o ato, apesar da avaliação preliminar do MP/SC. A Confederação Israelita do Brasil condenou o ato, afirmando:

Texto 8

As imagens de manifestantes fazendo saudações nazistas em protesto em Santa Catarina são repugnantes e precisam ser investigadas e condenadas com veemência pelas autoridades e pela sociedade como um todo. O nazismo prega e pratica a morte e a destruição.

O enunciado acima constitui uma manifestação explícita de uma avaliação ética negativa sobre a ‘saudação de protesto’ em questão, configurando-se como uma forma de acontecimento metadiscursivo moral, que qualifica o ato como ‘repugnante’, e se apresenta modalizado deonticamente, ao dizer que as ‘imagens precisam ser investigadas e condenadas com veemência, além de denunciar que ‘o nazismo prega e pratica a morte e a destruição’.

Já o embaixador da Alemanha no Brasil, Heiko Thoms, denunciou:

Texto 9

Não se trata de liberdade de expressão, mas de um ataque à democracia e ao Estado de Direito no Brasil. Esse gesto desrespeita a memória das vítimas do nazismo e os horrores causados por ele.

De modo semelhante, o proferimento do embaixador alemão no Brasil é também um claro exemplo de acontecimento metadiscursivo moral, caracterizado pela refutação de que a saudação se trataria de ‘liberdade de expressão’, seguida de um contra-argumento que define o gesto como um ataque à democracia e ao estado de direito no Brasil, além de ser um desrespeito

à memória das vítimas do nazismo. Essa declaração explicita o desajuste da saudação em questão em relação à memória discursiva sobre o holocausto nazista e aponta claramente o caráter não virtuoso desse gesto discursivo.

A Embaixada de Israel no Brasil publicou o seguinte comunicado:

Texto 10

Estamos preocupados com esse fenômeno aqui e contamos com as autoridades competentes para que tomem as providências necessárias para acabar com esse tipo de atos ultrajantes.

Embora assuma um tom um pouco menos grave do que os enunciados anteriores, a manifestação da Embaixada de Israel apresenta o mesmo caráter ao expressar ‘preocupação com o fenômeno’ e afirmar contar com as autoridades para a tomada de providências cabíveis para acabar com os atos qualificados como “ultrajantes”, o que denota uma clara avaliação moral de uma atitude desprovida de qualquer virtude discursiva, estando desajustada em relação aos sujeitos, ao mundo e à memória discursiva de uma sociedade democrática.

Não obstante, parece-nos que a manifestação mais contundente e significativa foi a representação apresentada pelo jurista Lenio Streck, em parceria com Marcelo Cattoni e Ranieri Resende, ao MPF, afirmando que a saudação nazista é conduta criminosa e merece ser enquadrada no tipo penal corresponde. Eis alguns trechos da petição publicados no Conjur:

Texto 11

Cumpra acrescentar que a matéria objeto da presente representação compõe obrigação internacional constante em recente tratado ratificado pelo Brasil, qual seja, a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (2013), incorporada ao bloco constitucional com status de Emenda Constitucional (Decreto Legislativo nº 1/2021)

Muito estranha essa pressa do MP estadual em arquivar. Ao que consta, bastou ouvir o locutor que mandou um áudio para o coronel da polícia e *fiat lux*, tudo ficou esclarecido para o promotor. Ora, um fato dessa envergadura exige o máximo de cuidado. O mundo literalmente está de olho. Essa explicação por WhatsApp aceita pelo MP não parece prudente e à altura da responsabilidade da instituição. O que o MP não entendeu, ou fez de conta que não entendeu, é que não interessa o ponto de vista interno subjetivo do autor ou mentor do gesto com a mão erguida. Importa é o que esse gesto representa na opinião comum dos olhares dos ‘espectadores do evento’, a aldeia global. A opinião pública é que importa. Por isso, esperamos que o MPF tenha mais cuidado com o fato ocorrido.

O primeiro excerto da petição menciona a relevância institucional e jurídica da ‘matéria objeto da representação’ dos juristas, que atentam para o seu enquadramento normativo na recente Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, cujo status de Emenda Constitucional evidencia a sua importância.

Na sequência, o segundo excerto questiona abertamente a conduta do MP estadual em seu precipitado pedido de arquivamento do caso. Como acontecimento metadiscursivo moral, essa peça jurídica incide não só sobre a saudação nazista, mas especialmente sobre a atitude do MP estadual, cuja conduta é avaliada como eticamente desajustada. Os juristas chegam a ser irônicos em seu comentário, ao dizerem: “Ao que consta, bastou ouvir o locutor que mandou um áudio para o coronel da polícia e *fiat lux*, tudo ficou esclarecido para o promotor.” Os enunciados seguintes do excerto reiteram esse desajuste entre a ‘envergadura do fato’ e ‘a falta

de cuidado e prudência' do MP como instituição que deveria ter responsabilidade com a devida apuração da denúncia sobre a gravidade da conduta dos manifestantes. Mas são especialmente os últimos enunciados do excerto analisado que fazem referência a um aspecto bastante importante da nossa análise, ao ressaltar que o MP não percebeu que o que interessa não é “o ponto de vista interno subjetivo do autor ou mentor do gesto com a mão erguida”, mas, sobretudo, “o que esse gesto representa na opinião comum dos olhares dos ‘espectadores do evento’, a aldeia global”, ou ainda, a opinião pública. Isso diz respeito à relevância da percepção e da interpretação do gesto do ponto de vista fenomenológico e discursivo, ou ainda, do efeito de sentido suscitado no ambiente. Nesse sentido, a petição proposta por Streck e Catoni remete-nos a uma ressalva feita por Paveau (2015) à noção de responsabilidade enunciativa, que, segundo ela, parece estar centrada demais no sujeito produtor da enunciação. A autora afirma que:

a captação da dimensão moral dos enunciados, então, é de fato uma questão que só pode ser tratada dentro de um ambiente cognitivo preciso. É um problema situado. Por essa razão, prefiro falar em reflexividade enunciativa (versus irreflexividade), conceito que convém mais ao aspecto coletivo, porque distribuído pela produção discursiva (Paveau, 2015, p. 222).

A problematização que se faz aqui reside sobre a integração do discurso ao ambiente que o constitui, de modo que, para além do fato de que a saudação nazista configura um ato discursivo coletivo, o seu sentido não depende apenas da suposta intencionalidade de um de seus mentores (Itamar Schons) que tenta justificar o ato através de declarações via WhatsApp. O sentido é produzido coletivamente no ambiente do qual participam outros agentes, a exemplo daqueles que percebem e interpretam o ato em questão, aspecto destacado pelos juristas em sua representação contra o MP Estadual. É nessa perspectiva que Paveau faz a sua ressalva a uma certa concepção de responsabilidade enunciativa, segundo a qual o produtor do ato seria o grande responsável por sua agência. Para a autora, as noções de reflexividade (ou irreflexividade) são mais aptas para traduzir o caráter coletivo e distribuído dessa agência e de seu sentido. Em outras palavras, é o conjunto do ambiente e sua capacidade de reflexividade que estabelecem o ajuste ou desajuste do ato de saudação em questão aos sujeitos, ao mundo e à memória discursiva. Tratando-se de uma saudação inserida no contexto de um conjunto de protestos contra o resultado de eleições democráticas, fazendo apelo às forças armadas em detrimento do Estado Democrático de Direito, podemos inferir claramente o seu desajuste em relação a uma ética acional e discursiva. Enfim, no caso da representação jurídica reproduzida nos excertos acima, temos a presença de um acontecimento discursivo moral que se faz representar por enunciados jurídicos que formulam uma denúncia, numa dimensão deontológica institucional.

Conclusão

Buscamos desenvolver uma análise acerca das relações entre discurso, ação e ética, com base em autores que abordam tais relações a partir de perspectivas fundamentadas na integração entre os estudos discursivos, fenomenológicos e cognitivos. Nesse sentido, destacamos as abordagens de Ricouer (1988) e de Paveau (2015), cujas respectivas noções de discurso da ação, de ação eticamente qualificada e de ética/virtude discursiva ofereceram um escopo conceitual e analítico para refletirmos sobre dois acontecimentos extremistas, que ilustram a conjuntura política que experienciamos contemporaneamente no mundo e, mais especificamente, no Brasil. Com efeito, escolhemos analisar os casos do ‘patriota do caminhão’ e da ‘saudação nazista’, ocorridos durante os protestos de apoiadores de Bolsonaro contra o resultado das eleições presidenciais de 2022, pois esses acontecimentos são ilustrativos de um processo histórico que ainda estamos vivendo e, portanto, preservam uma ‘atualidade e uma relevância’ sobre as quais precisamos refletir, para compreendermos melhor os seus motivos e as suas consequências, especialmente com vistas à preservação do Estado Democrático de Direito no Brasil.

É justamente em função dessa perspectiva de uma reflexividade crítica coletiva que devemos investir na proposição de novas formas de conceber a integração entre discurso, ação e ética em nossa sociedade, articulando emoção e razão, com vistas a construirmos uma sociedade em que prevaleça o respeito aos princípios e valores éticos democráticos e humanistas, em detrimento da propagação do autoritarismo, do ódio, das *fake news*, da violência verbal e do populismo extremista digital.

Referências

- ANSCOMBE, E. *Intention*. Oxford: Blackwell, 1958.
- BERGER, J. M. *Extremism*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2018
- CANTO-SPERBER, M. (Org.) *Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale*. Paris: PUF, 2001.
- CESARINO, L. Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética. *Ilha – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 23, n.1, p. 73-96, 2021.
- CESARINO, L. *O mundo do avesso: política e verdade na era digital*. São Paulo: UbuEditora, 2022.
- CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus approaches to critical metaphor analysis*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.
- COURTINE J.-J. Le tissu de la mémoire: quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage, *Langages*, n. 114, , p. 5-12, 1994.
- DAWKINS, R. *The Selfish Gene*. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- DIEGUEZ, C. *O ovo da serpente: nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

LINHA D'ÁGUA

- FESTINGER, L. *A Theory of Cognitive Dissonance*. Stanford: Stanford University Press, 1957. E-book.
- GALLEGO, E. S. (Org). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- GIBSON, J. *The theory of affordances. The senses considered as perceptual systems*. Connecticut: Greenwood Press, 1983.
- GRECO, J.; TURRI, J. *Virtue epistemology. Contemporary reading*. Cambridge: The MIT Press, 2012.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, Pontes, 2005.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MARQUES, L. *Capitalismo e Colapso ambiental*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- MENEZES, M. A. O gesto Nazista em Santa Catarina: Nem tudo que parece é, mas tudo que é parece. CONJUR, 07 de set. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-nov-07/streck-menezes-gesto-nazista-sc-tudo-parece/>. Acesso: 07 set. 2022.
- MOUNK, Y. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NEWEN, A.; LE BRUN, L.; GALLAGHER, S. *The Oxford Handbooks of 4E cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- PAVEAU, M-A. *Linguagem e moral*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2015.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- PRADO, M. *Tempestade ideológica: bolsonarismo, a alt-right e o populismo iliberal no Brasil*. São Paulo: Ed. Lux, 2021.
- RICOEUR, P. *O discurso da ação*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- ROCHA, J. C. C. *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico – retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- SOARES, G. Moraes defende regulamentação das redes sociais contra “populismo extremista”. UOL, São Paulo, 08 de jan. 2024. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/moraes-defende-regulamentacao-das-redes-sociais-contra-populismo-extremista/>. Acesso: 08 jan. 2024
- ZAGZEBSKI, L. *Virtues of the mind. Na inquiry into the nature of virtue and the ethical foundations of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Artigo / Article

Entre a dêixis e a desbreagem: contribuições da Linguística Textual e da Semiótica Discursiva na abordagem didática de pronomes em textos

*Between deixis and disengagement: contributions of Textual Linguistics
and Discursive Semiotics in the didactic approach to pronouns in texts*

Antonio Lemes Guerra Junior 

Universidade Estadual de Londrina, Brasil
guerrajr@uel.br
<https://orcid.org/0000-0002-8771-908X>

Lolyane Cristina Guerreiro de Oliveira 

Universidade Estadual de Londrina, Brasil
lolyane@uel.br
<https://orcid.org/0000-0002-9606-6869>

Ana Paula Pinheiro da Silveira 

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
apsilveira@utfpr.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-6951-6425>

Recebido em: 05/02/2024 | Aprovado em: 03/04/2024

Resumo

O ensino de Língua Portuguesa, em conformidade com referenciais normativos, especialmente a BNCC, assume o texto como unidade de ensino. Por meio dele, o texto, professores devem buscar o desenvolvimento de competências de seus alunos para os diferentes usos das linguagens, plurais, múltiplas. Nesse amplo espectro, a "língua" deve também ser mobilizada, de modo que se reconheçam os mecanismos que engendram sentidos nele, o texto. Partindo da premissa de que elementos linguísticos devem ser estudados, em sala de aula, de modo contextualizado, este artigo apresenta uma proposta de abordagem de pronomes, com ênfase nos efeitos de sentido deles decorrentes. Para isso, selecionando como objeto uma canção integrante da cultura sertaneja contemporânea (*Troca de calçada*, de Marília Mendonça), o artigo parte de intersecções entre princípios teóricos advindos tanto da Linguística Textual

quanto da Semiótica Discursiva, exemplificando a possibilidade de um trabalho docente com a leitura sustentado em uma base teórica interseccional.

Palavras-chave: Leitura • Canção • Ensino • Referenciação • Enunciação

Abstract

The teaching of the Portuguese language, per normative references, especially the BNCC, considers the text as the unit of instruction. Through it, teachers should seek the development of their students' competencies for the diverse, plural, and multiple uses of languages. Within this broad spectrum, the "language" itself must also be mobilized so that the mechanisms generating meaning in the text are recognized. Starting from the premise that linguistic elements should be studied in a contextualized way in the classroom, this article presents an approach for pronouns teaching, emphasizing the resulting effects of meaning. For this purpose, selecting a song from contemporary country culture as the object (*Troca de calçada*, by Marília Mendonça), the article builds on intersections between theoretical principles derived from both Textual Linguistics and Discursive Semiotics, exemplifying the possibility of teaching work with reading supported by an intersectional theoretical foundation.

Keywords: Reading • Song • Teaching • Referencing • Enunciation

Considerações iniciais

Ela, a aula de português, tem se constituído como um espaço de embates teórico-metodológicos, a partir dos quais são buscadas estratégias capazes de tornar plenamente alcançados os objetivos delineados para a formação de estudantes no estudo de sua língua materna. A noção de uma "gramática contextualizada", que nos permita "limpar o pó das ideias simples", como discute Antunes (2014), circula já há algum tempo nos referenciais que norteiam a construção do currículo escolar no Brasil, incluindo, no caso de um suporte mais recente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

Os conhecimentos sobre a língua, as demais semioses e a norma-padrão não devem ser tomados como uma lista de conteúdos dissociados das práticas de linguagem, mas como propiciadores de reflexão a respeito do funcionamento da língua no contexto dessas práticas. A seleção de habilidades na BNCC está relacionada com aqueles conhecimentos fundamentais para que o estudante possa apropriar-se do sistema linguístico que organiza o português brasileiro (Brasil, 2018, p. 139).

Para este trabalho contextualizado, a BNCC "assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na [sua] abordagem" (Brasil, 2018, p. 67). Isso evidencia a necessidade de que a prática pedagógica seja balizada por concepções teóricas, as quais possam instrumentalizar o professor no direcionamento de suas ações mediadoras entre texto e aluno. Nas palavras de Antunes (2014, p. 16), "nossa programação de ensino é ditada pelas concepções que alimentamos". Em outros termos: "De

onde vêm as práticas, se não dos pontos de vista teóricos que admitimos?” (Antunes, 2014, p. 16). Sobre isso, a discussão a seguir é inspiradora para nosso trabalho:

Por exemplo, numa atividade de português em que, depois de apresentado um poema, se pede ao aluno que “retire todos os pronomes e classifique-os”, que concepção de linguagem, de texto, de interação, de negociação de sentido está subjacente? O que acontece se a gente “retira” os pronomes do texto apenas para classificá-los?

Que função têm os pronomes fora do texto? Quem é um “eu”, ou um “tu” fora do uso? Do ponto de vista do sentido pretendido, que diferença faz saber se o pronome é do caso reto ou do caso oblíquo? Existe, em atividades desse tipo, algum sinal *de um sentido construído na interação entre sujeitos*, movidos, em um contexto qualquer, por alguma intenção comunicativa?

Quer dizer: a fundamentação teórica que admitimos está subjacente às atividades que fazemos com os textos, a partir dos quais pretendemos que os alunos aprendam alguma coisa, tenhamos consciência disso ou não. (Antunes, 2014, p. 17, grifos da autora)

Em continuidade ao exemplo ora proposto, como a BNCC (Brasil, 2018) sugere a abordagem de elementos pronominais? Uma busca no documento expõe menções a esses recursos linguísticos em diferentes passagens, tanto em uma perspectiva mais formal – “conhecer as classes de palavras [...] e analisar suas funções sintático-semânticas nas orações e seu funcionamento” (p. 83) – quanto em bases funcionalistas – “recuperar relações entre partes de um texto, identificando substituições lexicais [...] ou pronominais [...] que contribuem para a continuidade do texto” (p. 113); “utilizar, ao produzir um texto, recursos de referência [...] recursos de coesão pronominal” (p. 113), “utilizar e perceber mecanismos de progressão temática, tais como retomadas anafóricas [...] catáforas [...] uso de organizadores textuais, de coesivos etc.” (p. 185); “utilizar, ao produzir texto, recursos de coesão sequencial (articuladores) e referencial (léxica e pronominal)” (p. 191).

Como já mencionamos, o texto é a unidade central para essas abordagens, e a BNCC (Brasil, 2018) propõe o trabalho com manifestações textuais emergentes em diferentes campos de atuação social¹, como, por exemplo: da vida pessoal; das práticas de estudo e pesquisa; jornalístico-midiático; de atuação na vida pública; e artístico. Na descrição de cada uma dessas esferas, fica evidente a intenção do documento em defender as práticas contextualizadas, o que observamos, a título de ilustração, na caracterização do campo artístico:

O **campo artístico** é o espaço de circulação das manifestações artísticas em geral, contribuindo para a construção da apreciação estética, significativa para a constituição de identidades, a vivência de processos criativos, o reconhecimento da diversidade e da multiculturalidade e a expressão de sentimentos e emoções. Possibilita aos estudantes, portanto, reconhecer, valorizar, fruir e produzir tais manifestações, com base em critérios estéticos e no exercício da sensibilidade (Brasil, 2018, p. 489).

¹ Para Bakhtin (1997), “esferas de atividade humana”.

Busca-se a formação do estudante para muito além da mera identificação de elementos linguísticos. E é com base nessa premissa, portanto, que nosso artigo se sustenta, objetivando apresentar o delineamento de uma proposta didática para a abordagem de recursos da língua (no caso, pronomes), por meio da leitura textual-discursiva de um texto vinculado ao campo artístico, especificamente, a canção *Troca de calçada*, de Marília Mendonça, a partir da articulação das contribuições de duas teorias do texto e discurso: a Linguística Textual e a Semiótica Discursiva.

A justificativa para essa articulação teórico-metodológica reside no fato de ambas as teorias, além de oferecerem recursos analíticos para a leitura de textos, encontrarem-se na compreensão dos efeitos de sentido alcançados por estratégias enunciativas emergentes do emprego de pronomes. Como será explicitado, as consequências dessa opção expressam-se num percurso de análise dialógico e, sobretudo, coeso.

Para atender ao objetivo delineado, o artigo está assim estruturado: nas duas primeiras seções, apresentamos, em linhas gerais, o espaço ocupado pelos pronomes no quadro epistemológico das teorias elencadas; na sequência, fazemos a apresentação do texto selecionado como base para a proposta, além de descrevermos aspectos necessários à abordagem da unidade textual; por fim, desenvolvemos nossa leitura teoricamente fundamentada do texto, com orientações para um trabalho contextualizado em sala de aula.

1 O olhar da Linguística Textual para os pronomes

A Linguística Textual (LT) transformou os métodos de trabalhar o enunciado. Se antes da LT a análise se limitava apenas ao nível da frase, passou-se então a estudar o texto numa perspectiva interacional. A teoria do texto passou a considerar a língua não mais como algo isolado ou independente, conforme estudos anteriores. Seu foco deslocou-se do nível da palavra ou da frase para o texto, considerado a manifestação específica da linguagem e a unidade fundamental da comunicação. A partir dessa perspectiva, a produção linguística é vista como uma ação interacional, subjacente a atividades processuais que envolvem aspectos linguísticos, pragmáticos e cognitivos, e escrever passa a exigir a consideração do contexto.

Dentro dessa visão interacional (dialógica) da língua, o texto é concebido como o próprio local da interação, e os interlocutores são considerados sujeitos ativos que se constroem e são construídos dialogicamente por meio dele (Koch; Elias, 2008). Ele constitui um evento comunicativo convergente de ações linguísticas, cognitivas e sociais, e não apenas uma sequência de palavras proferidas ou escritas (Beaugrande, 1997). Analisar um texto requer, portanto, um duplo movimento: a observação do texto individual na situação enunciativa e a consideração de regularidades textuais, como destacado por Adam (2019). As relações de sentido que conferem ao texto sua unidade de coerência são construídas em uma interação comunicativa encenada por locutores e interlocutores, desempenhando papéis sociais em um contexto sócio-histórico específico, o que o torna um enunciado único e irrepetível.

Segundo Koch e Elias (2016, p. 34): “Se o texto é texto à medida que o vemos como tal, é porque nesse processo estabelecemos conexões entre texto, sujeito e sociedade”. Assim, as autoras enfatizam que o texto é resultado de uma “complexa multiplicidade de conexões”. Seguindo essa linha de raciocínio, faz-se necessário compreender os referentes e de que forma eles se comportam e se vinculam entre si, em meio à progressão textual.

Frequentemente, utilizamos o conceito de referente em diversos contextos, pois um texto inevitavelmente menciona entidades às quais está se referindo. Mondada (1994) escolhe chamar esses referentes de objetos de discurso, que não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constroem-se no próprio processo de interação. São dinâmicos, pois, uma vez introduzidos na memória discursiva, vão sendo constantemente modificados, desativados, reativados, (re)construindo-se o sentido do texto, no curso de uma progressão referencial, enfatizando o processo dinâmico de negociação presente nos textos. Dessa forma, os objetos de discurso são intrinsecamente voláteis, pois naturalmente evoluem no momento singular e irreproduzível do texto. A referência aos objetos de discurso vai além da simples associação de palavras a coisas no mundo; trata-se, pelo contrário, de uma operação complexa de coconstrução de significados. Nesse sentido, concordando com Mondada (1994), optamos por nomear esse processo dinâmico de referência como *referenciação*.

Conforme Cavalcante *et al.* (2022), é pela referenciação que os modos de o sujeito ver o mundo e filtrar a memória coletiva são recortados e ajustados para ecologicamente produzir sentidos em colaboração. A abordagem de referentes ocorre efetivamente no âmbito da interação, onde os participantes, como atores sociais, calculam suas falas, projetando como se dirigirão ao outro com base em valores e crenças contextuais. A partir dessas projeções mútuas, surgem os referentes no texto, caracterizando toda essa dinâmica como uma negociação complexa (Mondada, 1994). Essa negociação não se limita à escolha de expressões referenciais mais apropriadas, estendendo-se a qualquer decisão sobre elementos textuais interconectados que emergem na situação representada, incorporando valores sociais. São negociações porque não se alinham a uma verdade única, nem à melhor verdade, mas sim a verdades filtradas por perspectivas sociais e visões individuais, frequentemente divergentes.

A fim de garantir a continuidade de um texto, faz-se necessário estabelecer um equilíbrio entre a repetição e a progressão textual. Na escrita de um texto, segundo Koch e Elias (2018), remete-se a referentes que já foram antes citados, ou seja, foram apresentados à memória do interlocutor, e acrescentam-se as informações inéditas, que também passarão a constituir o suporte para outros dados. A essas retomadas ou remissões de um mesmo referente dá-se o nome de *progressão referencial* e, dentre os elementos linguísticos responsáveis por esse processo, temos os pronomes, que podem tanto ser elementos dêiticos quanto anafóricos, dependendo de como são usados em uma frase ou contexto específico.

Com base na proposta de classificação de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), os pronomes desempenham o papel anafórico quando apresentam a função de dar continuidade a uma referência ao longo do texto, constituindo-se como recursos responsáveis pela coesão textual. Vejamos os exemplos:

(1) Os teóricos da LT estudam a referenciação. *Eles* associam o conceito à coesão textual.

(2) A rede conceitual da LT é vasta. *Eles* incluem a coesão e a coerência.

A anáfora será direta, ou correferencial, como em (1), quando o pronome retomar o mesmo referente já introduzido no texto (“eles” retoma “os teóricos da LT”), ou indireta, como em (2), quando resgatar outro referente já introduzido no texto, associando-se indiretamente a ele (“eles” retoma “a rede conceitual da LT”). Já o papel dêitico dos pronomes se define pela capacidade de criarem vínculos entre o cotexto e a situação enunciativa em que estão os participantes do ato comunicativo. Nesse sentido, a ocorrência, por exemplo, de pronomes pessoais, pronomes possessivos, assim como outras marcas que se refiram aos participantes da situação de enunciação, instaura a chamada dêixis pessoal, com referência às pessoas do discurso – como ocorre em (1) e em (2) com o emprego de “eles” (3ª pessoa).

Ainda que a dêixis seja classificada em diferentes tipos (pessoal, social, espacial, temporal, textual e memorial), priorizamos, nesta análise, os dêiticos pessoais.

2 O olhar da Semiótica Discursiva para os pronomes

A Semiótica Discursiva (SD), de linha francesa, integra o quadro de teorias que se ocupam do texto. Seu objetivo central é “descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz” (Barros, 2007, p. 7). Dessa forma, volta-se, num primeiro momento, para o plano de conteúdo do texto, explorando todos os mecanismos responsáveis pelo engendramento dos sentidos, abrindo espaço, na sequência, para a análise de seu plano de expressão, em que a materialidade do texto é posta em relação ao que a subjaz.

Ao longo de seu desenvolvimento, a SD construiu um aparato metodológico que nos permite analisar o texto, de forma pormenorizada, em uma trajetória que parte das estruturas textuais mais profundas até as mais superficiais: o percurso gerativo de sentido (PGS). Por meio dessa metodologia, em três níveis, do fundamental ao discursivo, passando pelo narrativo, busca-se revelar aspectos como: categorias semânticas que originam sentidos; interações entre sujeitos e objetos de valor; e, em última instância, estratégias enunciativas. É nesse último patamar, o nível discursivo, que se concentram nossas reflexões.

O nível discursivo se caracteriza por ser a etapa em que o sujeito da enunciação assume as estruturas narrativas, discursivizando-as. Conforme Barros (2007, p. 53),

O sujeito da enunciação faz uma série de “escolhas”, de pessoa, de tempo, de espaço, de figuras, e “conta” ou passa a narrativa, transformando-a em discurso. O discurso nada mais é, portanto, que a narrativa “enriquecida” por todas essas opções do sujeito da enunciação, que marcam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia.

Os efeitos de sentido decorrem, nessa perspectiva, das projeções da enunciação no enunciado: “Se a enunciação se define a partir de um *eu-aqui- agora*, ela instaura o discurso-enunciado, projetando para fora de si os atores do discurso, bem como suas coordenadas espaço-

temporais” (Fiorin, 2008, p. 57). As categorias de pessoa, espaço e tempo materializam-se por meio de recursos da língua, em um processo conhecido como *debreagem*, que consiste na “expulsão fora da instância da enunciação da pessoa, do espaço e do tempo do enunciado” (Fiorin, 1995, p. 29) e que “tem por efeito referencializar a instância a partir da qual ela se efetua” (Greimas; Courtés, 2008, p. 162), simulando efeitos de realidade.

A temporalização (categoria de tempo), conforme Fiorin (1996), manifesta-se na linguagem pela discursivização das ações, com o emprego, por exemplo, de formas verbais e adverbiais. A espacialização (categoria de espaço), por sua vez, ainda que possa não ser manifestada, pode ser recuperada linguisticamente pela presença de formas adverbiais e pronominais demonstrativas, que delimitam espaços enunciativos. Já a actorialização (categoria de pessoa), de caráter fundamental para a construção do discurso, desenvolve-se de maneira complexa, ao concentrar-se prioritariamente em torno do “eu”. Temos aí, portanto, uma discussão central para nossa proposta.

A introdução da categoria de pessoa pode ocorrer de maneira genérica, mediante o uso de elementos como *eu*, *tu* ou *ele*. Fiorin (1996) esclarece que *eu* e *tu* são sempre únicos, indicando quem fala e para quem se fala, referindo-se aos sujeitos da enunciação. Por outro lado, *ele* pode representar uma variedade de sujeitos ou, até mesmo, nenhum sujeito, sendo, por essa razão, classificado como “não-pessoa”, conforme a concepção de Benveniste (1995), uma vez presente apenas no enunciado, não sendo instaurado como actante da enunciação. No entanto, conforme Fiorin (1996, p. 60), “não se pode esquecer que é a situação de enunciação que especifica o que é pessoa e o que é não-pessoa e que a terceira pessoa é explicitada no contexto e não na situação”. Isso ficará evidente, por exemplo, em nossas análises.

Vale destacar que a construção da cena enunciativa, por meio da *debreagem*, se dá de modos diferentes. Vejamos os exemplos:

- (1) Neste artigo, nós estamos propondo uma análise semiótica.
- (2) O artigo apresentado propôs uma análise semiótica.

Quando o texto apresenta as indicações de *eu-aqui-agora*, referindo-se à instância da enunciação, como em (1), caracteriza-se como um texto enunciativo, em que se verifica uma *debreagem enunciativa*. Em contrapartida, quando essas indicações estão ausentes, e outras fazem alusão a um não-eu (*ele*), um não-aqui (*alhures*) e um não-agora (*então*), como em (2), configura-se um texto enuncivo, resultado de uma *debreagem enunciva*. Conforme Fiorin (2008), as *debreagens enunciativa* e *enunciva* produzem, respectivamente, dois tipos de discurso, em 1ª e em 3ª pessoa, dos quais decorrem efeitos de sentido específicos: de subjetividade ou aproximação; e de objetividade ou distanciamento.

Tais efeitos operam no texto com o objetivo de criar simulacros da realidade, de modo que se alcance a adesão a um jogo argumentativo. Isso se dá na medida em que “todo discurso procura persuadir seu destinatário de que é verdadeiro (ou falso)”, sendo que “os mecanismos discursivos têm, em última análise, por finalidade criar a ilusão de verdade” (Barros, 2007, p. 55). Em sala de aula, são esses efeitos – decorrentes do emprego de pronomes ou de outros recursos linguísticos – que devem ser explorados para além da superficialidade textual.

3 O texto objeto de análise

Assim como discutimos na seção introdutória, a proposta que pretendemos delinear neste artigo parte da seleção de um texto do campo de atividade humana artístico. Considerando alguns critérios basilares, tais como a produtividade no emprego de elementos pronominais e a atualidade do discurso manifestado, elegemos a canção *Troca de calçada*, lançada pela cantora brasileira Marília Mendonça (1995-2021), em 2021, e cuja letra é apresentada no Quadro 1, segmentada em duas partes, conforme nossa abordagem analítica:

Quadro 1. Materialidade textual sob análise

Parte 1	Parte 2
1 Se alguém passar por ela	14 Pra ter o corpo quente
2 Fique em silêncio, não aponte o dedo	15 Eu congelei meu coração
3 Não julgue tão cedo	16 Pra esconder a tristeza
4 Ela tem motivos pra estar desse jeito	17 Maquiagem à prova d'água
5 Isso é preconceito	
6 Viveu tanto desprezo	18 Hoje você me vê assim e troca de calçada
7 Que até Deus duvida e chora lá de cima	19 Só que amar dói muito mais
8 Era só uma menina	20 Do que um nojo na sua cara
9 Que dedicou a vida a amores de quinta	
10 É claro que ela já sonhou em se casar um dia	21 Pra ter o corpo quente
11 Não estava nos planos ser vergonha pra família	22 Eu congelei meu coração
12 Cada um que passou levou um pouco da sua vida	23 Pra esconder a tristeza
13 E o resto que sobrou ela vende na esquina	24 Salto 15 e minissaia
	25 Hoje você me vê assim e troca de calçada
	26 Mas se soubesse um terço da história
	27 Me abraçava e não me apedrejava

Fonte: Troca [...] (2021).

Em linhas gerais, a canção explora a narrativa de uma personagem caracterizada como uma mulher que, profissionalmente, atua como acompanhante. Em um processo referencial desenvolvido em duas etapas, na primeira parte, o discurso é manifestado em 3ª pessoa, sob a perspectiva de um expectador da trajetória d'ela. Já na segunda sequência de versos, é ela (na posição de “eu”) quem assume a enunciação, por meio de um discurso em 1ª pessoa. Reside nesse movimento enunciativo o cerne de nossa proposta didática.

Vale destacarmos, contudo, que não é nossa intenção fornecer um quadro metodológico fechado, com indicações referentes a aspectos como quantidade de aulas necessárias para aplicação, procedimentos didáticos pormenorizados, sequência de atividades, entre outros componentes costumeiramente divulgados como roteiros para a ministração de aulas. Nossa proposta especifica apenas dois aspectos basilares: trata-se de uma abordagem em maior consonância com as orientações curriculares para o Ensino Médio, sobretudo dada a temática contemplada no objeto de análise; e são contemplados prioritariamente dois eixos de ensino referenciados pela BNCC (Brasil, 2018) para as aulas de português – leitura e análise linguística/semiótica.

Nesse sentido, na sequência, apresentamos a nossa leitura da canção, cujo percurso desdobra-se como um modelo/exemplo a ser conduzido em sala de aula, tanto a partir do mesmo objeto quanto a partir de outras manifestações textuais, sejam ou não da esfera artística musical. Essa leitura está fundamentada no referencial teórico previamente discutido, de modo que fiquem evidentes as contribuições das teorias mobilizadas para a abordagem de elementos pronominais empregados na canção.

4 A proposta de análise do texto

Esta seção constitui o ponto fulcral de nossa proposta, uma vez que apresenta, de modo fundamentado, a leitura da canção *Troca de calçada* (2021), em três momentos: (i) a análise dos processos dêiticos, a partir do viés da LT; (ii) a exploração dos mecanismos de debreagem, com o suporte da SD; e, por fim, (iii) uma discussão que expande o olhar sobre os efeitos de sentido alcançados para além da materialidade verbal do texto.

4.1 Os pronomes e a dêixis no texto

Em consonância com o que discutimos até aqui, é fundamental compreender o texto como um produto de nossas ações sociais, o que implica vê-lo como uma atividade que envolve interação e intencionalidade, por se direcionar ao outro, evidenciando posturas e intenções comunicativas. Considerando os princípios da LT e o trabalho assíduo com o texto em sala de aula, nas mais diversas esferas sociocomunicativas, pretendemos sugerir, por meio da análise dos elementos pronominais que a canção *Troca de calçada* (2021) nos apresenta, uma proposta de leitura que conduza o interlocutor a perceber os seus efeitos de sentido.

A partir da abordagem teórica previamente apresentada, verificamos que a LT, no percurso de suas transformações, voltou seu olhar à dinâmica dos processos referenciais que emergem dos textos, o que inclui a investigação dos dêiticos. Em nosso objeto de análise, a canção, tais elementos desempenham um papel fundamental na construção da narrativa, conectando o leitor às experiências e às emoções da pessoa a que se faz referência na letra. Eles ajudam a criar uma sensação de empatia e compreensão em relação à locutora/enunciadora, especialmente dadas as condições sociais em que é retratada.

Para a condução de uma atividade de leitura pautada nesses fundamentos, o professor pode guiar seus alunos na identificação, por exemplo, dos dêiticos pessoais, diretamente relacionados aos pronomes que indicam as pessoas envolvidas na narrativa. Em nossa proposta de análise, a seguir, destacamos algumas marcas utilizadas e apontamos como elas contribuem para a construção do significado do texto.

Dêixis pessoal (2ª e 3ª pessoas)

Na primeira parte da canção, nas linhas de 1 a 13, a dêixis pessoal se manifesta em duas direções: a 2ª e a 3ª pessoa do discurso. A marca do outro, da 2ª pessoa, materializa-se no pronome de tratamento “você”, não explicitamente mencionado, mas resgatável no imperativo “Fique em silêncio” (linha 2), assim como no imperativo negativo “Não julgue” (linha 3). O estabelecimento do outro se dá, assim, por uma forma de dêixis social, que, além de interpelar o “tu”, a 2ª pessoa do discurso, demonstra uma relação de imposição na maneira de se dirigir ao outro. Desse modo, além de instaurar uma 2ª pessoa, a interpelação indica uma tentativa de engajar o interlocutor na situação, chamando a atenção dele nesse momento da situação comunicativa simulada – a história que se conta pela canção.

É na ocorrência da 3ª pessoa, porém, com o pronome pessoal do caso reto “ela” (linhas 1, 4, 10 e 13), que a dêixis pessoal, na canção, gera efeitos de sentido mais curiosos. Comumente, como sabemos, esse pronome refere-se a uma pessoa previamente mencionada, o que não é o caso da primeira ocorrência do termo (linha 1). Quem é ela de quem se fala, se a canção acaba de começar? Como se vê adiante, nas demais ocorrências (linhas 4, 10 e 13), “ela” se refere à mulher de quem toda a narrativa tratará: uma acompanhante. Ainda em referência a essa mesma 3ª pessoa, convém destacar o pronome possessivo “sua” (linha 12). Por meio dessa reiteração, conforme propõe Rabatel (2016), o enunciador se utiliza de estratégias persuasivas para agir sobre o outro, levando-o a se solidarizar pelas dificuldades e sofrimentos vividos em virtude da vida a que a personagem precisou se submeter.

Dêixis pessoal (1ª pessoa)

Na segunda parte da canção, nas linhas de 15 a 27, por sua vez, ocorre uma alternância de vozes, e é possível verificar a efetivação da dêixis pessoal por meio de uma série de automenções. São exemplos desses mecanismos referenciais: o pronome pessoal do caso reto “eu” (linhas 15 e 22), o pronome pessoal do caso oblíquo “me” (linhas 18, 25 e 27) e, também, o pronome possessivo “meu” (linhas 15 e 22), todos vinculados a uma 1ª pessoa. Dessa forma, os dêiticos destacam o protagonismo da locutora/enunciadora, justificando suas escolhas e expressando sua ação.

É essencial destacar o uso do pronome de 1ª pessoa “eu” por ser a forma mais tradicional de dêixis pessoal, a partir da qual se dão as outras formas dêiticas. No entanto, ainda nessa parte da canção, não podemos ignorar a ocorrência do pronome possessivo “sua” (linha 20), que, diferentemente do que ocorre na primeira parte, configura-se como uma marca de 2ª pessoa – se lá (linha 12) o “sua” vinculava-se à personagem, enquanto alguém falava dela, aqui o “sua” vincula-se ao interlocutor dela, enquanto ela se dirige a ele.²

² Essa dinâmica se dá pelo fato de que, no português brasileiro, apesar de referir-se à 2ª pessoa (equivalendo a “tu”), o pronome “você”, assim como a forma plural “vocês” (para “vós”), é acompanhado por verbos conjugados na 3ª pessoa, sendo as formas pronominais possessivas flexionadas da mesma maneira.

Como fica evidente em nossa proposta de análise, a natureza subjetiva da dêixis se manifesta em cada atualização na situação enunciativa. Porém, ainda que não seja nosso ponto focal, efeitos de sentido importantes emergem de elementos pronominais que funcionam como dêiticos na canção. Em “desse jeito” (linha 4), o demonstrativo “esse”, na contração, aponta para uma direção específica, chamando a atenção de quem ouve a canção para o que vê diante de si, marcando, portanto, a espacialidade. O mesmo efeito de proximidade, porém agora delimitando uma atitude, um juízo de valor, e não um estado, decorre do emprego de “isso”, em “isso é preconceito” (linha 5), em referência ao ato de apontar o dedo.

Por fim, além da dêixis como um processo de referenciação para esta análise, recomendamos ao professor que explore o funcionamento referencial a partir de outros elementos do texto. Por exemplo, a narrativa da “menina” que dedicou a vida a “amores de quinta” (linhas 8 e 9) constitui uma forma de referência que não se conecta apenas à personagem da canção, mas também, considerando o diálogo do texto com o contexto sócio-histórico do qual emerge, a muitas outras “meninas” que buscam abraços diante de caras enojadas. Da mesma forma, a “calçada”, que intitula o texto, referencia os múltiplos espaços sociais nos quais essas histórias são vivenciadas.

4.2 Os pronomes e a debreagem no texto

A promoção da leitura de textos em sala de aula, segundo os preceitos da SD, pode se dar em diferentes direções, pensando-se nos códigos utilizados, nos temas que emergem das diferentes figurativizações empreendidas na composição discursiva, entre outras abordagens. No caso da canção *Troca de calçada* (2021), resultados acentuadamente produtivos seriam alcançados pela exploração de seu plano de conteúdo com base nos procedimentos analíticos do PGS, a partir dos quais o professor conduziria a leitura desde as estruturas mais profundas do texto até as mais superficiais.

Para um trabalho centrado no emprego de recursos pronominais no texto, elegemos, como antecipamos na discussão teórica, o *nível discursivo* do PGS, em que são verificados os procedimentos de projeção da enunciação no enunciado, o que se dá pela instalação das categorias de pessoa, espaço e tempo. Nossa proposta está concentrada na análise do processo de actorialização, de modo que se evidencie o papel dos pronomes na tessitura enunciativa da canção, tanto na primeira quanto na segunda parte (vide Quadro 1), restrição que pode ser repensada pelo professor.

Como antecipamos na apresentação do texto e como previamente ilustrado na seção anterior, que tratou do olhar da LT sobre o objeto, fica evidente um movimento enunciativo da 3ª para a 1ª pessoa quando se comparam as duas porções de análise da canção. O enunciador, enquanto voz que enuncia, mobiliza estratégias que recriam efeitos de distanciamento e de aproximação (Fiorin, 2008), que corroboram o simulacro da realidade que emerge da narrativa: distancia-se da mulher na rua, “trocando de calçada”, enquanto ela clama por um “abraço” não

repulsor. Isso se dá pelo acionamento de debreagens, respectivamente, enunciva e enunciativa, que podem ser contempladas pelo professor por meio de reflexões como as apresentadas a seguir.³

Debreagem enunciva

Nas linhas de 1 a 13, o pronome “ela” assume posição actancial predominante, remetendo a um personagem instalado na narrativa que não coincide com o “eu” pressuposto no ato enunciativo (aquele que enuncia). Remetendo à mulher de quem se fala, o enunciador constrói um texto enuncivo, produto de uma *debreagem actancial enunciva* (Fiorin, 1996; 2008). A intenção é gerar um efeito de objetividade, de distanciamento, falando sobre um actante observado à distância. “Ela” não tem nome, em um anonimato que recobre também outros elementos pronominais indefinidos mobilizados no discurso: “alguém” (linha 1), “cada” (linha 12).

É essencial destacarmos, no entanto, que o distanciamento não reveste a categoria, nesse caso, de um caráter inferiorizado. Contrariando a concepção de Benveniste (1995) e em consonância com o postulado de Fiorin (1996), “ela” deixa de ser uma “não-pessoa”, como o verso da linha 1 pode nos levar a pensar, alguém por quem apenas se passa, para tornar-se uma pessoa de fato, que “tem motivos” (linha 4), que “já sonhou” (linha 10) e que, inclusive, “vende” (linha 13).

Debreagem enunciativa

Nas linhas de 14 a 27, as vozes da enunciação e do enunciado se fundem, e “ela” assume o protagonismo de um texto agora enunciativo, resultante de uma *debreagem actancial enunciativa* (Fiorin, 1996; 2008), que projeta no enunciado o actante da enunciação. O intuito, dessa vez, é estabelecer um efeito de subjetividade, de aproximação, por meio de um actante que se reconhece e fala de si. O pronome “eu” (linhas 15 e 22) representa a materialização essencial desse movimento, mas outros elementos pronominais o reforçam, como “meu” (linhas 15 e 22) e “me” (linhas 18, 25 e 27), além, é claro, de todas as formas verbais conjugadas em 1ª pessoa.

O efeito de proximidade é corroborado pela presença de “você” (linhas 18 e 25), que, ao lado de “eu”, constitui o par de sujeitos da enunciação, sempre únicos (Fiorin, 1996). É a “você”, diferente a cada enunciação (a cada reprodução da canção, por assim dizer), que “eu” se dirige para manifestar seu apelo por um abraço, pelo não apedrejamento.

³ Vale destacarmos a necessidade de cautela com o emprego de metalinguagem teórica em sala de aula. Numa abordagem como essa, recomendamos não falar de “debreagens enuncivas ou enunciativas” com os alunos, mas apenas de “efeitos de sentido de distanciamento ou de aproximação”.

Essa é uma síntese de nossa proposta de leitura semiótica da canção, enfatizando-se os efeitos alcançados por meio dos pronomes na sua estrutura verbal, especificamente no nível discursivo. Dado o caráter didático pretendido por este artigo, porém, acreditamos caber uma breve menção aos níveis anteriores do PGS, com considerações que podem igualmente exemplificar ao professor modos de leitura possíveis.

Quanto ao *nível fundamental*, por exemplo, poderíamos explorar oposições semânticas fundamentais que originam os sentidos do texto. Em *Troca de calçada* (2021), uma das principais oposições, que emerge do próprio título da canção, pode ser representada pela estrutura *repulsão x afeição*. A repulsão seria afirmada a partir do ato de desvencilhar-se, de efetivamente “trocar de calçada”, do apedrejamento, ao passo que seria negada na possibilidade do abraço buscado pelo “eu”, quando se afirmaria, por sua vez, a afeição. Já no *nível narrativo*, verificam-se papéis actanciais diversos, entre os quais se destaca o do sujeito “eu” que busca estar em conjunção com a afeição, com um olhar não repulsor, com um abraço, mas que permanece disjunto desse objeto.

Essas pistas interpretativas nos direcionam para leituras mais aprofundadas, que exploram, por seu turno, outros códigos, como discutimos na sequência.

4.3 Para além dos recursos verbais de significação

Na seção que tratou da apresentação de nosso objeto de análise, tomado como objeto de ensino, mencionamos a possibilidade de, por meio dele, contemplarmos dois eixos de ensino de Língua Portuguesa indicados pela BNCC (Brasil, 2018): a leitura e a análise linguística/semiótica. Em certa medida, isso foi atendido nos itens anteriores, em que “lemos” o texto, analisando-se os recursos linguísticos empregados em sua composição. O fato é que, de acordo com o documento, tais eixos expandem-se para além do verbal:

Se uma face do aprendizado da Língua Portuguesa decorre da efetiva atuação do estudante em práticas de linguagem que envolvem a *leitura/escuta* e a produção de textos orais, escritos e multissemióticos, situadas em campos de atuação específicos, a outra face provém da reflexão/análise sobre/da própria experiência de realização dessas práticas. Temos aí, portanto, o eixo da *análise linguística/semiótica*, que envolve o conhecimento sobre a língua, sobre a norma-padrão e sobre as outras semioses, que se desenvolve transversalmente aos dois eixos – leitura/escuta e produção oral, escrita e multissemiótica – e que envolve análise textual, gramatical, lexical, fonológica e das *materialidades das outras semioses*. (Brasil, 2018, p. 80, grifos nossos)

Troca de calçada (2021), como canção, convoca-nos à exploração de elementos que permitam a preparação do aluno para “identificar e analisar efeitos de sentido decorrentes de escolhas de volume, timbre, intensidade, pausas, ritmo, efeitos sonoros, sincronização etc. em artefatos sonoros” (Brasil, 2018, p. 73). Nesse caso, ambas as teorias – LT e SD – trazem suas contribuições.

Sob o escopo da LT, conforme Cavalcante *et al.* (2022, p. 276), “os referentes podem se evidenciar nos textos por diferentes sistemas semióticos, não somente pelo verbal, nem apenas por expressões referenciais. Aspectos multimodais de toda ordem estão ligados nessa coconstrução e se encontram imbricados em fatores contextuais”. Nesse sentido, independentemente do modo como os referentes emergem nos textos, “eles são sempre sugeridos por pistas apreensíveis pelos órgãos do sentido – verbais, imagéticas, gestuais, *sonoras*, etc. Imbricadas a saberes e valores contextuais de diversas ordens” (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 276, grifo nosso).

Isso se evidencia na canção, quando, ao analisarmos a melodia, verificamos uma alteração acentuada na tonalidade, na passagem da primeira parte, que compreende os segmentos musicais *verso* (linhas de 1 a 9) e *pré-refrão* (linhas de 10 a 13), para a segunda parte, constituída especificamente pelo *refrão* (linhas de 14 a 27). Apresentando inicialmente um ritmo harmônico regular, com trocas de acordes a cada dois compassos, a sonoridade alcançada pelo recurso do pré-refrão cria uma atmosfera de tensão, que eclode com o refrão, em que a personagem assume a voz, posiciona-se, como se “gritasse” pela libertação frente a olhares que apedrejam. A referencialidade está nessa associação.

O aumento da tensão é materializado na mudança na extensão vocal empregada por Marília Mendonça em cada segmento, que varia do verso, passando pelo pré-refrão e chegando à estrofe, de forma ascendente, como ilustra a Figura 1, a seguir:

Figura 1. Mudanças na extensão vocal



Fonte: Elaborada pelos autores.⁴

⁴ A elaboração da Figura 1 e os comentários analíticos que contemplam conceitos musicais específicos contaram com a colaboração dos musicistas Camila Santiago e Thiago Ueda, a quem agradecemos.

A discussão embasada nos preceitos da SD pode assumir como ponto de partida o mesmo exemplo. Como explorado no confronto entre o plano de expressão (Figura 1) e o plano de conteúdo (discutido a partir da letra disposta no Quadro 1), temos o estabelecimento de uma relação semissimbólica. Conforme Barros (2007), o semissimbolismo baseia-se na ocorrência de relações análogas entre expressão e conteúdo, ou seja, elementos do plano de expressão “representam” elementos do plano de conteúdo. Em *Troca de calçada* (2021), a tensão das palavras reverbera na tensão dos sons.

Atestamos, portanto, por meio dessas análises preliminares, a proficiência da abordagem didática do texto selecionado.

Considerações finais

Nosso artigo foi delineado a partir da articulação de discussões referentes ao ensino contextualizado de Língua Portuguesa, que assume o texto como unidade de trabalho. Tal premissa, apropriada pela BNCC (Brasil, 2018), a exemplo de referenciais anteriores, convoca o professor dessa área a considerar manifestações textuais circulantes em diferentes campos de atuação social, de modo que o aluno tenha contato com gêneros discursivos cada vez mais diversos, constituídos de múltiplas linguagens e capazes de prepará-lo para interações reais. A proposta apresentada, portanto, nesse contexto, objetivou ilustrar a abordagem de elementos pronominais, recursos linguísticos contemplados no currículo escolar, por meio da leitura textual-discursiva de uma canção, texto vinculado ao campo artístico.

Como pesquisadores do texto-discurso que acreditam na possibilidade de articulação de diferentes (embora complementares) quadros teórico-metodológicos, e concordando com o posicionamento de Antunes (2014) de que nossas concepções teóricas balizam nossas práticas, recorreremos a alguns fundamentos da LT e da SD. Tais teorias foram apresentadas com base em recortes que expusessem seus olhares para os elementos alvos de nossas análises, os pronomes, e funcionaram como âncoras para nossas asserções analíticas.

No que concerne às análises pautadas nos preceitos da LT, evidenciamos a dinâmica dos processos de referenciação, confirmando, em um texto real, o papel de pronomes como formas dêiticas. Nessa função, para além de articulações coesivas comumente apontadas para esses elementos linguísticos, verificamos a ênfase aos efeitos de sentido que esses processos referenciais podem exercer no contexto de uso.

As análises baseadas na SD, por sua vez, além de apresentarem alternativas para o aprofundamento da leitura, em níveis que aqui não foram prioritariamente contemplados (como a identificação de oposições semânticas e/ou as relações entre sujeitos e objetos da narrativa), permitiram a assunção dos pronomes como marcas das projeções enunciativas no discurso. Sob esse enfoque, o texto que constitui a canção, como uma cena enunciativa, funciona como um espaço para a projeção de vozes, que oscilam entre “ela” e “eu”, num jogo de debreagens, por

meio das quais a instância enunciativa ora se aproxima ora se distancia, inscrevendo no discurso efeitos de sentido.

Gostaríamos de finalizar ressaltando que um texto dessa natureza permite múltiplas outras abordagens, algumas das quais apontamos brevemente ao discutirmos os sentidos expressos para além do verbal. No entanto, há ainda diversificadas possibilidades de exploração de recursos linguísticos. Por exemplo, em “hoje você me vê assim e troca de calçada” (linhas 18 e 25), é irrefutável a afirmação de que “troca” seja a flexão do verbo “trocar” na segunda pessoa do singular, considerando o paradigma pronominal do português brasileiro, em que “você” ocupa, em múltiplas ocorrências, o lugar de “tu”. No entanto, o que dizer do título da canção? Ele traz também a forma verbal, ou o que se tem é um substantivo, já que a canção narra “a troca de calçada” realizada por alguém que desvia da personagem?

Discussões dessa natureza, no âmbito da análise linguística, têm amplo espaço em sala de aula. Junto delas, podem ser igualmente planejadas tarefas nas quais as aprendizagens alcançadas em atividades de leitura sejam transpostas, de forma aplicada, para atividades de produção textual, oral ou escrita, ampliando a articulação dos eixos de ensino propostos pela BNCC (Brasil, 2018). Assim, por meio do texto, o estudo da língua se contextualiza, permitindo ao professor um olhar remodelado para a gramática, afinal, de uma forma ou outra, a aula de português sempre se volta a ela.

Referências

- ADAM, J-M. *Textos, tipos e protótipos*. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2019.
- ANTUNES, I. *Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. Trad. Maria E. G. Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARROS, D. L. P. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- BEAUGRANDE, R. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey: Alex. 1997.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. 4. ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes; Edunicamp, 1995.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.
- CAVALCANTE, M. M. *et al. Linguística textual: conceitos e aplicações*. Campinas: Pontes, 2022.
- FIORIN, J. L. A pessoa desdobrada. *Alfa*, São Paulo, n. 39, p. 23-44, 1995.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dimas Lima *et al.* São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. O texto na linguística textual. In: BATISTA, R. O. (org.). *O texto e seus conceitos*. São Paulo: Parábola, 2016.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MONDADA, L. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets de discours*. Lausanne: Université de Lausanne, 1994.

RABATEL, A. *Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa – pontos de vista e lógica da narração teoria e análise*. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues, Luís Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016. v. 1.

TROCA de calçada. Intérprete: Marília Mendonça. Compositores: Marília Mendonça, Juliano Tchula e Vitor Ferrari. In: NOSSO amor envelheceu. Intérprete: Marília Mendonça. Rio de Janeiro: Som Livre, 2021. EP, faixa 2 (3min24).

Artigo / Article

Linguagem e Memória: a construção discursiva da imagem de Prestes e Vargas nas biografias escritas por suas Filhas

Language and Memory: the discursive construction of the image of Prestes and Vargas in the biographies written by their daughters

Raquel Abreu-Aoki 

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Universidade de São Paulo, Brasil

abraquaoki.raquel@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3578-8593>

Marcia Elisia Matos Aguiar 

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

marciaelisia475@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1392-5064>

Recebido em: 06/02/2024 | Aprovado em: 21/05/2024

Resumo

O gênero biográfico, como um gênero narrativo, é um espaço singular para a construção discursiva de uma trajetória de vida. Nesse gênero, a linguagem apresenta-se como um instrumento poderoso de (res)significações de discursos e narrativas, em especial, quando refere-se a biografias de cunho historiográfico. Nessa complexa rede de (outros) sentidos produzidos, a biografia de agentes políticos ilustres potencializa a produção de (novas) perspectivas acerca de eventos históricos e das próprias personalidades políticas. A partir de tal panorama, para este trabalho, foram analisadas as obras *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro* e *Getúlio Vargas, meu pai* – escritas, respectivamente, por suas filhas Anita Leocádia Prestes e Alzira Vargas do Amaral Peixoto –, cujo enfoque respalda a reconstituição das infâncias dos biografados. À luz das teorias de Charaudeau (2009), a análise comparativa realizada aponta para um lugar em comum entre tais biografias, de modo que as imagens discursivamente construídas dos biografados engajam o público leitor a conceber a fase da infância como um período importante para a formação desses sujeitos e para a expressão de suas identidades. Nesse sentido, os resultados indicam que as representações de Vargas e Prestes sugerem aptidão para suas atuações no cenário político e na História do Brasil.

Palavras-chave: Análise discursiva • Identidade biografada • Reconstituição histórica

Abstract

The biographical genre, as a narrative genre, is a unique space for the discursive construction of a life trajectory. In this genre, language presents itself as a powerful tool for (re)signifying discourses and narratives, especially when referring to historiographic biographies. In this complex web of (other) meanings produced, the biography of illustrious political agents enhances the production of (new) perspectives on historical events and the political personalities themselves. From this panorama, for this work, the books *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro* and *Getúlio Vargas, meu pai* – written respectively by their daughters Anita Leocádia Prestes and Alzira Vargas do Amaral Peixoto –, were analyzed, with a focus on reconstructing the biographees' childhoods. In light of Charaudeau's theories (2009), the conducted comparative analysis points to a common ground between these biographies, showing that the discursively constructed images of the biographees engage the reading public to view childhood as an important period for the formation of these individuals and for the expression of their identities. In this sense, the results indicate that the representations of Vargas and Prestes suggest an aptitude for their roles in the political scene and the history of Brazil.

Keywords: Discursive analysis • Biographed identity • Historical reconstruction

Considerações iniciais

A elaboração de biografias sobre figuras proeminentes no cenário político, que investiga a vida e os feitos desses indivíduos, desempenha um papel crucial na formação da memória coletiva e na promoção da reflexão social:

Para além da óbvia distinção entre modalidades – das famosas “biografias não autorizadas” mais próximas de *gossip* que de um gênero literário ou científico, àquelas que são produto de pesquisa, e apesar de inúmeros exemplos de biógrafos tão ilustres quanto seus biografados, para alguns a biografia está contaminada desde a origem pela tensão entre admiração e objetividade, entre uma suposta “verdade” a restaurar e o fato de que toda história é apenas uma história a mais a ser contada sobre um personagem (Arfuch, 2010, p. 138-139).

Nesse fragmento, podemos notar que Leonor Arfuch (2010) aborda a complexidade e as nuances desse gênero narrativo, destacando várias modalidades e as tensões intrínsecas a ele. Ao mencionar as “biografias não autorizadas”, por exemplo, ela se refere àquelas que, frequentemente, têm um caráter sensacionalista, mais próximo de fofocas do que de uma análise rigorosa. Essas obras tendem a focar nos aspectos mais controversos ou escandalosos da vida de uma pessoa, muitas vezes sem a profundidade e a seriedade que caracterizam uma pesquisa científica ou literária de qualidade.

LINHA D'ÁGUA

Por outro lado, existem biografias que são fruto de um trabalho de pesquisa metuculoso, realizadas por biógrafos que, muitas vezes, são tão respeitáveis e notáveis quanto os próprios biografados. Esses trabalhos buscam uma compreensão mais profunda e contextualizada da vida e das realizações dos sujeitos, contribuindo significativamente para o campo da historiografia e da literatura. No entanto, essa autora reconhece que, mesmo entre essas obras de alta qualidade, persiste uma tensão fundamental.

Essa tensão está entre a admiração e a objetividade. Biógrafos frequentemente enfrentam o desafio de equilibrar a reverência que podem sentir por seus sujeitos biografados com a necessidade de manter uma postura crítica e imparcial. A pesquisadora supracitada destaca que essa dicotomia pode comprometer a percepção de “verdade” na biografia. A busca por uma verdade objetiva pode ser ilusória, já que toda narrativa biográfica é, em última análise, uma construção subjetiva. A história de vida contada é influenciada pelas perspectivas, interpretações e escolhas narrativas do biógrafo.

A biografia, como qualquer narrativa, é uma história entre muitas possíveis histórias sobre uma pessoa. Cada biografia é moldada pelas intenções do biógrafo, pelos contextos históricos e culturais e pelas fontes disponíveis. Assim, esse gênero não pode ser visto como uma restauração de uma verdade absoluta, mas sim como uma representação entre outras, cada uma oferecendo uma visão particular e parcial do biografado. Essa perspectiva enfatiza a natureza intrinsecamente interpretativa e subjetiva do gênero biográfico.

Nesse mesmo sentido, retomamos o conceito ilusão biográfica de Pierre Bourdieu (1986) que critica a forma tradicional de se escrever biografias, que geralmente estruturam a vida de uma pessoa como uma narrativa linear e coerente. Ele argumenta que essa abordagem retrospectiva seleciona eventos que parecem significativos à luz de seu desfecho final, criando uma falsa impressão de que a vida segue uma trajetória lógica e predeterminada. Essa construção simplificada ignora a contingência e a imprevisibilidade inerentes às experiências humanas, ao mesmo tempo que omite as contradições e rupturas que são parte essencial da vida real.

A respeito do caráter subjetivo das biografias, Abreu-Aoki, em seus estudos (2012, 2013, 2019), observa que esse gênero discursivo se constitui em um vetor crucial tanto para a conservação quanto para a celebração da memória das personalidades nelas retratadas. Ele é intrinsecamente influenciado pelas intenções e perspectivas dos biógrafos, os quais determinam a abordagem e o enfoque da narrativa. Esta dimensão ganha contornos ainda mais profundos quando o biografado é uma figura inserida no contexto político, visto que a biografia pode então se transformar em uma ferramenta estratégica para a construção de narrativas alternativas e a fixação de determinadas imagens dessas personalidades no imaginário coletivo. Assim, a biografia emerge como um instrumento de significativa potência na percepção da história.

Para demonstrar essa discussão, tomamos como textos-base desta pesquisa as obras *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*, de Anita Leocadia Prestes, filha do biografado,

publicada em 2015 pela Editora Boitempo, e *Getúlio Vargas, meu Pai*, de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio Vargas, cuja primeira publicação se deu em 1960 pela Editora Globo.

Em *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*, Anita Prestes utiliza uma estruturação cronológica para a exposição dos eventos narrados. O primeiro capítulo, denominado *Os Primeiros Anos*, dedica-se a explorar as experiências de Luiz Carlos Prestes anteriores ao seu engajamento político destacado. Este segmento do livro é meticulosamente estruturado em subcapítulos que detalham diferentes aspectos e períodos da vida de Prestes, incluindo *As Origens Familiares*, *A Infância e a Juventude*, *O Início das Conspirações Tenentistas* e o *Levante de 5 de Julho de 1922*, culminando com *Prestes no Rio Grande do Sul: Capitão do Exército e conspirador Tenentista*.

Assim como Anita Prestes, *Getúlio Vargas, meu Pai*, de Alzira Vargas, revisita as origens de Vargas, mas não dedica uma seção específica para tratar da infância de Vargas, como observado na obra sobre Prestes. Alzira relata que, por meio de histórias compartilhadas pelo avô, tios e suas próprias observações, ela pôde recompor os anos iniciais de vida de seu pai, conforme mencionado na página 23 da edição de 1960. Essa intercalação das memórias pessoais de Alzira no processo de reconstrução da vida de Getúlio confere ao livro um caráter mais íntimo, mesclando elementos biográficos e autobiográficos, o que contribui para uma perspectiva (auto)biográfica singular na obra.

O objetivo deste estudo é realizar uma análise comparativa entre as biografias mencionadas, com foco nas representações delineadas sobre Luiz Carlos Prestes e Getúlio Vargas, especialmente nas descrições de suas infâncias, períodos anteriores à notoriedade em suas carreiras políticas. Pretende-se evidenciar o papel significativo dessas fases iniciais na constituição dos indivíduos biografados, mostrando como influenciaram diretamente suas atuações e posturas na maturidade, conforme as perspectivas das biógrafas. Nosso propósito é compreender quais imagens dessas personalidades políticas foram desejadas cristalizar para as futuras gerações. Embora muitos outros aspectos relevantes da vida dos biografados mereçam ser abordados, devido à limitação desta contribuição, esses temas serão tratados em outra oportunidade.

Como sabemos, as linguagens, em sua pluralidade de contextos textuais, enunciativos e discursivos, podem ser orquestradas a fim de atingir os propósitos que atravessam os seus usos, dado que, determinada pela situação de comunicação, haverá um uso estratégico da língua, sendo este adequado às suas especificidades e produzido pelas interações comunicativas dos participantes dessa interação. Desse modo, a abordagem utilizada neste trabalho revela como o discurso biográfico constrói e enfatiza imagens favoráveis dos sujeitos biografados, podendo influenciar a percepção pública acerca de suas trajetórias

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo organiza-se da seguinte maneira: na seção 1, realizamos uma discussão, retomando a natureza e os desafios do gênero biográfico,

princiada nas Considerações iniciais. Avançando para a seção 2, abordamos os Modos de Organização do Discurso, com fundamentação nas teorias de Charaudeau (2009). Subsequentemente, na seção 3, procedemos à análise comparativa das descrições biográficas relativas à infância de Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes. Concluímos, na seção 4, com as considerações finais derivadas do estudo.

Gostaríamos de salientar que nossa escrita se baseia em um movimento cíclico de análise. Em outras palavras, apresentamos, na exposição teórica, reflexões sobre os *corpora*. Esse posicionamento está fundamentado na compreensão de que o processo de análise dos *corpora* não ocorre de maneira independente do referencial teórico, mas sim de forma dialógica, uma vez que é o objeto de pesquisa que determina qual teoria será utilizada, e não o contrário. Posto isso, na parte teórica, já se encontram análises iniciais dos *corpora* selecionado por nós.

1 O efeito biográfico

A narrativa biográfica é uma modalidade de escrita histórica que se imbrica profundamente nas subjetividades, nos afetos e nos modos de ver, perceber e sentir o outro, como observado por Borges (2009). Este tipo de narrativa não apenas relata fatos históricos, mas também expressa as visões de mundo e as representações do biografado através do olhar particular do biógrafo.

Um exemplo notável desse fenômeno pode ser observado nas biografias escritas por pessoas próximas ao biografado. Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas, e Anita Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes, oferecem perspectivas singulares sobre seus pais, enriquecendo suas narrativas com uma subjetividade inerente.

Para ilustrar, destaca-se a observação de Gomes (1996, p. 17), que aponta que Alzira Vargas foi confidante de seu pai tanto em momentos políticos quanto familiares, assumindo o papel de “guardiã da memória” após a morte de Getúlio. De modo semelhante, Anita Prestes busca honrar a memória de seu pai, “corrigindo” versões da história sobre ele, como evidenciado na introdução que ela escreveu para a biografia de Prestes:

Sobre a figura de Prestes, sempre existiram versões caluniosas e foram divulgadas inúmeras inverdades e informações imprecisas. Levei mais de trinta anos me aprofundando no estudo de cada período da vida desse personagem singular na história do Brasil. Por fim julguei que, fiel ao compromisso do historiador com a evidência, tinha as condições necessárias para traçar um quadro abrangente da vida de Luiz Carlos Prestes. Considerei também que era meu dever de historiadora deixar esta obra como legado, especialmente para as futuras gerações (Anita Prestes, 2015, p. 20).

Assim, o biógrafo seleciona informações que, quando combinadas com outras fontes, formam a base de seu texto. Essa seleção de elementos e sua organização em um novo suporte representam uma nova realidade, editada sob a perspectiva do autor. Este processo envolve

intencões, restrições e estratégias, considerando os interesses dos biografados (quando vivos), de suas famílias e dos leitores. As informações explícitas, implícitas ou omitidas no texto refletem marcas subjetivas do biógrafo, evidenciando que todos possuem suas preferências e vieses.

Entendendo que é impossível apreender o passado em sua totalidade, tentamos nos aproximar dele por meio das representações feitas. Cada uma dessas representações é influenciada por valores, crenças e ideologias distintas. Dessa forma, diferentes biografias de Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes, por exemplo, podem ser semelhantes em aspectos factuais como nomes e datas, mas divergirão na maneira como são narrados. Benveniste ([1974] 1983) destaca a efemeridade do tempo na narrativa, pois os fatos são recontados sob a ótica de quem narra. Existe um tempo físico no mundo, uniforme e contínuo, e o tempo psíquico dos indivíduos, variável segundo suas emoções e seu mundo interior. Isso reforça a ideia de que a subjetividade do biógrafo e do leitor influenciam a interpretação dos eventos narrados.

Jesus Menezes (2013) argumenta que o conhecimento do passado e seus usos no presente ocorrem dentro de práticas sociais de interpretação e reprodução da história. A consciência histórica de cada indivíduo se desenvolve dentro de um sistema sociocomunicativo de interpretação, objetivação e uso público do passado. A escrita biográfica, portanto, é uma forma de escrita memorialística, que se concentra na recordação e narração de memórias pessoais, manifestando-se em autobiografias, biografias, diários, relatos pessoais entre outros.

As narrativas historiográficas, como as biografias, despertam sentimentos de identificação, pertencimento e curiosidade nos leitores. Quando o autor revela aspectos íntimos do biografado, mostrando-o como uma pessoa comum e ao mesmo tempo seus feitos profissionais, o leitor pode sentir que conhece bem a vida do biografado. No entanto, como aponta Pena (2004), a biografia oferece apenas uma reconstrução, um efeito de real.

Nesse mesmo sentido, Rondelli e Herschmann (2000) afirmam que a biografia se torna uma reunião de fragmentos dotados de sentidos, permitindo ao leitor elaborar uma imagem do biografado sob o ponto de vista do biógrafo. Contribuindo com esse entendimento, Le Goff (1994) destaca que os documentos e testemunhos do passado são seleções do historiador e não a verdade absoluta do passado, revelando e ocultando simultaneamente aspectos da vida do biografado.

Um leitor ingênuo pode não considerar tais fatores, não ter um conhecimento prévio sobre os fatos apresentados pela biografia, pode acreditar na transparência do texto, aderir ao projeto de escrita e internalizar os fatos como uma verdade inquestionável. Além disso, pode crer que aquela obra revela um sujeito por inteiro e toda uma vida, caindo na armadilha da ilusão biográfica (Bourdieu, 1986). Ainda nesse sentido, Lejeune (2008) defende a ideia de que o leitor precisa ler uma biografia considerando a intenção de quem a produziu. Aliado a essa questão, Peneff (1990) adverte a respeito de um traço recorrente nas biografias: a maioria das histórias de vida consiste em verdadeiras apologias:

Há uma tendência de escassez de atos errados ou imorais, de práticas injustas ou violentas, de comportamento fraudulento de quase todo o tipo da parte do biógrafo. A maior parte das histórias de vida tenta falar com uma única voz, sem contradições e sem oponentes. Partes quase inteiras da vida são deixadas de fora, especialmente, os episódios dolorosos ou questionáveis que poderiam trazer danos à imagem do biografado (Peneff, 1990, p. 38).

As biografias são escritas com intenções específicas, que podem variar desde exaltar até criticar, denunciar, renegar, louvar, santificar ou dessacralizar o biografado. Essas finalidades moldam a maneira como as histórias de vida, as experiências singulares e as trajetórias individuais são apresentadas, estabelecendo uma nova ordem na interpretação dessas vidas. Nesse contexto, a biografia é impulsionada por uma vontade de memória, um desejo de fixar a imagem do sujeito biografado sob uma luz particular, de acordo com a perspectiva da obra. Essa vontade reflete não apenas um esforço de memorialização, mas também um ato de interpretação, no qual a vida do sujeito é filtrada através das lentes do biógrafo, moldando a percepção do leitor sobre o biografado.

Portanto, a biografia se estabelece como um gênero que, ao narrar a vida de um indivíduo, faz mais do que contar fatos: ela engaja o leitor em um processo de compreensão e reflexão sobre as múltiplas camadas de significado que esses fatos podem assumir, influenciadas pelas intenções do autor. Entendendo que é impossível apreender o passado em sua totalidade, tentamos nos aproximar dele por meio das representações feitas. Precisamos nos lembrar de que cada uma dessas representações é feita a partir de óticas distintas, perpassadas por valores, crenças, ideologias etc. Dessa forma, se pegarmos cinco biografias diferentes de Getúlio Vargas e de Prestes, escritas por autores distintos, elas poderão ser semelhantes em alguns aspectos, como nomes e datas de fatos históricos, por exemplo, porém estes divergirão na maneira em que serão narrados.

Abreu-Aoki (2019) aponta que biografias que abordam personagens de tal envergadura político-histórica têm o potencial de se tornarem poderosos instrumentos políticos e modificadores da história. Isso se deve à capacidade dessas obras de influenciar a percepção pública e reinterpretar eventos e figuras históricas sob novas óticas, podendo até mesmo redefinir narrativas estabelecidas e promover novas compreensões sobre o passado. Ao contextualizar as trajetórias de Vargas e Prestes dentro das complexidades de suas respectivas épocas, essas biografias contribuem para uma compreensão mais matizada da história política brasileira, destacando não apenas as ações e decisões dessas figuras, mas também suas motivações, dilemas e o legado deixado por elas.

As biografias *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro* e *Getúlio Vargas, meu Pai* imergem profundamente no discurso político e histórico brasileiro, ao trazerem para o primeiro plano figuras marcantes do cenário político do século XX no Brasil. Essas obras não apenas narram as vidas dessas personalidades, mas também oferecem um panorama rico sobre os contextos políticos e sociais em que essas personagens estiveram inseridas, contribuindo significativamente para a reconstituição da memória e da história nacional.

A observação de Fernando Moraes, destacada na contracapa da biografia de Prestes, ressalta que “a obra transcende a figura de Luiz Carlos Prestes ou a do Partido Comunista Brasileiro (“Partidão”), oferecendo, na verdade, uma perspectiva ampliada sobre o Brasil”. Esta abordagem ecoa a ideia de que biografias de figuras marcantes podem servir como veículos para explorar e narrar aspectos da história nacional que, muitas vezes, não são abordados nos currículos escolares tradicionais. Essa perspectiva se alinha à discussão anterior sobre o potencial das biografias como instrumentos políticos e modificadores históricos, enfatizando que a vida de um indivíduo pode refletir e elucidar dinâmicas sociais e políticas mais amplas.

A mesma lógica aplicada à biografia de Prestes pode ser estendida à obra *Getúlio Vargas, meu Pai* de Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Através da trajetória pessoal de Getúlio Vargas, a autora proporciona um olhar sobre os eventos históricos e as transformações políticas do Brasil no século XX, oferecendo uma perspectiva única sobre o país e sua evolução. Abreu-Aoki (2013) adverte que a apreensão do passado em sua totalidade é uma tarefa impossível e que as tentativas de reconstrução desse passado são realizadas por meio de representações discursivas, cada uma delas carregada de uma perspectiva particular. Isso sublinha a natureza construída e interpretativa da história, onde cada narrativa histórica ou biográfica é influenciada pelas visões e intenções de quem a escreve, moldando assim a maneira como o passado é compreendido e transmitido.

Portanto, ao abordar biografias como as de Prestes e Vargas, é crucial reconhecer que elas não apenas documentam a vida de indivíduos, mas também oferecem uma janela para a história e a identidade nacionais, refletindo as diversas camadas e interpretações que compõem o mosaico da história brasileira.

A narrativa biográfica, conforme discutido por Arfuch (2005), oscila delicadamente entre as esferas íntima, privada e pública. Arfuch (2010) descreve o íntimo como a parte mais profunda do ser, aquela que toca o inexprimível e se alinha com o conceito de segredo. O privado, embora englobe o íntimo, é descrito como um domínio menos confinado, mais propenso à partilha. O gênero biográfico, portanto, abarca tanto o íntimo quanto o privado, entrelaçados às narrativas de vida, sem excluir a dimensão pública. Nas duas biografias, a proximidade das autoras, filhas dos biografados, potencializa a exploração da intimidade, enriquecendo a narrativa com uma perspectiva supostamente singular.

Ademais, esses textos visam cristalizar uma imagem dos biografados. Em *Getúlio Vargas, meu Pai*, o propósito de resgatar uma memória anteriormente silenciada é evidenciado já nos *Agradecimentos* do livro, onde a autora menciona “Por aqueles que me censuraram e moderaram meus arroubos político-sentimentais?” (Peixoto, 1960, p. 18), bem como em:

A História conta a história de vários tiranos muito mais democratas do que muitos presidentes eleitos com o respectivo ‘congresso carneiro’ em pleno funcionamento. Queria saber por que não fizeste realizar o plebiscito para dar a essa Constituição foros de estabilidade, de legalidade. Estou cansada dessa história de só te chamarem ‘ditador’, ‘usurpador’, ‘continuista’, ‘oportunista’, com ares não sei se de inveja ou de desprezo” (Peixoto, 1960, p. 314, grifos nossos).

que sugere a intenção de reabilitar a imagem do pai, atenuando, particularmente, as percepções sobre seu autoritarismo e caráter ditatorial. No trecho escolhido, a expressão “Estou cansada” pode evocar uma resposta emocional do leitor, reforçando o propósito de humanizar e suavizar a figura de Vargas através da perspectiva pessoal e emotiva da autora.

Similarmente, em *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*, Anita Prestes (2015, p. 15) busca resgatar uma memória esquecida: “eis a razão por que recorreram sempre ora às calúnias contra o líder comunista, ora ao silêncio ou à falsificação de sua trajetória como forma de apagar o legado do Cavaleiro da Esperança da memória das novas gerações de brasileiros”. Esse trecho sugere um esforço para combater o estereótipo negativo associado aos comunistas no imaginário social brasileiro, ao desmontar a construção vilanizada do comunista e realçar seus princípios. Assim, a obra visa não apenas esclarecer, mas também valorizar os ideais pelos quais Prestes lutou, contrapondo-se às narrativas que buscam minimizar sua importância histórica e ideológica.

É o momento em que Prestes repele a perspectiva de tornar-se uma liderança a serviço dos interesses das elites oligárquicas e/ou burguesas, optando pelo compromisso com os “de baixo”, os explorados e os oprimidos, os trabalhadores. Prestes adota, então, o marxismo como teoria norteadora de sua vida e o comunismo como objetivo ao qual se consagraria até o final de seus dias. (Anita Prestes, 2015, p. 17, grifos nossos).

A perspectiva adotada nas biografias é evidenciada desde os títulos. Alzira opta por uma abordagem que antecipa uma narrativa afetiva, centrada na relação entre pai e filha, como se depreende do título *Getúlio Vargas, meu Pai*, em que o destaque para o pronome possessivo em primeira pessoa do singular sublinha a intimidade e o vínculo pessoal entre a autora e o biografado. Como pode ser visto no fragmento a seguir:

Este não é o livro esperado.

A história das grandes pequenezas e das pequenas grandezas que se cometeram durante um “curto período” da vida brasileira, examinada à luz de documentos.

Esse, alguém o fará um dia se a coragem me faltar.

Este é, apenas, o livro de minha saudade. (Peixoto, 1960, p. 19, grifos nossos).

Contudo, conforme argumenta Abreu-Aoki (2013), Alzira enfatiza significativamente, em seu empreendimento biográfico, a figura de Getúlio Vargas como estadista, o que desvela o propósito político subjacente à obra. Já no livro de Anita, notamos a inclusão de “um comunista brasileiro” no título estabelece imediatamente uma perspectiva política sobre o biografado, enquanto o uso da terceira pessoa indica um distanciamento analítico do objeto escrito. Anita Prestes (2015) destaca que sua biografia é fruto de extensa pesquisa histórica sobre a atuação política de Luiz Carlos Prestes e a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB), evidenciando a conexão intrínseca entre os dois, especialmente a partir dos anos 1930.

A noção de intimidade discutida por Arfuch (2005, p. 242), “é sem dúvida um campo indiscutivelmente percorrido em sua totalidade por uma diversidade de enfoques e

experimentações, que se estendem desde o científico ao abjeto, abrangendo a literatura, as artes visuais, o cinema, o teatro, os meios de comunicação e, naturalmente, as práticas e rotinas diárias”¹.

Arfuch (2008) destaca ainda que, no âmbito das narrativas (auto)biográficas e de memória, manifesta-se um “efeito de real” que sugere uma autenticidade testemunhal, evidenciada por declarações como “isso (me) ocorreu” e “fui/sou uma testemunha”. Esta abordagem reforça o valor expressivo e a importância do ponto de vista da testemunha, embora, conforme aponta Derrida² (1995 [1996]) citado por Arfuch (2010), “não há nenhuma testemunha para a testemunha”, sublinhando a singularidade e a intransferibilidade da experiência testemunhal.

Nas obras analisadas neste estudo, que possuem uma natureza historiográfica, há um potencial particular para despertar o interesse, a curiosidade e até mesmo sentimento de identificação e pertencimento por parte dos leitores. Esse efeito é particularmente notável quando o autor se propõe a revelar aspectos menos conhecidos de suas figuras centrais, desvendando detalhes sobre a vida íntima e apresentando a personagem de maneira mais humanizada. Abreu-Aoki (2019, p. 179) observa, essa aproximação ocorre especialmente quando o narrador busca “despir sua personagem da exterioridade já conhecida”, trazendo à luz novos aspectos sobre sua vida pessoal, ao mesmo tempo em que destaca suas conquistas profissionais e êxitos, aproximando o biografado do leitor ao retratá-lo como um indivíduo comum dotado de realizações notáveis.

É justamente por meio do processo narrativo que os seres humanos se imaginam a si mesmos — também enquanto leitores/receptores — como sujeitos de uma biografia, cultivada amorosamente através de certas “artes da memória”. Mas essa biografia nunca será “unipessoal”, embora possa adotar tons narcísicos; envolverá necessariamente a relação do sujeito com seu contexto imediato, aquele que permite se situar no (auto) reconhecimento: a família, a linhagem, a cultura, a nacionalidade. Nenhum autorretrato, então, poderá se desprender da moldura de uma época e, nesse sentido, falará também de uma comunidade (Arfuch, 2010, p. 140-141).

Assim, a escrita biográfica é um processo complexo que envolve a seleção subjetiva de fatos e a construção de uma narrativa que reflete tanto a vida do biografado quanto a perspectiva e as intenções do biógrafo. As biografias, portanto, são representações editadas da realidade, oferecendo uma visão parcial e interpretativa do passado.

Compreendemos, então, que a reconstituição do passado, dentro espaço biográfico, pode ser produzida no e pelo plano discursivo. Ao ser intrinsecamente atravessada pelo viés

¹ Tradução nossa do original: “es hoy sin duda un terreno transitado hasta la saturación por todo tipo de tematizaciones y experimentaciones, de lo científico a lo abyecto, de la literatura a las artes visuales, el cine, el teatro, los medios de comunicación y, por supuesto, los usos y costumbres cotidianos”.

² Aludimos aqui à conferência de Jacques Derrida em Buenos Aires em novembro de 1995, “Parler pour l'étranger”, em que analisou a figura da testemunha a partir de Paul Célán, publicada em *Diário de Poesía*, Buenos Aires, 1996, n. 39, pp. 18-9.

discursivo, a biografia configura-se em um objeto singular para a análise da materialidade discursiva e os sentidos produzidos a partir dela. Nessa conjuntura, a próxima seção dedicará-se à elucidação, em especial, dos Modos de Organização Descritivo e Narrativo, tendo em vista que são as categorias recorrentes em nossos corpora.

2 Os Modos de Organização do Discurso

Charaudeau (2009) identifica quatro modos principais de organização da matéria linguística, cada um correspondendo a uma finalidade comunicativa distinta: o modo Enunciativo, o modo Descritivo, o modo Narrativo e o modo Argumentativo. Esses modos se alinham com o propósito do enunciador, seja ele enunciar, descrever, narrar ou argumentar, estabelecendo os fundamentos para a produção de sentido. Cada modo possui uma função fundamental que reflete a intenção discursiva do locutor. Além disso, cada modo é regido por um princípio de organização que se desdobra em duas categorias: uma que propõe a estruturação do mundo referencial, influenciando as lógicas de construção desses mundos; e outra que se ocupa da encenação desse mundo no discurso.

Os modos de organização do discurso não operam de maneira rígida ou isolada, possibilitando assim que o sujeito faça uso deles de forma conjunta ou combinada, conforme as possibilidades discursivas disponíveis. Os modos não são completamente separados entre si, interligando-se e mesclando-se no desenvolvimento dos textos. O sujeito pode utilizar um ou mais modos, ou até mesmo uma combinação deles, dependendo do espaço de manobra que possui. Cada modo propõe, à sua maneira, a organização do mundo referencial, permitindo que uma *mise en scène* original dê lugar a uma *mise en description*, *mise en narration* ou, ainda, *mise en argumentation*.

Neste estudo, daremos especial atenção aos modos Descritivo e Narrativo, dada a natureza dos nossos corpora que envolve narrativas de vida e a construção de imagens, fazendo com que estes modos se destaquem. Assim, uma análise mais detalhada desses modos será apresentada nas próximas seções. É importante mencionar também que o modo Enunciativo permeia e influencia os demais modos de organização, atuando na configuração da encenação discursiva, razão pela qual receberá atenção específica nesta análise.

O modo Enunciativo, conforme definido por Charaudeau (2009) destaca-se por sua capacidade de elucidar a posição do locutor em relação ao seu interlocutor, a si próprio e a terceiros, formando assim um sistema enunciativo. Esse modo é descrito como uma categoria de discurso que enfatiza como o sujeito falante se posiciona na encenação do ato comunicativo.

Dentro do contexto de uma situação comunicativa, são estabelecidas identidades sociais e psicológicas para os envolvidos, bem como identidades linguisticamente específicas, cada uma com suas particularidades:

- As identidades sociais e psicológicas são designadas aos participantes do ato de linguagem, que, embora externos ao ato, estão nele imersos e definidos por uma série de características identitárias. Esses participantes incluem o locutor-emissor, responsável pela produção do ato comunicativo, e o interlocutor-receptor, que recebe, interpreta e responde ao discurso.
- As identidades linguísticas, por outro lado, são atribuídas aos agentes de enunciação, ou seja, aos indivíduos que desempenham papéis na linguagem dentro do próprio ato comunicativo. Esses agentes são o Enunciador, que pode intervir ou se omitir no discurso, e o Destinatário, que é posicionado pelo locutor dentro do discurso.

O modo Enunciativo desempenha três funções cruciais: estabelece uma dinâmica de influência entre o locutor e o interlocutor através de um comportamento alocutivo; expressa o ponto de vista do locutor por meio de um comportamento elocutivo; e incorpora a voz de um terceiro em um comportamento delocutivo.

Essas funções sublinham a complexidade do modo Enunciativo, ressaltando sua importância na análise discursiva, especialmente no que tange à construção de significados e à interação entre os participantes da comunicação.

O modo Descritivo engaja-se primordialmente na tarefa de descrever. Esta atividade é caracterizada por uma observação detalhada do mundo, que, ao nomear, localizar e qualificar os elementos, confere-lhes existência e singularidade. A descrição pausa o fluxo do tempo para examinar e retratar os seres e objetos em sua especificidade.

O processo de nomear implica reconhecer e distinguir um ser ou objeto, atribuindo-lhe uma denominação que reflete tanto suas características únicas quanto suas semelhanças com outros da mesma categoria. Esta ação é fundamental para a descrição, pois é por meio da nomeação que se dá existência ao descrito, inserindo-o em um sistema de classificação que é, por natureza, subjetivo e dependente da percepção do observador.

O localizar/Situar, envolve definir o espaço e o tempo habitados pelo sujeito da descrição. Este aspecto é intrinsecamente ligado à nomeação, visto que a compreensão de um ser ou objeto é influenciada por seu contexto espaço-temporal. A localização contribui para a construção de um cenário em que os elementos descritos são contextualizados, enriquecendo a descrição com informações sobre onde e quando se situam.

A qualificação complementa o ato de descrever ao atribuir características e propriedades específicas aos seres e objetos nomeados e situados, aprofundando a compreensão sobre suas essências e distintividades.

Esse modo de organização do discurso — o descritivo —, é, portanto, essencial para a construção de textos que visam retratar de maneira detalhada e precisa os elementos do mundo, permitindo ao leitor visualizar e compreender as particularidades do que está sendo descrito.

Já processo de qualificar, no âmbito do modo Descritivo, é um ato complexo que transita entre a objetividade e a subjetividade, envolvendo a atribuição de características particulares aos seres descritos. Essa atribuição confere uma dimensão única e personalizada aos objetos ou sujeitos da descrição, refletindo a perspectiva individual do sujeito falante.

Charaudeau (2009) enfatiza que a qualificação é uma expressão do desejo do sujeito falante de apreender e possuir o mundo à sua volta. Através desse processo, o sujeito não apenas identifica e situa os seres dentro de um contexto espaço-temporal, mas também os dota de qualidades que os tornam únicos e significativos. Esta etapa da descrição é fundamental para a construção de um retrato vívido e detalhado, pois é por meio da qualificação que se atribui substância e forma aos seres, de acordo com a visão e interpretação pessoais do observador.

A qualificação, portanto, é um ato que engloba tanto a racionalidade quanto as sensações e emoções do sujeito falante, tornando a descrição um reflexo de sua compreensão e experiência do mundo. Isso implica que a descrição não é apenas um registro neutro da realidade, mas também uma interpretação carregada de valores pessoais e culturais, que revela tanto sobre o objeto descrito quanto sobre o próprio descritor. Este entendimento sobre o papel da qualificação no Modo Descritivo proporciona uma visão mais abrangente sobre como a descrição pode ser utilizada para expressar uma percepção pessoal e subjetiva do mundo.

É fundamental observar que a atividade de descrever mantém uma conexão intrínseca com a atividade de narrar, estabelecendo uma inter-relação significativa entre o modo Descritivo e o modo Narrativo. Essa relação decorre do fato de que, ao descrever, o sujeito muitas vezes contextualiza os elementos dentro de uma sequência de eventos ou um enredo, aproximando-se, assim, do ato de contar uma história.

O modo Descritivo, ao detalhar cenários, personagens, objetos e atmosferas, fornece o pano de fundo e a profundidade necessária para que o modo Narrativo possa desenvolver a trama de maneira rica e envolvente. Da mesma forma, a narração frequentemente emprega descrições para enriquecer a narrativa, tornando os eventos e personagens mais vívidos e tridimensionais para o leitor ou ouvinte.

Portanto, embora distintos em suas funções primárias — com o modo Descritivo focado na representação detalhada de elementos e o modo Narrativo centrado na sequência de ações e eventos —, ambos os modos se complementam e se entrelaçam na prática discursiva. A habilidade de empregar eficazmente ambos os modos são cruciais para a criação de textos ricos e envolventes, seja em literatura, jornalismo, histórico ou em qualquer outro campo que dependa da articulação efetiva de informações e histórias.

O modo Narrativo é distinguido como um elemento estrutural dentro do amplo espectro da narrativa. Enquanto a narrativa em si constitui um conjunto abrangente, o modo narrativo serve para estruturar essa totalidade, organizando-a de forma específica. Interessante notar que este modo não se restringe exclusivamente a gêneros discursivos predominantemente narrativos, podendo ser empregado de maneira secundária em outros gêneros.

Charaudeau (2009) esclarece que o modo Narrativo é responsável por ordenar os acontecimentos de forma sequencial e contínua, estabelecendo uma progressão de ações que se influenciam mutuamente, culminando em uma cadeia de eventos. Essa organização sucessiva confere à narrativa uma lógica interna, cuja coerência é assegurada pelo delineamento claro de um início e um término.

Essa configuração permite que a narrativa desenvolva uma trama coesa, na qual cada ação desempenha um papel específico dentro do enredo, contribuindo para o avanço da história. O fechamento da narrativa, marcado pela conclusão dos eventos, é fundamental para conferir sentido e integridade ao relato, assegurando que o leitor ou ouvinte compreenda a totalidade da história dentro dos parâmetros estabelecidos pelo início e fim.

Na lógica narrativa, conforme Charaudeau (2009) expõe, identificam-se três componentes fundamentais: actantes, processos e sequências. Os actantes são elementos que desempenham papéis essenciais relacionados à ação da narrativa, enquanto os processos conectam esses actantes, conferindo uma direção funcional às suas ações. As sequências, por sua vez, amalgamam actantes e processos em uma finalidade narrativa, seguindo princípios de organização específicos. Neste estudo, a ênfase recai sobre a categoria dos actantes, destacando sua importância e papel dentro da estrutura narrativa.

Os actantes, em sua função narrativa, estão vinculados ao cumprimento de papéis específicos dentro do discurso, diferindo da categoria linguística de agentes de ação. Uma distinção crucial é estabelecida entre actantes e personagens: um actante, ao assumir um determinado papel narrativo, pode ser representado por diversos tipos de personagens, seja de forma sucessiva, alternada ou simultânea, conforme elucidado por Abreu-Aoki (2012).

Este conceito permite uma flexibilidade na composição narrativa, onde o papel de um agente-agressor, por exemplo, pode ser desempenhado por variados entes, como policiais, estudantes ou grupos políticos, demonstrando a versatilidade e a dinâmica dos papéis narrativos. Um personagem pode, dentro do mesmo enredo, assumir múltiplos papéis narrativos e, conseqüentemente, ocupar diferentes posições de actantes, enriquecendo a trama e aprofundando a complexidade das relações e eventos narrados.

A estruturação dos actantes narrativos implica uma hierarquização que se estende tanto à sua natureza quanto à sua importância dentro da narrativa. Esta organização distingue um actante que protagoniza a ação, outro que é impactado por essa ação e, circundando esses elementos centrais, encontram-se os circunstantes, que complementam o contexto e a dinâmica das interações. Ademais, os actantes são categorizados em principais, que são fundamentais para o desenvolvimento da trama, e secundários ou satélites, que desempenham papéis complementares.

Nas biografias escritas por Peixoto (1960) sobre Getúlio Vargas e por Anita Prestes (2015) sobre Luiz Carlos Prestes, uma análise atenta pode revelar como as imagens dessas figuras históricas foram moldadas. Utilizando-se dos Modos de Organização do Discurso de

Charaudeau (2009), particularmente os modos Descritivo e Narrativo, é possível discernir as técnicas empregadas para construir tais imagens, considerando as relações de interesse que permeiam a escrita biográfica. Essas relações de interesse não somente influenciam a narrativa, mas também se manifestam linguisticamente, refletindo nas projeções de imagens que as autoras almejam cristalizar por meio de suas obras.

Este enfoque nos permite entender como as biografias, enquanto gênero, funcionam não apenas como registros factuais, mas também como meios pelos quais os biógrafos, com suas escolhas narrativas e descritivas, podem influenciar a percepção dos leitores sobre os biografados. O próximo tópico abordará de forma mais aprofundada os aspectos inerentes ao gênero biográfico, explorando como essas técnicas narrativas e descritivas contribuem para a construção da imagem dos personagens históricos nas biografias.

3 O retorno à infância nas biografias de Prestes e Getúlio

Charaudeau (2009) destaca que a Denominação, seja por meio de nomes comuns ou próprios, é uma técnica linguística crucial para o ato de Nomear. Em *Getúlio Vargas, meu Pai* (Peixoto, 1960), a autora frequentemente se refere a Getúlio Vargas como “papai” e menciona o pai de Getúlio como “vovô Vargas” (Manuel do Nascimento Vargas), introduzindo uma camada de intimidade e confidencialidade na narrativa. Essa escolha de palavras tende a aproximar o leitor, fomentando uma conexão pessoal e uma identificação mais profunda com as figuras retratadas.

Por outro lado, em *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro* (Anita Prestes, 2015), a autora prefere utilizar nomes próprios como “Luiz Carlos Prestes”, “Prestes”, “Leocádia Felizardo Prestes” (mãe de Prestes) e “Joaquim José Felizardo” (avô materno de Prestes), adotando uma abordagem mais formal na denominação das personagens. Esse método contribui para uma percepção de distanciamento ou formalidade na apresentação dos indivíduos, o que pode influenciar a maneira como o público interpreta e se relaciona com o conteúdo da biografia.

Essa diferença nas estratégias de denominação reflete distintas abordagens discursivas adotadas pelas autoras, cada uma buscando engajar o leitor de maneira específica, seja por meio da familiaridade e intimidade, seja pela formalidade e respeito às figuras históricas retratadas.

A utilização de nomes próprios, datas e localizações, elementos que podem ser corroborados historicamente, é um recurso empregado para conferir objetividade ao discurso. Conforme Abreu-Aoki (2013) aponta, tais elementos não apenas estabelecem uma perspectiva objetiva, mas também criam um “efeito de real” no texto, reforçando sua credibilidade. Em ambas as biografias, essa técnica é amplamente utilizada, reforçando a noção de autenticidade dos eventos narrados. A inserção desses dados factuais contribui significativamente para a construção de uma sensação de “veracidade” em torno dos relatos sobre Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes.

Essa estratégia permite que a credibilidade atribuída aos fatos históricos se estenda às representações de Getúlio e Prestes, fortalecendo a imagem que os autores desejam projetar de suas figuras. Dessa forma, o uso cuidadoso de informações verificáveis não só enriquece a narrativa com detalhes concretos, mas também auxilia na legitimação das interpretações e percepções dos biografados, moldadas pelos autores.

Em *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*, a reconstrução das origens familiares de Luiz Carlos Prestes é minuciosamente abordada, com um capítulo dedicado especialmente a este tema, estruturado a partir de uma genealogia detalhada. Ao trazer à tona figuras da saga familiar do biografado, na obra de Anita Prestes (2015), Anita emprega personagens secundários ou satélites — como pai, mãe, avós maternos e paternos — para reforçar uma imagem positiva de Prestes, destacando as qualidades progressistas desses familiares.

Um exemplo notável é a descrição do avô materno de Prestes, Joaquim José Felizardo, caracterizado como um próspero comerciante de Porto Alegre, membro da maçonaria, abolicionista e republicano, descrito como “um homem avançado para a época”. A menção à família Felizardo, reconhecida na cidade pelos seus valores culturais e humanistas, não apenas enaltece o contexto familiar em que Prestes foi criado, mas também serve para qualificar o biografado indiretamente, sugerindo que suas convicções e atitudes foram influenciadas por um ambiente familiar comprometido com ideais nobres. Como pode-se notar no fragmento a seguir:

O avô materno de Luiz Carlos Prestes, Joaquim José Felizardo, um próspero comerciante de Porto Alegre, pertencia à maçonaria, era abolicionista e republicano; também foi um homem avançado para a época. A família Felizardo se tornara conhecida na cidade por cultivar valores culturais e humanistas. A esposa de Joaquim José, Ermelinda Ferreira de Almeida Felizardo, descendia da aristocracia portuguesa, mas se distinguia por ser uma pessoa de ideias abertas, que partilhava plenamente dos ideais de justiça social abraçados pelo marido (Anita Prestes, 2015, p. 21).

Esse recurso narrativo não só enriquece a biografia com detalhes históricos e contextuais, mas também contribui para a construção de uma narrativa que posiciona Luiz Carlos Prestes como herdeiro de uma tradição familiar de vanguarda, fortalecendo a percepção de sua figura histórica de maneira positiva.

Leocadia Felizardo Prestes, mãe de Luiz Carlos Prestes, é retratada na biografia como uma figura exemplar de progressismo, destacando-se por sua natureza politizada, cultura avançada e preocupação com o bem-estar de seus filhos, distinguindo-se das mulheres de seu tempo. Essa caracterização estabelece Leocadia como um pilar fundamental na formação de Prestes, sugerindo que as virtudes e o engajamento político de Prestes são reflexos diretos da influência materna. Como visto em: “Diferentemente das moças e das senhoras de seu tempo e sua posição social, Leocadia lia e comentava os jornais, assumia posições políticas e as defendia com ardor” (Anita Prestes, 2015, p. 22) e em:

Leocadia Felizardo Prestes, a mãe de Prestes, mulher avançada e culta, ainda muito jovem, escandalizou a família ao revelar o desejo de ser professora e trabalhar fora, o que naqueles tempos era impensável para uma moça de seu nível social. Desde cedo, Leocadia manifestou pendor pelas artes, pela literatura-e também pela política, interesse que, mais tarde, transmitiu aos filhos (Anita Prestes, 2015, p. 22).

A obra menciona explicitamente que, influenciado pela mãe, Prestes desenvolveu desde cedo uma inclinação para se posicionar ativamente em questões políticas, tanto no âmbito nacional quanto internacional, rejeitando a passividade diante dos acontecimentos políticos. Essa passagem reforça a ideia de que as qualidades e convicções de Prestes não apenas derivam de seu contexto familiar, mas também são um legado direto da educação e dos valores transmitidos por sua mãe.

Portanto, a biografia escrita por Anita não apenas celebra as realizações pessoais de Luiz Carlos Prestes, mas também atribui grande parte de seu caráter e princípios às figuras parentais, especialmente sua mãe, que é apresentada como uma mulher à frente de seu tempo e uma influência determinante na trajetória do filho.

Gaudencio (2022, p. 70), em seu artigo “Nas terras do sul nasce o herói: origens e ascendências nas narrativas biográficas de Luiz Carlos Prestes”, destaca o uso de uma “memória positiva” nas biografias, que visa enfatizar atributos admiráveis como humanismo e nobreza, ao passo que minimiza ou omite falhas como arrogância ou prepotência. Esse enfoque não apenas realça a influência e ascendência no biografado, mas também contribui para construir uma imagem de Luiz Carlos Prestes como uma figura de destaque e potência. Tal representação é pensada para reverberar positivamente no contexto político brasileiro, enfatizando o impacto e o legado de Prestes de maneira favorável.

Em *Getúlio Vargas, meu Pai*, a influência familiar é fortemente associada à figura do pai de Getúlio, Manuel do Nascimento Vargas, especialmente em relação à carreira militar. “Havia sorvido dos lábios de seu pai todas as reminiscências dos combates e entreveros em que tomara parte. O velho Vargas entrara como cabo, o cabo Vargas, e saíra general.” (Peixoto, 1960, p. 23). A biógrafa relata em “Acalentava um sonho: ser militar como o pai.” (Idem, p. 24) como Getúlio foi inspirado pelas histórias de combate do pai, que começou como cabo e ascendeu a general, alimentando o desejo de Getúlio em seguir a carreira militar. A narrativa também destaca atributos como obediência, disciplina e ordem, enfatizados por um elogio direto de Manuel a Getúlio, evidenciando o orgulho paterno pelo comportamento exemplar do filho desde a tenra idade. “Vovô Vargas tinha por papai um carinho particular. Era com orgulho que dizia: ‘O Getúlio foi o filho que deu menos trabalho quando rapaz’” (Peixoto, 1960, p. 33).

Essas passagens sugerem que as virtudes associadas a Getúlio Vargas, tais como disciplina e um senso de ordem, foram influenciadas e cultivadas desde cedo em seu ambiente familiar, particularmente pelo exemplo e expectativas do pai. A biografia, ao evocar essas memórias, não apenas honra a figura paterna, mas também estabelece um pano de fundo que contextualiza e enriquece a compreensão das motivações e do caráter de Getúlio Vargas.

Em contraste com a biografia de Prestes, em *Getúlio Vargas, meu Pai* (1960), sua biógrafa ressalta a importância do Rio Grande do Sul como lugar de origem de Getúlio Vargas, destacando como essa proveniência influencia a caracterização dos indivíduos que compartilham a mesma origem. A obra de Peixoto sugere que as raízes gaúchas de Getúlio desempenham um papel significativo na formação de sua identidade e valores, bem como na percepção e qualificação de sujeitos similares, enfatizando as características culturais e os traços de personalidade típicos dessa região.

A cultura regional do Rio Grande do Sul é um elemento central na construção da identidade de Getúlio em *Getúlio Vargas, meu Pai*, ressaltando a importância da terra natal, da nação e da nacionalidade na formação do sujeito. A obra destaca como a interação de Getúlio com seus conterrâneos e o apreço pelas tradições culturais locais contribuem para moldar sua imagem como uma pessoa próxima do povo e das raízes populares. Peixoto (1960) aponta que Getúlio valorizava as narrativas oriundas de pessoas comuns, como os peões da estância onde vivia, evidenciando uma simplicidade e uma valorização do homem do campo.

Ela ilustra essa conexão com a cultura gaúcha ao descrever como Getúlio era influenciado pelo “minuano”, vento característico da região, que lhe trazia as lendas e tradições do Rio Grande durante suas cavalgadas solitárias. Essa imersão nas heranças culturais e na simplicidade do cotidiano rural reforça a imagem do estadista como uma figura enraizada em seu contexto cultural e sensível às expressões populares de sua região.

Neste contexto, a noção de localização transcende a simples ideia de localizar ou situar, incorporando as “visões romantizadas da terra natal”³ (Arfuch, 2005). O lugar de origem de Getúlio Vargas exerce um papel fundamental em sua constituição enquanto indivíduo, moldando uma imagem positiva associada à figura de liderança que ele viria a assumir na vida adulta. Essa representação é enriquecida pelas referências à cultura e às tradições do Rio Grande do Sul, conferindo a Vargas uma aura de potência e autenticidade.

Nos *corpora* analisados, as passagens que remetem aos estudos dos biografados projetam uma imagem de competência. As autoras escolhem lembranças que destacam Prestes e Vargas em seus ambientes educacionais, ressaltando suas realizações e o lugar de destaque que ocupavam em suas trajetórias escolares. No caso de Getúlio Vargas, a escola será mencionada apenas quando ele tinha 15 anos, por isso será explorado com mais detalhes adiante, ao examinar a juventude dos biografados nas obras.

Na biografia de Luiz Carlos Prestes, a narrativa destaca o empenho de sua mãe, Leocadia, que culmina na entrada de Prestes no Colégio Militar em 1909, após ele ter sido aprovado no concurso de 1908, mas inicialmente não matriculado. Esse episódio posiciona Prestes não apenas como vítima de uma situação pontual, mas também de um sistema mais amplo, caracterizado por favorecimentos baseados em laços familiares militares, conforme

³ Tradução nossa do original: “semblanzas idealizadas de la tierra natal”.

Anita destaca ao mencionar que “na prática só eram matriculados os filhos de coronéis e os netos de generais” (Anita Prestes, 2015, p. 25). Esta situação ressalta as barreiras e injustiças enfrentadas por Prestes, reforçando sua imagem como alguém que supera adversidades sistêmicas desde cedo, como apontado no fragmento a seguir:

No Colégio Militar, por vontade de Leocadia, Prestes era aluno externo, mas, para diminuir a despesa em casa, almoçava e jantava no colégio. Sua vida contrastava com a dos colegas, filhos de coronéis, que lhe diziam não entender por que, sendo externo, ele fazia as refeições lá, onde a comida era horrível. Ciente da situação de sua família, o menino calava. No curso primário do Colégio Militar, cujo ensino era deficiente, ele encontrou dificuldades em acompanhar as aulas e, no final do ano, suas notas eram insatisfatórias. Porém, tendo adoecido e permanecido em casa durante um mês, estudou com a ajuda da mãe e, ao prestar os exames finais, foi aprovado. Foi também promovido a cabo, pois os alunos, à medida que avançavam no curso, tinham graduação até tenente-coronel. (Anita Prestes, 2015, p. 25 – grifo nosso).

Anita, ao narrar a trajetória de Luiz Carlos Prestes, posiciona-o como um actante narrativo ativo, sugerindo que desde cedo ele se moldou como arquiteto de seu próprio destino, cheio de glórias e desafios, graças à sua competência intrínseca. O uso de discurso direto, particularmente a citação de uma carta enviada a sua avó Ermelinda aos 14 anos, não apenas cria um “efeito de real” na narrativa, mas também estabelece a avó como testemunha dessa determinação juvenil. Essa passagem, onde Prestes expressa: “Tenho muita vontade de estudar, pois meu maior desejo é chegar a conquistar uma posição somente pelo meu merecimento próprio. Só assim poderei ser útil aos que me são caros, mas também aos meus semelhantes e mais ainda à minha amada Pátria.” (Anita Prestes, 2015, p. 25), reitera o papel proativo de Prestes na construção de sua trajetória, marcada por um compromisso profundo com o mérito pessoal, a utilidade social e o patriotismo.

A figura de líder é projetada nas relações familiares de Luiz Carlos Prestes desde a sua infância, como indicado quando ele assumiu responsabilidades de patriarca após a morte do pai: “órfão de pai, o menino cresceu num ambiente de privações, em que teve de assumir as atribuições de chefe de família.” (Anita Prestes, 2015, p. 24).

Notamos que as representações biográficas, feitas para Getúlio Vargas e para Luiz Carlos Prestes, na fase da juventude, continuam a ser moldadas com um enfoque similar ao empregado na descrição de suas infâncias. Esse direcionamento visa enfatizar a formação e o fortalecimento de suas imagens como líderes dotados de competência e influência. Especificamente para Getúlio Vargas, ressalta-se a ideia de uma predestinação ao significativo papel que ambos assumiriam em suas trajetórias adultas. Todavia, pela limitação da presente contribuição, esses aspectos serão tratados em outra oportunidade.

Consoante à análise efetuada, evidencia-se que as construções biográficas concernentes a Luiz Carlos Prestes e Getúlio Vargas foram meticulosamente arquitetadas para conferir aos biografados representações positivas, as quais se alinham aos propósitos delineados pelas autoras. A caracterização dessas eminentes figuras no panorama político nacional elucida tanto

aspectos de similaridade quanto de discrepância nas estratégias de abordagem adotadas por cada uma das biógrafas. Nas Considerações Finais subseqüentes, serão sintetizados os aspectos centrais abordados e as inferências extraídas do estudo em questão.

Considerações finais

A análise das biografias de Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes, centrada nas representações de suas infâncias, desvendou a intrincada relação entre linguagem e narrativa no processo de construção biográfica. As biógrafas, Anita Leocadia Prestes e Alzira Vargas do Amaral Peixoto, utilizam um léxico que transcende a mera narração de eventos históricos, articulando, ademais, juízos de valor e perspectivas discursivas. Estas, por sua vez, podem influenciar significativamente a percepção pública destas figuras históricas.

Este estudo destacou como as linguagens em contextos textuais, enunciativos e discursivos são instrumentalizadas para conferir aos biografados uma aura de liderança, competência e, no caso de Getúlio Vargas, uma espécie de predestinação para os papéis históricos que desempenharam. Essa escolha narrativa reflete um diálogo entre o texto e seu contexto, entre o enunciador e o enunciatário, em que a linguagem não é apenas um veículo de comunicação, mas também um ato de influência e construção identitária.

No âmbito dos estudos textuais, enunciativos e discursivos, as biografias examinadas constituem um terreno fértil para a pesquisa sobre o impacto das escolhas linguísticas e discursivas na construção da imagem pública de personalidades históricas. É essencial, portanto, reconhecer a biografia não apenas como um repositório de memórias, mas também como um instrumento ativo na formação destas. Lembramos que Derrida (1997, p. 24, mencionado por Arfuch, 2005, p. 267) ilustrou esse conceito ao afirmar que “a arquivização produz, tanto quanto registra, o evento”⁴.

O uso da linguagem, com suas nuances e potencialidades, emerge como um elemento central na articulação entre a vida pessoal dos biografados e suas representações públicas. As biografias de Vargas e Prestes, ao entrelaçarem o íntimo e o político, o pessoal e o histórico, oferecem uma perspectiva única sobre as dinâmicas que moldaram o Brasil contemporâneo, destacando a indissociável conexão entre a vida individual e os movimentos coletivos da história.

Assim, as considerações finais deste trabalho apontam para a importância de uma abordagem multidisciplinar que integre os estudos linguísticos, textuais e discursivos na análise de biografias. Tal abordagem permite uma compreensão mais aprofundada das estratégias narrativas e dos mecanismos enunciativos que operam na construção de narrativas biográficas, revelando como estas contribuem para a historiografia e para o entendimento das dinâmicas sociopolíticas e culturais.

⁴ Tradução nossa do original: “la archivación produce, tanto como registra, el acontecimiento”

A inserção da dimensão linguística nos estudos biográficos abre novas perspectivas para a análise de textos históricos, convidando à reflexão sobre o papel da linguagem na configuração do conhecimento histórico e na formação da consciência coletiva. Portanto, incentiva-se a continuidade de pesquisas que explorem a interseção entre linguagem, texto e discurso nas (auto)biografias, ampliando o entendimento sobre como as narrativas individuais se entrelaçam com a história coletiva e a memória nacional.

Financiamento

Marcia Elisia Matos Aguiar agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento da pesquisa “Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro - análise das projeções de imagens feitas por sua filha e biógrafa Anita Leocadia Prestes, sob à luz da Retórica e Análise do Discurso” por meio do Programa de Bolsa à Iniciação Científica e Tecnológica Institucional (PIBIC) (nº do processo: CRD-00135-21).

Referências

- ABREU-AOKI, R. L. de. *Flutuações no ethos de Getúlio Vargas: análise comparativa das imagens projetadas para o estadista por sua filha e outros personagens históricos*. *Gláuks – Revista de Letras e Artes*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 179–198, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47677/gluks.v19i1.107>.
- ABREU-AOKI, R. L. *Getúlio Vargas encadernado: a construção narrativo-argumentativa da imagem do estadista em Getúlio Vargas, meu Pai*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1501D.pdf>. Acesso em: 29 de ago 2024.
- ABREU-AOKI, R. L. *A construção narrativo-argumentativa da imagem de um presidente na biografia Getúlio Vargas para crianças*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012. Dissertação de Mestrado.
- ARFUCH, L. *Crítica Cultural entre política y poética*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- ARFUCH, L. Cronotopias de la intimidad. In: ARFUCH, L. (Org.). *Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertenencias*. Buenos Aires: Paidós, 2005, p. 237-290.
- ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de Linguistique Générale*, 2 ed. Paris: Éditions Gallimard, 1983 [1974].
- BOURDIEU, P. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. v. 62-63, jun., p. 69-72, 1986.
- BORGES, V. P. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, M.; MARSON, I.; BREPOHL, M. (Org.). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 225-238.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. Ângela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2009.
- DERRIDA, J. Mal de arquivo. Uma impresión freudiana. Madri: Trotta, 1997 [1995] *apud* ARFUCH, L. Cronotopias de la intimidad. In: ARFUCH, L. (org.). In: *Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertenencias*. Buenos Aires: Paidós, 2005. p. 237-290.

LINHA D'ÁGUA

GAUDENCIO, B. R. de A. Nas terras do sul nasce o herói: origens e ascendências nas narrativas biográficas de Luiz Carlos Prestes. *Revista NUPEM*, v. 14, p. 59-78, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/4779/4722>. Acesso em: 29 ago 2024.

GOMES, Â. de C. “A guardiã da memória”. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1/2, p. 17-30, jan./dez. 1996.

JESUS MENEZES, P. R. (Re)ver o passado e (re)escrever a história. Cultura histórica, cultura visual e as afirmações identitárias no Brasil oitocentista. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal RN, 2013.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Trad.: Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

PEIXOTO, A. V. do A. *Getúlio Vargas, meu Pai*. 2. ed. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1960. [1ª edição 1960].

PENA, F. *Teoria da Biografia sem fim*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PENEFF, J. Myths in life stories. In: SAMUEL, R. & THOMPSON, P. (Orgs.). *The myths we live by*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1990.

PRESTES, A. L. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015

RONDELLI, E.; HERSCHMANN, M. A mídia e a construção do biográfico: o sensacionalismo da morte em cena. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, v. 12, n. 1, 201-218, maio de 2000.

Artigo / Article

Gêneros textuais mobilizados para o repertório sociocultural produtivo em redações do Enem 2022

Textual genres mobilized for the productive sociocultural repertoire in essays of the 2022 Enem

Ademir Juvêncio da Silva 

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

ademir.juv@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6208-704X>

Recebido em: 06/02/2024 | Aprovado em: 21/05/2024

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar redações nota mil do Enem, edição de 2022, cujos repertórios socioculturais produtivos se baseiam em gêneros textuais. A fundamentação teórico-metodológica está inserida na teoria dos gêneros textuais desenvolvida pela Escola de Genebra, com o apoio de Bronckart (1999, 2000, 2003, 2006), além de Baltar (2007), Bertucci (2021), Bunzen (2004), Rojo (2008), entre outros autores. O *corpus* da pesquisa é composto por vinte e sete redações nota mil da edição de 2022 do Enem, publicadas pela revista *Cartilha Redação a Mil 5.0*. Como resultado, observou-se a recorrência do gênero textual normativo (*Constituição Federal de 1988*) em nove redações, além de outros quatorze gêneros utilizados pelos participantes para compor o repertório sociocultural produtivo. Isso possibilita o entendimento de que deve haver um esforço na formação acadêmica dos alunos voltado para o ensino e a aprendizagem da diversidade de gêneros textuais que possam auxiliá-los não apenas a desenvolver uma escrita autônoma, mas também a participar de práticas de interação social mais significativas.

Palavras-chave: Interacionismo sociodiscursivo • Práticas de interação social • Texto dissertativo-argumentativo

Abstract

This article aims to analyze the top-scoring essays from the 2022 Enem (Brazilian National High School Exam), whose productive sociocultural repertoires are based on textual genres. The theoretical and methodological foundation is grounded in the genre theory developed by the Geneva School, alongside Bronckart (1999, 2000, 2003, 2006), as well as Baltar (2007), Bertucci (2021), Bunzen (2004), Rojo (2008), among other authors. The corpus consists of twenty-seven top-scoring essays from the 2022 edition of the Enem, published in the *Cartilha Redação a Mil 5.0* magazine. The results showed the recurrence of the normative genre (1988 Federal Constitution) in nine essays, along with fourteen other genres used by participants to compose the productive sociocultural repertoire. This suggests that academic training should focus on teaching and learning a variety of textual genres, which can help students not only develop autonomous writing skills but also engage in more meaningful social interaction practices.

Keywords: Sociodiscursive interactionism • Social interaction practices • Dissertative-argumentative text

Considerações iniciais

A reflexão acerca das propriedades linguísticas de textos com viés argumentativo produzidos em exames de larga escala requer habilidades, por parte do pesquisador em Linguística Aplicada, para analisar se a sustentação da opinião do participante é realizada com eficiência. Produções com características persuasivas geralmente são solicitadas para avaliar a capacidade de escrita de candidatos a vagas em empregos e funções públicas ou ao ingresso no ensino superior em nosso país. Desse modo, é esperado que escolas de ensino médio procurem preparar seus estudantes com vistas a compreender as nuances de gêneros textuais, como a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujas finalidades são a avaliação do desempenho dos alunos dessa fase da educação básica e a obtenção de pontuação suficiente para ter acesso à universidade.

Cabe pontuar que a educação pelo viés tecnicista tem preconizado a lógica produtivista, promovendo o hábito da busca de modelos “perfeitos” para alcançar resultados satisfatórios, a exemplo desses tipos de exame. Sabe-se que, como bem discutem Nörnberg e Jäger (2024), os aspectos utilitários e mercadológicos na procura por modelos práticos cerceiam diversas capacidades humanas, notadamente as de julgar e de agir, além de desconsiderarem situações imprevisíveis, necessárias para aguçar a criatividade e a proatividade ligadas ao caráter singular e plural do ser humano. Nesse sentido, este artigo não tem a pretensão de elencar padrões a serem seguidos, tendo em vista que consideramos a necessidade de a escola promover o desenvolvimento completo, ou seja, a formação geral do jovem, em detrimento de apenas ensinar protótipos estanques voltados a resultados padronizados, conforme bem assinalam os pensamentos de Rojo (2008).

LINHA D'ÁGUA

Com a função de avaliar o desempenho escolar dos alunos concluintes da educação básica do Brasil, o Enem surgiu em 1998. Naquele ano, duas instituições de educação superior já consideraram as notas obtidas nesse exame como requisito para ingresso e, a partir de 1999, muitas outras se juntaram a esse grupo, perfazendo mais de cem instituições públicas brasileiras e cerca de cinquenta portuguesas, além de inúmeras instituições privadas que consideram o resultado obtido na prova para facilitar financiamentos e programas de bolsas de estudo. Desde a primeira aplicação, a prova do Enem é composta por questões objetivas relacionadas às áreas das Ciências da Linguagem, da Natureza, Humanas e Matemática, além de uma redação, cujo tema abrange um problema social que exige uma proposta de intervenção para minimizar os seus impactos na população do país (Brasil, 2023c).

Ao considerar que as propostas de redação no Enem têm sido projetadas de maneira idêntica ao longo dos anos – observando os comandos dos cadernos de prova e também a própria cartilha de orientações –, cabem reflexões e análises a respeito do repertório sociocultural mobilizado pelos participantes do exame. Nesse sentido, este artigo procura evidenciar os gêneros textuais aos quais 27 (vinte e sete) participantes do Enem do ano 2022, com nota máxima (mil) na redação, recorreram para organizar o seu repertório sociocultural de forma produtiva, a fim de concretizar a defesa da tese em seus textos. O uso do repertório sociocultural produtivo corresponde a uma competência específica responsável por 20% da nota total da redação, o que motivou a sua investigação neste artigo. Outros critérios, como uso da linguagem, argumentação, elementos coesivos e proposta de intervenção completam as quatro competências restantes avaliadas na redação do Enem.

Em termos teóricos, este trabalho lançou mão do interacionismo sociodiscursivo (ISD) da Escola de Genebra, sob coordenação de Jean-Paul Bronckart, para balizar as análises. O ISD é uma teoria que estuda a linguagem e a produção de conhecimento como processos sociais e discursivos, construídos a partir de interações de indivíduos inseridos em contextos culturais. Assim, o interacionismo sociodiscursivo considera que “o agir e a linguagem a ele associada desempenham um papel fundamental para a compreensão do funcionamento e desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que nos fornece procedimentos de análise para textos” (Zani; Bueno, 2017, p. 618).

Para melhor estruturação, houve a necessidade da divisão deste artigo em quatro seções: na primeira, traça-se um panorama sobre gêneros textuais, a sua importância para a interação sociodiscursiva e as condições de produção; na segunda, evidenciam-se as particularidades e estabilidades do gênero textual redação do Enem; a terceira seção descreve a competência dois, responsável por avaliar a capacidade do participante em entender o tema de redação proposto, utilizar conceitos de áreas do conhecimento para o desenvolvimento do seu texto (Brasil, 2023b) e mobilizar outros gêneros textuais como repertório sociocultural produtivo para a obtenção de nota máxima nesse critério; por fim, a seção quatro traça alguns comentários conclusivos a respeito do trabalho com gêneros textuais como repertório sociocultural e como caminhos para aprimorar a interação comunicativa.

1 Gêneros textuais e discurso

Para a comunicação verbal, todos os membros de uma comunidade linguística possuem à disposição um conjunto de textos de variados gêneros, cuja escolha será feita de acordo com as necessidades de cada um. Esses textos sofrem mudanças e adaptações ao longo do tempo, considerando os aspectos evolutivos da língua, de modo que o usuário percebe essas modificações de maneira intuitiva conforme ocorrem os eventos interativos. Os conjuntos de regras segundo as quais os textos se organizam se deixam transparecer por meio de regularidades no próprio uso que é feito na comunicação. Assim, nomeado por Jauss (1970) como “horizonte de espera”, é fato que o sujeito procure conhecer e buscar o melhor gênero para cumprir a função desejada no momento interacional vivenciado (Bronckart, 2003).

Com o objetivo de colaborar com essas escolhas, a escola se constitui como um espaço fundamental para possibilitar aos alunos práticas que lhes permitam conhecer os variados gêneros textuais de que podem dispor nos momentos de interação. Desse modo, a reflexão acerca dos mecanismos que constituem os textos e os gêneros, bem como ações para produção, é delegada à instituição escolar a fim de construir junto ao aluno caminhos para manter uma relação satisfatória com o mundo letrado para além dos muros institucionais. Nesse sentido, práticas tradicionais de ensino precisam ser repensadas tendo em vista que a própria linguagem se modifica com o tempo, de modo a atender às demandas do mundo contemporâneo (Bertucci, 2021).

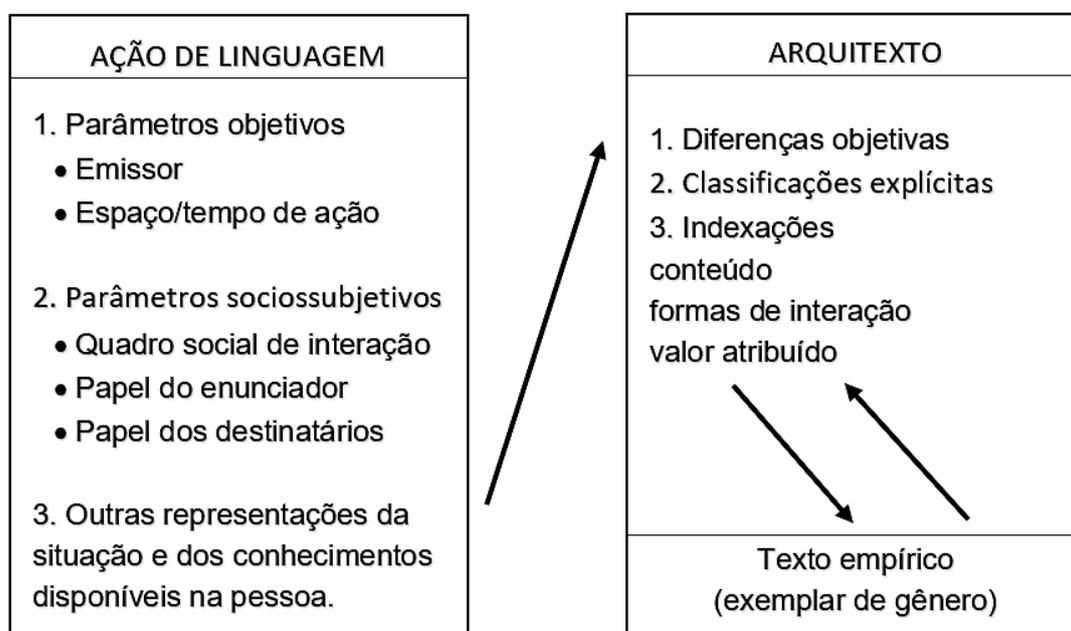
Com base nisso, o grupo de pesquisadores da Escola de Genebra – constituído por Bronckart, Schneuwly, Dolz, Pasquier, Haller, entre outros – propõe o ISD (Interacionismo Sociodiscursivo), em que uma “didática da diversificação” (Bronckart, 1991; Schneuwly, 1991 *apud* Bunzen, 2004) passa a substituir o ensino cuja abordagem é essencialmente gramatical. Assim, os aspectos históricos, sociais e do contexto de produção dos textos passam a ser o foco, vistos como “a realização semiótica de uma ação de linguagem situada, que se efetua tomando um dos modelos de gêneros disponíveis no intertexto de uma determinada língua natural” (Bronckart, 2000, p. 05). Para isso, a Escola de Genebra considera importante a pluralidade de textos, sobretudo aqueles gêneros que mais circulam na vida dos alunos, com implicações sociais significativas, para que o ensino possa ser de igual modo relevante para todos os envolvidos nesse processo (Bunzen, 2004). É necessário um cuidado, entretanto – como assevera Rojo (2008) –, para que não ocorra um ensino de gêneros como no modelo tradicional, havendo apenas a substituição do objeto de estudo.

Convém ressaltar que, para o ISD, o conceito de texto é idêntico à noção bakhtiniana, isto é, a “unidade comunicativa verbal, oral ou escrita, gerada por uma ação de linguagem que se acumula historicamente ‘no mundo das obras humanas’, que os indivíduos utilizam para interagir uns com os outros nos diferentes ambientes discursivos da sociedade” (Baltar, 2007, p. 147). Sob esse viés, devido a características semelhantes, os grupos de textos são classificados em gêneros, com o pressuposto de que os usuários da língua possam dispor de um conjunto de gêneros textuais nos momentos da interação. A esse conjunto de diversos gêneros

organizados em decorrência da cristalização dos usos, ou seja, de textos pré-existentes, dá-se o nome de arquitexto, perfazendo, desse modo, uma “nebulosa de gêneros” (Bronckart, 2006; Baltar, 2007). Ao utilizar a expressão “nebulosa de gêneros”, Bronckart se refere a um reservatório de modelos textuais cuja categorização é dificultada tanto pela quantidade quanto pelas constantes mudanças, remodelações e surgimentos de outros novos gêneros textuais devido à evolução e aos contextos sociais atuais que colaboram para interações e transformações históricas (Bronckart, 1999; Baltar, 2007).

Assim, o “espaço estruturado do arquitexto” torna-se importante para que não seja necessário criar um gênero, até então inexistente, a cada nova situação interativa, conforme pontuado pelos estudos bakhtinianos. Bronckart (2006) representa, por meio de um esquema, as condições de produção de um novo texto, como sugere a Figura 1:

Figura 1. Condições de produção de novo texto



Fonte: Adaptado de Bronckart (2006, p. 146).

Para a produção de um novo texto, o agente está permeado por três situações a fim de que a ação de linguagem se materialize: o próprio emissor; os objetivos sociais dessa ação, tendo em vista o papel do enunciador e dos destinatários; e os conhecimentos do agente a respeito do conteúdo que se deseja comunicar. Esse agente terá também à sua disposição o arquitexto (a nebulosa de gêneros, conforme citado anteriormente) da sua “comunidade verbal”. O duplo processo elencado pelas duas setas na figura 1 explicita a ação de escolher o gênero mais apropriado para cumprir com a função requerida e, ao mesmo tempo, fazer as adequações necessárias em decorrência das “particularidades da situação” da ação de linguagem. Com isso, tem-se o novo texto, com evidências do gênero selecionado e das adaptações realizadas pelo agente para suprir suas necessidades (Bronckart, 2006).

Desse modo, o ISD considera que as condições para a produção de um novo texto dependem de todos esses fatores relacionados com o contexto e com os interactantes. As regras e as formalidades linguísticas – até então salientadas no ensino tradicional da língua para que os membros de uma comunidade linguística se tornassem produtores textuais contumazes –, embora importantes, são sobrepostas pelo “agir de linguagem semiotizado por eles” (Bronckart, 2006, p. 142). De acordo com essa concepção, as situações que envolvem o agente são sempre novas e diversificadas, e, por isso, cada texto possui o aspecto de singularidade, embora possua traços de outros previamente elaborados para ações semelhantes. Portanto, a língua deve ser tratada pelos seus aspectos “discursivos e enunciativos” com finalidades sócio-históricas, e não em suas nuances formais e estruturais, para que a comunicação verbal se efetive, como defendem Bakhtin (2011), Bronckart (1999) e Marcuschi (2007).

Também é importante acrescentar que a Escola de Genebra estabelece uma diferença entre as formas de enunciação e os gêneros de textos. Em outros termos, para a análise de textos no quadro do ISD, há necessidade premente de fazer distinções entre gêneros textuais e tipos de discurso, principalmente na escola, para fins de trabalhos com os aspectos sociais da língua. Tipos discursivos são processos, “unidades linguísticas infraordenadas, ‘segmentos’ que não se constituem textos por si mesmos, mas que entram na composição dos textos em modalidades variáveis” (Bronckart, 2006, p. 151), enquanto os gêneros, conforme já explicitado, referem-se a “unidades comunicativas” mais abrangentes, intrinsecamente ligadas a um “agir de linguagem” específico (Bronckart, 2006).

A respeito dos tipos de discurso, a perspectiva de Bronckart é que há uma relação entre o sujeito e as estruturas linguísticas em seu processo de produção de texto. Essa relação se dá de modo implicado ou autônomo: a) a *implicação* refere-se à influência das estruturas linguísticas e das normas sociais que o auxiliam na forma como a linguagem será utilizada no processo de produção; b) a *autonomia*, por outro lado, refere-se à capacidade do agente de exercer controle e tomar decisões conscientes durante a produção textual, em que as relações “que suas [do texto] instâncias de agentividade mantêm com os parâmetros materiais da ação de linguagem [...] não são explicitadas” (Baltar, 2007, p. 151). Nesse processo de autonomia, o sujeito demonstra independência ao escolher expressões linguísticas e ao moldar o texto conforme suas intenções comunicativas.

De acordo com Muniz-Oliveira (2013), o ISD elenca que os tipos de discurso:

correspondem a operações linguístico-discursivas obrigatórias para a produção de qualquer enunciado, e são de quatro tipos: narração e relato interativo, referentes à atitude de locução do mundo discursivo do *narrar*; e discurso teórico e discurso interativo, referentes à atitude de locução do mundo discursivo do *expor* (Muniz-Oliveira, 2013, p. 78, grifos no original).

Isso posto, essas operações linguístico-discursivas são inerentes a todos os textos, inclusive sendo comum a presença de vários tipos discursivos no interior de um mesmo gênero textual, como bem exemplificou Marcuschi (2007) com o gênero carta pessoal. Além disso,

devido às regularidades que são observadas “na configuração dos textos/gêneros”, é conveniente associar esses “quatro *tipos de atitudes enunciativas* [...] aos *tipos de atitudes discursivas* do argumentar, expor, narrar, relatar, descrever, instruir, poetizar, dialogar” (Baltar, 2007, p. 153, grifos no original). Convém acrescentar que essas classificações não são inerentes aos gêneros textuais, tendo em vista que, no momento interacional, o agente pode optar por um ou outro gênero (artigo de opinião, ensaio, editorial), mesmo que a intenção inicial seja “argumentar” a favor de determinado assunto, por exemplo (Baltar, 2007). É acerca disso que passamos a discorrer, na próxima seção, a respeito do gênero textual redação do Enem, no sentido de que há inúmeras possibilidades de arranjar o repertório sociocultural legitimado pelas áreas do conhecimento e pertinente ao tema para que seu uso seja produtivo no texto do participante.

2 O gênero textual redação do Enem

O Enem é atualmente dividido em quarenta e cinco questões para cada uma das quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Humanas, Natureza e Matemática) e a produção de um texto em prosa, do tipo discursivo dissertativo-argumentativo, de até trinta linhas. Devido à recorrência desse texto solicitado pelo certame no decorrer de vinte e cinco anos, é unanimidade entre pesquisadores das áreas da Linguística e da Linguística Aplicada (Paulinelli; Fortunato, 2016; Prado; Morato, 2016; Bertucci, 2021; Oliveira, 2021; Silva, 2023) que a redação do Enem é um gênero textual de grande importância para a vida acadêmica de jovens e adultos do nosso país. Em relação aos comandos para a produção textual no exame, a semelhança é visível ao se observarem as propostas de redação do Enem 1999 e do Enem 2023, por exemplo:

Quadro 1. Propostas de redação do Enem 1999 e do Enem 2023.

<p>Com base na leitura dos quadrinhos e depoimentos, redija um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre o tema: Cidadania e participação social.</p> <p>Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação. Depois de selecionar, organizar e relacionar os argumentos, fatos e opiniões apresentados em defesa de seu ponto de vista, elabore uma proposta de ação social.</p>
<p style="text-align: center;">PROPOSTA DE REDAÇÃO</p> <p>A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.</p>

Fonte: Adaptado de Brasil (1999, 2023d).

Além da exigência do tipo dissertativo-argumentativo, é solicitado ao participante que, ao redigir seu texto, observe alguns pontos para não ter a nota zerada: escrever mais de sete linhas de texto; não fugir do tema proposto; não elaborar parte desconectada da proposta discutida ao longo da redação; no espaço destinado à escrita, não inserir assinatura ou qualquer indício de identificação; escrever o texto em língua portuguesa. Também se solicita que o

participante crie uma proposta de intervenção com o objetivo de diminuir os impactos do problema abordado pela temática; a proposta não deve ferir os direitos humanos.

De acordo com a Cartilha do Participante (Brasil, 2023b), a nota final da redação do Enem é composta por avaliações independentes de cinco competências, com o máximo de duzentos pontos cada uma (em todas as edições do exame, a nota final foi composta observando-se essas competências): a primeira competência refere-se ao uso da escrita formal da língua; a segunda avalia o atendimento ao tema e ao tipo de discurso; a terceira diz respeito à seleção, à organização, à interpretação e ao desenvolvimento das informações mobilizadas pelo participante para defender seu ponto de vista; a quarta competência trata do uso de articuladores textuais para a concatenação das ideias; por fim, a proposta de intervenção é avaliada na quinta competência. Todas essas competências, com exceção da segunda, podem receber de zero a duzentos pontos. A competência dois não pode ser avaliada no nível zero, pois o não atendimento ao tipo dissertativo-argumentativo ou ao tema leva a uma situação de nota zero à redação como um todo, sem a possibilidade de atribuição de pontuação nas demais competências.

Os professores que corrigem as redações do Enem (de acordo com editais das bancas avaliadoras publicados digitalmente) devem ser necessariamente graduados em Letras ou em Linguística. Depois do envio das informações para o site de inscrições, esses professores são submetidos a um curso *online* com exercícios avaliativos para cada módulo/competência e, ao término do curso, precisam passar por mais uma avaliação presencial (nos anos 2020, 2021 e 2022 essa avaliação se deu de maneira remota, devido ao distanciamento social para reduzir o avanço da pandemia da covid-19) composta por análise de redações (prova objetiva) e produção de um texto (prova discursiva). Após o ranqueamento das melhores notas obtidas, os aprovados fazem uma capacitação presencial e um pré-teste para, aí sim, iniciarem as correções das redações do Enem. A respeito do material da capacitação *online*, o Ministério da Educação (MEC) disponibilizou-o em seu portal, no ano de 2020, revelando-se como apoio importante para participantes que desejam melhorar a sua pontuação no exame.

Esse material, dividido em apostilas que versam sobre as situações que levam à nota zero e sobre cada uma das cinco competências supramencionadas, explicita detalhadamente os pontos necessários para a atribuição das notas em cada um dos níveis dessas competências. O foco deste estudo recai sobre a competência dois, que, segundo a Cartilha do Participante do Enem 2023, diz respeito a “Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” (Brasil, 2023b, p. 11). Desse modo, o participante precisa entender a temática solicitada e também conhecer a estrutura de um texto com tipo discursivo dissertativo-argumentativo para defender o seu ponto de vista. Esse tipo discursivo é entendido pela equipe do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) como

aquele que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, a fim de influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Por isso, há uma dupla natureza nesse tipo textual: é argumentativo porque defende um ponto de vista, uma opinião, e é dissertativo porque utiliza explicações para justificá-lo. O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o leitor de que o ponto de vista é acertado e relevante. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente (Brasil, 2023b, p. 14).

Vê-se claramente que se trata de um tipo discursivo do mundo do expor, como bem aponta Bronckart (2006), com viés argumentativo. Porém, neste artigo, o propósito é verificar os gêneros textuais mobilizados para a organização do repertório sociocultural, visto que, segundo a Cartilha do Enem (Brasil, 2023b, p. 11, grifo no original): “outro aspecto avaliado na Competência II é a presença de **repertório sociocultural**, que se configura como uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de alguma forma, contribui como argumento para a discussão proposta.” Assim, tal aspecto, relevante para alcançar pontuações elevadas nessa competência, passa a ser debatido na sequência.

3 Os gêneros textuais como repertório sociocultural produtivo

As redações que obtiveram nota mil nas edições mais recentes do Enem revelam-se como um material interessante daquilo que se espera desse gênero textual. O rigor das avaliações, algumas mudanças nos critérios de discrepâncias de notas atribuídas por dois avaliadores nos últimos anos e a atenção dada pela mídia às redações com nota máxima podem ser fatores que contribuíram para a diminuição na quantidade de textos com essa nota em cada edição. Como bem assevera Bertucci (2021), enquanto em 2013 foram 481, em 2015 houve a redução desse número para 104 e, em 2019, apenas 53 redações obtiveram pontuação máxima no Enem. De acordo com Felpi (2023), na edição de 2022, 32 participantes obtiveram nota mil;¹ dessas redações, o autor conseguiu reunir 27 para compor sua obra *Cartilha redação a mil 5.0*.

Para a análise dessas vinte e sete redações neste artigo, pautou-se pela pesquisa descritiva e interpretativa, devido à necessidade da observação e reflexão acerca dos fenômenos presentes nos documentos analisados (Erickson, 1986). Além do mais, apoiou-se na pesquisa bibliográfico-documental, conforme Gil (2010), considerando a fundamentação em aportes teóricos capazes de balizar as investigações realizadas neste estudo acerca dos gêneros textuais mobilizados para a construção produtiva do repertório sociocultural em redações nota mil no Enem, edição de 2022. Assim, de posse da *Cartilha redação a mil 5.0*, procedeu-se à leitura de todos os textos para a observação do repertório em cada um dos parágrafos. Como repertório

¹ A mídia divulgou, no início de 2023, que foram 18 textos avaliados com nota mil na edição de 2022. Porém, em consulta ao site do Inep, é possível acessar os metadados e confirmar que foram realmente 32 redações com nota máxima, como apontado por Felpi (2023).

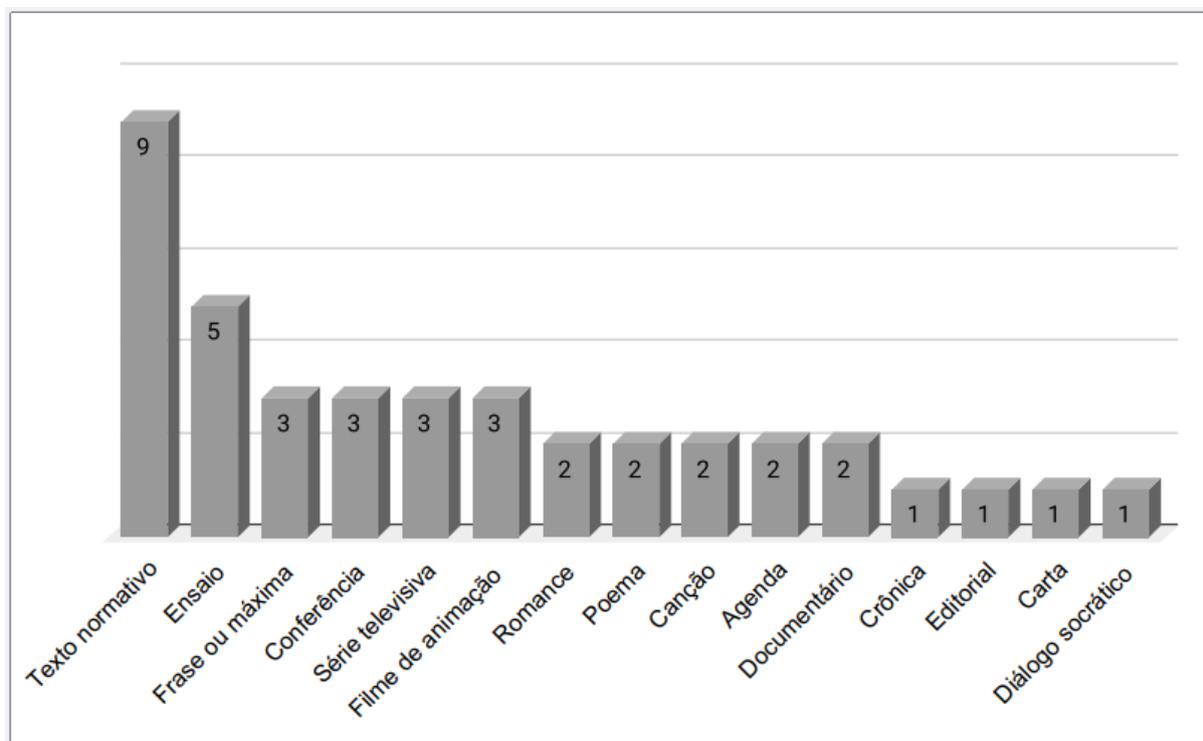
sociocultural produtivo, entende-se o que é explicitado na *Cartilha do Participante* do Enem 2023, ou seja, que o autor da redação seja capaz de:

Selecionar, a partir de seus conhecimentos próprios, e não apenas dos textos motivadores, informações de áreas do conhecimento pertinentes ao tema e articulá-las de modo produtivo no seu texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: ajudá-lo a validar seu ponto de vista (Brasil, 2023b, p. 11).

Assim, para que o repertório sociocultural seja produtivo, é necessário que o evento de conhecimento geral escolhido seja articulado com a discussão do participante na sua redação. A produtividade do repertório sociocultural mobilizado está atrelada à forma como o participante insere essas informações legitimadas pelas áreas do conhecimento (Literatura, Arte, História, Biologia, Geografia, Direito, documentos oficiais, mídias de informação, entre outras) e as vincula, por meio de analogias ou confrontos, à opinião exposta a respeito da temática. Atentando-se a isso, para este estudo, houve o cuidado em observar quais são os gêneros textuais mais recorrentes utilizados por participantes com redações nota mil do Enem edição 2022 como repertório sociocultural de maneira produtiva.

Para melhor apresentar os resultados, foi elaborado o gráfico 1, em que são apresentados os gêneros textuais utilizados pelos participantes para constituir o repertório sociocultural produtivo em seus textos e atingir 200 pontos na competência dois da redação do Enem.

Gráfico 1. Gêneros textuais utilizados em 27 redações nota mil no Enem 2022.



Fonte: Elaboração própria.

Conforme aponta o gráfico, observa-se que o gênero textual denominado “texto normativo” foi o mais utilizado, ocorrendo em nove redações. A utilização desse gênero refere-se ao emprego de artigos da Constituição Federal do Brasil, de 1988, para sustentar a opinião dos participantes acerca da temática da redação do Enem 2022: “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”. Essa temática revela que ainda precisamos afirmar direitos básicos contidos na Constituição Cidadã, e a discussão do assunto em uma proposta de redação de larga escala, em que cerca de 3 milhões de jovens e adultos se propuseram a realizar, é uma maneira de trazer à tona debates acerca de estratégias para a sua problematização. A mobilização desse repertório sociocultural foi bastante diversificada para sustentação da opinião explicitada nos textos, observando-se questões relacionadas com a demarcação de terras, direitos sociais, inclusão, garantia de cidadania e direito à educação, como se nota na transcrição do trecho de uma redação com nota máxima disponibilizada na coletânea *Cartilha redação a mil 5.0*:

De início, é importante observar que a inércia governamental é uma das principais barreiras para a valorização dos povos tradicionais. Nessa perspectiva, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988 é responsabilidade do Estado garantir a preservação e a exaltação das comunidades nativas, incluindo medidas voltadas para a proteção de suas culturas. Entretanto, tal postulado é quebrado quando comparado à contemporaneidade, haja vista que a maioria dos povos tradicionais, como indígenas e quilombolas, não possui seus direitos estabelecidos, a exemplo da demarcação de terras, sendo perversamente abandonada por um governo que não oferece o suporte e o auxílio garantidos por lei. Por conseguinte, a partir do momento que o Estado é passivo e negligente, as autoridades são responsáveis tanto por estabelecer um equivocado cenário de quebra de direitos constitucionais, quanto por criar um errôneo quadro de desvalorização cultural da nação, já que as culturas das comunidades nativas representam o patrimônio de todos os brasileiros. Desse modo, a postura governamental vigente acentua a negligência perante os povos naturais do país (Felpi, 2023, p. 7).

Esse excerto corresponde à transcrição do segundo parágrafo da primeira redação disponibilizada na coletânea organizada por Felpi (2023). Nele, vê-se que o participante menciona um documento oficial (a Constituição Brasileira de 1988), demonstrando, dessa forma, que o repertório sociocultural é legitimado pelas áreas do conhecimento. Logo na sequência, afirma que este documento visa a “garantir a preservação e a exaltação das comunidades nativas, incluindo medidas voltadas para a proteção de suas culturas”. Essa afirmação assegura a pertinência ao tema da redação do Enem 2022, visto que o autor do texto deixa explícito que a preservação, a exaltação e as medidas de proteção das culturas das comunidades nativas estão presentes no documento oficial citado, associando, assim, o repertório sociocultural (a Constituição) a um dos elementos do tema (comunidades tradicionais). E, de fato, é sabido que a Constituição Federal trata da garantia plena do exercício dos direitos culturais, como se nota no parágrafo 1º do artigo 215: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Brasil, 2023a).

Nota-se que, até a linha 4 do excerto, houve a citação de um documento oficial (repertório sociocultural legitimado) e a pertinência ao tema (associação do repertório com as comunidades nativas). Para que esse repertório sociocultural legitimado e pertinente ao tema tenha uso produtivo e o candidato alcance a pontuação máxima na competência dois, é necessário que haja vinculação à discussão proposta. Tal conexão deve ser realizada por meio de comparações, analogias, contrapontos ou exemplificações entre o repertório mobilizado e a argumentação do participante ao longo do parágrafo ou do texto em si. E isso é evidenciado logo após a pertinência ao tema, ao introduzir o período seguinte com o elemento coesivo “Entretanto” no início da linha 5 – indicando que o próximo comentário será um contraponto aos elementos anteriores. Dessa forma, todas as informações posteriores dão conta de demonstrar o vínculo entre o documento oficial, a temática solicitada e a discussão do participante, já que o contraponto é estabelecido de maneira produtiva ao afirmar que os direitos constitucionais não são observados devido à falta de demarcação de terras e, conseqüentemente, à desvalorização dessas culturas.

O próximo excerto igualmente auxilia a compreensão do repertório sociocultural legitimado, pertinente ao tema e com uso produtivo na redação do Enem 2022:

Conhecida como “Cidadã”, a Constituição Federal de 1988, promulgada durante o processo de redemocratização do Brasil, garante os direitos sociais, políticos e civis de todos os cidadãos brasileiros, incluindo os povos originários. No entanto, apesar da garantia constitucional, na atualidade, tal minoria ainda sofre com a desvalorização e com o preconceito na sociedade, tendo seus direitos negligenciados, em contraste com a Carta Magna. Tal exclusão tem origem no racismo estrutural e é fomentada pelo desconhecimento populacional. Assim, é preciso estudar maneiras de superar os desafios que impedem a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil (Felpi, 2023, p. 45).

Esse trecho é o parágrafo inicial do vigésimo texto da coletânea organizada por Felpi (2023), e possui repertório sociocultural legitimado (a Constituição Federal de 1988) na sua primeira linha. No final do primeiro período, o participante confirma a pertinência ao tema da redação do Enem 2022 ao mencionar que os povos originários são incluídos entre os cidadãos brasileiros que possuem os direitos sociais, políticos e civis garantidos pelo documento oficial citado, faltando, por enquanto, o uso produtivo para alcançar a pontuação máxima na competência dois. Logo a seguir, o candidato propõe um contraponto aos direitos que deveriam ser garantidos pela Carta Magna ao iniciar o próximo período com o elemento coesivo adversativo “No entanto”, informando os sofrimentos que os povos originários enfrentam com a desvalorização e o preconceito da sociedade causados pelo racismo estrutural e pelo desconhecimento populacional, assegurando, assim, o uso produtivo do repertório sociocultural legitimado e pertinente ao tema. Portanto, o gênero textual texto normativo, por meio da Constituição Federal, colaborou sobremaneira para que redações excelentes pudessem alcançar a nota máxima nesta edição do Enem, demonstrando a importância de se abordar esse gênero no mundo escolar de estudantes que estão se preparando para prestar o exame.

O segundo gênero de texto mais utilizado foi o ensaio, presente em cinco redações nota mil. É interessante pontuar que o uso desse gênero, em contraponto ao do texto normativo, foi bastante variado, sendo observado que os candidatos recorreram a cinco títulos diferentes em suas redações: *Ideias para adiar o fim do mundo*, ensaio do autor indígena Ailton Krenak; *O capital*, de Karl Marx; *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire; *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*, de Gilberto Dimenstein; e *Por uma educação romântica*, ensaio de Rubem Alves. A diversidade de ensaios utilizados para compor o repertório sociocultural produtivo pode ser atribuída ao caráter realístico desse gênero textual, visto que denunciam situações críticas da sociedade em geral, facilitando, assim, as analogias com a problemática factual solicitada pela proposta de redação do Enem.

Com a frequência em três redações nota mil, o gênero de texto frase (ou máxima) tornou-se o terceiro gênero mais utilizado. Assim como aconteceu com o ensaio, as frases não se repetiram nas três redações em que foram observadas: uma de Immanuel Kant, outra de Sêneca e outra de Francis Bacon. Essa quantidade de frases mobilizadas para o repertório sociocultural produtivo reforça a ideia de que grande parte dos autores de redações com nota máxima não optam por este gênero para tornar seus textos excelentes, ao contrário do que muitos participantes pensam ser mais interessante – isto é, “decorar” uma frase que possa se encaixar e sustentar a argumentação de qualquer temática cobrada como proposta de redação.

A mesma frequência em três redações foi observada em relação ao gênero conferência, com destaque para o geógrafo Milton Santos, autor de *As cidadanias mutiladas*, a única conferência citada pelos participantes. Esse texto tem sido enfatizado devido à abrangência de questões sociais – como o racismo e a democracia que não atinge todas as parcelas da população –, típicas de propostas de redações do Enem. Além disso, o gênero série televisiva também esteve presente em três redações, sendo *Anne with an E*, *Cidade invisível* e *Aruanas* citadas em uma redação cada, por abordarem questões alusivas ao preconceito ao povo indígena, à exploração econômica de região com população ribeirinha e a mulheres que lutam contra esquemas criminosos na Amazônia, respectivamente, relacionando-se, dessa forma, com o tema da redação da edição de 2022. Também se verificou que o gênero filme de animação (*Encanto*, *O corcunda de Notre Dame* e *Pocahontas*) foi utilizado em três redações nota mil.

Como gêneros textuais presentes em duas redações, observaram-se: o romance (*Iracema* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*); o poema (*Erro de português*); a canção (*Imagine* e *Brasileiro*, da banda cearense Selvagens à Procura da Lei); a agenda (*Agenda 2030*); e o documentário (*Guerras do Brasil.doc*). E, por fim, os gêneros a seguir, como demonstrado no gráfico 1, foram mobilizados uma vez para compor o repertório sociocultural produtivo de redações nota mil: crônica (*Crônicas da educação*); editorial (*Colonialismo insidioso*); carta (*Carta de Pero Vaz de Caminha*); e diálogo socrático (*A República*).

Ressalta-se ainda que houve mobilização de outros repertórios socioculturais de forma produtiva nas redações, tais como: períodos históricos, obras de arte, teorias, conceitos e processos. Além disso, como há possibilidade de utilização do repertório produtivo em cada

parágrafo da redação (sendo muito raro na conclusão), as redações nota mil geralmente apresentam esse tipo de repertório nos três parágrafos iniciais (mesmo sendo suficiente em apenas um para alcançar 200 pontos na competência dois). Assim, um candidato, por exemplo, usou produtivamente na introdução o gênero documentário; no segundo parágrafo, uma canção; e, no terceiro parágrafo, a carta. Por isso, o número de gêneros contabilizados no gráfico 1 é maior do que o número de redações analisadas.

Percebe-se, assim, que os participantes do Enem mobilizaram uma diversidade de gêneros textuais – a partir do arquitexto disponível em sua comunidade verbal, conforme evidenciado por Bronckart (2006) – capazes de colaborar com o repertório sociocultural na produção de texto. Com exceção do texto normativo e da conferência, praticamente todos os outros gêneros tiveram menção a títulos variados, comprovando a necessidade do trabalho diversificado na escola, não só pelo professor de língua portuguesa, mas de todo o conjunto de docentes, a fim de colaborar com o aumento de exemplares disponíveis na nebulosa de gêneros (e de textos, acrescentaria) dos estudantes.

Considerações finais

A distinção entre gêneros textuais e tipos discursivos torna-se fundamental em uma sociedade que almeja alcançar a proficiência em leitura e escrita. Isso possibilita que as interações sociais sejam claras e inequívocas (no sentido de evitar controvérsias, indefinições ou incorreções nos momentos interativos diversos), contribuindo para que objetivos individuais e coletivos sejam atingidos com mais facilidade e precisão. O gênero textual redação do Enem tem se consolidado como um exemplo para a observação de como os nossos educandos terminam o ensino médio – de acordo com dados do Inep, a maioria dos participantes está cursando alguma série desta fase escolar – a respeito dos conhecimentos linguísticos e de produção textual. Nesse sentido, os autores neste artigo evidenciados corroboram a importância da escola em proporcionar um trabalho com gêneros textuais que promovam a diversificação, como o ISD alavancou.

Seguindo essa lógica, a análise de vinte e sete redações com nota máxima no Enem, edição de 2022, confirma a tese da diversidade de gêneros textuais mobilizados para o repertório sociocultural produtivo em seus textos. O destaque recai sobre o gênero texto normativo, por meio da Constituição Federal de 1988, permitindo a consideração de que não só o componente curricular Língua Portuguesa exerce papel preponderante para a produção de uma redação excelente no Exame Nacional do Ensino Médio, mas também a abrangência e o estudo da Constituição em Sociologia, Filosofia e História, por exemplo, possibilitará conhecimentos mais vastos em relação a este documento essencial para protagonizar uma cidadania ativa.

Além disso, a presença de quinze diferentes gêneros textuais mobilizados com uso produtivo em um universo de vinte e sete redações configura-se um número considerável,

reforçando o papel da escola no processo de aprendizagem de diversos gêneros para formação acadêmica e social dos alunos. Também importa ressaltar a mobilização de períodos históricos (a Colonização do Brasil, em quatro redações e a Primeira Fase do Romantismo, em três redações) e conceitos e processos (como a violência simbólica, epistemicídio, ideal de coletividade, princípio da responsabilidade, mito do bom selvagem, processo de reificação, magnificação trófica e outros pensamentos de sociólogos e filósofos) utilizados de maneira produtiva nas redações. Esse tipo de repertório sociocultural evidencia que, para redações excelentes, os participantes com base escolar sólida procuram diversificar os usos de confirmações da sua argumentação para defenderem seus pontos de vista. Isso, conforme enfatizado por Rojo (2008, p. 100), deve ser ponderado não só para melhorar o desempenho em exames e para que o número de redações nota mil comece a sofrer um impacto positivo, mas sobretudo para que “a formação geral do jovem como protagonista da coisa pública, como leitor e produtor crítico” seja repensada de maneira coletiva no ambiente escolar.

Referências

- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BALTAR, M. A. R. O conceito de tipos de discurso e sua relação com outros conceitos do ISD. In: GUIMARÃES, A. M. M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. *O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- BERTUCCI, R. A. Propriedades linguísticas da redação do Enem: uma análise computacional. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 29, n. 2, p. 999-1032, 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Redação*. Brasília, DF, Inep/MEC, 1999. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/1999/1999_amarela.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2023a. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 mai. 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação do Enem 2023: cartilha do participante*. Brasília, DF, Inep/MEC, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/a-redacao-no-enem-2023-cartilha-do-participante>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Avaliações e Exames Educacionais: Enem – Histórico*. Brasília, DF, Inep/MEC, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/historico>. Acesso em: 09 dez. 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Exame Nacional do Ensino Médio*. Prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação. Prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, DF, Inep/MEC, 2023d. Disponível em: https://download.inep.gov.br/enem/provas_e_gabaritos/2023_PV_impreso_D1_CD4.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.
- BRONCKART, J-P. *Atividades de linguagem, texto e discurso*. São Paulo: EDUC, 1999.

LINHA D'ÁGUA

- BRONCKART, J-P. *O ensino dos discursos: da apropriação prática à maestria formal*. 2000 (*mimeo*).
- BRONCKART, J-P. Gêneros textuais, tipos de discursos e operações psicolinguísticas. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 1, p. 49-69, jan./jun. 2003.
- BRONCKART, J-P. Os gêneros de textos e os tipos de discurso como formatos das interações propiciadoras de desenvolvimento. In: BRONCKART, J-P. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas: Mercado de letras, 2006. p. 121-159.
- BUNZEN, C. *O ensino de “gêneros” em três tradições: implicações para o ensino-aprendizagem de língua materna*. 2004. Disponível em: http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/public_clecio/o_ensino_de_generos.html. Acesso em: 08 jan. 2024.
- ERICKSON, F. Qualitative methods in research on teaching. In: WITTROCK, M. C. *Handbook of research on teaching*. New York: Macmillan Publishing Co., 1986.
- FELPI, L. (org.). *Cartilha redação a mil 5.0*. 2023. Disponível em: <https://www.lucasfelpi.com.br/redamil>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- JAUSS, H. R. Littérature médiévale et théorie des genres. *Poétique*, n. 1, p. 79-101, 1970.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MUNIZ-OLIVEIRA, S. O interacionismo sociodiscursivo: elaboração de modelo didático para o ensino de gêneros textuais. *Revista Educação e Linguagens*, v. 2, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6361/4382>. Acesso em: 14 jan. 2024.
- NÖRNBERG, M.; JÄGER, J. J. Formação humana como ação intelectual, ética e política. *Revista Linguagens, Educação e Sociedade*, v. 18, n. 57, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/3939>. Acesso em: 22 maio 2024.
- OLIVEIRA, I. F. A. Subsídios para o trabalho com o gênero discursivo redação do Enem. *Revista Eletrônica Interfaces*, v. 12, n. 1., p. 242-258, 2021. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6569/4729. Acesso em: 15 jan. 2024.
- PAULINELLI, M. P. T.; FORTUNATO, G. C. A redação do Enem à luz dos gêneros discursivos e textuais. *Revista Virtual de Letras*, v. 8, n. 1, p. 282-299, jan./jul. 2016.
- PRADO, D. F.; MORATO, R. A. A redação do Enem como gênero textual/discursivo: uma breve reflexão. *Cadernos CESPUC de Pesquisa*, n. 29, p. 205-219, 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/P2358-3231.2016n29p205>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- ROJO, R. H. R. Gênero de discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao trivium? In: SIGNORINI, I. (org.). *[Re]discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 73-108.
- SILVA, A. A.; CAVALCANTE, F. M. L. O gênero redação do Enem: um estado do conhecimento. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação - EID&A*, v. 23, n. 2, p. 51-70, 2023. DOI: DOI: <https://doi.org/10.47369/eidea-23-2-3645>.
- ZANI, J. B.; BUENO, L. O ISD, a Análise da Conversação e os Meios não-linguísticos: uma proposta de quadro de análise da comunicação oral em eventos científicos. *Revista Veredas – Interacionismo Sociodiscursivo*, v. 21, n. especial, p. 615-640, 2017. DOI: <https://doi.org/10.34019/1982-2243.2017.v21.28027>.

Artigo / Article

Transitividade e nominalização: um estudo sistêmico-funcional em redação do Enem

Transitivity and nominalization: a systemic-functional study of the Enem writing exam

Ana Catarina Gomes Farias Santiago 

Universidade de Pernambuco, Brasil
anacatarina.santiago@upe.br
<https://orcid.org/0009-0000-2434-7218>

Maria do Rosário Albuquerque Barbosa 

Universidade de Pernambuco, Brasil
rosario.silvabarbosa@upe.br
<https://orcid.org/0000-0003-2285-4288>

José Maria de Aguiar Sarinho Júnior 

Universidade de Pernambuco, Brasil
josemaria.sarinhojunior@upe.br
<https://orcid.org/0000-0003-1398-8444>

Recebido em: 11/01/2024 | Aprovado em: 30/05/2024

Resumo

Estudar um texto à luz da Linguística Sistêmico-Funcional é analisá-lo juntamente com seu aspecto contextual/pragmático, levando em consideração as funções da linguagem e suas respectivas intenções comunicativas. Sendo assim, a Metáfora Gramatical e, especificamente, a metafunção ideacional, corrobora a defesa do posicionamento crítico em meio à sociedade. Tendo em vista que a produção escrita é uma forma de participação social, o objetivo deste artigo foi verificar os diálogos existentes entre o sistema de transitividade e a nominalização em textos dissertativo-argumentativos, como uma estratégia de persuasão e de impessoalidade do dizer. A pesquisa fundamentou-se em autores como Halliday e Matthiessen (2014), Sardinha (2007), Gouveia (2009) e Valério (2012). Foi examinado um *corpus* de quatro redações nota mil no formato do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os resultados esperados são os de que a Metáfora Gramatical se mostra como um excelente artifício para produções argumentativas.

Palavras-chave: Metáfora Gramatical • Metafunção ideacional • Texto dissertativo-argumentativo

Abstract

To study a text in the light of Systemic-Functional Linguistics means to analyze it alongside its contextual/pragmatic aspects, taking into account the functions of language and their respective communicative intentions. Therefore, the Grammatical Metaphor and, specifically, the ideational metafunction, corroborate the defense of critical positioning in society. Bearing in mind that written production is a form of social participation, the objective of this article was to verify the existing dialogues between the transitivity system and nominalization in dissertative-argumentative texts, as a strategy of persuasion and impersonalization. The research was based on authors such as Halliday and Matthiessen (2014), Sardinha (2007), Gouveia (2009) and Valério (2012). A corpus of four top-scoring essays in the format of the National High School Exam (Enem) was examined. The expected results are that the Grammatical Metaphor proves to be an excellent device for argumentative productions.

Keywords: Grammatical metaphor • Ideational metafunction • Dissertative-argumentative text

Introdução

É inegável que a língua é uma ferramenta crucial e a base para o estabelecimento de múltiplas relações para o desenvolvimento e propagação de uma cultura. Nos diversos setores e instituições sociais, são estabelecidas trocas comunicativas que requisitam domínios linguísticos preexistentes, como o conhecimento dos variados gêneros textuais e formas de registro.

Para tal, o indivíduo detém um aparato fisiológico e neurológico capaz de desenvolver a língua presente em sua cultura e de reconhecer e produzir estruturas frasais. O desenrolar da fala é uma habilidade iniciada ainda nos primeiros anos de vida, como a elaboração de períodos simples que, mesmo sem uma definição precisa do termo para a criança, é um elemento internalizado. Por outro lado, conforme suas interações se tornam mais complexas, torna-se necessário um saber cognitivo acerca do que é texto e dos critérios de textualidade, a fim de realizar com maestria os seus papéis sociais.

Nos campos escolares, por exemplo, seja pela perspectiva do oral ou pela concepção da escrita, são cobradas algumas competências do estudante. Isso porque, no ensino da Língua Portuguesa, a prática educativa é fomentada nos documentos oficiais, como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), os quais fundamentam os currículos.

Sobre isso, encontra-se nos PCNs visões de linguagem como: “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se

LINHA D'ÁGUA

realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (Brasil, 1998, p. 20). Tal perspectiva relaciona-se à visão defendida pela Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), teoria desenvolvida por Michael Halliday nas décadas de 50/60, o qual define a língua como um sistema sociossemiótico, capaz de estabelecer significados em circunstâncias específicas.

De acordo com a LSF, o falante utiliza a linguagem como um potencial de significados em suas distintas interações no dia a dia. Isso ocorre porque pode fazer escolhas linguísticas (léxico-gramaticais) a partir do contexto no qual está inserido, com base no destinatário da mensagem, no tipo de relação estabelecida entre os interlocutores, bem como na presença de elementos extralinguísticos (sons, gestos e expressões faciais), o que diz respeito ao contexto de situação, que se caracteriza como “o ambiente imediato no qual o texto está de fato funcionando” (Fuzer; Cabral, 2014, p. 27).

Para tanto, tem-se na escola a incumbência de garantir uma educação e formação linguística possuidora de artifícios de adequação do dizer. É preciso dominar não só noções gramaticais formais, descontextualizadas. É indispensável compreender como deve haver conformidade no que é dito para que se obtenha pensamentos conectados e coerentes.

Nesse cenário, espera-se que haja o exercício de ferramentas de leitura, compreensão e produção textual, principalmente nos últimos anos da Educação Básica, pois subentende-se que exista uma maturidade mental e linguística. Ao fim de toda a etapa escolar, infere-se que os jovens tenham desenvolvido não só um pensamento crítico, como também uma competência discursiva bem formulada e composta por argumentos que validem o seu dizer/fazer.

Por outro lado, ao observar os índices resultantes de provas externas ou ao discutir acerca dos resultados de vestibulares e, mais precisamente, do Exame Nacional do Ensino Médio, nota-se a dificuldade de uma grande maioria de jovens e/ou adultos na interpretação de temáticas e em sua posterior produção textual, um reflexo da falta de associação fonema/grafema, da constante transposição do oral para o escrito, de questões ortográficas, da ausência de conhecimento sobre sinonímia, antonímia, de elos coesivos e do potencial argumentativo, como apontado por Zorzi (1998).

Nesse contexto, convém estabelecer uma referência com a metáfora gramatical (Halliday; Matthiessen, 2014), que consiste no uso de um sintagma nominal em detrimento de uma construção verbal, o que indica escolhas profícuas entre os níveis léxico-gramatical e semântico-discursivo. Dessa forma, consideramos esse processo como uma elaboração refinada, presente em textos dissertativo-argumentativos, sobretudo porque tais construções demonstram uma excelência de ordem linguístico-discursiva realizada pelo escritor.

Desse modo, este artigo propõe-se a identificar, descrever e analisar o papel da Metáfora Gramatical, a partir da metafunção ideacional, na expressão do posicionamento crítico-argumentativo do indivíduo frente a temáticas sociais. Para tanto, o *corpus* deste estudo é composto por quatro redações nota mil, oriundas do Exame Nacional do Ensino Médio

(ENEM). Os dados são analisados utilizando o sistema de Transitividade, à luz da Teoria Sistêmico-Funcional de Halliday (1989) e Halliday e Matthiessen (2014). Além disso, também recorreremos aos estudos realizados por Sardinha (2007), Gouveia (2009) e Valério (2012).

Nesse contexto, torna-se urgente estabelecer uma discussão voltada ao ensino de Língua Portuguesa no tocante à importância da compreensão e do uso profícuo pelos alunos da Escola Básica da nominalização, sobretudo em redações do ENEM. Partindo disso, esse estudo lança mão da seguinte questão: como a utilização da nominalização, vista a partir da metáfora gramatical, pode contribuir para o aprimoramento dessa escrita?

Com base nesse questionamento, este trabalho busca verificar os diálogos existentes entre o sistema de transitividade e a nominalização em textos dissertativo-argumentativos, como uma estratégia de persuasão e de impessoalidade do dizer. Como objetivos específicos, buscamos (i) analisar como a nominalização pode possibilitar uma superação das dificuldades encontradas no processo de escrita; além disso, visamos (ii) fomentar discussões acerca da nominalização como recurso argumentativo em prol da construção de um texto mais autoral por parte dos alunos da Educação Básica.

Em vista disso, este estudo aparece organizado em seis partes. Além da introdução, tem-se um aporte teórico dividido em cinco tópicos, a saber: inicialmente, serão discutidos os conceitos de texto e contexto à luz da Linguística Sistêmico-Funcional; em um segundo momento, serão descritos os processos de construção do texto dissertativo-argumentativo; em terceiro, serão abordadas as metafunções da linguagem; em quarto, será apresentado o Sistema de Transitividade Verbal e, como quinto elemento, a perspectiva ideacional da linguagem e sua contribuição na defesa do posicionamento. Ademais, haverá a explanação da metodologia, seguida da análise e discussão de dados. Por fim, as considerações finais e referências bibliográficas.

1. Concepções de linguagem, contexto e gênero de texto

1.1 Texto e contexto: uma visão à luz da Linguística Sistêmico-Funcional

Ao longo do tempo, os estudos linguísticos tornaram-se ponto de discussão para grandes estudiosos, que se preocuparam em compreender o funcionamento da língua e sua materialização, partindo da análise da estrutura/forma, com Ferdinand de Saussure (1857-1913) e o Estruturalismo, até a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). Nesse percurso, muitas dicotomias foram estabelecidas: “língua/linguagem”, “língua/fala”, “frase/texto”, “tipologias/gêneros textuais”.

Atualmente, há um consenso entre linguistas acerca do fenômeno a ser estudado e ensinado, isto é, o texto. Os PCNs já discorrem e direcionam o trabalho do educador a partir da centralização nos textos e seus respectivos gêneros textuais. Considera-se, ainda, a linguagem

como um fenômeno social e uma prática discursiva, capaz de transformar e ser transformada pelo meio e seus usos, a partir de textos orais e/ou escritos. Dito isso, os PCNs (1998) afirmam:

Tomando-se a linguagem como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como relativa ao conhecimento que o falante tem de sua linguagem, as atividades curriculares em Língua Portuguesa correspondem, principalmente, a atividades discursivas: uma prática constante de escuta de textos orais e leitura de textos escritos e de produção de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva. (Brasil, 1998)

Mesmo assim, apesar do comando trazido pelos currículos, observa-se muitas aulas tradicionais e centradas no ensino de uma gramática descontextualizada. É sabido que a análise de frases isoladas não garante o desenvolvimento de habilidades tão necessárias para a vida em sociedade, como a leitura, a produção escrita e a capacidade interpretativa.

Dessa maneira, é válido definir o conceito de texto e sua importância na execução dos diferentes papéis sociais. Para Marcuschi (2008):

O texto pode ser tido como um tecido estruturado, uma unidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sócio-histórico. De certo modo, pode-se afirmar que o texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo. Como Bakhtin dizia da linguagem que ela '*refrata*' o mundo e não reflete, também podemos afirmar do texto que ele *refrata o mundo* na medida em que o reordena e reconstrói. [...] (Marcuschi, 2008, p. 72).

Os dizeres do linguista foram pertinentes ao descrever o texto como um conjunto de múltiplos significados e de potencial social e histórico por essência, pois ressalta o valor das interações e do contexto para a construção e interpretação textual, para o estabelecimento da verossimilhança do que é produzido e a própria realidade daquele que se expressa.

Para fins do artigo, os chamados texto e contexto serão denotados nos parâmetros da Linguística Sistemico-Funcional, desenvolvida entre as décadas de 50/60 com Michael Alexander Kirkwood Halliday. De antemão, para entender seus preceitos basilares, é preciso destacar sua visão de linguagem como um sistema sociosemiótico, em que a relação emissor-receptor ocorre em diferentes situações sociocomunicativas.

Assim, para Halliday (1985; 1994), a língua é formada por dois elementos essenciais, a forma e a função. Sabe-se que a abordagem da Língua Portuguesa em sala de aula parte do trabalho com o texto e os gêneros textuais e suas respectivas tipologias, ou seja, foca-se na estrutura do escrito e sua funcionalidade social. Sobre isso, a BNCC (Brasil, 2018) prevê que:

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses (Brasil, 2008, p. 67)

Além disso, pode-se afirmar que o sistema linguístico torna a linguagem um “potencial de significados”, pois é possível expressar ideias, sentimentos e informações mediante variadas escolhas de ordem contextual, como ratificam Halliday e Matthiessen (2014 p. 22). Consequentemente, é funcional por permitir a realização de diferentes funções, seja a de referenciar o mundo, de persuadir o interlocutor ou de causar sensações.

Nessa linha, o texto é igualmente visto com uma prática social, determinada por um dado contexto situacional e baseado em uma rede de interlocutores, concretizando-se finalmente no formato de um gênero. Assim, na criação de sentidos, há influência do meio nos processos de produção e circulação:

Nós podemos definir texto, talvez da forma mais simples, dizendo que ele é a língua que é funcional. Por funcional, queremos dizer simplesmente que a língua está sendo usada em algum contexto, em oposição a palavras ou sentenças isoladas que poderiam ser colocadas em um quadro (...). Assim, qualquer instância de língua viva inserida em um contexto de situação, podemos denominar texto. Ele pode ser escrito ou falado, ou de fato em qualquer outro meio de expressão que nos leva a refletir (Halliday; Hasan, 1989, p. 10).

Portanto, o texto não apenas cria significados, mas também contribui para a expressividade de nossas ideologias, crenças e pensamentos, fornece a possibilidade de agir no coletivo, transformando-o a partir de uma posição crítica.

1.2 Texto dissertativo-argumentativo

Após observar o caráter sistêmico e funcional da linguagem para a LSF, vê-se como esta destaca a tipificação do código em situações específicas, as quais criam uma forma contextualmente constrangida de registro. Há um campo situacional, uma relação entre interlocutores e um modo de expressar/passar uma mensagem para cada forma de comunicação, bem como um contexto cultural que contribui com a interpretação do que é passado. O texto é, então, qualquer unidade de significado que faça sentido para alguém.

Arelado ao dizer, há formas de expressão contextualmente determinadas em tipos e gêneros textuais distintos, que podem, em certas situações, se fundir, gerando um hibridismo de gêneros. Podemos optar por narrar um acontecimento, expor conceitos, descrever um passo a passo ainda argumentar sobre um determinado tópico. Diferentes gêneros podem fazer uso de uma mesma tipologia textual ou até mesmo fazer uma articulação entre duas ou mais tipologias. Como visto na BNCC (Brasil, 2018), o ensino de línguas é feito pelo texto e, especificamente, a partir de gêneros textuais como uma forma de participação social. Sobre isso, Gouveia (2013 apud Serra, 2017), trata a relação entre o gênero e saber como:

A pedagogia da literacia baseada no género permite aos professores utilizar para leitura os seus materiais de ensino habituais, de modo a que os alunos sejam capazes de mobilizar estas leituras na produção de textos escritos de qualidade em todas as áreas do currículo, desenvolvendo a literacia e acelerando, deste modo, a sua aprendizagem (Gouveia, 2013 apud Serra, 2017, p.15).

Desse modo, o aprendizado por meio de gêneros pode favorecer o desenvolvimento dos quatro eixos do ensino de Língua Portuguesa (leitura, produção textual, oralidade e análise linguística-semiótica), na medida em que o estudante lida com práticas sociais vivas e contextualizadas. Os traços formais estabelecidos pelos gêneros, por meio das tipologias, criam espécies textuais diretamente relacionadas aos propósitos interativos. Por trás do discurso oralizado ou escrito, há intenções, papéis e contextos.

Sabe-se que a escola possui contato direto com o mundo do trabalho e com a vida social. Assim, grande parte dos escritos produzidos no contexto escolar detém a finalidade de preparar o educando para a realização de exames externos, como os vestibulares, que irão garantir uma vaga em um curso superior e, possivelmente, um espaço no mercado de trabalho. Nessa tríplice relação, o foco é desenvolver a capacidade dissertativo-argumentativa, tendo em vista que um dos pilares da educação é o do estabelecimento do senso crítico. Cabe ao aluno, ao final da Educação Básica, deter o saber interpretativo e a capacidade de escrever sobre temáticas oriundas do seu próprio meio. Por outro lado, segundo Serra (2017, p. 14), não é isso que se observa, uma vez que:

Os textos mais presentes em provas de vestibulares, bem como os exigidos em redações são os textos argumentativos; por isso são os mais trabalhados nos anos finais do Ensino Básico. No entanto, tem-se visto que muitos alunos não têm conseguido compreender as estruturas que envolvem esse tipo de texto, desconhecendo as partes que o compõem e, dessa forma, não sendo capazes de (re)produzi-lo, por mais que ele seja estudado no 9º ano e nas três séries do Ensino Médio. Ao tentarem reproduzir o texto chamado 'dissertativo argumentativo', entrelaçam-no com outros tipos de texto, como o narrativo, inadequadamente, de forma que o desconfigurem como tal. Ao se pedir um texto trazido de casa sobre determinado assunto, alguns fazem uso de cópias, alegando "ser muito difícil" desenvolver as argumentações nas configurações desse tipo de texto.

Acredita-se que as dificuldades encontradas nas criações de textos do tipo dissertativo-argumentativo são o reflexo de um ensino meramente formal que despreza o amadurecimento da criticidade no estudante. Um docente de linguagens sabe que o seu dever é trabalhar por meio de textos, porém, muitas vezes, o utiliza como pretexto para o ensino de regras gramaticais, talvez por considerar desnecessário uma metodologia contextualizada ou por ter uma formação centrada na normatividade. Logo, ausenta-se do seu ofício exigido pelos PCNs:

Formar escritores competentes, supõe, portanto, uma prática continuada de produção de textos na sala de aula, situações de produção de uma grande variedade de textos de fato e uma aproximação das condições de produção às circunstâncias nas quais se produzem esses textos. Diferentes objetivos exigem diferentes gêneros e estes, por sua vez, têm suas formas características que precisam ser aprendidas (Brasil, 1998, p. 49).

Com base no *corpus* do presente artigo, tem-se a descrição de textos do tipo dissertativo-argumentativo, especialmente, a redação do ENEM, que, em todas as edições do Exame Nacional do Ensino Médio, apresenta um número mínimo de textos nota 1000, contrariamente ao esperado, tendo como base que a avaliação é ofertada a todas as unidades da federação. Com os dados expostos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vê-se um extenso número de notas 0, que refletem os entraves na escrita decorrentes da Educação Básica.

Isso porque, apesar dos critérios avaliativos, o formato da prova escrita é semelhante ao gênero redação escolar. Mesmo com a situação sociodiscursiva do exame, a finalidade de ambos os textos é a de analisar o desempenho no processo de escrita de um material de natureza argumentativa. Espera-se do candidato, dessa forma, a defesa de sua visão acerca de temas de cunho científico, cultural ou político, a fim de convencer a banca examinadora de que seu posicionamento é válido, coeso e coerente. Consoante Oliveira (2016):

Na redação do ENEM, exige-se que se respeitem certos aspectos estruturais caracterizados na estrutura composicional, a articulação de ideias e a organização da argumentação. A participação de atores sociais é representada por quem produz o texto e também por quem avalia o texto. Como as instituições de ensino orientam de alguma forma os alunos a reproduzirem a estrutura da redação do ENEM, podemos afirmar que a reprodução dos textos analisados que tiraram nota 1.000 é, ao mesmo tempo, produção de estruturas de novo, bem como exemplo de estruturas disponíveis como um meio para a ação. Isto é, elas se constituem em modelos disponíveis para a futura memória, a interpretação e o uso (Oliveira, 2016, p. 107).

Cabe ao vestibulando, acima de tudo, interpretar a proposta temática, realizar a delimitação dos tópicos a serem discutidos e expor sua tese ou ponto de vista. Durante as 5h30min disponibilizadas para a realização do exame, além de responder a noventa questões, o candidato deverá articular suas ideias em um texto de até trinta linhas, contendo introdução, desenvolvimento e conclusão, o que requer preparo prévio e amplo conhecimento de mundo.

De acordo com a Cartilha do Estudante, a produção deverá atingir basicamente o conteúdo temático, a estrutura composicional e o estilo formal da língua. A partir do tema e da tese selecionada, argumentos serão validados e seguidos de uma proposta de intervenção viável para a resolução do problema.

Para todo texto produzido, há um contexto de circulação. Diferentemente da redação escolar em que só há um avaliador, isto é, o próprio professor da disciplina, na redação do ENEM há uma banca examinadora, normalmente composta por dois avaliadores. Como posto por Oliveira (2016):

No contexto de circulação, a redação do ENEM, após ser redigida pelo candidato, passa para as etapas de correção pela equipe avaliadora do exame. Sua circulação é interna para preservar a identidade do candidato, mas segue um processo em que o texto é avaliado por mais de um corretor/avaliador. Essas etapas de correção regem-se pela discrepância de notas atribuídas pelos corretores, podendo a redação ser avaliada pela terceira e/ou quarta banca para chegar à nota definitiva. Após a

correção, algumas dessas redações, geralmente que obtiveram pontuação máxima, são divulgadas pela mídia eletrônica através de sites com o objetivo de demonstrá-las como o padrão de texto exigido pelo exame (Oliveira, 2016, p. 109-110).

No quadro abaixo, retirado da Cartilha do Participante disponibilizada pelo INEP, são apresentadas as cinco competências cobradas no momento da correção das redações.

Figura 1. Cinco competências solicitadas nas redações do Enem

COMO A REDAÇÃO SERÁ AVALIADA?

Os dois professores avaliarão seu desempenho de acordo com os critérios do quadro a seguir:

Competência 1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Imagem retirada da Cartilha do Participante – Portal do INEP

Logo, vê-se que para garantir a defesa do posicionamento e persuadir a banca, são necessários não apenas conhecimentos linguísticos, mas também extralinguísticos, capazes de confirmar a compreensão da proposta, de relacionar as ideias e de elaborar uma intervenção lógica para o flagelo de domínio social, garantindo, assim, a nota máxima: 1000.

2 Metafunções da linguagem

Halliday, em sua obra *An introduction to Functional Grammar* (2004), traz uma introdução aos elementos constituintes da Gramática Funcional. Após a explanação dos tópicos basilares da LSF, isto é, *sistema e função*, o autor explana como a linguagem é capaz de fornecer ao falante uma vasta rede de escolhas léxico-gramaticais, as quais podem e são utilizadas em distintos contextos pelos participantes de situações sociodiscursivas.

Nesse percurso, o sistema oferece ao emissor a possibilidade de agir, transformar ou persuadir o outro a quem este destina a mensagem, pois há diferentes formas de expressar o seu dizer para atingir determinados objetivos. Para o linguista, os significados são extraídos de uma

LINHA D'ÁGUA

estrutura gramatical composta por um núcleo verbal, isto é, a oração, estabelecendo um diálogo entre o Sistema de Transitividade e as Metafunções da linguagem, especificamente a chamada Ideacional, que é a base para a construção deste artigo. Além dessa, há outras duas, a Interpessoal e a Textual, que serão brevemente discutidas.

A metafunção ideacional é a responsável por codificar vivências, percepções de mundo e sentimentos a partir de estruturas léxico-gramaticais, capazes de representar a experiência e elaborar significados oriundos dela. Tal realização ocorre pelo Sistema de Transitividade, formado por processos (eixos verbais), participantes (animados ou inanimados) e circunstâncias. Tais elementos serão mais amplamente explanados no tópico seguinte.

A metafunção interpessoal é a expressão dos significados decorrentes das relações estabelecidas entre indivíduos, mediante seus papéis e objetivos sociais. Em situações comunicativas, são criados acordos e rede de trocas, ora o falante exerce a função de emissor, ora de receptor. Nesse caso, Halliday (2004) descreve dois subsistemas: o Modo (formado pelo sujeito) e o Finito (acontecimento).

A metafunção textual ressalta a necessidade de uma construção lógica na expressão das experiências e na execução dos papéis dentro do discurso. Refere-se ao conhecimento cognitivo dos processos de articulação/coesão que associa os tópicos frasais na materialização textual. Há duas subdivisões, Tema (assunto tratado) e Rema (parte do escrito que desenvolve a temática). De acordo com Neves:

Na LSF, enquanto a organização da semântica frasal é realizada pelo sistema da transitividade, caracterizada fundamentalmente pela seleção de processos e de seus participantes, a organização semântica do texto diz respeito às relações coesivas que tecem o encadeamento textual (Neves, 2004, p. 71 apud Valério, 2012, p. 24).

Para os objetivos do trabalho, serão descritos os processos, participantes e circunstâncias vistas na perspectiva frasal, a fim de verificar a ocorrência da metafunção ideacional e os diálogos estabelecidos entre o Sistema de Transitividade e as nominalizações.

3. Sistema de Transitividade Verbal e nominalizações

É nas interações sociodiscursivas que o ser humano expressa seus sentimentos, desejos e executa ações para a concretização de suas ideias. Este indivíduo, enquanto participante ativo ou passivo dos eventos ocorridos em seu entorno, guarda experiências internas e externas que são concretizadas pela linguagem. A linguagem, então, serve para a realização de diferentes funções, como posto por Halliday (2004). Entre elas, tem-se a Ideacional, responsável por extrair significados de tais vivências. Essa e as demais metafunções estudadas pelo autor foram discutidas no tópico anterior.

Nessa representação das experiências de mundo, para o linguista, a oração dentro do Sistema de Transitividade é a estrutura que especifica quais os elementos integrantes das trocas

comunicativas, isto é, aquele que participa de uma dada atividade dentro de circunstâncias características. Na perspectiva dessa organização frasal, haverá participantes, processos (eixos verbais) e circunstâncias (advérbios ou locuções adverbiais) que assumem função nominal.

Dependendo do significado produzido, teremos classificações distintas das ações realizadas, bem como dos integrantes motivadores. Os processos constituem o núcleo da frase verbal e são refletidos pelos grupos verbais, podendo ser considerados centrais/primários (materiais, mentais e relacionais) ou secundários (verbais, comportamentais e existenciais). Já os participantes, podem ser seres animados ou inanimados, que realizam ou sofrem ações e são compostos de grupos nominais. No que se refere às circunstanciais, como estas são formadas por advérbios ou locuções adverbiais, elas indicarão o lugar, o modo, o tempo, a causa dos eventos ocorridos etc.

Dito isso, os processos materiais refletem a experiência externa, do mundo real e se subdividem em criativos (elaboram algo) ou transformativos (transformam o estado de algo). Os participantes, nesse caso, serão tidos como: ator (realiza a ação), meta (sofre a ação), escopo (não é atingido pela ação), beneficiário (recebe um benefício resultante da ação), atributo (característica resultante do processo). Verbos como agir, fazer ou acontecer são utilizados.

Os mentais são oriundos da rede mental ou da cognição do participante, o qual representa suas emoções, conhecimentos ou desejos. Nesse sentido, o atuante será chamado de experienciador e estará ligado a um fenômeno (aquilo que foi percebido). O outro componente dos processos primários é o relacional, que reflete a interação entre dois interlocutores. Tais relações são chamadas de atributivas (classificadoras) – há um portador e um atributo – ou identificadoras (definidoras) – identificado/característica e identificador/valor. Verbos como ser, ficar, parecer serão empregados.

No que diz respeito aos processos secundários, os verbais apresentam o “dizer”, o “falar”, criam diálogos entre participantes. Tais participantes serão nomeados como dizente (aquele que emite uma mensagem), a verbiagem (o que é falado/o conteúdo), o alvo (que se afeta pela mensagem) e o receptor (ou destinatário). Os comportamentais expressam comportamentos ligados ao psicológico ou a realizações físicas. Nesse contexto, há o comportante (atuante) e o comportamento. Ainda, há os processos existenciais, ligados ao existir ou acontecer, com os verbos elementares “haver”, “existir”, “ocorrer” e seus sinônimos. O participante é o existente, sendo material ou um fenômeno.

Na explanação de tais processos, incluindo os primários e secundários, conforme Halliday e Matthiessen (2014, p. 216, apud Miranda, 2021, p.62) expõem, vê-se:

[...] que não há prioridade entre os tipos de processos, embora sejam ordenados. Concomitantemente, é de suma importância que sua representação visual seja em forma circular, em vez de linear, por exemplo. Os autores ainda acrescentam que, para ser mais precisa, a representação deveria se aproximar de uma esfera, havendo continuidade ao longo do loop [...] (Miranda, 2021, p. 62).

É válido ressaltar, ainda, que um mesmo núcleo verbal pode pertencer a mais de uma categoria, como por exemplo, os comportamentais que podem refletir elementos materiais

[...] ou seja, para a identificação das categorias, é necessário levar em consideração tanto o contexto quanto as relações semânticas, pois, como visto nos exemplos, um mesmo grupo verbal pode realizar mais de um tipo de processo em função de suas combinações léxico-gramaticais [...] (Fuzer; Cabral, 2014, p. 43 apud Miranda, 2021, p. 63).

Entende-se, portanto, que apesar do estudo do Sistema de Transitividade ocorrer com base na oração e nos elementos morfossintáticos, estes fazem interface com o contexto situacional e com o uso de nominalizações, já que mesmo com a existência de certos padrões interacionais, na troca comunicativa, podem existir reações inesperadas ou experiências conflitantes que alteram o fluxo da relação entre os participantes ou modificam as circunstâncias.

4 A importância da função ideacional na defesa do posicionamento na sociedade

Um conceito muito pertinente dentro da Linguística é o da chamada “metáfora gramatical”, em que há a troca de processos verbais por nomes, com o objetivo de transformar ideias mais concretas em abstratas, de tornar o discurso mais objetivo e impessoal (Halliday, 1994). Para Sardinha (2007, p. 48), tem-se dois tipos de metáfora gramatical, a interpessoal e a ideacional, mas para atender aos objetivos do artigo, será explanada a segunda.

A metáfora gramatical ideacional explora as categorias primárias e secundárias dos vocábulos, como a transformação de verbos em substantivos, isto é, a elaboração de nominalizações. Nesse universo, Sardinha (2007) ratifica que há uma ligação entre os estratos léxico-gramatical e da semântica do discurso.

Tendo em vista a sua funcionalidade do dizer, o da impessoalidade, a metáfora gramatical transfigura-se como uma ótima alternativa para produções de textos dissertativo-argumentativos, como o gênero redação.

À vista disso, o ensino da escrita tem sido um grande desafio para muitos profissionais, pois estes veem a língua, muitas vezes, apenas do ponto de vista da norma e da prescrição do código, rejeitando o conhecimento proveniente do aluno e sua relação anterior com a escrita. Não há, na maioria dos casos, o desenvolvimento da noção de autoria, do entendimento dos processos de produção, circulação e recepção. De acordo com Franchi (1998):

De um lado, os alunos são submetidos a contínuos trabalhos com notas, questionários que chegam a lhes causar tensões e ansiedades; de outro lado, recebem da escola um mundo de conteúdos insólitos que não têm nem significação nem utilidade imediata para eles (Franchi, 1998, p. 14).

É preciso, ainda, refletir com o aluno sobre a sua importância na produção escrita, no seu papel de autor e dos possíveis impactos de suas palavras para os leitores em questão. Reconhece-se que a escola cobra resultados, principalmente nos vestibulares, mas que existe uma função social até mesmo na redação que é prevista no ENEM e no Sistema Seriado de Avaliação (SSA/UPE), por exemplo.

Ao produzir uma proposta de intervenção para a temática “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”, o discente poderia dizer que “a venda de dados particulares de usuários se mostra um grande problema” (trecho extraído da redação de W. C.) em que ao falar da “venda de dados”, ele tira o sujeito responsável por essa venda.

Seguindo essa linha, é concebível garantir o que é proposto pela BNCC (Brasil, 2018, p. 68) para o ensino do Português, haja vista que “Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica”. Ou seja, com o desenvolvimento da escrita e de estratégias como a *Métaphora Gramatical Ideacional*, seria possível defender verdadeiramente posicionamentos no corpo social, não apenas pela persuasão ou convencimento, mas antes de tudo pela capacidade de criar significados distintos dentro da própria língua.

5 Percurso metodológico

Para a realização do artigo proposto, foi realizado um estudo sobre a produção de textos dissertativo-argumentativos no formato do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), buscando verificar a presença de nominalizações no processo argumentativo. O *corpus* investigado foi composto de quatro redações nota 1000, oriundas de distintas localizações do país e extraídas de sites da internet, como a Cartilha do Participante, presente no portal do INEP.

No primeiro momento, observou-se o campo alvo e traçou-se um perfil dos processos verbais encontrados em cada período frasal, dividido em quatro partes gerais, a saber introdução, desenvolvimentos 1 e 2 e conclusão, composta de proposta de intervenção. Os textos são do ano de 2021. No segundo momento, fez-se a associação entre os tipos de processo realizados e as nominalizações estabelecidas, ora tidas como deverbais, ora denominadas como sistêmicas ou mortas.

Ao final da pesquisa, foi possível caracterizar as nominalizações mais recorrentes e o seu papel na construção da argumentação necessária aos textos do tipo dissertativo-argumentativo, a partir de uma fundamentação teórica sistêmico-funcional.

6 Análise e discussão dos dados

Com base no objetivo geral deste artigo, o de identificar, descrever e analisar o papel da Metáfora Gramatical Ideacional na expressividade de experiências vividas por participantes em determinadas circunstâncias, serão analisadas quatro redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), publicadas pela Cartilha Oficial. Os textos recolhidos são de quatro candidatas, oriundas de distintos estados do país. Tais materiais seguiram a temática do ano de 2021, a saber: **“Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”**. As produções serão denominadas A, B, C e D e observadas a partir da relação entre as nominalizações e o Sistema de Transitividade, tópicos descritos na fundamentação teórica (Quadro 1).

Quadro 1. Redação A – F. K. Q. N. (PE)¹

Introdução
Em “Vidas secas”, obra literária do modernista Graciliano Ramos, Fabiano e sua família vivem uma situação degradante marcada pela miséria.
Na trama, os filhos do protagonista não recebem nomes, sendo chamados apenas como o “mais velho” e o “mais novo”, recurso usado pelo autor para evidenciar a <u>desumanização</u> do indivíduo.
Ao sair da ficção, sem desconsiderar o contexto histórico da obra, nota-se que a problemática apresentada ainda percorre a atualidade: a não <u>garantia</u> de cidadania pela invisibilidade da falta de registro civil.
A partir desse contexto, não se pode hesitar – é imprescindível compreender os impactos gerados pela falta de <u>identificação</u> oficial da população.
Desenvolvimento
Com efeito, é nítido que o deficitário registro civil repercute, sem dúvida, na persistente falta de <u>pertencimento</u> como cidadão brasileiro.
Isso acontece, porque, como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil é necessária a <u>coexistência</u> dos direitos sociais, políticos e civis.
Sob essa ótica, percebe-se que, quando o pilar civil não é garantido – em outras palavras, a não <u>efetivação</u> do direito devido à <u>falta</u> do registro em cartório –, não é possível fazer com que a cidadania seja alcançada na sociedade.
Dessa forma, da mesma maneira que o “mais novo” e o “mais velho” de Graciliano Ramos, quase 3 milhões de brasileiros continuam por ser invisibilizados: sem nome oficial, sem <u>reconhecimento</u> pelo Estado e, por fim, sem a dignidade de um cidadão.
Além disso, a <u>falta</u> do <u>sentimento</u> de cidadania na população não registrada reflete, também, na <u>manutenção</u> de uma sociedade historicamente excludente.
Tal questão ocorre, pois, de acordo com a análise da antropóloga brasileira Lília Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há a <u>formação</u> de um ideal de coletividade – ou seja, de uma “Nação” ao invés de, meramente, um “Estado”.
Com isso, o caráter de desigualdade social e exclusão do diferente se mantém, sobretudo, no que diz respeito às pessoas que não tiveram acesso ao registro oficial, as quais, frequentemente, são obrigadas a lidar com situações humilhantes por parte do restante da sociedade: das mais diversas <u>discriminações</u> até o fato de não poderem ter qualquer outro documento se, antes, não tiverem sua <u>identificação</u> oficial.

¹ Candidata F. K. Q. N. (20 anos) – Publicado no site do ENEM

Proposta de Intervenção
Portanto, ao entender que a <u>falta</u> de cidadania gerada pela invisibilidade do não registro está diretamente ligada à exclusão social, é tempo de combater esse grave problema.
Assim, cabe ao Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ampliar o acesso aos cartórios de registro civil.
Tal ação deverá ocorrer por meio da <u>implantação</u> de um Projeto Nacional de Incentivo à Identidade Civil, o qual irá articular, junto aos gestores dos municípios brasileiros, campanhas, divulgadas pela mídia socialmente engajada, que expliquem sobre a <u>importância</u> do registro oficial para garantia da cidadania, além de <u>instruções</u> para realizar o processo, a fim de mitigar as desigualdades geradas pela falta dessa documentação.
Afinal, assim como os meninos em “Vidas secas”, toda a população merece ter a <u>garantia</u> e o <u>reconhecimento</u> do seu nome e identidade.

Fonte: site do ENEM.

A redação foi desenvolvida pela vestibulanda em quatro parágrafos, seguindo as três partes integrantes do texto dissertativo-argumentativo: introdução, desenvolvimento (D1 e D2) e conclusão. Na introdução, nos quatro períodos realizados, foram encontradas três palavras com nominalizações deverbais (desumanização < desumanizar; garantia < garantir; identificação < identificar). Pôde-se observar, no diálogo entre o Sistema de Transitividade e as nominalizações, a ocorrência de dois processos materiais (desumanizar, garantir), bem como de um processo relacional (identificar). Ainda, que para o uso de formas nominalizadas, é necessário alterar elementos gramaticais, como visto no desempacotamento do trecho:

- a. (...) a não garantia de cidadania pela invisibilidade da falta de registro civil.
- b. (...) A invisibilidade da falta do registro civil serve para não garantir a cidadania.

A realização de (a) implicou, além da mudança de classe gramatical (verbo > substantivo), o acréscimo do artigo definido ‘a’ – determinante do nome – e a inclusão da preposição ‘de’ para o acréscimo de um sintagma nominal de complementação sintática/semântica do termo nominalizado. A ‘invisibilidade’ que seria o ator da sentença, tornou-se um agente da passiva. Tal transformação serviu para destacar a falta de cidadania de muitos indivíduos, mesmo que a estrutura frasal tenha descentralizado o motivo causador (*a invisibilidade*).

No desenvolvimento, unindo o D1 e o D2, foram identificadas nove nominalizações deverbais (algumas repetidas). Com diferentes processos, desde o material ao existencial, notou-se tais mudanças: pertencimento > pertencer; coexistência > coexistir; efetivação > efetivar; falta > faltar; reconhecimento > reconhecer; sentimento > sentir; manutenção > manter; formação > formar-se; discriminações > discriminar.

Na conclusão, ao propor uma proposta de intervenção, a autora fez o emprego de cinco nominalizações, a saber: implantação > implantar; importância > importar-se; instruções > instruir; e repetiu ‘garantia’ e ‘reconhecimento’. Desses, apenas ‘importância’ é uma

nominalização sistêmica ou morta, tendo em vista que sua referência habitual é ao termo 'importante', um adjetivo.

Além de possibilitar o discurso mais abstrato, observou-se a contribuição das nominalizações na construção da coesão textual. Por meio da repetição simples de 'garantia' e 'reconhecimento', no último parágrafo, foi possível reforçar a tese defendida pela autora, de que é necessário garantir a cidadania do indivíduo a partir do reconhecimento de sua identidade (Quadro 2).

Quadro 2. Redação B – I. F. (RJ)²

Introdução
O conceito "Cidadanias Mutiladas", do geógrafo brasileiro Milton Santos, explicita que a <u>democracia</u> só é efetiva quando atinge a totalidade do corpo social.
A partir dessa perspectiva, é possível observar que a realidade contemporânea brasileira se distancia desse ideal democrático, uma vez que inúmeros indivíduos ainda permanecem em uma situação de invisibilidade acarretada pela <u>ausência</u> do registro civil - o qual atua como uma ferramenta de <u>garantia</u> de acesso à cidadania no país.
Desse modo, é essencial analisar os principais propulsores desse contexto hostil: o descaso governamental e a <u>falha</u> educacional.
Desenvolvimento
Sob esse viés analítico, é importante destacar, a princípio, que a <u>inoperância</u> é um fator preponderante para a <u>ocorrência</u> dessa problemática.
Esse cenário decorre do fato de que, assim como pontuou o economista norte-americano Murray Rothbard, uma parcela dos representantes governamentais, ao se orientar por um viés individualista e visar um retorno imediato de capital político, negligencia a <u>conservação</u> de direitos sociais indispensáveis, como a <u>garantia</u> de registro civil.
Em <u>decorrência</u> dessa indiligência do poder público, cria-se um ambiente propício para a <u>precarização</u> infraestrutural de locais especializados no aporte de documentação pessoal - materializada na carência de cartórios, sobretudo, em regiões mais afastadas dos centros urbanos.
Logo, é notório que a <u>omissão</u> do Estado perpetua o deficitário acesso à cidadania.
Além disso, é válido ressaltar que a lacuna no sistema de <u>educação</u> potencializa essa conjuntura.
Isso acontece porque, desde o século XX, com a <u>implementação</u> de um formato tradicionalista de ensino pelo ex-presidente Vargas, cristalizou-se um modelo educacional que negligencia o aprendizado de temas transversais, a exemplo de concepções básicas da cidadania.
Nessa perspectiva, com o <u>desconhecimento</u> de parte da população - oriundo da escassez instrutiva - sobre a relevância da <u>garantia</u> de direitos, há uma <u>invisibilização</u> da situação sofrida pelas pessoas que não possuem documentos basilares, como a certidão de nascimento.
Como consequência disso, mantém-se o quadro de <u>ausência</u> de ações sociais efetivas no que tange à reversão desse contexto, fragilizando, com isso, a isonomia presente nas relações democráticas.
Dessa forma, é imprescindível combater a <u>falha</u> do processo educacional, visto que marginaliza uma classe da sociedade.

² Candidata I. F. (21 anos) – Publicado no site do ENEM

Proposta de Intervenção
É evidente, portanto, a necessidade de medidas que solucionem os desafios impostos à <u>garantia</u> de acesso à cidadania no Brasil.
Por isso, o Ministério Público - órgão responsável pela <u>defesa</u> dos interesses sociais - deve, por meio da <u>fiscalização</u> da <u>aplicação</u> dos poderes estatais, pressionar o Estado no que se refere ao aporte de infraestrutura ao setor que oferta o registro civil, a fim de que a <u>retirada</u> desse documento seja ampliada para as diversas regiões do país.
Ademais, as instituições escolares públicas e privadas devem, por intermédio de palestras, instruir os alunos acerca da <u>importância</u> da documentação pessoal, com o objetivo de minimizar a <u>invisibilização</u> desse tema, e, com isso, estimular atitudes combativas à conjuntura de indivíduos sem registro.
Assim, o ideal do geógrafo Milton Santos será, de fato, uma realidade no país.

Fonte: site do ENEM

Na redação B, reconheceu-se ao todo vinte e três nominalizações, todas formadas mediante processos materiais, que serão apresentadas no quadro 3.

Quadro 3: Nominalizações por meio de processos materiais

Nomes	Verbos (processos materiais)
Democracia	Democratizar
Ausência (2x)	Ausentar-se
Garantia (3x)	Garantir
Falha (2x)	Falhar
Inoperância	Inoperar
Ocorrência	Ocorrer
Conservação	Conservar
Decorência	Decorrer
Precarização	Precarizar
Omissão	Omitir
Educação	Educar
Implementação	Implementar
Desconhecimento	Desconhecer
Invisibilização	Invisibilizar
Defesa	Defender
Fiscalização	Fiscalizar
Aplicação	Aplicar
Retirada	Retirar
Importância	Importar-se

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Dessas, três podem ser agrupadas como sistêmicas ou mortas (Halliday, 2004), pois não há uma relação instantânea entre o vocábulo e o eixo verbal, são elas: *inoperância*, *invisibilização* e *importância*, que remetem aos seguintes adjetivos, respectivamente: inoperante, invisível e importante.

No processo de desempacotamento de um trecho do D1, tem-se:

a. Logo, é notório que a omissão do Estado perpetua o deficitário acesso à cidadania.

b. O Estado se omite na oferta do acesso à cidadania.

Nesse caso, vê-se que a vestibulanda opta por focalizar na ação, visto que é apresentada de forma metaforizada, enquanto substantivo, a fim de descentralizar o ator (*Estado*). O termo “do estado”, a partir do ponto de vista sintático, funciona como adjunto adnominal, servindo apenas para especificar o núcleo do sujeito, o qual é o agente da não garantia do registro civil, ratificando-se, assim, a estratégia da impessoalidade do dizer pela nominalização, defendida por Halliday (2004).

Quadro 4. Redação C – M. M. (PB)³

Introdução
No célebre texto “As Cidantias Mutiladas”, o geógrafo brasileiro Milton Santos afirma que a <u>democracia</u> só é efetiva à medida que atinge a totalidade do corpo social, isto é, quando os direitos são desfrutados por todos os cidadãos.
Todavia, no contexto hodierno, a invisibilidade intrínseca à falta de documentação pessoal distancia os brasileiros dos direitos constitucionalmente garantidos.
Nesse cenário, a <u>garantia</u> de acesso à cidadania no Brasil tem como estorvos a <u>burocratização</u> do processo de <u>retirada</u> do registro civil, bem como a indiferença da sociedade diante dessa problemática.
Desenvolvimento
Nessa perspectiva, é importante analisar que as dificuldades relativas à retirada de documentos pessoais comprometem o acesso à cidadania no Brasil.
Nesse sentido, ainda que a gratuidade do registro de nascimento seja assegurada pela lei de número 9.534 da Carta Magna, os problemas associados à documentação civil ultrapassam a esfera financeira, haja vista que a demanda por registros civis é incompatível com a disponibilidade de vagas ofertadas pelos órgãos responsáveis, o que torna o processo lento e burocrático.
Sob tal óptica, a realidade brasileira pode ser sintetizada pelo pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu, o qual afirma que a “violência simbólica” se expressa quando uma determinada parcela da população não usufrui dos mesmos direitos, fato semelhante à falta de acesso à cidadania relacionada aos imbróglis da <u>retirada</u> de documentos de <u>identificação</u> no País.
Outrossim, é válido destacar a <u>ausência</u> de <u>engajamento</u> social como fator que corrobora a invisibilidade intrínseca à <u>falta</u> de documentação.
Fica claro, pois, que a indiferença da sociedade diante da <u>importância</u> de assegurar o acesso aos registros civis para todos os indivíduos silencia a temática na conjuntura social, o que compromete a cidadania de muitos brasileiros, haja vista que a posse de documentos pessoais se faz obrigatória para acessar os benefícios sociais oferecidos pelo Estado.
Sob esse viés, é lícito referenciar o pensamento do professor israelense Yuval Harari, o qual, na obra “21 Lições para o Século XXI”, afirma que grande parte dos indivíduos não é capaz de perceber os reais problemas do mundo, o que favorece a <u>adoção</u> de uma postura passiva e apática.
Proposta de Intervenção
Torna-se imperativo, portanto, que cabe ao Ministério da Cidadania, como importante autoridade na <u>garantia</u> dos direitos dos cidadãos brasileiros, facilitar o processo de <u>retirada</u> de documentos pessoais no Brasil.
Tal medida deve ser realizada a partir do aumento de vagas ofertadas diariamente nos principais centros responsáveis pelos registros civis, além do <u>estabelecimento</u> de um maior número de funcionários, a fim de tornar o <u>procedimento</u> mais dinâmico e acessível, bem como garantir o acesso à cidadania aos brasileiros.
Ademais, fica a cargo do Ministério das Comunicações estimular o <u>engajamento</u> social por meio de propagandas televisivas e nas redes sociais, com o fito de dar visibilidade à temática e assim assegurar os direitos cidadãos.

Fonte: site do ENEM

³ Candidata M. M. (20 anos) – Publicado no site do ENEM

Na redação C (quadro 4), foram encontradas dezesseis transformações de processos em nomes, com alguns repetidos por repetição simples, à guisa de organização (quadro 5):

Quadro 5. Nominalizações por meio de processos

Nomes	Verbos (processos)
Democracia	Democratizar
Garantia (2x)	Garantir
Burocratização	Burocratizar
Retirada (3x)	Retirar
Identificação	Identificar
Ausência	Ausentar-se
Engajamento	Engajar
Falta	Faltar
Importância	Importar-se
Adoção	Adotar
Estabelecimento	Estabelecer
Procedimento	Proceder

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Ao analisar tais usos nominalizados, é válido destacar que alguns dos termos, no processo de substantivação, tiveram apenas a retirada da desinência de infinitivo 'r', como nos casos 'garantia' e 'falta'. Além disso, a palavra 'retirada' pôde ser enquadrada como substantivo devido ao emprego da contração 'da' (preposição 'de' mais artigo definido 'a'), podendo ser reconhecida como verbo no particípio em outras construções sintáticas.

No desempacotamento do tópico frasal (primeiro período) do D2, verifica-se:

Forma metaforizada:

a. *Outrossim, é válido destacar a ausência de engajamento social como fator que corrobora a invisibilidade intrínseca à falta de documentação.*

Uso congruente, comum:

b. *O grupo social se ausenta e não se engaja no processo de visibilização por meio de documentos*

Mais uma vez, nota-se a escolha da autora de utilizar formas nominalizadas com o objetivo de tornar o discurso mais abstrato e impessoal. Ao tratar do *engajamento social*, ela descentraliza as ações que devem ser realizadas pelos indivíduos no meio coletivo.

Quadro 6. Redação D – E. S. (MG)⁴

Introdução
A cidadania, no contexto relativo à Grécia Antiga, era restrita aos homens aristocratas, maiores de vinte e um anos, que participassem do sistema político de <u>democracia</u> direta do período.
Diferentemente dessa conjuntura, a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional, de modo que a <u>oficialização</u> dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento.
Nesse contexto, convém apresentar que, em virtude da <u>ausência</u> dessa documentação, diversas pessoas passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal e, com isso, são privadas da verdadeira cidadania no país.
Desenvolvimento
Acerca dessa lógica, é necessário pontuar a dificuldade da parcela da população brasileira, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no acesso ao <u>procedimento</u> de registro civil.
Sob esse viés, destaca-se que, segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o <u>Desenvolvimento</u> , o Brasil é o último país mais desigual do mundo, condição que implica a <u>existência</u> de indivíduos tupiniquins detentores de rendas extremamente baixas, as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas a essas pessoas.
A essa linha de raciocínio, os limitantes recursos financeiros podem impossibilitar o <u>deslocamento</u> desses indivíduos até os cartórios, devido aos custos com transporte e, por conseguinte, impedir a <u>realização</u> do registro.
Assim, a acentuada desigualdade social da nação dificulta a <u>promoção</u> da documentação pessoal, especialmente, para as classes sociais menos abastadas.
Além disso, é importante relacionar a <u>falta</u> de documentos de nascimento com o <u>sentimento</u> de invisibilidade desenvolvido pelos indivíduos sem registro, tendo em vista a <u>privação</u> dos direitos sociais, civis e políticos desencadeada pela problemática discutida.
Sob essa óptica, somente a partir da certidão de nascimento pode-se emitir as carteiras de identidade e de trabalho, bem como o título de eleitor e o cadastro de pessoa física.
Nesse sentido, o acesso aos programas do governo, a exemplo do auxílio emergencial - assistência financeira concedida durante a pandemia da Covid-19 -, à seguridade social e ao exercício do voto dependem, diretamente, da <u>existência</u> do registro civil.
Portanto, a <u>ausência</u> da documentação formal torna parte da população invisível socialmente, já que essas pessoas não podem beneficiar-se dos serviços e das garantias do Estado Democrático de Direito brasileiro.
Proposta de Intervenção
Diante do exposto, conclui-se que o registro civil é um aspecto intrínseco à cidadania no Brasil.
Por isso, o Governo Federal deverá propiciar a acessibilidade das populações mais carentes, que sofrem com a <u>falta</u> de acesso à documentação, a esse tipo de serviço, por meio da <u>articulação</u> de unidades móveis para os cartórios do país.
No que tange a esse aspecto, os veículos adaptados transportarão os funcionários dos órgãos de registros até as áreas de menor renda "per capita" de seus respectivos municípios, um dia por semana, com o intuito de realizar o <u>procedimento</u> formal de emissão dos documentos de nascimento dos grupos sociais menos favorecidos economicamente.
Desse modo, um maior número de brasileiros acessará, efetivamente, a condição de cidadão.

Fonte: site do ENEM.

⁴ Candidata E. S. (20 anos) – Publicado no site do ENEM

Na redação D, a vestibulanda usou dezessete nominalizações, também com a repetição simples de algumas delas. Entre os usos nominalizados, tem-se: democracia > democratizar; oficialização > oficializar; ausência > ausentar-se; procedimento > proceder; desenvolvimento > desenvolver; existência > existir; deslocamento > deslocar; realização > realizar; promoção > promover; falta > faltar; sentimento > sentir; privação > privar; articulação > articular.

No desempacotamento do tópico frasal (primeiro período) do D2, nota-se os seguintes usos metafóricos:

a. *Além disso, é importante relacionar a falta de documentos de nascimento com o sentimento de invisibilidade desenvolvido pelos indivíduos sem registro, tendo em vista a privação dos direitos sociais, civis e políticos desencadeada pela problemática pela problemática discutida.*

Forma congruente:

b. Os indivíduos se sentem invisíveis pela falta de documentos de nascimento e por serem privados dos direitos sociais, civis e políticos.

Apesar de passar a mesma mensagem, é indubitável que construir o discurso como no caso 'a' requer conhecimentos sintáticos, de coesão e coerência, do uso de pontuação e de outras notações, tendo em vista que a vestibulanda construiu um grupo oracional complexo, composto de sintagmas de complementação, precedidos por preposição, bem como o uso de determinantes antes dos substantivos. Assim, corroboramos a ideia proposta por Halliday (2004) no que diz respeito à necessidade de uma formação escrita mais especializada, isto é, na transformação de formas congruentes em metafóricas.

Considerações finais

Com base nos pressupostos teóricos utilizados, pôde-se identificar, qualificar e caracterizar as nominalizações empregadas em quatro distintas redações nota mil. Por seguirem a mesma temática, "Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil", verificou-se a repetição de alguns dos termos nominalizados, como 'garantia' e 'reconhecimento'.

Notou-se, igualmente, a predominância de determinados sufixos nos vocábulos substantivados, como '-ia', '-ção' e '-mento', bem como de um grande quantitativo de *nominalizações deverbais* em detrimento de *sistêmicas ou mortas*, o que pode ser justificado pela falta de articulação direta entre nominalizações mortas e seus eixos verbais.

A Metáfora Gramatical Ideacional, além de contribuir com a representação de nossas experiências, permite-nos construir textos dissertativo-argumentativos, como o gênero redação, compostos de discursos coesos e coerentes, impessoais e com formatações carregadas de abstração. Desse modo, além de ser empregada em discursos político-ideológicos, como uma estratégia de convencimento, a nominalização possibilita aos vestibulandos a defesa de sua tese e a progressão temática, pela não repetição de verbos no lugar de sua forma substantivada.

Assim, confirmou-se que, na prática de produção textual do ensino médio, cabe ao docente a explanação e a maximização em relação ao uso da Metáfora Gramatical, bem como a ênfase no tocante a sua importância para o estabelecimento de um posicionamento social, já que esta possibilita criar um discurso menos subjetivo e mais imparcial, como se espera em textos argumentativos, ao descentralizar os sujeitos das orações. Além disso, percebeu-se que, por estabelecer uma inter-relação sintático-semântica, a nominalização constitui-se como uma escolha indicadora de autoria presente no texto argumentativo.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua portuguesa*/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.
- FRANCHI, E. P. *E as crianças eram difíceis – a redação na escola*. 1. ed. 10. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
- GOUVEIA, C. A. M. *Texto e Gramática: uma introdução à Linguística sistêmico-funcional*. Matranga, Rio de Janeiro, v. 16, p. 13-47, 2009.
- GOUVEIA, C. A. M. Projecto Tel4ELE Formação de professores para o desenvolvimento da literacia na Europa. Multilinguismo & Empregabilidade - Próximos desafios: A Europa e o Mundo. Conferência AN Proalv, Universidade de Lisboa & Instituto de Linguística Teórica e Computacional, 3 de Dezembro 2013.
- HALLIDAY, M. A. K., HASAN, R. *Language, context and text: Aspects of language in a social-semiotic perspective* (2nd ed.). Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar* (2ª ed.). London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. Revised by Christian M.I.M. Matthiessen. London: Edward Arnold, 2004.
- HALLIDAY, M. A. K., MATTHIESSEN, C. *Halliday's Introduction to Functional Grammar* (4th ed.). Oxon: Routledge, 2014.
- INEP, 2021. *Cartilha do Participante*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.
- MIRANDA, M. V. *Transitividade no vocabulário acadêmico em português brasileiro [manuscrito]: uma análise baseada em artigos científicos* / Monique Vieira Miranda. – 2021. 204 f.
- NEVES, M. H. M. *A Gramática Funcional*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- OLIVEIRA, F. C. C. de. *Um estudo sobre a caracterização do gênero redação do ENEM*/ Flávia Cristina Candido de Oliveira. – 2016.
- SARDINHA, T. B. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007.

LINHA D'ÁGUA

SERRA, G. C. M. R. *Análise sistêmico-funcional de gêneros argumentativos*. Orientadora: Edna Cristina Muniz da Silva. Brasília, 2017. 216 p.

VALÉRIO, Rubiane Guilherme. *A função coesiva das nominalizações em redações escolares na perspectiva sistêmico-funcional*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2012.

ZORZI, J. L. *Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Artigo / Article

A recategorização e os efeitos de humor na piada de surdo em Libras: uma análise da construção de sentidos do referente "surdo" no texto sinalizado

Recategorization and humor effects in deaf joke in Libras: an analysis of the construction of meanings of the "deaf" referent in signed texts

Amanda Beatriz de Araújo Sousa 

Universidade Federal do Piauí, Brasil

amanda.sousa@ifma.edu.br

<http://orcid.org/0000-0002-8698-6880>

José Ribamar Lopes Batista Júnior 

Universidade Federal do Piauí, Brasil

ribas@labproducaotextual.com

<http://orcid.org/0000-0002-4777-3305>

Recebido em: 06/02/2024 | Aprovado em: 30/05/2024

Resumo

A partir de uma perspectiva cognitivo-discursiva da recategorização, este artigo tem o objetivo de investigar os casos de recategorização e seus efeitos na construção de sentidos do referente "surdo", motivando o humor nas piadas de surdo sinalizadas em Libras. A pesquisa é de cunho qualitativo, com análise descritiva dos dados. A metodologia foi realizada em duas etapas: a primeira consistiu na seleção do *corpus* composto por 1 (um) vídeo de piada sinalizada; a segunda, na análise do *corpus* a partir dos critérios estabelecidos na metodologia. Os resultados evidenciam que a recategorização colabora para construção de sentidos do referente surdo nos textos sinalizados em Libras e contribui para engatilhar o texto humorístico surdo.

Palavras-chave: Recategorização • Piada • Humor • Texto sinalizado • Libras

Abstract

From a cognitive-discursive perspective of recategorization, this article aims to investigate instances of recategorization and their effects on the construction of meanings associated with the referent "deaf," which triggers humor in deaf jokes signed in Brazilian Sign Language (Libras). The research is qualitative, with a descriptive analysis of the data. The methodology was carried out in two stages:

the first involved selecting the corpus, which consisted of one video of a signed joke; the second involved analyzing the corpus based on the criteria established in the methodology. The results show that recategorization contributes to the construction of meanings associated with the deaf referent in texts signed in Libras and helps trigger the humor in deaf humor texts.

Keywords: Recategorization • Joke • Humor • Signed text • Libras

Introdução

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui-se como uma língua natural, sendo possível a realização de estudos linguísticos que contemplem aspectos como a morfologia, a sintaxe, a semântica, a pragmática, entre outros. No Brasil, a Libras é a primeira língua dos falantes surdos brasileiros, sendo reconhecida como a língua da comunidade surda brasileira, conforme a Lei 10.436 de 2002, e permitindo, assim, que se avance em sua descrição linguística.

Entre os diversos fenômenos linguísticos que se realizam na Língua Brasileira de Sinais, a referenciação foi a eleita nesta investigação, considerando o potencial exploratório desta perspectiva, visto que se configura como uma atividade textual-interativa e peculiar da atividade comunicativa. Porém, ainda há muito a ser investigado, a saber: a) a relação entre o modo como ocorre a construção de sentidos do texto sinalizado em Libras e possíveis relações do processo de recategorização para os propósitos comunicativos do texto do surdo; b) como a recategorização pode ser uma estratégia discursiva que contribui para gerar o humor surdo nas piadas sinalizadas em Libras.

Acreditamos que o estudo do humor em Libras nos ajuda a perceber a importância dos aspectos culturais presentes na Língua de Sinais, uma vez que o humor surdo também é traço marcante das línguas sinalizadas, mostrando diversos aspectos culturais através do uso da língua. Para o Povo Surdo, os artefatos culturais visuais se manifestam de diferentes modos na contação de histórias e nas piadas sinalizadas em Libras. Em relação ao humor surdo, Ladd (2013, p. 162) diz que “muito do humor Surdo está nos gestos” presentes nas Línguas de Sinais. Nesse cenário, o humor surdo em questão é um atributo forte da cultura dos Surdos. Assim, concordamos que “a razão pela qual o humor é culturalmente específico para um grupo é mais do que apenas a linguagem, é uma questão de experiência” segundo Rutherford (1983, p. 313).

Conforme Strobel (2016), o Povo Surdo interage compartilhando os costumes, histórias de vida e tradições através de artefatos culturais visuais que não devem ser ignorados, e sim reconhecidos no âmbito dos estudos sobre a língua. É justamente nesse requisito que consideramos o humor surdo presente na piada em Libras como parte do artefato cultural do Povo Surdo, sendo, portanto, um elemento característico dessa língua e utilizado na interação entre os surdos no ato comunicativo.

Abordamos a referenciação a partir de uma abordagem sociocognitivo-interacional da Linguística Textual, que toma tal processo como uma atividade discursiva, e se direciona no

LINHA D'ÁGUA

sentido de “pensar o texto como lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais, como um evento, portanto, em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” (Koch, 2002, p. 9).

Nesses termos, o fenômeno da referenciação deve ser compreendido como um processo contínuo e socialmente construído, isto é, os participantes da ação comunicativa estão o tempo todo influenciando direta ou indiretamente a construção de referentes dentro do texto/discurso. É nesse contexto que assumimos a questão norteadora da problemática desta investigação: de que modo a recategorização pode contribuir para construção de sentidos do referente “surdo” no texto sinalizado (piadas em Libras), contribuindo para os efeitos na construção do texto humorístico surdo?

É importante destacar que a maioria das pesquisas cujo foco recai sobre a referenciação e os processos referenciais utilizados na construção de sentidos do texto, na Linguística Textual praticada no Brasil, destina-se a compreender os fatores textuais/discursivos nos textos orais e escritos em Língua Portuguesa, faltando, portanto, uma maior descrição do fenômeno linguístico-cognitivo da recategorização como elemento discursivo de retomada e/ou (re)construção nos textos sinalizados na Língua Brasileira de Sinais.

É partindo, portanto, dessa inquietude acerca do estudo da recategorização aplicada ao texto sinalizado em Libras, que surge a problemática desse estudo de compreender como ocorre a retomada discursiva do referente “surdo” no gênero textual piada, com foco nas piadas sinalizadas em Libras por narradores surdos.

Nesse anseio de investigação, apresentamos, em primeiro lugar, uma discussão acerca dos aspectos textuais/discursivos da referenciação, incorporando os estudos teóricos já realizados em Libras; num segundo momento, apresentamos a descrição da metodologia; então, seguimos para as análises; por fim, apresentamos breves considerações sobre a investigação.

1 Os estudos da recategorização e a construção de objetos do discurso

Para a perspectiva clássica de referência, a função do sistema linguístico estava configurada em estabelecer relação direta entre as palavras e as diversas categorias espalhadas no mundo real. Dessa forma, a referência foi posta como um problema de representação do mundo, por postularem que “a língua é um sistema de etiquetas que se ajustam mais ou menos bem às coisas” (Mondada; Dubois, 2003, p. 17). Entretanto, há uma outra posição quanto à referência que assume que esta é “resultado de um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre locutores” (Mondada; Dubois, 2003, p. 11).

Contudo, essa visão clássica e conceitual da referência foi ganhando novos enfoques e ampliando as discussões acerca da representação da língua. A ideia central neste ponto é a de que a referência não se dá apenas na relação linguagem–mundo. Assim, para as autoras

Mondada e Dubois (2003), admitindo-se uma abordagem de cunho cognitivo-discursiva da referenciação, o estudo desse processo amplia-se, possibilitando a compreensão da instabilidade das categorias construídas no discurso, ao compreenderem que há uma “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, nas ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (Mondada; Dubois, 2003, p. 18). Dessa forma, as autoras ampliam o conceito de referência, rompendo, assim, com a visão clássica do referente como forma exclusiva de espelhamento do mundo.

É nessa última linha de pensamento que está situada a perspectiva da referenciação, termo utilizado por Mondada e Dubois (2003) para designar essa moderna concepção dos estudos da referenciação adotada pela Linguística Textual contemporânea. De acordo com a perspectiva da referenciação, defendida pelas referidas autoras, fazemos referência aos objetos do discurso à medida que desejamos realizar nossas pretensões dentro de práticas discursivas; por isso, nós, como usuários da língua, influenciemos a forma como referenciamos os objetos.

No Brasil, alguns pesquisadores, contrapondo-se ao pensamento clássico de referência como representação realista dos objetos do mundo e partindo do viés segundo o qual as representações do mundo para os estudos da referenciação são categorias definidas nas atividades interativas, como Marcuschi (1998), Salomão (1999), Morato (1996), Cançado (1995) e Koch (2000, 2001, 2002), também defendem que os referentes são construídos e reconstruídos de forma conjunta, negociada, na interação entre enunciadores e coenunciadores em atividades sociodiscursivas.

De acordo com a perspectiva da referenciação, os referentes passam a ser tratados por objetos do discurso. Isso significa que a referenciação é “concebida como uma construção colaborativa de objetos do discurso, quer dizer, objetos cuja existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas” (Mondada; Dubois, 2003, p. 60). Para Koch (2011, p. 80), os objetos do discurso “são dinâmicos, ou seja, uma vez introduzidos, podem ser modificados, desativados, reativados, transformados e recategorizados”. Partindo deste viés, os objetos do discurso são construídos e (re)construídos no interior de práticas enunciativas, de modo que acabam sofrendo alterações conforme as exigências do entorno comunicativo.

O termo “objeto de discurso” é discutido desde a década de 1960 por diferentes estudiosos do campo da linguística, a exemplo de Pêcheux e Foucault na Análise de Discurso e Benveniste na Teoria da Enunciação, assim como por Bakhtin, através de uma relação dialógica entre os sujeitos do discurso a partir de uma atividade discursiva. Porém, neste estudo, apesar de compreendermos os objetos de discurso conforme o postulado de Mondada e Dubois (2003), assumimos a posição de Lima (2009), que preceitua que nem sempre os referentes são homologados por uma expressão referencial. Isso ocorre porque existem referentes expressos explicitamente na materialidade do texto, mas também referentes que não necessariamente são homologados textualmente, “estando a sua (re)construção sujeita à recorrência a mecanismos inferenciais mais complexos, ancorados no nível das estruturas e do funcionamento cognitivo, mas sempre guiados pelo sinal linguístico” (Lima; Feltes, 2013, p. 31).

Consideramos, portanto, que a referenciação é um processo dinâmico, resultante da negociação entre os interlocutores do discurso. É importante ressaltar que dentro da negociação feita pelos interlocutores, os referentes assumem formas diversificadas conforme os propósitos comunicativos do falante. Dessa forma, por se tratar de um processo dinâmico, ocorre a (re)construção, reativação e modificação dos referentes que são apresentados no decorrer do texto/discurso, chegando assim ao fenômeno referencial da recategorização, processo este que escolhemos investigar nesta proposta de pesquisa.

O conceito de recategorização é delineado a partir do estudo pioneiro de Apothéloz e Reicheler-Béguelin (1995), que abordam o fenômeno apenas pelo viés textual-discursivo. Por isso, elegemos, nesta proposta de investigação, a concepção de recategorização proposta por Lima (2009), na qual esse processo é compreendido numa dimensão cognitivo-discursiva, avançando assim, para as estruturas do plano da cognição, postulando que:

[...] o processo de recategorização não necessariamente se homologa por uma relação explícita entre um item lexical e uma expressão recategorizadora na superfície textual, estando a sua (re)construção, em maior ou menor grau, sempre condicionada pela ativação de elementos inferidos do plano contextual [...] (Lima, 2009, p. 40).

Dessa forma, a abordagem do fenômeno evolui de uma proposta de cunho estritamente textual-discursivo para uma perspectiva cognitivo-discursiva, o que promove um redimensionamento do processo de recategorização que também seguiremos nesta investigação. Segundo Lima (2009), ao assumir uma nova perspectiva de estudo para a recategorização, é necessário refletir sobre a construção dos objetos do discurso, pois, conforme a autora, o referente ou objeto de discurso pode ser construído discursivamente, ancorado nas estruturas cognitivas evocadas pelas pistas linguísticas, sem necessariamente apresentar-se lexicalizado, para que ocorra o processo da recategorização.

Vale ressaltar que muito embora o gênero textual/discursivo não tenha importância para o processamento textual, acreditamos que o gênero piada, eleito nesta investigação, permite compreender melhor esse fenômeno. Acerca disso, o exemplo da piada citado por Lima e Feltes (2013) permite-nos compreender a (re)construção do referente a partir de uma abordagem de cunho cognitivo-discursivo da recategorização:

(3) Vovó, porque você não se candidata à presidência? Já [sic!] tem um vampiro, só está faltando à múmia!! (Lima; Feltes, 2013, p. 35).

Conforme as autoras, nesse exemplo, encontramos duas ocorrências de recategorização, a de “José Serra” como “vampiro” e a de “vovó” como “múmia”. Nota-se que o referente “José Serra”, apesar de não estar lexicalizado no texto, pode ser recuperado pela ancoragem no modelo cognitivo de eleições presidenciais do Brasil. Muito embora a dimensão cognitiva esteja presente na construção de sentidos da piada, não podemos negar que os aspectos sociais, históricos e ideológicos são fundamentais para construção de sentidos do texto; no entanto, neste estudo iremos destacar a perspectiva cognitivo-discursiva do processo da recategorização.

Nesse caso, a construção do processo de recategorização extrapola a materialidade textual, sendo necessária a recorrência às estruturas cognitivas subjacentes a esse processo. Entendemos, conforme Lima (2009), que os limites da recategorização extrapulam a materialidade textual, pois este processo não está condicionado pela retomada de um referente lexicalizado no contexto.

É a partir dessa proposta de Lima (2009) que há um avanço no modo de investigar o fenômeno da recategorização. É nesse contexto que assumimos a perspectiva cognitivo-discursiva da recategorização, defendida por Lima (2009), abordando especificamente as ocorrências de recategorizações.

Compreendemos, portanto, que a concepção de recategorização a partir de uma perspectiva cognitivo-discursiva nos permite ampliar o entendimento do fenômeno, bem como alcançar cientificamente a riqueza dessa atividade, por se tratar de um processo discursivo significativo que se revela de extrema complexidade.

Desse modo, o vetor epistemológico da relação entre texto e cognição será o fio condutor do presente estudo. Por acreditarmos que o texto é originado por uma multiplicidade de operações cognitivas que estão inter-relacionadas no discurso, confirma-se que “recategorização não se caracteriza por um grau de explicitude absoluto” (Lima; Feltes, 2013, p. 34). Dessa forma, essa relação cognitivo-discursivo somente é possível porque ativamos pistas inferenciais que ultrapassam a materialidade do (co)texto.

2 Os estudos da referenciação na Língua Brasileira de Sinais

Já na Língua Brasileira de Sinais, ainda encontramos poucas pesquisas destinadas aos estudos referenciais durante a construção de sentidos do texto. Entre os estudos já realizados acerca da temática da referenciação na Libras, encontramos as pesquisas realizadas por Silva (2001), Quadros e Karnopp (2004), Leal (2011), Barbosa (2013), entre outros. Porém, existem poucos trabalhos acerca do processo referencial da recategorização no texto sinalizado por surdos.

Assim como na Língua Portuguesa, nas Línguas de Sinais também ocorre o processo de referenciação. A diferença está relacionada inicialmente à modalidade de realização das línguas, pois conforme Liddell (2003) os discursos nas línguas de sinais são construídos espacialmente e a referenciação está relacionada à organização do espaço que o sinalizado utiliza.

Assim, encontramos os elementos discursivos do uso dos classificadores e da flexão verbal; e o procedimento discursivo dêitico e predominância do discurso (Leal, 2011). Temos, portanto, a flexão verbal e o uso de classificadores, elementos discursivos que contribuem na construção dos objetos do discurso. Conforme Barbosa (2013), o dêitico é o elemento discursivo de referência mais comum e utilizado por surdos na Língua Brasileira de Sinais.

A proposta teórica que mais se aproxima da nossa investigação é a pesquisa feita por Barbosa (2013), que investigou como o sinalizador surdo introduz e retoma o personagem ao longo de uma narrativa em Libras, e como ocorre a referenciação nas narrativas sinalizadas. Muito embora a autora não tenha focalizado seus estudos no fenômeno linguístico da recategorização, acreditamos que as contribuições de Barbosa (2013) ampliam os estudos da referenciação na Libras, trazendo a grande contribuição de que “a articulação entre a língua, gesto e a configuração do espaço de sinalização é a chave para compreensão da gramática e organização discursiva de uma língua como a Libras” (Barbosa, 2013, p. 140).

Nesse contexto linguístico, partimos do objetivo de investigar a relação do fenômeno linguístico da recategorização e seus possíveis efeitos na construção de sentidos do referente “surdo” que engatilha o humor nas piadas de surdo sinalizadas em Libras.

2.1 O gênero humorístico piada em Libras: algumas considerações

Acreditamos que a construção dos sentidos do referente surdo nesse gênero humorístico pode ser engatilhada via processo de recategorização; além disso, tal processo assume uma função discursiva presente no discurso humorístico surdo, tendo em vista o seu propósito comunicativo de gerar humor. Também consideramos que esse processo linguístico, neste gênero, cumpre o propósito comunicativo cultural de contribuir para a manutenção das narrativas de surdos como artefato cultural do Povo Surdo, bem como exaltar a hegemonia surda e contribuir para conservação dos aspectos culturais do surdo.

Apesar de já existirem análises sobre os aspectos linguísticos do gênero piada em Língua Portuguesa, como Carmelino (2009), Travaglia (2015), Possenti (1998) e Lima (2003), ainda são necessários estudos acerca das piadas narradas por surdos através da Língua de Sinais, as quais são registradas e divulgadas entre a comunidade surda através de vídeos, diferentemente das piadas investigadas pelos autores, que são escritas e contadas em Língua Portuguesa. Partindo dessa premissa, se faz necessário um embasamento teórico acerca das piadas de surdos em Língua de Sinais. Desse modo, utilizamos como aporte teórico os estudos realizados por Morgado (2011), Silveira (2015), Sutto-Spence (2021) e Dourado (2022), que investigam as piadas de surdo pelo viés linguístico da Libras.

Diante disso, concordamos com os estudos de Silveira (2015), que afirma que as piadas, como narrativas surdas, possuem uma forte relação com as experiências sociais e culturais e que constituem as identidades surdas. Além disso, sabemos que os valores culturais dos falantes de uma língua se fazem presentes nas diversas manifestações da linguagem. Isso não seria diferente na cultura do Povo Surdo em Libras, pois os artefatos culturais visuais se manifestam de diferentes modos, a exemplo da contação de histórias e das piadas sinalizadas em Libras. Nesse cenário, os sujeitos surdos transmitem a sua história e mantêm os seus artefatos culturais através da sua tradição cultural sinalizada na modalidade espaço-visual.

A propósito dessa relação entre humor e cultura, lembramos ainda a definição de Morgado (2011, p. 52), estudiosa portuguesa, que esclarece:

O humor em língua gestual, seja qual for o país, parece apresentar sempre as mesmas características. Este tipo literário das línguas gestuais perde o seu valor e qualidade se for traduzido para a língua oral ou escrita. Para compreender o sentido do conteúdo de um bom humor em língua gestual é necessário ser fluente naquela, caso contrário, dificilmente perceberá as sutilezas linguísticas.

Por isso, elegemos as piadas de surdos sinalizadas em Libras por narradores surdos como nosso objeto de investigação. Deste modo, acreditamos que as piadas de surdos são um artefato cultural importante para ser investigado dentro dos estudos da referenciação; além disso, não encontramos registros de pesquisas sobre o processo de recategorização nesse gênero humorístico. Conforme Travaglia (2015, p. 62), os gêneros humorísticos “são aqueles cuja composição entra o tipo humorístico, sendo este tipo de presença obrigatória e necessária no gênero”. O autor ainda elenca alguns dos gêneros humorísticos mais comuns em nossa cultura:

Os gêneros necessariamente humorísticos: a piada, a piada visual, o esquete, a farsa (peça de teatro), a comédia (peças teatrais e filmes), o auto (exemplo: o Auto da Compadecida-peça e filme), a ópera bufa (a exemplo: O barbeiro de Sevilha), a tira, a charge, a charge animada, a charge-okê (uma paródia musical), o cartum, o pega, o cúmulo, a paródia, o trava-línguas etc. (Travaglia, 2015, p. 62).

Portanto, levando em conta os gêneros necessariamente humorísticos, o humor é o ápice da composição na estruturação e dominância do gênero. Para Travaglia (2015), no texto humorístico (em oposição ao não humorístico), cria-se uma perspectiva de comunicação duvidosa (não confiável), ou seja, há um rompimento do compromisso da comunicação com a serenidade, de ser algo válido em que se pode confiar.

Acerca disso, Travaglia (2015, p. 52) esclarece ainda:

No texto humorístico o recebedor é pego de surpresa, geralmente porque há dois mundos cruzados, superpostos, em interseção e se pensa estar falando de um quando, na verdade, é de outro ou, de algum modo, há um imbricamento dos dois. É a famosa bissociação, que é sempre apresentada como caracterizadora do humor nos estudos a seu respeito. Essa propriedade já acarreta algumas características do humorístico:

- a) Ambiguidade;
- b) Utilização de homônimas para remeter a mais de um mundo;
- c) Mais de um mundo textual possível;
- d) Gatilho de passagem de um mundo a outro.

Em relação aos textos humorísticos, a nossa proposta de investigação destina-se a analisar a construção do humor nas piadas de surdos narradas na Libras. Conforme Travaglia (2015), acreditamos que a piada é talvez o mais conhecido dos gêneros humorísticos, com ampla circulação em diferentes formatos. A piada “tem sempre um gatilho ou elemento que faz a passagem de um mundo para o outro dos dois, geralmente superpostos ou em interseção nos textos humorísticos” (Travaglia, 2015, p. 63). Ou seja, nas piadas o humor é o aspecto mais predominante. Segundo Carmelino (2009), por meio do humor e do riso, é possível dizer e fazer

coisas que, fora desse local de fala, as normas sociais não permitiriam. Além disso, percebemos que outras questões são imbricadas dentro do humor, como a denúncia, crítica a pessoas, instituições, grupos, situações, governo, etc.

Acerca dessa completude do humor, Travaglia (2015, p. 54 e 55), propôs algumas categorias de análise para a sua análise:

- 1) **Humor quanto à composição:** a) descritivo; b) narrativo; c) dissertativo.
- 2) **Objetivo do Humor:** crítica social ou a caracteres; b) denúncia; c) liberação; d) riso pelo riso.
- 3) **Humor quanto ao grau de polidez:** a) humor de salão; b) humor sujo ou pesado; c) humor médio.
- 4) **Humor quanto ao assunto:** a) negro; b) sexual; erótico, pornográfico; c) social; d) étnico.
- 5) **Humor quanto ao código:** a) verbal ou linguístico; b) não verbal.
- 6) **Scripts que levam ao humor:** a) estupidez, burrice; b) esperteza, astúcia; c) ridículo; d) absurdo; e) mesquinhez.
- 7) **Mecanismos (recursos para criar humor):** a) cumplicidade; b) ironia; c) mistura de lugares sociais ou posição de sujeito; d) ambiguidade; e) uso de estereótipo; f) contradição; g) sugestão; h) descontinuidade de tópico ou quebra de tópico; i) paródia; j) jogo de palavras; k) trava-línguas; l) exagero; m) desrespeito a regras conversacionais; n) observações metalinguísticas; o) violação de normas sociais.

Diante dessas discussões teóricas acerca do texto humorístico, assumimos nesta proposta de investigação uma perspectiva cognitivo-discursiva da referenciação conforme defendido em Lima (2009), razão pela qual a proposta de investigação tem o eixo teórico configurado a partir dos estudos da Linguística de Texto na interface teórica dos estudos na Língua Brasileira de Sinais, dando ênfase à abordagem dos casos de recategorização como processos linguístico-cognitivos envolvidos na construção dos sentidos do texto.

3 Metodologia

Adotamos nesta investigação uma abordagem de natureza qualitativa com análise descritiva dos dados. O *corpus* foi constituído por 1 (um) vídeo de piada de surdo sinalizado em Libras por um sinalizador surdo. Essa quantidade justifica-se pela duração do vídeo e pelo espaço destino à análise, de modo que um vídeo parece ser significativo para o tipo de análise ora eleito, pois não se trata de uma análise quantitativa. A coleta e seleção do vídeo da piada em Libras foi realizada digitalmente, utilizando a plataforma de compartilhamento público de vídeos *YouTube*.

Utilizamos nas análises dos dados quatro critérios:

- I. Apresentar uma transcrição escrita da piada sinalizada em Libras para Língua Portuguesa. A proposta da transcrição do texto sinalizado para o Português destina-se apenas a ampliar as possibilidades de compreensão da investigação, já que nosso

- objetivo não é o estudo da tradução e transcrição do texto da Libras para o Português e vice-versa, mas sim o texto sinalizado e construído ao longo da narrativa da piada.
- II. Caracterizar e descrever os *frames* cognitivos que estrutura a piada de surdo, considerando o referente “surdo” presente na piada sinalizada. Por exemplo, os *frames* cognitivos encontrados:
- A PESSOA SURDA NA SOCIEDADE OUVINTE.
 - A PESSOA SURDA E A PESSOA OUVINTE.
 - O MUNDO DOS SURDOS.
- III. Identificar o referente “surdo” na piada em Libras. Descrever como o referente é introduzido e (re)construído nos vídeos das piadas, ou seja, se a construção do referente “surdo” se dá por meio de uma introdução referencial explícita ou implícita, ou por meio de uma introdução referencial recategorizada explícita ou implícita (quando o referente é apresentado no texto por meio de uma expressão recategorizadora). E identificar como essas ocorrências contribuem para a construção de sentidos do texto humorístico surdo.
- IV. Evidenciar os casos de recategorização do referente “surdo”, descrevendo se o sinalizador surdo utiliza elementos cognitivos-discursivos da recategorização como atributo para construção do humor surdo e a manutenção do artefato cultural do Povo Surdo.

4 O referente surdo e a construção do humor nas piadas sinalizadas: análise dos casos de recategorização no texto sinalizado

Como já mencionado, nosso objetivo na realização deste estudo é investigar os casos de recategorização e seus efeitos na construção de sentidos do referente surdo capaz de motivar o humor nas piadas de surdo sinalizadas em Libras. Partindo desse princípio investigativo, compreenderemos como ocorre a retomada discursiva do referente surdo no gênero textual piada com foco na piada sinalizada em Libras por narrador surdo. Desse modo, faz-se necessário, mobilizando conhecimentos que estão para além da apreensão do texto apenas pela dimensão textual- discursiva, nossa proposta visa ampliar as dimensões do texto a partir de um viés cognitivo-discursivo.

O vídeo analisado foi coletado do Canal TV CES. É sinalizado por uma pessoa surda (sinalizador homem adulto) e está disponível no YouTube, com mais 42 mil visualizações, tendo 1 minuto e 34 segundos de duração. Inicialmente, apresentamos o texto da piada traduzida para Língua Portuguesa; em seguida, partimos para análise do texto sinalizado conforme as imagens do sinalizador surdo no vídeo. Vejamos:

Quadro 1. Piada *O encontro*

Dois amigos surdos foram até o aeroporto de São Paulo e enquanto procuravam vaga de estacionamento, um deles disse:

- Vai lá encontrar o rapaz surdo.
- Mas eu não o conheço!
- Mesmo assim, tenta encontrá-lo.
- Tá ok.

Então, desceu do carro e foi caminhando até a área de desembarque.

Chegando lá, percebeu que havia muitas pessoas no local.

- Como saberei quem é o rapaz surdo? Ele é surdo!

Então, teve uma ideia genial (estratégia) e gritou bem alto.

- Aaaaahhhhhhh!!!!!!!

Todos olharam pra ele, menos um rapaz.

- Então, ah sim, encontrei!

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eDHKhLjyIGw>.

Análise do texto sinalizado:

Figura 1. Sinal: *MOTORISTA*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eDHKhLjyIGw>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Figura 2. Sinal: *AEROPORTO*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eDHKhLjyIGw>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Figura 3. Sinal: *SURDO/NÚMERO-DOIS*

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eDHKhLjyIGw>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Levantamos um ponto importante antes de adentrarmos as análises das ocorrências pertencentes aos casos de recategorização. Destacamos o título da piada (*O encontro*), que faz alusão a um compromisso prestes acontecer. Aceito esse argumento, o leitor ativa o conhecimento prévio sobre os fatores que caracterizam um encontro (uma situação, um local, o horário, as pessoas e o objetivo do encontro). Contudo, a construção de sentidos sobre a situação de um encontro somente será construída e compreendida, neste caso, no decorrer dos propósitos comunicativos da história/piada.

Logo no início do vídeo, observa-se, segundo a sinalização do narrador, que se trata de uma história que vai ocorrer em um local com bastante movimento. Os referentes da história estão dirigindo um carro a caminho de um local. Na Figura 1, o sinal de “CARRO” é realizado pelas duas mãos fechadas do sinalizador através da configuração de mãos realizada pelas mãos na letra “S” com movimento alternado. Em seguida, temos a Figura 2, que indica que estão a caminho do aeroporto: sinal “AEROPORTO” é realizado através da configuração de mãos com a letra “Y” no espaço neutro de sinalização. A partir disso, o leitor infere que estão a caminho (do encontro), indo buscar alguém.

Na sequência da piada, o referente é introduzido e recategorizado como “surdo”, conforme a Figura 3. Essa introdução recategorizadora se dá através da ocorrência explícita, na sinalização, do sinal “SURDO”, realizado na mão direita através da configuração de mão nº 49, segundo a tabela de Ferreira-Brito e Langevin (1995), realizada no rosto do sinalizado e dizendo respeito ao sinal de “SURDO” e ao sinal de “NÚMERO-DOIS”, que indica um número quantitativo em Libras, sendo realizado com a mão esquerda dentro do espaço neutro de sinalização na frente do sinalizador. Desse modo, observa-se segundo a sinalização do narrador que se trata de dois surdos dentro de um carro, que estão dirigindo a caminho de um local, no caso, o aeroporto.

Seguindo essa linha de raciocínio, é perceptível que o referente “surdo” já é introduzido na narrativa recategorizado como um sujeito com surdez e falante da Libras. Temos, então, a posição discursiva de dois objetos do discurso, no caso, dois surdos, o que permite a ativação

do modelo cognitivo cultural de pessoas com deficiência no Brasil. A partir disso, é possível que o leitor ative o *frame* cognitivo A PESSOA SURDA NA SOCIEDADE OUVINTE, que pressupõe uma sequência de construções cognitivas: i) ser surdo é ser deficiente; ii) os surdos vivem situações difíceis na sociedade; iii) a sociedade não inclui as pessoas com deficiência; iv) os surdos não têm acessibilidade na sociedade ouvinte.

Figura 4. Sinal: Verbo *IR*/ Sinal: *MOTORISTA*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eDHKhLjyIGw>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Figura 5. Sinal: Verbo *ENCONTRAR*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eDHKhLjyIGw>. Acesso em: 4 jan. 2024.

O referente “surdo motorista”, conforme explícito na Figura 4, é realizado pelo sinalizador através da mão direita fechada com a configuração de mão na letra “S” significando “MOTORISTA”, enquanto apontamento do dedo indicador na mão esquerda indica o verbo em Libras “IR”. Ou seja, aquele que está dirigindo o carro, o referente “surdo motorista”, pede ao seu amigo surdo que entre no aeroporto para encontrar o passageiro/rapaz que está prestes a chegar. Isso é confirmado na Figura 5 através da sinalização do verbo “ENCONTRAR” em Libras, que é realizado pelo parâmetro da configuração das mãos na letra “D” através do movimento retilíneo realizado na mão do sinalizador.

Figura 6. Sinal: *CONHECER-NÃO*

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eDHKhLjyIGw>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Porém, na sequência da piada, o referente “surdo” responde assustado que não o conhece, de modo que seria incapaz de conseguir encontrá-lo, conforme a Figura 6: o sinal de “CONHECER-NÃO” feito pela configuração de mão “NÚMERO 4” realizada no queixo do sinalizador através do movimento retilíneo e com expressão facial de negação. Nesse momento, temos a construção de sentidos do referente “surdo” como um sujeito incapaz de encontrar essa pessoa no aeroporto. Essa construção de sentidos é possível devido às marcas de expressão facial realizadas pelo referente “surdo” na imagem (Figura 6) e é reforçada pela sinalização em Libras de “CONHECER-NÃO”, sendo acrescida de gestos naturais da língua por meio de expressões na face.

Nesse momento, o leitor ativa o *frame* cognitivo O MUNDO DOS SURDOS, envolvendo as seguintes construções cognitivas: i) o mundo dos surdos é mais difícil; ii) os surdos têm dificuldade em conviver no mundo dos ouvintes; iii) os surdos precisam de mais acessibilidade nos aeroportos. Assim, uma vez que o referente “surdo” é introduzido como uma pessoa que não sabe como resolver a situação por falar uma língua diferente da maioria, intuitivamente ativamos o *frame* cognitivo mencionado.

Vale mencionar, ainda, que o referente “surdo” é introduzido e recategorizado como “surdo incapaz”, mas essa construção não está explícita na sinalização do vídeo da piada, ou seja, a expressão recategorizadora não é homologada na superfície textual da sinalização em Libras, porém é compreendida/inferida e (re)construída a partir do modelo cognitivo cultural de surdo como pessoa deficiente, que comumente licencia expressões usadas na caracterização do referente surdo na sociedade majoritariamente ouvinte. Notadamente, a ocorrência de recategorização desse tipo só pode ser descrita a partir de uma dimensão cognitivo-discursiva. Diante disso, o sinal de Libras “CONHECER-NÃO” confirma através da língua toda análise apreendida anteriormente acerca do referente “surdo” recategorizado inicialmente como “incapaz” de encontrar o homem/rapaz no aeroporto.

Seguimos na sequência a análise:

Figura 7. Sinal: *EXPERIÊNCIA* e *MOTORISTA*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eDHKhLjyIGw>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Figura 8. Sinal: *IDEIA/PLANO*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eDHKhLjyIGw>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Na sequência, conforme ilustrado na Figura 7, o referente surdo “motorista”, representado pelo sinal de Libras “MOTORISTA”, realizado com a mão esquerda em formato fechado, utilizando a configuração da mão na letra “S”, instrui seu colega surdo a utilizar toda sua experiência (conhecimento, habilidade e agilidade) para localizar o rapaz dentro do aeroporto. Essa construção de significados é compreendida através dos sinais de Libras “EXPERIÊNCIA” e “TENTAR”, apresentados pelo narrador surdo na Figura 6. O sinal “EXPERIÊNCIA” é feito com a mão direita em configuração de mão (nº 08), segundo a tabela de Ferreira-Brito e Langevin (1995), acompanhado de um movimento circular no ponto de articulação na bochecha.

Já na Figura 8, temos um exemplo diferente do início da piada, em que o referente “surdo” é recategorizado e (re)construído no texto sinalizado como “ESPERTO” e “INTELIGENTE”. No entanto, essa (re)construção não é explicitada textualmente, ou seja, não é formalizada na dimensão do texto sinalizado em Libras, sendo inferida a partir de pistas sinalizadas pelo sinal “IDEIA”. Além disso, essa recategorização do referente “surdo” como “ESPERTO” e “INTELIGENTE” é evocada e aceita dentro da bagagem cultural presente na

comunidade surda, em que os surdos são vistos como muito espertos, inteligentes e capazes de resolver situações de maneira mais ágil que os ouvintes. Esse modelo cultural de pensamento é amplamente aceito e propagado no contexto de narrativas e piadas da comunidade surda.

No recorte da imagem (Figura 8), a construção do referente “surdo” não se explicita apenas no campo da sinalização textual. Ela pode ser inferida a partir de pistas textuais e sinalizadas que evocam o entendimento do surdo como um sujeito “ESPERTO”, como evidenciado pela expressão facial do narrador no vídeo e pelo manuseio das mãos. Vale ressaltar que, no contexto da cultura surda e nas piadas em Libras, o sujeito surdo é frequentemente retratado como dotado de grande inteligência em comparação aos ouvintes. Neste caso específico, o referente “surdo” destaca-se por sua habilidade em utilizar um elemento da cultura ouvinte para atingir seu objetivo. Ao usar o som do grito (um aspecto característico da cultura ouvinte) como uma armadilha para localizar o rapaz surdo, ele demonstra muita habilidade e esperteza dentro de um ambiente predominantemente ouvinte, como o aeroporto.

Compreende-se, portanto, que, embora o referente da piada seja surdo, ele foi capaz, através de sua inteligência, de resolver a situação e localizar uma pessoa em um aeroporto lotado de passageiros desconhecidos e sem acessibilidade em Libras. A comicidade da piada se configura na transição do *script* “SURDO É DEFICIENTE E PRECISA DE AJUDA” para o *script* cultural do Povo Surdo, “A SURDEZ É UMA CONDIÇÃO, NÃO UMA LIMITAÇÃO”. É nesse ponto da narrativa que o humor se concretiza, quando o referente “surdo” realiza uma ação inesperada, utilizando a cultura ouvinte (som) para alcançar seu objetivo. O efeito cômico surge da quebra de expectativa, em que a ação imprevista se revela como uma estratégia bem planejada.

É nesse contexto que compreendemos o humor surdo para o Povo Surdo, através da quebra de expectativa resultante de uma ação inesperada. Acerca disso, Silveira (2015, p. 410) afirma que, assim como “o domínio da Língua Portuguesa (e outras línguas) é importante para entender certas piadas dos ouvintes (escritas ou faladas), a experiência de ser surdo e um conhecimento profundo de Libras são essenciais para entender e rir das piadas surdas”. Segundo a autora, embora existam semelhanças entre as piadas dos ouvintes e dos surdos, há também diferenças marcantes, ligadas aos aspectos culturais dos surdos. Por exemplo, a “superioridade surda” é um traço destacado no humor surdo, o silêncio é frequentemente visto como algo positivo, e a grande capacidade de atenção e percepção visual, devido à precisão com que os surdos observam os movimentos, é frequentemente tema de piadas. Além disso, as vantagens de ser surdo são uma temática recorrente nas piadas em Libras.

Desse modo, a construção de sentidos presente na passagem do vídeo da piada, por meio dos frames cognitivos, do *script* e dos casos de recategorização, contribui tanto para evocar o humor no texto sinalizado da piada surda quanto para a preservação do artefato cultural de contação de histórias característico do Povo Surdo.

Na sequência, vejamos as últimas imagens do vídeo:

Figura 9. Sinal: *GRITAR ALTO/FORTE*



Figura 10. Sinal: *ATENÇÃO*



Figura 11. Sinal: *VER/ATENÇÃO*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eDHKhLjyIGw>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Na Figura 9, o referente “surdo” aparece na piada com a ideia de gritar muito alto. Essa informação é compreendida a partir da execução do sinal de Libras “GRITAR ALTO”, mostrado na imagem, que pode ser traduzido como “GRITO FORTE” ou “GRITO MUITO ALTO”, devido ao intensificador presente na expressão facial do narrador do vídeo. Na sequência, na próxima imagem (Figura 10), vemos o resultado da ação realizada pelo referente “surdo” ao gritar intensamente.

Na Figura 10, o sinal de Libras “ATENÇÃO” pode ser traduzido, no contexto da comunicação, como “todos olharam para o surdo que gritou, todos voltaram sua atenção para ele”. Essa construção de sentido é possível tanto pela execução do sinal de Libras “ATENÇÃO” presente na imagem (Figura 10) quanto pelo contexto da história narrada ao leitor, reforçado pela expressão facial do narrador ao realizar o sinal.

Não obstante, é importante enfatizar que a (re)construção desses elementos só é possível através da compreensão do fenômeno da recategorização no nível das estruturas cognitivas, como no caso da recategorização do referente “surdo” como “surdo inteligente” e “surdo esperto” após o êxito em localizar o rapaz no aeroporto. Essa construção de sentido é confirmada ao longo do vídeo da piada e também na Figura 11, em que o referente “surdo” é realizado por dois sinais. O primeiro é o sinal de “VER”, realizado com a mão direita do narrador em direção contrária ao sinalizador, indicando que apenas uma pessoa não olhou para o referente “surdo”. O segundo é o sinal de “ATENÇÃO”, feito com a mão esquerda aberta, com a palma voltada para baixo e sem movimento, confirmando que o restante das pessoas na sala de desembarque direcionou sua atenção ao referente “surdo”.

Figura 12. Sinal: *VOCÊ***Figura 13.** Sinal: *SURDO*

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eDHKhLjyIGw>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Nas últimas cenas da piada, destacamos duas imagens (Figura 12 e Figura 13) que confirmam a recategorização implícita do referente “surdo” como “ESPERTO” e “INTELIGENTE”. Conforme as imagens, o encerramento da piada é construído com comicidade quando o referente “surdo” localiza o rapaz/passageiro por meio da ideia/ação realizada anteriormente. Na Figura 12, o sinal de Libras “VOCÊ”, realizado com o dedo indicador apontado para frente, refere-se à outra pessoa do discurso/objeto. Observa-se também nesta mesma imagem a expressão facial do sinalizador, que demonstra contentamento por ter encontrado a pessoa que procurava.

Por fim, na Figura 13, a realização do sinal “SURDO” logo após o sinal “VOCÊ” (Figura 12) pode ser traduzida e compreendida na história como “Ah, você é o surdo! Encontrei!”. Assim, o rapaz que ele foi encarregado de encontrar no aeroporto, a pedido do seu amigo surdo motorista, é identificado.

Em suma, ressaltamos que a concepção do fenômeno da recategorização se configura mais como um processo cognitivo do que discursivo neste estudo, pois apenas o viés discursivo não abrange todas as dimensões do fenômeno. Por isso, nesta investigação, adotamos uma concepção mais ampla desse mecanismo linguístico, que também contribui para a construção do humor na piada sinalizada (texto sinalizado) em Libras pelo narrador surdo. É importante destacar que essa concepção amplia as possibilidades de compreensão e descrição dos mecanismos linguísticos textuais presentes no texto sinalizado na Língua Brasileira de Sinais. Conforme exposto na análise, esse mecanismo é conjecturado como um gatilho para a construção da comicidade nas piadas de surdos, sendo uma característica marcante na contação de histórias e piadas que fazem parte do artefato cultural do Povo Surdo.

Algumas considerações

Compreendendo a recategorização numa dimensão cognitivo-discursiva, como defendido por Lima (2009), o fenômeno também contribui para o humor presente na piada surda sinalizada em Libras. Além disso, a materialidade do fenômeno linguístico-cognitivo da recategorização não se manifesta apenas de forma explícita, conforme a perspectiva textual-discursiva defendida pelos pioneiros Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995).

Na literatura contemporânea, é fato que o texto e o humor são estudados sob diversas teorias, mas a aplicação desses estudos a textos sinalizados ainda é incipiente. É importante destacar que a maioria das pesquisas focadas na referenciação e nos processos referenciais na construção de sentidos se concentra nos textos orais e escritos em Língua Portuguesa, deixando uma lacuna na descrição do fenômeno linguístico-cognitivo da recategorização como elemento discursivo de retomada e/ou (re)construção nos textos sinalizados na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

As análises realizadas mostraram, de modo geral, que a recategorização contribui para a construção discursiva humorística do texto em Libras e, conseqüentemente, para a preservação das narrativas surdas como artefato cultural do Povo Surdo. Além disso, acreditamos que a presente investigação estimula a ampliação de pesquisas voltadas para o texto sinalizado e produções textuais-visuais realizadas por surdos no campo da Língua Brasileira de Sinais.

Essa análise, provisoriamente, nos indica uma lacuna nas pesquisas linguísticas voltadas para a investigação das produções visuais publicadas por surdos no meio digital. Há uma necessidade de ampliar as investigações linguísticas sobre as produções culturais visuais divulgadas na mídia digital por surdos, pois esse tipo de produção tem ganhado força de maneira dinâmica, através dos recursos tecnológicos e das plataformas de compartilhamento de vídeos e redes sociais. Portanto, justificamos a importância de investigar o texto sinalizado no ambiente virtual para reconhecer todas as possibilidades que contribuem para a construção de sentidos do texto sinalizado em Libras.

Referências

APOTHÉLOZ D. ; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER e REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (eds.). *Du syntagme nominal aux objects-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores*. Neuchâtel: Institute de linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995. p. 227-71.

BARBOSA, T. B. *Uma descrição do processo de referenciação em narrativas contadas em língua de sinais brasileira (libras)*. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 abr. 2002.

- CANÇADO, M. *Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos visto sob a ótica de uma semântica representacional*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- CARMELINO, A. C. As dicas-piadas do Casseta e Planeta: denúncias e liberação. In: LINS, M. P.; CARMELINO, A. C. (orgs). *A linguagem do humor: diferentes olhares teóricos*. Vitória: UFES, Programa de Pós- Graduação em Estudos Linguísticos, 2009. p. 21-35.
- DOURADO, M. K. S. *Vozes surdas: um estudo de memes sobre a e pela comunidade surda*. 2022. 114f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.
- FERREIRA-BRITO; L. LANGEVIN, R. Sistema Ferreira Brito-Langevin de Transcrição de Sinais. In: FERREIRA- BRITO, L. *Por uma gramática de língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2011.
- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- KOCH, I. G. V. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 41, p. 75-89, 2001.
- LADD, P. *Em busca da surdidade I: Colonização dos Surdos*. Lisboa: Surd'Universo, 2013.
- LIMA, S. M. C. *(Re)categorização metafórica e humor: trabalhando a construção dos sentidos*. 2003. 171f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- LIMA, S. M. C. *Entre os domínios da metáfora e metonímia: um estudo de processos de recategorização*. 2009. 204f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- LIMA, S. M. C.; FELTES, H. P. M. A construção de referentes no texto/discurso: um processo de múltiplas âncoras. In: CAVALCANTE, M. M.; LIMA, S. M. C. (org.). *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013.
- LEAL, C. L. *Estratégias de referenciação na produção escrita de alunos surdos*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- LIDDELL, S. K. *Grammar, gesture and meaning in American Sign Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANETE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: processos de retextualização*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998.
- MORGADO, M. *Literatura das línguas gestuais*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011
- MORATO, E. M. *Linguagem e Cognição: As reflexões de L.S. Vigotsky sobre a ação reguladora da linguagem*. São Paulo: Plexus, 1996.
- POSSENTI, S. *Os Humores da Língua*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.
- RUTHERFORD, S. D. Funny in Deaf – Not in Hearing. *Journal of American Folklore*, v. 96, n. 381, 1983, p. 310-322.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SALOMÃO, M. M. M. A questão da construção de sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas, Revista de linguísticos*, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.

SILVA, M. P. M. *A construção de sentidos na escrita do aluno surdo*. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

SILVEIRA, C. H. *Literatura surda: Análise da circulação de piadas clássicas em língua de sinais*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 4 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

SUTTON-SPENCE, R. *Literatura em Libras*. Petrópolis: Arara Azul, 2021.

TRAVAGLIA, L. C. Texto Humorístico: o tipo e seus gêneros. In: CARMELINO, A. C. *Humor: eis a questão*. São Paulo: Cortez, 2015.

Artigo / Article

Impactos da pandemia de covid-19: compreendendo as percepções dos estudantes de graduação da Unicamp

Impacts of the covid-19 pandemic: understanding University of Campinas undergraduate students' perceptions

Anna Christina Bentes 

Universidade Estadual de Campinas, Brasil
acbentes@unicamp.br
<https://orcid.org/0000-0002-3183-1291>

Flora Hauschild Armani 

Universidade Estadual de Campinas, Brasil
floraarmani@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0003-1715-9624>

Kennedy Cabral Nobre 

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira, Brasil
cabralnobre@unilab.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-8382-2151>

Recebido em: 06/02/2024 | Aprovado em: 17/07/2024

Resumo

Neste artigo, são investigadas as percepções dos estudantes dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) acerca do período de ensino remoto emergencial, durante os anos de 2020 e 2021. A pesquisa foi desenvolvida por meio da análise dos tópicos discursivos (Jubran, 2006; Rezende, 2006; Pinheiro, 2006) articulados nas respostas do formulário da pesquisa "Compreendendo os desempenhos, os contextos e as perspectivas dos estudantes da Unicamp durante os anos de 2020 e 2021 da pandemia de covid-19" (2022). Este artigo tem como objetivo apresentar resultados parciais dessa pesquisa, focando na análise das respostas de 554 estudantes sobre suas condições de saúde física e mental, e os impactos dessas condições em suas atividades acadêmicas. A metodologia empregada envolve a análise dos processos referenciais nas respostas dos estudantes a duas perguntas do formulário, que tratam das condições de saúde individual e familiar durante a pandemia. A principal conclusão é a de que houve impactos importantes e

profundos junto à população de alunos de graduação da Unicamp, especialmente, no que diz respeito às implicações sociocognitivas da pandemia para os estudantes e os efeitos dessas implicações em seus desempenhos acadêmicos.

Palavras-chave: Tópico discursivo • Saúde mental • Sociocognição

Abstract

This article investigates the perceptions of undergraduate students at the University of Campinas (Unicamp) regarding the period of emergency remote teaching during the years of 2020 and 2021. The research was developed through the analysis of discursive topics (Jubran, 2006; Rezende, 2006; Pinheiro, 2006) present in the responses to the survey 'Understanding the performances, contexts, and perspectives of Unicamp students during the years 2020 and 2021 of the covid-19 pandemic' (2022). The aim of this article is to present partial results of this research, focusing on the analysis of the responses from the 554 students who participated in the survey about their physical and mental health conditions, and the impact of these conditions on their academic activities. The methodology employed involves the analysis of referential processes in the students' answers to two survey questions that address individual and family health conditions during the pandemic. The main conclusion is that there were significant and profound impacts on Unicamp's undergraduate student population, considering the socio-cognitive implications brought by covid-19 and its impacts on academic practices.

Keywords: Discursive topic • Mental health • Socio-cognition

Introdução

Em 12 de março de 2020, dia seguinte do comunicado da OMS (Organização Mundial da Saúde) declarando o caráter pandêmico da covid-19, a Reitoria da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) anunciou a suspensão das atividades presenciais nos *campi* da universidade a partir de 13 de março, com exceção das práticas consideradas essenciais e da área da saúde. Inicialmente, o isolamento seria por cerca de um mês, com a expectativa de que tal medida frearia o aumento de casos da doença no país. No entanto, observou-se o crescimento significativo do número de infectados e mortos por covid-19, o que levou à prorrogação do afastamento das atividades presenciais por dois anos.

A decisão da suspensão das atividades presenciais logo foi seguida pelas demais universidades estaduais paulistas, a USP (Universidade de São Paulo) e a UNESP (Universidade Estadual Paulista), em decisão tomada pelo CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) (CRUESP, 2020). A impossibilidade de convivência no espaço físico da universidade forçou uma rápida adaptação de docentes e discentes da Unicamp às estratégias de ensino e aprendizagem mediadas por tecnologia não presenciais, como determinado na Resolução GR-025/2020 (PG Unicamp, 2020).

LINHA D'ÁGUA

Mais de dois anos após a eclosão da pandemia, em 5 de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o encerramento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional relacionada à covid-19. Essa decisão foi tomada com base em diversos fatores, incluindo a queda significativa nas taxas de mortalidade pela doença, a diminuição expressiva nas hospitalizações e nas internações em unidades de terapia intensiva, além do aumento considerável da imunidade da população em relação ao vírus SARS-CoV-2, o agente causador da covid-19 (OMS, 2023). Embora essa declaração tenha marcado um importante avanço no controle da pandemia, a discussão sobre os impactos duradouros da crise sanitária permanece central em várias esferas.

A médica sanitária Carmen Lavras, em um artigo publicado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), destaca que as medidas adotadas para conter a disseminação do vírus, tanto no nível individual quanto coletivo, não apenas desestabilizaram sistemas de saúde e proteção social em todo o mundo, mas também desafiaram profundamente os valores fundamentais das sociedades. Segundo Lavras, a pandemia provocou uma reavaliação do modo de vida das pessoas, influenciando desde a organização das economias até a maneira como as sociedades se relacionam e distribuem poder e decisões políticas:

Todas essas medidas necessárias para o enfrentamento da COVID-19, tanto de cunho individual como coletivo, impactam fortemente a organização de toda a sociedade, pondo em xeque não só seus sistemas de saúde e de proteção social, mas também seus valores; o modo de vida das pessoas; a forma como organiza a sua economia; a forma como essas sociedades se relacionam e a forma como distribuem poderes e decisões políticas (Lavras, 2021, p. 14).

Desde março de 2020, a pandemia transformou profundamente todos os aspectos da vida pública e privada, desde as rotinas diárias até as estruturas socioeconômicas globais. Atualmente, o cenário epidemiológico e econômico é drasticamente diferente daquele que existia antes da crise, que resultou em uma das maiores tragédias da saúde pública na história recente do Brasil. De acordo com dados do Ministério da Saúde, mais de 700.000 vidas foram perdidas para a covid-19, e o Brasil já registrou mais de 30 milhões de casos da doença (Brasil, 2024). Esses números refletem o impacto devastador que a pandemia teve no país, ao mesmo tempo que indicam a necessidade contínua de reflexão sobre as lições aprendidas e os desafios que ainda persistem.

O retorno para o presencial no primeiro semestre de 2022 impôs a reflexão acerca dos impactos da pandemia, visto que o funcionamento da vida acadêmica de modo remoto e distanciado ao longo dos anos de isolamento continuou produzindo seus efeitos, ainda que o retorno presencial tenha acontecido e a vida tenha se “normalizado”.

Em 2022, a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) e a Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) da Unicamp lançaram um edital para acolher propostas de pesquisa sobre os impactos da pandemia no ensino de graduação da instituição. Entre os projetos aprovados, destaca-se a pesquisa intitulada “Compreendendo os desempenhos, os contextos e as perspectivas dos estudantes da Unicamp durante os anos de 2020 e 2021 da pandemia de covid-19”, realizada por 05

professores de diferentes institutos da universidade¹. Esse projeto recebeu 07 bolsas de Iniciação Científica e foi executado ao longo de oito meses, de abril a dezembro de 2022.

Considerando que o momento histórico da pandemia segue produzindo efeitos, o objetivo deste artigo é o de apresentar resultados parciais das análises desenvolvidas sobre os principais tópicos discursivos do conjunto de respostas² produzidas pelos estudantes quando falam sobre suas condições de saúde física e mental durante os anos de 2020 e 2021 da pandemia de covid-19 e sobre os impactos dessas condições sobre suas atividades acadêmicas.

Moura (2023) argumenta que a observação da linguagem utilizada para descrever a pandemia pode ser fundamental para compreender como os estudantes de graduação da Unicamp vivenciaram e processaram a experiência da covid-19. Nesse sentido, propõe-se que a análise das estratégias referenciais (Koch, 2002; 2004; Morato, 2005) utilizadas nas respostas dos estudantes, juntamente com a identificação dos principais tópicos discursivos (Jubran, 2006; Pinheiro, 2006; Rezende, 2006), pode contribuir para a compreensão de como a linguagem constrói as percepções dessa população sobre a realidade social, em particular, no contexto do isolamento social imposto pela pandemia: “a referenciação diz respeito a essa possibilidade que a linguagem tem de não apenas construir o universo a qual ela se refere, como também mediar (na presença de outras semioses, de outras práticas sociais) a relação entre sujeito e realidade” (Morato, 2005, p. 245).

A linguagem, nesse contexto, assume um papel de mediadora na percepção de nós mesmos e do mundo social (Morato; Bentes, 2017), vinculada a um contexto e mobilizadora de processos linguísticos, sociais e cognitivos – uma operação linguística situada. Segundo essa concepção, a cognição humana está profundamente imbricada nas práticas sociais e interacionais, envolvendo processos como a negociação de significados e o reconhecimento de intenções compartilhadas, aspectos fundamentais na construção de conhecimento. Nas palavras de Morato (2016):

Entre os temas que integram a agenda de uma e de outra área (Linguística e Neurociências) estão a relação estreita entre mente/corpo, a dimensão pragmática da cognição humana, a natureza sociocognitiva (não meramente neurobiológica) da plasticidade cerebral, a concepção de cérebro como sistema funcional dinâmico, corporificado e simbólico, não redutível ao substrato físico ou orgânico (como já preconizado pelo neuropsicólogo russo Alexander R. Luria nas primeiras décadas do século XX). Instanciada no uso, no contexto das práticas e rotinas simbólicas da vida em sociedade, nas práticas interacionais as mais diversas, a pergunta sobre cognição passa a ser também e sobretudo sobre os processos que ela envolve.

¹ O projeto foi aprovado a partir de uma iniciativa conjunta de 05 docentes da Unicamp, as professoras Anna Christina Bentes (IEL), Helenice Nakamura (FCM), Maria Teresa Clerici (FEA) e Verónica González-Lopéz (IMMEC) e o professor Gildo Giroto (IQ); e 07 bolsistas de Iniciação Científica: Flora Hauschild Armani (IEL), Brenda Martins Precivalli (IEL), Akemi Vanessa Higa Hayashi (IMECC), Cyntia Vasconcelos de Almeida (IQ), Felipe Cristiano Belluci (IQ), Audria Karen Inácio de Almeida (FCM), e Gabriela Ragazzi Santana Dos Santos (FEA).

² Ao longo do artigo, as respostas dos estudantes são consideradas textos, de acordo com as postulações de Bentes (2024), Koch (2002, 2004), Marcuschi (2008) e, também, de acordo com as reflexões de Morato (2023).

Afinal, o que a cognição requer ou envolve? Ela envolve, entre outros elementos associados à compreensão e à conceptualização – do mundo, do outro da fala do outro – um papel crucial na negociação, na construção e no reconhecimento de um conhecimento e de um foco comum, na compartilha de intenções (“sintonia referencial”, de acordo com Marcuschi, 1998), na diversidade de expectativas e das marcas de atenção conjunta, além de um imprescindível interesse subjetivo pela interação. Assim, é possível, a partir dessa concepção de cognição, lançar-se ao desafio de descrever e analisar como os indivíduos constroem, planejam e executam seus gestos simbólicos no decurso da interação e no contexto nos quais estão envolvidos. O caráter sociocognitivo de nossa vida mental se constitui, entre outras características e fatores citados acima, pela recursividade comunicativa, pela intencionalidade compartilhada, pela perspectivação conceitual, de acordo com Tomasello (2008, 2009, 2014) (Morato, 2016, p. 580-581).

É a partir desse corpo teórico-analítico que, por exemplo, foi nomeado um dos subtópicos identificados no conjunto de textos dos estudantes, “Implicações sociocognitivas da pandemia de covid-19”, abordando a relação entre mente e corpo, a dimensão pragmática da cognição e a natureza sociocognitiva da plasticidade cerebral.

A metodologia de trabalho consiste, portanto, em observar como são construídos os objetos de discurso³ no curso dos processos referenciais das respostas discursivas disponibilizadas pelos estudantes, de modo a identificar tópicos comuns articulados nas diferentes respostas obtidas.

Neste artigo, apenas o subtópico “Implicações sociocognitivas da pandemia de covid-19” será focado, em função da complexidade envolvida no seu estabelecimento. Mais especificamente, discutiremos as respostas às perguntas 24 e 27, que pertencem ao Eixo Temático 3, “Condições de saúde individual e familiar durante a pandemia”. Em seguida, será apresentada a metodologia de trabalho da pesquisa e também de recorte para a elaboração deste artigo.

1 Metodologia

1.1 Instrumento de pesquisa

O principal instrumento de pesquisa foi um questionário elaborado pelo grupo de pesquisadores referenciado anteriormente, de modo que, por meio de um conjunto de perguntas objetivas e discursivas, foi possível abordar, de forma quantitativamente informada e qualitativamente demonstrada, os aspectos sociais mais relevantes que foram percebidos pelos estudantes como de impacto em suas vidas acadêmicas durante o período da pandemia.

³ “Os objetos de discurso são constituídos nas e pelas relações discursivas. Por essa razão, eles não são preexistentes ao discurso e não apresentam estrutura fixa, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva. [...], os objetos de discurso podem assumir um estatuto particular no discurso e na interação. Uma vez identificados, reconhecidos e definidos como tais pelos próprios participantes, podem ser assim tratados como tópicos, isto é, objetos considerados e manifestados como o assunto sobre o qual o discurso se porta” (Pinheiro, 2006, p. 44).

A pesquisa contou com a participação de graduandos de diversos cursos da Universidade que responderam a um questionário de 42 perguntas, 36 perguntas de caráter objetivo (obrigatórias) e 06 perguntas de caráter discursivo (opcionais). Esse questionário foi viabilizado pela plataforma do Google Forms e enviado, após aprovação⁴ no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unicamp, para os estudantes por seus e-mails institucionais. Durante os cinco meses de divulgação do formulário, de 22 de junho e 16 de novembro de 2022, foi obtido um total de 554 respostas.

Baseadas em hipóteses acerca dos principais aspectos sociais que teriam causado impactos nas vidas dos estudantes de graduação da Unicamp, foram elaboradas questões organizadas em torno de cinco grandes eixos temáticos (Quadro 1).

Quadro 1. Eixos temáticos

Eixo temático	Objetivos	Quant. de questões objetivas	Quant. de questões discursivas
1. Perfil socioeconômico e estudantil	Descrever a estratificação dos estudantes em termos de origem regional, faixa etária, gênero, raça, renda e curso de graduação	11	0
2. Condições domésticas e familiares durante a pandemia:	Compreender o contexto social em que viveram os estudantes e os modos como esse contexto - doméstico e familiar - impactaram suas atividades acadêmicas	7	1
3. Condições de saúde individual e familiar durante a pandemia	Compreender as condições de saúde física e mental dos estudantes durante a pandemia de covid-19	8	2
4. Espaço físico e recursos tecnológicos no contexto de estudo	Descrever os recursos tecnológicos aos quais os estudantes tiveram acesso e compreender como esses recursos impactaram suas atividades acadêmicas	5	1
5. Cotidiano de suas atividades acadêmicas remotas	Compreender os processos sociocognitivos dos estudantes afetados durante pandemia e os aprendizados e dificuldades enfrentadas durante o isolamento social	5	2
Totais:		36	6

Fonte: elaboração própria.

As 36 questões objetivas permitiram a emergência de uma percepção de natureza quantitativa sobre as respostas apresentadas. Paralelamente, as 06 questões discursivas presentes no formulário tinham por objetivo compreender as perspectivas dos alunos sobre os temas, o que pode levar a reflexões sobre (i) os contextos em que os estudantes estavam inseridos, (ii) as suas questões emocionais e sociocognitivas e (iii) os impactos dessas questões sobre seus processos de aprendizagem.

É importante ressaltar que essas questões discursivas, ainda que de caráter opcional, tiveram um número significativo de respostas, totalizando 1.486, conforme se visualiza no Quadro 2.

⁴ Aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas sob protocolo CAAE N° 58560822.8.0000.8142.

Quadro 2. Quantidade de respostas por questão discursiva

Eixo temático	Questão discursiva	Quant. de respostas
2	Questão 21. Quais os impactos das condições domésticas e familiares acima referidas nas suas atividades acadêmicas?	267
3	Questão 24. Se você ou alguém da sua família teve covid-19, quais os impactos na sua saúde física e mental?	215
3	Questão 27. Se você teve problemas de saúde física e/ou mental, como eles afetaram as suas atividades acadêmicas?	276
4	Questão 31. Como foi a sua experiência nesse(s) espaço(s) físico(s) no(s) qual(is) você viveu nos últimos dois anos?	222
5	Questão 39. Comente sobre o que você considera que foram ganhos de aprendizagem no contexto da pandemia.	255
5	Questão 40. Conte uma experiência marcante e difícil que aconteceu com você durante o período de dois anos de ensino remoto.	251
Total:		1486

Fonte: elaboração própria.

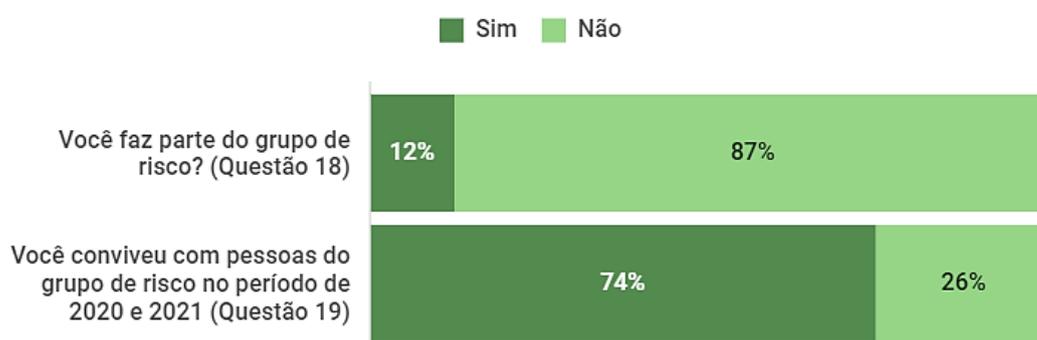
Neste artigo, pretende-se apresentar e analisar os resultados relativos às duas questões discursivas elaboradas para a finalização do terceiro eixo temático do formulário, que dizem respeito às condições de saúde física e mental dos estudantes e aos impactos sobre suas atividades acadêmicas. Nas duas seções subsequentes, serão apresentados alguns dos resultados quantitativos do formulário e exemplos das respostas discursivas fornecidas pelos estudantes para as questões discursivas de número 24 e 27.

1.2 Alguns apontamentos sobre as questões objetivas e discursivas relacionadas ao terceiro eixo temático

As respostas dos estudantes às questões objetivas traçaram um perfil um pouco mais detalhado de suas realidades individual e material durante os anos de isolamento. Em relação ao perfil socioeconômico dos estudantes, as respostas possibilitaram compreender a diversidade social desse perfil: a) quanto à idade, o intervalo foi de 18 a 49 anos, com média de 22 anos; b) quanto ao gênero, 63,9% das respondentes foram mulheres cis e 32,9% dos respondentes foram homens cis; 2,9 das respostas foram de alunos não-binários, mulheres trans e homens trans; c) quanto à cor/raça, 67% dos estudantes se identificaram como brancos, 28,3% como pretos/pardos, 3,2% como amarelos, e 1,3% como indígenas; d) quanto à renda familiar mensal, a maioria dos discentes possuía uma renda entre 01 e 05 salários mínimos; apenas 20% das famílias apresentaram uma renda acima de 08 salários mínimos, sendo que metade dos estudantes constatou perda da renda familiar durante a pandemia; desses, 12% tiveram uma perda de mais de metade da renda mensal, enquanto outros 88% perderam até metade.

Em relação ao pertencimento dos estudantes a algum grupo de risco de contaminação para a covid-19, constatou-se quantitativamente que apenas 12,3% dos estudantes faziam parte do grupo de risco de contaminação pelo coronavírus. No entanto, 74% dos estudantes conviveram, durante 2020 e/ou 2021, com alguém que pertencia ao grupo de risco. Quanto à contaminação do estudante ou de algum membro da família pelo vírus, apenas 30% dos estudantes afirmaram que não se contaminaram e que nenhum membro da rede familiar se contaminou com o coronavírus. Vejamos os gráficos 1 e 2.

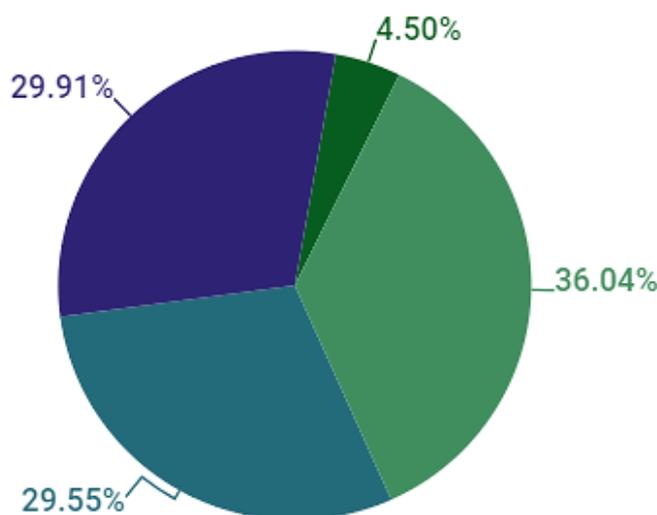
Gráfico 1. “Em relação ao grupo de risco de contaminação para a covid-19” (Questões 18 e 19)



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 2. “Você ou alguém da sua rede familiar tiveram covid-19 em 2020 e/ou 2021?” (Questão 22)

- Tive Covid-19
- Alguém da rede familiar teve Covid-19
- Tive Covid-19 e alguém da minha rede familiar teve Covid-19
- Não tive Covid-19 e nenhum membro da minha rede familiar teve Covid-19

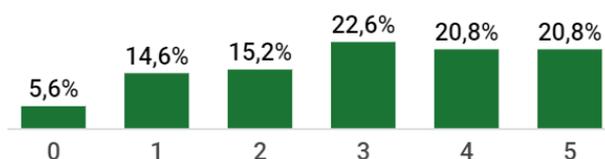


Fonte: elaboração própria.

Tais aspectos relativos à convivência com pessoas do grupo de risco à contaminação pelo coronavírus impactaram significativamente suas condições de saúde de forma geral, como

pode ser observado no Gráfico 3: 79,65% dos estudantes se sentiram consideravelmente impactados pela própria contaminação ou de familiares.

Gráfico 3. “Se você ou alguém da sua família teve covid-19, qual o nível dos impactos na sua saúde física e mental? (0, não impactou; 5, impactou muito)” (Questão 23)

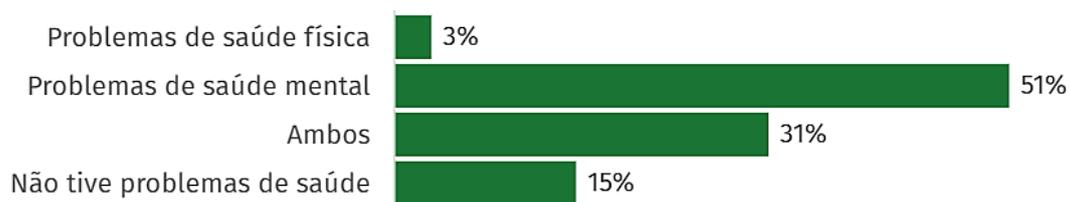


Fonte: elaboração própria.

As análises empreendidas acerca das respostas discursivas sobre esse o eixo temático “Condições de saúde individual e familiar durante a pandemia” indicam que o fato de os familiares e/ou os estudantes terem se contaminado com o coronavírus impactou significativamente a saúde mental dos respondentes. Nas respostas discursivas, a menção por parte dos respondentes à questão da saúde mental foi uma constante.

Os resultados das respostas à questão objetiva 25, “Quais problemas de saúde você teve durante a pandemia e decorrentes da situação pandêmica?”, sumarizadas no Gráfico 4, revelam que apenas 15% dos estudantes afirmam não terem tido nenhum problema de saúde física e/ou mental. Se somados aqueles que declaram ter tido problemas de saúde mental e os que declaram ter tido problemas de saúde tanto de ordem mental quanto física, chegamos ao número de 82% dos estudantes que alegam terem tido problemas de saúde mental durante o período de pandemia.

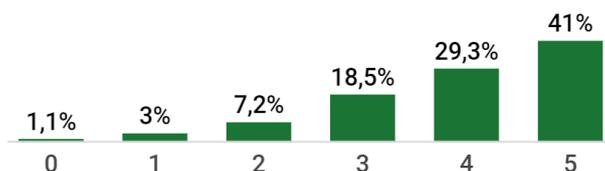
Gráfico 4. “Quais problemas de saúde você teve durante a pandemia e decorrentes da situação pandêmica?” (Questão 25)



Fonte: elaboração própria.

A percepção dos estudantes sobre sua condição de saúde mental também é reiterada nas respostas à questão objetiva 26, relativa ao nível dos impactos das questões de saúde nas atividades acadêmicas dos estudantes. 88,8% deles afirmam um impacto de médio para alto em seus desempenhos, conforme se vê no Gráfico 5.

Gráfico 5. “Se você teve problemas de saúde física e/ou mental, em qual nível eles afetaram as suas atividades acadêmicas? (0, não afetou; 5, afetou muito)” (Questão 26)



Fonte: elaboração própria.

O interesse em analisar as respostas discursivas relativas às condições de saúde dos estudantes se justifica porque (i) busca-se compreender os modos pelos quais os estudantes elaboram textual e discursivamente essas condições na pandemia de covid-19; e porque (ii) as análises desenvolvidas não estão ancoradas em perspectivas médico-diagnósticas, mas, sim, nas percepções dos estudantes sobre suas condições, o que revela um alto grau de reflexividade social e discursiva deles sobre esse importante aspecto da vida acadêmica.

Rodrigues *et al.* (2020) produzem um texto de revisão bibliográfica de 31 artigos a partir da observação de 1.473 artigos e livros sobre o impacto da pandemia causada pelo SARS-CoV-2 na saúde mental de estudantes e na educação superior. Como será mostrado adiante, os tópicos trazidos pelos estudantes da Unicamp estão em consonância com os resultados dessa ampla pesquisa e com pesquisas posteriores. No entanto, as análises desenvolvidas neste artigo diferenciam-se das desenvolvidas naquele em função das perspectivas teóricas assumidas, como será mostrado mais adiante.

O estudo de Romanini (2021), elaborado a partir das falas de mais de 80 estudantes, durante 45 encontros de aproximadamente uma hora e trinta minutos, totalizando mais de 60 horas registradas em diários de campo, entre 2020 e 2021, também aponta para a tematização de aspectos sociais semelhantes às tematizações presentes nas respostas discursivas dos estudantes da Unicamp ao formulário elaborado. Nesse estudo, o autor constata que os estudantes “Sentem-se desanimados, ansiosos, deprimidos. Mas esses sentimentos não podem ser patologizados em detrimento de uma coletivização das experiências pandêmicas e dos efeitos delas em nossa saúde mental” (Romanini, 2021, p. 74).

Considerando o fato de que se busca trazer os resultados parciais de análises desenvolvidas sobre as perguntas discursivas 24 e 27, é importante que sejam feitas algumas considerações sobre o modo como o grupo de pesquisadores responsável pela elaboração das perguntas as concebeu.

A formulação da questão 24, “Se você ou alguém da sua família teve covid-19, quais os impactos na sua saúde física e mental?”, envolve uma estrutura sintática condicional, que insere o respondente em uma situação hipotética, a situação da possível contaminação de alguém próximo ou do próprio estudante pelo coronavírus. Essa *if clause* é seguida por uma oração principal, cujo objetivo é detectar “os impactos” dessa contaminação sobre a saúde dos

envolvidos na situação hipotética anteriormente construída. A formulação da oração principal não deixa dúvidas: a pesquisa pressupõe uma relação de causa e consequência entre a contaminação por coronavírus e impactos na saúde física e mental dos estudantes.

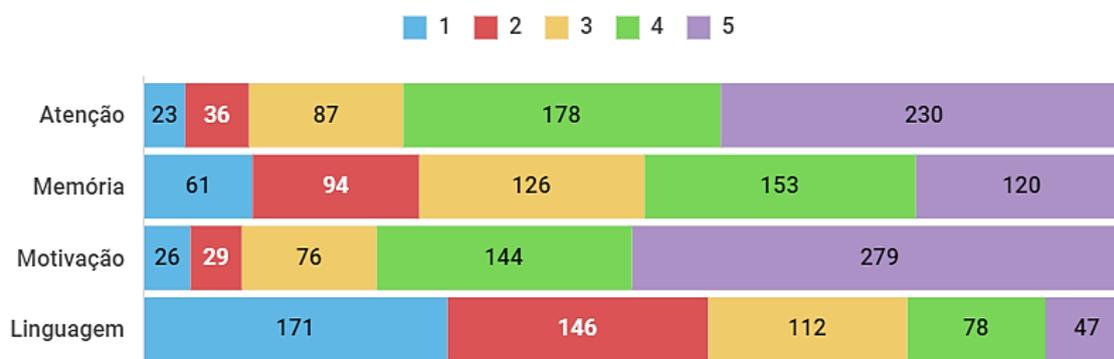
Esse pressuposto, formulado entre os meses de abril e maio de 2022 pelo conjunto de docentes da Unicamp responsável pela pesquisa, dentre eles, uma profissional da área de saúde, foi corroborado pela experiência social brasileira: a morte de mais de 700.000 pessoas no período da pandemia de covid-19. Além disso, se a covid-19 foi definida pela OMS como uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global, qualquer pessoa contaminada por esse vírus entrava em um estado qualitativo diferente, quando se considera a relação entre saúde e doença (Canguilhem, 1982).

O atendimento ao tópico, por parte dos estudantes, sobre os impactos da covid-19 em relação à sua saúde física e mental revela muito mais do que uma descrição de natureza sintomatológica: reflete uma percepção subjetiva definida por Michel Foucault e apresentada por Coelho e Almeida Filho (1999) denominada “conflito normal”, conceito que se refere a uma mudança radical na vida afetiva do sujeito a partir de um exterior, o que implica uma situação perturbadora da estabilidade do sujeito, uma situação que provoca questionamentos sobre as normatividades, no caso, aquelas que cada estudante estabelece para si em relação à sua saúde física ou mental.

Já em relação à pergunta discursiva de número 27, “Se você teve problemas de saúde física e/ou mental, como eles afetaram as suas atividades acadêmicas?”, depois de duas outras perguntas objetivas, tem como pressuposto o fato de que a situação geral de confinamento do estudante – e tudo que essa situação implicava – o levou a ter problemas de saúde física e mental que, de alguma forma, afetaram suas atividades acadêmicas. A relação que se pretende que o estudante estabeleça é diferente daquela que foi estabelecida na pergunta 24: com essa pergunta, busca-se compreender como a realidade crítica enfrentada por eles – uma crise sanitária e social de nível internacional sem precedentes – impactou a sua vida acadêmica.

Para finalizar esta seção, é importante observar que foi elaborada uma pergunta objetiva que buscava refletir sobre os impactos da pandemia de covid-19 sobre determinados processos cognitivos, sendo que os estudantes assinalaram a atenção, a motivação e a memória como os processos mais afetados nos quatro semestres de ensino remoto emergencial (Gráfico 6).

Gráfico 6. “Considerando todas as mudanças sociais e individuais pelas quais você passou nesse período, quais dos processos cognitivos abaixo elencados você acredita que foram afetados? (1, menos afetado; 5 mais afetado)” (Questão 36)



Fonte: elaboração própria.

Portanto, cabe refletir sobre como essas experiências de sofrimento podem ser entendidas como reflexos de uma sociedade que enfrenta uma pandemia que evidencia e intensifica crises. Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos: “O surto viral [...] evapora a segurança de um dia para o outro. Sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mas mesmo assim cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática. A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo” (Santos, 2020, p. 7).

Dado que 82% dos estudantes se declararam com “problemas de saúde mental”, de acordo com o Gráfico 4, assume-se que suas percepções refletem uma realidade de dois anos submersos em uma crise sanitária e social de nível internacional – o que não é pouca coisa diante das experiências dos estudantes. Essa autodeclaração dos estudantes pode ser pensada não em termos de doenças ou quadros diagnosticáveis, mas como um mal-estar social que pode ser concebido como uma experiência social coletiva. Dessa forma, as respostas dos alunos da Unicamp são expressões da relação dos indivíduos com o mundo no qual estavam inseridos.

1.3 As tematizações presentes nas respostas dos estudantes: chegando aos tópicos discursivos

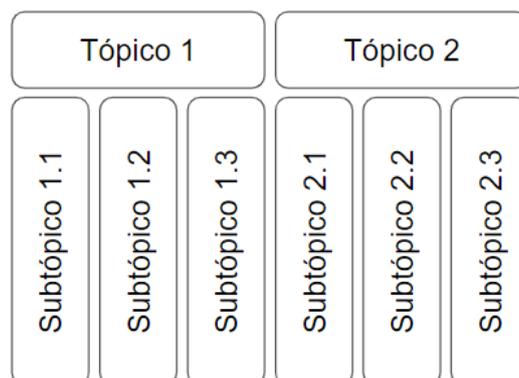
O tópico discursivo é uma categoria proposta pelo subgrupo “Organização-textual interativa” do Projeto Gramática do Português Falado (PGPF), para a análise de textos orais. Demandava-se conceber uma unidade discursiva distinta da frase que levasse em consideração fatores pragmáticos e que, mesmo podendo atualizar-se a partir de extensões variadas, fosse delimitada a partir do critério de contração em um determinado tema.

A propriedade de contração, grosso modo, diz respeito a falar sobre alguma coisa, a partir de referentes tanto implícitos como explícitos. Essa propriedade apresenta três traços definidores, a saber, a concernência, que diz respeito à relação de integração e de

interdependência de elementos textuais num conjunto referencial; a relevância, que diz respeito à proeminência desses elementos textuais, tomada como focal; e a pontualização, que diz respeito à localização de um conjunto referencial em algum ponto do texto. Além da propriedade de centração, o tópico discursivo apresenta, ainda, a propriedade de organicidade, manifestada nos planos linear e hierárquico, esse último responsável pela hierarquização dos discursos em níveis de interdependência entre tópicos.

A partir dos postulados de Jubran (2006) acerca das características da centração e da organicidade do tópico discursivo, foram desenvolvidas análises que revelam as relações hierárquicas presentes no conjunto de respostas dos estudantes, relações essas constituídas por meio das categorias: tópico > subtópico. O Quadro 3 ilustra o tipo de relação hierárquica que conseguimos propor para as respostas dadas pelos estudantes para cada uma das perguntas feitas:

Quadro 3. Exemplo de organização hierárquica



Fonte: elaboração própria.

A metodologia utilizada para a análise das respostas discursivas consistiu na observação dos processos referenciais presentes nos textos escritos pelos estudantes. Nesse sentido, a partir do reconhecimento de referentes explícitos e implícitos, conseguimos perceber a recorrência de determinados tópicos, o que permitiu a postulação dos principais tópicos desenvolvidos pelos estudantes nas respostas às perguntas feitas.

No caso deste trabalho, a reflexão sobre o tópico implica também, para além da consideração acerca do que falaram os estudantes, considerar a pergunta elaborada no formulário, que organiza e direciona a resposta, conforme fora explicitado na subseção 2.3. Gurgel (2017, p. 34) afirma que as perguntas “dinamizam a interação verbal, organizam a participação dos interlocutores e formulam os tópicos a serem abordados”, possibilitando ao entrevistador o controle do que será dito pelo entrevistado, que atenderá (ou não) às hipóteses.

A seguir, é explicado como foram desenvolvidas as análises da organização hierárquica dos tópicos discursivos de cada uma das 06 questões discursivas que compuseram o

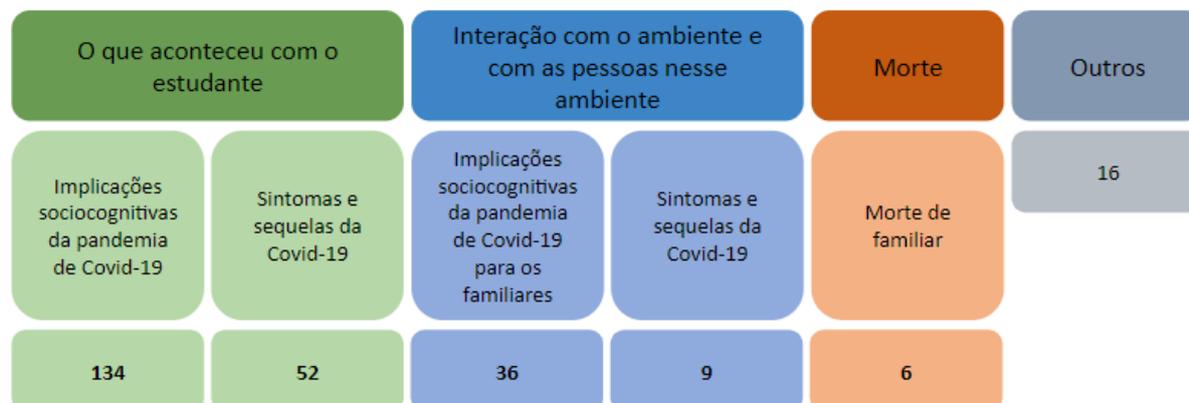
questionário. De forma a apreender as tematizações mais significativas das 1.486 respostas coletadas, foi realizado o reconhecimento dos tópicos centrais por meio dos critérios que definem a propriedade de contração: concernência, relevância e pontualização. Isso foi possível porque todos se engajaram em responder a mesma pergunta. Quanto à concernência, mesmo em se tratando de textos distintos, percebemos que as respostas podem ser consideradas como textos complementares entre si e que não apenas representam a percepção coletiva dos informantes acerca da experiência da pandemia, como também convergem, principalmente, no que diz respeito aos objetos de discurso estrategicamente elaborados no interior de cada um dos textos.

O ponto de partida para o estabelecimento dos tópicos e subtópicos foi o levantamento das expressões referenciais presentes nos textos – mas de referentes implícitos evidenciados a partir dos tipos de elaboração discursiva dos estudantes (descrições ou narrativas, por exemplo). Localizadas e identificadas as expressões referenciais (considerando-se os critérios de pontualidade e relevância) de cada resposta, buscamos agrupá-las a partir do critério de concernência, estabelecendo-se, portanto, um campo associativo. Cada campo foi nomeado com expressão hiperônima, de modo a poder abranger o conjunto. Num trabalho inicial, em decorrência do volume de respostas, foi evidenciado um número considerável de tópicos, de forma que, após esse mapeamento inicial, buscamos integrar os tópicos mais próximos em um conjunto maior e mais abrangente, considerando-se o princípio de gradiência que organiza o tópico discursivo: “organização temático-estrutural de camadas tópicas, em que as mais abrangentes contêm outras, mais específicas e particularizadas” (Rezende, 2006, p. 72).

2 Os impactos da pandemia de covid-19 na saúde física e mental dos estudantes de graduação da Unicamp

Como já mencionado anteriormente, a questão discursiva de número 24, “Se você ou alguém da sua família teve covid-19, quais os impactos na sua saúde física e mental?”, constitui uma das questões discursivas do terceiro eixo do formulário, relativo às “Condições de saúde individual e familiar durante a pandemia de covid-19”. A pergunta obteve 215 respostas e foi precedida por outras, de caráter objetivo, que tratavam do contato com a covid-19, tal como foi discutido na seção 2.2. O Quadro 4 apresenta os tópicos discursivos postulados por nós para esse conjunto de respostas:

Quadro 4. Organização hierárquica dos tópicos discursivos da Questão 24: *Se você ou alguém da sua família teve covid-19, quais os impactos na sua saúde física e mental?*



Fonte: elaboração própria.

As 186 respostas agrupadas no tópico discursivo “O que aconteceu com o estudante”, conforme se observa no Quadro 4⁵, mostram que houve um atendimento ao tópico estabelecido na pergunta – “os impactos da pandemia na sua saúde física e mental”. Paralelamente, os dados quantitativos revelaram que 79,65% dos estudantes se sentiram consideravelmente impactados pela própria contaminação ou de familiares, conforme o Gráfico 3 trazido na seção. Dessa forma, as respostas discursivas dos estudantes têm, nesse eixo, a função de qualificar os dados objetivos da pergunta de número 23, conforme visto acima.

Como já mencionado, neste artigo, apenas o subtópico “Implicações sociocognitivas da pandemia de covid-19” será focado, em função da complexidade envolvida no seu estabelecimento. Mais especificamente, discutiremos as respostas às perguntas 24 e 27, que pertencem ao Eixo Temático 3, “Condições de saúde individual e familiar durante a pandemia”. Vejamos dois exemplos das respostas discursivas dos estudantes à pergunta 24:

Exemplo (a) *Quando eu tive Covid, os impactos foram pequenos, só tive algumas alterações no olfato e no paladar que se estenderam por um tempo, mas quando meus familiares tiveram Covid ocasionou grande impacto na minha saúde mental causando grande aumento nos níveis de ansiedade já elevados*

Exemplo (b) *fiquei com muita ansiedade, gripe forte e agora tenho fortes dores de cabeça/ sou mais esquecida também.*

No exemplo (a), o estudante qualifica o impacto causado na saúde mental dele como “grande” quando seus familiares tiveram covid-19, estabelecendo uma relação metonímica (Marcuschi, 2005) entre as expressões “grande impacto na minha saúde mental” e “grande aumento nos níveis de ansiedade já elevados”. Essa relação de natureza pragmático-discursiva

⁵ Em 134 respostas constroem-se referentes que apontam para o subtópico “problemas emocionais e sociocognitivos”, e em 52 respostas os informantes elaboram objetos de discurso que subsidiam o subtópico “sintomas e sequelas da covid-19”.

estabelecida pelo estudante entre essas duas expressões referenciais revela a criação de uma rede conceitual ancorada na experiência social devastadora da pandemia da covid-19.

O exemplo (b) reitera a relação estabelecida entre “impacto na saúde mental” e “muita ansiedade”, além de estabelecer novas relações de caráter anafórico indireto entre a expressão “impacto na saúde física” e as expressões “gripe forte” e “fortes dores de cabeça”. Esse exemplo também é interessante porque mostra como os impactos causados pela pandemia na saúde física da estudante se estenderam até o momento da entrevista, no segundo semestre de 2022. Cabe destacar, ainda, que os estudantes sempre apontam uma articulação importante entre os impactos na saúde física e os impactos na saúde mental, tal como se pode observar no Gráfico 4. No Quadro 5 abaixo, são apresentados mais alguns exemplos de respostas discursivas dos estudantes:

Quadro 5. Exemplos das expressões referenciais presentes nas respostas à pergunta 24

Expressões referenciais presentes na pergunta	Exemplos de expressões referenciais presentes nas respostas	Respostas
“Impactos sobre a saúde física”	“A minha saúde física (impactada)”; “atividades básicas”;	“A minha saúde física foi bem impactada, pois não conseguia realizar atividades básicas como, por exemplo, levantar da cama ou tomar banho durante a pandemia e com covid-19 eram bem sofridos, no entanto, não senti que fiquei com alguma sequela pós covid-19.”
“Impactos sobre a saúde mental”	“O medo de perder meu pai”; reflexiva e assustada”;	“Não sei dizer. Quem teve COVID foi meu pai e, embora eu não morasse com ele, eu o via toda semana. Então, todos os dias eu ligava pra saber como ele estava e tinha dificuldade para dormir à noite. O medo de perder meu pai me fez ficar muito reflexiva e assustada.”
“Impactos sobre a saúde física e mental”	“Desgaste emocional e físico devido a sobrecarga do ambiente familiar”	“Desgaste emocional e físico devido a sobrecarga do ambiente familiar (discussões, tarefas, obrigações, etc)”
“Impactos sobre a saúde física e mental”	“covid”; “muitas dores e faltas de ar”; “medo de dormir a noite”; “a notícia de que ela não aguentou”; “uma das piores experiências da minha vida”; “muito ansiosa”; “o antidepressivo e o ansiolítico”	“Minha mãe teve covid e ficou muito mal, meu estágio já tinham voltado então eu estava aqui em Campinas, foi péssimo. Ela sentia muitas dores e faltas de ar, eu tinha medo de dormir a noite e quando acordasse receber a notícia de que ela não aguentou. Foi uma das piores experiências da minha vida. Fiquei muito ansiosa e depois disso tive que voltar com o antidepressivo e o ansiolítico”

Fonte: elaboração própria.

As expressões referenciais acima constituem os chamados “objetos de discurso” que emergem nas respostas dos estudantes e, nesse contexto, devem ser compreendidos a partir das relações pragmático-discursivas estabelecidas na pergunta do formulário. Importante ressaltar que a variedade de objetos de discurso presentes nas respostas dos estudantes pode ser explicada, justamente, pelo fato de que esses objetos, a cada vez, assumem um estatuto particular no discurso e/ou na interação. Em função dessa variedade dos modos de explicação

sobre o que foi denominado no formulário de forma genérica, como “impactos”, foi proposta a nomeação “Implicações sociocognitivas da pandemia de covid-19” para um dos subtópicos do tópico “O que aconteceu com o estudante”, nomeação essa que se justifica porque assumimos que houve um reconhecimento de que a pandemia de covid-19 teve impactos profundos sobre a cognição social (Morato, 2016).

A diversidade de tipos textuais das respostas dos estudantes e também de modos de categorizar/conceituar suas experiências sociais levou à opção por nomear o subtópico com o qualificador “sociocognitivo”, dado que, em primeiro lugar, o atendimento ao tópico da pergunta sinaliza o que Morato (2016) chama acima de “sintonia referencial”. A recorrência no estabelecimento de relações anafóricas indiretas entre o que denominamos “impactos” e as manifestações (i) de preocupação/medo de que os familiares adquirissem o vírus e morressem; (ii) de ansiedade, estresse, etc.; e (iii) das diversas questões de saúde física, dentre outras manifestações, são bem características dessa sintonia.

A denominação desse subtópico, “Implicações sociocognitivas da pandemia de covid-19”, se justifica, justamente, porque as práticas descritas e/ou narradas pelos estudantes revelam um compartilhamento de modos de conceptualização da experiência com a pandemia de covid-19. Por exemplo, o fato de os alunos terem passado a conviver com familiares que pertenciam aos grupos de risco, possivelmente, contribuiu para que, nas respostas, eles construíssem um conjunto referencial que nomeia a preocupação/medo da contaminação de seus familiares e da consequente morte deles por covid-19.

3 Os impactos das condições de saúde física e mental dos estudantes de graduação da Unicamp durante a pandemia de covid-19 nas suas atividades acadêmicas

Nesta seção, pretendemos mostrar os resultados da análise das respostas discursivas dos estudantes de graduação da Unicamp à pergunta 27, “Se você teve problemas de saúde física e/ou mental, como eles afetaram as suas atividades acadêmicas?”. Assume-se, nessa pergunta, como já foi explicado anteriormente, que os “impactos” foram recategorizados aqui como “problemas de saúde física e mental”. Como explicado anteriormente, a pergunta discursiva de número 27 busca compreender como a realidade crítica enfrentada pelos estudantes de graduação da Unicamp – uma crise sanitária e social de nível internacional sem precedentes – impactou a sua vida acadêmica.

O Gráfico 2, apresentado na seção 1.2, evidencia que a grande maioria dos estudantes compreende o contexto da pandemia de covid-19 como causador de transtornos e/ou problemas para as suas vidas: apenas 15% dos estudantes afirmam não terem tido nenhum problema de saúde física e/ou mental naquele período. Vejamos o Quadro 6, que diz respeito à organização hierárquica da pergunta discursiva 27:

Quadro 6. Organização hierárquica dos tópicos discursivos da Questão 27: *Se você teve problemas de saúde física e/ou mental, como eles afetaram as suas atividades acadêmicas?*

O que aconteceu com o estudante				Interação c/ o ambiente e as pessoas	Relação com a instituição universitária						Morte	
Implicações sociocognitivas da pandemia de Covid-19	Pouco ou nenhum aprendizado	Sintomas e sequelas da Covid-19	Problemas socioeconômicos	Conflitos familiares	Atraso do curso	Prejuízos acadêmicos	Falta de convivência universitária	Sobrecarga na realização de múltiplas tarefas	Conflitos com professores	Apreensão do conteúdo das disciplinas	Morte de familiar	Pensamentos suicidas/tentativa de suicídio
274	169	60	3	3	17	5	5	3	2	4	3	2

Fonte: elaboração própria.

Ao buscarem estabelecer a relação entre “os problemas de saúde física e mental” e “o modo como esses problemas afetaram suas atividades acadêmicas”, percebeu-se que houve uma reiteração do subtópico “Implicações sociocognitivas da pandemia de covid-19”. Os estudantes voltaram a produzir descrições e/ou narrativas sobre manifestações de preocupação, ansiedade, estresse, depressão, desmotivação etc. para, então, poderem elaborar discursivamente a relação solicitada.

Exemplo (c) *O primeiro impacto da pandemia foi lidar com o excesso de informações nas redes sociais e, por fazer parte de curso na área da saúde, a responsabilização por orientar as pessoas próximas a tomarem os cuidados recomendados em relação à covid, algo que gerou muita frustração. Isso afetou muito a saúde mental a ponto de entrar em um estado depressivo, ficar completamente desmotivado com o ensino remoto e perder muitas aulas. Os impactos têm sido maiores agora, com o retorno presencial, precisando lidar com a ansiedade desenvolvida e episódios depressivos. A ansiedade se dá principalmente pela sensação de não ter aprendido nada durante o ensino remoto e, agora, não me sentir capaz de exercer as atividades em estágios.*

Exemplo (d) *Minha ansiedade piorou muito durante a pandemia, e o acabei trancando diversas matérias, tanto que atrasei 1 ano da minha graduação*

Exemplo (e) *Era difícil me concentrar e me achar, não via sentido em nada do que eu estudava*

Mais uma vez, é importante perceber que as implicações sociocognitivas da pandemia para os estudantes são descritas de maneira detalhada. No exemplo (c), há um conjunto de aspectos da experiência social com a pandemia – lidar com seus familiares, com o excesso de informações, com as responsabilidades sociais daquele momento por ser um estudante da área da saúde – que trouxe implicações sociocognitivas para ele: ansiedade e estado depressivo. No caso do exemplo (d), a pandemia gerou ansiedade, que levou ao atraso no curso de graduação. No caso do exemplo (e), a pandemia tirou a concentração do estudante, e isso teve impactos sobre sua motivação para estudar.

Como foi dito anteriormente, para se estabelecer um tópico/subtópico, é necessário que um campo associativo seja criado a partir da consideração do princípio de gradiência que organiza o tópico discursivo: as camadas tópicas mais abrangentes contêm as mais específicas e particularizadas.

Nesse sentido, as implicações sociocognitivas da pandemia de covid-19 para os estudantes se mostram muito relevantes para se compreender o que, de fato, aconteceu com eles naquele contexto. Vejamos o Quadro 7, abaixo, com outros exemplos de respostas discursivas para a questão 27:

Quadro 7. Exemplos das expressões referenciais presentes nas respostas à pergunta 27

Expressões referenciais presentes na pergunta	Exemplos de expressões referenciais presentes nas respostas	Respostas
“Problemas de saúde física e/ou mental”	“O período sintomático da doença”; “impacto na minha saúde física e mental”; “febre”; “dor atrás dos olhos”; “indisposição e cansaço”; “o choque”; “remorso”; “culpa”; “medo por ter (possivelmente) contaminado membros familiares”; “minha recuperação”; “a constatação de que não contaminara nenhum membro familiar”; “um estado mental ‘saudável’”	“O período sintomático da doença foi o único em que houve impacto na minha saúde física e mental. Fisicamente, tive febre, dor atrás dos olhos, indisposição e cansaço. Mentalmente, o choque, remorso, culpa e medo por ter (possivelmente) contaminado membros familiares. Após minha recuperação e a constatação de que não contaminara nenhum membro familiar, retornei gradativamente a um estado mental ‘saudável’: afetado, como mencionei anteriormente, pelo estresse do isolamento social, mas não pela covid-19, cuja experiência (felizmente) não me traumatizou e na qual não penso e raramente me lembro, por não ter me sequelado nem física nem mentalmente.”
	“Os meus problemas”; “preocupação de algum familiar meu pegar covid”; “(preocupação com) a situação mundial”; “(preocupação com) a tristeza que nos rodeava”	“Os meus problemas se baseavam na preocupação de algum familiar meu pegar covid. Ou então com a situação mundial, a tristeza que nos rodeava.”
	“Ansiedade”; “fadiga”; “dores no corpo”	“Ansiedade, fadiga e dores no corpo”
“Problemas de saúde física e/ou mental”; “Atividades acadêmicas”	“Transtorno de Ansiedade Generalizada”; “perspectiva de muita imprevisibilidade em relação a planos futuros”; “crises de ansiedade”; “faltas de ar”; “dores de barriga”; “perda de apetite”; “desenvolvimento de esofagite”.	“Desenvolvi Transtorno de Ansiedade Generalizada durante a pandemia, por perda da vida social, maior tempo sozinha ou apenas com a família e perspectiva de muita imprevisibilidade em relação a planos futuros. Ao entrar na universidade, “apostei minhas fichas” em ir muito bem nas atividades acadêmicas, me cobrando extremamente para tirar notas altas. Isso acarretou em crises de ansiedade, faltas de ar, dores de barriga, perda de apetite e desenvolvimento de esofagite.”
	“Alguns problemas de déficit de atenção e complicações psiquiátricas”; “a pandemia”; “essas questões”; “o mínimo de atenção em provas, exercícios e trabalhos”; “o meu rendimento”; “altos níveis de estresse, fadiga mental e ansiedade”; “problemas que enfrento até hoje”	“Possuo alguns problemas de déficit de atenção e complicações psiquiátricas, então a pandemia fez com que essas questões crescessem muito. Nos últimos semestres eu já não conseguia ter o mínimo de atenção em provas, exercícios e trabalhos, onde o meu rendimento caiu de uma forma considerável e me trouxe altos níveis de estresse, fadiga mental e ansiedade, onde são problemas que enfrento até hoje.”

Fonte: elaboração própria.

Os exemplos acima são extremamente relevantes para que se possa compreender as relações discursivamente construídas entre os problemas que os estudantes tiveram e o seu desempenho acadêmico.

Nesses casos, o modo narrativo selecionado para a elaboração dessas relações auxilia na compreensão de como os estudantes responsabilizam o contexto da pandemia pelo que aconteceu com eles, seja em relação ao seu desempenho acadêmico (tipo de resposta esperada, nesse caso), seja em relação aos aspectos sociocognitivos.

No entanto, os três primeiros exemplos não tematizam essa relação. Ao contrário, os estudantes centram suas respostas nas implicações sociocognitivas com as quais lidaram, já mencionadas nas respostas à pergunta 24: (i) medo de contaminar seus familiares ou de seus familiares contraírem o vírus; (ii) culpa, remorso por possivelmente serem responsáveis pela contaminação de seus familiares; (iii) estresse, tristeza, fadiga mental, ansiedade, preocupação com a situação global; além disso, mencionam problemas de saúde física, tais como fadiga e dores no corpo.

As duas outras respostas estabelecem, então, a relação de forma mais direta: a primeira discorre sobre as altas exigências que o estudante estabeleceu para si mesmo quando da entrada na Universidade, sendo que o contexto da pandemia e a manutenção dessa atitude de alta autoexigência o levou a desenvolver “o Transtorno de Ansiedade Generalizada”, com todas as consequências para a saúde que esse transtorno provoca; em outra resposta, o estudante já assume, inicialmente, que é portador de um *déficit* de atenção e que convive com “complicações psiquiátricas”, sendo que esse quadro teria sido agudizado pelo contexto da pandemia de covid-19; como consequência, ele começou a apresentar dificuldades de concentração, tendo seu rendimento acadêmico experimentado uma queda considerável; o estudante, ainda, afirma que esse quadro se manteve após o término da pandemia de covid-19.

O fato de termos uma reiteração dos modos de abordar a temática estabelecida na pergunta discursiva anterior (impactos da pandemia na saúde física e mental dos estudantes) em uma pergunta em que se demandava outro tipo de elaboração discursiva revela o quanto esses modos de perceber o mundo social no contexto da pandemia podem ser resultado de uma experiência social compartilhada e que afetou de maneira razoavelmente semelhante sujeitos que se encontram inseridos no campo universitário, mesmo com toda a diferença existente entre eles, tal como foi possível perceber pelo perfil socioeconômico resumidamente apresentado na seção 2.1 deste artigo.

Considerações finais

A grande massa de dados disposta impõe uma grande dificuldade em estabelecer conclusões precisas, uma vez que abriu uma série de possibilidades de cruzamentos de dados, bem como diversas reflexões sobre os impactos da pandemia nas instituições públicas de ensino

superior, como a Unicamp. A amostra analisada, com respostas de 554 alunos, além de ser estatisticamente relevante, permitiu produzir algumas primeiras generalizações.

Sob um olhar amplo, a principal conclusão a que se chega neste artigo é a de que a pandemia de covid-19 teve impactos importantes e profundos junto à população de alunos de graduação da Unicamp, especialmente, implicações sociocognitivas, dada a recorrência desse subtópico estabelecido pela equipe. Esse subtópico foi estabelecido e aqui tematizado porque houve um número expressivo de respostas: das 1486 respostas discursivas fornecidas por escrito pelos estudantes, 408 tematizaram o subtópico “Implicações sociocognitivas da pandemia para os estudantes”. Os levantamentos feitos e as análises desenvolvidas no escopo deste artigo deixam claro que os princípios e os dispositivos teórico-analíticos propostos pelos autores citados para o tratamento do tópico discursivo, aplicados a uma grande quantidade e variedade de textos curtos, como as respostas fornecidas pelos estudantes de graduação da Unicamp, são muito produtivos.

Em se tratando das questões discursivas propriamente, elas foram fundamentais para, além de qualificar os dados objetivos coletados, compreender como os estudantes elaboram discursivamente seus contextos e perspectivas (Morato, 2005).

Paralelamente, os dados objetivos também revelaram resultados alarmantes relativos à saúde mental: 82% relataram que se sentiram mentalmente impactados, deprimidos, desmotivados, ansiosos, preocupados, cansados, inseguros, com falta de atenção, como relataram em suas respostas discursivas. Tais impactos sobre a saúde mental – ou então, como designamos, tais “Implicações sociocognitivas da pandemia de covid-19 para os estudantes” –, relatados pelos alunos, constituíram uma experiência social coletiva atestada pelo modo compartilhado como a conceptualizaram. Suas respostas também revelam que essas experiências afetaram bastante seus desempenhos e sua autoestima como profissionais em formação.

Cabe, ainda, elaborar uma importante consideração, uma vez que esses problemas permearão a vivência dos estudantes, dentro ou fora da universidade: apesar de serem de ordem individual e subjetiva, esses problemas devem ser compreendidos como resultado de uma experiência de pandemia, experiência essa que é necessariamente coletiva no momento em que há um adoecimento, um mal-estar, que se estende para além dos limites do corpo, que está na sociedade em crise sanitária e social (Canguilhem, 1982).

Ainda há muito a discutir sobre os resultados da pesquisa desenvolvida por docentes da Unicamp com o auxílio de bolsistas de Iniciação Científica. O formulário permitiu recolher um conjunto importante de informações sobre os principais aspectos sociais que impactaram significativamente a vida acadêmica dos estudantes no período da pandemia de covid-19.

Como foi dito anteriormente, tomar o tópico discursivo como categoria de análise textual permitiu que os tópicos fossem agrupados e hierarquizados a partir das propriedades de concentração e de organicidade. Neste artigo, nossos resultados dizem respeito mais aprofundadamente à propriedade da concentração, dado que analisamos as respostas discursivas

que permitiram a postulação de um subtópico bastante relevante, o que acabou por revelar uma convergência importante nas percepções do contexto pandêmico por parte dos estudantes de graduação da Unicamp.

Convém destacar que se considerou, ao longo deste trabalho, em consonância com Mondada e Dubois (2022), que a categorização das coisas do mundo não preexiste à enunciação, pelo contrário, apresenta instabilidade constitutiva e é negociada na interação, no caso, em uma interação mediada por um instrumento de pesquisa. As 1.486 respostas dos estudantes consideradas e lidas para a realização do trabalho analítico permitiram articular algumas primeiras reflexões a respeito do quanto o contexto social da pandemia de covid-19 foi interpretado e vivenciado pelos estudantes de forma significativa, evocando os sentidos sociais para as chamadas “dores da alma”, que são, em última instância, dores, a um só tempo, subjetivas e sociais.

Agradecimentos

Agradecemos aos 554 estudantes que se engajaram em responder o questionário e forneceram os dados que possibilitaram as discussões aqui feitas. Agradecemos à Pró-Reitoria de Graduação (PRG) e à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) pelo lançamento do Edital *Impactos da pandemia no ensino de graduação da Unicamp* e pelo financiamento concedido. Agradecemos a todos os bolsistas de IC que participaram desta pesquisa, cujo trabalho inestimável possibilitou uma fotografia significativa das inquietações dos estudantes da Unicamp nos tempos da pandemia de covid-19. Agradecemos também aos docentes que foram responsáveis pela elaboração do projeto e pela orientação dos relatórios finais do projeto. Por fim, agradecemos imensamente aos pareceristas, às organizadoras deste número e aos editores da revista pela oportunidade de produzir importantes reformulações no artigo.

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): bolsa de produtividade (PQ2) concedida a Anna Christina Bentes (nº do processo: 310067/2022-7).

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP): bolsa de iniciação científica concedida a Flora Hauschild Armani (nº do processo: 2023/14445-6).

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. *COVID-19 no Brasil*. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 8 jun. 2024.

LINHA D'ÁGUA

BENTES, A. C. Texto. In: FLORES, V.; MAGALHÃES, T. (Orgs.) *Estudos do discurso: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2024, p. 329-352.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CRUESP. *Comunicado CRUESP nº. 03/2020*. 13 mar. 2020. Disponível em: https://sites.usp.br/cruesp/wp-content/uploads/sites/620/2020/05/Cruesp_Comunicado03.pdf. Acesso em: 23 fev. 2022.

COELHO, M. T. A. D.; ALMEIDA FILHO, N. de. Normal-Patológico, Saúde-Doença: Revisitando Canguilhem. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-36, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311999000100002>.

GURGEL, L. *Interação social em entrevistas televisivas eleitorais nas eleições presidenciais brasileiras de 2014*. 2017. 1 recurso online (170 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1631336>. Acesso em: 5 fev. 2024.

JUBRAN, C. C. A. S. Revisitando a noção de tópico discursivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 48, n. 1, p. 33-42, 2006. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v48i1.8637253>.

KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. 7.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

KOCH, I. V. *Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2004.

LAVRAS, C. Atuação das equipes de APS durante o período de enfrentamento da COVID-19. *CONASS: Coleção COVID-19. Profissionais de Saúde e Cuidados Primários*, 2021, v. 4, p. 12-23. Disponível em: <https://www.conass.org.br/biblioteca/volume-4-profissionais-de-saude-e-cuidados-primarios/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 51-101.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual: análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. *et al. Referenciação*. 1a Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022, p. 17-52.

MORATO, E. M. Metalinguagem e referenciação: a reflexividade enunciativa nas práticas referenciais. In: KOCH, I.G.V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 243-263.

MORATO, E. M. Das relações entre linguagem, cognição e interação – algumas implicações para o campo da saúde. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 16, n. 3, p. 575-590, set./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-160304-0516D>.

MORATO, E. M. “Âncoras na deriva simbólica” – textos como formas de cognição social. *Revista da Anpoll*, [S. l.], v. 54, n. 1, p. e1901, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v54i1.1901>.

MORATO, E. M.; BENTES, A. C. “O mundo tá chato”: algumas notas sobre a dimensão sociocognitiva do politicamente correto na linguagem. *Revista USP*, n. 115, p. 11-28, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i115p11-28>.

MOURA, H. *O vírus bandido: linguagem e política na pandemia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2023.

OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. *OPAS*, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 08 jun. 2024.

PG UNICAMP. *Resolução GR-025/2020, de 16/03/2020*: Atividades para os cursos de Graduação e Pós-Graduação Unicamp diante da Pandemia de Coronavírus. 16 mar. 2020. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/17657/0>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PINHEIRO, C. L. O tópico discursivo como categoria analítica textual-interativa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 48, n. 1, p. 43–52, 2006. DOI: <https://doi.org/10.20396/ce.l.v48i1.8637254>.

REZENDE, R. C. O tópico discursivo em questão: considerações teóricas e análise de uma narrativa literária. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 48, n. 1, p. 71–84, 2006. DOI: <https://doi.org/10.20396/ce.l.v48i1.8637254>.

RODRIGUES, B. B. *et al.* Aprendendo com o Imprevisível: Saúde Mental dos Universitários e Educação Médica na Pandemia de covid-19. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 44, p. e149, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200404>.

ROMANINI, M. As máscaras e a precariedade subjetiva: efeitos da pandemia na vida de estudantes universitários. *Revista de Psicologia da Unesp*, v. 20, n. 1, p. 49-77, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5935/1984-9044.20210003>.

SANTOS, B. de S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

Artigo / Article

Sequências textuais em uma tira on-line: critérios analíticos e construção de sentidos

Textual sequences in an online comic strip – analytical criteria and the construction of meanings

Sueli Cristina Marquesi 

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
marquesi@pucsp.br
<https://orcid.org/0000-0002-8792-0699>

Rivaldo Capistrano Júnior 

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
r.capistrano@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-3731-7613>

Recebido em: 06/02/2024 | Aprovado em: 21/05/2024

Resumo

Neste trabalho, promovemos uma discussão acerca das sequências textuais, conforme a abordagem teórica da Análise Textual dos Discursos (ATD), e uma reflexão sobre como essas unidades composicionais podem subsidiar a análise de uma tira cômica *on-line*, de Maurício de Sousa, veiculada no perfil @gibi_nostalgia, do Instagram. De modo mais específico, propomo-nos a responder às seguintes questões: 1) De que maneira as imagens icônicas (objetos descritos) textualizam operações do descritivo e contribuem para a construção da narrativa visual? 2) Que funções textual-discursivas o descritivo assume na construção de sentido(s)? Para responder a essas perguntas, detemo-nos no nível 5 da análise, o da estrutura composicional, e focalizamos as sequências textuais e suas funções na organização textual da tira cômica selecionada. Em função das características e especificidades desse gênero, estabelecemos uma interface entre a ATD (Adam, 2011; 2019) e estudos sobre o descritivo (Marquesi, 2004; 2007; 2017; 2018), sobre o signo visual (GRUPO μ , 1993) e sobre os quadrinhos (Acevedo, 1990; Cagnin, 2014; Ramos, 2007; 2009). As análises empreendidas evidenciaram que, com as devidas adaptações, as noções de sequências textuais também são válidas para textos verbo-visuais, em específico, para a tira cômica analisada, e desempenham relevantes orientações para a construção de sentido(s).

Palavras-chave: Instagram • Tira cômica • Análise Textual dos Discursos • Texto descritivo

Abstract

In this paper, we foster a discussion of textual sequences according to the theoretical approach of textual discourse analysis (TDA) and promote a reflection on how these compositional units can subsidize the analysis of an online comic strip by Maurício de Sousa, posted on the Instagram profile @gibi_nostalgia. We intend to answer specifically the following questions: 1) How do the iconic images (described objects) textualize operations of the descriptive and contribute to the construction of a visual narrative? 2) Which textual-discursive functions does the descriptive assume in the construction of meaning(s)? To answer these questions, we remain on level 5 of the analysis, the compositional structure, and focus on the textual sequences and their functions in the textual organization of the selected comic strip. We establish an interface between the TDA (Adam, 2011; 2019) and studies of the descriptive (Marquesi, 2004; 2007; 2017; 2018), of the visual sign (GRUPO μ , 1993) as well as of comics (Acevedo, 1990; Cagnin, 2014; Ramos, 2007; 2009), according to the features and specifications of this genre. The analyses undertaken showed that, with due adaptations, notions of textual sequences are also valid for verbo-visual texts, specifically so for the analyzed comic strip, and they give relevant orientations for the construction of meaning(s).

Keywords: Instagram • Comic strip • Textual Discourse Analysis • Descriptive text

Introdução

Neste artigo, realizamos uma discussão acerca dos procedimentos teórico-analíticos da Análise Textual dos Discursos (ATD) e uma reflexão sobre como esses procedimentos podem ser válidos à análise das sequências textuais em uma tira do cartunista Maurício de Sousa, veiculada na página *Gibinostalgia*, de acesso livre e irrestrito a todos os usuários do Instagram.

Dito isso, propomo-nos a responder às seguintes questões: 1) De que maneira as imagens icônicas (objetos descritos) textualizam operações do descritivo e contribuem para a construção da narrativa visual? 2) Que funções textual-discursivas o descritivo assume na construção de sentido(s)?

Para tanto, organizamos este artigo em três seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, discorremos sobre questões teóricas da Análise Textual dos Discursos (ATD), com ênfase nas sequências textuais descritiva e narrativa, conforme Adam (2011, 2019), e recorreremos aos trabalhos de Marquesi (2004 [1996]; 2007; 2017; 2018) sobre a organização do descritivo e as suas funções. Na segunda, tratamos da tira cômica e de seus processos de leitura e de compreensão e, para isso, recorreremos a Acevedo (1990), Cagnin (2014), McCloud (2005), Ramos (2007; 2009) e ao Grupo μ (1993). Na terceira, contextualizamos nosso objeto e procedemos à análise. Por fim, na conclusão, com base nas análises empreendidas, retomamos as perguntas desencadeadoras deste trabalho e propomos reflexões sobre a leitura de tiras cômicas em sala de aula.

LINHA D'ÁGUA

1 Sequências textuais

De acordo com Adam (2011; 2019), as sequências são unidades textuais complexas que constituem planos de organização e de estruturação do texto. São compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições, que se constituem como uma espécie de período cuja propriedade principal é ser uma unidade ligada a outras macroproposições, ocupando, pois, posições precisas dentro do todo ordenado de uma sequência textual.

Nas palavras de Adam (2019), a sequência textual é

uma rede relacional decomponível em partes interligadas entre si (as macroproposições) e conectadas ao todo que elas constituem (uma sequência); uma entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna pré-formatada que lhe é própria e que, portanto, está em relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual é parte constitutiva: o texto (Adam, 2019, p. 46).

Adam propõe, com base no conceito de protótipo, cinco sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, explicativa e dialogal. A seguir, em função dos nossos objetivos e do fato de a organização composicional das tiras assentar-se na sequência narrativa, tratamos das sequências descritiva e narrativa.

De acordo com Adam (2011), a descrição é identificável no nível de enunciados mínimos, e seu conteúdo se dá basicamente pela “atribuição mínima de um predicado a um sujeito” (Adam, 2011, p. 217). Esse procedimento descritivo, para o autor, “[...] é inseparável da expressão de um ponto de vista, de uma visada do discurso” (Adam, 2011, p. 217).

Quatro macro-operações (tematização, aspectualização, relação e subtematização), para ele, constituem as operações de base para a geração de tipos de operações descritivas de base.

Operações de tematização, que se dão pela denominação: por meio desse procedimento, o objeto descrito é revelado para o leitor/ouvinte. Essa operação pode ser de três tipos: i) pré-tematização (ou ancoragem), quando a sequência descritiva assinala, desde o início, o objeto descrito; ii) pós-tematização (ou ancoragem diferida), quando o objeto descrito é referido no curso ou no fim da sequência; iii) retematização (ou reformulação), quando o objeto passa por reformulação e tem nova denominação, ou seja, é recategorizado.

Operações de aspectualização, que se apoiam na tematização e se realizam por duas operações: i) fragmentação (ou partição), quando partes do objeto da descrição são selecionadas; ii) qualificação (ou atribuição de propriedades), quando se apresentam propriedades do todo e/ou das partes selecionadas pela operação de fragmentação. Nessas operações, a atividade linguística básica é a predicação pela adição de propriedades e/ou qualidade.

Operações de relação, que buscam o apoio de outro objeto para compor o objeto descrito e podem se dar por duas operações: i) contiguidade, quando se situa o objeto no tempo e/ou na relação espacial; ii) analogia, quando a assimilação comparativa ou metafórica permite descrever o todo ou suas partes.

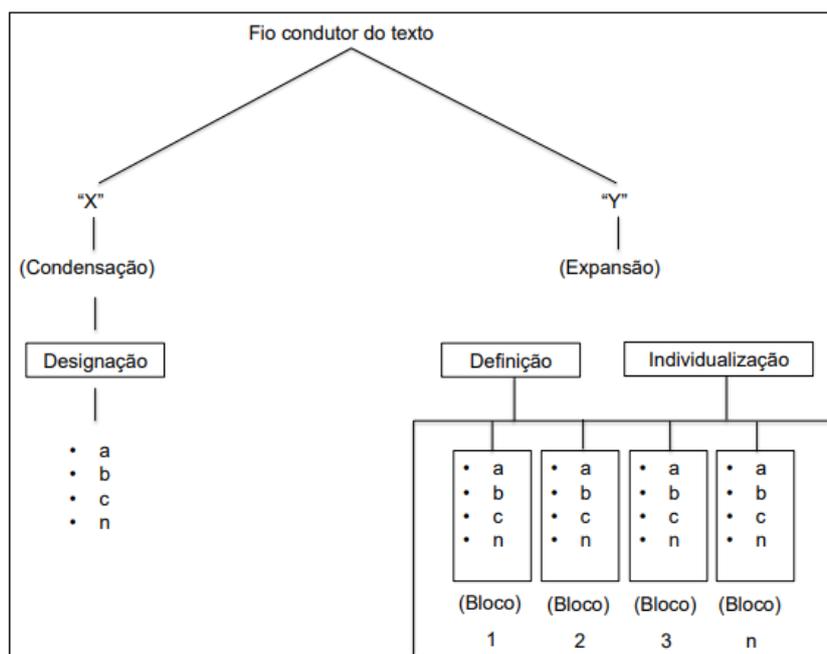
Operações de expansão por subtematização, que se dão pelo acréscimo de qualquer operação a uma operação anterior, permitindo a extensão da descrição.

Por sua vez, Marquesi (2004 [1996]), em seu primeiro estudo sobre o descritivo, ainda sob o enfoque da tipologia de textos, considera-o como uma organização que se define por três categorias:

- **Designação**, processo de condensação, que compreende nomear, indicar, dar a conhecer, para se determinar e qualificar certas marcas do objeto designado;
- **Definição**, processo de expansão (ou ampliação), que compreende enunciar os atributos essenciais e específicos do que é descrito. Corresponde a “[...] um conjunto de predicacões sequenciais a uma designação [...]” (Marquesi, 2004, p. 105);
- **Individuação**, também um processo de expansão, que compreende distinguir, particularizar, indicando o que faz com que um ser possua não apenas um tipo específico, mas uma existência singular, determinada no tempo e no espaço. Essa operação, portanto, atribui identidade particular ao objeto descrito.

Na Figura 1, ilustramos as categorias que organizam o descritivo, conforme Marquesi (2004 [1996]).

Figura 1. Categorias do descritivo



Fonte: Marquesi (2004 [1990], p. 114).

Em estudos posteriores (Marquesi, 2017; 2018), a autora, já sob o enfoque dos princípios das teorias do texto, retoma as referidas categorias e avança em sua abordagem, afirmando que, ao designar, tematizar ou (re)nomear um objeto ou ser, o produtor já indicia a orientação argumentativa do texto, o que determinará suas escolhas lexicais ou construções sintáticas para qualificar, localizar, situar esse objeto ou ser, em suas características definitórias ou individuais. Desse modo, a descrição, em seus processos de condensação e expansão, indicia pontos de vista.

Nesse sentido, Marquesi (2017), com base em Adam (2011), considera dois movimentos descritivos: i) divisão de um hipertema (objeto da descrição) em subtemas (suas partes) e ii) progressão linear, em que o rema da frase torna-se o tema da seguinte, evidenciando nova focalização.

As categorias do descritivo cumprem também importante papel na progressão temática do texto (Marquesi, 2017). Com respaldo em Koch (2015), consideramos que o tema (aquilo que é comunicado, ou seja, o dado) é o ponto de partida do enunciado, e o rema (o que se diz sobre o tema, ou seja, o novo) é o cerne do enunciado e assegura, por meio de predicções, a expansão do conteúdo informacional.

Além disso, Marquesi (2018) assevera que, dependendo do gênero em que o descritivo esteja presente, pode ocorrer uma expansão maior ou menor em cada categoria. Conforme a autora, “[...] em um texto enciclopédico, a categoria mais expandida é a Definição; já em um texto técnico, ou em uma crônica, é a Individuação” (Marquesi, 2018, p. 114).

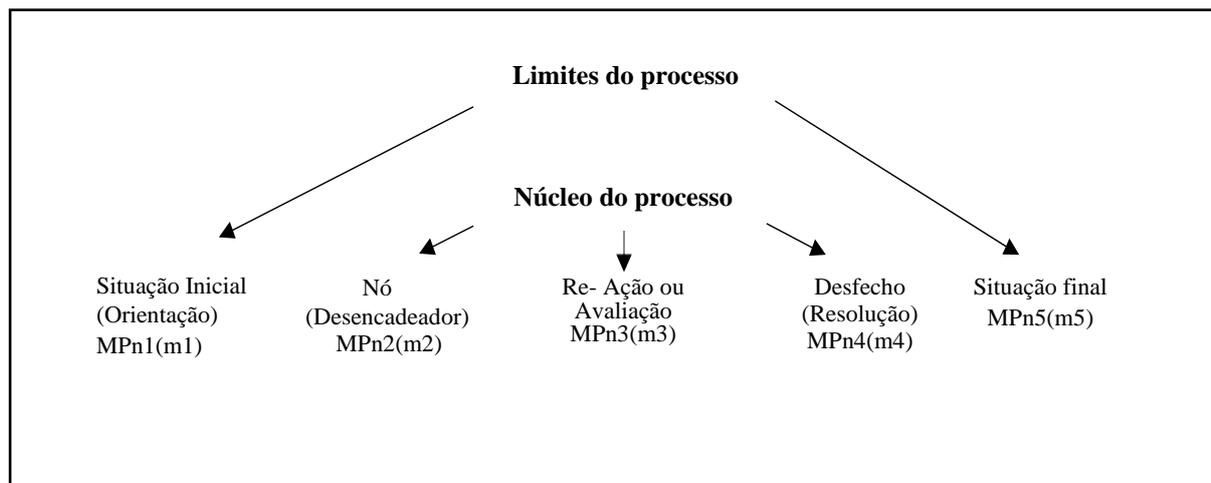
Desse modo, as categorias do descritivo (Marquesi, 2004) atuam de modo relevante na progressão temática, uma vez que a designação indica a tematização do objeto descrito (X), por meio de um recorte subjetivo dado pela seleção de algumas unidades sêmicas, que expressam uma visão de mundo particular daquele que descreve, e as categorias da definição e individuação promovem uma ampliação desse objeto (Como X é constituído, particularizado e situado?), o que pode servir de base para novas tematizações.

Entendemos, com base nos estudos de Marquesi, que as categorias por ela propostas constituem atividades sociocognitivas e interativas reveladoras das intencionalidades dos sujeitos.

Tendo em vista os nossos objetivos neste trabalho, consideramos que, na tira selecionada, o descritivo cumpre objetivos específicos, pois o desenho/a imagem permite não só apresentar o objeto descrito, mas também defini-lo e caracterizá-lo, contribuindo, desse modo, para a progressão temática.

Quanto ao protótipo da sequência narrativa, Adam (2011, 2019) propõe uma organização representada por cinco macro-operações, conforme figura 2:

Figura 2. Protótipo da sequência narrativa



Fonte: Adam (2019, p. 124).

As macro-operações narrativas, como indica o esquema de Adam, estão interligadas e progridem para um fim. Desse modo, i) a situação inicial indica o ator situado no local e no tempo da narrativa; ii) o nó, ou intriga, traz “o conjunto de causas que violam a imobilidade da situação inicial e desencadeiam a ação [...]” (Adam, 2019, p. 120); iii) a re-ação indica a continuidade da narração e evidencia as ações do sujeito/personagem para reagir à intriga; iv) o desfecho indica o fato que a solução da intriga instaurada no nó; v) a situação final representa o momento depois do processo da situação inicial.

Em se tratando do nosso objeto de análise, há uma narrativa curta, com elementos imagéticos e verbais. Nele, como descrevemos adiante, há uma dominância do imagético, cuja sequência passa por três tempos: “é presente o que está sendo lido; é passado o da esquerda, que já foi lido; é futuro o da direita, que vai ser lido” (Cagnin, 2014, p. 61). Nesse sentido, o componente imagético dos quadrinhos (ou vinhetas) tem relevante função na construção do enredo narrativo.

2 Tiras cômicas

Segundo Ramos (2007), a tira cômica é uma narrativa curta e sequencial que traz um desfecho humorístico, como ocorre em piadas. Composicionalmente, é construída a partir de um ou mais quadros que encenam um determinado fato ou acontecimento por meio da conjugação de elementos verbais, imagéticos, cinésicos etc. Por sua vez, o humor é desencadeado por uma relação de incongruência entre o que esperamos, com base no que é dito quadro a quadro e no que ocorre na realidade.

A tira que compõe nosso objeto de análise foi transposta do impresso para o on-line. Nessa transposição, não houve incorporação de recursos multimídia, tais como animações,

efeitos sonoros, narrativas multineares etc. (Franco, 2008). Além disso, na postagem, o administrador da página, no ajuste do primeiro quadro, cortou o tema-título: “Cascão”.

Considerando que a tira selecionada é composta predominantemente por imagens, discorremos, a seguir, sobre o conceito de imagem e seus elementos composicionais.

A imagem é um artefato bidimensional (tamanho e largura) ou tridimensional (tamanho, largura e fundo), cuja percepção visual é descontínua, que guarda, quase sempre, uma relação de semelhança com o que representam (natureza icônica). Cagnin (2014) tece as seguintes considerações sobre a imagem desenhada dos quadrinhos:

[...] um signo analógico e contínuo, mantém uma relação estreita de semelhança com o objeto representado, dando sempre alguma impressão ou, ao menos, uma sugestão do ser ou do objeto representado, a sua forma física é, por isso, motivada. Outras diferenças: a leitura da imagem em busca do significado não é unidirecional, em linha, como na escrita, ou em momentos sucessivos, como na fala, é contínua; a sua significação vem do todo, é próxima do modo de ver e entender as coisas reais, e forma, portanto, um inventário aberto, diverso dos signos linguísticos (Cagnin, 2014, p. 42).

Para maior compreensão dos elementos que compõem uma imagem, recorreremos ao Tratado do signo visual. Nele, o Grupo μ diz que um signo visual (imagem) é constituído pela junção de um signo icônico + signo plástico (sensorial – forma [dimensão/tamanho, posição e orientação], cor, textura), embora cada unidade sgnica goze de uma autonomia.

Para os autores, o signo icônico não é uma mera cópia do real. Assim sendo, defendemos que o signo icônico é uma reelaboração de um objeto, (re)construído com base em aspectos culturais, sociocognitiva e interativamente situados, orientando a negociação de sentidos. Nesse processo de similaridade entre o objeto e aquilo que ele representa, o contorno das imagens ancora o processo de percepção, por compor os limites e a forma das imagens (Ramos, 2007).

O signo plástico (forma, cor e textura), por sua vez, guarda uma relação de interdependência entre significado e significante e não instaura um objeto em si, mas é a causa da primeira impressão que o produto gera no receptor.

Parte da significação de um signo visual é determinada pelas escolhas plásticas e, não, unicamente pelos signos icônicos, embora, como ressalva Joly (2005), o funcionamento dos dois tipos de signos seja circular e complementar.

Nessa visão, a unidade, o todo, é perceptível ao olhar. A identificação de como seus elementos constitutivos (linha de contorno, forma, cor, textura) estão relacionados e articulados dão sustentação à imagem.

Com isso, não estamos querendo dizer que a leitura de imagens seja linear ou que necessariamente comece pelo todo (a unidade), pois não há uma ordem predeterminada do processamento das informações em uma imagem (Cagnin, 2014; Ramos 2007; Kress; van

Leeuwen, 2006). Certos elementos plásticos, como por exemplo, a cor, podem se destacar mais do que outros.

A tira ganha poder narrativo ao apresentar imagens retratadas em diferentes quadros. Desse modo, a estratégia habitual do leitor de ler/visualizar as imagens da esquerda para a direita produz uma sucessão de acontecimentos, desencadeados por uma causalidade narrativa. Nesse processo, os Quadrinhos substituem o tempo pelo espaço (McCloud, 2005). Nos espaços, o quadrinista explora planos de enquadres, manipula tamanho, forma e disposição das imagens, guiando a atenção do leitor e gerando um ritmo para a ação.

De acordo com Kress e van Leeuwen (2006), à semelhança da convenção da organização temática de enunciados verbais, uma imagem situada no lado esquerdo indica informação dada (tema), já conhecida pelo leitor. O que há de novo (rema) é representado à direita.

Com essas considerações, destacamos o papel fundamental da imagem na sequencialidade narrativa e na relação de causalidade entre os fatos narrados. Além disso, as imagens, como já afirmamos, apresentam o objeto descrito, destacam expressões faciais, gestos corporais e estados de ânimo, o que nos permite analisar as macro-operações para a geração de proposições descritivas.

Assim, com o objetivo de avançar no entendimento sobre “o que a imagem sugere?”, buscamos respaldo em Cagnin (2014). Para o autor, a imagem, além da identificação do objeto, transmite sozinha outras informações significativas que orientam efeitos de sentido. Em outras palavras, as imagens permitem, implicitamente, a geração de proposições que não só identificam o objeto (enunciado metalinguístico), mas também predicam ou qualificam esse objeto. Em outras palavras, uma categoria semântica é homologada por uma categoria imagética/plástica.

Como ilustração, o autor recorre ao exemplo da figura 3:

Figura 3. Exemplo de Cagnin



Fonte: Cagnin (2014, p. 91).

Ele explica que “o significado de toda imagem quando traduzido em palavras se resolve em, pelo menos, dois enunciados linguísticos, como no exemplo [...]: ‘isto é um homem’ e ‘o homem corre’” (Cagnin, 2014, p. 91).

Em complementação à explicação, diz que “[u]ma das variantes da representação do real permite que o seu significado seja traduzido por sentenças verbais qualificativas ou dinâmicas. Daí o dizer [...] que a imagem não corresponde exatamente a uma palavra, mas a, pelo menos, dois enunciados” (Cagnin, 2014, p. 91). Nesse sentido, a imagem permite a geração de um enunciado metalinguístico (o objeto descrito) e de enunciados que indicam estado, qualidade e ação desse objeto.

Podemos, então, entender que a imagem não só apresenta o objeto descrito, mas também partes, qualidades e características específicas desse objeto, o que nos permite analisar as imagens sob a perspectiva das operações do descrito, conforme o modelo teórico de Adam (2011, 2019).

Esse entendimento traz implicações para o modo como lemos e analisamos imagens. Consequentemente, orienta a análise de sequências textuais da tira selecionada.

3 Contextualização da tira e análise

Originalmente, a tira foi publicada em mídia impressa, na revista *Cascão*, número 276, na página 34, de agosto de 1997, e apresenta, além do título e da assinatura autoral, um plano de texto convencional, cuja segmentação se dá em três quadros (blocos), dispostos em sentido vertical.

Na transposição da tira do impresso para o *site* de rede social *Instagram*, recursos digitais possibilitaram que o administrador da página *Gibinostalgia* promovesse uma alteração na forma como os quadros que a organizam são apresentados aos internautas: cada quadro é apresentado por meio do deslizar do dedo na tela. Isso implica nova dinâmica para a leitura da tira.

É proeminente como o meio digital faz a mediação do ritmo de leitura. O deslizar de dedo sobre a tela do celular ou o clique em um botão permite que o leitor mantenha o controle e estabeleça o tempo da ficção, ou seja, a evolução espaço-temporal entre as cenas.

Além disso, elementos epitextuais (Genette, 2009) circundam a tira, sem estarem textualmente ligados a ela, e i) promovem a interatividade por meio da opção curtir publicação e a interação, com a manifestação de opiniões, de emoções etc., por meio da rede de comentários; ii) marcam a indexação de conteúdos por meio de *hashtags*.

Figura 4. Elementos epitextuais



Fonte: @gibinostalgia. Acesso em 10 abr. 2021.

Na análise das sequências textuais, levamos em consideração que a imagem, objeto multifacetado, permite implicitamente a geração de um enunciado metalinguístico (o objeto descrito) e de enunciados que indicam estado, qualidade e ação.

No primeiro quadro,

Figura 5. Primeiro quadro



Fonte: @gibinostalgia. Acesso em 10 abr. 2021

LINHA D'ÁGUA

A operação de tematização, por uma relação de similaridade, institui o objeto da descrição, um vampiro (objeto de discurso visual). Por sua vez, a operação de aspectualização apoia-se na tematização e permite a apreensão das partes essenciais que compõem o objeto-tema, bem como das suas qualidades, sejam físicas (cor, forma etc.), sejam emocionais.

A aspectualização ajuda a conferir iconicidade (reconhecimento) à imagem, uma vez que o personagem de Maurício de Sousa guarda uma relação de semelhança com um vampiro, ser mitológico, um morto-vivo, que se alimenta do sangue de seres vivos.

Quadro 1. Operações de aspectualização, personagem Vampiro

TEMATIZAÇÃO	ASPECTUALIZAÇÃO	
	Propriedades	Partes hipônimos do tema
Vampiro	amarela	Pele
	aberta	Boca
	pontiagudos	Caninos
	estendidos	Braços
	grandes e com fundo branco	Olhos
	inclinado e em movimento	Corpo
	predatória	expressão fisionômica e corporal

Fonte: elaborado pelos autores.

Linhas cinéticas (Ramos, 2009), ou seja, elementos gráficos que sugerem movimento, trajetória de personagens, ao lado do braço e do pé, e as gotas que brotam da cabeça do personagem, sugerindo suor, dão ideia de deslocamento e de esforço físico. Essas pistas permitem gerar uma proposição na forma de uma predicação verbal: “ele vai atacar alguém”. Essa predicação constitui uma descrição de ação (Adam, 2019) que, contudo, não provoca em si uma transformação, desencadeadora da narração. A ação, por sua vez, recai sobre um objeto não expresso na superfície do texto, mas inferível por meio das pistas visuais, o que deixa entrever nova tematização.

A assunção do signo icônico e do signo plástico permite a realização das operações de tematização (o que a imagem mostra) e de aspectualização (como a imagem mostra e o que ela sugere). A ação sugerida, no entanto, não provoca em si uma transformação, isto é, uma intriga, que faz “passar da sucessão cronológica à lógica singular da narrativa, que introduz uma problematização [...]” (Adam, 2019, p. 118).

Na tira em análise, a relação de contiguidade (procedimentos de localização espacial e temporal do objeto da descrição) se faz perceber por meio não só da imagem da lua cheia com a tonalidade amarelada, do céu escuro, do lugar aberto com grama, mas também de planos e ângulos de visão, ou seja, enquadramento, arranjos espaciais, posicionamento. Essas

coordenadas espaciais e temporais atuam como elementos dêiticos, que orientam o leitor e situam as ações que serão desenvolvidas na narrativa. Desse modo, podemos afirmar que a localização espacial é, para o descritivo, o que o tempo é para a narração.

No Quadro 1, o ângulo de visão, “ponto a partir do qual a ação é observada” (Acevedo, 1990, p. 91), a ação é observada à altura dos olhos. Por sua vez, o plano geral ou panorâmico (Cagnin, 2014) abrange não só o personagem vampiro, à esquerda, como também o cenário em que está inserido: campo aberto, noite de lua cheia. Dessa maneira, em interface com os trabalhos de Marquesi (2004; 2017; 2018), planos e ângulos de visão concretizam a categoria da individuação por localização.

Ainda em relação à operação de relação por contiguidade espacial, é pertinente uma interface com os estudos de Adam, quando ele assevera que

[...] a contiguidade espacial de um objeto e de um personagem pode ser tão forte que o objeto se torna parte tão constitutiva do todo quanto uma parte do corpo. O chapéu e a bengala de Carlitos, a mecha e o bigode de Hitler, o cachimbo de Popeye, as roupas e charutos do americano de T67 tornam-se elementos constitutivos de uma pessoa ou personagem. Esses objetos são, literalmente, incorporados (Adam, 2011, p. 222-223).

Nessa visão, as ações habituais constituem e particularizam o referente descrito.

Assim, por meio do acionamento de conhecimentos de mundo, podemos, no quadro em análise, estabelecer inferencialmente uma operação de relação por metonímia, o que coloca o objeto em situação individual. Sabemos que, normalmente, vampiros usam roupa e capa pretas, que lhe realçam o aspecto sombrio, e se alimentam de sangue humano. Isso pode ser enunciado verbalmente por meio de predicados funcionais, ou seja, predicados que descrevem ações e equivalem à atribuição de dada propriedade ao objeto. Em outras palavras, comportamentos e hábitos estereotipados de um personagem qualificam-no.

Quadro 2. Operação de relação, personagem Vampiro

TEMATIZAÇÃO	RELAÇÃO	
	Metonímia Predicados funcionais	
Vampiro	veste-se com roupa e capa pretas	alimenta-se de sangue humano

Fonte: elaborado pelos autores

O predicado funcional “alimenta-se de sangue”, ancorado na operação de aspectualização, evoca inferencialmente nova tematização, um novo referente (a vítima), contribuindo para produção de uma expectativa.

Quadro 3. Operação de tematização (implícito)

TEMATIZAÇÃO a vítima humana (implícito)
--

Fonte: elaborado pelos autores

Quanto à sequência narrativa, no primeiro quadro da tira, há um congelamento do tempo. A tira só “ganha vida” na leitura, na passagem de um quadro a outro, por meio do deslizar da tela. Nessa ação, o descritivo compõe e apresenta, em se tratando da sequência narrativa, uma situação inicial que orienta a narrativa, ou seja, um estado no qual o personagem agente, o tempo, o lugar e a situação na qual se encontra são apresentados. Cada quadro é uma fração da história e a narrativa não nasce no primeiro quadro.

No que diz respeito ao humor, o objeto subtematizado implicitamente, como dissemos anteriormente, contribui para criação de uma expectativa no leitor.

No segundo quadro,

Figura 6. Segundo quadro



Fonte: @gibinostalgia. Acesso em 10 abr. 2021.

LINHA D'ÁGUA

o objeto descrito, o vampiro, é retomado e situa-se no plano temático. A operação de aspectualização denota uma transformação do objeto descrito no primeiro quadro, conferindo dinamismo à narração e sinalizando a continuidade temática. A expressão fisionômica do personagem ganha destaque em primeiro plano, que limita o espaço à altura dos ombros do personagem (Acevedo, 1990, p. 82). Por sua vez, linhas cinéticas e linhas vibratórias sugerem medo, pavor. A apreensão desse estado emocional se dá com base na operação de aspectualização.

Quadro 4. Operações de aspectualização, personagem Vampiro

		ASPECTUALIZAÇÃO	
		Propriedades	Partes
Vampiro	entreaberta	Boca	
	erguidas	Sobrancelhas	
	arregalados	Olhos	

Fonte: elaborado pelos autores

Por sua vez, a aspectualização evoca, inferencialmente, uma relação de tematização, isto é, quem ou o que assustou o vampiro?

Quadro 5. Operação de tematização (implícito)

Tematização
quem ou o que assustou o vampiro? (implícito)

Fonte: elaborado pelos autores

Segundo Cagnin (2014), a ordem da leitura, de quadro a quadro, de imagem uma após a outra, gera a conceito de tempo, de sucessão, de um antes e um depois e a relação lógica de causa e efeito. Assim, a passagem de um quadro a outro contribui para a percepção da sucessão cronológica dos eventos. Além disso, o descritivo também cumpre relevante função nesse processo. Como dissemos anteriormente, pela reiteração do objeto tematizado, o vampiro, somos capazes de perceber sua transformação, evidenciada por um conjunto de aspectualizações que nos permite apreender seu estado emocional: Ele está assustado!

Desse modo, do ponto de vista da progressão textual, a sequência descritiva tem relevante papel na progressão e na continuidade temática do texto, como constata Marquesi (2017). Assim, nos diferentes níveis de hierarquização e de organização textual, no plano temático (dado) e no plano remático (novo - contraparte informativa do tema), o descritivo tem *status* especial na progressão e na continuidade temática do texto, uma vez que é responsável por gerar unidades informacionais do texto, como bem evidenciou Marquesi (2017).

A reação de pavor do personagem vampiro marca o ápice do processo narrativo, o nó, e dá continuidade à expectativa criada em relação ao desfecho da narração.

No terceiro quadro,

Figura 7. terceiro quadro



Fonte: @gibinostalgia. Acesso em 10 abr. 2021

as operações de aspectualização sugerem nojo, aversão.

Quadro 6. Operações de aspectualização, personagem Vampiro

TEMATIZAÇÃO	ASPECTUALIZAÇÃO	
	Propriedades	Partes
Vampiro	semicerrados	Olhos
	visivelmente saliente e para fora da boca	Língua
	arqueado	Corpo

Fonte: elaborado pelos autores

Uma vez mais, podemos perceber, por meio da expressão fisionômica e postura corporal, mudanças na apresentação do personagem vampiro, o que desencadeia no leitor uma atualização do objeto descrito por novas informações imagéticas. Desse modo, o descritivo atua

de modo articulado com o narrativo, uma vez que mostra, progressivamente, quadro a quadro, as alterações de traço e contorno do vampiro.

E, por meio da operação de tematização, o objeto repulsivo e indesejável é explicitado na superfície textual.

Nos quadros a seguir, analisamos como as operações de aspectualização e de relação detalham o personagem Cascão.

Quadro 7. Operações de aspectualização, personagem Cascão

	ASPECTUALIZAÇÃO	
	Propriedades	Partes
TEMATIZAÇÃO Cascão	semicerrados	Olhos
	sujas	Bochechas
	sujo e fedido	Corpo
	esgrouvinhados	Cabelos
	descalços	Pés
	serena	expressão fisionômica

Fonte: elaborado pelos autores

Quadro 8. Operações de relação, personagem Cascão

TEMATIZAÇÃO	RELAÇÃO	
	Metonímia Predicados funcionais	
Cascão	veste camisa amarela, shorts e suspensório quadriculados e vermelhos.	não gosta de tomar banho.

Fonte: elaborado pelos autores

As operações de aspectualização e de relação permitem evidenciar qualidades permanentes do personagem Cascão.

No último quadro, por fim, há uma quebra da expectativa construída quadro a quadro, deflagrando o humor. Com a manifestação textual da tematização, o objeto sugerido no segundo quadro é revelado, no terceiro quadro, ao leitor: o personagem Cascão, que seria a vítima do vampiro.

Para que se desencadeie o efeito humorístico da tira, é preciso conhecer que o personagem Cascão está sempre sujo, já que tem aversão à água e sempre foge do banho. O humor é, portanto, contextual, uma vez que mobiliza estrategicamente conhecimentos e experiência partilhados. Caso um leitor não possua o conhecimento pressuposto, a tira pode não fazer sentido.

De acordo com os princípios de leitura, no último quadro, o vampiro é o tema, e o Cascão, à direita, o rema, a informação nova marca o fim da narrativa.

Quanto à sequência narrativa, de acordo com os dados, temos: i) situação inicial: apresentação, no primeiro quadro do tema, do personagem, da localização espaço-temporal; ii) nó, a ação narrativa: quando se instaura um elemento complicador, que cria uma expectativa no leitor; iii) desenlace: desfecho cômico, em que uma situação inesperada, não prevista, ocorre, desencadeando o humor.

A categoria da avaliação pode ser inferida por meio do movimento interpretativo, na passagem do segundo quadro para o terceiro. Essa categoria, na tira em análise, não é imprescindível à construção da narrativa visual.

Conclusão

No desenvolvimento deste artigo, buscamos demonstrar que a análise de sequências textuais, conforme o modelo proposto por Adam (2011; 2019), também é válida para textos imagéticos. No entanto, as adaptações são necessárias.

De acordo com as análises empreendidas, podemos afirmar que, quanto ao descritivo:

- a imagem subsume macro-operações do descritivo;
- as operações de tematização (objeto da descrição) e aspectualização (caracterização desse objeto) são a essência da descrição, uma vez que garantem a unidade da sequência descritiva e permitem, inferencialmente, a geração de proposições. Por sua vez, as operações de relação dão informações adicionais ao objeto descrito, individualizando-o;
- a tematização e a aspectualização evidenciam traços comuns constitutivos do desenho dos personagens de Maurício de Sousa: olhos grandes com fundo branco, rosto arredondado, formato do corpo, pés descalços etc. Isso evidencia a construção do objeto descrito pelo olhar do quadrinista, no modo como é apresentado e aspectualizado, em função de um projeto de dizer. Com essas considerações, estabelecemos uma relação com o trabalho de Marquesi (2007) sobre a referenciação e intencionalidade;
- a sequência descritiva tem relevante papel na progressão e na continuidade temática do texto (Marquesi, 2017);
- a operação de tematização, no terceiro quadro, introduz um objeto novo, que orienta a deflagração do humor;
- o descritivo constitui o núcleo a partir do qual se desenvolve a sequência narrativa.

Quanto ao narrativo,

- a situação inicial, constituída pelo descritivo, apresenta o personagem e o cenário;
- o nó desencadeador marca a ação propriamente dita, fazendo com que a situação inicial mude;
- o desfecho cômico, em que se deflagra o humor da tira, é desencadeado por meio da quebra da expectativa gerada pelos quadros anteriores.

Com isso, podemos afirmar que as análises empreendidas nos permitiram responder às perguntas orientadoras no desenvolvimento deste trabalho.

Na tira analisada, vimos, ainda, que o imagético não só apresenta o objeto descrito e suas características, mas também fornece informações sobre o local em que ele se encontra e sobre suas ações. Dessa maneira, o entendimento de que o imagético tem papel fundamental na construção de sequências textuais descritiva e narrativa muito contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências de leitura de textos multimodais. E, na escola de hoje, os textos multimodais são a norma, não mais a exceção.

Ademais, na escola, as tiras não devem ser vistas apenas como histórias triviais e engraçadas. Sua compreensão requer a complexa mobilização de elementos verbais e imagéticos. Esses, como já dissemos, permitem a geração de proposições.

Como o texto das tiras é narrativo, o leitor, à semelhança do verbal, inicia pelo canto superior esquerdo, buscando o que lhe parece ser mais saliente. A leitura procede por meio das estratégias de progressão temática, em que o ponto de partida é o tema, isto é, o dado; e o lado oposto da imagem é o rema, o novo.

Acreditamos que as discussões e análises aqui empreendidas muito auxiliarão na expansão do conhecimento de professores da Educação Básica no desenvolvimento da competência dos alunos de ler, construir sentidos e compreender textos multimodais.

Referências

ACEVEDO, J. *Como fazer história em quadrinhos*. São Paulo: Global, 1990.

ADAM, J. M. *Textos tipos e protótipos*. São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, J. M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto, Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2011.

CAGNIN, A. L. *Os quadrinhos: um estudo abrangente da arte sequencial: linguagem e semiótica*. São Paulo: Criativo, 2014.

FRANCO, E. S. *Hqtrônicas: do suporte papel à rede internet*. 2 ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

LINHA D'ÁGUA

- GRUPO μ . *Tratado del signo visual: para una retórica de la imagen*. Madrid: Cátedra, 1993.
- JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papyrus, 2005.
- KOCH, I. V. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading imagens: the grammar of visual design*. London/NY: Routledge, 2006.
- MARQUESI, S. C. Procedimentos analíticos da ATD e produção escrita: estrutura composicional e sequências textuais descritivas em relatórios técnicos. In: GOMES, A.T.; PASSEGGI, L.; RODRIGUES, M. G. S. (Orgs.). *Análise Textual dos Discursos: perspectivas teóricas e metodológicas*. Coimbra: Gracio, 2018, p. 111-124.
- MARQUESI, S. C. Linguística Textual e Análise Textual dos Discursos: sequências descritivas e progressão textual em foco. In: CAPISTRANO JÚNIOR, R.; LINS, M. P. P.; ELIAS, V. M. (Orgs.) *Linguística Textual: diálogos interdisciplinares*. São Paulo: Labrador, 2017, p. 279-297.
- MARQUESI, S. C. Referenciação e intencionalidade: considerações sobre escrita e leitura. In: CARMELINO, A. C. *et al.* (Orgs.). *Nos caminhos do texto: atos de leitura*. Franca, SP: UNIFRAN, 2007, p. 215-233
- MARQUESI, S. C. A organização do texto descritivo em língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- MARQUESI, S. C. A organização do texto descritivo em língua portuguesa. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- MCCLLOUD, Scott. *Reinventando os quadrinhos: como a imaginação e a tecnologia vêm revolucionando essa forma de arte*. São Paulo: M. Books, 2005
- RAMOS, P. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2009.
- RAMOS, P. *Tiras cômicas e piadas: duas leituras, um efeito de humor*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

Tradução / Traduction

Uma abordagem linguageira e interacional da argumentação

Une approche langagière et interactionnelle de l'argumentation

Marianne Doury

Université Paris Dauphine, França
Autora
marianne.doury@u-paris.fr

Christian Plantin

Université Lumière Lyon 2, França
Autor
christian.plantin@univ-lyon2.fr
<https://orcid.org/0000-0003-0639-332X>

Camille Guichard-Libersac

Université Bordeaux Montaigne, França
Tradutora
camille.libersac@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1507-5892>

Nathalia Akemi Sato Mitsunari

Universidade de São Paulo, Brasil
Tradutora
nathalia.mitsunari@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-1389-9337>

Gabriel Isola-Lanzoni

Universidade de São Paulo, Brasil
Tradutor
gabriel.lanzoni@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-2066-1298>

Resumo

Este artigo se baseia em um estudo de caso de noites eleitorais televisionadas (eleição presidencial francesa, 2012; eleições parlamentares europeias de 2014, na França). Observamos, especialmente, como os “fatos concretos” (dados numéricos oficiais e incontestáveis) são orientados discursivamente para

* Este texto consiste em uma tradução para o português do artigo “*Une approche langagière et interactionnelle de l'argumentation*”, de autoria de Marianne Doury e Christian Plantin, publicado originalmente em língua francesa no v. 15 (2015), dedicado ao tema ‘Abordagens empíricas da argumentação’ (*Approches empiriques de l'argumentation*), da revista *Argumentation et Analyse du Discours*. Artigo disponível em: <http://doi.org/10.4000/aad.2006>. Agradecemos a Ruth Amossy - editora do periódico - e aos autores pela autorização da publicação desta tradução na Revista Linha D'Água.

uma conclusão avaliativa específica (“é um bom resultado” / “é um mau resultado”). Apoiando-nos nessa análise, explicitamos, em seguida, as escolhas teóricas e metodológicas que sustentam nossa abordagem, que caracterizamos como uma abordagem compreensiva da argumentação. Ela se baseia, sobretudo, na noção de questão argumentativa, que determina a estrutura dos dados a serem representados (modalizados) e a restituição da avaliação dos participantes.

Palavras-chave: Argumentação política • Números • Debate • Dados • Orientação • Questão • Representação

Résumé

Cette contribution repose sur une étude de cas portant sur des soirées électorales télévisées (élection présidentielle française, 2012 ; élections européennes de 2014, en France). Nous observons notamment comment les « faits bruts » (données chiffrées officielles et non contestées) sont orientés discursivement vers une conclusion évaluative spécifique (« c’est un bon score » / « c’est un mauvais score »). En nous adossant à cette analyse, nous explicitons ensuite les options théoriques et méthodologiques qui ont assuré notre démarche, que nous caractérisons comme une approche compréhensive de l’argumentation. Elle est fondée notamment sur la notion de question argumentative déterminant la structure des données qu’il s’agit de représenter (modéliser) et la restitution de l’évaluation aux participants.

Mots-clés: Argumentation politique • Chiffres • Débat • Données • Orientation • Question • Représentation

Introdução

Os estudos da argumentação se apoiam em uma tríplice tradição de pesquisa – retórica, lógica e dialética – cujos fundamentos foram estabelecidos pelas obras de Aristóteles e Cícero. A tradição retórica da argumentação está particularmente presente nos estudos da retórica nos Estados Unidos¹ e na “Nova Retórica” de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958). O pensamento lógico da argumentação, desenvolvido em todos os tratados da lógica tradicional, foi posto em questão pela formalização da lógica no fim do século XIX (Frege [1879]; Auroux, 1995; Plantin, 2005). A “Lógica substancial” de Toulmin (1958) e a “Lógica Informal” (Blair; Johnson 1980; Walton, 1996) propõem abordagens da argumentação como estudo das formas de raciocínio, reconhecendo a validade condicional de encadeamentos que não são dedutivos e indutivos. A pragma-dialética (van Eemeren; Grootendorst, 2004) desenvolveu uma teoria geral da argumentação como diálogo regrado voltado para a resolução de diferenças de opinião, o que é um dos usos essenciais da argumentação. Essas grandes teorias^{N.T.1} da argumentação são

¹ Ver o número 6 (2011) da revista *Argumentation et Analyse du Discours*, dedicada à “A análise retórica nos Estados Unidos. Homenagem a Michael Leff”.

^{N.T.1} No original, foi utilizada a expressão em inglês *master theories*.

as referências constitutivas do campo contemporâneo de estudos da argumentação^{N.T.2}. Elas estão envolvidas em um diálogo crítico constante e frutífero, e suas experiências e avanços são indispensáveis para qualquer reflexão sobre a argumentação.

Duas outras teorias da argumentação se mostram particularmente originais, úteis e estimulantes, a teoria da “Argumentação na língua” de Anscombre e Ducrot (1983) e a “Lógica natural” de Grize (1990). A primeira dá ênfase a questões semânticas da língua; ela caracteriza o sentido de todo enunciado por sua orientação argumentativa, isto é, a classe de enunciados que ela admite como sequência em um discurso gramaticalmente bem formado. A segunda foca em aspectos cognitivos da argumentação, assimilada ao modo de esquematização de objetos operados pelo discurso. Em comparação com as anteriores, elas apresentam, assim, a particularidade de serem teorias generalistas da argumentação (Plantin, 2016^{N.T.3}, verbetes “Orientação”; “Esquematização”^{N.T.4}). Essas teorias construíram conceitos que nos são indispensáveis, como a noção de orientação linguística para a teoria da argumentação na língua ou a noção de objeto de discurso pela lógica natural.

Não entraremos aqui na corrida estéril pelos fundamentalismos para tentar hierarquizar essas teorias, partindo da redução de essa(s) ou aquela(s) abordagem(s) a essa(s) ou aquela(s) outra(s). Todas nos são preciosas e ficamos felizes em colaborar com uma disciplina que admite a pluralidade teórica, mesmo que essa pluralidade tenha como preço uma (aparente?) dispersão de noções e de métodos.

Neste artigo, tratamos da argumentação pela linguagem para destacar que consideramos tanto problemáticas semânticas, relacionadas à língua, quanto problemáticas sequenciais, relacionadas à análise do discurso e das interações. Propomo-nos a mostrar como certas vias de reflexão exploradas por essas abordagens teóricas permitem elucidar dados argumentativos – o que constitui, ao nosso ver, a razão de ser. Inversamente, acreditamos que é “aplicando” essas teorias em dados que teremos mais chance de propor uma articulação entre elas.

Partiremos de um estudo de caso de noites eleitorais televisionadas^{N.T.5} (na noite do primeiro turno das eleições presidenciais francesas de 2012² e na noite das eleições parlamentares europeias de 2014)³. Observaremos como, a partir de dados numéricos, “fatos

^{N.T.2} No original, foi utilizada a expressão em inglês *argumentation studies*.

^{N.T.3} Na publicação original, esta obra de Christian Plantin estava ainda no prelo. Nesta tradução, atualizamos a data de publicação.

^{N.T.4} No original, os verbetes são “Orientation” e “Schématisation”.

^{N.T.5} Na França, são noites de contagem de votos, em que os principais canais de televisão do país dedicam sua programação a estimativas de resultados e organizam debates com especialistas.

² Encontramos uma análise mais detalhada dos comentários dos resultados nessa noite eleitoral em Doury e Tseronis (2014).

³ As análises a seguir se baseiam na transcrição integral das apurações televisionadas pela TF1 e pela France 2 na noite do primeiro turno (22 de abril) das eleições presidenciais de 2012, e na transcrição parcial (apenas as formulações dos resultados foram retidas) da noite eleitoral transmitida pela LCP/ Public Sénat na ocasião das eleições europeias de 25 de maio de 2014. Não foi realizada nenhuma contabilização dos fenômenos observados, mas nós consideramos que a observação sistemática das formulações dos resultados e sua

concretos”, os diferentes participantes constroem discursivamente os resultados obtidos para orientar para uma conclusão avaliativa específica (“é um bom resultado” / “é um mau resultado”)⁴. Trata-se de mostrar que, ao contrário de uma abordagem que considera a linguagem como um acessório da argumentação, certamente indispensável à sua comunicação, pouco digna de interesse, é, justamente, sua disposição no discurso que constrói a orientação argumentativa dos fatos e prepara os enunciados para servirem de argumentos para determinadas conclusões. Apoiando-nos nesta análise, explicitaremos, em seguida, as escolhas teóricas e metodológicas que orientaram nossa abordagem, que caracterizaremos como uma abordagem compreensiva da argumentação⁵.

1 Estudo de caso: a construção argumentativa dos resultados eleitorais

Qualquer um que tenha assistido a uma grande noite eleitoral não pode não ter ficado impressionado com uma evidência: embora, por definição, já se tenha votado – e que, em certa medida, se possa considerar que “o jogo já esteja ganho” –, jornalistas e políticos se dedicam a um trabalho frenético de construção discursiva dos resultados, a fim de lhes conferir uma orientação argumentativa, conforme seus interesses, no caso dos segundos, e com sua interpretação do pleito, no caso dos primeiros.

1.1 A disposição em palavras

1.1.1 Os operadores argumentativos

Um primeiro trabalho visando a construir uma orientação argumentativa dos resultados (favorecendo conclusões do tipo “é um bom resultado” ou “é um mau resultado”) é a disposição em palavras. Em particular, a utilização do que Ducrot (1983) chama de “operadores

avaliação permitiram realizar julgamentos quantitativos globais (“raro”, “frequente”, “massivo”...) dos procedimentos analisados.

⁴ Para uma reflexão mais ampla da exploração argumentativa de dados numéricos, pode-se consultar um número recente da revista *Mots - As linguagens da política* (v. 100, n. 3, 2012, “Dados e números na argumentação política”).

⁵ Adotamos, assim, a posição expressa por Max Weber (1913) acerca da sociologia: “A atividade especificamente importante para a sociologia consiste, em particular, em um comportamento que 1) de acordo com o sentido subjetivo visado pelo agente, é relativo ao comportamento do outro, que 2) se encontra condicionado durante seu desenvolvimento por essa relação significativa [*sinnhafte Bezogenheit*] e que 3) é explicável de forma compreensível a partir desse significado visado (subjetivamente)”. O objeto de análise é uma sequência argumentativa (“um comportamento” verbal de um certo tipo), considerada “de acordo com o sentido que lhe dá o argumentador”, sendo esse sentido “relativo ao comportamento do outro” (valor fundamentalmente interacional da intervenção argumentativa); a sequência se desenvolve de forma condicionada “por essa relação significativa”, e essa sequência é “explicável de maneira compreensível a partir desse sentido visado (subjetivamente)”; tomamos aqui “explicável” no sentido de “pode-se compreender como” (ver, a seguir, a questão da adequação descritiva).

argumentativos” governa a ativação de certos *topoi* em detrimento de outros, definindo encadeamentos preferenciais.

Assim, quando Ségolène Royal, ao comentar o resultado obtido por Nicolas Sarkozy no primeiro turno das eleições presidenciais de 2012, menciona:

senhor Sarkozy/ que obteve apenas vinte e cinco por cento dos votos/⁶ N.T.⁶

“apenas”, para retomar as palavras de Ducrot, inscreve os 25% em uma série de resultados decrescentes, ou “orienta para o menos” (convida a tirar dos 25% obtidos por Nicolas Sarkozy as mesmas conclusões que se teria obtido de um resultado inferior)⁷. A apresentação de Ségolène Royal do resultado de Nicolas Sarkozy prepara, assim, o terreno, argumenta linguisticamente⁸ para uma avaliação negativa de seu resultado (em particular, justifica o emprego recorrente da designação “rejeição” ou “sanção” pelos adversários de Nicolas Sarkozy).

1.1.2 Porcentagens/Valores absolutos

Um outro procedimento recorrente de apresentação linguisticamente orientada de resultados eleitorais consiste na passagem das porcentagens para valores absolutos. Esse procedimento orienta o resultado “para o mais”, na medida em que substitui um “grande número” (da ordem, no mínimo, do milhão) por um “pequeno” número (da ordem da unidade ou da dezena) e que concretiza o resultado pela evocação dos eleitores, cujo voto, independentemente do número, é difícil para um político em uma democracia ignorar publicamente. Vê-se bem o interesse que esse procedimento pode apresentar, em particular, para candidatos que obtiveram “pequenos” números. Assim, nas eleições presidenciais de 2012, Eva Joly, que tinha 2% no começo da noite eleitoral no canal France 2, chamada com o maior desprezo de “Senhora dois por cento” por Gilbert Collard no mesmo canal, começa sua intervenção assim:

⁶ Nas transcrições apresentadas, / indica entonação ascendente, \ indica entonação descendente; (.) (..) (...) indicam pausas mais ou menos breves entre réplicas. As elisões são marcadas por apóstrofo, e os alongamentos, por :. Os comentários em itálico entre colchetes especificam comportamentos não verbais ou paraverbais. [...] indica que uma passagem não foi reproduzida. As letras maiúsculas sinalizam intensidade articulatória aumentada. O itálico destaca o ponto sobre o qual o comentário se concentra.

^{N.T.6} Os exemplos foram traduzidos para português, respeitando a forma gráfica escolhida pelos autores para representar características do texto falado.

⁷ Ducrot propôs várias descrições do funcionamento de “apenas”; a que se encontra em Ducrot (1995, p. 155 et ss.) se fundamenta na noção de modificador realizante/desrealizante, ausente em descrições anteriores (Ducrot, 1983, em particular).

⁸ A oposição entre argumentação linguística e argumentação retórica, tal como ela aparece neste artigo, é livremente inspirada em Ducrot (2004). Falaremos de argumentação linguística para nos referirmos ao fato de que o modo de “dizer as coisas”, sua disposição em palavras, as prepara já para servir a certas conclusões em detrimento de outras. A expressão “argumentação retórica” se referirá ao estudo de sequências argumentativas e se apoiará, especialmente, na categoria analítica amplamente compartilhada nos estudos de argumentação de “tipos de argumentos”.

eu gostaria de agradecer imensamente/ (.) ao um milhão de francesas e franceses/ (.) que me deram seus votos/ (.) e que, ao fazê-lo (.) defenderam (.) pelo seu voto (.) a ecologia (.) a Europa (.) e a República (.) exemplar

Nota-se um arredondamento estratégico do número evocado, pois 2% dos votos correspondem na realidade a cerca de 720 000 eleitores – o que constitui uma aproximação não negligenciável. Essa aproximação se explica pelo fato de que o “milhão” constitui um limite que deve ser ultrapassado para significar “muito”: os números inferiores ao milhão não são, jamais, durante essas noites eleitorais, expressos em valores absolutos.

1.1.3 Apresentação ordinal/apresentação cardinal

Enfim, a escolha entre uma apresentação cardinal (ou numeral) dos resultados (por exemplo, “François Hollande obteve 28,3 por cento dos votos”) e uma apresentação ordinal (“François Hollande está na frente”) reflete um trabalho semelhante de orientação argumentativa dos resultados. Isso é demonstrado pelo fato de que, em 2012, o resultado obtido por François Hollande nunca era lembrado por seus apoiadores, que se concentravam na classificação dos candidatos, insistindo frequentemente em quem “estava na frente”:

é o candidato socialista que chega ahn: (.) na frente/ [...] ele está na frente (.) neste primeiro turno (Ségolène Royal)

eles colocaram François Hollande\ (.) na frente (Lionel Jospin)

eles colocaram François Hollande na frente (Jean-Marc Ayrault)

François Hollande / (.) ESTÁ na frente (Manuel Valls)

François Hollande (.) que é o melhor colocado/ (Laurent Fabius)

Essa escolha de uma apresentação ordinal é particularmente notável nos comentários dos resultados das eleições europeias de 2014. O que constitui o “terremoto”, o “choque”, a “onda gigante”, o “tapa” – para retomar as designações recorrentes – é o primeiro lugar obtido pela Frente Nacional, mais ainda que o resultado (25%) que ela obteve, o que leva Roger Karoutchi (UMP) a lamentar que seu partido não tenha formado uma chapa comum com os centristas:

mas enfim/ (.) globalmente se observarmos/ (.) se tivéssemos formado uma chapa comum teríamos obtido entre trinta trinta e um por cento/ (.) infelizmente/(.) e estaríamos/ na frente do FN\ (.) a simbologia é forte\ (.) estaríamos na frente da Frente Nacional\

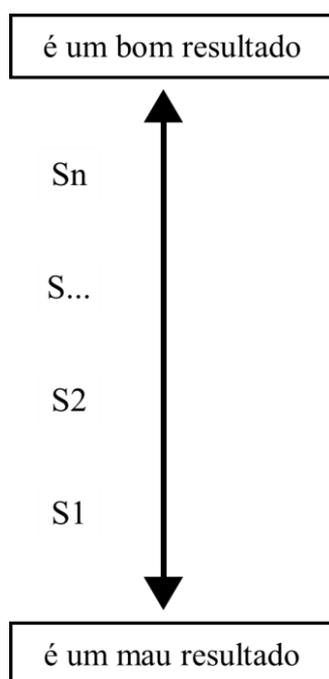
O comentário de Karoutchi ilustra o interesse em raciocínios contrafactuais, que nos permitem imaginar um mundo possível mais aceitável face a uma realidade considerada insuportável (nesse caso, imaginar um mundo onde a UMP estaria “na frente da FN”).

1.2 A disposição em argumentos

Para além da disposição em palavras dos resultados obtidos pelos diferentes candidatos, que os orientam argumentativamente para uma avaliação positiva ou negativa, esse último caso pode ser objeto de uma argumentação retórica – ou seja, pode se integrar, como conclusão, a uma sequência argumentativa mais vasta, estando sua aceitabilidade apoiada em uma ou mais premissas.

O procedimento argumentativo mais amplamente utilizado para justificar discursivamente as avaliações dos resultados obtidos pelos candidatos é o recurso de comparação. O mecanismo principal dessas comparações é o seguinte: “S1 é um bom resultado se $S1 > S2$ ” ou “S1 é um mau resultado se $S1 < S2$ ”. O argumento por comparação se apoia em uma escala bidirecional⁹, na qual são distribuídos os resultados, potenciais argumentos para as conclusões “é um bom resultado” ou “é um mau resultado”.

Figura 1. Distribuição dos resultados em uma escala argumentativa



Assim, nas eleições europeias de 2014 e antes mesmo da divulgação dos resultados, Michaël Szames, correspondente especial da LCP/ Public Sénat^{N.T.7} no QG do PS, estabelece as bases da avaliação do resultado por vir, levando em conta os 16% obtidos pelo partido nas eleições de 2009, depois dos resultados de 1994:

⁹ Essa representação se inspira na noção de escala argumentativa (Ducrot, 1980), adaptada à especificidade do fenômeno considerado – aqui, ao fato de que dois polos do eixo dos resultados (“bom resultado” / “mau resultado”) são mobilizados nos julgamentos avaliativos conclusivos.

N.T.7 “TF1”, “France 2” e “LCP-Public Sénat” são canais de televisão franceses.

então é isso os TRÊS cenários que são construídos aqui para o partido socialista\ com dezesseis por cento/ seria uma vitória/ (.) quase uma vitória/ o mes/mo resultado de 2009/ (.) seria (.) praticamente (.) INesperado para o partido socialista\ (...) abaixo de dezesseis por cento/ vamos di/zer (.) é quase normal\ e considerando as dificuldades atuais do governo/ seria (.) quase/ assim uma vitó/ria (.) mesmo que ela seja menor ou esteja abaixo/ (.) abaixo, caso aconteça/ (.) se estaria próximo do resultado de Michel Rocard em 94/ nesse caso/ (.) haveria sérias questões a serem consideradas pelo partido socialista

O resultado tomado como ponto de referência para a comparação (o foro) é, primeiramente, o resultado obtido pelo Partido Socialista nas eleições europeias de 2009. Szames especifica as avaliações do resultado por vir em relação à sua posição face a esse foro: uma equivalência dos resultados seria um argumento para concluir uma “vitória” “quase inesperada”, um resultado abaixo do foro (mas não muito) sustentaria uma avaliação em termos de “quase vitória”; Szames substitui, em seguida, o resultado de 2009 por um novo foro (o resultado obtido por Michel Rocard, líder da chapa socialista em 1994, a saber, 14,9%) cuja proximidade seria dessa vez um argumento para uma avaliação negativa (“haveria sérias questões a serem consideradas”).

As comparações nunca são definitivamente conclusivas, pois pode-se sempre as opor a uma outra comparação que levará, ela mesma, a uma conclusão diferente (Govier, 2001, p. 375). É essa versatilidade da comparação quantitativa, cuja orientação argumentativa varia com a posição do elemento em comparação sob o eixo considerado, que faz dele um recurso precioso, sempre suscetível a servir à conclusão desejada, desde que se apoie em um foro judiciosamente posicionado. Entretanto, durante as noites eleitorais, a gama de foros disponíveis é ampla; são desde resultados obtidos pelos outros candidatos na mesma eleição até resultados obtidos pelos candidatos do mesmo partido em eleições anteriores, passando pelo resultado obtido em eleições precedentes pelo candidato à eleição, sem esquecer do abundante recurso oferecido pelas previsões dos diversos institutos de pesquisa ao longo da campanha que precedeu as eleições. Assim, durante as eleições presidenciais de 2012, os partidários de Nicolas Sarkozy maciçamente evocam pesquisas de opinião, evidenciando que o resultado obtido pelo seu candidato superou as expectativas prévias:

Xavier Bertrand: o resultado (.) é um resultado que é SÓli/do (.) e e além disso percebe-se/ (.) muitos pensaram que já estava decidido/ lembrem-se então de que há algumas semanas (.) ele sequer se qualificaria para o segundo turno ao que parece (.) ele SEquer estaria (.) na liderança (.) e aqui estamos hoje/ (.) eu apenas me lembro\

Os mesmos se lembram que, ao contrário, Jean-Luc Mélenchon não obteve o “resultado espetacular” que tinha sido previsto:

Alain Juppé: eu mesmo diria que [...] a eleição não parece a mesma que tínhamos previsto\ [...] o resultado espetacular previsto para o candidato Mélenchon/ (.) ele não se concretizou/

A comparação dos resultados obtidos com os resultados previstos segue a mesma lógica das outras formas de comparação descritas anteriormente. O resultado de Jean-Luc Mélenchon, inferior àquele previsto pelas pesquisas, pode, desse modo, ser considerado como um mau resultado; o de Nicolas Sarkozy, superior àquele que foi previsto, é, sob esse ponto de vista, um bom resultado.

A análise dessas comparações de resultados em um contexto interacional permite observar as objeções ou refutações às quais elas enfrentam e permite identificar alguns elementos de uma crítica comum da argumentação por comparação¹⁰.

- Uma primeira reação consiste em contestar a verdade das premissas, em particular, contestar o resultado utilizado como foro.
- Uma outra reação consiste em sugerir que a diferença entre resultados comparados não é suficientemente significativa para fundamentar a avaliação de um deles.
- É possível questionar a comparação com base no argumento de que ela negligenciaria diferenças importantes entre as duas situações comparadas (comparar-se-ia, assim, um presidente atual a um ex primeiro-ministro, um resultado obtido em um período de crise econômica com um resultado obtido em um período mais favorável etc.).
- Uma reação comum consiste ainda em propor uma outra comparação orientada em sentido contrário, apresentada como mais conclusiva.
- Enfim, pode-se sugerir que uma argumentação por comparação não faz justiça aos reais desafios da situação considerada (o desafio não é apenas que um candidato se saia melhor que o resultado anterior obtido por um outro candidato de seu partido, mas que o próprio partido obtenha um bom resultado – o que decorrerá dos esforços cumulativos de candidatos sucessivos).

Perceberemos que algumas dessas refutações ecoam perguntas críticas associadas ao argumento por comparação de teorias normativas da argumentação (Brown, 1989; Eemeren; Grootendorst, 1992, p. 101-102; Whaley, 1998; Doury, 2009; Walton, 2014).

1.3 Uma argumentação situada

Todos esses procedimentos, que contribuem para argumentar linguisticamente ou retoricamente a avaliação dos resultados, são realizados por todos os locutores suscetíveis a intervir nas noites eleitorais. Observa-se, além disso, alguns fenômenos mais específicos que nos lembram que a análise da argumentação deve necessariamente ser relacionada à situação na qual se ancora e com a qual ela contribui para evoluir, aos locutores que se encarregam dela (de acordo com quem eles são, no caso em questão, jornalistas ou políticos), ao objeto ao qual ela se refere (aqui, à própria natureza da eleição), ao momento em que ela intervém (tanto no que diz respeito a uma “pequena história” quanto no que diz respeito, às vezes, à “Grande História”) – em resumo, a argumentação é uma atividade situada, e é como atividade situada que deve ser compreendida.

¹⁰ Algumas das vias de refutação tomadas isoladamente não são específicas à discussão da comparação; é a panóplia composta pelo conjunto dessas reações possíveis que traça os contornos de um modo de crítica próprio da argumentação por comparação.

[N.T.: no original, refere-se a uma “panoplie composée de l’ensemble de ces réactions possibles qui trace les contours d’un mode de critique propre à l’argumentation comparative”].

1.3.1 Jornalistas/Políticos

É em comportamentos adotados pelas próprias instâncias enunciativas midiáticas (perguntas e comentários de jornalistas, mas também escolhas de disposição em imagem, em particular, em transmissões simultâneas) que nos deteremos a princípio.

O que se destaca é o uso frequente, por parte dessas instâncias, do registro emocional, que apenas se faz presente em reação a uma solicitação dos jornalistas ou, muitas vezes, é até mesmo evitado pelos políticos. Esse uso confirma que as mídias priorizam, mais ainda do que os homens e mulheres políticos, a captação da atenção em detrimento da busca pela credibilidade (Charaudeau, 2006, p. 8). A manifestação mais espetacular das emoções relacionadas às noites eleitorais e do significado argumentativo que carregam aparece durante as transmissões ao vivo dos comitês eleitorais dos diferentes partidos. A disposição emocional dos militantes, que as transmissões tornam acessível, é até mesmo um primeiro indício dos resultados do pleito enquanto o anúncio oficial dos resultados não foi ainda feito: cenas de júbilo valem como uma avaliação positiva do pleito; rostos abatidos significam uma avaliação negativa, assim como os adjetivos “decepcionantes”, os operadores “apenas” ou os substantivos “fracasso” ou “reprovação”. Essa disposição em imagem das emoções é frequentemente destacada pelos comentários:

Romain Messy (ao vivo do QG do Partido Socialista): sim com certeza David (.) com os militantes do Partido Socialista que receberam os resultados da tela gigante ao vivo na France dois/ (.) com uma explosão de alegria/ [Presidenciais 2012]

O mesmo comentário é feito por Guillaume Barret, que, ao vivo do QG da Frente Nacional, durante as mesmas eleições, evoca “uma explosão de alegria aqui eim quando os ahn: resultados na tela atrás de nós são mostrados/ (.) vocês os ouvem/ (.)”; e se a emoção é frequentemente considerada uma manifestação incontrolável, em um contexto em que a presença das mídias é tão forte, sua expressão hiperbólica pelos militantes também pode ser considerada estratégica, e sua explicitação pelos jornalistas, uma forma de reportar de modo polifônico a avaliação do resultado que ela subentende.

Ao mesmo tempo, frequentemente, é em termos de reação emocional que os jornalistas convidam os políticos a se expressarem; “você também está entristecido/ fale francamente”, pede Michel Grossiord a Bernard Debré na noite das eleições europeias; durante as presidenciais, David Pujadas interroga Manuel Valls sobre “seu sentimento, sua impressão” após o anúncio dos resultados”. Mas independentemente da emoção sugerida pelos jornalistas (e qualquer que seja a avaliação do resultado para a qual ela direciona), os políticos se esforçam para resistir a essa pressão pelo emotivo, sem dúvidas, considerada incompatível com a dignidade de sua função:

David Pujadas: Gilbert Collard essa noite/ o què (.) você triunfa/ (.) você exulta/ Gilbert Collard [exibindo uma expressão impassível]: em uma democracia/ a gente (.) a gente se inteira daquilo que o povo deseja eim/ (.) e eu gostaria de dizer primeiro a:: (.) todos as francesas e franceses (.) que fazem parte da marca indelével¹¹/ (.) marca indelével/ (.) que eles têm todo o meu respeito e toda a minha gratidão\ [Presidenciais 2012]

Notaremos, por fim, a utilização, para qualificar os resultados obtidos pelos candidatos, de adjetivos subjetivos afetivos, que “enunciam, ao mesmo tempo, uma propriedade do objeto que eles determinam e uma reação emocional do falante diante desse objeto” (Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 84). Em 2012, Fabien Namias qualifica como “impressionante” o resultado de Marine Le Pen; mas o adjetivo afetivo mais frequentemente utilizado ao longo da noite é o adjetivo “decepcionante”, e ele qualifica os resultados julgados abaixo do esperado, principalmente, o de Jean-Luc Mélenchon, a quem o jornalista presente na praça Stalingrad pergunta:

candidato Mélenchon você obteve MENOS de doze por cento você está decepcionado [Presidenciais 2012]

1.3.2 Duas eleições, dois regimes de comentários

Apesar da transversalidade de alguns procedimentos, que encontramos em uma noite eleitoral e em outra, cada uma delas é estruturada em aspectos particulares, ligados à natureza da eleição (europeia/presidencial/regional/departamental/municipal), ao tipo de escrutínio e à etapa considerada (primeiro ou segundo turno) e, por fim – mesmo que o essencial deste estudo de caso vise desnaturalizar os comentários de resultados e apresentá-los como construções discursivas e, não, como espelhos que refletem “fatos” –, aos próprios resultados.

Desse modo, muitos dos procedimentos descritos anteriormente fazem sentido em um contexto de noite de primeiro turno de eleições presidenciais; por eles prepararem para o segundo turno, convém conter a possível decepção, assim como um triunfalismo precipitado ou somar os resultados antecipando possíveis alianças.

Por outro lado, a estratégia que consiste em apresentar a todo custo o resultado obtido como um bom resultado e em rejeitar as qualificações de “fracasso”, que domina as eleições presidenciais de 2012, é, por vezes, suspensa. É isso que se observa durante as eleições europeias de 25 de maio de 2014, em razão do choque gerado pelo resultado obtido pela Frente Nacional¹². Não é, assim, excepcional ouvir interações como a seguinte, em que Marie-Noëlle Lienemann reconhece, ainda que a contragosto, por um raciocínio contrafactual, o fracasso dos socialistas:

¹¹ Collard retoma aqui as palavras de Eva Joly, que qualificara o resultado da FN como “uma mancha indelével nos valores da democracia”.

¹² As primeiras estimativas indicavam que a FN obteria 25,0%, a UMP, 20,3%, o PS-PRG, 14,7% - as quais a FN tomou como argumento durante toda a noite para se apresentar como “partido na liderança da França”.

Michäel Szames: imaginamos/ Marie-Noëlle Lienemann isso é uma sanção/ à política adotada/ pelo atual governo de Manuel Valls\ Marie-Noëlle Lienemann: ahn (.) sim (.) evidentemente se tudo estivesse bem/ não teríamos obtido esse resultado\

Do mesmo modo, Roger Karaoutchi, convidado a comentar pela UMP, admite:

ahn bem se eu te disser que estou soltando fogos de artifício: isso seria demais/ (.) ahn já tive noites mais diver/tidas

De todo modo, e apesar do acordo em relação à avaliação negativa do resultado, os partidos que obtiveram um resultado pouco satisfatório preferem se lastimar em um grupo de derrotados o mais amplo possível, daí o sucesso da análise retomada por todos os comentaristas em estúdio, que afirmam que nenhum partido, exceto a Frente Nacional, pode se alegrar com o resultado que obteve (“um único vencedor, muitos derrotados”, sugere, por exemplo, Guillaume Petit na Public Sénat). Dessa forma, é do interesse dos socialistas, na aceitação de sua derrota, associar-se a outros partidos. Nesse sentido, David Assouline, questionado sobre a derrota do Partido Socialista, resiste à avaliação negativa sugerida pelo jornalista:

resta eu eu repito/ a abstenção: massi/va (.) que foi certamente mais forte na esquerda porque [...] a segunda coisa é uma vitória da Frente Nacional/ (.) [...] e isso pede uma reação de TODOS os republicanos que devem entender (.) e de TODO mundo TODO mundo deve assumir sua responsabilidade

No fim dessas pistas de análise abertas pelo exame da construção argumentativa dos comentários de resultado, retomaremos, em seguida, algumas características da abordagem da argumentação que sustentou esse estudo de caso e em particular:

- a importância dada à dimensão da linguagem;
- o papel determinante da construção dos dados;
- a relação entre teorias, dados e a noção de aplicação que deles se depreende.

2 A argumentação pela linguagem

Nós nos interessamos mais particularmente pelas questões de linguagem tais como são abordadas, implícita ou explicitamente, pelas diferentes teorias da argumentação mencionadas na introdução, adotando, em função dos casos considerados, a perspectiva da análise do discurso ou da análise das interações.

A análise clássica da argumentação retórica constitui para nós uma forma de análise do discurso (não dizemos “precursora”). O discurso retórico (ou comunicação pública, em inglês, *public address*) corresponde ao discurso em sua acepção tradicional, isto é, “aquilo que, dito em público, trata de um assunto com um certo método e certa extensão” (Littré, art. Discours). Essa noção de discurso como “comunicação pública” não tem nada a ver com o discurso como é definido por Foucault (1969; 1971), mas ela se encaixa perfeitamente no quadro que denominamos atualmente de “análise do discurso” (Maingueneau, 1976; 1990; Charaudeau;

Maingueneau, 2002) e nos parece seguir a perspectiva perelmaniana do “objeto da [teoria da argumentação]” como “estudo de técnicas discursivas” orientadas à persuasão (Perelman; Olbrechts-Tyteca, [1958], p. 5).

Nós nos alinhamos, assim, no domínio francófono, aos trabalhos de Amossy sobre “a argumentação no discurso” ([2000], 2008, 2012), que defendem que “a argumentação é indissociável do funcionamento global do discurso” (Amossy, 2008) e propõem, conseqüentemente, integrar a análise da argumentação à análise do discurso. Nossa perspectiva se diferencia, no entanto, da abordagem da “argumentação no discurso”, no sentido de que não defendemos uma abordagem “ampla” da argumentação no discurso (integrando, além dos discursos com visada argumentativa, discursos com dimensão argumentativa; *cf.* por exemplo, Amossy, 2008). A generalização da noção de argumentação é correlativa à de orientação (Ducrot, 1983), mas nós consideramos que apenas algumas orientações são argumentativas (existem, por outro lado, orientações descritivas, narrativas...). Do fato que existe, efetivamente, uma orientação, não se pode concluir, portanto, que há uma argumentação.

Correlativamente, a análise da argumentação foca em certos discursos ou fragmentos de discursos cuja unidade de base é a sequência argumentativa (argumento(s) - conclusão); essa delimitação é uma tarefa primordial e difícil. A noção de tipo de argumento é, para nós, uma categoria central da análise da argumentação, na medida em que ela restitui a coerência da sequência argumentativa e ilumina a dinâmica interacional na qual ela se insere, prefigurando as reações críticas as quais ela suscitará.

A articulação da análise da argumentação com a análise do discurso (ver Plantin, artigos sobre a argumentação em Charaudeau e Maingueneau 2002) é repleta de referências ao sistema da retórica clássica, como exposto por Patillon (1990). Uma série de trabalhos apoia sua abordagem da retórica clássica e de diversos elementos das ciências da linguagem e da comunicação, por exemplo, Declercq (1993), Robrieux (1993), Plantin (1990, 2005), Breton (1996), Tutescu (2003), Danblon (2005), Micheli (2012).

Por outro lado, a mobilização da análise das interações para tratar de algumas trocas argumentativas é natural, na medida em que a ligação da argumentação com o diálogo é tão antiga quanto a argumentação dialética. Os primeiros estudos conduzidos sob a perspectiva das interações cotidianas se encontram em Cox e Willard (Orgs., 1982), Moeschler (1985), van Eemeren *et al.* (Orgs., 1987); nós encontramos prolongamentos desses estudos em Doury (2001), Doury e Kerbrat-Orecchioni (2011), Jacquin (2014). A articulação dessas duas abordagens da argumentação pela análise do discurso e pela análise das interações se faz pela noção de dialogismo. Nós adaptamos uma perspectiva bakhtiniana que considera o discurso dialógico monológico a interiorização de discursos dialógicos (Bakhtin, 1978).

Se podem existir divergências teóricas sobre as partes e as funções respectivas da linguagem e da razão na argumentação, constatamos que os dados examinados por essas teorias são dados da linguagem: basta abrir uma obra qualquer sobre argumentação cotidiana para

observar que a teoria se apoia em enunciados ou em pares de enunciados (que podem ter sido criados pelo analista ou podem ter sido coletados para fins de análise); em parágrafos ou em sequências textuais (quase sempre coletados); em interações ou em sequências interacionais (geralmente gravadas e transcritas). Os dados recolhidos são ditos autênticos no sentido de que não foram criados para fins de análise, mas, ainda assim, foram escolhidos, recortados e reunidos para esses fins.

A argumentação é, portanto, uma prática da linguagem; ou linguagem e discurso não são transparentes. Falar, e especialmente argumentar, não é “pensar alto”. Não argumentamos “mentalmente”, mas o fazemos por meio de um discurso, expresso em uma língua natural que estrutura esse discurso. As ciências da língua e da fala têm por vocação fazer uma descrição dessa estrutura que a torna inteligível. Vejamos alguns exemplos dessa abordagem:

- Representa-se de forma elementar a relação argumento-conclusão como uma relação bi-proposicional (Bruno Gollnisch, 2014: “o partido (.) de quem está/ no governo/ (.) ahn obteve 14 por cento/ [proposição 1] (.) é uma verdadeira crise institucional [proposição 2]”). Essa relação entra no capítulo mais clássico do estudo das relações entre frases, da gramática da justaposição, da coordenação e da subordinação dos enunciados. O estudo da conexão argumentativa é um capítulo dessa gramática.
- A conclusão é apresentada como a sequência “lógica” do enunciado. Entretanto, tanto Grize quanto Ducrot mostraram que o valor argumentativo de um enunciado depende de sua estruturação inteira e está ligado ao próprio sentido dos lexemas que o compõem. Quando, em 2014, Michel Grossior sublinha que “o partido socialista está abaixo de 15%/ com QUATORze vírgula oito por cento/” a própria formulação do resultado obtido pelo PS “contém” a conclusão (a avaliação negativa do resultado). Em outras palavras, o discurso natural é “enviesado”; ele não respeita o princípio lógico de independência da conclusão em relação ao argumento: o argumento contém sempre um pouco da conclusão; a relação argumento-conclusão também envolve a reformulação. Esse é um fato que deve ser levado em consideração ao se tratar do razoável ou da petição de princípio na argumentação.
- A forma da argumentação é raramente bi-proposicional; argumentos e conclusões se apresentam, frequentemente, sob a forma de discursos desenvolvidos. As argumentações (e em particular, as argumentações por consequências) assumem comumente dimensões romanescas (mesmo que, no estudo de caso abordado acima, o contrato midiático imponha limites drásticos à amplitude das argumentações apresentadas pelos diferentes participantes). Seu estudo utiliza os instrumentos da *Textlinguistik*, da gramática da enunciação, assim como todos aqueles que foram produzidos pela teoria do discurso e pela estilística do texto e da fala.

- Para poder funcionar como argumento, um enunciado deve ser senão incontestável, ao menos, incontestado. Ou há uma estilística da verdade dos fatos e da sinceridade dos locutores que se interessa, precisamente, pela arte de implicar e de subtrair a contestação; pode-se, a partir do comentário de Roger Karaouchi, reproduzido anteriormente, desvelar a estratégia que consiste em atestar a sinceridade do locutor pela encenação do que lhe custa reconhecer como a verdade.
- Do ponto de vista da linguagem, um tipo de argumento é um “padrão discursivo”, e uma argumentação particular, uma instanciação desse padrão; isso, do ponto de vista linguístico, é compreendido em termos de enunciado genérico e de atualização. Pode-se, a partir de argumentações por comparação que visam justificar a avaliação de resultados, chegar a certas regras de construção discursiva desse tipo de argumento e identificar alguns padrões associados.
- Discurso e contradiscurso esquematizam diferentemente seus objetos e as pessoas de referência (para uns, Nicolas Sarkozy, em 2012, “resistiu bem”, enquanto para outros, ele foi “rejeitado”) e não os relacionam de uma mesma maneira. A lexicometria pode contribuir bastante com o estudo desse tipo de fenômeno.

Fenômenos desse tipo permitem pensar que os dados na argumentação podem ser analisados de modo coerente em termos de gramática e de estilística do discurso argumentativo. Sejam os claros: não se trata de advertir analistas da argumentação, lógicos, filósofos, sociólogos, psicólogos, mas apenas de sugerir que ter à mão uma gramática e um dicionário, embasados em uma boa filosofia da linguagem, pode ser útil algumas vezes.

Nós não somos especialistas em epistemologia das ciências, nem mesmo das ciências humanas, mas nós apresentamos, nos parágrafos seguintes, algumas reflexões sobre a forma geral do trabalho que nós desenvolvemos, com suas implicações metodológicas mais evidentes.

3 Dados

Nossa pesquisa atribui grande importância à questão dos dados e a questões correlatas à estruturação de dados relevantes para um projeto de pesquisa específico como esse. Assim, ela faz parte da tendência iniciada pela linguística de corpus, em geral, e pelos estudos sobre interação, em particular, tais como surgiram no final do século XX. Sabemos que, ao contrário do que o termo sugere, os “dados” não são recebidos, mas construídos, com base em critérios que devem ser explicitados. Construir e estruturar esses dados, preservá-los e torná-los acessíveis é uma parte essencial do trabalho científico, que, além de tudo, custa tempo e dinheiro.

3.1 Questão argumentativa e heterogeneidade de dados

Os dados, no entanto, são abundantes; sua abundância e heterogeneidade exigem que os *corpora* sejam construídos com base em um princípio organizador, que possibilitará dizer se e em que medida um dado deve fazer parte do *corpus*. No caso da argumentação, consideramos que é a questão argumentativa que fornece o princípio da pertinência que rege a constituição do *corpus* (no estudo de caso apresentado acima, essa questão é a determinação da avaliação dos resultados obtidos pelos diferentes candidatos). A forma geral dos dados associados a uma pergunta é um conjunto de discursos que sustentam as várias respostas dadas a ela, em seus sistemas de alianças e de oposição (Plantin, 2016, verbetes “Estase”; “Questão”^{N.T.8}). O privilégio das interações argumentativas é que elas fornecem imediatamente dados desse tipo.

É muito complicado constituir um *corpus* fazendo um inventário das intervenções que estão argumentativamente ligadas a tal discurso do presidente ou a tal evento que tenha provocado uma emoção social e reconstituir o que Ebel e Fiala (1983, p. 196) chamaram de uma “rede argumentativa” completa. Por razões de conveniência, geralmente, tomamos como objeto, dentro desse espaço discursivo, um subcorpus (no caso apresentado acima, as noites eleitorais da TF1 e da France 2 em 2012, e as da LCP-Public Sénat em 2014) ou uma simples sequência. Mas não podemos perder de vista o fato de que essa sequência faz parte de um *corpus* maior, que, considerado, pode facilitar a análise.

A argumentação se dá, evidentemente, tanto no diálogo quanto no monólogo; ela borra as fronteiras entre o oral e o escrito, e as mesmas questões podem ser debatidas em ambos os registros, em gêneros e formatos muito diferentes. O espaço discursivo criado pela pergunta, além disso, é totalmente aberto e compreende múltiplos gêneros, *sites* e formatos. Os tipos de dados relevantes para o estudo da argumentação são, portanto, heterogêneos.

3.2 Dimensão interacional/interdiscursiva da argumentação

Optamos por organizar essa heterogeneidade de dados argumentativos com base em princípios interacionais e interdiscursivos. Em primeiro lugar, a interação tem a virtude de enquadrar em um formato o discurso e o contra-discurso em um formato comum. Nesse sentido, ela simplifica o trabalho de construção de *corpora*, na medida em que qualquer episódio interacional em que há um desacordo ratificado é um “bom objeto” para o estudo da argumentação, restando, apenas, circunscrever corretamente seus limites.

Os processos interacionais são internalizados pelo discurso monológico por meio de mecanismos de dialogismo e de polifonia. Por outro lado, essa argumentação no discurso monológico dialógico pode ser externalizada na forma de diálogo. Do ponto de vista do ensino da argumentação, a experiência mostra que os estudantes têm muita dificuldade em explicitar as formas de diálogo contidas nesses monólogos.

^{N.T.8} No original, os verbetes são “Stase” e “Question”.

O que foi dito acima se refere a dados lineares, tal como os constituímos para o estudo de um caso (de uma questão argumentativa). Os dados relacionados a diferentes perguntas também podem ser agrupados transversalmente, com o objetivo de documentar e discutir uma questão teórica, por exemplo, a estrutura da argumentação por desperdícios ou os modos de posicionamento do discurso de oposição em relação ao discurso de posição.

4 Teorias, dados, aplicações

No que segue, gostaríamos de tentar esclarecer nossa visão do que, no caso da argumentação, é a relação entre uma teoria e seus dados e o que significa a “aplicação de uma teoria”.

4.1 A teoria como linguagem

Os estudos de argumentação se desenvolvem como uma ciência discursiva, ou seja, uma ciência cujo discurso se desenvolve na língua cotidiana. Sua sintaxe é a da língua cotidiana, e seus conceitos são expressos por termos cujo significado permanece ligado a significados comuns.

Assim, os conceitos correspondem a palavras “regimentadas”. Eles são coordenados em uma linguagem analítica, ou “teoria”. “Coordenados” significa que eles são definidos de forma homogênea (tanto quanto possível) em termos de substância e das relações que mantêm entre si: as definições devem ser não contraditórias (ou, pelo menos, compatíveis) e devem ser não redundantes (ou, pelo menos, não muito redundantes); por fim, elas devem ser completas e replicáveis/abundantes o suficiente para dar a melhor descrição possível de um “pequeno mundo” de dados fundamentais.

4.2 Interdependência dados/teorias

Além disso, uma linguagem teórica é definida em função dos dados que ela pretende explicar; é apenas por elipse que falamos de uma “teoria” de forma absoluta; uma teoria é sempre uma “teoria de -”. O fato de estar correlacionada com os dados não a torna uma teoria “impura”; pelo contrário, torna-a mais pertinente. Uma teoria é, portanto, uma ferramenta que permite construir representações (modelos) de seus dados associados. Por outro lado, os problemas encontrados no decorrer dessa construção ajudam as teorias a evoluir.

Portanto, vemos a linguística da argumentação como uma ciência natural, compreensiva, baseada na observação. Ela pressupõe uma educação na observação de dados. A abordagem linguística da argumentação fornece ferramentas que, quando combinadas com outras ferramentas compatíveis extraídas da teoria clássica da argumentação, possibilitam a construção de representações adequadas e esclarecedoras da atividade argumentativa.

LINHA D'ÁGUA

4.3 Adequação descritiva, adequação explicativa

Uma boa teoria tem duas virtudes essenciais: deve ser adequada dos pontos de vista descritivo e explicativo (aqui usamos e adaptamos termos e ideias de Chomsky, 1964). Essas duas formas de adequação caracterizam uma abordagem compreensiva da argumentação.

4.3.1 Adequação descritiva

Uma teoria é descritivamente adequada se as descrições que ela nos permite construir correspondem à intuição, dando uma imagem correta e coerente das intuições do argumentador informado. Por exemplo, pretender descrever a argumentação cotidiana sem levar em conta a subjetividade ou a emoção não é descritivamente adequado; tampouco o é falar sistematicamente de apelo à emoção como falácia, na medida em que a emoção pode ser legítima e argumentada, como constatamos à primeira vista nos dados (Micheli, 2010; Plantin 1998; 2011).

Podemos reforçar a condição de adequação descritiva tomando como referência não mais o conhecimento comum, mas o conhecimento compartilhado pela comunidade de estudos de argumentação; isso exigirá, por exemplo, que os vários tipos de argumento sejam corretamente identificados.

4.3.2 Adequação explicativa

Uma teoria é adequada do ponto de vista da explicação se as descrições que ela nos permite construir lançarem alguma nova luz sobre os dados, se ela melhorar a compreensão do falante-argumentador informado ou mesmo do especialista em argumentação. Por exemplo, a noção de escala argumentativa proposta pela teoria da argumentação na língua (Ducrot, 1980) tem um valor explicativo, pois permite integrar os fenômenos de graduação à teoria da argumentação.

Se uma representação estiver desalinhada com a intuição informada, isso não significa que esteja errada. Mas o analista deve passar para outro nível e mostrar que sua representação, por exemplo, dá mais coerência à descrição geral, ou que ela esclarece ou revela fatos que antes eram ignorados. A adequação explicativa precede a adequação descritiva.

Essa noção ampla do trabalho em argumentação exige o esclarecimento de oposições comuns, como “teorias *versus* práticas”, “teóricos *versus* praticantes”, “abordagens teóricas *versus* abordagens empíricas”; ou mesmo o que significa “aplicar uma teoria” ou “qualquer teoria de argumentação é necessariamente normativa”.

5 Abordagens teóricas versus abordagens empíricas

O termo “aplicação” é geralmente usado quando um modelo de argumentação é “aplicado” a dados empíricos. O estudo das argumentações que se desenvolvem em torno da construção de uma linha de trem de alta velocidade (TGV) ou do desenvolvimento de um aeroporto é, portanto, uma aplicação da teoria da argumentação.

Um desvio para as ciências da vida nos permite explorar melhor a relação entre teoria, dados e aplicação. A teoria da evolução é definida em relação a um conjunto de dados aos quais ela se aplica, no sentido de que visa explicar: “a diversificação das formas de vida”: “As explicações científicas da diversificação das formas de vida que aparecem na natureza, desde as primeiras formas de vida até a biodiversidade atual, são chamadas de “teorias da evolução”¹³.

Na próxima seção, referimo-nos à aplicação dessa teoria, mas em um sentido diferente do anterior: “A teoria da evolução pode ser aplicada às sociedades? / A teoria da seleção natural, que pressupõe a competição e a análise das restrições do meio, permite compreender a história humana?”¹⁴.

Propomo-nos aqui a fazer com que essa teoria funcione em novos objetos que não fazem parte do campo de definição original, como por exemplo, as sociedades. Partimos de uma analogia entre “forma de vida/forma de sociedade” e entre “evolução dos organismos/história”:

Nas últimas décadas, a aplicação das teses apresentadas pelo estudioso inglês às sociedades humanas deu origem a uma disciplina conhecida como psicologia evolutiva, que postula que a psicologia também está, ela mesma, sujeita aos mecanismos de seleção natural¹⁵.

Podemos ver que a expressão “aplicar uma teoria a novos dados” não tem o mesmo significado, dependendo do fato de os chamados novos dados estarem ou não dentro da definição da teoria. Nem a psicologia nem a sociologia se enquadram na definição da teoria darwiniana; se não conseguimos mostrar que as “sociedades humanas” ou a “psicologia” evoluem de acordo com as leis de Darwin, também não refutamos a teoria darwiniana, na medida em que esses objetos não são “formas de vida” no sentido darwiniano do termo.

Por outro lado, se fizermos com que a teoria da evolução funcione com dados pertencentes à categoria de objetos sobre os quais ela foi definida, não estaremos na mesma situação. Por exemplo, se encontrarmos uma “forma de vida” cuja evolução contradiga claramente as leis darwinianas, teremos de fazer algo a respeito. Um popperiano diria que a teoria foi refutada; um pragmatista diria que sempre podemos tentar consertá-la.

¹³ Disponível em: [http://fr.wikipedia.org/wiki/Évolution_\(biologie\)](http://fr.wikipedia.org/wiki/Évolution_(biologie)). Acesso em: 13 mar. 2015.

¹⁴ Disponível em: http://www.scienceshumaines.com/peut-on-appliquer-la-theorie-de-l-evolution-aux-societes_fr_1621.html. Acesso em: 13 mar. 2015.

¹⁵ Disponível em: <http://www.unige.ch/communication/Campus/campus95/dossier1/dossier.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

Do nosso ponto de vista, portanto, é impossível abandonar a teoria para se dedicar aos dados ou se dedicar aos dados abandonando a teoria. Qualquer abordagem dos dados é baseada em uma teoria. Se esquecermos a teoria, a descrição será meramente informativa; se a teoria esquecer seus dados, se tomar como dado a inspiração do momento, tratada de forma alusiva, a teoria será pobre e precária. Não basta negligenciar os dados para tornar uma teoria pura.

Portanto, rejeitamos oposições como “teorias *versus* práticas”, “teóricos *versus* empiricistas”. Podemos falar de uma abordagem teórica para descrever uma abordagem que constrói e trabalha em seus dados com o objetivo explícito de reformar a teoria, e de uma abordagem empírica quando se usa a teoria para construir uma representação dos dados. Em ambos os casos, a teoria e os dados são inseparáveis. Não existe uma grande teoria que não precise ser reformulada com base nos dados; e se os dados puderem ser perfeitamente incluídos na teoria, isso mostra que a teoria é sólida e que os dados são triviais.

6 As normas na representação

Levar em conta a questão argumentativa fornece não só o princípio da pertinência que possibilita a construção de um *corpus*, como também permite levantar a questão do tratamento adequado às normas na argumentação. Para nós, as estratégias normativas fazem parte dos dados e devem ser representadas como tais pelo modelo (Plantin, 1995; 2009; Doury, 2008).

De modo análogo, discordamos da *doxa* que prevalece nos estudos da argumentação, segundo a qual uma teoria da argumentação é necessariamente normativa, ou que é por causa de seu caráter normativo que uma abordagem da argumentação é digna de ser chamada de “teoria”; em outras palavras, que a descrição dos dados deve ser orientada para sua avaliação e que o produto final da análise deve ser um veredicto “esta argumentação é/não é válida”.

Estamos, simplesmente, seguindo a tradição linguística aqui: foi sugerido acima que a conexão argumentativa deveria ser considerada como um capítulo de uma gramática de textos. No entanto, “gramática” não é sinônimo de “gramática normativa”. Portanto, também estamos seguindo o caminho aberto pelo autor de *Fallacies* quando ele postula que

o lógico não está acima e fora da argumentação prática ou, necessariamente, faz julgamentos sobre ela. Ele não é um juiz ou um tribunal de apelação, e não existe tal juiz ou tribunal: ele é, na melhor das hipóteses, um advogado treinado. Portanto, não é tarefa específica do lógico declarar a verdade de qualquer afirmação ou a validade de qualquer argumento (Hamblin, 1970, p. 244-245)¹⁶. N.T.⁹

¹⁶ Por “lógico”, entender “teórico da argumentação”.

^{N.T.⁹} No original em inglês: the logician does not stand above and outside practical argumentation or, necessarily, pass judgement on it. He is not a judge or a court of appeal, and there is no such judge or court: he is, at best, a trained advocate. It follows that it is not the logician's particular job to declare the truth of any statement or the validity of any argument (Hamblin, 1970, p. 244-245).

O fato de essa abordagem não ser normativa não significa que ela seja cega a normas. Nossa abordagem leva plenamente em conta uma característica fundamental da argumentação cotidiana, o fato de que ela está constantemente sendo avaliada; a argumentação é uma atividade crítica avaliativa. Isso nos permite elaborar uma teoria da argumentação baseada na noção de pergunta e na articulação entre o discurso e o contra-discurso, que incorpora, como dados, as avaliações produzidas pelos atores na argumentação: combinamos, assim, com a apresentação dos argumentos por comparação que justificam a avaliação dos resultados durante as campanhas eleitorais, a análise das refutações a que eles dão origem, trazendo à tona, dessa forma, certos caminhos da crítica comum da comparação. Argumentar é envolver-se em um processo contínuo de avaliação, implícita ou explícita. Refutações e objeções são igualmente avaliações negativas em ação. Apresentar uma proposição face à outra proposição é equivalente a uma avaliação negativa da proposição pré-existente; as marcas de alinhamento que acolhem uma proposição são avaliações positivas dessa proposição. A avaliação pode ser explicitada, por exemplo, com o uso de expressões “meta” avaliativas, como “não faz sentido! sofismo! absurdo!”. A aquisição e a prática dos mecanismos e dos níveis de avaliação são essenciais para aprender a argumentar.

Dizer que a avaliação é uma questão para os participantes não significa que a avaliação produzida por este ou aquele participante seja necessariamente válida, final. A avaliação é um processo dialético e pode ser avaliada no turno de fala seguinte.

7 A argumentação é uma atividade situada

Por fim, a argumentação cotidiana é uma atividade situada (Suchman, 1987). Essa noção foi introduzida para enfatizar a importância do contexto em que a ação ocorre, mas também para levar em conta as (re)definições permanentes do contexto em relação à ação em andamento e vice-versa.

Como todas as produções linguísticas cotidianas, a argumentação é marcada por condições de enunciação e de interação: foi isso que procuramos capturar em nosso estudo de caso, mencionando algumas das variações discursivas provocadas pelo status dos participantes (jornalistas ou políticos) ou pela eleição em questão (contraste entre as eleições presidenciais de 2012 e as eleições parlamentares europeias de 2014).

As dimensões intersubjetiva¹⁷ e interacional não podem ser consideradas como um suplemento comunicativo do discurso argumentativo, marcando a adaptação contingente de um conteúdo a um contexto. Isso implica, por exemplo, que as dimensões afetivas e emocionais da comunicação verbal devam ser levadas em conta na teoria da argumentação; e se levar em conta a subjetividade nos torna retóricos, então esperamos que os retóricos queiram nos admitir como um dos seus.

¹⁷ É por isso que a noção de ponto de vista é inerente à atividade linguística cotidiana.

A razoabilidade argumentativa também é situada, no sentido de que está ligada não a um sistema de regras universais que abrangem todas as atividades humanas, mas a normas e procedimentos locais, a “regras do espaço argumentativo”: a razoabilidade do tribunal de justiça não é a razoabilidade da assembleia deliberativa. De modo geral, a razoabilidade pode ser encontrada em algum lugar nos meandros das regras de polidez, das máximas conversacionais, das regras e dos costumes de assembleia.

Como uma atividade situada complexa, a argumentação inclui não apenas fenômenos relacionados ao *ethos*¹⁸ e ao *pathos*, as pessoas, seus interesses, valores, motivos e emoções, mas também seus sistemas de conhecimento, por mais fragmentados e mal articulados que sejam, que podem ser relacionados ao *logos*; e essa coexistência de registros de *ethos*, *pathos* e *logos* não deve nos levar a subestimar a consistência do último. De fato, podemos invalidar a atividade argumentativa cotidiana relacionando-a ao ideal socrático de uma troca de objetividades e verdades como as que poderiam circular em um diálogo com os deuses. Mas isso não significa que a verdade seja inacessível às trocas comuns, em que o predicado “é verdade” às vezes é aplicado de forma satisfatória às contribuições de alguns participantes. Como uma atividade sublunar, a argumentação se enquadra perfeitamente nas artes da prova, pois é construída e administrada em uma ampla família de ciências que vão da física à medicina, à história e à investigação judicial.

As variações no campo do conhecimento em que o argumento se inscreve acarretam variações na linguagem usada para expressá-lo. Em seu uso cotidiano, a linguagem é sistematicamente orientada ou tendenciosa, mas isso não a torna radicalmente falaciosa. Buscar uma linguagem “neutra”, excluindo a subjetividade e a intencionalidade, é embarcar na construção de uma ortolinguagem cujo léxico e sintaxe são governados pelas leis do cálculo e da inferência formal, em desacordo com a linguagem cotidiana. Essa abordagem é possível, legítima e comum; ela está em ação na difícil transição da linguagem comum para as linguagens do conhecimento. Ela implica uma ruptura com a razoabilidade comum da língua e do discurso, na qual uma certa parte dos assuntos humanos comuns é tratada.

O uso de uma linguagem de conhecimento reflete a ambição epistêmica da argumentação, mas isso pode ser alcançado sem negar a dimensão intersubjetiva da argumentação. A “subjetividade epistêmica” é levada em consideração no estudo dos processos de construção de conhecimento orientados, especialmente, no ensino fundamental das ciências. A pesquisa atual em argumentação é particularmente ativa e inovadora no campo da educação científica, em que argumentamos para aprender e aprendemos a argumentar. De modo geral, como atividade de raciocínio, a argumentação baseia-se em informações, conhecimentos e procedimentos estruturados; em seu trabalho argumentativo, o locutor pode estar envolvido em um processo de construção de conhecimento. Esse ponto nos separa dos retóricos que só aceitariam lugares-comuns articulados pelo senso comum como base da argumentação.

¹⁸ Sobre o *ethos* na argumentação retórica, ver Amossy (2010).

8 Conclusão: uma abordagem compreensiva da argumentação

Em resumo, nós abordamos a argumentação como uma atividade linguageira que lida com a força estruturante da linguagem, na qual ela pode se apoiar ou na qual ela pode, se necessário, se desvincular; como uma atividade intersubjetiva, em todas as dimensões da subjetividade, incluindo a subjetividade epistêmica; como uma interação crítica, em que os avaliadores são os participantes. A tarefa dos estudos da argumentação é de construir uma linguagem analítica substancial e coerente, tornando possível a construção de representações elucidativas de dados construídos, que permitam colocá-la à prova.

Essas representações podem, em certa medida, serem objetos de restituição de argumentadores informados (adequação descritiva); elas devem, em todos os casos, elucidar essas práticas (adequação explicativa). Com base nisso, e seguindo Max Weber (1913), falaremos em uma abordagem compreensiva da argumentação, isto é, uma abordagem que considera o sentido que os interlocutores dão às suas atividades argumentativas, os saberes que eles constroem nessas atividades e suas intenções, tais como se manifestam. Em particular, levamos a sério e reconhecemos o valor das avaliações recíprocas que eles fazem de suas atividades argumentativas.

Referências

- AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Nathan, 2012 [2000].
- AMOSSY, R. Argumentation et analyse du discours: perspectives théoriques et découpages disciplinaires. *Argumentation et Analyse du Discours*, n. 1, p. 200-2017, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/aad.200>.
- AMOSSY, R. 2010. *La présentation de soi*. Ethos et identité verbale. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- AMOSSY, R. Faut-il intégrer l'argumentation dans l'analyse du discours? Problématiques et enjeux. *Argumentation et Analyse du Discours*, n. 9, p. 39-58, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/aad.1346>.
- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Liège&Bruxelles: Mardaga, 1983.
- AUROUX, S. Argumentation et anti-rhétorique. La mathématisation de la logique classique. *Hermès*, n. 15, p. 129-144, 1995. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-hermes-la-revue-1995-1-page-129?lang=fr>. Acesso em: 15 set. 2024.
- BAKHTINE, M. *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 1978.
- BLAIR, J. A.; JOHNSON, R. H. The Recent Development of Informal Logic. In: BLAIR, J. A.; JOHNSON, R. H. (Orgs.). *Informal logic: The first international symposium*. Inverness: Edgepress, 1980, p. 3-28.
- BRETON, P. *L'argumentation dans la communication*. Paris: La Découverte, 1996.
- BROWN, W. R. Two Traditions of Analogy. *Informal Logic*, v. 11, n. 3, p. 161-172, 1989.
- CHARAUDEAU, P. Discours journalistique et positionnements énonciatifs. Frontières et derives. *Semen*, n. 22, p. 29-44, 2006. DOI: <https://doi.org/10.4000/semen.2793>.

- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002.
- CHOMSKY, N. *Current issues in linguistic theory*. The Hague: Mouton, 1964.
- COX, J. R.; WILLARD, C. A. (Orgs). 1982. *Advances in Argumentation Theory and Research*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1982.
- DANBLON, E. *La fonction persuasive*. Anthropologie du discours rhétorique: origines et actualité. Paris: Colin, 2005.
- DECLERCQ, G. *L'art d'argumenter. Structures Rhétoriques et littéraires*. Paris: Éditions Universitaires, 1993.
- DOURY, M. Une discussion dans un commerce d'habitues. *Les Carnets du Cediscor*, n. 7, p. 119-134, 2001. DOI: <https://doi.org/10.4000/cediscor.309>
- DOURY, M. "Ce n'est pas un argument !" Sur quelques aspects des théorisations spontanées de l'argumentation. *Pratiques*, n. 139, p. 111-128, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/pratiques.1207>.
- DOURY, M. Argument Schemes Typologies in Practice: the Case of Comparative Arguments. In: EEMEREN, F. H. van; GARSSSEN, B. (Orgs.). *Pondering on Problems of Argumentation: Twenty Essays on Theoretical Issues*. Dordrecht: Springer, 2009, p. 141-156.
- DOURY, M.; & KERBRAT-ORECCHIONI, C. La place de l'accord dans l'argumentation polémique: le cas du débat Sarkozy/Royal (2007). *À contrario*, v. 16, n. 2, p. 63-87, 2011. DOI: <https://doi.org/10.3917/aco.112.0063>.
- DOURY, M.; TSERONIS, A. Les faits et les arguments: la mise en discours des scores électoraux. In: GOES, J.; MANGIANTE, J.-M.; OLMO, F.; PINEIRA, C. (Orgs.). *Le langage manipulateur*. Pourquoi et comment argumenter? Arras: Presses Universitaires d'Artois, 2014, p. 193-210.
- DUCROT, O. *Les échelles argumentatives*. Paris: Minuit, 1980.
- DUCROT, O. Opérateurs argumentatifs et visée argumentative. *Cahiers de linguistique française*, n. 5, p. 7-36, 1983. Disponível em: https://www.unige.ch/clf/fichiers/pdf/02-Ducrot_nclf5.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.
- DUCROT, O. Les modificateurs déréalisants. *Journal of Pragmatics*, v. 24, n. 1, p. 145-165, 1995. DOI: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(94\)00112-R](https://doi.org/10.1016/0378-2166(94)00112-R).
- DUCROT, O. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In: DOURY, M.; MOIRAND, S. (Orgs.). *L'argumentation aujourd'hui*. Positions théoriques en confrontation. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 17-34.
- EBEL, M.; FIALA, P. *Sous le consensus, la xénophobie*. Paroles, arguments, contextes (1961-1981). Thèse. Institut de Science Politique, *Mémoires et documents* 16. Lausanne, 1983.
- Eemeren, F. H. van & Rob Grootendorst. 1992. *Argumentation, Communication, and Fallacies : a Pragma-Dialectical Perspective* (Hillsdale, NJ : Erlbaum)
- Eemeren, F. H. van & Rob Grootendorst. 2004. *A Systematic Theory of Argumentation : The Pragma-Dialectical Approach* (Cambridge : Cambridge University Press)
- Eemeren, Frans H. van, Rob Grootendorst, J. Anthony Blair & Charles A. Willard (éds). 1987. *Argumentation: Perspectives and Approaches* (Dordrecht : Foris)
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- FREGE, G. *Idéographie*. Tradução do alemão [*Begriffsschrift*], prefácio, notas e index Corine Besson. Posfácio Jonathan Barnes. Paris: Vrin, 1999 [1879].

- GOVIER, T. *A practical study of argument*. 5th edition. Belmont: Wadsworth, 2001.
- GRIZE, J.-B. *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1990.
- HAMBLIN, C. L. *Fallacies*. Londres: Methuen, 1970.
- JACQUIN, J. *Débattre. L'argumentation et l'identité au coeur d'une pratique verbale* Bruxelles: De Boeck, 2014.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage* Paris: Armand Colin, 1980.
- MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976.
- MAINGUENEAU, D. *L'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1990.
- MICHELI, R. *L'émotion argumentée. L'abolition de la peine de mort dans le débat parlementaire français*. Paris: Le Cerf, 2010.
- MICHELI, R. Les visées de l'argumentation et leurs corrélats langagiers: une approche discursive. *Argumentation et Analyse du Discours*, n. 9, p. 59-75, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/aad.1406>.
- MOESCHLER, J. *Argumentation et conversation. Éléments pour une analyse pragmatique du discours*. Paris : Hatier, 1985.
- PATILLON, M. *Éléments de rhétorique classique*. Paris: Armand Colin, 2005 [1990].
- PLANTIN, C. *Essais sur l'argumentation*. Paris: Kimé, 1990.
- PLANTIN, C. L'argument du paralogisme. *Hermès*, n. 15, p. 241-258, 1995. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-hermes-la-revue-1995-1-page-245?lang=fr>. Acesso em: 15 set. 2024.
- PLANTIN, C. Les raisons des émotions. In: BONDI, M. (Org.). *Forms of argumentative discourse / Per un'analisi linguistica dell'argomentare*. Bologne: CLUEB, 1998, p. 3-50.
- PLANTIN, C. *L'argumentation. Histoire, théories, perspectives*. Paris: PUF, 2005.
- PLANTIN, C. Critique de la parole: les fallacies dans le discours argumentative. In: ATAYAN, V.; PIRAZZINI, D. (Orgs.). *Argumentation: théorie – langue – discours*. Frankfurt: Peter Lang, 2009, p. 51-70.
- PLANTIN, C. *Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Berne: Peter Lang, 2011.
- PLANTIN, C. *Dictionnaire de l'argumentation. Une introduction notionnelle aux études d'argumentation*. Lyon: ENS Éditions, 2016.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1988 [1958].
- ROBRIEUX, J.-J. *Éléments de rhétorique et d'argumentation*. Paris: Dunod, 1993.
- SUCHMAN, L. A. *Plans and Situated Actions: the Problem of Human-Machine Communication*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- TOULMIN, S. *The Uses of Argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.
- TUTESCU, M. *L'argumentation. Introduction à l'étude du discours*. Bucarest: Editura Universităţii din Bucureşti, 2003. Disponível em: <http://ebooks.unibuc.ro/lis/MarianaTutescu-Argumentation/I.htm>. Acesso em: 15 set. 2024.
- WALTON, D. *Argumentation Schemes for Presumptive Reasoning*. Mahwah: Erlbaum, 1996.
- WALTON, D. Argumentation Schemes for Argument from Analogy. In: RIBEIRO, H. J. (Org.). *Systematic Approaches to Argument by Analogy*. Dordrecht: Springer, 2014, p. 23-40.

WEBER, M. De la sociologie compréhensive. *Les cahiers psychologie politique*, n. 19, p. 1-10, 2011. DOI: https://doi.org/10.34745/numerev_691.

WEBER, M. *Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie*. *Logos. Internationale Zeitschrift für Philosophie der Kultur* IV, p. 253–294, 1913. Disponível em: http://www.sociosite.net/topics/texts/weber_1913.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

WHALEY, B. Evaluations of Rebuttal Analogy Users: Ethical and Competence Considerations. *Argumentation*, v. 12, n. 3, p. 351-365, 1998.

Entrevista / Interview

Entrevista com Joaquim Dolz: um percurso pela historicidade dos gêneros, a engenharia didática, a sociodidática e o ensino do oral

*Interview with Joaquim Dolz:
a journey through the historicity of genres,
didactic engineering, socio-didactics
and oral teaching*



Joaquim Dolz 

Université de Genève, Suíça
Entrevistado

joaquim.dolz-mestre@unige.ch
<https://orcid.org/0000-0003-1488-0240>

Eliane Gouvêa Lousada 

Universidade de São Paulo, Brasil
Entrevistadora

elousada@usp.br
<https://orcid.org/0000-0002-3065-2769>

Bruno Alves Pereira 

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil
Transcritor e Redator

brunoalvespereira@servidor.uepb.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-1781-8434>

Aline Hitomi Sumiya 

Universidade Federal do Paraná, Brasil
Transcritora e Redatora

alinesumiya@ufpr.br
<https://orcid.org/0000-0002-3559-7244>

Apresentação

Esta entrevista, realizada no formato oral, em língua portuguesa, com o professor Dr. Joaquim Dolz, foi conduzida pela professora Dra. Eliane Gouvêa Lousada (Universidade de São Paulo), em 19 de junho de 2023, na cidade de Bossey, Suíça. Posteriormente, a entrevista oral foi transcrita e retextualizada pelos professores Dra. Aline Hitomi Sumiya (Universidade Federal do Paraná) e Dr. Bruno Alves Pereira (Universidade Estadual da Paraíba).

Joaquim Dolz é doutor em Ciências da Educação - Didática de Línguas pela Universidade de Genebra, Suíça, e professor honorário da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação dessa mesma universidade. Como professor, atuou no campo da didática de línguas e na formação de professores, tendo influenciado estudos e pesquisas em diversos países, tais como: Suíça, Espanha, Portugal, Argentina e Brasil. Dentre suas obras mais conhecidas publicadas no Brasil, estão: *Produção escrita e dificuldades de aprendizagem*, escrito em coautoria com Fabrício Decândio e Roxane Gagnon e publicado pela Editora Mercado de Letras, e *Gêneros orais e escritos na escola*, em coautoria com Bernard Schneuwly e publicado pela Editora Mercado de Letras. Sua atuação no contexto brasileiro tem sido decisiva em vários aspectos, como, por exemplo, sua participação em eventos presenciais e *online*, sua presença em bancas de titulação de mestres e doutores e sua contribuição essencial para as Olimpíadas da Língua Portuguesa.

Eliane Gouvêa Lousada é mestre e doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente atua como professora do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), na área de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em francês. Suas pesquisas se voltam para as áreas de desenvolvimento e formação de professores, análise e elaboração de material didático baseado na noção de gênero textual, análise de textos e discursos produzidos em situação de trabalho educacional e letramento acadêmico. É líder dos grupos de pesquisas ALTER-CNPq (Análise de Linguagem, Trabalho e suas Relações) e ALTER-AGE-CNPq (Análise de Linguagem, Trabalho e suas Relações – Aprendizagem, Gêneros Textuais e Ensino).

Eliane Gouvêa Lousada:

De que forma os seus estudos, desenvolvidos há várias décadas na Unidade de Didática das Línguas, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade de Genebra, refletem ou dialogam com a orientação do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) que foi desenvolvido na mesma unidade?

LINHA D'ÁGUA

Joaquim Dolz:

Estamos próximos às Festas Juninas e foi nessa época que há 40 anos que cheguei à Suíça. Ninguém diria, porque não tenho aspecto de tão velho. Eu penso, humildemente, que fiz muito trabalho, mas esse trabalho que fiz é um trabalho dentro de uma equipe, de um coletivo. Então, vai ser um pouco difícil dizer qual é o legado individual e qual é o legado coletivo. Digo isso, pois trabalhei, na primeira fase, com Jean-Paul Bronckart e Auguste Pasquier, na época da elaboração de sequências didáticas e, posteriormente, com Bernard Schneuwly, também com as sequências didáticas, na teorização dos gêneros para o ensino, que deu lugar ao livro *Gêneros orais e escritos*, publicado no Brasil em 2004 e, finalmente, de forma mais individual. Então, qual é a especificidade? Uma parte é o trabalho coletivo com eles, que tem o meu reconhecimento, pois acredito que é muito interessante construir ciência coletivamente. O que eu quero dizer é que não estamos no século XIX, quando os trabalhos eram mais individuais. Atualmente, para fazer pesquisa como uma base empírica, você precisa de um trabalho coletivo e que, tanto na época em que eu era discípulo do Bronckart, como na época que de uma forma mais fraternal, trabalhava com o Bernard Schneuwly, e, posteriormente, criei a minha própria equipe de pesquisa, sempre teve uma parte coletiva.

E o legado? É difícil dizer do próprio legado. Existem fenômenos particulares quanto ao meu próprio legado que eu posso observar, como os artigos curtos que tiveram um impacto muito grande. Penso no *Decálogo para o ensino das línguas* e há trabalhos consistentes aqui (referindo-se aos livros que ele levou para a entrevista). Eu vim para a entrevista com oito livros meus. E, por exemplo, esse que é o mais consistente (referindo-se ao *Former à enseigner la production écrite*). Acho que pouca gente leu e que eu considero que tem muitos elementos bons. Então é difícil.

Mas, como você me perguntou quais são os meus aportes ao Interacionismo Sociodiscursivo, começarei por dizer que, na análise do contexto, porque o contexto é tudo, Bronckart abriu uma perspectiva importante, analisando quais os fatores que têm uma influência na produção, inicialmente, nos tipos de discursos e, posteriormente, para a compreensão de como se produzem os gêneros textuais. No meu caso, atualmente, trabalhando sobre a historicidade dos gêneros e sobre a tradição discursiva, acredito que trouxe algo novo sobre como as dimensões históricas têm uma influência na evolução dos gêneros e no estabelecimento de uma sedimentação de regularidades, mas também discutindo a diferença entre o texto singular e as características comuns de uma família de textos que é o gênero.

Segunda especificidade: eu trabalhei muito com Itziar Idiazabal e com outros autores sobre a questão da relação entre línguas e ensino de línguas, no plural. Eu escrevi com Roxane Gagnon artigos sobre a didática das línguas no plural e sobre o plurilinguismo.

Nesse sentido, acredito que o Interacionismo se chama Sociodiscursivo pela interação entre os discursos, e pela forma como essa interação entre os discursos contribui para o desenvolvimento da linguagem e das pessoas. Mas eu acho que não é unicamente de discursos em uma única língua que se tem que fundamentar nossos estudos. As interações entre as línguas contribuem, também, para o desenvolvimento, como a aquisição simultânea ou sucessiva de diferentes línguas contribuem para o desenvolvimento das pessoas.

Interesso-me pelos aspectos sociolinguísticos que têm uma influência no ensino das línguas e, por isso, gosto do termo Sociodidática das línguas, pois acredito que toda didática é fundamentalmente social. No entanto, insisto sobre os fatores, como o estatuto das línguas, a proximidade ou a distância entre elas, as representações, os preconceitos, o nível de conhecimento de uma língua quando se está aprendendo outra, esses tipos de fatores, que como vocês sabem, foram mais estudados na aprendizagem de línguas estrangeiras ou línguas segundas, mas que, do ponto de vista mais geral, são importantes para ver como se desenvolve a linguagem. E a linguagem não é uma única língua, mas a relação com as diferentes línguas que se aprendem. Claro, coletivamente, acredito que tive uma contribuição na elaboração e na experimentação de sequências didáticas, mas tratei de fundamentar de uma forma mais clara o que chamamos de Engenharia Didática. Talvez, nesse ponto, eu tenha certa responsabilidade e sempre defendi a realização de pesquisas empíricas baseadas em dados empíricos. Isto é, metodologicamente, acredito que trouxe algumas contribuições que, talvez, possa ser considerado um legado.

Eliane Gouvêa Lousada:

Você mencionou uma área que é bastante interessante, a Sociodidática das línguas, que dialoga também com estudos de pesquisadores franceses sobre o plurilinguismo. Você poderia falar mais sobre essa área?

Joaquim Dolz:

No âmbito francês, existe uma escola que foi iniciada por Louise e Michel Dabène, um casal de pesquisadores, de Grenoble, que estão na base do próprio termo Sociodidática. Mas essa vertente foi desenvolvida também por outros autores, não necessariamente da escola genebrina, com quem eu posso ter diferenças sobre a maneira como eles desenvolvem os trabalhos de Sociolinguística, como Philippe Blanchet, mas sobretudo Marielle Rispaill, que fez trabalhos de didática das línguas muito importantes, e inclusive um grande sociolinguista Jean Louis Calvet.

Eu tenho perspectivas linguísticas diferentes, mas, em geral, concordo com eles sobre a importância da sociolinguística e de como ela muda a maneira de observar e de analisar os fenômenos de ensino-aprendizagem. Não é unicamente na França: na Espanha, por razão de ter várias línguas e de ter línguas minorizadas, como o Galego, o Euskera, a Língua Basca e o Catalão, há uma relação entre as línguas na aprendizagem e a influência da sociolinguística no ensino das línguas. Eu sempre tive um interesse particular por essa questão e posso mencionar os trabalhos com a Cátedra do Patrimônio Linguístico da Humanidade dirigida, primeiramente, por Itziar Idiazabal e, posteriormente, por Inês Garcia-Azkoaga. Os trabalhos com eles também me permitiram avançar sobre essa questão.

Claro, se quisermos ser um pouco mais precisos, tive uma atenção particular aos problemas de ensino do Catalão, que é a minha língua materna ou primeira, e que é uma língua minorizada. Contrariamente à sociolinguística suíça, os trabalhos de sociolinguística catalã têm uma perspectiva diferente: a sociolinguística helvética trata de ver os pontos de encontro entre línguas, ao passo que a catalã, que é marcada pela política, pela história do país, analisa mais os conflitos linguísticos e como esses conflitos têm uma influência nos problemas de aprendizagem de línguas. Acredito que trabalhos nessa área ajudam a compreender os fenômenos particulares de ensino de línguas minorizadas. No Brasil, vocês têm muitas línguas minorizadas, como os primeiros povos do país, “as comunidades indígenas”. Para exemplificar, na última viagem que fiz ao Brasil, tive a oportunidade de entrevistar um cacique de uma comunidade de 4.000 pessoas que falavam o tupi-guarani. Segundo ele, há muitos problemas de escolarização dos alunos, tanto em português, quanto em tupi-guarani e que eles ensinam a ler e escrever nessa língua.

Eliane Gouvêa Lousada:

Voltando o foco novamente para o Interacionismo Sociodiscursivo, que contribuições os seus estudos dessa perspectiva trouxeram e ainda podem trazer para a pesquisa e para a educação no contexto brasileiro?

Joaquim Dolz:

O meu interesse pelo Brasil começou com a Anna Rachel Machado e com a Roxane Rojo, pois a primeira viagem que eu fiz ao Brasil foi quando fui convidado pela PUC, por Roxane Rojo. Digo que foi uma situação particular, pois, ao chegar no país, percebi imediatamente que uma parte da academia tinha um interesse especial pelos trabalhos genebrinos. As duas autoras mencionadas abriram o caminho, a trilha no Brasil sobre o

Interacionismo Sociodiscursivo, e se criou uma escola acadêmica – você faz parte dela – que é muito produtiva nas quatro regiões do país, com trabalhos diferentes e com autores de qualidade.

No Brasil, o interesse se volta para o ensino da língua portuguesa, para a formação do professorado, para o ensino de línguas estrangeiras, inclusive, para os trabalhos sobre a relação entre o trabalho e a língua. No meu caso, eu me interessei, imediatamente, pelos problemas da alfabetização no Brasil. O Brasil é um país que tem diferenças sociais muito grandes e percebi imediatamente que o nível da alfabetização da população em geral poderia ser melhor, se queremos falar de maneira politicamente correta. Percebi que seria interessante um trabalho de investigação, de reflexão de como ensinar a produção escrita e a leitura, para permitir um direito básico da população e para que todo mundo tenha o nível suficiente de escrita para defender-se na vida.

Eu, antes de conhecer o Brasil, conhecia bem a obra de Paulo Freire – Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Genebra – e as minhas dúvidas... Eu gosto muito da obra de Paulo Freire, mas as minhas dúvidas estavam ligadas ao enfoque metodológico e à visão mesma da língua e da língua escrita. Eu acho que o Interacionismo Sociodiscursivo do ponto de vista linguístico e do ponto de vista estritamente didático põe à disposição, tanto dos professores como dos pesquisadores, instrumentos, tanto de pesquisa, quanto de ensino que podem representar um desenvolvimento, inclusive para os freirianos. Mas o meu interesse inicial... na época em que cheguei à PUC, estava ligado à Paulo Freire, que ainda era professor da PUC. Ele morreu no ano seguinte, se não me engano. Eu não tive contato com ele, mas eu tinha consciência de que estava visitando um país que eu não conhecia e que estava em uma universidade onde Paulo Freire era professor. Senti que eu tinha responsabilidades, eu acho, no Estado de São Paulo, no mundo educativo. A partir daí, desse interesse inicial, eu pude visitar escolas e comecei a desenvolver, a refletir como, no contexto particular do Brasil, se podia adaptar a metodologia e os trabalhos genebrinos.

Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro traduziram o livro *Gêneros orais e escritos na escola*, que foi um sucesso anos mais tarde, e, ao mesmo tempo, o contato com Anna Rachel Machado me permitiu conhecer a Olimpíada de Língua Portuguesa, a Sônia Madi, em particular. Impliquei-me de maneira natural na Olimpíada de Língua Portuguesa e, paralelamente, tinha uma colaboração com as universidades que trabalhavam com a orientação bronckartina do ISD e, também, com os trabalhos de Bernard Schneuwly. Aproximei-me também das instituições que buscavam ter uma influência sobre a escola, sobretudo, a pública, mas também a escola particular.

Sobre a formação dos professores, me dei conta de que a formação, algumas vezes, era muito limitada, do ponto de vista linguístico, e, sobretudo, do ponto de vista didático. Participei, assim, de diversas formações. Para exemplificar, percebi, trabalhando com a Olimpíada de Língua Portuguesa que havia professores que trabalhavam com a alfabetização, mas que eles mesmos tinham problemas de escrita importantes: não unicamente problemas de normas, como as ortográficas, por exemplo, mas da ausência de práticas de escrita de leitura por parte desses professores.

No caso do ensino de línguas estrangeiras, mais particularmente do inglês, alguns professores tinham um conhecimento limitado, tanto da língua que ensinavam, como da didática, da metodologia para ensinar. Assim, impliquei-me em uma série de formações e acompanhei variadas pesquisas sobre os professores. Não trabalhei tanto nas pesquisas do Interacionismo Sociodiscursivo no Brasil, que são importantes, e sobre a linguagem e o trabalho. No entanto, o balanço desses contatos mostra, por um lado, uma implicação no ensino da Língua Portuguesa, tanto na educação fundamental, como Ensino Médio, e uma implicação na formação dos professores e de acompanhamento ou de realização de pesquisas comuns.

Na última etapa, eu criei um grupo que se chama HisTeL (Historicidade dos Textos e das Línguas), que trabalha sobre a historicidade dos textos e sobre o ensino de línguas. No Brasil, o grupo é dirigido por Valéria Gomes, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e por Aurea Zavam, da Universidade Federal do Ceará, e, na Argentina, por Florencia Miranda. É um grupo internacional que reúne pesquisadores da França, da Suíça, da Espanha, de Portugal, do Brasil e da Argentina, que se interessa pela historicidade dos gêneros e dos textos, em uma perspectiva genérica, e sobre o ensino das línguas.

E por que eu acho que é importante? Para mim, por três razões. A primeira razão: para analisar a regularidade dos gêneros. Acredito que é importante ter uma perspectiva histórica e uma perspectiva que leva em consideração as tradições discursivas sobre os gêneros. Segunda razão: porque, no Brasil, na História, em particular, não se contextualiza suficientemente a evolução. Os próprios brasileiros têm conhecimento limitado da História do país e da história dos gêneros textuais. Nós estamos trabalhando, por exemplo, sobre a historicidade de gêneros jurídicos, com Rosalice Pinto. Estamos trabalhando sobre a historicidade de gêneros jornalísticos, estamos analisando, por exemplo, o discurso de posse dos presidentes do Brasil, a sua evolução, com a finalidade de melhor compreender a influência do contexto histórico sobre os discursos de posse. Além disso, claro, para compreender a continuidade e as rupturas, os caminhos que se produzem nos discursos de posse, tanto do ponto de vista estritamente formal, quanto no tratamento dos conteúdos temáticos. Acredito que isso seja, também, um aporte novo do Interacionismo Sociodiscursivo. E, convém destacar, a maioria dos participantes desse grupo de pesquisa é brasileira.

Eliane Gouvêa Lousada:

A historicidade dos gêneros, foco das suas pesquisas mais recentes, talvez seja um outro tema não tão conhecido no Brasil.

Joaquim Dolz:

Eu acho que, no ensino dos gêneros, trabalhar sobre a historicidade é interessante. Por exemplo, ao trabalhar com uma fábula, podemos ver que, 2000, 3000 anos atrás, já se produzia essa fábula em diferentes línguas. Por exemplo, tomemos a história das fábulas na tradição brasileira: qual a influência das fábulas portuguesas, das fábulas africanas e das fábulas ameríndias nas fábulas brasileiras? Há uma especificidade do gênero fábula no Brasil, que é a temática de animais. Temos fábulas sobre as onças, sobre os animais do país.

Há uma influência das diferentes tradições, o mesmo que ocorre no discurso político, nos gêneros argumentativos, jurídicos etc., que recebem influências de tradições discursivas diferentes. Mas o desafio é que quando ensinamos a partir dos gêneros, vale a pena introduzir os aspectos históricos: como a Didática interpreta e trabalha com as dimensões históricas? Eu acho que, no ensino, ao menos, no Ensino Médio, a historicidade da publicidade, dos gêneros jornalísticos etc., é importante para compreender inclusive a criatividade e a criação de novidades.

Eliane Gouvêa Lousada:

Você também tem trabalhado, há muito tempo, sobre a questão do oral.

Joaquim Dolz:

Eu me esqueci de falar da oralidade. O ensino do oral sempre me interessou. Até a minha aposentadoria, ministrei aulas sobre didática do oral. Com Bernard Schneuwly, publiquei em 1998, o livro *Por un enseignement de l'oral*, que apresenta pesquisas realizadas nos anos 90.

Há alguns problemas no ensino que podem estar ligados a uma falta de compreensão de certos gêneros orais. Quando um aluno ouve uma apresentação científica ou uma reportagem sobre temas complexos, ele pode ter problemas de compreensão da mesma maneira que poderia ter na leitura de textos escritos. É preciso trabalhar a compreensão e a produção na oralidade.

O Brasil é um país que também tem uma tradição acadêmica nessa área. Eu conheci tardiamente os trabalhos de Luiz Antônio Marcuschi, que considero um grande autor, mas percebi imediatamente o paralelismo entre as nossas pesquisas e as dele: uma visão discursiva no trabalho sobre a oralidade e sobre as relações complexas e múltiplas entre oral e escrita. Na área do ensino do oral, destacam-se ainda no Brasil: Luzia Bueno, você, Eliane Lousada, Vera Cristóvão, Letícia Storto e Tânia Magalhães. Em Portugal, atualmente, Luciana Graça.

No Brasil, também há pessoas que se interessam pela multimodalidade. No meu caso, eu atribuo muita importância às dimensões linguísticas, mas vejo a importância em associar as dimensões estritamente linguísticas a todos os sistemas semióticos, que estão associados à oralidade.

Atualmente, também trabalho com a canção. Temos uma pesquisa que começou a investigar as potencialidades dos gêneros – no plural – da canção no ensino das línguas (Francês, Catalão e Português e Italiano). Vamos ver, por exemplo, como as dimensões suprasegmentais (a melodia, a entonação etc.) são importantíssimas nos diferentes gêneros da canção.

Eliane Gouvêa Lousada:

Você mencionou variados assuntos: a Sociodidática das línguas, o plurilinguismo, a historicidade dos gêneros e a questão do oral com esse projeto sobre a canção. Há outros conceitos que você discute ou que você utiliza que são menos referenciados e que deveriam ser mais explorados no Brasil?

Joaquim Dolz:

Nos últimos três ou quatro anos, participei, como parecerista, de muitas publicações no Brasil e, como membro, de bancas de mestrado e doutorado e posso dizer que o Brasil está melhorando muito na pesquisa em Linguística Aplicada, em Didática das Línguas. Isso é claríssimo. Vocês têm atualmente uma série de revistas de uma grande qualidade.

É verdade que, na tradição acadêmica brasileira, nas nossas disciplinas, vocês dão uma importância muito grande aos trabalhos realizados em outros países. Isso tem um aspecto positivo, que é querer dialogar com o trabalho acadêmico que se realiza em outros países. Porém, como Kléber Aparecido da Silva e as pessoas que trabalham com as questões do Sul global apontam, isso pode significar uma certa dependência da pesquisa brasileira em relação às realizadas no Norte global, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa.

LINHA D'ÁGUA

O aspecto positivo é que vocês estão sempre em diálogo, mas o aspecto negativo é que esse diálogo é desigual, porque não são muitos os pesquisadores que conhecem os trabalhos brasileiros, ainda que se publique em inglês. É verdade que tanto os bakhtinianos quanto os bronckartianos podem estar excessivamente seguindo ao pé da letra, sem se dar a oportunidade de criar novidade.

Acho que há, no Brasil, pesquisas que são interessantes e de grande qualidade, mas é difícil dizer quais são os autores que trouxeram aspectos mais importantes e quais são os conceitos que vocês trabalharam menos. Eu resisto um pouco a ter hoje uma visão crítica. Tenho uma visão muito esperançosa e muito positiva da evolução das pesquisas, do espírito crítico que está se desenvolvendo.

Em todos os domínios (estudos gramaticais, Linguística, Linguística Aplicada), há autores de qualidade e alguns que são enciclopédicos. Vocês perderam Maria Helena Moura Neves, que vai publicar postumamente ateliês para o ensino da gramática. Marcos Bagno é um autor que atua em muitos domínios: é um grande tradutor, um escritor de novelas e de livros para crianças. Eu conheço os trabalhos dele. O mais conhecido, que não é o mais importante, é sobre o preconceito linguístico e está muito relacionado com os trabalhos europeus sobre a mesma temática. Marcos Bagno sempre foi muito original na maneira tanto de conceber os trabalhos gramaticais quanto de propor estudos novos em Sociolinguística.

Mas a sua pergunta era o que falta? É verdade que há temas que eu considero novos cujas pesquisas específicas ainda não se iniciaram ou começaram somente agora. Eu considero importante a investigação sobre dispositivos didáticos. Se trabalhou muito sobre a sequência didática, mas a adaptação dos dispositivos didáticos ao contexto brasileiro poderia ser melhorada. Os trabalhos sobre os itinerários didáticos – um conceito que não é estritamente brasileiro – podem ser interessantes. Mais do que sequências ou itinerários, é preciso pesquisar, do ponto de vista da Engenharia Didática, quais são os dispositivos podem ser mais interessantes para os contextos escolares brasileiros. Acredito que a Engenharia Didática precisa ser desenvolvida no Brasil e, dentro dessa área, a noção de obstáculo, pela qual me interesso.

Para a escola que nós chamamos de Interacionismo Sociodiscursivo, eu diria que, do ponto de vista teórico, há uma possibilidade de desenvolver as dimensões ligadas à historicidade e à tradição discursiva, a partir das contribuições de Eugen Coseriu. Acredito que isso ajudaria a contextualizar de modo melhor o ensino dos gêneros.

Do ponto de vista metodológico, seria muito importante realizar pesquisas de nível mais macro. Evitar trabalhar unicamente em investigações que observam um ou dois professores. O Brasil é um país muito grande e com uma grande diversidade. Para que os estudos brasileiros pudessem propor generalizações, acho que uma perspectiva seria conseguir fundos para realizar conjuntamente pesquisas de uma importância maior, como as que se realizam na França ou na Suíça e nas quais se observam muitas aulas e se trabalham com grupos maiores. A diversidade e a heterogeneidade do público escolar do Brasil exigiriam um trabalho diferente da pesquisa-ação que trabalha sobre um professor ou as observações de qualidade que se realizam de uma aula. Há também uma carência de pesquisas de compreensão do que se passa nas aulas, porque há fenômenos particulares do Brasil que deveriam ser estudados para compreender melhor, porque o Brasil é um país com uma evasão de alunos, o que tem uma consequência muito grande sobre o letramento e sobre a aprendizagem de diferentes línguas. Para poder desenvolver uma Engenharia Didática, deveríamos compreender mais a relação dos fenômenos sociológicos com os fenômenos de ensino.

Há muitos autores do Interacionismo Sociodiscursivo que trabalham com a Engenharia, com uma particularidade, por exemplo sua, que não foi sempre a minha: é o trabalho sobre o retorno reflexivo das práticas, com técnicas de pesquisa como a autoconfrontação. É uma perspectiva que eu acho que está se desenvolvendo muito no Brasil e que é importante. No meu caso, eu acho que uma análise importante seria compreender, de modo articulado, o que se passa nas aulas e os obstáculos de aprendizagem dos alunos e os obstáculos de ensino dos professores com os dispositivos. Em alguns momentos, o obstáculo do aluno não é percebido e, em outros, precisamos saber qual é o obstáculo dos professores para melhorar o ensino. Também seria importante avaliar o impacto das novas ferramentas de ensino – pode ser a sequência didática, o livro didático, o itinerário ou um simples exercício particular – para resolver um problema dos alunos.

Eliane Gouvêa Lousada:

A próxima pergunta é sobre o conceito de obstáculo, que é foco do livro, lançado em 2022, *Les obstacles dans l'enseignement des langues et dans la formation des enseignants*, cujo posfácio é assinado por você, e de várias pesquisas desenvolvidas sob a sua orientação. Você acredita que o conceito de obstáculo é compatível com a perspectiva vigotskiana – orientação epistemológica do ISD?

Joaquim Dolz:

A resposta é afirmativa. Deixe-me desenvolver a explicação. Eu sempre me interessei, no ensino de línguas, pela análise das produções dos alunos e pela ideia de que um erro de um aluno não era para ser contabilizado. Por exemplo, em um texto, há vinte erros ortográficos – *faute*, em francês. Uma coisa é contar o número de erros, outra coisa é tratar de explicar a origem dos erros. Quais as origens do erro? Eu acredito que a ação didática pode melhorar se compreendermos qual é a origem do erro.

Em um certo momento da vida, eu entrei em contato com as reflexões de Gaston Bachelard, que, no início do século XX, assim como todos os epistemólogos, se interessava pelo desenvolvimento dos saberes e sobre como a ciência progride. Segundo Bachelard, a identificação do obstáculo permitiria o progresso do conhecimento. Na didática das Ciências, mas, principalmente, na didática das Matemáticas, a noção de obstáculo também ganhou atenção. Guy Brousseau, por exemplo, ao analisar a resolução de problemas matemáticos, observava quais eram os obstáculos dos alunos, pois entendia que o obstáculo era um elemento que permitia compreender o processo de construção de um novo conhecimento.

Brousseau é piagetiano e, se você toma essa tradição ao pé da letra, você poderia dizer: onde está o Interacionismo Sociodiscursivo para analisar como os obstáculos contribuem no desenvolvimento da linguagem? Mas é importante dizer que os próprios piagetianos começaram a investigar os conflitos sociocognitivos nas interações entre os participantes da aprendizagem e como as tensões poderiam contribuir para o desenvolvimento. Nesse contexto, o foco não é na criança sozinha frente a um problema matemático, mas no diálogo dessa criança com os outros para aprender. Considerando esse contexto, é possível analisar, na aula, as interações e as verbalizações, como os obstáculos aparecem os obstáculos que bloqueiam, em um momento determinado, a aprendizagem, mas como, em um outro momento, esse obstáculo é a fonte da nova aprendizagem. Eu acredito que identificar os obstáculos é fundamental na perspectiva vigotskiana e em uma análise mais aprofundada das zonas de desenvolvimento proximal. É possível identificar obstáculos na análise das transcrições orais de uma aula, no diálogo entre os alunos e entre o professor e os alunos e, assim, pensar em quais são os gestos profissionais do professor ou em quais são os elementos do diálogo entre os alunos que ajudam a superar os obstáculos.

O que é um obstáculo? É algo que não permite avançar em um caminho. Você pode dar a volta e buscar outro caminho para resolver o problema, mas também é possível evitar o obstáculo. Imagine que eu não saiba, durante esta entrevista, uma palavra em português. Posso buscar um sinônimo ou perguntar a você, ou seja, estaria evitando um obstáculo. O que é interessante, nessas interações, é como o obstáculo, ao invés de impedir o

desenvolvimento, pode ser superado e permitir um desenvolvimento das capacidades do aluno. Ao analisar as interações na sala de aula, é possível identificar se os obstáculos estão relacionados ao aluno e as suas capacidades de linguagem ou às capacidades profissionais do professor ou ainda aos materiais didáticos.

Eu considero que a noção de obstáculo tem um lugar no modelo vygotskiano e no Interacionismo Sociodiscursivo. Compreender os obstáculos, nas interações sociodiscursivas, é fundamental para, por um lado, compreender o desenvolvimento, e, por outro lado, para construir, pela Engenharia Didática, instrumentos de ensino, da escrita e da oralidade. Por exemplo: Se você ensina a língua francesa e conhece os obstáculos principais da população brasileira ao usar essa língua, você pode encontrar estratégias, desde o início do ensino, para ajudar os alunos a superar os obstáculos em todos os níveis (fonético, gramatical, discursivo etc.). Você pode ter uma visão do ensino e aprendizagem baseada nos obstáculos: no lugar de condenar o erro, é preciso compreender a sua natureza do obstáculo para ajudar a superá-lo.

Eliane Gouvêa Lousada:

É possível estabelecer uma relação entre o conceito de obstáculo e a noção de validação didática, da Engenharia Didática de segunda geração?

Joaquim Dolz:

Primeiramente, acredito que seja importante esclarecer a diferença entre a Engenharia Didática de primeira geração e a Engenharia Didática de segunda geração.

A Engenharia Didática, que, nos Estados Unidos da América, é chamada de *Design*, diz respeito à ideia de conceber dispositivos, materiais, ferramentas e instrumentos de ensino e, posteriormente, verificar se eles funcionam. Eu acredito que não há um número suficiente de engenheiros didáticos para o ensino das línguas. Você vai me dizer que eu sou um humanista que acredita excessivamente na técnica. Não! Eu sou humanista que gostaria que fôssemos mais inteligentes na utilização da técnica e do nosso gênio para permitir o letramento e a aprendizagem de línguas. Isso, porém, exige fazer pesquisa.

A Engenharia Didática da primeira geração consistia em criar e, posteriormente, testar um dispositivo, uma sequência didática, um exercício. Geralmente, o criador do dispositivo realizava a testagem em sua própria sala de aula ou no contexto de trabalho de um colega professor. Isso não é suficiente. Há livros didáticos que foram elaborados sem nenhuma testagem. Entre autores do Internacionismo Sociodiscursivo, há pessoas,

que lançaram materiais didáticos no Brasil, alguns de qualidade, e os testaram só depois. O livro didático é tão importante que eu acredito que é um atrevimento lançá-lo sem um mínimo de testagem. O Brasil é um país de mais de 210 milhões de habitantes, com milhões de alunos, e eu acredito que fosse importante testar os materiais antes de lançá-los.

Destaco três aspectos da Engenharia Didática de segunda geração. Em primeiro lugar, as referências não são estritamente linguísticas. Leva-se em consideração as pesquisas anteriores sobre o ensino e a Didática, por exemplo, sobre o que se passa na aula. Em segundo lugar, são pesquisas colaborativas, nas quais os professores trabalham em parceria com os pesquisadores. Em terceiro lugar, eu procurei nas pesquisas de segunda geração uma dupla testagem. O que significa isso? Há uma testagem inicial com um grupo de professores implicados na pesquisa, mas, depois, há a testagem por outros docente, porque o que dá um resultado com os professores implicados pode não funcionar com outros professores que, por exemplo, não têm a mesma formação. Vale a pena a dupla testagem.

Se, em uma pesquisa, se observa a criação de um itinerário ou de uma sequência didática, é possível verificar quais são os obstáculos na implementação desse dispositivo. O próprio material pode sugerir pistas para superar os obstáculos dos alunos ou os obstáculos dos professores ao trabalhar com esse material. Por exemplo, quando se cria uma máquina de lavar, é possível pensar em indicações para poder resolver um problema de funcionamento dessa máquina. Os materiais didáticos também podem fazer indicações para superar obstáculos. Na Engenharia Didática de segunda geração, é possível investigar as potencialidades do material, mas também os possíveis obstáculos na utilização dele pelo professor e a relação entre os obstáculos e as capacidades dos alunos.

Você me perguntou sobre a validação didática que, nessas pesquisas, significa verificar o impacto do dispositivo criado na aprendizagem. Por exemplo, se você elabora materiais para o ensino do francês língua estrangeira, é possível investigar, na Engenharia Didática de segunda geração, se os alunos do local no qual esse material foi utilizado melhoram as suas produções orais ou escritas. Isso exige um trabalho de observação das capacidades iniciais dos alunos. O impacto no desenvolvimento linguístico dos alunos não é a única coisa que nós observamos. Também é importante a legitimidade em relação às exigências sociais e institucionais (programas e currículos, por exemplo). Muitos elementos devem ser observados para ver se os materiais criados são válidos.

Eliane Gouvêa Lousada:

Em 2021 e em 2023, você ministrou cursos na USP para a formação de pesquisadores em Engenharia Didática e Ensino de Línguas. Todos esses conceitos que você mencionou nesta entrevista foram trabalhados com os alunos desses cursos e, com certeza, contribuíram para formação deles. O que você considera importante, no contexto brasileiro, para a formação desses jovens pesquisadores com os quais você trabalhou nesses cursos?

Joaquim Dolz:

Eu tenho uma admiração muito grande pelo trabalho que você está fazendo na USP, formando pesquisadores. Eu aprecio enormemente como vocês trabalham coletivamente, formando professores de francês língua estrangeira que possuem um bom domínio tanto da língua francesa quanto da Didática do francês língua estrangeira. Eu sou admirador disso e não pense que eu faria melhor do que vocês coletivamente. Vejo também que vocês querem saber mais e estão desenvolvendo pesquisas para poder formar de modo melhor os professores e para criar materiais ou para saber como os já existentes podem ser utilizados de uma forma mais interessante.

Então, ao que eu dou importância para formação de pesquisadores? Um primeiro aspecto é que a fundamentação teórica é importante. A diferença entre vertentes teóricas é grande, mas, trabalhando na perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo, temos que estar também em diálogo com outras perspectivas, porque seria falso dizer que os únicos que podem oferecer algo em pesquisa é a nossa própria perspectiva. Ao contrário. A perspectiva interacionista exige um diálogo com pontos de vistas diferentes que enriquecem o saber e a construção do saber. O pouco que sabemos aumenta se os ângulos de observação e de análise se diversificam. É importante não perder o nosso ponto de vista, mas perceber que a descentralização e o enriquecimento, que podem ser ofertados por outros pontos de vista. Um segundo aspecto é a metodologia, uma vez que não é a mesma coisa a metodologia didática para o ensino e a metodologia para a pesquisa.

Um terceiro aspecto: os fundamentos importantes da pesquisa não estão unicamente na recolha dos dados, mas também na interpretação. Algumas vezes, a minha crítica àqueles que começam na pesquisa é o fato de estarem sempre replicando. É verdade que se pode começar replicando e fazendo pesquisas seguindo exatamente os trabalhos anteriores. Mas temos que ter uma perspectiva em que ajudamos à criatividade científica dos novos pesquisadores em relação aos problemas do ensino e da aprendizagem, por exemplo, no caso do francês língua estrangeira no Brasil. Ver o que se pode oferecer como novidade, porque a pesquisa é feita para desenvolver saberes e não unicamente para replicar saberes elaborados por outros autores. Então, é importante desenvolver a perspectiva criativa.

Não para dar um nome, transmitir de maneira egocêntrica – “fui eu o primeiro”, mas é importante contribuir na construção de novos saberes.

Nas últimas viagens que eu fiz ao Brasil, eu visitei vários estados e várias universidades e percebi algo muito agradável: o interesse e a leitura dos trabalhos genebrinos no Brasil, mas também um progresso considerável nas pesquisas na nossa disciplina. Isso é algo satisfatório e também de esperança acadêmica sobre a educação linguística no país.

Referências

BALSLEV, K.; BULEA-BRONCKART, E.; LAURENS, V.; NICOLAS, L. *Les obstacles dans l'enseignement des langues et dans la formation des enseignants*: Discussions théoriques et applications didactiques. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2022.

DOLZ, J.; GAGNON, R. (ed.). *Former à enseigner la production écrite*. Presses universitaires du Septentrion, 2018.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. *Pour un enseignement de l'oral : Initiation aux genres formels à l'école*. ESF, Coll. Didactique du français, 1998.

SCHNEUWLY, B. et al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.